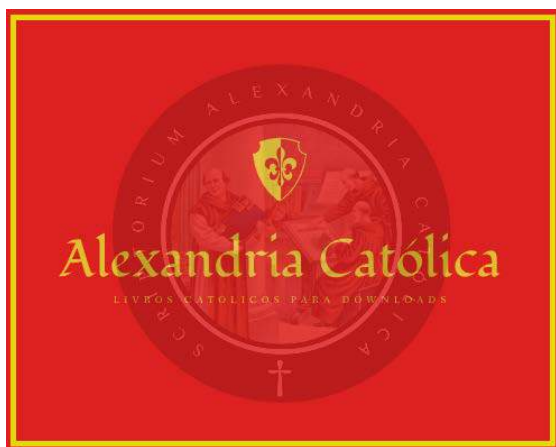


J. BUJANDA, S. I.
Professor da Faculdade de Teologia de Graciosa

MANUAL DE TEOLOGIA DOGMÁTICA

TRADUÇÃO DE J. DIONÍSIO DE OLIVEIRA, S. I.



1 9 5 8

LIVRARIA APOSTOLADO DA IMPRENSA
Rua da Boavista 591 - PORTO

EDIÇÃO E PROPRIEDADE LITERÁRIA,
EM LÍNGUA PORTUGUESA, DA
LIVRARIA APOSTOLADO DA IMPRENSA

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

IMPRIMI POTEST

Olissipone, 3 Septembris 1958

Iosaphus Craveiro, S. I.

Praep. Prov. Lusit.

IMPRIMATUR

Portucale, 4 Septembris 1958

† *Florentinus*

Ep. Aux.

NOTA PRELIMINAR DA TERCEIRA EDIÇÃO PORTUGUESA

Na certeza de que um MANUAL DE TEOLOGIA DOGMÁTICA podia ser útil não só ao clero e seminaristas, mas a todos os estudantes de ensino secundário e superior e, em geral, a todos os católicos desejosos de um conhecimento mais exacto e científico da sua Religião, abalançámo-nos ao trabalho da tradução portuguesa do Manual do R. P. Bujanda.

Não nos enganámos porque a 1.^a e a 2.^a edição esgotaram-se em pouco tempo. A 3.^a há muito que vinha sendo reclamada, só hoje é possível apresentá-la, graças a Deus, sensivelmente melhorada.

Além de várias correcções e importantes adições feitas pelo autor na última edição, foram também introduzidos outros aditamentos que nos pareceram oportunos. Distinguem-se pelo asterisco que os precede. Para utilidade dos sacerdotes e seminaristas, as citações da Escritura são feitas também em latim.

Caldas da Saúde, 7-X-958. -

J. DIONÍSIO DE OLIVEIRA, S. I.

PRÓLOGO

Esta obra pode ser útil:

Aos que estudaram ou estudam Teologia e querem ter à mão, em vernáculo, um resumo breve das questões principais, tratadas nas aulas, sobre as verdades fundamentais da Religião.

Aos professores e alunos de ensino secundário e superior, que não se contentando, nas aulas, com um conhecimento superficial da Religião, desejam instrução mais completa. Segundo a capacidade dos alunos e o tempo de que disponham, poderão, eventualmente, os professores suprimir algumas questões mais difíceis, sobre a SS. Trindade, o Pecado Original, a Graça ou os Sacramentos. Para facilitar o trabalho de professores e alunos, juntou-se, ao fim de cada questão, um resumo em forma de questionário.

Às pessoas, que não tendo estudado Religião num centro de ensino, se acham contudo na posse de muitos conhecimentos recolhidos em exercícios, conferências, leituras e sermões, e querem ter ideia mais precisa e exacta dos conhecimentos adquiridos.

O trato com uma pessoa instruída em Religião, que esclareça as dúvidas, que, possivelmente, se lhes deparem na leitura repousada deste livro, será um precioso complemento do mesmo.

Para quem não possuísse essa base de conhecimentos e não dispusesse de professor de Religião, a presente obra seria de escassa utilidade, porque a sua compreensão seria difícil, como difícil é entender um manual de cálculo matemático sem a preparação adequada.

Quem, pelo contrário, tiver suficiente preparação ou contar com professor que lha explique, poderá utilizá-la com fruto e persuadir-se de que, se sabe responder às perguntas postas no fim de cada questão, ficará conhecendo as verdades principais da nossa Fé e delas saberá dar razão.

ABREVIATURAS

São de duas espécies, as que necessitam de explicação:

1.^a *As que se referem à Sagrada Escritura:* Citam-se com as primeiras letras. Assim: *Gén. III, 20*, significa que a citação está tomada do Livro do Génesis, capítulo III, versículo 20. *Sab.* = Sabedoria. *S. Luc.* = Evangelho de S. Lucas. *Fil.* = Carta de S. Paulo aos Filipenses. *I S. João, III, 14* = Carta primeira de S. João, capítulo III, versículo 14.

2.^a *As que se referem aos documentos da Igreja:* As citações estão tomadas, regra geral, da obra de Denzinger, *Enchiridion Symbolorum, Definitionum et Declarationum, de Rebus Fidei et Morum*. (Manual de Símbolos, Definições e Declarações, Relativos à Fé e aos Costumes). Usamos a edição 18.^a, preparada por João Baptista Umberg, S. J.

Assim, por exemplo, — D. 697, quer dizer Denzinger 697, ou seja, que a citação a que se refere essa abreviatura, se encontra no número marginal 697, da obra desse autor.

* BIBLIOGRAFIA GERAL

AQUINO, S. TOMÁS DE — *Suma Teológica*, Trad. port. Rio de Janeiro.

A. A. GOUPIL — *Théologie Dogmatique*. Paris, Paillard.

BARTMANN — *Lehrbuch der Dogmatik*, 2 vols, Herder, Friburgo. Trad. franc. *Précis de Théologie Dogmatique*.

BONATTO G. — *La Religione*, Turim.

BOULENGER — *A Doutrina Cristã*, 3 vols., Lisboa, União Gráfica.

D'ALÈS — *Dictionnaire Apologétique de la Foi Catholique*, Paris, Beauchesne.

Dictionnaire Pratique des Connaissances Religieuses, Paris.

MICOUD, M. — *Manuel d'Instruction Religieuse*, 3 vols., Paris.

PRUNEL, L. — *Cours Supérieur de Religion*, 5 vols., Paris, Beauchesne.

PERARDI — *La Dottrina Cristiana*, 3 vols., Turim.

SCHEEBEN, M. J. — *Handbuch der Kat. Dogmatik*, 4 vols., Friburgo. Trad. franc. *La Dogmatique*, 4 vols.

VACANT, MANGENOT — *Dictionnaire de Théologie Catholique*, Paris, Lethouzey.

VERHELST — *Cours de Religion*, 3 vols., Bruxelas.

Para questões históricas, indicamos alguns compêndios de mais fácil aquisição e consulta:

Histoire de L'Église, Paris, Bloud et Gay.

Histoire des Dogmes, Paris, Bloud et Gay.

MARTIN GRABMANN — *Historia de la Teologia Católica*, trad. esp., Madrid 1940.

A. BOULANGER — *Historia de la Iglesia*, trad. esp., Barcelona 1942.

LORCA, BERNARDINO — *Manual de Historia Eclesiástica*, Barcelona 1942.

MARX-RUIZ AMADO — *Compendio de Historia de la Iglesia*, Barcelona.

MIGUEL DE OLIVEIRA — *História da Igreja*, Lisboa, União Gráfica.

* SÍNTESE DO DOGMA CATÓLICO

O Catolicismo é integrado por três elementos: o *dogma*, a *moral* e o *culto*. Neste livro tratamos apenas do dogma — templo de majestosa unidade. Todo ele gravita em volta de Deus:

- a) Deus em si mesmo, e
- b) Deus na sua obra.

a) **Deus em si mesmo.** *Uno*: Deus é um ser, por sua mesma essência único e infinito em perfeição. *Trino*: Pai, Filho e Espírito Santo, três pessoas distintas na unidade da mesma e única natureza divina: mistério dos esplendores inacessíveis da vida íntima de Deus — mistério da SS.^{ma} Trindade: um só Deus em três pessoas.

b) **Deus na sua obra.** *Criação*: Deus cria o triplice mundo — cósmico, angélico e humano. Esta criação foi ao mesmo tempo *elevação*. O homem e o anjo não nasceram só *servos* do Criador — como deveria ser — mas também filhos de um Pai amoroso. A liberdade de um e outro, é chamada a dizer a sua palavra. Em face da prova, há anjos que mantêm fidelidade e irão formar a corte do Altíssimo, sendo-lhes também confiada a guarda protectora dos homens; outros rebelam-se: serão demónios, eternamente condenados.

Sujeito, por sua vez, à prova, o homem livre, sucumbe, mas o drama da sua queda tem desfecho divino:

1.º *Adão*, não só o indivíduo, mas a Humanidade — o *Adão místico*. Peca: no paraíso desabrocham os

espinhos e a dor; o mundo assemelha-se a um cemitério moral. O pecado de Adão arrasta consigo a Humanidade inteira.

2.^o *Depois, Jesus Cristo — Cristo místico.* A segunda Pessoa da SS.^{ma} Trindade faz-se homem, unindo a dúplice natureza na unidade da Pessoa divina. Novo Adão, redime o Género Humano na cruz. A Igreja por ele fundada é a depositária da sua doutrina e o instrumento da santificação das almas, pelos sacramentos. Sociedade perfeita, dotada de altíssimos poderes, forma também o corpo místico de Cristo, vivificado pelo Espírito Santo. Os homens, sobrenaturalizados pela graça, são membros de Cristo. No seu corpo místico, Maria Santíssima tem o primeiro lugar como obra-prima dos merecimentos de Jesus e colaboradora sua — o que a tornou Mãe e Advogada dos homens. E cada um de nós realiza transitóriamente, no mundo, a prova de viver; decide, no tempo, da sua eternidade.

Aos que livremente se rebelam contra Deus, desprezam a obra do seu amor e optam por si mesmos contra Ele, pela morte lhes será consumada a eleição, numa eternidade de sofrimento e desgraça.

Os que aceitam os planos de Deus e a sua doação às almas — tornados filhos seus pela graça e revestidos da força sobrenatural das virtudes — trabalham, sofrem, santificam-se em união com Jesus Cristo; tendo saído das mãos de Deus pela criação, voltam, pela redenção, ao seu eterno e amorosíssimo seio.

O dogma católico é o drama divino da criação, e principalmente do homem — drama que em Deus começa e n'Ele acaba: nos insondáveis abismos de vida e amor da Santíssima Trindade.

I N T R O U Ç Ã O

- * *NOTA BIBLIOGRÁFICA*— A. A. GOUPIL, *Apolo-gétique*, Paris, Paillard. — *traie Religion*, ib. — A. DE BROGLIE, *Problèmes et Cusions de l'Histoire des Religions*, Paris. — *Religion Critique*, ib. — BOULENGER, *Manual de Apologética*, Pc Apostolado da Imprensa. GABINO MARQUES, *Fundam da Religião*, Porto, A. I. — H. MORICE, *Pour trou Dieu*, Tournai. — HUBY, *Christus*, Tradução portuor A. P. de Carvalho, Coimbra. — M. BRILLANT, *yclopédie «Apologétique»*, Paris, Bloud et Gay. — Tr, *Précis d'Apologétique*, Paris, L'École.

NOÇÕES PRELIMINARES E DIVISÕES DA TEOLOGIA E RELIGIÃO

1. A Religião estuda as relações do homem com Deus. *Deus* é um ser que não se pode atingir com os sentidos. Criador do mundo e do homem, a quem este deve reverenciar. As obras, que tratam de Deus, chamam-se obras de Teologia — palavra formada de dois vocábulos gregos que significam: tratado de Deus.

2. **Divisões da Teologia.** A) De três maneiras se pode falar de Deus:

1.^a Dizendo dele unicamente aquilo que podemos aprender só com a luz da razão, ao contemplar o Universo. Neste caso, chama-se *Teologia Natural* ou *Teodiceia* ⁽¹⁾.

2.^a Dizendo dele unicamente aquilo que sabemos, por Deus assim no-lo ter manifestado por meio da palavra, como fez Jesus Cristo, ou por meio de comunicação interior à inteligência de alguns homens, para que estes o ensinassem aos outros, como sucedeu com os profetas. Neste caso, chama-se *Teologia Sobrenatural*, ou simplesmente *Teologia*.

3.^a Juntando os dois ensinamentos num só, teríamos a *Teologia Natural e Sobrenatural*.

(1) Palavra formada de elementos gregos, que significam: justificação ou demonstração (da existência e perfeições) de Deus.

B) A Teologia divide-se também em *Moral* e *Dogmática*. A *Moral* estuda os preceitos que se hão-de guardar, por exemplo: os dez mandamentos; a *Dogmática*, as verdades que nos falam de Deus e das suas obras, por exemplo: Deus é onipotente, criou o mundo. (*Dogma* é uma palavra de origem grega, e quer dizer crença).

C) Divide-se também em *Apologética* e *Dogmática*. A primeira investiga qual a verdadeira Religião; a segunda trata do seu conteúdo doutrinal.

3. Praticar a Religião, é venerar devidamente a Deus, como a nosso superior e benfeitor.

A prática da Religião compreende três coisas: 1.^a, a ciência ou conhecimento de Deus e suas obras; 2.^a, a observância dos seus preceitos; 3.^a, a veneração ou culto que lhe é tributado. Por conseguinte, o exercício da Religião supõe a Teologia, mas junta-lhe a observância dos preceitos e culto.

A Religião será natural ou sobrenatural, como a Teologia, segundo se fundar, ou só naquilo que sabemos pela razão, ou na manifestação de Deus aos homens, feita, quer por palavra, quer por comunicação interior à inteligência de alguns, para que estes a ensinem aos outros.

Do estudo da Teologia nasce espontâneamente a prática da Religião. Com efeito, não se pode conhecer a Deus (*Teologia Dogmática*) e seus mandamentos (*Teologia Moral*), sem tirar como consequência natural, que é necessário prestar-lhe alguma veneração e culto, e precisamente aquele que ele manda, no caso de ter imposto algum determinado.

RESUMO. — *Que estuda a Religião? Que são obras de Teologia? Que é Teologia Natural, Sobrenatural, Dogmática, Moral e Apologética? Que é Religião natural e sobrenatural? Que coisas compreende a prática da Religião? Que influência tem o estudo da Teologia na prática da Religião, e por que motivo?*

CAPÍTULO II

QUESTÕES PRÉVIAS AO ESTUDO
DE QUALQUER RELIGIÃOART. 1.º — NECESSIDADE HIPOTÉTICA
DA RELIGIÃO

TESE (¹). Se Deus existe, todo o homem está obrigado a prestar-lhe culto ou veneração conveniente; por outras palavras, está obrigado a praticar a Religião.

4. Adversários. — Os *materialistas* negam a existência de Deus e consequentemente a necessidade de praticar qualquer religião. Segundo eles, só existe a matéria sensível. Entre os que admitem a existência de Deus, negam a necessidade de praticar a Religião: 1.º, os *panteístas* que afirmam que todo o mundo é Deus, e como ninguém tem obrigação de prestar culto a si próprio, também não há necessidade de Religião; 2.º, certos *indiferentistas* para quem todas as religiões são iguais, todos os cultos indiferentes, e a veneração de Deus coisa arbitrária.

Prova

5. Deus, segundo a definição dada no Cap. I, n. 1, é criador do mundo e do homem: logo, é necessário que este o venere como a seu superior e benfeitor. Todo o filho deve reconhecimento, respeito e amor a seus pais; logo o mesmo deve fazer o homem

(¹) Assim como, em Matemática, as verdades que se vão demonstrar se chamam teoremas, em Teologia ou Religião, chamam-se teses ou proposições.

com Deus. Veneramos os pais sendo-lhes reconhecidos e prestando-lhes algum obséquio; respeitamo-los, nada fazendo contra a sua vontade. Respeitamos a Deus guardando os seus preceitos; veneramo-lo, fazendo sacrifícios em sua honra, e pedindo seu favor e ajuda, pois nisto o reconhecemos como superior e benfeitor.

RESUMO. — *Que ensinam os materialistas, panteístas e certos indiferentistas, acerca da necessidade de praticar a Religião? Como se prova essa necessidade? Como se respeita a Deus? Como se venera?*

ART. 2.º — A EXISTÊNCIA DE DEUS

TESE. Deus existe.

6. **Adversários.** — 1.º Segundo os *materialistas*, só existe a matéria, e o que é acessível aos sentidos; logo não existe Deus que, seria um ser supra-sensível. 2.º Na opinião dos *modernistas*, experimentamos certo sentimento de que Deus existe, certa inclinação e necessidade de nos dirigirmos a ele, mas não podemos provar que, de facto, existe.

Provas

7. 1.ª **Deduzida da admirável inteligência e mestria com que estão feitas muitas obras do Universo.**

É de todas a mais clara. Ei-la brevemente:

Em muitas coisas deste mundo, por exemplo no homem, existe uma ordem admirável na disposição dos olhos para ver, dos ouvidos para ouvir, do aparelho circulatório para levar o sangue a todas as partes do corpo, dos pulmões para respirar, dos músculos

para mover os membros, da língua para falar, da cabeça para discorrer e armazenar recordações, dos nervos para sentir a dor e o prazer, do coração para movimentar o sangue, da vontade para amar. Ora ninguém neste mundo é capaz de produzir nem um só olho, ouvido, nervo ou cérebro que viva, sinta, pense e fixe recordações; logo, quem fez o homem, é um ser mais poderoso e sábio que ele, a quem deve venerar e respeitar como superior.

Da mesma forma se pode arguir do movimento ordenado dos planetas em volta do sol; dos animais que têm bastantes propriedades do homem; das plantas que são organismos maravilhosos, produzem flores e frutos, têm vida que o homem é incapaz de produzir.

8. 2.^a Deduzida da persuasão universal, que não pode ser falsa.

Em todas as idades, afirmaram os homens a existência de Deus. Para prová-lo, basta ver como em todas as nações, e em maior número precisamente nas mais cultas, se lhe levantaram templos magníficos — na China, no Japão, na Índia, no Egito, na Grécia, na Itália, no México e Peru. Pois bem, nenhuma razão — a não ser a existência de Deus — pode explicar facto tão unânime, constante e universal. Com efeito, se Deus não existisse, compreender-se-ia que uma nação, uma religião ou várias o fizessem; mas, que todos os povos o afirmem através de todas as idades, e que precisamente os mais cultos sejam quem levanta os templos mais grandiosos à Divindade, não pode explicar-se senão admitindo a existência de Deus.

Nota. — Todos os povos, como vimos no argumento, estão de acordo em admitir a existência de Deus, isto é, de um Ser a quem devemos venerar; não o estão, porém, quanto ao seu número, qualidades e perfeições. Por conseguinte, o argumento só prova a existência de um Ser superior ao homem.

9. 3.^a Deduzida da existência da ordem moral, por que se regem os homens.

Assim como existe no homem uma ordem física, segundo vimos na primeira prova, também existe nele uma ordem moral, que o impele natural e irresistivelmente a julgar certas acções como más, por exemplo, matar, ferir, caluniar a um inocente, roubar a um necessitado, privar a outro da honra pela mentira... e outras como boas, por exemplo, socorrer a quem está em perigo, defender um inocente, impedir um mau acto que se vai cometer por ignorância...

Portanto, existe no homem uma ordem moral, independentemente da sua vontade, mediante a qual a sua convivência se mantém num plano digno e humano.

10. 4.^a Deduzida da necessidade de haver um Ser, que de ninguém recebeu a existência, o qual terá de ser Deus.

A) Existe necessariamente um Ser, que não recebeu a existência de nenhum outro.

Vemos efectivamente que no mundo existem muitos seres, o homem, as flores, as pedras, os animais... Se alguma destas coisas não tivesse sido feita por ninguém, estaria demonstrado que havia um ser, a quem ninguém deu a existência. Se, por exemplo, ninguém tivesse criado o homem, teríamos encontrado o ser que buscávamos. Pelo contrário, se todos os seres que existem, tivessem sido criados, não existiria nenhum, porque não se pode receber a existência de um ser que também não existe. Se todos os homens, sem excepção, tivessem que nascer de outros homens, nenhum nasceria, porque não poderia nascer o primeiro. Logo existiu um homem, que não veio ao mundo por nascimento. Da mesma forma, se todos os seres tivessem que existir recebendo a existência de outro, nenhum existiria, porque o primeiro não poderia existir. Logo, é evidente, que existe um ser, que não recebeu a existência de nenhum outro.

B) Um ser que não recebeu de outro a existência, é um ser que tem todas as perfeições possíveis, quer dizer, é sábio, poderoso, feliz, eterno, e tudo isto em sumo grau, por outras palavras, é Deus.

De facto, um ser que não recebeu de nenhum outro a existência (e que dá o entendimento aos homens, a formosura aos céus, às plantas e animais, o poder e a força aos elementos, e ordem maravilhosa ao universo), tem em si próprio, sem que ninguém lha dê, a razão de existir, de ser sábio, poderoso e eterno, e tudo isto em sumo grau. Um homem, por exemplo, que tivesse em si próprio a razão do saber, isto é, se pudesse saber sem necessidade de estudar e pensar, seria o maior sábio que pode haver, e se tivesse em si mesmo a razão e a fonte do dinheiro, sem necessidade de o ganhar, procurar, ou receber de outrem, teria todo o dinheiro que se pode ter.

Nota

11. Nomes de Deus: — Diferem, segundo a língua de cada nação. O mais belo e também o mais exacto, quer dizer, o que melhor lhe quadra, é o que ele se deu a si próprio na Sagrada Escritura, ou seja — **LAVÉ** ⁽¹⁾, que significa *aquele que é*, ou por outras palavras, *aquele que existe*, que tem em si a razão ou a fonte de existir. Os outros seres, o homem, os animais, o sol, só existem porque Deus lhes dá a existência. De maneira parecida, a lua e os planetas, que giram em torno do sol, têm luz, porém a fonte da luz não a possuem eles, mas o sol.

O sol é um foco, cuja luz vem dele mesmo; a lua e os planetas não têm senão a que recebem do sol.

(1) «Assim dirás aos filhos de Israel: *Aquele que é* (lavé) mandou-me a vós... Este é o meu nome para sempre».

«Sic dices filiis Israel: Qui est misit me ad vos. Hoc nomen mihi est in aeternum». Êxodo, III, 14 e 15.

A palavra «*Deus*», usada em Português e nas línguas derivadas do Latim — como o Italiano, Francês, e Espanhol — na opinião dos eruditos, parece significar — *luz*, e teria a mesma origem que a palavra «*dia*».

Seja como for, Deus é luz ⁽¹⁾, é existência brilhante e luminosa.

RESUMO. — *Que dizem os materialistas e modernistas sobre a existência de Deus? Qual a prova mais clara da sua existência? Como se demonstra que Deus existe, partindo da ordem física e moral que observamos no homem, do consenso universal e da necessidade da existência de um ser que de ninguém a recebeu? Como se prova que Deus possui todas as perfeições e as encerra em sumo grau? Qual o nome que melhor lhe quadra? Que significa o nome que lhe damos, nas línguas derivadas do Latim?*

ART. 3.º — DISTINÇÃO ENTRE DEUS E O MUNDO

TESE. Deus é distinto do mundo.

12. Adversários. — Os *panteístas*, para quem todas as coisas são Deus, como folhas e ramos nascidos da árvore da Divindade, ou membros do seu corpo.

Provas

13. 1.ª — É um corolário do último argumento, com que provámos a tese anterior. Se Deus é perfeito em sumo grau, é distinto do mundo. Portanto, não pode ser triturado nas pedras, não pode crescer nas plantas, enfermar e morrer nos animais, reduzir-se a cinzas pelo fogo, na maioria dos seres sensíveis. Se o homem pode sofrer tudo isso no seu corpo, é porque tem muitas imperfeições.

(1) «*Porque Deus é luz e não há nele obscuridade alguma*».

«*Quoniam Deus lux est, et tenebrae in eo non sunt ullae*».

I S. João, 1, 5.

Dificuldade. — Contra esta prova, pode surgir uma dificuldade: Jesus Cristo era Deus, e não obstante, sofreu e morreu. Logo o argumento precedente não prova.

Resposta. — Jesus Cristo sofreu e morreu porque, além de ser Deus, era também homem. Não teria sofrido se fosse somente Deus.

14. 2.^a — Diz-nos a própria consciência que não somos Deus, e não temos em nós a razão de existir, que nos custa muito trabalhar, que estamos sujeitos à dor, e temos um poder muito limitado, que somos incapazes de operar as maravilhas que se nos revelam no mundo; numa palavra, que não somos Deus.

RESUMO. — *Que ensinam os panteístas acerca de Deus? Como se prova que Deus não é constituído pelo conjunto dos seres, visto encerrar toda a perfeição? Como se prova isso mesmo, pelo testemunho da consciência?*

CAPÍTULO III

A RELIGIÃO NATURAL

ART. 1.^o — DOGMA, MORAL E CULTO NA RELIGIÃO NATURAL

15. A Religião natural, como vimos nas noções preliminares, compreende três coisas: 1.^a, o que o homem deve saber de Deus; 2.^a, os preceitos que deve guardar; 3.^a, o culto que deve prestar a Deus.

§ 1.^o

16. **O que o homem deve saber de Deus.** — Vimos brevemente que Deus é um ser, que possui todas as perfeições em sumo grau e é distinto do mundo. É isto o que, em resumo, o homem deve conhecer de Deus.

Poderíamos agora descer a pormenores sobre as suas perfeições ou atributos conhecidos só à luz da razão natural. Mas, como em parte são os mesmos que conhecemos pela revelação, deles falaremos no tratado de Deus Uno.

§ 2.º

Os preceitos que o homem deve guardar.

TESE. Todo o homem deve cumprir os preceitos do decálogo.

17. Explicação. — Os preceitos do decálogo são aqueles que o homem, só pela razão, e portanto, sem necessidade de revelação, pode conhecer que lhe foram impostos por Deus.

Deduzem-se de dois princípios evidentes, nos quais estão implicitamente contidos: 1.º Que se há-de amar a Deus sobre todas as coisas; 2.º Que não se há-de querer para outro, o que não se deseja para si. Por conseguinte, não se há-de dar às criaturas o culto, que só a Deus é devido, não se hão-de adorar falsos deuses (primeiro mandamento). Não se há-de blasfemar o nome de Deus, e hão-de cumprir-se os votos e promessas que se lhe fazem (segundo mandamento). Há-de tributar-se culto a Deus (terceiro mandamento). Há-de obedecer-se aos pais e a toda a autoridade legítima (quarto mandamento). Não se há-de matar, nem faltar à castidade, nem roubar, nem mentir (quinto, sexto, sétimo e oitavo mandamento). Não se há-de desejar possuir de uma maneira injusta os bens de outro (nono e décimo mandamento).

Provas

18. 1.ª — Deus, ao criar o homem, deu-lhe a inteligência, com a qual vê claramente como é bom guardar esses preceitos, mau e indigno de um ser racional não os guardar.

2.^a — A nossa consciência, não sóla educação, que pode ser contrária à observância dos preceitos, mas pelo impulso natural que brota do mo do nosso ser, sente-se tranqüila quando cumpridas normas, e desassossegada quando as não resp

3.^a — A própria razão nos diz que us não pode recompensar igualmente aos que guardos seus preceitos e aos que os não cumprem; àie casta e à mulher impudica; ao homem justo e assassino e blasfemo. Como muitos homens perversos são mais felizes que muitas pessoas rectas, é necessário que haja outra vida, onde cada um receb prêmio ou castigo correspondente às boas ou máçções. Portanto, é evidente que Deus quer e impõe observância desses preceitos, e castiga a quem os rguarda.

§ 3.º

19. Culto que o homem deve trar a Deus. — Provámos no Cap. II que o home deve prestar culto a Deus. A Religião natural não preve determinadamente nenhum acto de culto, é, nenhum rito ou cerimónia especial. Pode, porto, o homem escolher livremente os actos, com quxpresse, de maneira acomodada à natureza racional sua submissão e amor a Deus, ser supremo. Comdo, porém, o homem de alma e corpo, não só dev prestar-lhe esse preito interior, mas manifestá-lo externamente, quer pela oração, quer realizando em shonra qualquer obra que exija sacrificio. Maiinda: assim como não bastaria, para honrar ao chesupremo do exército ou da nação, que os soldados cidadãos o homenageassem como individuos e n como corporação ou sociedade, assim também nbasta que o homem particularmente, preste a Deus ulto devido, e a sociedade, como tal, lho negue. ta, que, em último termo, tem a Deus por autor;ve também render-lhe o culto conveniente.

RESUMO. — *Que factores entram na Religião natural? Que deve o homem saber de Deus? Quais são os dois princípios, donde se deduzem os preceitos do decálogo? Como podem formular-se tais preceitos? Que razões podem aduzir-se em prova da obrigação de os guardar? Que espécie de culto determina a Religião natural? Por que não basta prestar a Deus culto interno? Por que deve a sociedade, como tal, render culto a Deus?*

**ART. 2.º — NECESSIDADE DE ABRAÇAR
UMA RELIGIÃO REVELADA, SE DEUS ASSIM
O ORDENA**

TESE. Se Deus quis revelar e impor aos homens uma religião sobrenatural com verdades novas que o homem não conhece só pela razão, com mandamentos novos e determinado culto, o homem está obrigado a abraçá-la.

20. Explicação. — Provámos, à simples luz da razão, que Deus existe e tem em sumo grau todas as perfeições que há nas criaturas do céu e da terra, às quais ele deu a existência, e que o homem deve guardar certas normas de conduta já indicadas.

Não é necessário que Deus fale aos homens para que eles conheçam estas verdades; mas é evidente que se Deus quer, pode falar-lhes ou manifestar-lhes, directamente, ou por meio de outro, a quem escolha como legado ou representante, o que ele julgue conveniente, mesmo que o homem, só pela razão, não possa conhecer as verdades que Deus tem por bem revelar.

Do mesmo modo, pode um pai oferecer à sua filha um vestido de seda, ricamente bordado. Só pelo facto de lho entregar, ainda que nada lhe diga, compreenderá a filha que o vestido não é para usar quando esteja a fazer a limpeza da casa. Mas, se o pai quiser, pode manifestar-lhe expressamente que deve apenas usá-lo em determinadas cerimónias. Isso,

por hipótese, não o poderia saber a filha com a simples entrega do vestido.

Prova

21. O homem é súbdito de Deus e obra sua; logo, é evidente que Deus pode obrigá-lo a que tome conhecimento do que ele tiver por bem manifestar-lhe, a obedecer-lhe no que lhe mandar e prestar-lhe o culto que ele próprio determinar.

RESUMO. — *Em que condições pode o homem estar obrigado a abraçar uma religião sobrenatural, e como se prova essa obrigação?*

ART. 3.º — NECESSIDADE HIPOTÉTICA DA RELIGIÃO REVELADA

TESE. A revelação seria absolutamente necessária se Deus quisesse que os homens conhecessem, a seu respeito, o que só pela razão natural não se pode conhecer; e sem mistura de erro adquirissem a certeza da sua existência e perfeições, e das normas fundamentais da moral.

22. **Explicação.**—Verdades que não podem conhecer-se só pela razão natural, são, por exemplo, a SS. Trindade, a Encarnação, a natureza e efeitos da graça santificante, a existência dos sacramentos, etc.

As outras verdades, de que se trata na tese, como a existência de Deus e suas perfeições, as normas fundamentais da moral, podem, realmente, conhecer-se só com a luz da razão. Afirmamos porém que, para os homens, em geral, as conhecerem facilmente sem mistura de erro, não bastam as forças naturais, mas é necessário que Deus as revele.

Adversários. — Os *racionalistas*. Segundo eles, basta a razão para conhecer, sem mistura de erro, todas as verdades necessárias para o homem levar uma vida inteiramente digna da natureza humana.

Provas

23. A) Argumento histórico. — A tese é evidente, na parte que se refere às verdades que é impossível conhecer só pela luz da razão. No que respeita à unidade e outras perfeições de Deus e às normas morais mencionadas, pode assim provar-se brevemente.

A julgar pelo que nos ensina a História, os povos por nós conhecidos, desprovidos de revelação, isto é, todos menos o povo judeu e o cristão, erraram acerca da unidade e perfeição de Deus, e dos preceitos morais referidos, caindo nos erros opostos: pluralidade de deuses, com vícios e defeitos humanos: liceidade do divórcio, poligamia, suicídio...

Até a cultura helénica, que nos é mais conhecida, caiu em erros crassíssimos como os que refere o livro da Sabedoria, cap. XIII e XIV. — Dominavam diversas formas de animismo: entre os Romanos a fisiolatria — culto das forças da natureza — entre os Egípcios a zoolatria, entre os Persas a heliolatria, etc.

A estes erros religiosos juntavam-se os erros morais: louvor do suicídio, escravatura, desprezo do trabalho manual, crueldades, vícios contra a natureza, etc.

Até o povo de Israel, apesar de favorecido com a revelação divina, não foi isento desta degradação senão por um auxílio especial divino.

Nos nossos tempos os povos que se separaram da Igreja (depositária da revelação) caíram em tais erros que podemos com razão perguntar que lhes resta do primitivo cristianismo.

Os filósofos modernos não gozam de maior autoridade que os antigos. O cepticismo, subjectivismo, panteísmo, etc. cometeram tais erros que chegam a ter como doença mental o sentimento religioso.

Logo, se todos os povos erraram, ainda os mais cultos, é sinal evidente de que tais verdades se não podem conhecer facilmente e sem erro.

* B) **Argumento psicológico.** Para que o género humano tenha possibilidade moral de conhecer com certeza e segurança as verdades necessárias para uma instituição recta da vida, requer-se: a) que todas sejam aptas para serem compreendidas, ainda pelos mais rudes, b) sem demora, c) sem erro grave.

Tais condições requeridas quase nunca se verificam, umas vezes por falta de entendimento, outras por excesso das paixões, por falta de tempo e disposição, etc.. Torna-se, portanto, necessário, com necessidade moral, que Deus socorra a humanidade com algum meio que é precisamente a Revelação.

24. Consequência. — Portanto, se o homem devia levar vida inteiramente digna da natureza humana, era conveniente que lhe fosse revelada a unidade de Deus, as suas perfeições, e as normas da moral.

25. Dificuldade. — Sendo assim, é defeituosa a natureza humana criada por Deus, pois não se pode chamar perfeita e sem defeitos, uma natureza incapaz de conhecer as verdades necessárias, para se levar uma vida religiosa e moral, digna.

Resposta. — A natureza humana, em si, é perfeita e se os homens se não deixassem arrastar culpavelmente pelas más tendências e hábitos, tais verdades não lhes seriam inacessíveis; os mais inteligentes conhecê-las-iam por si próprios, e com a sua ajuda, os mais rudes e ignorantes. A impossibilidade nasce, não da natureza em si mesma, mas da inconsideração e falta de virtude do homem.

RESUMO. — *Que verdades religiosas não pode conhecer a razão sôzinha? Que opinam os racionalistas acerca da necessidade da Religião revelada? Com se prova essa neces-*

sidade, se Deus queria que os homens conhecessem a unidade e perfeições de Deus, as normas fundamentais da moral, facilmente e sem mistura de erro? Apesar de tudo, por que não se pode dizer que a natureza humana saiu defeituosa das mãos do Criador?

ART. 4.º — POSSIBILIDADE DA REVELAÇÃO

TESE. É possível a revelação divina.

QUALIFICAÇÃO: *Foi definida solenemente a possibilidade da revelação no Conc. do Vaticano.*

26. Noções sobre a revelação:

Revelação em geral. — É a manifestação duma coisa antes obscura, oculta ou desconhecida, feita pelo homem ou por Deus.

Revelação divina é a manifestação duma verdade oculta ao homem, feita por Deus.

Revelação humana é a manifestação duma verdade oculta, feita por outro homem.

Se eu digo a um amigo «daqui a um mês estou em Roma», faço-lhe uma revelação que, naturalmente é humana.

E quando Jesus disse a Pedro que o iria negar três vezes antes que o cantar dum galo se ouvisse (S. Marc., xiv, 30), fez-lhe uma revelação também: foi uma revelação divina.

A revelação divina pode ser *natural* ou *sobrenatural*.

Revelação natural é a manifestação da verdade, feita ao homem por Deus como autor da natureza.

Ao contemplar as coisas, a ordem que há nos diversos reinos, deduzimos, revela-se-nos a existência de um ser poderoso e inteligente, de Deus.

Revelação sobrenatural é a manifestação, feita por Deus ao homem para além da exigência e capacidade natural.

Por exemplo: é *sobrenatural* a revelação que Jesus fez a Paulo quando este ia para Damasco (Actos, ix, 5): «Sou Jesus a quem tu persegues», etc....

Pode ser *imediate* ou *mediate* segundo é feita directamente por Deus ou por intervenção do homem.

É *imediate* a revelação que Jesus fez a Pedro: «as portas do inferno não prevalecerão contra a Igreja» (S. Mateus, xvi, 18).

E, para nós, essa mesma revelação é *mediate* porque nos foi feita por meio de S. Pedro ou do evangelista.

A revelação divina é *pública* se primariamente e por si mesma é feita em favor do género humano ou duma sociedade. Caso contrário é *particular*.

São particulares as revelações feitas aos Santos, a Santa Teresa de Jesus, por exemplo.

E é pública a revelação feita aos judeus por meio de Moisés e dos profetas; e a feita por Jesus Cristo e pelos apóstolos para os cristãos.

27. Adversários. — Os *Ateus* que negam a existência de Deus, os *materialistas* que lhe negam a espiritualidade, os *panteístas* e *racionalistas* que negam a ordem sobrenatural e os *modernistas* para quem a fé não passa de um sentido íntimo ao homem.

Prova

28. A impossibilidade só proviria ou de Deus ou do homem ou das coisas reveladas. Ora não vem de nenhuma destas partes; logo é possível.

Deus, princípio de todas as verdades e luz das inteligências, pode ter razões para nos comunicar ver-

dades cuja existência nos era desconhecida. Nada se opõe, embora não saibamos positivamente *a priori* se ele terá essas razões. Da parte do homem também nada se opõe: feito para toda a verdade, pode-a atingir ao menos analógicamente. Da parte das coisas reveladas, também não repugna se o homem ainda não conhece a verdade revelada.

RESUMO. — *Como se define a revelação em geral? Que é revelação divina e humana? Sabe dar algum exemplo? É possível a revelação divina? Como se prova?*

ART. 5.º — POSSIBILIDADE DE UMA REVELAÇÃO NA QUAL SE CONTENHAM VERDADES MISTERIOSAS

TESE. Não se pode demonstrar que repugne a revelação dos mistérios.

QUALIFICAÇÃO: *De fé, pelo Concílio Vaticano.*

29. Explicação. — *Mistério.* Etimologicamente esta palavra significa coisa fechada, verdade escondida.

Há mistérios naturais: a) As coisas que não se conhecem só por falta de manifestação, por exemplo, o pensamento interno.

b) As coisas que só se conhecem quanto à existência, mas não quanto à natureza íntima, por exemplo, a vida.

Mistérios Teológicos: a) As verdades de Deus que podem conhecer-se naturalmente, mas só imperfeita e analógicamente, por exemplo, a imutabilidade e liberalidade de Deus.

b) Verdades cuja existência só pela revelação as podemos atingir, mas depois apreende-se a sua essência e interna sociabilidade das notas, por exemplo, o primado do Romano Pontífice.

c) Verdades que só por meio da revelação se conhecem e, feita esta, ainda não se conhece a sua razão íntima e sociabilidade das notas, por exemplo a Trindade das Pessoas na Unidade da Natureza Divina.

30. Adversários. — Os *Racionalistas* negam a possibilidade de qualquer revelação e com maior razão tratando-se dos mistérios.

Prova

31. Repugnaria a revelação dos mistérios: a) se fossem para o homem como fórmulas ininteligíveis ou b) se a sua revelação não fosse útil. Ora não se dá nem uma coisa nem outra, portanto, não repugna a revelação dos mistérios.

a) O mistério é um ente e tudo quanto ele contém é igualmente ente. Ora todo o ente é objecto do entendimento humano.

b) O mistério pode ser útil por apresentar novas verdades ou trazer novos conhecimentos ao que já antes era conhecido, como realmente sucede com os mistérios que Deus revelou, por exemplo a Trindade, a Eucaristia, que vêm precisar mais claramente os conceitos de substância e acidente.

RESUMO. — *Que se entende por mistério e quantas espécies há de mistérios? Qual é a opinião dos racionalistas? Como se prova que não repugna a revelação dos mistérios?*

ART. 6.º — *A RAZÃO NÃO PODE DEMONSTRAR QUE NÃO EXISTAM VERDADES MISTERIOSAS PARA ELA INCOMPREENSÍVEIS*

TESE. Não se pode demonstrar que repugne a existência dos mistérios.

QUALIFICAÇÃO: *Definida implicitamente no Concílio Vaticano.*

32. Adversários. — Os *racionalistas* que afirmam nada haver que a razão não possa explicar.

Os *modernistas* para quem os mistérios não são mais que a experiência religiosa, expressa em fórmulas humanas. Os *semi-racionalistas* que sustentam que, admitida a revelação, todos os mistérios se podem compreender na sua essência.

Provas

33. 1.^a — Para se demonstrar a repugnância dos mistérios era preciso provar que se conhece de um modo perfeito o Ser Infinito, Deus. Ora como isso não se pode provar, consequentemente, não se pode demonstrar que repugne a existência dos mistérios.

O conhecimento que temos de Deus é apenas analógico e muito imperfeito. E sendo finito o conhecimento humano e o de Deus infinito, haverá sempre uma desproporção infinita entre estes dois conhecimentos. Ora é nessa desproporção que se funda a não repugnância da existência dos mistérios.

Conhecemos a Deus, não como é em Si, mas só pelas criaturas; logo não podemos demonstrar que não tenha algumas perfeições que nós não compreendemos.

Um homem que pela primeira vez visse um papagaio e não tivesse ouvido dizer nada nem lido acerca de tal ave, não podia saber se ele era ou não capaz de falar; porque uma ave não fala, pensaria que aquela também não falava.

2.^a — Para que a razão pudesse demonstrar que é impossível a existência dos mistérios seria porque se via claramente que não podia ser; por exemplo, um círculo quadrado. Mas essa condição não se verifica.

No mistério da SS. Trindade, por exemplo, não dizemos que é um só Deus e três deuses, o que seria evidentemente absurdo; mas: um só Deus e três pes-

soas divinas; e isto já não podemos demonstrar que é falso.

No mistério da Encarnação, não dizemos que em Jesus Cristo há uma só pessoa e duas pessoas, coisa absurda; dizemos: há uma pessoa só com natureza divina e ao mesmo tempo com alma e corpo de homem.

RESUMO. — *Quem negou a existência dos mistérios? Como se prova que existem?*

ART. 7.º — OBRIGAÇÃO DE INQUIRIR
DA VERDADE OU FALSIDADE DE UMA
RELIGIÃO REVELADA

TESE. Quando uma religião revelada se apresenta como verosimilmente imposta por Deus, há obrigação de inquirir se ela é verdadeira ou não.

34. Adversários. — Toda a espécie de indiferentistas. Os mais radicais dizem que todas as religiões são igualmente inúteis e prejudiciais (indiferentismo absoluto).

Segundo os mais moderados, todas são boas e legítimas; todas levam a Deus, como todos os rios vão dar ao mar (indiferentismo universal).

Para outros, qualquer das religiões cristãs é legítima e boa: catolicismo, protestantismo... (indiferentismo relativo).

Prova

35. Todos têm obrigação de pôr os meios necessários para chegar ao conhecimento de uma lei importante que se apresente como verosímil e obrigatória.

Ora praticar a religião verdadeira é importantíssimo e obrigatório.

Logo, quando uma religião se apresenta como verosímil há obrigação de inquirir se é verdadeira.

RESUMO. — *Quantas espécies há de indiferentismo? Como se prova que o homem tem obrigação de inquirir se uma religião é verdadeira quando se lhe apresenta como verosímil?*

ART. 8.º — QUANDO É QUE HÁ OBRIGAÇÃO
DE ACEITAR UMA RELIGIÃO REVELADA

TESE. Para que uma pessoa esteja obrigada a aceitar uma religião revelada, é preciso que lhe conste com certeza que é verdadeira.

36. **Explicação.** — Há certeza de uma coisa quando não há *temor prudente* da contrária.

Temos a certeza de que Roma existe, de que uma pedra, atirada ao ar, cairá ao chão, de que dois e dois são quatro, de que neste momento há muita gente sentada, muita de pé.

Prova

37. Se não há certeza, não se pode dar adesão firme, prudente e irrevogável; ora a decisão de aderir a uma religião que se apresenta como revelada por Deus, deve ser firme, prudente e irrevogável; logo é preciso que haja certeza.

Dificuldade. — Se uma religião se nos apresenta como provável, teremos de a aceitar como tal. Logo basta a probabilidade para que haja obrigação de a abraçar.

Resposta. — Quando uma religião revelada se oferece como provável, há obrigação de inquirir, mas não de a aceitar como certa e obrigatória; porque enquanto ela continuar provável, será também provável que não seja verdadeira.

Se a dificuldade provasse alguma coisa, concluir-se-ia que havia obrigação de aceitar como verdadeiras

duas ou mais religiões que fossem prováveis e entre as quais houvesse contradição, o que é absurdo. Logo o que a dificuldade diz é absurdo porque da verdade nunca se tira conclusão que não seja verdadeira.

Nota

38. A certeza dos sábios e a dos que o não são.

É claro que a certeza de um astrónomo a respeito de qualquer verdade astronómica está mais baseada do que a que dessas verdades tem uma criança ou qualquer homem de menos cultura.

Em ambos os casos há certeza: a persuasão que exclui todo o temor prudente. A do astrónomo funda-se em raciocínios científicos certos. A da criança ou do homem de menos cultura, no testemunho dos astrónomos.

Há qualquer coisa de parecido na questão religiosa. Os que estudaram fundam-se em argumentos certos; quem não estudou funda-se no testemunho dos que estudaram.

RESUMO. — *Quando é que há certeza de uma coisa? Como se prova que para estar obrigado a abraçar uma religião é preciso estar certo que é verdadeira? Por que não basta a probabilidade? Que absurdo se seguiria se houvesse obrigação de aceitar uma religião que fosse só provavelmente verdadeira?*

ART. 9.º — MEIO DE CONHECER SE UMA RELIGIÃO REVELADA É OU NÃO VERDADEIRA

TESE. A garantia necessária e suficiente para saber se uma religião que se diz revelada é ou não verdadeira são os milagres.

39. Milagre é um facto sensível que supera a ordem da natureza, operado por intervenção de Deus.

Será sensível, se, em si ou nos seus efeitos, for apreendido pelos sentidos.

Para ser milagre no sentido estrito da palavra, requer-se que supere a ordem de toda a natureza sensível. Neste sentido os Anjos podem fazer verdadeiros milagres. Os demónios não, porque faltaria a última condição de ser sempre Deus a causa única ou principal, física ou moralmente, como é realmente em qualquer das duas opiniões.

Um eclipse não é um milagre porque não supera a ordem natural. Uma obra de arte também não, pelo mesmo motivo.

Ressuscitar um morto, isso já o é, porque naturalmente é impossível à natureza.

Anunciar com certeza um facto futuro que a razão humana não pode conhecer, também é um milagre, se se fez com aprovação de Deus. Prever o futuro supera a ordem da natureza. Por conseguinte as profecias são verdadeiros milagres.

Divisão do milagre. — **Sobre a natureza**, se esta é impotente para produzir tal efeito, v. g. a ressurreição dum morto.

Contra a natureza, se esta produz o efeito exactamente contrário, v. g. o rejuvenescimento pelo azeite fervente.

Além da natureza, se esta não pode produzir tal efeito do mesmo modo, v. g. a cura instantânea de uma fractura.

O milagre pode ainda ser: *físico* se é perceptível em si mesmo, ou *moral* se só é perceptível nos seus efeitos.

40. Adversários. — Os *Protestantes* que, como Lutero, punham o critério primário na inspiração interna. Os *defensores do critério imanentista*, ou seja aqueles que a põem na experiência interna individual perante a revelação.

Prova

41. Os milagres são sinais certíssimos e evidentes a qualquer inteligência. Logo são uma garantia suficiente de que uma religião é verdadeira.

E só eles é que oferecem essa garantia: qualquer outro sinal ou não exclui toda a dúvida, e portanto não é certíssimo, ou não é acomodado a qualquer inteligência, pois só as inteligências cultas os apreendem. Por conseguinte os milagres são uma garantia necessária de que tal religião é verdadeira.

42. **Explicação.** — 1. Deus que aprova os milagres não pode confirmar com eles uma coisa falsa.

2. Os milagres são factos sensíveis que chamam extraordinariamente a atenção; e podem ser comunicados por testemunhas fidedignas. Por isso é claro que são garantia acomodada a todos.

3. Um homem que não fez algum milagre em confirmação do que diz, pode enganar ou enganar-se ele mesmo: pode dar como verdadeiro o que não passa de invenção mal intencionada; ou carecerá de autoridade para convencer de tal modo que estejam obrigados a acreditá-lo. Por aqui se vê que só os milagres oferecem, para o comum dos homens, uma garantia suficiente.

Por conseguinte: nem Maomé nem os diversos fundadores das seitas protestantes, ou de qualquer religião, que não tenham feito milagres para provar as suas pretendidas revelações, não têm o direito de ser acreditados. O que afirmam não oferece garantia segura.

RESUMO. — *Qual é a definição de milagre? Quantas espécies há? Como se demonstra que são necessários e suficientes para saber se uma religião é verdadeira?*

ART. 10.^o — POSSIBILIDADE DOS MILAGRES

TESE. São possíveis os milagres.

QUALIFICAÇÃO: *De fé, pelo Concílio Vaticano.*

43. **Adversários.** — Os *Racionalistas* que rejeitam todo o sobrenatural. Os *deterministas* que sustentam a imutabilidade absoluta das leis físicas. Os *modernistas* para quem o milagre não é mais que um facto devido ao sentimento religioso.

Provas

44. A) Há milagres reconhecidos publicamente e confessados pelos maiores homens de ciência. Logo são possíveis.

B) Deus como autor estabeleceu a ordem da natureza, pode portanto interrompê-la com excepção que são os milagres.

Moralmente também os milagres são possíveis porque demonstram a bondade, a sabedoria e o poder de Deus.

45. **Explicação.** — Na natureza produzir-se-ão sempre os mesmos efeitos nas mesmas circunstâncias: os ponteiros do relógio andarão sempre enquanto a corda durar e não haver avaria.

E no entanto, nós podemos fazer parar o relógio, ou fazer andar os ponteiros em sentido contrário.

Assim também Deus: pode fazer que os seres da Natureza deixem de produzir, excepcionalmente, algum ou alguns dos seus efeitos, ou que sejam contrários aos que naturalmente se produziriam.

RESUMO. — *Quem negou a possibilidade dos milagres? Como se prova que são possíveis?*

ART. 11.º — COGNOSCIBILIDADE
DOS MILAGRES

TESE. É possível saber que se deram milagres.

45. Explicação. — Para haver conhecimento de um milagre é preciso:

1.º Conhecer o facto histórico de que se trata; por exemplo, a cura de um doente naturalmente incurável (verdade histórica do milagre).

2.º Saber que esse facto não se produziu só pelas forças naturais sensíveis mas por outras forças superiores (verdade filosófica).

3.º Saber que foi feito com aprovação de Deus (verdade teológica ou relativa, por dizer relação a Deus).

46. Adversários. — 1. Há incrédulos que negam a possibilidade de se chegar ao conhecimento da verdade histórica. Dizem que a favor dos milagres só há razões de ordem moral, o testemunho dos homens e o dos sentidos; e que contra estão as leis físicas da natureza, que segundo Hume, Strauss, Zeller, não têm excepção.

2. Há também incrédulos — Espinoza, Voltaire, Renan — que afirmam: para conhecer a verdade filosófica seria necessário que o milagre em questão se repetisse diante de sábios.

3. Outros pretendem que os factos exteriores a uma pessoa, como o são os milagres, nunca podem chegar a convencê-la de que uma religião é verdadeira.

Prova

47. Os milagres podem-se conhecer se se pode ter a certeza da sua verdade histórica, filosófica e teológica ou relativa; ora é possível; logo é possível conhecer que se deram milagres.

1. Pode-se ter a certeza da verdade histórica do milagre, como se pode tê-la de outro facto qualquer: basta que haja testemunhos verídicos e suficientes do facto.

2. Pode-se ter a certeza da sua verdade filosófica, se consta, por exemplo, que o doente desesperado dos médicos se curou com qualquer coisa que não podia produzir tal efeito, como será a aplicação de uma relíquia ou o ter rezado uma oração.

3. Da verdade teológica ter-se-á a certeza se, por exemplo, quem fez o milagre afirma que é para glória de Deus ou para confirmar o que ensina.

A ressurreição de Lázaro é um destes factos.

Se em tais circunstâncias Deus faz o milagre ou o aprova, quer dizer que o taumaturgo fala verdade. Porque Deus não pode permitir que se verifiquem milagres em confirmação do que não é verdade. Do contrário privar-se-ia de poder falar aos homens de modo que eles tivessem a certeza de que é Deus quem lhes fala realmente.

Sempre poderiam ficar a julgar que estavam a ser enganados.

RESUMO. — *O conhecimento de um milagre quantas verdades supõe? Em que consistem essas verdades? Como se prova que se pode ter a certeza da verdade histórica, filosófica e teológica?*

P R I M E I R A P A R T E

INSTITUIÇÃO DA ÚNICA
RELIGIÃO VERDADEIRA.

FONTES EM QUE SE CON-
TÉM A SUA DOCTRINA.

ASSENTIMENTO QUE
DEVEMOS PRESTAR
ÀS SUAS VERDADES.

T R A T A D O P R I M E I R O

JESUS CRISTO, LEGADO DE DEUS PARA INSTITUIR UMA RELIGIÃO

NOTA BIBLIOGRÁFICA — A. A. GOUPIL, *La vraie Religion*. — A. BRANDÃO, *Quem é Jesus Cristo?*, Porto. — O maior milagre de Jesus, ib. — Encyclopédie «*Jésus Christ*», Paris, Bloud et Gay. — E. JACQUIER, *La crédibilité des Evangiles*, Paris. — E. JALHAY, *O homem e Jesus Cristo*, Lisboa, A. C. — GRANDMAISON L., *Jésus Christ*, Paris, Beauchesne. — E. MANGENOT, *La resurrection de Jésus Christ*, Paris. — I. M. LAGRANGE, *Le Messianisme chez les Juifs*, Paris. — H. WALLON, *De la croyance due à l'Evangile*, Paris. — J. LEAL, *Os Evangelhos e a Crítica Moderna*, A. I., Porto. — L. CL. FILLION, *Les miracles de N. S. Jésus Christ*, Paris. — LEOPOLDO FONCK, *Los milagros del Señor en el Evangelio*, trad. esp., Madrid. — L. MURILLO, *Jesucristo y la Iglesia*, Madrid. — K. ADAM, *Jesus Cristo*, trad. brasil. — PINARD DE LA BOULLAYE, *Conférences de Notre Dame*.

CAPÍTULO ÚNICO

A RELIGIÃO CRISTÃ É A ÚNICA
VERDADEIRA

48. **Noções Prévias.** — Como dissemos na Introdução, *religião sobrenatural* é a que se funda na manifestação divina feita por palavra, ou por revelação interior à inteligência de alguns homens, para que estes, como legados de Deus, a comuniquem aos outros.

Existem actualmente várias religiões, que se dizem reveladas pelos seus adeptos, como a judaica, a maometana e a cristã. Nas teses deste tratado, demonstraremos que só a religião cristã é verdadeira, quer dizer, que só nela se encontra a *doutrina* que Deus revelou a seu respeito; os *preceitos* que ele fixou e o *culto* que deseja que se lhe tribute.

Começam, em geral, os autores, por demonstrar a possibilidade da religião sobrenatural e dos milagres. Não é isso necessário ⁽¹⁾, se provamos, como todos provam, que Deus, na verdade, deu aos homens tal religião e a comprovou com obras milagrosas; este mesmo facto demonstra que ambas as coisas são possíveis. Explicaremos, no entanto, que não há nada de impossível nos milagres, quando falarmos dos realizados por Jesus Cristo.

(1) Pareceu-nos, contudo, de utilidade introduzir na edição portuguesa, em complemento doutrinário essa demonstração. Cfr. N.º 29 a 38. --- N. do T.

ART. 1.º — *HISTORICIDADE*
DOS EVANGELHOS

TESE. Os livros chamados Evangelhos, que escreveram S. Mateus, S. Marcos, S. Lucas e S. João, narram os factos tais como se passaram, quer dizer, são livros históricos que narram factos verdadeiros.

49. Adversários. — Os *racionalistas e modernistas* negam toda a espécie de milagres. Não podem, consequentemente, admitir que os Evangelhos, em que se contam muitos deles, relatem factos verdadeiros. Por isso, segundo eles, os evangelistas ou se enganaram a si próprios, ou quiseram enganar os outros.

Prova

50. Esses livros são:

1.º — De carácter histórico, porque neles se narram factos verídicos e não inventados. Por exemplo, a pregação e morte de S. João Baptista, o nascimento de Jesus em Belém, por causa do edito de Augusto, a morte de Jesus no tempo de Pilatos, etc.

2.º — Nos Evangelhos trata-se de factos, que os autores puderam conhecer, pois foram ou discípulos de Jesus, como S. Mateus e S. João, ou discípulos dos Apóstolos que tinham recebido pessoalmente os ensinamentos de Cristo, como S. Marcos, discípulo de S. Pedro, e S. Lucas de S. Paulo.

3.º — Pelo que se refere à doutrina, não é, evidentemente, obra dos que a escrevem, mas da pessoa a quem a atribuem. Na verdade, um cobrador de impostos como S. Mateus, ou um pescador como S. João, não poderiam inventar doutrina tão sublime e nada comum, como é a de Jesus.

4.º — Não há razão alguma para supor que os evangelistas pretendessem enganar os seus leitores.

5.º — Se o quisessem fazer, teriam posto em relevo a inteligência dos Apóstolos, a sua nobre origem, o desprendimento dos bens deste mundo, a sua fidelidade em seguir o Mestre. Pelo contrário, ensinam-nos, que um foi cobrador e os outros pescadores; pintam-no-os buscando os primeiros postos, cheios de medo na prisão de Jesus, um deles entregando-se aos inimigos, e por fim, enforcando-se.

6.º — Se perseguem o Mestre, não se alteram nem se exaltam; se o vêem fazer milagres, contam-nos com a maior naturalidade. Dir-se-ia que são imparciais até ao exagero.

7.º — Teriam sido desmentidos pelos judeus, inimigos do Cristianismo, e até pelos primitivos cristãos, que repudiaram muitos outros livros semelhantes, chamados apócrifos, porque neles se narrava uma vida de Jesus imaginária e falsa.

8.º — Por ensinarem esta doutrina, S. Mateus e S. João são perseguidos ⁽¹⁾; todos eles, excepto S. João, são condenados à morte por pregarem a doutrina que ensinam nos seus livros, como refere a História Eclesiástica.

Por conseguinte: a) Do modo como os evangelistas descrevem os factos;

b) da narração de factos que lhes eram perfeitamente conhecidos;

c) do modo como falam de Jesus e dos Apóstolos;

d) da doutrina sublime que expõem;

e) de os seus livros, ao contrário dos apócrifos, terem sido recebidos como históricos pelos contemporâneos e pelas gerações sucessivas;

(1) Actos dos Apóstolos, v, 17 e segs.

f) de os seus autores terem sofrido perseguições, e até a morte, para defender a verdade do que escreveram;

—temos de concluir que os evangelistas narram os factos como eles sucederam.

Notas complementares

51. 1.^a Autores dos Evangelhos. — Diz-nos a História que esses livros foram realmente escritos por S. Mateus, S. Marcos, S. Lucas e S. João. Assim, St.^o Ireneu, Bispo de Lião, Tertuliano que vivia na África, Orígenes no Egipto, e S. Justino mártir em Roma, falam-nos dos quatro Evangelhos; e St.^o Ireneu, Tertuliano e Orígenes dão-nos os nomes de seus autores ⁽¹⁾.

Além destes, existem muitos outros testemunhos de que S. Mateus, S. Marcos, S. Lucas e S. João são os autores dos Evangelhos respectivos.

52. 2.^a Tempo em que foram escritos. — Não se sabe ao certo a data da sua composição. Hoje, a opinião geralmente admitida é que se escreveram pela ordem com que aparecem nas Bíblias, isto é, primeiro o de S. Mateus, depois o de S. Marcos, mais tarde o de S. Lucas, e por fim o de S. João. Pensa-se também que a data da composição não deve fixar-se antes do ano 40 para o de S. Mateus, nem depois de 90 para o de S. João ⁽²⁾.

53. 3.^a Conservação substancial dos Evangelhos, no seu primitivo estado. — É um facto historicamente

(1) Baste-nos citar, a título de exemplo, o seguinte testemunho de Santo Ireneu: «Mateus escreveu em língua hebraica o Evangelho, enquanto Pedro e Paulo... fundavam a Igreja de Roma. Depois, Marcos... deixou-nos escrito o que Pedro tinha pregado. Lucas, coligiu num livro o Evangelho que pregava Paulo, de quem era discípulo. Mais tarde João... publicou o Evangelho, quando vivia em Éfeso». *Adversus haereses* 3, 1. Migne 7, 844 e segs.

(2) Os três primeiros são anteriores ao ano 70, e o de S. João pertence ao último decénio do século I, segundo a opinião geral dos críticos modernos.

certo que nos Evangelhos, como hoje os lemos, não se acrescentou nem tirou nada de importância ao que os seus autores escreveram.

a) Existem mais de quatro mil manuscritos ou códices que conservam os Evangelhos completos, ou fragmentos. Os mais antigos estão todos escritos com letras maiúsculas, e destes, 161 são anteriores ao século x; alguns, são mesmo dos séculos iv e v. O *Sinaitico*, que se conserva no Museu Britânico de Londres, e o *Vaticano*, da Biblioteca Vaticana, são do século iv e contêm íntegros os quatro Evangelhos.

b) Não há autor profano, grego ou latino, de quem se conservem as obras, nem em tão grande número de manuscritos, nem tão próximos da época em que ele viveu, como se conservam os Evangelhos. Por conseguinte, se aceitamos a autenticidade das obras de César ou de Tácito, porque assim no-lo provam alguns manuscritos antigos, com muito mais razão devemos aceitar a autenticidade dos Evangelhos, por serem em maior número, e mais próximos dos seus autores, os manuscritos que nos restam.

c) Comparados esses manuscritos, em todas as variantes que contêm — seja na ordem das palavras, seja no emprego de uma em lugar de outra, seja em faltas de ortografia e erros de copista, ou em pontos de mais importância — elevam-se estas a 150.000, em todo o Novo Testamento; mas se se trata do sentido das palavras, apenas uma milésima parte será incerta, em todo o Novo Testamento.

d) Pelo que se refere aos Evangelhos, estão suprimidas em alguns manuscritos as quatro passagens seguintes: em S. Lucas, o versículo que fala do suor de sangue no horto (xxii, 43); em S. João, o que se refere ao anjo que baixava a mover a água da piscina pública de Jerusalém (v, 4); ainda em S. João, a passagem referente à adúltera (viii, 1 e segs.); em S. Marcos os doze últimos versículos.

e) Dos textos citados no parágrafo anterior, letra d), os três primeiros não são necessários para

demonstrar a verdade da Religião Cristã, e por isso não nos serviremos deles. O último, de S. Marcos, tem importância, e dele faremos uso, com direito, por duas razões; 1.^a, porque esses versículos se encontram noutros textos dos Evangelhos; 2.^a, porque dado mesmo o caso de não terem sido escritos por S. Marcos, teríamos de admitir que o foram no tempo dos Apóstolos, pois vêm já citados por escritores do século II.

f) Ainda que os manuscritos mais antigos dos Evangelhos não vão além do século IV⁽¹⁾, como vimos em a), contudo, já nos séculos, I, II e III se encontram muitas citações, que naturalmente se tomaram de manuscritos, que desapareceram devido ao uso contínuo, à humidade, ao fogo e a outros acidentes. São tantas essas citações, que só com elas se poderiam reconstituir quase completamente os Evangelhos, se não existissem manuscritos que no-los conservassem. Assim, por exemplo, a obra cristã mais antiga que conhecemos, depois dos livros do Novo Testamento, intitulada *Didake ou Doutrina dos doze Apóstolos*, e composta por fins do séc. I, cita já vários textos dos Evangelhos.

54. 4.^a Língua em que foram escritos os Evangelhos, e primeiras traduções. — Sabe-se pelo testemunho de escritores antigos, como St.^o Ireneu⁽²⁾ e S. Papias⁽³⁾ que S. Mateus usou da língua hebraica; os outros evangelistas escreveram em grego. Ora já nos séculos II e III havia exemplares do Novo Testamento em latim e siríaco. A tradução latina, que hoje usamos, ou seja a *Vulgata*⁽⁴⁾, é a antiga latina corrigida por S. Jerónimo.

Em língua oriental, a versão equivalente à nossa vulgata é a siríaca, chamada *Pechita*. É do séc. V

(1) Modernamente encontram-se vários fragmentos dos Evangelhos em papiros do século terceiro e até do segundo.

(2) *Adversus haereses* 3, 1.

(3) Eusébio, *Hist. Eclesiást.* 3, 39.

(4) Este nome significa a mais corrente, a mais vulgarizada.

e esse nome significa *Simplex* segundo uns e *Vulgata* ou *Vulgarizada* segundo outros.

RESUMO DA TESE. — Por que negam os racionalistas e alguns modernistas, que os Evangelhos relatam factos verdadeiros? Por que são os Evangelhos livros de carácter histórico? Como se prova que os evangelistas conheceram os factos por eles narrados? E que a doutrina apresentada não é deles, mas de Jesus? Pelo modo como falam dos Apóstolos e de Jesus, como se prova que não quiseram enganar? Que teria acontecido se não relatassem factos verdadeiros? Que prêmio receberam neste mundo, por pregar tal doutrina? Que devemos concluir dos dados precedentes?

RESUMO DAS NOTAS COMPLEMENTARES. — Como se prova que foram realmente S. Mateus, S. Marcos, S. Lucas e S. João que escreveram os Evangelhos? Em que tempo foram escritos? Como se demonstra que nada se juntou nem tirou de substancial e importante, ao que escreveram os evangelistas? Quais são as passagens em que não estão de acordo os manuscritos antigos? Como sabemos que já nos três primeiros séculos existiam exemplares dos Evangelhos, apesar de as cópias mais antigas, que hoje possuímos, datarem do século IV? Em que língua escreveram os evangelistas? Qual é a tradução latina que nós usamos e qual poderia chamar-se equivalente entre as versões orientais? Que significados tem e de quando data?

ART. 2.º — JESUS CRISTO AFIRMA DE SI PRÓPRIO, QUE É O LEGADO DE DEUS ESPERADO PELOS JUDEUS

TESE. Afirma-se nos Evangelhos: 1.º, que antes de Jesus nascer, já os judeus esperavam um enviado especialíssimo de Deus, a quem chamavam Messias; 2.º, que Jesus disse de si que era esse Messias esperado.

55. Explicação. — *Messias*, em hebreu, significa o mesmo que em grego *Cristo*, e em português *Ungido*.

Nos livros sagrados dos judeus, dava-se o nome de Ungidos aos reis, aos sacerdotes, e aos profetas.

Hoje só damos esse nome aos sacerdotes — ungidos do Senhor — porque na ordenação lhes ungem as mãos com óleo santo.

1.^a PARTE. — *Antes de Jesus nascer, os judeus esperavam um enviado especialíssimo de Deus, a quem chamavam Messias.*

Prova

56. a) Ao chegarem os magos a Jerusalém, pergunta Herodes aos sacerdotes e letrados «onde devia nascer o Cristo» (o Ungido) ⁽¹⁾.

b) Ao velho Simeão prometera Deus «que não morreria sem ver antes o Cristo (Ungido) de Deus» ⁽²⁾.

c) S. João Baptista declara aos judeus, falando de si mesmo, «eu não sou o Cristo» ⁽³⁾.

d) St.^o André, falando a seu irmão, S. Pedro, diz-lhe: «Encontrámos o Messias» ⁽⁴⁾.

e) Os judeus, depois do milagre da multiplicação dos pães, exclamaram: «Este, na verdade, é o profeta que há-de vir ao mundo» ⁽⁵⁾.

2.^a PARTE. — *Jesus afirma de si que é o Messias esperado.*

Prova

57. a) Quando a Samaritana disse a Jesus: «Sei que há-de vir o Messias», ele responde-lhe: «Sou eu, que estou a falar contigo» ⁽⁶⁾.

(1) «Ubi Christus nasceretur». S. Mateus, II, 4.

(2) «Non visurum se mortem, nisi prius videret Christum Domini». S. Lucas, II, 26.

(3) «Non sum ego Christus». S. João, I, 20.

(4) «Invenimus Messiam». S. João, I, 41.

(5) «Quia hic est vere Propheta, qui venturas est in mundum». S. João, VI, 14.

(6) «Scio quia Messias venit». «Ego sum, qui loquor tecum». S. João, IV, 25 e 26.

b) Interpelado Jesus Cristo pelo presidente, no supremo tribunal dos Judeus, com as solenes e graves palavras: «*Conjuro-te por Deus vivo, que nos digas se tu és o Ungido, Filho de Deus*» ⁽¹⁾, Jesus responde: «*Eu sou*» ⁽²⁾.

RESUMO. — *Que textos, entre outros, provam que os judeus esperavam um enviado especial de Deus? Que nome lhe davam, e qual a sua significação? Que textos mostram ter Jesus afirmado de si, que era o Messias esperado pelos Judeus?*

ART. 3.º — JESUS AFIRMA QUE VEM FALAR AOS HOMENS DA PARTE DE DEUS

TESE. Jesus afirmou que era enviado de Deus, para falar aos homens.

Prova

58. 1. Não há dúvida de que Jesus enviou os Apóstolos a pregar a doutrina, que lhes tinha ensinado: «*Como meu Pai me enviou, assim eu vos envio a vós*» ⁽³⁾. «*Todo o poder me foi dado no céu e na terra. Ide, pois, e ensinai todas as gentes, baptizando-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo; ensinando-lhes a guardar tudo o que eu vos mandei*» ⁽⁴⁾. «*Quem crer e for baptizado, será salvo; o que não crer, será condenado*» ⁽⁵⁾.

(1) «*Aldiuro te per Deum vivum, ut dicas nobis si tu es Christus Filius Dei*». S. Mateus, xxvi, 63.

(2) «*Ego sum*». S. Marcos, xiv, 62.

(3) «*Sicut misit me Pater, et ego mitto vos*». S. João, xx, 21.

(4) «*Data est mihi omnis potestas in coelo et in terra. Euntes ergo docete omnes gentes, baptizantes eos in nomine Patris et Filii, et Spiritus Sancti: docentes eos servare omnia quaecumque mandavi vobis*». S. Mateus, xxviii, 18 e segs.

(5) «*Qui crediderit, et baptizatus fuerit, salvus erit: qui vero non crediderit, condemnabitur*». S. Marcos, xvi, 16.

2. Jesus afirmou claramente que a sua doutrina não era dele, mas do Pai em cujo nome falava. «*Subiu Jesus ao templo e ensinava, e os judeus admirados diziam: Como é que este, não tendo estudado, sabe letras? E Jesus respondeu-lhes e disse: A minha doutrina, não é minha, mas daquele que me enviou*» (1).

Noutra ocasião declarou Jesus: «*Quem crê em mim não crê em mim (sòmente), mas naquele que me enviou... Quem me despreza e não recebe as minhas palavras, tem quem o julgue. As palavras que vos tenho dito, serão o vosso juiz no último dia, porque eu não falo de mim mesmo, mas aquele que me enviou, o Pai, esse me mandou o que hei-de dizer e fazer... Por conseguinte, o que digo, digo-o como meu Pai me comunicou*» (2).

Logo, assim como os Apóstolos são legados de Jesus, porque os enviou a ensinar a doutrina que dele tinham ouvido, assim Jesus Cristo, conforme o seu próprio testemunho, é legado de Deus, porque transmitiu aos homens a doutrina que Deus lhe mandou ensinar.

RESUMO. — *Por que são os Apóstolos enviados ou legados de Jesus? Por que é Jesus, segundo a sua palavra, legado de Deus, para falar aos homens da parte do mesmo Deus?*

(1) «*Ascendit Iesus in templum, et docebat. Et mirabantur Iudaei, dicentes: Quomodo hic litteras scit, cum non didicerit? Respondit eis Iesus, et dixit: Mea doctrina non est mea, sed eius, qui misit me*». S. João, vii, 14 e segs.

(2) «*Qui credit in me, non credit in me, sed in eum, qui misit me... Qui spernit me, et non accipit verba mea, habet qui iudicet eum. Sermo, quem locutus sum, ille iudicabit eum in novissimo die. Quia ego ex meipso non sum locutus, sed qui misit me Pater, ipse mihi mandatum dedit quid dicam, et quid loquar... Quae ergo ego loquor, sicut dixit mihi Pater, sic loquor*». S. João, xii, 44 e segs.

**ART. 4.º — JESUS AFIRMA QUE AS SUAS OBRAS
SÃO PROVA DA SUA LEGAÇÃO DIVINA**

TESE. Jesus Cristo fez milagres para demonstrar que era embaixador de Deus, isto é, que a doutrina que ele publicava, era a que Deus lhe mandara ensinar.

59. Explicação. — *Milagre é um facto perceptível aos sentidos, que não pode ser realizado pelas forças da natureza sensível, mas só por Deus ou, com a sua aprovação, por um ser supra-sensível — alma humana separada do corpo, anjo (cfr. n.º 39).*

Na tese seguinte, veremos como nos é dado conhecer que os milagres de Jesus eram feitos com aprovação de Deus.

Prova

60. 1. Estava Jesus para efectuar um dos mais célebres milagres — o da ressurreição de Lázaro. Levantando os olhos ao céu, disse: *«Pai, dou-te graças, porque me ouviste. Eu bem sabia que sempre o fazes, mas exprimi-me assim por causa dos que me rodeiam, para que creiam que tu me enviaste»*. E dizendo isto, exclamou em alta voz: *«Lázaro, vem para fora»*. Imediatamente saiu do sepulcro o que estava morto ⁽¹⁾.

2. *«Se não faço as obras de meu Pai (quer dizer, obras exclusivas de meu Pai, obras que só Deus pode fazer) não me acrediteis; mas se as faço e não quereis*

⁽¹⁾ *«Pater gratias ago tibi quoniam audisti me. Ego autem sciebam quia semper me audis, sed propter populum, qui circumstat, dixi: ut credant quia tu me misisti»*. «Lazaro veni foras». S. João, xi, 41 e segs.

crer em mim (só porque o afirmo) crede nas minhas obras» (1).

3. Falando com os Apóstolos, na noite da Ceia, afirma: «Se a mim me perseguiram, também vos perseguirão a vós... Se eu não tivesse feito no meio deles obras que nenhum outro fez, não teriam culpa» (2).

4. Segundo o próprio Jesus Cristo, essas obras de Deus são os milagres. Com efeito, indo de caminho, um dia, com seus discípulos perguntaram-lhe: «Mestre, quem pecou para que nascesse cego — ele ou seus pais? Respondeu Jesus: Nem ele nem seus pais, mas aconteceu isto para que nele se manifestassem as obras de Deus. Convém que eu faça as obras daquele, que me enviou» (3). E em seguida, curou-o.

Nota

61. Os milagres, e assim também os de Jesus, tinham por fim confirmar a doutrina que ele e os seus discípulos pregavam. Assim o proclamavam os mesmos discípulos, sem dúvida, porque o haviam aprendido do Mestre, como estabelecemos na tese.

1. Lemos em S. Marcos: Os apóstolos, enviados por Jesus a pregar a sua doutrina, «fizeram-no por toda a parte, cooperando o Senhor e confirmando a pregação com milagres» (4).

(1) «Si non facio opera Patris mei, nolite credere mihi. Si autem facio: et si mihi non vultis credere, operibus credite». S. João, x 37 e 38.

(2) «Si me persecuti sunt et vos persequentur... Si opera non fecissem in eis quae nemo alius fecit, peccatum non haberent». S. João, xv, 20 e 24.

(3) «Rabbi, quis peccavit, hic, aut parentes eius, ut caecus nasceretur? Respondit Iesus: Neque hic peccavit neque parentes eius: sed ut manifestentur opera Dei in illo. Me oportet operari opera eius qui misit me». S. João, ix, 2 e segs.

(4) «Praedicaverunt ubique, Domino cooperante, et sermonem confirmante, sequentibus signis». S. Marcos, xvi, 20.

2. S. Paulo afirma de si que tinha dado aos habitantes de Corinto «*provas do seu apostolado por meio de sinais, prodígios e obras milagrosas*» (1).

3. No fim do Evangelho de S. João, aparece a mesma ideia: «*À vista de seus discípulos, fez Jesus muitos outros milagres que não estão escritos neste livro. Estes (que vos narro) foram escritos para que creais que Jesus é Filho de Deus*» (2).

RESUMO. — *Em que textos de S. João se diz que Jesus apelou para os seus milagres, como prova de que era enviado de Deus, para em seu nome falar aos homens? Como se verifica estarem os discípulos de Jesus certos de que os milagres eram uma confirmação da doutrina, que Jesus ou eles pregavam?*

ART. 5.º — JESUS PROVA COM MILAGRES A SUA MISSÃO DIVINA

TESE. Os milagres de Jesus, e sobretudo a sua ressurreição, provam, de facto, que ele, segundo afirmou, era enviado de Deus, para em seu nome falar aos homens.

62. Explicação. — Nos Evangelhos são-nos apresentados muitos prodígios feitos por Jesus. De vários consta claramente serem obras impossíveis de realizar sem um poder sobre-humano, por exemplo, ressuscitar mortos, multiplicar os pães, fazer cessar uma tempestade. Outros, por exemplo, curar certos enfermos,

(1) «*Signa tamen apostolatus mei facta sunt super vos in omni patientia, in signis, et prodigiis et virtutibus*». II Coríntios, xii, 12.

(2) «*Multa quidem et alia signa fecit Iesus in conspectu discipulorum suorum, quae non sunt scripta in libro hoc. Haec autem scripta sunt, ut credatis, quia Iesus est Christus Filius Dei*». S. João, xx, 30 e 31.

podia efectuá-los o homem com tempo e remédio adequados, mas não instantâneamente e sem recursos de medicina, como fazia Jesus. Entre os muitos, contados pelos evangelistas, apenas citamos, para prova da tese, os milagres seguintes:

Cura de um surdo-mudo, S. Marcos, vii, 34; de um cego, S. Marcos, x, 52; S. João, ix; de um paralítico, S. Marcos, ii, 11; de um leproso, S. Marcos, i, 40; tempestade amainada, S. Marcos, iv, 39; multiplicação dos pães, S. Marcos, vi, 41; ressurreição de três mortos, S. Mateus, ix, 18; S. Lucas, vii, 11; S. João, xi, 1 e segs.

A morte de Jesus, seguida da sua ressurreição, é narrada pelos quatro Evangelistas. Supostos estes factos, entremos na prova da tese.

Prova

63. Fazer milagres em confirmação de que a doutrina que se prega vem de Deus, e sobretudo ressuscitar depois de se ter morrido às mãos dos inimigos, só o pode quem realmente foi enviado por Deus.

Com efeito: 1.º Se o é, tudo se explica com a maior naturalidade: porque Jesus Cristo é seu legado, Deus acredita-o como tal diante dos homens, por meio de obras maravilhosas, espécie de credenciais, de documentos que lhe entrega, para os homens crerem nele.

2.º Se pelo contrário, Jesus Cristo não é legado divino, estamos em presença de um mistificador a quem não é possível desmascarar; esse homem dirige-se a Deus a pedir a confirmação dos seus embustes, e Deus, em prova dos mesmos, além de lhe permitir levar a efeito obras maravilhosas, ressuscita-o, depois de os seus inimigos lhe terem infligido a morte.

Ora isto é absurdo, repugna à santidade divina. Se procedesse de maneira tão condenável, Deus nunca mais poderia ser acreditado pelos homens, se algum dia lhes quisesse falar.

Estes, justamente poderiam sempre temer que algum taumaturgo, homem ou espirito, os estivesse iludindo.

Resta, pois, este único refúgio; os milagres de Jesus, e sobretudo a sua ressurreição, provam que era legado de Deus, em cujo nome falava.

Notas complementares

64. 1.^a As profecias de Jesus, como prova da sua missão divina. — As profecias de Jesus sobre as negações de Pedro ⁽¹⁾, a destruição de Jerusalém ⁽²⁾, a sua morte e ressurreição ao terceiro dia ⁽³⁾, constituem apenas um grupo característico de milagres, já que pelas simples forças humanas ninguém pode saber que ressuscitará ao terceiro dia da morte, — para não falar senão do caso mais claro.

65. 2.^a Valor especial do milagre da ressurreição para demonstrar a legação divina de Cristo. — a) Jesus dá importância capital ao milagre da ressurreição. *«Disseram-lhe certo dia alguns dos escribas e fariseus: Mestre, queremos ver um milagre teu. E ele respondeu-lhes: Esta geração perversa e adúltera pede um milagre, e o milagre (por excelência), que se lhe dará, será o de Jonas profeta. Porque assim como Jonas esteve três dias e três noites no ventre da baleia, assim estará o Filho do homem três dias e três noites no seio da terra»* ⁽⁴⁾.

b) Esta força especial do milagre da ressurreição, é fácil de verificar. Com efeito, mais claramente se vê

⁽¹⁾ *«Prius quam gallus cantet bis, ter me negabis»*. S. Marcos, XIV, 72.

⁽²⁾ *«Non relinquetur lapis super lapidem, qui non destruatur»*. S. Marcos, XIII, 2 e S. Lucas, XIX, 41 e segs.

⁽³⁾ *«Et damnabunt eum morte, et tradent eum gentibus... et interficient eum: et tertia die resurget»*. S. Marcos, X, 33 e 34.

⁽⁴⁾ *«Tunc responderunt ei quidam de scribis et pharisaeis, dicentes: Magister, volumus a te signum videre. Qui respondens ait illis: Generatio mala et adúltera signum quaerit, et signum non dabitur ei, nisi signum Iouae prophetae. Sicut enim fui Ionas in ventre ceti tribus diebus et tribus noctibus, sic erit Filius hominis in corde terrae tribus diebus et tribus noctibus»*. S. Mateus, XII, 38 e segs.

a necessidade de um poder especial de Deus para se ressuscitar a si mesmo, do que para curar enfermos, dominar elementos ou ressuscitar aos outros. Nos três últimos casos, o taumaturgo encontra-se vivo; no primeiro, ainda morto obra milagres.

66. 3.^a Possibilidade dos milagres. — Jesus Cristo realizou milagres, logo estes são possíveis. Os incrédulos negam esta possibilidade, fundados na constância, imutabilidade e invariabilidade das leis da natureza. A objecção carece totalmente de valor: são constantes, imutáveis, invioláveis mas em si mesmas; isto é, nem elas nem a natureza a que pertencem, podem alterar-se quer por si sós, quer pela iniciativa do homem; mas pode mudá-las o seu autor. Um relógio não pode mover os ponteiros contrariamente à direcção disposta pelo relojoeiro, nem pode deixar de andar enquanto tiver corda, e o maquinismo estiver perfeito. E contudo nós podemos pará-lo ou atrasá-lo quando quisermos. O que nós fazemos com o relógio, faz Deus com as obras por ele criadas. Leva-as a produzir efeitos contrários, a mover-se, para assim dizer, em sentido contrário, ou a parar, conforme o seu beneplácito.

RESUMO. — *Indique alguns milagres de Jesus. Como provam eles a sua missão divina? Onde está a força especial do milagre da Ressurreição? Com que profecias provou Jesus a verdade da sua doutrina? Como se prova que os milagres são possíveis, e por que não obsta a essa possibilidade a constância das leis físicas?*

ART. 6.^o — A PROPAGAÇÃO DA DOCTRINA DE JESUS COMO PROVA DA SUA ORIGEM DIVINA

TESE. A propagação do Cristianismo prova que o seu conteúdo doutrinal é de origem divina.

67. Explicação. — 1.^o Quando morreram os Apóstolos, havia muitos cristãos na Europa e Ásia Menor,

como testemunham, entre outros documentos, alguns livros dirigidos a diversas igrejas, como as epístolas de S. Paulo e S. Pedro, o Apocalipse de S. João, as cartas de St.º Inácio mártir, e também os Actos dos Apóstolos.

2.º Nos séculos II e III aumentou o número dos cristãos pertencentes a todas as classes sociais, segundo consta dos testemunhos dos escritores daquele tempo, tanto cristãos como pagãos. Basta citar, como exemplo, St.º Ireneu, S. Justino e Clemente de Alexandria, entre os primeiros; Tácito, Suetónio e Plínio-o-Moço, entre os pagãos.

Prova

68. Se a Religião Cristã fosse obra humana, não seria possível tal expansão, nas circunstâncias em que se deu; logo, a Religião Cristã é de origem divina.

Com efeito: 1.º A religião cristã, na ordem especulativa, impunha verdades inacessíveis à razão humana, como a SS. Trindade, a Encarnação, a divindade de um crucificado, a presença de Jesus na Eucaristia.

2.º Na ordem prática, obrigava a uma moral austera, oposta à poligamia, ao divórcio, a toda a transigência com as paixões da carne, fora do matrimónio.

3.º Essa doutrina teve de abrir caminho nos primeiros tempos, através de perseguições duríssimas, nas quais deram a vida milhares de homens (1), a começar pelo seu fundador e primeiros disseminadores — os Apóstolos. Se apesar disto se propagou com rapidez, é sinal, que latejava nela uma força sobre-humana, divina.

(1) Não é possível dar números exactos. Enquanto uns elevam o número de mártires a onze milhões, outros reduzem-no notavelmente. (O martirólogo romano dá para Roma 13.825).

RESUMO. — *Por onde nos consta da existência de muitos cristãos na Europa e Ásia Menor, ao tempo da morte dos Apóstolos? Que podemos saber, através de autores cristãos e pagãos, sobre o número e posição social dos cristãos, durante os séculos II e III? Quais as dificuldades da Religião Cristã para a sua propagação, no campo do dogma e da moral? Que outra grande dificuldade externa surgiu, logo de princípio? Que se conclui do seu rápido progresso, não obstante essas três dificuldades?*

ART. 7.º — NECESSIDADE DE ABRAÇAR A RELIGIÃO CRISTÃ

TESE. Jesus Cristo ensinou que todos os homens tinham obrigação de seguir a sua doutrina.

69. **Adversários.** — Certos *modernistas*, para quem Jesus se limitou a iniciar um movimento religioso, cujo conteúdo doutrinal deverá adaptar-se e modificar-se ao sabor das condições de lugar e tempo ⁽¹⁾.

Prova

70. 1. «Foi-me dado todo o poder no céu e na terra. Ide pois, e ensinai a todas as gentes, baptizando-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-as a guardar quanto eu vos mandei. Eis que eu estarei convosco até à consumação dos séculos» ⁽²⁾.

2. «Ide por todo o mundo e pregai o evangelho

⁽¹⁾ D. 2059.

⁽²⁾ «Data est mihi omnis potestas in coelo et in terra. Euntes ergo docete omnes gentes, baptizantes eos in nomine Patris, et Filii, et Spiritus Sancti: docentes eos servare omnia quaecumque mandavi vobis. Et ecce ego vobiscum sum omnibus diebus, usque ad consummationem saeculi». S. Mateus, xxviii, 18 e segs.

a todos os homens. Quem crer e for baptizado, será salvo; quem não crer será condenado» (1).

3. «Era necessário que Cristo padecesse e ressuscitasse ao terceiro dia de entre os mortos, e que em seu nome se pregasse a penitência e o perdão dos pecados em todo o mundo, começando por Jerusalém» (2).

RESUMO. — Que dizem os modernistas sobre a necessidade de todos os homens abraçarem a doutrina de Jesus Cristo? Como se prova essa necessidade?

Conclusão. — A Religião Cristã é a única verdadeira.

71. 1. Logo, a religião fundada por Jesus Cristo é a única verdadeira, pois ele falava em nome de Deus, e impôs a todos os homens a obrigação de a abraçar.

72. 2. Das outras religiões, que os seus adeptos proclamam verdadeiras — o budismo, o maometismo, o judaísmo — nenhuma pode ser verdadeira, por ser contrária à religião de Jesus Cristo. Nem Buda, nem Maomé fizeram milagres para confirmar o que ensinavam; logo, ninguém tem obrigação de acreditar que tal doutrina seja revelada por Deus, ainda que Jesus Cristo não tivesse fundado religião distinta.

Pelo que diz respeito ao Judaísmo, precursor e preparador do Cristianismo, é verdade que ostenta muitos prodígios, operados em seu favor até à vinda de Jesus Cristo, porque até essa data constituiu a única religião verdadeira. Mas Cristo veio fundar outra mais perfeita, e desde então, os milagres, antes frequentes no

(1) «Euntes in mundum universum praedicate Evangelium omni creaturae. Qui crediderit et baptizatus fuerit, salvus erit: qui vero non crediderit, condemnabitur». S. Marcos, xvi, 15 e 16.

(2) «Et sic oportebat Christum pati, et resurgere a mortuis tertia die: et praedicari in nomine eius poenitentiam et remissionem peccatorum in omnes gentes, incipientibus ab Ierosolyma». S. Lucas, xxiv, 46 e 47.

judaísmo, passaram a verificar-se no cristianismo, como sinal evidente da verdade da religião cristã, de que a judaica não foi mais que uma preparação.

3. Muito menos se pode pretender que é a única verdadeira, a religião natural, formada unicamente pelos princípios que a simples luz da razão descobre, à margem de qualquer revelação; e não o sendo, não basta para a salvação.

Deus deve ser venerado, como ele deseja e manda. Ora, além dos preceitos da religião natural, Deus, por meio de Jesus Cristo, quis impor outros, como são — a fé na sua doutrina e a recepção do baptismo. Logo, não basta, a religião natural para nos salvarmos.

Do tratado precedente, tira-se a conclusão óbvia de que a única religião verdadeira é a cristã.

RESUMO. — Porque é a religião cristã a única verdadeira? Porque não são religiões verdadeiras o budismo, nem o maometismo; e porque não poderia ninguém conhecer que eram verdadeiras, se fossem, nem deveria por isso abraçá-las? Porque deixou o judaísmo de ser religião verdadeira? Porque não basta a religião natural para a salvação?

TRATADO SEGUNDO

A VERDADEIRA SOCIEDADE
FUNDADA POR JESUS CRISTO

- * *NOTA BIBLIOGRÁFICA* — A. A. GOUPIL, *L'Église*. — A. D. SERTILLANGE, *Le miracle de l'Église*. — *L'Église*, Paris, Gabalda. — A. GOMES JARDIM, *A Igreja e o protestantismo*, Funchal. — I. M. A. VACANT, *Le magistère ordinaire de l'Église et ses organes*, Paris. — LEITE A. J., *O homem e a Igreja*, Lisboa, A. C. — LEONEL FRANCA, *A Igreja, a reforma e a civilização*, Rio de Janeiro. — LIPPERT, *L'Église du Christ*, trad. franc., Paris, Vitte. — PIERRE CHAILLET, *L'Église est une*, Paris, Bloud et Gay. — PINARD DE LA BOULLAYE, *Conférences de Notre Dame*, Paris, Spes. — R. AIGRAIN, *Enciclopédia «Ecclesia»*, Paris, Bloud et Gay. — TIHAMER TÓTH, *La Iglesia*, trad. esp., Madrid. — D. M. GONÇALVES CEREJEIRA, *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo*, Coimbra.

CAPÍTULO I

FUNDAÇÃO DA IGREJA; O SEU FUNCIONAMENTO EM VIDA DOS APÓSTOLOS

ART. 1.º — INSTITUIÇÃO DA IGREJA

TESE. Jesus Cristo, além de ensinar a sua doutrina, instituiu uma sociedade.

73. Explicação. — Chama-se *sociedade*, a união moral e estável de vários homens para obter um fim comum. O homem e a mulher, pelo matrimónio, **for-**mam a sociedade familiar, em ordem aos bens que dela dimanam — mútuo amor e ajuda; um grupo de pessoas pode formar uma sociedade mercantil, ou cultural, segundo os respectivos fins, económicos ou culturais; o mesmo se diga de todos os ramos da actividade humana.

Prova

74. 1. Jesus Cristo formou discípulos e de entre eles escolheu doze. Certo dia *«subiu Jesus a um monte a fazer oração e nele permaneceu toda a noite. Ao amanhecer chamou seus discípulos, e elegeu doze que designou com o nome de Apóstolos»* ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ *«Exiit in montem orare, et erat pernoctans in oratione Dei. Et cum dies factus esset, vocavit discipulos suos; et elegit duodecim ex ipsis, quos et apostolos nominavit».* S. Lucas, vi, 12 e 13.

2. Os doze Apóstolos fazem vida comum com Jesus desde essa eleição, como aparece através do Evangelho.

3. Mais tarde são enviados, por todo o mundo, a ensinar a doutrina de Cristo, baptizar e perdoar os pecados dos homens.

a) *«Como meu Pai me enviou, assim eu vos envio a vós... àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; àqueles a quem os não perdoardes, ser-lhes-ão retidos»* ⁽¹⁾.

b) *«Ide por todo o mundo e pregai o evangelho a todos os homens. Quem crer e for baptizado, será salvo; quem não crer, será condenado»* ⁽²⁾.

c) *«Tudo o que ligardes na terra, será ligado no céu, e tudo o que desligardes na terra, será desligado no céu»* ⁽³⁾.

Portanto, se Jesus Cristo reuniu discípulos, e deles escolheu doze para propagarem a sua doutrina em todo o mundo, e ao mesmo tempo lhes dá poder de administrar o baptismo e perdoar os pecados, evidentemente, funda uma sociedade, cuja finalidade é levar os homens a abraçar a sua doutrina. Para isso, além de outros meios, dispõe do rito do baptismo, do perdão dos pecados e da promessa da salvação para os que aceitem, de condenação para os que repudiem o Evangelho.

RESUMO. — *Como se define uma sociedade? Como sabemos que Jesus formou discípulos, escolheu doze apóstolos*

⁽¹⁾ *«Sicut misit me Pater, et ego mitto vos... quorum remisistis peccata, remittuntur eis; et quorum retinueritis, retenta sunt».* S. João, xx, 21 e 23.

⁽²⁾ *«Euntes in mundum univrsam, praedicate evangelium omni creaturae. Qui crediderit et baptizatus fuerit, salvus erit; qui vero non crediderit, condemnabitur».* S. Marcos, xvi, 15 e 16.

⁽³⁾ *«Quaecumque alligaveritis super terram erunt ligata et in caelo, et quaecumque solveritis super terram erunt soluta et in caelo».* S. Mateus, xviii, 18.

e com eles fez vida comum? Que texto nos prova que Jesus lhes deu o poder de perdoar os pecados, pregar e baptizar? Como se conclui destes factos que Jesus fundou uma sociedade?

ART. 2.^o — A AUTORIDADE SUPREMA

TESE. Jesus Cristo conferiu a S. Pedro a autoridade suprema, na sociedade que Ele fundou.

75. Explicação. — Os discípulos estiveram sob a autoridade de Jesus enquanto Ele viveu sobre a terra; uma vez que subiu aos céus deixou, naturalmente de ser o chefe visível da Igreja. A tese afirma que, em seu lugar, Cristo nomeou chefe a S. Pedro.

76. Adversários. — Os protestantes e os cismáticos orientais: gregos, russos, etc.

Prova

77. 1. Jesus Cristo prometeu a S. Pedro, fazê-lo chefe supremo dos cristãos. — Com efeito, declarou-lhe um dia: «*Tu és Pedro* ⁽¹⁾, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja e as portas (ou poderes) do inferno não prevalecerão contra ela. E dar-te-ei as chaves do reino dos céus, e tudo o que ligardes na terra será ligado no céu, e tudo o que desligares na terra será desligado no céu» ⁽²⁾.

Portanto, Jesus Cristo promete a S. Pedro que será a rocha viva sobre a qual se fundará a Igreja (agregação) de Cristo, e que tudo o que ele ligar ou desligar sobre a terra, será ligado ou desligado no céu. Ora a explicação destas palavras só é óbvia, se ia ser

(1) Para dar às palavras de Jesus toda a força que tinham no seu original; teria de traduzir-se, tu és *pedra*, ou talvez melhor ainda, tu és *rocha*.

(2) «*Tu es Petrus, et super hanc petram aedificabo ecclesiam meam, et portae inferi non praevallebunt adversus eam. Et tibi dabo claves regni caelorum; et quodcumque ligaveris super terram erit ligatum et in coelis, et quodcumque solveris super terram erit solutum et in caelis*». S. Mateus, xvi, 18 e 19.

confiada a S. Pedro a autoridade suprema na sociedade fundada por Cristo.

Do chefe supremo duma sociedade pode afirmar-se, com verdade, que é como a rocha dos alicerces, e tem o poder de promulgar e de revogar as leis. Mas se não existe esse chefe supremo, de ninguém se podem enunciar tais predicados.

Por exemplo, é lícito e verdadeiro dizer que o Papa é a rocha sobre que assenta a Igreja Católica, como Napoleão era a rocha sobre que assentava o império francês, e que ao Papa compete o direito de promulgar e revogar leis dentro da Igreja, como Napoleão o tinha quanto às leis do seu império. Pelo contrário, ninguém diria que um bispo católico, um pastor protestante, um oficial subordinado com autoridade sobre determinado quartel, sejam a rocha viva sobre que assenta a Igreja católica, a protestante, o exército duma nação.

2. Jesus Cristo constituiu realmente a S. Pedro chefe supremo da cristandade.

Depois da sua ressurreição, estando reunidos S. Pedro, S. Tomé, S. Tiago, S. João, Natanael e outros dois discípulos, disse Jesus a S. Pedro: *«Simão, filho de João, amas-me mais que estes? E ele respondeu: Sim, Senhor, tu sabes que te amo. Disse-lhe Jesus: Apascenta os meus cordeiros. Perguntou de novo: Simão, filho de João, amas-me? Respondeu-lhe: Sim, Senhor, tu sabes que te amo... E por terceira vez: Simão, filho de João, amas-me? Entristeceu-se Pedro, porque lhe perguntou terceira vez, se o amava, e respondeu: Senhor, tu sabes tudo, tu sabes que te amo. Disse-lhe Jesus: Apascenta as minhas ovelhas»* ⁽¹⁾.

(1) *«Simon Ioannis, diligis me plus his? Dicit ei: Etiam, Domine, tu scis quia amo te. Dicit ei: Pasce agnos meos. Dicit ei iterum: Simon Ioannis, diligis me? Ait illi: Etiam, Domine, tu scis quia amo te. Dicit ei: Pasce agnos meos. Dicit ei tertio: Simon Ioannis, amas me? Contristatus est Petrus, quia dixit ei tertio: Amas me? et dixit ei: Domine, tu omnia nosti; tu scis quia amo te. Dixit ei: Pasce oves meas».* S. João, XXI, 15 e segs.

Os cordeiros e ovelhas, isto é, o rebanho inteiro de Cristo, evidentemente que não pode ser outro senão o conjunto dos que são seus discípulos ou algum dia virão a sê-lo. Por conseguinte, Pedro é constituído pelo mesmo Jesus, pastor do seu rebanho, isto é, o encarregado de governar e mandar; e não um simples pastor, mas o supremo, como ressalta da pergunta — «*Amas-me mais que estes?*». e o indica sobretudo, a promessa anterior de que seria ele a rocha sobre que fundaria a Igreja.

Destas palavras, com que Jesus promete a S. Pedro a suprema autoridade e das primeiras, em que, efectivamente, lha confere, tira-se uma prova mais completa e perfeita, do que se considerássemos, separadamente, essas duas passagens do Evangelho.

78. O modo como falam de S. Pedro os Apóstolos e os evangelistas confirma a prova anterior.

a) Ao enumerar os doze Apóstolos, S. Mateus exprime-se deste modo: «*O primeiro, Simão, chamado Pedro*» ⁽¹⁾; e a seguir não lemos, como seria natural — o segundo, André seu irmão, o terceiro, S. Tiago, filho de Zebedeu, etc.; ao contrário, depois de nomear S. Pedro e dizer que era o primeiro, não dá a ordem dos outros, limitando-se a escrever-lhes o nome, como se, na mente do Apóstolo e Evangelista, só houvesse um primeiro, um chefe, e os outros fossem entre si iguais.

b) Noutras passagens da Escritura, lemos: «*Então levantou-se Pedro com os onze*» ⁽²⁾; «*Disseram a Pedro e aos demais Apóstolos*» ⁽³⁾; «*Pedro e os Apóstolos*» ⁽⁴⁾; «*Pedro e os que estavam com ele*» ⁽⁵⁾.

(1) «*Primus Simon, qui dicitur Petrus*». S. Mateus, x, 2.

(2) «*Stans autem Petrus cum undecim*». Actos, ii, 14.

(3) «*Et dixerunt ad Petrum, et ad reliquos apostolos*». Actos, iii, 37.

(4) «*Petrus, et apostoli*». Actos, v, 29.

(5) «*Simon et qui cum illo erant*». S. Marcos, i, 36. «*Petrus vero, et qui cum illo erant*». S. Lucas, ix, 32.

c) E usando a ordem ascendente, S. Paulo ao falar de si mesmo, de Apolo e de Pedro, põe-se no último lugar, como bom discípulo de Jesus, a seguir Apolo e depois S. Pedro e finalmente Cristo (1).

Tal modo de falar poderia, em absoluto, explicar-se atribuindo a S. Pedro uma presidência meramente honorífica; mas compreende-se melhor se o consideramos chefe supremo da sociedade cristã.

RESUMO. — *Quem nega a S. Pedro a suprema autoridade na Igreja? Quando lhe foi prometida? Qual o sentido óbvio das palavras, com que lhe foi prometida essa autoridade? Quando e com que palavras lha conferiu e de que termos usou Jesus? Que representam as ovelhas e cordeiros de Cristo? Como se demonstra que S. Pedro é o pastor supremo? Que textos, dos evangelistas e de S. Paulo, nos garantem que S. Pedro dispunha dessa autoridade suprema?*

ART. 3.º — AUTORIDADE COMUM A TODOS OS DISCÍPULOS

TESE. Além de S. Pedro também aos outros Apóstolos se concedeu certa autoridade na sociedade fundada por Jesus Cristo.

Prova

79. Os Apóstolos:

1.º Podem legislar. *«Em verdade vos digo que tudo o que ligardes na terra, será ligado no céu, e tudo o que desligardes na terra será desligado no céu»* (2).

(1) *«Ego quidem sum Pauli; ego autem Apollo; ego vero Cepha; ego autem Christi»*. I Coríntios, I, 12.

(2) *«Amen amen dico vobis, quaecumque alligaveritis super terram erunt ligata et in caelo, et quaecumque solveritis super terram erunt soluta et in caelo»*. S. Mateus, XVIII, 18.

2.º **Podem perdoar pecados.** «Como meu Pai me enviou, assim eu vos envio a vós. Recebei o Espírito Santo; àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; àqueles a quem os não perdoardes, ser-lhes-ão retidos» (1).

3.º **Podem consagrar.** Na última ceia, «tomando o pão, deu graças, partiu-o e deu-o aos Apóstolos dizendo: «Isto é o meu corpo, que será entregue por vós. Fazei isto em memória de mim» (2).

4.º **Podem pregar e baptizar.** Depois da ressurreição diz-lhes: «Todo o poder me foi dado no céu e na terra. Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a todos os homens, baptizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo» (3).

Por conseguinte, os Apóstolos, subordinados a S. Pedro como chefe supremo, têm verdadeira autoridade na sociedade fundada por Jesus Cristo.

RESUMO. — Com que palavras conferiu Jesus aos Apóstolos poder de legislar, perdoar pecados, consagrar, pregar e baptizar?

ART. 4.º — PERPETUIDADE DA IGREJA

TESE. Cristo, ao fundar a Igreja, quis que ela permanecesse até ao fim do mundo, tal como Ele a tinha estabelecido.

80. Explicação. — 1. Afirmamos na tese que a doutrina de Cristo não pode ser mudada total nem

(1) «Sicut misit me Pater et ego mitto vos... Accipite Spiritum Sanctum; quorum remiseritis peccata, remittuntur eis; et quorum retinueritis, retenta sunt». S. João, xx, 2 e segs.

(2) «Et accepto pane, gratias egit, et fregit, et dedit eis, dicens: Hoc est corpus meum, quod pro vobis datur; hoc facite in meam commemorationem». S. Lucas, xxii, 19.

(3) «Data est mihi omnis potestas in caelo et in terra. Euntes ergo, docete omnes gentes, baptizantes eos in nomine Patris, et Filii, et Spiritus Sancti». S. Mateus, xxviii, 18, 19.

parcialmente através dos séculos, mas que deve ser conservada como Cristo a ensinou. Nessa doutrina compreendem-se os ritos instituídos por Jesus Cristo (perdão dos pecados, baptismo, eucaristia...), e a constituição jerárquica da Igreja, em que há subordinação dos simples fiéis à autoridade, dos diversos graus desta entre si, tudo sob o governo supremo de um chefe.

2. Afirmamos, também, que à Igreja não só compete permanecer imutável até ao fim dos séculos (*perpetuidade de direito*), mas que realmente assim permanecerá (*perpetuidade de facto*).

3. Não negamos que na Igreja possam adoptar-se, de harmonia com as circunstâncias, leis e ritos complementares, necessários ao seu governo: mas tudo isso tem que deixar sempre intacta a doutrina e os ritos instituídos por Jesus Cristo.

81. Adversários. — Os *modernistas*, nesta proposição, condenada por S. Pio X, afirmam: «Cristo não ensinou um determinado corpo de doutrina, aplicável a todos os tempos e a todos os homens, mas iniciou apenas um movimento religioso, que devia adaptar-se às diversas circunstâncias de lugar e tempo» ⁽¹⁾.

Prova

82. 1. Perpetuidade de direito. Jesus Cristo, pouco antes de subir aos céus, disse aos Apóstolos: «*Ide e ensinai a todos os povos, baptizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a guardar quanto vos mandei: e eu estarei sempre convosco até à consumação dos séculos*» ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Decreto «*Lamentabili*» de 3 de Julho de 1907. D. 2059.

⁽²⁾ «*Euntes ergo, docete omnes gentes, baptizantes eos in nomine Patris, et Filii, et Spiritus Sancti; docentes eos servare omnia, quaecumque mandavi vobis. Et ecce ego vobiscum sum omnibus diebus, usque ad consummationem saeculi*». S. Mateus, XXVIII, 18 e segs.

Logo, é evidente:

a) Que Jesus Cristo quer que a sua doutrina se conserve integralmente até ao fim do mundo, e portanto com os seus ritos para perdoar pecados, baptizar, dar a Eucaristia, etc.

b) Que morrendo os Apóstolos, teriam quem lhes sucedesse no ofício de ensinar e administrar esses ritos, pois Jesus Cristo asseverou-lhes que estaria sempre com eles até ao fim do mundo. Ora, como os Apóstolos haviam de morrer, segue-se que estaria com os seus sucessores, pois de outra forma só ficaria com os Apóstolos até à morte deles, e não até ao fim do mundo.

c) Que haveria perpétuamente na Igreja um chefe supremo. Com efeito, segundo o testemunho de Cristo, Pedro é a rocha viva sobre a qual está edificada a Igreja. Ora a rocha sobre a qual se constrói um edifício que há-de durar até ao fim do mundo, deve também durar perpétuamente; de outro modo, deixaria de ser o seu fundamento. Por outras palavras, se a chefia suprema há-de subsistir perpétuamente na Igreja, por vontade de Cristo, compreende-se perfeitamente que se chame a S. Pedro rocha sobre a qual se levantará essa Igreja que durará até ao fim do mundo. Se, pelo contrário, supomos que tal chefia terminará com a morte de S. Pedro, então não podemos chamar-lhe, com razão, base ou rocha sobre a qual assenta a Igreja, pois não se chama base de um edifício àquilo que se pode retirar impunemente, sem que o edifício se arruïne.

2. Perpetuidade de facto. a) *«Ide e ensinai a todos os homens... e eu estarei sempre convosco até ao fim dos séculos»* ⁽¹⁾.

b) *«Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei*

⁽¹⁾ *«Euntes ergo, docete omnes gentes... Et ecce ego vobiscum. sum omnibus diebus, usque ad consummationem saeculi».* S. Mateus, xxviii, 19 e 20.

a minha Igreja, e as portas (ou poderes) do inferno não prevalecerão contra ela» (1).

No primeiro texto, Jesus promete que estará, de facto, com os Apóstolos até ao fim do mundo; logo, a Igreja durará, *de facto*, perpétuamente, pois, de contrário, não seriam verdadeiras as palavras de Jesus Cristo. Se a Igreja houvesse de desaparecer decorridos noventa séculos, por exemplo, depois da sua fundação, e o mundo durasse cem, Cristo não estaria com os Apóstolos até ao fim do mundo, mas até ao fim da Igreja.

No segundo texto, Jesus Cristo assegura que os poderes do inferno não prevalecerão contra a Igreja. Logo, se nem os mais terríveis inimigos a hão-de destruir, muito menos a destruirão quaisquer outros adversários. Quaisquer que fossem os inimigos que a aniquilassem, poderia sempre dizer-se, com verdade, que as forças do inferno a tinham arruinado.

RESUMO. — *Quais são os dois aspectos da perpetuidade da Igreja? Com que palavras de Jesus se justifica a perpetuidade da Igreja, tanto de direito como de facto? Podem adoptar-se novas leis e ritos na Igreja? De que modo se conclui das palavras de Jesus que os Apóstolos teriam sucessores e seria perpétua uma autoridade suprema, na Igreja?*

CAPÍTULO II

A IGREJA PÓS-APOSTÓLICA

83. Noções Prévias. — Provámos no capítulo anterior que Jesus Cristo fundou a Igreja, cuja suprema autoridade reside em S. Pedro, sendo os Apóstolos chefes subordinados; e que a Igreja, com a sua doutrina, ritos e jerarquia, permanecerá até ao fim do mundo.

(1) «*Tu es Petrus, et super hanc petram aedificabo ecclesiam meam, et portae inferi non prevalebunt adversus eam*». S. Mateus, xvi, 18.

Que a doutrina e os ritos, se conservam indefinidamente, é fácil de compreender; quem são, porém, os legítimos sucessores desses chefes, constituídos por Cristo?

A esta pergunta, vamos responder neste capítulo. Ficará assim determinado qual de entre as igrejas, que se chamam cristãs — a católica, a protestante e a cismática — é a verdadeira Igreja de Cristo.

ART. 1.^o — OS BISPOS SÃO OS SUCESSORES DOS APÓSTOLOS

TESE. Os bispos são os sucessores dos Apóstolos.

84. Explicação. — Dá-se o nome de *bispos* aos membros da jerarquia que têm poder para ensinar a doutrina de Cristo e administrar todos os ritos por ele instituídos, sob a autoridade do chefe supremo da Igreja.

Provas

85. 1.^a Por raciocínio. — Se, como vimos na tese precedente, os Apóstolos haviam de ter sucessores, estes não podem ser senão os bispos:

a) Com efeito, segundo a História nos mostra, eles encontram-se à frente de cada cidade, nas igrejas particulares de Jerusalém, Alexandria, Antioquia, Roma, Esmirna, Éfeso, Corinto, etc.; um precisa mente em cada uma delas (note-se que falamos dos tempos pós-apostólicos).

b) A eles compete a faculdade de administrar todos os ritos instituídos por Jesus Cristo.

Logo, é evidente que, se os Apóstolos haviam de ter sucessores, estes são os bispos e não podem ser outros.

86. 2.^a Pelo testemunho dos que viveram imediatamente depois dos Apóstolos.

a) Assim se expressa St.^o Inácio mártir, que morreu entre os anos 98 a 117, no império de Trajano: *«Exorto-vos a que façais tudo na paz de Deus, com o bispo presidindo em lugar de Deus, e os presbíteros em lugar do senado apostólico»* ⁽¹⁾. *«Todos respeitem os diáconos, como a Jesus Cristo, assim como (respeitam) o bispo, que é a imagem do Pai, e os presbíteros, que são o senado de Deus e o conselho dos Apóstolos»* ⁽²⁾.

«Obedecei todos ao bispo, como Jesus Cristo ao Pai... Independentemente dele ninguém faça nada, respeitante à Igreja. Seja tida por válida a eucaristia que o bispo consagra ou quem dele receber o poder. Sem autorização sua não se pode nem baptizar nem celebrar o banquete eucarístico: pelo contrário, tudo o que ele aprovar é agradável a Deus» ⁽³⁾.

b) Santo Ireneu, bispo de Lião, morto em 202, fala assim: *«Qual seja a doutrina, ensinada pelos Apóstolos em todo o mundo, podem sabê-lo quantos quiserem ver a verdade: como garantia dela podemos aduzir aqueles a quem os Apóstolos fizeram bispos, e os seus sucessores até aos nossos dias... Por quererem que fossem muito perfeitos e em tudo irrepreensíveis aqueles a quem deixavam por sucessores, investindo-os do seu próprio ofício de mestres... Ao fundarem, pois, os bem-aventurados Apóstolos (Pedro e Paulo) a Igreja (Romana) entregaram a Lino o episcopado... Policarpo foi criado pelos Apóstolos bispo de Esmirna, e eu próprio o vi, na minha meninice»* ⁽⁴⁾. Falando dos hereges, comenta: *«Todos eles são de origem muito posterior à dos bispos, aos quais entre-*

(1) Carta aos fiéis de Magnésia, 6, 1.

(2) Carta aos Tralianos, 3, 1.

(3) Carta aos de Esmirna, 8, 1 e segs.

(4) *Adversus haereses*, 3, 3.

garam os Apóstolos as igrejas» (1). Finalmente, aludindo aos católicos, ensina-nos «que é necessário obedecer àqueles presbíteros que, juntamente com a sucessão no episcopado, receberam... o carisma certo da verdade» (2).

c) Tertuliano, que morreu depois do ano 222, escreve: «Mostrem-nos, pois (os hereges), as origens das suas Igrejas. Apresentem por sua ordem os bispos que nelas houve, de sorte que, principiando desde a origem, possam fazer-nos ver como o primeiro bispo que as fundou foi um Apóstolo, ou algum dos varões apostólicos, que se conservou sempre unido aos Apóstolos. Assim de facto o mostram as Igrejas apostólicas, como a de Esmirna, que apresenta a Policarpo, nomeado por João; a de Roma, a Clemente, ordenado por Pedro, e de modo semelhante as outras em relação àqueles que foram propagadores da semente apostólica, elevados ao episcopado pelos Apóstolos» (3).

Destes testemunhos, que facilmente se poderiam multiplicar, consta, sem dúvida, que os bispos são os sucessores dos Apóstolos.

RESUMO. — Quem são os bispos? Como se prova, pelo raciocínio, serem eles os sucessores dos Apóstolos? E pelos testemunhos de St.^o Inácio, St.^o Ireneu e Tertuliano?

ART. 2.^o — O SUCESSOR DE S. PEDRO NA AUTORIDADE SUPREMA

TESE. O sucessor de S. Pedro na suprema autoridade, foi e é o bispo de Roma.

87. Explicação. — Esta tese tem uma importância capital para discernir qual é a verdadeira Igreja de

(1) *Adversus haereses*, 5, 20.

(2) *Adversus haereses*, 3, 3.

(3) *De praescriptione haereticorum*, 32.

Cristo. Se Jesus, como expusemos no capítulo anterior, instituiu na Igreja uma autoridade suprema que devia subsistir perpétuamente, e essa autoridade se encontra na Igreja Católica, segue-se, com toda a evidência, que nem a protestante nem a cismática, que rejeitam esse poder, são a verdadeira Igreja fundada por Cristo, mas apenas ramos que ilegítimamente se separaram dela. A única e verdadeira Igreja de Cristo será, portanto, a Católica.

88. Adversários. — Os *cismáticos e protestantes*. Os primeiros separaram-se de Roma por causa, sobretudo, de *Fócio* (ano 857), *Sérgio* (1034) e *Miguel Cerulário* (1054). Depois de 1054, ainda se reatou a união com Roma, nos concílios de Lião (ano 1274) e de Florença (ano 1439); mas tais acordos não foram duradoiros, e ocupado pelos turcos o território dos cismáticos, a dissidência com Roma tornou-se definitiva.

Os protestantes separaram-se de Roma no século xvi, pela acção de *Lutero*, *Calvino* e *Henrique VIII*.

Prova

89. S. Pedro devia ter sucessor no governo supremo da Igreja, como assentámos no capítulo antecedente; ora tal sucessor não pode ser outro senão o bispo de Roma. Logo, é ele que sucede a S. Pedro na suprema autoridade.

90. Justificação da prova. — a) Ao findar o séc. i, S. Clemente Romano escreve aos fiéis de Corinto: «*Se alguns não obedecerem ao que (Jesus Cristo) disse por nosso meio, saibam que se colocam em não pequeno perigo e embaraço*» ⁽¹⁾.

É visível que S. Clemente se considera vigário de Cristo, com autoridade sobre a remota Igreja de Corinto. Este facto que se explica inteiramente no

(1) Carta aos fiéis de Corinto, 59, 1.

caso de ser ele o chefe supremo da Igreja, não se compreende na hipótese contrária. Efectivamente, os súbditos de uma diocese nenhuma obrigação têm de obedecer às prescrições do bispo de outra.

b) No século II, S. Vítor I escreve ao bispo de Éfeso que imponha a todos os bispos da Ásia Menor, como data da celebração da Páscoa, o mesmo dia, em que a celebram os bispos do ocidente, e ameaça os desobedientes com a excomunhão ⁽¹⁾. Também sobre este facto devemos raciocinar como no caso anterior.

c) No século III, St.º Estêvão rejeita o parecer de S. Cipriano e de outros bispos da África e Ásia, que julgavam necessário renovar o baptismo dos que o tinham recebido das mãos de hereges, e toda a Igreja se conforma com o bispo de Roma.

d) No século IV, S. Sirício, em resposta a Himério, bispo de Tarragona: *«Sentimos em nós a dor de quantos sofrem; ou melhor, sente-a em nós o bem-aventurado apóstolo Pedro, que em tudo nos protege e defende, segundo confiamos, como herdeiro que sou do seu governo»* ⁽²⁾.

e) No século V escreve St.º Inocênciao ao Concílio de Cartago. Os padres da Igreja, isto é, os bispos, *«não com parecer humano, mas divino, determinaram que, fosse qual fosse a questão em estudo, e mesmo que se tratasse de províncias afastadas, nada se desse por concluído, antes de se informar a esta Sé, para que ela, com toda a sua autoridade firmasse a decisão justa»* ⁽³⁾.

f) S. Zósimo esclarece, por sua vez: *«Apesar de possuímos tanta autoridade, que ninguém pode afas-*

(1) Eusébio, História Eclesiástica, 5, 24.

(2) D. 87.

(3) D. 100.

tar-se de nossa sentença, nada fizemos sem espontaneamente vos darmos conta, em nossas cartas» (1).

Bastem os documentos mencionados, quanto aos primeiros séculos, em que, por se terem conservado menos, não os há em tanta abundância como nos séculos posteriores.

Nenhum outro bispo da terra usou semelhante linguagem; logo, se S. Pedro tem um sucessor na chefia suprema da Igreja, encontramos-lo indiscutivelmente no bispo de Roma.

RESUMO. — *Entre os bispos do mundo, qual é o único que pode reclamar com direito a suprema autoridade da Igreja? Quem nega ao bispo de Roma a autoridade suprema sobre toda a Igreja de Cristo? Que documentos dos primeiros séculos nos atestam que o bispo de Roma é o chefe supremo da cristandade?*

ART. 3.^o — SÓ A IGREJA CATÓLICA
É A VERDADEIRA IGREJA DE CRISTO.
NOTAS OU CARACTERES
DA VERDADEIRA IGREJA

Conclusões das Teses deste tratado

91. 1.^a A sociedade fundada por Jesus Cristo é jerárquica: há nela chefes — os bispos sucessores dos Apóstolos, e súbditos — todos os outros cristãos.

2.^a Na sociedade fundada por Jesus Cristo há um chefe supremo — o bispo de Roma, com autoridade sobre todos os outros.

92. 3.^a Portanto, nem a igreja protestante, nem a oriental separadas de Roma podem constituir a verdadeira Igreja, visto que não admitem a existência de um chefe supremo dos cristãos nem lhe acatam a autoridade.

(1) D. 109.

93. 4.^a Portanto, só a *Igreja católica* é a verdadeira. Nela um só pastor, o sucessor de Pedro, governa todos os cristãos, seja qual for a parte do globo onde se encontrem.

94. 5.^a Portanto, a *Igreja não é democrática*, pois não é o povo quem delega a sua autoridade no chefe supremo. Este recebeu-a imediatamente de Jesus Cristo, que a não entregou à comunidade dos fiéis. Estes designam apenas a pessoa do Pontífice, não lhe conferem a autoridade. Ao ser eleito bispo de Roma, o Papa é investido na suprema autoridade, como sucessor de S. Pedro.

95. 6.^a Portanto, a *Igreja não constitui uma sociedade invisível*, como afirmaram alguns protestantes, pois nela os súbditos podem e devem saber quem são os chefes, e estes quais os seus súbditos.

96. 7.^a Portanto, a verdadeira Igreja está dotada de *unidade de doutrina* — a que ensinou Jesus Cristo, e de *unidade de governo*, visto ser regida por um único chefe supremo.

97. 8.^a Portanto, a verdadeira Igreja é *Apostólica*, ou seja, estabeleceram-na os Apóstolos, que lhe transmitiram a fé e a governaram, e depois deles até ao fim dos tempos, os seus legítimos sucessores, unidos sempre com o chefe supremo da Cristandade, o sucessor de S. Pedro.

98. 9.^a Portanto, a verdadeira Igreja é *Católica*, ou seja, universal, pois Jesus Cristo mandou os Apóstolos evangelizar a todo o mundo.

99. 10.^a Portanto, a verdadeira Igreja de Cristo é *Santa*: tem por fim a santificação dos homens, a quem dá a vida eterna, pelos meios que Deus lhe outorgou por Jesus Cristo: uma doutrina e ritos de que nada se deve excluir, e um governo legítimo.

100. 11.^a Portanto, a Igreja em que se verificam essas quatro propriedades ou notas distintivas, tem de ser verdadeira; e inversamente, não pode sê-lo a que estiver destituída de alguma delas.

Se lhe falta a *unidade* de doutrina ou de governo, não será a verdadeira Igreja, que exige uma só doutrina e um só chefe; e do mesmo modo, se lhe falta a *apostolicidade*, isto é, se está organizada com chefes desligados da legítima autoridade suprema.

Se se restringe a uma região ou raça, a uma nação ou grupo de nações, não é a Igreja Católica.

Finalmente, se não alimenta a *santidade*, que Jesus Cristo dela exigiu, se não crê todas as verdades, não adopta os diversos ritos, não aceita o governo que Jesus Cristo lhe fixou, indubitavelmente não pode constituir a sua Igreja.

101. 12.^a Portanto, nem a igreja oriental cismática, nem a protestante, privada da *unidade*, *apostolicidade* e *santidade*, são a verdadeira Igreja de Cristo.

13.^a Finalmente, se a única religião verdadeira é a *cristã*, segundo demonstrámos no tratado primeiro, e a única religião *cristã* verdadeira é a *católica*, de harmonia com o que estivemos agora provando, segue-se inegavelmente que a única religião verdadeira é a Católica.

Notas complementares.

102. 1.^a Governo da Igreja. — Governa-se como uma monarquia ou império absoluto, em que o chefe supremo não está sujeito nem obedece a ninguém.

O Papa é o imperador ou rei.

Os Bispos são os governadores de província.

Os Párocos são os administradores das freguesias.

Qualquer católico está sujeito ao seu pároco, bispo e ao Papa, a não ser que, por disposição deste, fique isento da jurisdição dos dois primeiros (pároco e bispo) como acontece, algumas vezes, com os reli-

giosos, em muitos assuntos. Nenhum católico está obrigado a sujeitar-se a quem não for seu pároco ou seu bispo.

Jesus Cristo só instituiu o Sumo Pontificado e o Episcopado. Os párocos e as outras dignidades da Igreja — cardeais, núncios, arcebispos, arciprestes, etc. são de instituição eclesiástica, podem, portanto, ser abolidos. Pelo contrário, não há poder humano que possa suprimir o Sumo Pontificado e o Episcopado.

103. 2.^a Relações entre a Igreja e o Estado.

1. Pode dizer-se, que estão compendiadas nas palavras de Jesus: «*Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus*» ⁽¹⁾. Como entre a fé e a razão não pode haver conflito, porque Deus é autor de uma e de outra, também não pode surgir entre os direitos do Estado e os da Igreja, porque Deus é autor de uns e de outros. Nos dois casos, se nascem conflitos, procedem da ignorância, do equívoco, ou da má vontade dos homens.

2. O fim da Igreja, consiste em procurar o bem-estar dos súbditos, a sua felicidade eterna; o do Estado, em lhes procurar o bem material, a felicidade temporal. Dentro da própria esfera, os dois poderes são independentes, e quando a mesma questão diz respeito a ambos, deve resolver-se pacificamente, tendo em vista os direitos de cada um.

3. Nos países que teórica ou praticamente se podem considerar católicos, os súbditos estão obrigados a obedecer ao Papa nas matérias da sua competência. Não devem nomear legisladores que tenham intenção de perseguir a Igreja, e estes, uma vez eleitos, deverão desempenhar as suas funções como filhos obedientes da mesma. Lógicamente, nenhuns conflitos deviam ser possíveis em tais países.

⁽¹⁾ «*Reddite ergo quae sunt Caesaris Caesari, et quae sunt Dei Deo*». S. Mateus, XXII, 21.

4. *Nos Estados em que teórica ou praticamente não existem católicos*; os súbditos do Estado não o são da Igreja. Se os governantes, por ignorância ou má vontade, pretenderem obstar à pregação e difusão do evangelho, é o caso de se lhes responder, como os Apóstolos às autoridades judaicas: «*Devemos obedecer primeiro a Deus, do que aos homens*» (1). Tal perseguição feita pelo Estado, por essa causa, significa abuso do poder, seja por ignorância ou má vontade.

5. *Nas nações onde os súbditos são parte católicos e parte acatólicos*, ao Estado, cuja missão é procurar a felicidade de todos os cidadãos, e não apenas de alguns, não é lícito, por motivos religiosos, oprimir ou perseguir qualquer minoria, nem consentir que os espíritos exaltados dêem ocasião a que se perturbe a ordem pública e a paz comum.

O número maior ou menor de súbditos do Romano Pontífice em cada nação, determinará o critério das normas que hão-de vigorar nas relações da Igreja e do Estado; o seu objectivo sintetizar-se-á sempre no bem material e espiritual dos súbditos, fim respectivo das duas sociedades.

RESUMO. — *Por que é a Igreja uma sociedade jerárquica? Em quem reside a suprema autoridade? Como se pode averiguar, pelo modo como se governam, que a Igreja cismática oriental, e a protestante, não são a verdadeira Igreja de Cristo? E que só a Igreja Católica o é? Em que sentido não constitui a Igreja Católica uma sociedade democrática? Porquê? Qual a necessidade de ser a Igreja de Cristo Una, Santa, Católica e Apostólica? Por que falta à igreja cismática e à protestante, unidade, catolicidade e apostolicidade? Por que é a religião Católica a única verdadeira? Como se governa a Igreja? A que autoridade deve submissão o católico? Quais são as autoridades instituídas por Cristo e quais pela Igreja? Que texto do Evangelho apresenta, em resumo, as relações entre a Igreja e o Estado? Qual o objectivo destas sociedades? Como devem proceder os súbdi-*

(1) «*Obedire oportet Deo magis quam hominibus*». Actos, v, 29.

tos e legisladores nas nações inteiramente católicas? Têm direito os pregadores de entrar nos países acatólicos? Que norma deve seguir-se nos Estados onde parte dos súbditos é católica e parte não?

**ART. 4.º — A IGREJA CATÓLICA
E OS MILAGRES DOS NOSSOS TEMPOS**

TESE. Os milagres que actualmente se verificam na Igreja Católica confirmam e provam que é a verdadeira Igreja de Cristo.

104. Explicação. — 1. Não negamos a possibilidade nem o facto de que se dêem milagres noutras religiões. Deus é senhor absoluto dos seus dons, pode distribuí-los onde e como lhe parecer, e nunca asseverou que não faria milagres entre os que vivem fora da Igreja católica, sejam ou não cristãos.

Pretendemos demonstrar unicamente, que o número de milagres, que se verificam na Igreja Católica, e as circunstâncias em que se operam, fornecem uma confirmação ou prova de que ela, e só ela, representa a verdadeira Igreja de Cristo.

2. Damos por averiguados tais milagres, e apoiamo-nos em duas classes:

1.º Os que por lei ordinária se exigem para inscrever no catálogo dos Santos ou Beatos a algum servo de Deus: dois, regra geral, para a beatificação, e dois para a canonização.

2.º Os que se realizam em Lourdes, e como tais são reconhecidos por comissões especializadas.

3. Não pretendemos que todos esses milagres, de facto, o tenham sido; de si, poderia ter-se classificado de milagroso algum caso que o não era. Basta-nos a certeza de que em geral e na maioria dos casos, se trata de verdadeiros milagres.

Prova

105. Dentro da Igreja Católica, em meios onde se presta culto a Maria Imaculada, se obedece à autoridade pontifícia e se abraçam os seus ensinamentos, verificam-se muitos e variados milagres ⁽¹⁾. Ora, as Igrejas orientais, e muito menos a protestante, não apresentam coisa semelhante.

Por conseguinte, é evidente que Deus prodigaliza os seus favores, de maneira especialíssima, na Igreja Católica, e como esta afirma ser a única e verdadeira Igreja, tais milagres confirmam-no, ao menos implicitamente.

RESUMO. — *Deus pode operar milagres fora da Igreja Católica? Em geral quais são os mais bem estudados milagres católicos? Como provam que a Igreja Católica é a única verdadeira?*

(1) «De 4.445 casos diversos, observados em Lourdes desde o princípio, contam-se 694 de enfermidades do aparelho digestivo e anexos, 106 do circulatório, 182 do respiratório, 69 do urinário; 143 dizem respeito à medula, 530 ao cérebro, 155 a afecções ósseas, 206 às articulações, 42 a males de pele, 119 a tumores, 22 ao cancro, 54 a úlceras; finalmente, incluem-se nesse número 55 cegos, 24 mudos e 32 surdos».

Bertrin, *Dictionnaire d'Apologétique* do P. d'Alès, tomo 3.º, col. 50, na palavra «Lourdes».

* É já também muito elevado o número de milagres operados no Santuário de Fátima. A «Voz de Fátima» já registou para cima de 800 curas milagrosas de: tuberculosas, cegueiras, meningites, pleurisas, úlceras tidas por incuráveis, paralisias, mal de «l'ott», etc., etc. — N. do T.

CAPÍTULO III

A PRERROGATIVA I INFALIBILIDADE

ART. 1.º — A INFALIBILIDADE DOS APÓSTOLOS E SEUS SUSSORES

TESE. Os Apóstolos não podiam enganar ao propor a doutrina de Je Cristo.

Prov

106. 1.ª Ordenou Jesus os Apóstolos: *«Ide por todo o mundo, pregai o Evangelho a todos os homens. Quem crer e for baptizado é salvo; quem não crer será condenado»* (¹).

Ora bem, seria incompreível que os Apóstolos, detentores do magistério supro da Igreja, pudessem obrigar a crer uma doutrina — por ex., que o baptismo não perdoava os pecados — sob pena de condenação eterna; neste caso poderia Cristo ter depositado neles tal poder.

107. 2.ª Jesus prometeu; Apóstolos, na última ceia: *«Eu rogarei ao Pai, e Eo dará outro Consolador, para que eternamente permaneça convosco, o Espírito da verdade... O Eito Santo consolador, que o Pai enviará em meu nome, vos ensinará todas as coisas e vos sugerirá quanto vos tenho dito»* (²).

(¹) *«Euntes in mundum universa praedicare evangelium omni creaturae. Qui crediderit et baptizatus erit, salvus erit; qui vero non crediderit, condemnabitur»*. S. M., xvi, 15 e 16.

(²) *«Et ego rogabo Patrem, etiam Paraclitum dabit vobis, ut maneat vobiscum in aeternum, Spiritus veritatis..., Paraclitus autem Spiritus Sanctus, quem mittet Pater nomine meo, ille vos docebit omnia, et suggeret vobis omnia quaecumque dixero vobis»*. S. João, xiv, 16, 17 e 26.

«Quando vier o Espírito da verdade, ensinar-vos-á toda a verdade» (1).

Por conseguinte, se os Apóstolos são infalíveis ao propor a doutrina de Cristo, compreende-se que Jesus assegure que o Espírito Santo, Espírito de verdade, sempre estará com eles e lhes sugerirá toda a verdade; já se não compreenderia, se eles pudessem ensinar, como de Jesus Cristo, doutrinas que o não são.

108. Nota. — O procedimento dos Apóstolos evidencia-nos que tinham consciência de tal prerrogativa. De facto, reunidos no concílio de Jerusalém, havendo determinado que os gentios convertidos não estavam obrigados a observar a lei de Moisés nem as prescrições judaicas, promulgaram-no com estas palavras: «Pareceu ao Espírito Santo e a nós, não vos impor outras obrigações além destas: — Que vos abstenhais de tomar parte nos banquetes sacrificais dos ídolos... e da fornicção» (2).

Logo, os Apóstolos estavam persuadidos de que os seus ensinamentos eram doutrina verdadeira, do Espírito Santo, conforme a promessa de Jesus.

Consequências

109. 1.ª Por conseguinte os Bispos da Cristandade reunidos em Concílio (3) ou dispersos pelo mundo,

(1) «Cum autem venerit ille Spiritus veritatis, docebit vos omnem veritatem». S. João, xvi, 13.

(2) *Visum est enim Spiritui Sancto, et nobis, nihil ultra imponere vobis oneris quam haec necessaria: ut abstinatis vos ab immolatis simulacrorum... et fornicatione*. Actos, xv, 28 e 29.

(3) Chamam-se *Concílios* as reuniões dos bispos para tratar da doutrina e costumes cristãos. São *ecuménicos* ou *universais*, se a eles se convocam todos os bispos; *particulares*, no caso oposto. A infalibilidade só compete aos ecuménicos. Mas a eles se equiparam os particulares quando o Pontífice lhes dá a sua aprovação nalgum documento, ou quando praticamente os admite e aprova toda a Igreja.

Até hoje, houve 20 Concílios ecuménicos: o 1.º de Niceia, em 325; o 1.º de Constantinopla, em 381; o de Éfeso, em 431; o de Calcedónia, em 451; o 2.º e 3.º de Constantinopla, em 553 e 680; o 2.º de Niceia,

sempre sob a direcção do Pontífice como os Apóstolos sob a direcção de Pedro, são infalíveis em propor a doutrina de Cristo.

Efectivamente, se os bispos todos pudessem ensinar falsas doutrinas, a Igreja não seria perpétua, nem o Espírito de verdade permaneceria eternamente com os Apóstolos, para lhes ensinar toda a verdade e sugerir quanto Jesus lhes tinha dito, pois lhes deixava ensinar o erro que destruiria a sua obra.

110. 2.^a Por consequência, os Padres da Igreja ⁽¹⁾ em conjunto não podem ensinar erro algum. Se o ensinassem, isso mostraria que toda a Igreja, nesse tempo, se tinha enganado. De facto, se os mais insignes mestres encarregados de propor a doutrina de Cristo todos se enganaram, os menos doutos ou mais ignorantes não podiam conservar-se na verdade. O povo cristão segue a doutrina, que lhe propõem os seus mestres.

111. 3.^a Por conseguinte, e pela mesma razão, se os teólogos católicos são unânimes em propor durante vários séculos uma doutrina, esta será verdadeira. São os teólogos, com efeito, quem por officio estuda a mensagem de Cristo; se eles, que são os técnicos, estão de acordo em propor a verdade de certa doutrina, e como tal a ensinam, a Igreja não pode deixar

em 787; o 4.^o de Constantinopla, em 869; o 1.^o, 2.^o, 3.^o e 4.^o, de Latrão (Roma), nos anos de 1123, 1139, 1179 e 1215; o 1.^o e 2.^o de Lião, em 1245 e 1274; o de Viena (França), em 1311; o de Constança, de 1414 a 1418; o de Florença, de 1438 a 1445; o 5.^o de Latrão, de 1512 a 1517; o de Trento, de 1545 a 1563; o do Vaticano, em 1869.

Os Concílios particulares — 16.^o de Cartago (ano de 418), e 2.^o de Orange (França, ano de 529) foram aprovados e recebidos em toda a Igreja.

(1) A Igreja designa com este título certos homens que nos primeiros séculos se distinguiram pela ortodoxia da doutrina e santidade. O último Padre oriental é S. João Damasceno, morto em 749; no Ocidente, S.to Isidoro de Sevilha, morto em 636. Outros personagens, ilustres em doutrina e santidade, que floresceram mais tarde, como S.to Anselmo e S. Bernardo, não são propriamente Padres da Igreja, ainda que por vezes certos autores lhes dão esse epíteto. O termo *Padres*, neste caso, parece ter sido usado com o fim de indicar que a Igreja, na sua infância, esteve confiada ao seu cuidado como as crianças ao dos pais.

de os seguir. Logo, não poderão enganar-se; em caso contrário, ficaria desmentida a promessa de Cristo, de permanecer eternamente com os Apóstolos e seus sucessores, e de lhes sugerir toda a verdade.

112. 4.^a Portanto, se determinada doutrina se professa em toda a Cristandade, embora não saibamos qual o pensamento dos Bispos, dos Padres ou dos Teólogos, podemos estar certos de que é verdadeira; se fosse falsa, em virtude da assistência de Jesus Cristo aos Apóstolos e aos seus sucessores, os bispos, não teria sido possível a sua difusão por toda a Igreja.

A infalibilidade foi outorgada aos bispos, não para que desfrutem dela, mas para que se não enganem ao propô-la à Igreja, e a defendam de qualquer erro.

Notas complementares

113. 1.^a Um ou alguns bispos — o mesmo se diga dos Santos Padres e Teólogos — podem errar e, de facto, têm-se enganado. Cada um de per si não é infalível; nunca tal infalibilidade se lhes prometeu, e a história ensina, por outro lado, que realmente a não possuem.

114. 2.^a Cada um dos Apóstolos, era infalível; Deus tinha-lhes concedido esse privilégio pessoal, como era, não apenas conveniente, mas necessário na primitiva Igreja, já que, andando dispersos pelo mundo, não poderiam reunir-se com facilidade e sem detrimento para a difusão do Evangelho. Eis porque S. Paulo ousou escrever aos Gálatas: *«Ainda que eu, ou um anjo do céu, vos anuncie doutrina diferente da que vos tenho pregado, seja anátema»* (1).

115. 3.^a Para que determinada doutrina seja verdadeira e como tal deva aceitar-se, não se exige que

(1) *«Sed licet nos, aut angelus de caelo evangelizet vobis praeterquam quot evangelizavimus vobis, anathema sit»*. Gálatas, 1, 8.

a ensinem os Bispos, Padres, ou Teólogos todos, *numèricamente*. Basta, como nos assuntos humanos desta índole, uma maioria tal, que moralmente, isto é, na estimação prudente dos homens, equivalha à totalidade.

RESUMO. — *Que textos de S. João e S. Marcos podemos aduzir, sobre a infalibilidade dos Apóstolos ao propor a doutrina de Cristo? Como se demonstra esta prerrogativa? Por que não podem errar todos os Bispos, Santos Padres, Teólogos ou fiéis? Como se define um concílio ecuménico, e quando é que os particulares se lhe equiparam na prerrogativa da infalibilidade? Sendo cada Apóstolo infalível pessoalmente, por que o não é um ou vários Bispos, Santos Padres e Teólogos? Qual o sentido da palavra «todos» quando enunciamos que os bispos todos não se podem enganar?*

ART. 2.º — INFALIBILIDADE DO ROMANO PONTÍFICE

TESE. O Romano Pontífice é infalível quando, exercendo a sua autoridade suprema de doutor e de chefe de todos os cristãos, propõe para toda a Igreja uma doutrina como definitiva.

Adversários. — Os acatólicos.

Provas

116. 1.^a Se nessas condições pudesse ensinar uma falsa doutrina, S. Pedro deixaria de ser o fundamento sobre que assenta a Igreja; seria, ao contrário, um factor de destruição, pois nada mais apto para exterminar a doutrina de Cristo que ser imposta pelo chefe supremo da Cristandade, no uso pleno da sua autoridade, como doutrina de Jesus, o que o não é, ou, como verdade, o que não passa de erro.

117. 2.^a Demonstrámos na tese anterior, que os bispos, reunidos em concílio, são infalíveis.

Pois bem, no Concílio Vaticano, falam deste modo: «Definimos como verdade ensinada por Deus: que o Romano Pontífice, quando fala *ex cathedra*, isto é, quando, no desempenho do seu ofício de Doutor e Chefe Supremo de todos os cristãos, em virtude da sua suprema autoridade, define que certa doutrina, respeitante à fé ou costumes, deve ser admitida pela Igreja universal... goza da mesma infalibilidade que o Divino Redentor atribuiu à sua Igreja» ⁽¹⁾. Por outras palavras, assim como é impossível que toda a Igreja erre, por não ser possível que todo o episcopado — parte principalíssima dela — se engane, assim também não pode errar o Pontífice Romano.

RESUMO. — *Quando é infalível o Papa? Como se deduz do Evangelho tal prerrogativa? Como se provaria, supondo já demonstrada, a infalibilidade dos bispos?*

Notas complementares

118. 1.^a Casos em que o Papa não é infalível.

a) Quando ensina como qualquer professor ou pregador, quando, como qualquer autor, escreve algum livro, ou se dirige, embora como superior, a uma parte sòmente dos súbditos, não fala *ex cathedra*, isto é, não se dirige a toda a Igreja como seu Chefe Supremo e Doutor, e nesse caso não é infalível.

b) Ao tratar de ciências naturais, ou de assuntos estranhos à fé e costumes, também não é infalível, por não estar isso dentro do seu múnus divino.

c) Embora trate de assuntos atinentes à fé e costumes, se não pretende resolver definitivamente a questão, nem propor doutrina definitiva, a sua palavra,

(1) Ses. 4, c. 4. D. 1839.

revestida sem dúvida de grande autoridade, não é infalível, por não usar da sua autoridade suprema, à qual está unicamente vinculada a infalibilidade. (Veja-se o número seguinte, letra g) sobre a beatificação).

119. 2.^a Casos em que o Papa é infalível.

O Papa é infalível quando propõe a doutrina revelada por Deus à Igreja, e quanto se exige para que essa doutrina possa ser fiel e inteiramente guardada.

É infalível, por conseguinte, só nestes casos:

a) Quando ensina que determinada doutrina foi revelada por Deus à Igreja, por ex., a Imaculada Conceição de Nossa Senhora.

Se é infalível, tem de o ser neste caso, pois está determinando a doutrina de Cristo, a Revelação de Deus feita aos homens.

b) Quando define verdades, sem as quais é impossível manter-se o dogma, ainda que sejam verdades de ordem natural, por ex., que o homem é capaz de atingir sem erro certezas supra-sensíveis, como a existência de Deus, a diferença essencial entre o bem e o mal.

Razão: em caso contrário, o Papa também não poderia ensinar infalivelmente a doutrina revelada, que pressupõe no homem a certeza de muitos conhecimentos naturais.

c) Quando ensina verdades que se deduzem certamente da doutrina revelada. Por exemplo, é doutrina revelada que na Eucaristia não persevera a substância de pão e vinho; logo, e à simples luz da razão, deduzo, com certeza, que o cheiro, cor, e sabor de pão e vinho, que noto permanecerem, podem existir separados do pão e vinho.

Se o Papa não fosse infalível ao propor esta espécie de verdades, seguir-se-ia logicamente que tam-

bém o não era ao ensinar a doutrina revelada, pois tratando-se de consequências certas do dogma, se estas fossem falsas, também o seria o dogma, pois não se pode deduzir logicamente um erro, uma falsidade, de um princípio verdadeiro.

d) Quando assegura a realidade de certos factos tão intimamente unidos ao dogma, que uma vez negados, ficaria este destruído. Por exemplo, se o Papa afirma, que em algum livro se contêm doutrinas contrárias á fé ou aos costumes; que determinado Concílio é legítimo.

A razão é idêntica: quem está dotado de infalibilidade para ensinar o dogma, deve também está-lo ao expor verdades sem as quais ele se não poderia defender.

e) Quando dita normas gerais para toda a Igreja, é infalível, pelo menos em discernir que nada envolvem contrário à fé e aos costumes. Se o não fosse, poderia ensinar doutrina contrária à de Cristo e, por conseguinte, deixar de ser base da Igreja, para se transformar em princípio de destruição.

f) Ao aprovar o instituto de uma ordem religiosa; por razão análoga à anterior.

g) Ao canonizar um servo de Deus, não porém quando o beatifica. A razão é óbvia. Na canonização de um Santo, oferece-se a toda a Igreja e definitivamente, um modelo a quem se pode imitar e a quem em toda a parte se há-de prestar culto público. Pelo contrário, na beatificação, permite-se-lhe o culto só numa ou nalgumas dioceses da Cristandade, reservando-se o juízo decisivo para a canonização.

120. 3.^a As Congregações Romanas.

Como o governo de uma nação se distribui por diversos ministérios, assim o da Igreja é exercido pelo Papa, directamente, ou por meio das Congregações

Romanas. Constituem conselheiros pontifícios, geralmente cardeais, erregados de examinar e resolver os assuntos eclesícos, sempre sob a dependência do Papa.

Actualmente são os

A do Santo Ofício, ue preside o Sumo Pontífice. Trata, entre outros, d'assuntos relativos a heresia, cisma, espiritismo e cenação de livros.

A Consistorial: sup'tende na eleição dos bispos, criação e administrações dioceses, nas regiões em que se encontra estabe'da a jerarquia eclesiástica.

A da Propaganda *Propagação da fé*: exerce ampla jurisdição nos te'órios de missões.

A da Disciplina Samental: trata do que há-de observar-se na adminisção dos sacramentos.

A dos Ritos: trata cerimónias, cantos, ofícios e livros litúrgicos; das sas de beatificação e cano-nização.

A Cerimonial: das ceónias nos actos pontifícios, da precedência entre czaes e embaixadores.

A do Concílio: dassembleias episcopais, das paróquias, e da observâ das festas, jejuns e abstinências.

A dos Religiosos: dos assuntos relativos às Ordens Terceiras e aos religiosos de ambos os sexos.

A dos Seminários e iversidades: destes centros eclesiásticos.

A dos Negócios Eccléticos Extraordinários: das relações entre os Goverre a Igreja.

A da Igreja Oriental os assuntos das Igrejas do Oriente.

Além destas, existe a chamada Comissão Bíblica, que tem por objecto examinar as questões relativas à Sagrada Escritura ⁽¹⁾.

As decisões doutrinaárias destas congregações, não sendo infalíveis constituem normas, que se devem aceitar com respeito; afastar-se delas sem razão grave, seria incorrer em temeridade e desobediência.

RESUMO. — *Há exemplos comprovativos de que o Papa, em certos casos, ainda quando fala da doutrina da Igreja, pode não ser infalível? Por que o não é, ao tratar de assuntos que não pertencem à doutrina cristã ou se não quer resolver definitivamente uma questão? Que autoridade revestem as suas palavras neste caso? Quando é infalível? Quais os sete casos concretos em que se verifica, e porquê? Que são as Congregações Romanas? Quantas há actualmente? De que trata a Comissão Bíblica? São infalíveis as decisões doutrinaais destas congregações? Quantos e quais são os Tribunais e Ofícios da Cúria Romana?*

ART. 3.º — VISÃO RETROSPECTIVA: DOCTRINA DA IGREJA SOBRE ALGUNS PONTOS VERSADOS ATÉ AQUI

121. **Explicação.** — Antes de provar que Cristo fundou a Igreja e que esta é infalível ao propor a

⁽¹⁾ Ainda que de si não pertença ao estudo da Religião ou Teologia propriamente dita, fique, no entanto, aqui anotado, em complemento da doutrina anterior, que também em Roma existem ainda três *Tribunais* e quatro *Ofícios*. Os *Tribunais* são: a *Sagrada Penitenciaria*, que se ocupa das absolvições de casos reservados, dispensas de votos e impedimentos matrimoniais, e da concessão de indulgências; a *Rota*: superintende nas causas contenciosas, que requerem acção judicial; e para ela se pode apelar dos *Tribunais diocesanos*; a *Signatura Apostólica*, espécie de *Tribunal Supremo*, para onde se pode apelar das decisões da *Rota*. Os *Ofícios da Cúria Romana* são quatro: a *Chancery Apostólica*, encarregada da Expedição de Bulas — documentos em que se trata dos assuntos mais importantes da Igreja; a *Dataria Apostólica*: occupa-se da colação de certos benefícios e cargos reservados ao Papa; a *Câmara Apostólica*: tem a seu cargo a administração dos bens temporais da Santa Sé; a *Secretaria de Estado*: trata com os Núncios e com os Embaixadores das nações, acreditados junto do Sumo Pontífice.

doutrina cristã, não nos era lícito usar dos documentos emanados dos Concílios e dos Papas para as nossas demonstrações. Uma vez, porém, estabelecidos esses dois factos, será útil examinar o que ensina o magistério infalível da Igreja acerca de algumas das principais verdades expostas. Servirá isso, ao mesmo tempo, de confirmação. Vamos buscar os documentos ao Concílio Vaticano.

§ 1.º

122. **A existência e perfeições de Deus.** — «A Santa Igreja Católica, Apostólica, Romana, crê e confessa que há um só Deus... Senhor do Céu e da terra, onnipotente, eterno..., infinito em entendimento, vontade e em todas as perfeições..., realmente... distinto do mundo» (¹).

«Se alguém disser que é uma só a substância ou essência de Deus e a das coisas, seja anátema» (²).

§ 2.º

123. **É possível conhecer a existência de Deus, só pela razão.** — «A mesma Santa Madre Igreja sustenta e ensina que a luz natural da razão, por meio das coisas criadas, pode conhecer a Deus, *«pois as suas perfeições invisíveis conhecem-se por meio das obras que realizou no mundo»* *«Invisibilia enim ipsius, a creatura mundi, per ea quae facta sunt, intellecta, conspiciuntur»* (Rom. I, 20) (³).

«Se alguém disser que a luz natural da razão, por meio das criaturas, não pode conhecer a Deus... com certeza, seja anátema» (⁴).

§ 3.º

124. **Possibilidade da revelação, e dos milagres.** «Se alguém disser que não é possível, ou que não é

(¹) Concílio Vaticano, ses. 3, cap. 1, D. 1782.

(²) Cân. 2 de Deus Criador, D. 1803.

(³) Cap. 2, D. 1785.

(⁴) Cân. 1 da Revelação, D. 1806

conveniente, que o homem seja instruído pela revelação divina acerca de Deus e do culto que se lhe deve tributar, seja anátema» (1).

«Se alguém disser que nenhum milagre é possível, e portanto todas as narrações que lhes digam respeito, mesmo as da Sagrada Escritura, devem ter-se na conta de fábulas ou mitos..., seja anátema» (2).

A revelação contém mistérios de primeira ordem, quer dizer, mistérios que a razão humana não pode por si compreender.

«Se alguém disser que na revelação divina não se contém mistérios verdadeiros e propriamente ditos, mas, baseando-se nos princípios naturais, disser que todos os dogmas da fé podem ser explicados e demonstrados pela razão devidamente cultivada, seja anátema» (Concílio Vatic. can. 1 da fé) (D. 1816).

§ 4.º

125. Os milagres provam, com certeza, o facto da revelação. — «Para que fosse racional o aceitar as verdades reveladas, quis Deus fornecer-nos provas da sua revelação, a saber, obras divinas — e, em primeiro lugar, os milagres e profecias — as quais, visto demonstrarem claramente a onnipotência e sabedoria de Deus, são argumentos certíssimos da revelação divina, e acomodados à inteligência de todos. Por isso Moisés e os Profetas, e sobretudo Nosso Senhor Jesus Cristo, fizeram muitos milagres e profecias. Dos Apóstolos lemos que... *«pregaram em toda a parte, cooperando o Senhor e confirmando a sua pregação com milagres» «praedicaverunt ubique, Domino cooperante et sermonem confirmante, sequentibus signis»* (S. Marcos, XVI, 20) (3).

(1) Cân. 2 da Revelação, D. 1807.

(2) Cân. 4 da Fé, D. 1813.

«Se alguém disser... que nunca podem conhecer com certeza os milagres, e que se não pode com eles provar devidamente a origem divina religião cristã, seja anátema» (1).

§ 5.º

126. Necessidade de abraçar a verdadeira religião, que é a cristã, e instituição da igreja Jesus Cristo. — «Sem fé é impossível agradar a Deus» «*Sine fide autem impossibile est placere Deo*» Hebr. XI, 6). «Ninguém pode alcançar a vida eterna se não perseverar nela até ao fim. Mas, para quossamos satisfazer à obrigação de abraçar a verdadeira fé, e nela perseverar constantemente, Deus, por meio de seu Filho Unigénito, instituiu a Igreja e deu-a de evidentes sinais dessa instituição divina fim de que todos pudessem conhecê-la como guia e mestra da revelação» (2).

§ 6.º

127. Perpetuidade da Igreja. — «Pastor e bispo de vossas almas» — «*ad pastorem et episcopum animarum vestrarum*» (I S. Pedro, II, 25, determinou fundar a Igreja... na qual todos os cristãos estivessem unidos com o vínculo duma mesma e caridade... Por isso, assim como enviou os Apóstolos que... tinha escolhido..., assim quis que houvesse na Igreja pastores e doutores até ao fim do mundo» (3)

§ 7.º

128. Os bispos são os sucessores dos Apóstolos. «Os bispos que, postos pelo Espírito Santo, sucederam no lugar dos Apóstolos, como verdadeiros pastores, apascentam e governam, cada qual, o rebanho que lhe foi designado» (4).

(1) Cân. 4, da Fé, D. 1813.

(2) Cap. 3, D. 1793.

(3) Ses. 4, Constituição dogmática da Igreja Cristo. D. 1821.

(4) Ses. 4, cap. 3, D. 1828.

§ 8.º

129. O primado concedido a S. Pedro. — «Ensinamos e declaramos, segundo os testemunhos evangélicos, que Cristo Nosso Senhor, directamente e sem nenhum intermediário, prometeu e concedeu a S. Pedro o primado de jurisdição sobre toda a Igreja. Com efeito, só a Simão, a quem antes havia dito «*Tu serás chamado Pedro...*» «*tu vocaberis Cephas*» (S. João, I, 42) se dirigiu o Senhor com estas solenes palavras... «*Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja e as portas do inferno não prevalecerão contra ela, e dar-te-ei as chaves do reino dos céus e tudo o que ligares sobre a terra será ligado no céu, e tudo o que desligares na terra será desligado no céu*» ⁽¹⁾.

Do mesmo modo, só a Simão conferiu Jesus, depois da sua ressurreição, a jurisdição de sumo pastor e guia de seu rebanho, dizendo: «*Apascenta os meus cordeiros; apascenta as minhas ovelhas*» «*Pasce agnos meos. Pasce oves meas*» (S. João, XXI, 15 e 17).

«Se alguém, portanto, disser que o Apóstolo S. Pedro não foi constituído por Cristo Nosso Senhor, príncipe de todos os Apóstolos e cabeça visível de toda a Igreja Militante, ou que recebeu directa e imediatamente do mesmo Jesus Cristo Senhor Nosso, apenas o primado de honra, e não o de verdadeira e estrita jurisdição, seja anátema» ⁽²⁾.

§ 9.º

130. Perpetuidade do Primado no Bispo de Roma. «O que o Príncipe dos pastores... Cristo Nosso Senhor instituiu no bem-aventurado Apóstolo S. Pedro, para

⁽¹⁾ «*Tu es Petrus, et super hanc petram aedificabo ecclesiam meam, et portae inferi non praevallebunt adversus eam. Et tibi dabo claves regni caelorum; et quodcumque ligaveris super terram erit ligatum et in caelis, et quodcumque solveris super terram erit solutum et in caelis*». S. Mateus, XVI, 18 e 19.

⁽²⁾ See. 4.º can. 1.º D. 1822 e 1823.

perpétua salvação e perene bem da Igreja, isso mesmo, por vontade do seu fundador, deve durar sempre na Igreja, a qual, fundada sobre pedra, permanecerá inabalável até ao fim dos séculos... Por isso, todo o que suceder a S. Pedro nesta cátedra (de Roma), obtém, segundo instituição do mesmo Cristo, o Primado sobre toda a Igreja...».

«Por conseguinte, se alguém disser que não é de instituição de Cristo ou direito divino, que S. Pedro tenha perpétuos sucessores no primado sobre toda a Igreja, ou que o Romano Pontífice não é o sucessor de S. Pedro nesse primado, seja anátema» (1).

§ 10.º

131. Notas ou propriedades distintivas da Igreja. «Só à Igreja Católica pertencem todos os elementos tão numerosos e admiráveis que por disposição divina foram ordenados par tornar evidentemente digna de crédito a fé cristã. Mais ainda: a mesma Igreja em si mesma, pela sua admirável propagação, exímia santidade... unidade católica e incommovível estabilidade, constitui um grande e perene motivo de credibilidade, e um testemunho irrefragável da sua legação divina» (2).

§ 11.º

132. Infalibilidade do Romano Pontífice e da Igreja. — Citámos o documento do Concílio Vaticano, na tese respectiva (3).

RESUMO. — *Por que não provámos as teses anteriores à última com testemunhos emanados dos Concílios e dos Papas, a não ser como simples documentos históricos? Por que o podemos fazer agora? Que ensina o Concílio Vaticano sobre os pontos seguintes, já versados em teses anteriores: a exis-*

(1) Cap. 2. D. 1824 e 1825.

(2) Ses. 3, cap. 3. D. 1794.

(3) Cf. n.º 108.

tência e perfeições de Deus, possibilidade de conhecer a existência de Deus com razões de ordem natural, possibilidade da revelação e dos milagres, valor destes para justificar a revelação, necessidade de abraçar a religião cristã, instituição e perpetuidade da Igreja, sucessão dos Apóstolos primado concedido a S. Pedro, perpetuidade do mesmo, sucessor nesse primado, notas distintivas da verdadeira Igreja?

CAPÍTULO IV

FONTES DA DOCTRINA CRISTÃ

* É de suma importância conhecer as fontes onde os fiéis vão buscar as verdades religiosas que praticam. Segundo os Concílios, Tridentino ⁽¹⁾ e Vaticano ⁽²⁾, a revelação sobrenatural foi-nos transmitida em toda a sua integridade desde os Apóstolos, com os quais ficou completa.

É esta revelação que o magistério autêntico, vivo e perene da igreja, guarda, propaga, defende e explica dentro do seu verdadeiro sentido. Este magistério juntamente com a doutrina por ele proposta à nossa crença é, pois, a *fonte primária* ou *imediate* da qual mana toda a doutrina sobre a fé e costumes.

Mas, além desta fonte, existem, segundo ensinam os mesmos concílios (loc. cit.) outras duas fontes da revelação: *Tradição* e *Sagrada Escritura*, nas quais essas mesmas verdades, que a Igreja nos propõe, estão contidas. Chamam-se *fontes mediatas* ou *remotas*. Delas tratamos agora.

ART. 1.º — A TRADIÇÃO

TESE. A Tradição constitui uma das fontes da doutrina revelada por Jesus Cristo e pelos Apóstolos à Igreja.

(1) D. 783.

(2) D. 1787.

133. Explicação. — *Tradição*, em sentido amplo, é a transmissão oral ou escrita de um facto ou doutrina. No sentido estrito, em que a tomamos, é a transmissão oral da doutrina revelada por Jesus Cristo e pelos Apóstolos à Igreja, independentemente da Sagrada Escritura. Pode, por conseguinte, certa verdade encontrar-se nos livros sagrados e constar-nos, ao mesmo tempo, pela tradição.

* Tem por objecto único a doutrina que Deus de um modo sobrenatural, manifestou ao género humano, e como *meio* de transmissão, aqueles por cujos actos essa mesma doutrina chega até nós, que por isso mesmo se costumam chamar *órgão* da Tradição.

134. Adversários. — Os protestantes, em geral, que só admitem a Sagrada Escritura, como fonte da revelação.

Provas

135. 1.^a O testemunho do Concílio Vaticano. «A revelação sobrenatural, de harmonia com a fé universal da Igreja, exposta pelo Santo Concílio de Trento, está contida nos livros escritos e nas tradições não escritas, que recebidas pelos Apóstolos dos lábios do mesmo Cristo, ou como que transmitidas pelas mãos dos mesmos Apóstolos, a quem o Espírito Santo as ditava, chegaram até nós» (1).

136. 2.^a Do procedimento de Jesus Cristo e dos Apóstolos. — Jesus Cristo, que enviou os Apóstolos a ensinar tudo o que lhes tinha mandado (2), não consta que deixasse por escrito uma só palavra; comunicou-lhes a sua doutrina, de viva voz.

(1) Ses. 4, cap. 2. D. 1787. Veja-se Concílio de Trento, ses. 4. D. 783.

(2) «*Docentes vos servare omnia quaecumque mandavi vobis*». S. Mateus, xxviii, 20.

Dos Apóstolos só dois — S. Mateus e S. João — redigiram uma sucinta biografia de Jesus, com parte dos seus milagres e doutrina. Além disto, escreveu S. João, três cartas e o Apocalipse; S. Pedro, duas cartas; S. Tiago, uma; S. Judas, outra; S. Paulo, catorze. Narram também a doutrina de Jesus e dos Apóstolos: S. Marcos e S. Lucas nos respectivos evangelhos, e S. Lucas também nos Actos dos Apóstolos. Estes escritos formam o Novo Testamento, que abrange aproximadamente a quinta parte da Escritura. Tudo o mais que nas suas pregações ensinaram Jesus e os Apóstolos — alguns dos quais não deixaram escrito absolutamente nenhum — foi transmitido aos fiéis, de viva voz.

* E o mesmo S. Paulo nas suas cartas fala muitas vezes daquelas coisas que ensinou de viva voz, mandando que sejam guardadas e fielmente transmitidas àqueles que são aptos para ensinar os demais.

Por conseguinte, constando da vontade de Cristo que se ensinasse à Igreja toda a sua doutrina, segue-se, evidentemente, que a Tradição constitui uma fonte genuína da revelação.

137. Nota. — Ao longo da História, em livros e obras de arte, nas Igrejas, catacumbas e cemitérios, nas fórmulas das orações, nos costumes, ritos sagrados e festividades, os cristãos foram repetindo e deixando estampados os ensinamentos dos Apóstolos, como dados pelo próprio Jesus Cristo e pelos Apóstolos, ou a estes como inspirados pelo Espírito Santo. Os bispos, reunidos em Concílio, propuseram solenemente algumas dessas verdades; os Papas fizeram-no também nos seus escritos. Tudo isso forma a Tradição.

Por exemplo: em nenhuma parte da Escritura se fala da perpétua virgindade de Maria, e contudo, a Tradição dá-nos como de fé essa verdade que poderia ter sido ensinada por S. João, ainda que a não deixou consignada nos seus escritos. Também se não lê na Escritura, que às mulheres não é dado ouvir confis-

sões, consagrar a Eucaristia, administrar a Extrema-Unção, etc., mas conhecemos esta doutrina como verdade de fé, pela Tradição.

RESUMO. — *Como se define a Tradição em sentido geral, e na acepção em que a tomamos? Pode uma verdade estar contida simultaneamente na Escritura e na Tradição? Quais as fontes da doutrina revelada, admitidas pelos protestantes, em geral? Qual a passagem do Concílio Vaticano, que prova ser a Tradição fonte da doutrina revelada? E como se deduz da maneira de proceder de Jesus e dos Apóstolos? Que exemplos se podem citar, de verdades que a Igreja professa como reveladas, e que os Apóstolos não consignaram por escrito, nem constam da Escritura?*

ART. 2.º — A SAGRADA ESCRITURA

* **TESE.** Os livros sagrados escritos sob a inspiração do Espírito Santo, têm a Deus por autor.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

138. Explicação. — *Livros sagrados* são aqueles que têm carácter sagrado por se referirem a Deus ou pela especial relação de origem.

Livro canónico é o livro sagrado ou inspirado e confiado à guarda da Igreja.

Inspiração. Em sentido lato é o impulso sobrenatural de Deus, pelo qual o homem se sente movido para aquilo que o conduz à salvação.

Em sentido estrito é o impulso sobrenatural pelo qual o homem se sente movido a comunicar aos outros aquilo que Deus quer que comunique. Divide-se em *inspiração profética* se se faz por palavras; *bíblica* se por escrito.

Deus é o autor dos livros sagrados. Quer dizer que Deus é o autor por antonomásia ou a *causa principal da escritura*; portanto, o autor humano não passa de causa instrumental.

139. **Adversários.** — Os *racionalistas* negam qualquer intervenção sobrenatural de Deus; os *modernistas* admitem uma inspiração divina semelhante à inspiração poética.

Provas

140. A) **Tradição.** — A doutrina da Igreja encontra-se explícita no Símbolo da fé de Leão IX ⁽¹⁾, na profissão de fé prescrita aos Waldenses ⁽²⁾, na de Miguel Paleólogo ⁽³⁾, no Concílio Tridentino... ⁽⁴⁾ e no Concílio Vaticano: «A Igreja tem estes livros como sagrados... porque escritos sob a inspiração do Espírito Santo, têm a Deus por autor e como tais foram confiados à Igreja» ⁽⁵⁾.

«Se alguém negar que os livros da Sagrada Escritura foram escritos por inspiração divina, seja anátema» ⁽⁶⁾.

141. B) **Escritura.** — Cristo e os Apóstolos, legados divinos infalíveis confirmaram a fé dos Judeus que estavam persuadidos de que os seus livros sagrados tinham a Deus por autor. Estas confirmações ou testemunhos de Cristo e dos Apóstolos podem reduzir-se a três espécies:

1.^a) Atribuía a Escritura uma autoridade divina, absoluta e infalível. «Na verdade vos digo que antes passarão o céu e a terra do que falte um jota ou til da lei, até que tudo se cumpra» ⁽⁷⁾.

2.^a) Atribuem a Deus a causalidade da Escritura, à criatura a instrumentalidade. «Irmãos, era preciso

(1) D. 348.

(2) D. 421.

(3) D. 464.

(4) Concílio Tridentino..... D. 783.

(5) Concílio Vaticano ses. 3, Cap. 2, D. 1787.

(6) Concílio Vaticano ses. 3, can. 4 da Revelação. D. 1309.

(7) «*Amen quippe dico vobis, donec transeat caelum et terram, iota unum aut unus apex non praeteribit a lege, donec omnia fiant.*» S. Mateus, v, 18.

que se cumprisse a Escritura, que pela boca de David tinha predito o Espírito Santo acerca de Judas que foi o guia dos que prenderam a Jesus» (1).

3.^a) Apresentam a Escritura como a palavra de Deus. «Porque diz a Escritura a Faraó: precisamente para isto te levantei para mostrar em ti o meu poder e para dar a conhecer o meu nome em toda a terra» (2).

Dois textos clássicos:

1. «Toda a Escritura, divinamente inspirada é útil para ensinar, arguir, corrigir e instruir na perfeição» (3).

2. «Deveis primeiramente saber que nenhuma profecia da Escritura carece de interpretação própria. Não foi por vontade humana, mas levados do Espírito Santo, que falaram esses santos homens de Deus» (4).

RESUMO. — Que são livros sagrados? Que se entende por inspiração? Como se deve entender que Deus é o autor dos livros sagrados? Como se prova pela Tradição e Escritura e quais são os dois textos clássicos?

(1) «Viri fratres oportet impleri Scripturam, quam praedixit Spiritus sanctus per os David de Iuda, qui fuit dux eorum qui comprehenderunt Iesum». Actos dos Apóstolos, I, 16.

(2) «Dicit enim Scriptura Pharaoni: Quia in hoc ipsum excitavi te, ut ostendam in te virtutem meam, et ut annuntiatur nomen meum in universa terra». Romanos, IX, 17.

(3) «Omnis Scriptura divinitus inspirata, utilis est ad docendum, ad arguendum, ad corripiendum, ad erudiendum in iustitia». II Timóteo, III, 16.

(4) «Hoc primum intelligentes quod omnis prophetia Scripturae propria interpretatione non fit. Non enim voluntate humana allata est aliquando prophetia; sed Spiritu Sancto inspirati, locuti sunt sancti Dei homines». II S. Pedro, I, 20, 21.

TESE. Todos os livros da Bíblia foram confiados à Igreja, como depósito da doutrina que nela se deve ensinar, juntamente com a de Cristo e dos Apóstolos.

142. **Explicação.** — Dá-se o nome de *Bíblia* ⁽¹⁾, ou *Sagrada Escritura*, à colecção de 73 livros e cartas de carácter religioso, escritos por alguns homens sob influxo de Deus. Por este motivo se toma a Deus como seu autor.

Classificação dos escritos da Bíblia: 46, anteriores a Jesus Cristo formam o *Antigo Testamento*, os 27 restantes, escritos em vida dos Apóstolos, formam o *Novo Testamento*. Ambos se podem dividir em três classes: *históricos*, *morais* e *proféticos*, segundo neles predomina a História, a Moral, ou a predição de acontecimentos futuros.

Os livros *históricos* do Antigo Testamento narram a criação do mundo e a história do povo de Israel — o povo de Deus. Os do Novo referem a vida de Cristo, a formação e história dos primeiros anos da Igreja. Os livros *morais* do Antigo Testamento, descrevem a vida moral e religiosa dos judeus; os do Novo, a dos cristãos. Os livros *proféticos* do Antigo Testamento aludem, principalmente, à vinda e pessoa do Messias. O Apocalipse, único livro profético do Novo Testamento, ocupa-se do futuro da Igreja e da vida eterna.

Provas

143. 1.^a **A declaração do Concílio Vaticano.** «A Igreja tem estes livros como sagrados..., não porque, embora escritos por simples iniciativa humana, depois os aprovou com a sua autoridade; nem também

(1) Palavra de origem grega, significa *livros* ou mais à letra *livrinhos*.

só porque neles se contém a doutrina revelada, sem erro; mas sim porque, escritos sob a inspiração do Espírito Santo, têm a Deus pòr autor, e como tais foram confiados à Igreja» (1).

«Se alguém negar que os livros da Sagrada Escritura foram escritos por inspiração divina, seja anátema» (2). Portanto, não só a doutrina que os Apóstolos ensinaram, mas também a que encerram os livros da Sagrada Escritura, foi confiada à Igreja, para ser difundida entre os fiéis.

144. 2.^a O procedimento dos Apóstolos e da Igreja, desde o princípio. — Os Apóstolos, sobretudo S. Mateus e S. Paulo, citam frequentemente a Escritura nas suas obras. Igualmente, desde os primeiros tempos, a citam como doutrina ensinada por Jesus Cristo e pelos Apóstolos, os autores cristãos, os Papas e os Concílios. Portanto, esses livros contém verdades que se devem ensinar na Igreja, a par da doutrina de Cristo.

145. Nota. — Afora a Sagrada Escritura e a Tradição, nenhuma outra fonte existe da doutrina cristã. A Filosofia, as Ciências Naturais, a História religiosa e profana, poderão explicá-las, mas nunca serão o manancial onde a Igreja vá haurir as verdades, que Jesus Cristo lhe confiou, como objecto doutrinal da religião. Nem sequer às revelações privadas, com que Deus, segundo consta da história, tem favorecido a alguns Santos, vai a Igreja buscar a doutrina, que propõe aos fiéis como revelada. A revelação, destinada à Igreja, terminou com a morte dos Apóstolos.

«Aos sucessores de S. Pedro (muito menos aos simples fiéis ou aos que estão subordinados ao Sumo Pontífice), não se prometeu o Espírito Santo para que, por sua revelação, ensinassem nova doutrina, mas

(1) Concílio Vaticano, ses. 3, cap. 2, D. 1787.

(2) Concílio Vaticano, ses. 3, can. 4 da Revelação, D. 1809.

para que sob a sua assistência guardassem santamente e expusessem com fidelidade a revelação ou depósito da fé, transmitida pelos Apóstolos» (1).

RESUMO. — *Que vem a ser a Bíblia? Como se classificam os seus escritos e, sobre que versam o Antigo e Novo Testamento? Como se prova pelo Concílio Vaticano, que a Igreja deve ensinar aos fiéis a doutrina que esses livros contêm? E pela maneira de proceder dos Apóstolos e da Igreja? Haverá além da Sagrada Escritura e da Tradição, outras fontes donde a Igreja tome a sua doutrina? São fontes de revelação para a Igreja as revelações privadas?*

Notas complementares

146. 1.^a A Sagrada Escritura não contém erro nenhum.

1. Conforme o testemunho do Concílio Vaticano, aduzido na prova da 1.^a tese, do art. precedente, Deus é autor da Sagrada Escritura e, por conseguinte, não se pode conter nela erro algum, porque Deus não se pode enganar.

2. O mesmo ensina a Escritura, ao menos implicitamente, acerca de muitos dos seus livros. Vejamos:

Quanto aos livros do Antigo Testamento:

a) S. Pedro escreve a respeito das profecias: *«Não foi por vontade humana, mas levados do Espírito Santo, que falaram esses santos homens de Deus»* (2).

b) S. Paulo, tendo em vista os livros do Antigo Testamento, diz: *«Toda a Escritura divinamente inspi-*

(1) Concílio Vaticano, ses. 4, cap. 4, D. 1836.

(2) *«Non enim voluntate humana allata est aliquando prophetia sed Spiritu Sancto inspirati, locuti sunt sancti Dei homines»*. II S. Pedro, 1, 21.

rada é útil para ensinar, arguir, corrigir e instruir na perfeição» (1).

c) Jesus Cristo declara: «É necessário que se cumpram todas as coisas, que estão escritas a meu respeito na lei de Moisés, nos profetas e nos salmos» (2); e noutra passagem: «A Escritura não pode desmentir-se» (3).

Em conclusão: os livros do Antigo Testamento foram escritos por inspiração divina, e não podem deixar de realizar-se as profecias feitas por Deus.

O que se diz das profecias estende-se igualmente a tudo o mais, visto ser escrito por inspiração de Deus.

147. Quanto ao Novo Testamento:

a) S. Pedro referindo-se às cartas de S. Paulo, confessa: «Nelas há coisas difíceis de entender, que os ignorantes e inconstantes interpretam mal, para sua perdição, como o fazem com as outras escrituras» (4). Portanto, inclui a S. Paulo entre os escritores sagrados.

b) S. João afirma no Apocalipse que Deus lhe dera ordem de escrever e enviar o seu livro às igrejas da Ásia Menor (5). Termina ameaçando com graves castigos a quem se atrevesse a acrescentar, e com a exclusão da vida eterna a quem ousasse suprimir alguma coisa ao seu livro. Tudo isto mostra que Deus é autor dessa obra, enquanto mandou que se escrevesse.

(1) «Omnis Scriptura divinitus inspirata, utilis est ad docendum, ad arguendum, ad corripiendum, ad erudiendum in iustitia». II Timóteo, III, 16.

(2) «Necesse est impleri omnia quae scripta sunt in lege Moysi, et prophetis, et psalmis de me». S. Lucas, XXIV, 44.

(3) «Non potest solvi Scriptura». S. João, x, 35.

(4) «In quibus sunt quaedam difficilia intellectu, quae indocti et instabiles depravant, sicut et ceteras Scripturas, ad suam ipsorum perditionem». II S. Pedro, III, 16.

(5) «Quod vides, scribe in libro, et mitte septem ecclesiis quae sunt in Asia». Apocalipse, I, 11.

Não consta pela Escritura, que Deus seja autor de todos os livros da Bíblia, mas sabemos-lo pela doutrina infalível da Igreja, conforme expusemos na tese anterior. *É Deus o autor desses livros, não porque os tenha escrito, mas porque moveu a escrevê-los, por um influxo tal do Espírito Santo que na realidade é Ele o seu autor.* Diz-se que um engenheiro construiu um palácio, uma ponte, uma torre, por exemplo a torre Eiffel, porque segundo os seus planos mandou e derigiu os operários na construção.

Isto não se opõe a que os operários necessitassem de discorrer e esforçar-se para colocar devidamente os materiais. Paralelamente, Deus, é autor da Sagrada Escritura, porque mandou, quer dizer, moveu os escritores sagrados a compor esses livros, e a escrever apenas o que Ele desejava.

148. 2.^a Normas necessárias para entender a Escritura.

Chama-se *Hermenêutica* a ciência da recta interpretação dos livros sagrados. — Sentidos da Escritura: Entende-se por *sentido da Escritura* tudo aquilo que as suas palavras, segundo a intenção do Espírito Santo, *imediatamente* ou *mediatamente* significam e manifestam.

Dois são, portanto os sentidos escriturísticos:

1) *Literal* (histórico), aquele que as palavras imediatamente manifestam.

2) *Típico* (espiritual), aquele que não é sugerido imediatamente pelas palavras, mas pelas pessoas ou coisas ordenadas pelo Espírito Santo para ensinarem conjuntamente outras verdades.

1. Sendo a Bíblia escrita por homens e para homens, exprime-se à nossa maneira, umas vezes poética ou oratòriamente, outras rigorosamente.

Por isso, não basta uma frase solta para tirarmos uma conclusão; é necessário considerar todo o seu contexto.

149. 2. Conclui-se do exposto no parágrafo precedente, n.º 1, que nem tudo o que está na Sagrada Escritura, se deve tomar à letra. Deve atender-se ao sentido que a Igreja lhe deu, e aos dados das

ciências naturais, porque o Espírito Santo dirige a Igreja ao ensino completo da verdade e porque a fé e a razão, que têm a Deus por autor, não se contrariam mas ajudam-se mutuamente, e sendo Deus o autor da fé e da razão, estas não se podem contradizer, mas auxiliar-se.

Exemplifiquemos: A Sagrada Escritura atribui a Jesus as seguintes palavras: «*Se não comerdes a carne do Filho do Homem, e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós*» (1).

Interpretado à letra, este texto parece conter a obrigação de comungar sob as duas espécies, para se gozar da vida da graça. Contudo a Igreja ensina: que os recém-nascidos não têm obrigação de comungar e, sem isso, vão para o Céu; que os adultos não sacerdotes, só têm obrigação de receber a Eucaristia sob uma espécie.

A Escritura, no primeiro capítulo do Génesis, parece narrar que Deus criou o céu, a terra, os animais, as plantas e o homem, no espaço de seis dias. A ciência, pelo contrário, parece ter averiguado certamente que a terra se foi elaborando durante muitos milhares de anos, de maneira que, entre a aparição da terra e a das plantas e animais, entre os primeiros seres e o homem, decorreram vários séculos. Portanto, é-nos lícito pensar que a palavra «dia» tem nessa passagem um sentido mais amplo.

E de facto, o vocábulo hebraico correspondente pode, em certos casos, significar um espaço de tempo mais vasto, e a Igreja permite que o tomemos nesse sentido. Vê-lo-emos ao estudar a criação do mundo.

150. 3. Citam-se muitas vezes na Sagrada Escritura palavras proferidas por anjos, escritores, homens santos e ímpios. Nenhuma delas é doutrina inspirada por Deus; exceptuam-se, porém, as que o autor do livro sagrado faz suas, ou as que profere o mesmo

(1) «*Nisi manducaveritis carnem Filii hominis, et biberitis eius sanguinem, non habebitis vitam in vobis*». S. João, vi, 54.

Deus, Jesus Cristo, os Profetas, ou qualquer autor que sabemos que fala movido do Espírito Santo.

151. 4. A Sagrada Escritura e a razão humana são dois meios de conhecimento que não se contradizem, segundo indicámos antes (nota 5). Por conseguinte, quando a ciência mostra com certeza que não é verdadeiro o sentido que, à primeira vista, têm as palavras da Sagrada Escritura, deve procurar-se outro mais amplo ou menos estrito, ainda que em tempos passados não tenham procedido desta forma ⁽¹⁾.

Enquanto as ciências não provarem com certeza, ou grande probabilidade, que o sentido óbvio das palavras da Escritura, não é rigoroso, devemos respeitá-lo. Assim procedemos na vida em todos os campos, e aconselham-no as regras mais elementares de interpretação; com mais razão, sendo a norma suprema da interpretação; da Escritura o magistério da Igreja e a Tradição. As ciências são meios auxiliares.

152. 5. Na leitura da Sagrada Escritura podem às vezes certas passagens fazer dificuldade.

Vários patriarcas, por exemplo, diz que viveram tantos anos que a nós nos parece um exagero.

Poderá também originar dificuldade o número de soldados mortos numa batalha, o dos animais sacrificados no templo de Jerusalém nas festas mais solenes. Da mesma forma, a grandeza e extensão do dilúvio,

⁽¹⁾ Foi o que sucedeu com a teoria do movimento da Terra. Parece, à primeira vista, inferir-se de algumas passagens da Escritura (Josué, x, 12 e segs.; Eclesiástico, xlvi, 5; Eclesiastes, i, 5), que o Sol gira em volta da Terra. Uma das Congregações Romanas, então chamada «do Índice», condenou, em 5 de Março de 1616, a doutrina da fixidez do Sol e mobilidade da Terra, como inteiramente contrária à Escritura. A Congregação, não sendo infalível, orientou-se, na condenação, pela doutrina então mais em vigor. A mesma condenação repetiu a Congregação do Santo Ofício a 22 de Junho de 1633. Modernamente concordam todos, em que às expressões da Escritura referentes a esse movimento, se não há-de atribuir valor científico, mas tomar no sentido ordinário da linguagem ainda hoje corrente: a julgar pela aparência, o sol está em movimento, e a terra fixa.

o ter estado Jonas no ventre de um peixe durante três dias, as imprecações contra certas pessoas.

Como regra geral, tenha-se em conta que nem sempre se devem entender as coisas à letra. O que Deus revelou é verdade. E se não é verdade, não o revelou Deus, embora as aparências pareçam dizer outra coisa.

Quanto às imprecações, pode-se dizer, como solução geral, que as desgraças expressas não são desejadas para mal do delinquente mas para sua correcção; em último caso, para que se manifeste a justiça e ordem devidas se o pecador persiste obstinadamente no seu pecado.

Esta é uma solução geral; porque tratar de resolver uma por uma estas dificuldades, pertence ao estudo da Sagrada Escritura.

RESUMO. — *Por que não pode a Bíblia conter nenhum erro? Afirma o Concílio Vaticano que Deus é autor desses livros? Como prova a Escritura em relação ao Antigo Testamento, cartas de S. Paulo e Apocalipse? De que maneira se pode demonstrar que Deus é autor de toda a Bíblia? Como se explica isso, se foram homens que a compuseram? Que exemplos demonstram que nem tudo na Bíblia se deve interpretar à letra, mas também, às vezes, em sentido amplo? Quando são inspiradas ou não, as palavras alheias, citadas pelo autor sagrado? Por que se não concebe que a razão e a Bíblia se contradigam? Quais as consequências deste facto?*

TRATADO TERCEIRO

DA FÉ OU ASSENTIMENTO
QUE DEVEMOS PRESTAR ÀS
VERDADES DA RELIGIÃO

- * *NOTA BIBLIOGRÁFICA* — A. A. GOUPIL, *La règle de la foi*. — Idem, *Les Vertus*. — J. BAINVEL, *La foi et l'acte de foi*, Paris. — LEONEL FRANCA, *Psicologia da fé*, Pro Domo, Lisboa. — LESETTRE, *La foi catholique*, Paris, Beauchesne. — MGR. TURINAZ, *La foi catholique*, Paris. — TIHAMER TÓTH, *La fe*, trad. esp. Madrid. — A. VACANT, *Etudes théologiques sur les constitutions du Concile du Vatican*, Paris.

CAPÍTULO ÚNICO

NATUREZA E PROPRIEDADES DA FÉ

153. **Noções Prévias.** — 1. Aceitamos as verdades que Deus revelou e que a Escritura e Tradição contêm, quando lhes damos fé.

Devemos aceitar e crer essas verdades tais como Jesus Cristo e os Apóstolos as ensinaram. Para isso, teremos de consultar novamente as duas únicas fontes da doutrina cristã, isto é, a Escritura e a Tradição. Por conseguinte, no decorrer desta obra, ao tratar da fé que devemos às verdades reveladas, ou dessas mesmas verdades, provaremos as teses ou proposições formuladas, quer imediatamente com os testemunhos da Tradição e Escritura, quer apresentando as consequências que nesses testemunhos implicitamente se contêm ou deles se deduzem. Por exemplo, para demonstrar que Deus criou o mundo, aduziremos duas espécies de provas:

- a) Assim o ensina, explicita ou implicitamente a *Tradição*.
- b) Assim o ensina a *Escritura*.

2. É relativamente simples verificar se uma verdade se encontra na Escritura; basta consultar a passagem citada. Mas não é igualmente fácil, saber se essa verdade se contém na Tradição. Nesse caso, temos a distinguir:

1.º Se a formulam os Cremos ou Símbolos, é certo que está na doutrina da Tradição, como verdade revelada por Deus, porque os Símbolos ou Cremos só contêm doutrina revelada.

2.º Se a deparamos como doutrina, definitivamente assente nalgum documento pontifício, ou Concílio

ecuménico, em todos os Santos Padres ou Teólogos, é inteiramente certa, porque se todos os Santos Padres ou Teólogos ensinam uma doutrina, é sinal evidente da sua verdade, como vimos no tratado precedente ⁽¹⁾.

3.º Aos documentos em que o Papa ou os Concílios enunciam certa doutrina, ainda que a não proponham de maneira definitiva, devemos atribuir suma autoridade, porque derivam daqueles doutores escolhidos por Deus, para ensinar a verdade.

Por conseguinte, só nos poderemos apartar dessa doutrina, quando houver razão muito grave, e se a Igreja, teórica ou praticamente, o consente. Vê-lo-emos num exemplo claríssimo, ao tratar da matéria do Sacramento da Ordem.

4.º Provar que todos os Padres ou Teólogos estão de acordo em afirmar uma doutrina, supõe dados de investigação, que excederia os limites de um compêndio. Mas é relativamente fácil provar que um Pontífice ou um Concílio ensinam tal verdade; basta citar o documento correspondente, arquivado nas colecções respectivas.

Por esta razão, no decurso deste livro, ao provarmos uma tese afirmada pela Tradição, fá-lo-emos citando ordinariamente, ou um Símbolo, ou um Concílio, ou um documento pontifício.

(1) Cap. 3.º, Art. 1.º *Consequências*, n.º 100 e segs.

ART. 1.º — NATUREZA DA FÉ

TESE. A Fé é o assentimento que damos à palavra de Deus, porque Ele sabe e diz a verdade.

154. Explicação. — A palavra «*crer*», ou ter fé, pode empregar-se em vários sentidos.

a) Uma vez significa: «suponho com algum fundamento»; é assim, quando dizemos: — creio que amanhã teremos bom tempo; que Fulano chegará hoje.

b) Outras vezes equivale a «estou firmemente persuadido»; por exemplo: creio que a Terra se move em volta do Sol, ou que o Sol está mais distante do nosso globo que a Lua.

c) Outras, finalmente, significa o assentimento dado às palavras de outro, por estarmos persuadidos da sua *veracidade e ciência*.

Neste último sentido usaremos a palavra «*crer*» se não advertirmos o contrário.

Adversários. — Segundo os modernistas, a fé é uma espécie de instinto religioso, que cegamente nos leva a admitir certas proposições, sem conhecimento da sua verdade.

Provas

155. A) Tradição ⁽¹⁾ — «A fé é uma virtude... pela qual cremos que é verdadeiro quanto Deus revelou, não pela sua verdade intrínseca percebida com a luz da razão, mas pela autoridade do mesmo Deus, que o revela, e não pode enganar-se nem enganar-nos» ⁽²⁾.

(1) Nesta epígrafe e congêneres, entendemos por *Tradição*, a doutrina ensinada pela Igreja, quer se trate propriamente de doutrina revelada, ou da sua explicação.

(2) Concílio Vaticano, ses. 3, cap. 3, D. 1789.

«Se alguém disser, que a fé divina não se distingue da ciência natural de Deus e dos assuntos morais, e, portanto, se não requer para a fé divina que a verdade revelada seja criada por causa da autoridade de Deus que a revela, seja anátema» ⁽¹⁾.

Nota. — A autoridade de um testemunho está em que o seu autor fala conscientemente verdade, isto é, sabe que é verdade o que afirma. Usamo-la neste sentido, quando dizemos: — Fulano contou tal coisa, mas não nos podemos fiar porque *não tem autoridade nenhuma*, não merece crédito algum.

156. B) Escritura.

1.^a **Das palavras de Cristo Nosso Senhor.** — «*Falamos do que sabemos*» ⁽²⁾. «*Aquele que me enviou, fala verdade, e eu digo o que lhe ouvi*» ⁽³⁾. «*Quem crê em mim, não crê em mim (sòmente), mas naquele que me enviou*» ⁽⁴⁾. Portanto, devemos crer no que Jesus Cristo revelou, por ser Deus que fala, e Deus é veraz e sábio.

157. 2.^a **Da doutrina do Apóstolo S. João.** — «*Se aceitamos o testemunho dos homens, maior é o testemunho de Deus... Quem não crê no Filho, tem a Deus por mentiroso, pois não crê no testemunho que Ele deu de seu Filho*» ⁽⁵⁾. Devemos pois acreditar em Deus, porque diz a verdade.

158. 3.^a **Da doutrina de S. Paulo.** — a) «*Ainda que eu, ou um Anjo do céu, vos anuncie doutrina diferente da que vos tenho pregado, seja anátema...*

(1) Cân. 2, da Fé. D. 1811.

(2) «*Quod scimus loquimur*». S. João, III, 11.

(3) «*Qui me misit, verax est, et ego quae audivi ab eo haec loquor in mundo*». S. João, VIII, 26.

(4) «*Qui credit in me, non credit in me, sed in eum qui misit me*». S. João, XII, 44.

(5) «*Si testimonium hominum accipimus, testimonium Dei maius est;... Qui non credit Filio, mendacem facit eum, quia non credit in testimonium quod testificatus est Deus de Filio suo*». I S. João, v,

Porque vos asseguro, irmãos, que o Evangelho, que vos anunciei, não é ciência humana, nem eu o recebi ou aprendi de homem algum, por revelação de Jesus Cristo» ⁽¹⁾.

Portanto, só em Deus se há-de crer.

b) «Preguei-vos o Evangelho de Deus... e damos-lhe graças constantemente porque ao ouvi-lo de nossos lábios, o recebestes, não como palavra de homens, mas, como é verdadeiramente, palavra de Deus» ⁽²⁾.

Portanto, o motivo de crer na doutrina revelada, não está em que o diga S. Paulo ou qualquer outro, mas em ser a palavra de Deus.

159. Consequência. — Logo, as verdades da fé devem acreditar-se com a maior firmeza, ou por outras palavras, a nossa fé deve ser firmíssima, porque se estriba na palavra de Deus, que tudo sabe, e não quer nem pode enganar-nos.

RESUMO. — Que sentido tem a palavra «crer» (acreditar) ou ter fé, e em qual a usamos? Como se prova pela Tradição, que a fé é o assentimento dado à palavra de Deus, porque Ele sabe e diz a verdade? E pelas mesmas expressões de Jesus Cristo, do Evangelista S. João e do Apóstolo S. Paulo? Por que deve ser firmíssima a nossa fé?

Notas complementares

160. 1.^a Revelação própria e imprópriamente dita. Revelar, é descobrir o que se encontra velado ou encoberto. Deus, por meio do mundo visível, descobre-

(1) «Sed licet nos, aut Angelus de caelo evangelizet vobis praeterquam quod evangelizavimus vobis, anathema sit... Notum enim vobis facio, fratres, evangelium quod evangelizatum est a me, quia non est secundum hominem; neque enim ego ab homine accepi illud, neque didici, sed per revelationem Iesu Christi». Gálatas, 1, 8, 11 e 12.

(2) «Praedicavimus in vobis evangelium Dei... Ideo et nos gratias agimus Deo sine intermissione, quoniam cum accepissetis a nobis verbum auditus Dei, accepistis illud, non ut verbum hominum, sed, sicut est vere, verbum Dei...». I Tessalonicenses, 11, 9 e 13.

-nos a sua existência e atributos, que é, por exemplo, inteligente, poderoso e sábio. Faz-nos portanto uma revelação, não directamente, mas por meio das criaturas, ou o que se chama uma *revelação imprópriamente dita*. Denomina-se *revelação propriamente dita*, aquela em que o mesmo Deus, em pessoa, ou por meio de um seu legado especialmente escolhido para tal fim, comunica alguma verdade aos homens. Por isso, é uma revelação propriamente dita, a que nos fez Jesus Cristo, por ser Legado de Deus, como provámos no tratado primeiro. O mesmo se diga dos ensinamentos dos Apóstolos visto pregarem por seu mandato, o que lhes tinha ensinado Cristo, ou o que Deus, pela acção do Espírito Santo, lhes inspirava.

161. 2.^a Fé em sentido próprio e em sentido impróprio. — Quando pela consideração do mundo nos persuadimos da existência de Deus (da sua inteligência, poder e sabedoria), podemos afirmar que cremos na sua existência, porque as palavras «ter fé», «crer», significam, em sentido mais amplo ou impróprio, «estar persuadido». Mas quando cremos que Deus virá a julgar os homens, e destinar os bons ao Céu e os maus ao inferno, porque assim o declarou Jesus Cristo ⁽¹⁾, praticamos um *acto de fé propriamente dito*, visto acreditarmos numa verdade porque Deus a disse.

162. 3.^a Fontes da revelação. — Ficou já provado no último capítulo do tratado anterior que as únicas fontes em que a doutrina foi revelada aos homens são a Escritura e a Tradição; e que a revelação feita à

(1) «Cum autem venerit Filius hominis in maiestate sua, et omnes angeli cum eo, tunc sedebit super sedem maiestatis suae. Et congregabuntur ante eum omnes gentes, et separabit eos ab invicem... Venite, benedicti Patris mei, possidete paratum vobis regnum a constitutione mundi... Discedite a me, maledicti, in ignem aeternum, qui paratus est diabolo et angelis eius». S. Mateus, xxv, 31, 34 e 41.

Igreja como tal (não a que Deus quer fazer a uma pessoa em particular) terminou com a morte do último apóstolo.

163. 4.^a Símbolos ou Credos. — Dão-se estes nomes a fórmulas breves em que se resumem as principais verdades reveladas. *Símbolos*, porque por eles se distinguem os que professam e recitam a doutrina neles contida, dos que a não admitem. A palavra grega «*símbolo*» quer dizer distintivo; *Credos*, porque enumeram as verdades fundamentais que devemos crer.

Contam-se vários símbolos: o *Apostólico*, que ordinariamente chamamos Credo, e principia com as palavras — «Creio em Deus Pai»; o do *Concílio de Niceia*, a que se juntaram algumas palavras no primeiro Concílio de Constantinopla: é o que se recita na Missa; o chamado *Atanasiano*, que os sacerdotes rezam no breviário, e vários outros.

Os símbolos, compõem-os a Igreja, ou, pelo menos, foram recebidos por ela; nem isso, não se poderia com eles provar que uma doutrina é de fé.

164. 5.^a Revelação explícita e revelação implícita.

a) *Revelação explícita.* Diz-se que há revelação expressa, formal ou explícita quando as verdades se encontram expressamente enunciadas nas palavras da Escritura ou nas fórmulas da Tradição, por exemplo, que Jesus Cristo foi crucificado.

b) Diz-se que a *revelação é implícita*, quando as verdades se não apresentam tão claras e patentes na Escritura ou na Tradição, mas é como se se apresentassem, pois se reduzem a simples e mera explicação das palavras da Escritura ou Tradição; para as concluirmos, não necessitamos de recorrer a um raciocínio propriamente dito.

Exemplos: Pertence às verdades reveladas que Jesus Cristo é homem; logo também pertence que é animal racional, pois estes constituem os elementos essenciais de todo o homem. — É verdade de fé que

Jesus Cristo é homem perfeito; logo, também o será que possui entendimento humano, já que todo o homem o tem. — Constitui uma verdade de fé que Jesus Cristo é filho verdadeiro de Maria; logo, também a constituirá que Maria é Mãe de Jesus Cristo, ainda que o não ensinasse a Tradição expressamente.

Inversamente, é verdade de fé que Jesus não é verdadeiro filho de S. José, no sentido em que o afirmamos de Maria; logo, também será que a S. José se não pode atribuir a paternidade de Jesus, no sentido estrito em que a Maria se atribui a maternidade.

A estas verdades, que não se encontram enunciadas explicitamente nos documentos da revelação — mas se reduzem a simples explicações das suas palavras — chamamos implicitamente reveladas.

165. 6.^a Conclusões teológicas, ou revelação virtual. — Há, finalmente, verdades que não estão nem explícita nem implicitamente reveladas; deduzem-se porém com toda a segurança da doutrina revelada, por meio do raciocínio.

Exemplos: Da seguinte verdade revelada — Jesus Cristo é Deus — deduzimos necessariamente pelo raciocínio que Jesus Cristo é impecável, pois seria absurdo que Deus pudesse pecar. Da seguinte verdade — a graça santificante não se perde pelo pecado venial — deduzimos que também a não diminuiu; efectivamente, se a diminuísse, a acumulação de pecados veniais poderia chegar a destruí-la completamente, e, portanto, dar-se-ia um caso em que o pecado venial faria perder a graça. Estas e semelhantes deduções, consequências ou corolários das verdades reveladas, chamam-se *conclusões teológicas*, ou verdades virtualmente reveladas.

RESUMO. — *Como se define revelação em geral? Que é revelação própria e imprópria dita? Qual o significado de fé em sentido próprio e impróprio? Onde se contém a revelação feita à Igreja? Que vêm a ser os Símbolos ou Credos, e porque os designamos assim? Quando se dá reve-*

lação explícita e implícita? Que exemplos de uma e outra, se podem citar? Como se formam as conclusões teológicas, e que exemplos se podem mencionar?

ART. 2.º — LIBERDADE DO ACTO DE FÉ

TESE. O acto de fé pratica-se, não necessária, mas livremente.

166. Adversários. — Segundo *Hermes*, uma vez propostas suficientemente ao entendimento as verdades reveladas, este deixa de ser livre, e presta necessariamente assentimento.

Provas

167. A) Tradição. — «O acto de fé é uma obra que diz respeito à salvação e por ele o homem obedece livremente a Deus» ⁽¹⁾.

«Se alguém disser que o assentimento da fé cristã não é livre, mas produzido necessariamente por argumentos da razão humana..., seja anátema» ⁽²⁾.

168. B) Escritura. — «*Ide por todo o mundo, pregai o Evangelho a todos os homens. Quem crer e for baptizado, será salvo; quem não crer, será condemnado*» ⁽³⁾. Promete-se, nesta passagem, prémio aos que crêem e castigo aos que não crêem; logo, supõe-se a liberdade do acto de fé, pois não se castiga um ser dotado de liberdade como o homem, a não ser por acções que livremente pode realizar ou omitir.

169. Explicação da liberdade do acto de fé. — Se alguém me declara ter visto alguma coisa rara, por

⁽¹⁾ Concílio Vaticano, ses. 3, D. 1791.

⁽²⁾ Cân. 5, da Fé, D. 1814.

⁽³⁾ «*Euntes in mundum universum, praedicate evangelium omni creaturae. Qui crediderit et baptizatus fuerit, salvus erit; qui vero non crediderit, condemnabitur*». S. Marcos, xvi, 15 e 16.

exemplo, o demónio, uma aurora boreal, ou um lago de mil quilómetros, posso dar-lhe crédito, mas também posso limitar-me unicamente a suspender o meu assentimento. Quando isto sucede, costumamos, por exemplo, dizer: Fulano contou-me tal facto, mas eu não creio nem deixo de crer; repito-o como o ouvi.

Posso também negar-me abertamente a acreditar, rejeitando positivamente o que me afirma. Coisa parecida se dá com as verdades da fé. Quando no-las propõem, podemos crer nelas, podemos-nos simplesmente limitar a nem crê-las nem negá-las — a prescindir; finalmente, podemos rejeitá-las, tanto mais que a fé trata, em geral, de verdades obscuras — a SS.^{ma} Trindade, a Encarnação, a presença real de Jesus Cristo na Eucaristia, a eficácia dos sacramentos, etc., etc.. Por esta razão, não as admitimos por as vermos, mas por Deus as ter revelado. Ora, precisamente porque a fé é livre, se explica o facto de uns crerem e outros não, ao ouvirem a mesma exposição das verdades reveladas.

Neste assentimento desempenha parte principalíssima a graça de Deus, que ilumina as inteligências e move os corações a crer na verdade revelada; mas não é menos certo que para crer têm o entendimento e a vontade de cooperar livremente com as ilustrações intellectuais, impulso de vontade, que em nós produz a graça de Deus.

RESUMO. — *Que pensa Hermes do acto de fé? Como se prova pela Tradição que este é livre? E pela Escritura? Como se explica a liberdade do acto de fé? Em geral, são claras ou obscuras as verdades da fé? Por que razão uns crêem e outros não, ao ouvirem a mesma exposição das verdades reveladas?*

ART. 3.º — NECESSIDADE DA FÉ

TESE. Os adultos não baptizados não se podem salvar sem praticar algum acto de fé.

170. **Explicação.** — As crianças baptizadas recebem no baptismo a graça santificante, como verificaremos ao estudar esse sacramento. Morrendo na infância, sobem imediatamente ao Céu. Se chegam ao uso da razão, são obrigadas a praticar algum acto de fé. Mas se o omitem inculpavelmente, não perdem o direito ao Céu, visto não terem pecado e assim continuarem providas da graça santificante. A tese não se refere a estes casos, mas unicamente aos adultos não baptizados.

171. **Adversários.** — Segundo os protestantes, para ser perdoado e assegurar a salvação, não é necessário crer: basta confiar que pelos méritos de Jesus Cristo nos foi outorgado o perdão.

Provas

172. **A) Tradição.** — Os adultos «preparam-se para a justificação, isto é, para obter o perdão dos pecados... acreditando na verdade de quanto Deus revelou e prometeu» ⁽¹⁾. «A fé é o princípio da salvação do homem, o fundamento e raiz de toda a justificação, sem ela é impossível agradar a Deus, e participar da sorte dos seus filhos» ⁽²⁾.

Portanto, segundo estas passagens do Concílio de Trento, para que um adulto possa obter o perdão dos pecados (isso significa, em parte, obter a justificação segundo o mesmo Concílio) ⁽³⁾, e dê princípio à obra

⁽¹⁾ Concílio de Trento, ses. 6, cap. 6, D. 798.

⁽²⁾ Cap. 8, D. 801.

⁽³⁾ «A justificação não é unicamente remissão de pecados». Sessão 6, cap. 7, D. 799.

da própria salvação, é necessário que pratique um acto de fé. Esta necessidade, porém, não deriva precisamente de qualquer mandamento (*necessidade de preceito*), mas porque a fé é como que o meio indispensável, a condição necessária, a raiz e base de que deriva o perdão dos pecados e com ele a salvação (*necessidade de meio*), e não meramente de preceito.

Nota. — A prova dada supõe duas verdades:

1.^a Que todo o adulto não baptizado está em pecado, e portanto, necessita de justificação. É um dogma, que provaremos ao tratar do pecado original.

2.^a Que a justificação inclui o perdão dos pecados. Prová-lo-emos ao tratar da graça santificante.

173. B) Escritura. — 1. «O homem não se justifica cumprindo o que manda a Lei (de Moisés), mas pela fé em Jesus Cristo: e nós cremos também em Jesus Cristo, para que sejamos justificados pela fé de Cristo» ⁽¹⁾. Quer dizer: ainda que se guarde a lei moisaica, de que faz parte o decálogo, se não temos fé, não poderemos ser justificados, nem conseguir o perdão dos pecados.

2. «Sem fé é impossível agradar a Deus, porque é necessário que o que se aproxima de Deus, creia que Ele existe e é remunerador dos que o buscam» ⁽²⁾. Portanto, crer é meio indispensável para agradar a Deus e conseguir a salvação.

RESUMO. — *Pode alguém salvar-se sem fazer algum acto de fé? Segundo os protestantes que é necessário para conseguir a remissão dos pecados? Como se demonstra, pela doutrina da Tradição, que os adultos não baptizados necessitam do acto de fé para se salvarem? E como se demonstra,*

⁽¹⁾ «*Scientes autem quod non iustificatur homo ex operibus legis, nisi per fidem Iesu Christi, et nos in Christo Iesu credimus, ut iustificemur ex fide Christi*». Gálatas, II, 16.

⁽²⁾ «*Sine fide autem impossibile est placere Deo; credere enim oportet accedentem ad Deum quia est, et inquirentibus se remunerator sit*». Hebreus, XI, 6.

por essa doutrina, que a necessidade do acto de fé, não é só de preceito mas de meio? Em que tratados se estuda que todo o adulto não baptizado tem necessidade da justificação e que esta inclui o perdão dos pecados? Como se demonstra pela Escritura, que para se salvar é necessário praticar algum acto de fé?

Notas complementares

174. A) Ao artigo anterior. — 1.^a Para obter a salvação requer-se a fé *pròpriamente dita*. Portanto, é necessário crer algumas verdades reveladas, isto é, não apenas conhecidas pela luz da razão, mas porque Deus as manifestou em revelação *pròpriamente dita*. Com efeito, Inocêncio XI condenou a seguinte proposição: «A fé, em sentido lato, que se obtém pelo testemunho das criaturas (isto é, pela consideração do mundo), ou por outro motivo semelhante, basta para a justificação» (1).

175. 2.^a Segundo o testemunho de S. Paulo, referido na tese, em segundo lugar, é absolutamente necessário crer que Deus existe e é remunerador, *premeia os bons e castiga os maus*.

176. 3.^a Há teólogos que julgam também absolutamente necessário crer, além dessas duas verdades, *que Deus existe e é remunerador*. Mas, como o Santo — e que Deus se fez homem e morreu na Cruz para nos salvar.

177. 4.^a Segundo a doutrina exposta na tese e notas precedentes, todos os homens necessitam, para se salvarem, de crer nestas duas verdades pelo menos: *que Deus existe e é remunerador*. Mas, como o poderão crer muitos pagãos que, a julgar pelas aparências, nem sequer sabem se Deus falou aos homens?

(1) Decreto do Santo Offício de 2 de Março de 1679, D. 1173.

Eis uma das questões mais difíceis da Teologia, à qual os teólogos não deram ainda uma solução satisfatória, e em cujos pormenores não é fácil entrar, devido à estreiteza própria de um compêndio. Baste-nos aqui assentar:

1.º Ninguém se condenará senão por culpa sua.

2.º Se fosse indispensável à salvação de um adulto, que não cometeu pecado grave, um milagre que lhe proporcionasse ocasião de poder crer e salvar-se, Deus fá-lo-ia.

3.º Todos os homens de boa vontade, parecem estar persuadidos da existência de um ser supremo, que premeia os bons e castiga os maus. Esta persuasão, nasceu, possivelmente, da revelação de Deus aos homens nos alvares do género humano ou ainda em época posterior, e conservada tradicionalmente de geração em geração.

178. 5.ª Além da *existência de Deus* e de que é *remunerador*, dos *mistérios da SS.ª Trindade e Redenção*, está mandado aos cristãos acreditar noutras verdades, quais são as expostas no *Credo*, e observar o *Decálogo* e outras leis, cujo estudo pertence à Moral.

179. 6.ª Há possibilidade de salvação sem fazer um acto de fé nas verdades reveladas? Tentativas de explicação.

1.ª Ripalda propôs a seguinte:

Suponhamos que uma pessoa crê que Deus existe e que é remunerador, e o crê só porque o ensina a razão natural. Esse acto de fé seria *sobrenatural* se Deus lhe desse um auxílio sobrenatural para o fazer. E essa pessoa teria fé sobrenatural sem necessidade de crer em qualquer revelação; e assim se podia salvar.

Resposta. — Os teólogos e entre eles o próprio Ripalda, dizem que é necessária a fé nas verdades reveladas. Portanto a fé proposta na explicação não basta.

180. 2.^a Straub propõe a seguinte, parecida em parte à anterior:

Mesmo sem revelação nenhuma, uma pessoa pode chegar ao conhecimento de que Deus existe e que é remunerador. Essa pessoa quer crer em Deus, no que ele revelou, se é que revelou alguma coisa; e quer crer porque Deus é sumamente veraz.

Portanto aqui há fé implícita na revelação, e por isso poderá salvar-se.

Resposta. — Esta solução não satisfaz aos teólogos: requer-se fé *explicita* na revelação.

181. 3.^a Podia ser esta:

Uma pessoa pode, sem a revelação, fazer um acto de amor de Deus sobre todas as coisas. Quem assim ama a Deus, crê e admite tudo quanto Deus quis e determinou que o homem necessariamente cresse para o não ofender e conseguir a salvação. Por isso, tem fé (nas verdades reveladas que desconhece), não de facto, mas *in voto*; quer dizer: a fé que está incluída no acto de amor de Deus que praticou.

Quem já tem a fé sobrenatural, precisa, para salvar-se, de receber o baptismo, de pertencer à Igreja. Mas, em certas circunstâncias, quando, por exemplo, se não conhece a Igreja ou o baptismo, basta o desejo, incluído no acto de amar a Deus sobre todas as coisas. É esta a doutrina dos teólogos.

Ora por que razão se não há-de aplicar isto mesmo ao acto de fé na revelação? É preciso crer nela quando se puder fazer esse acto de fé. Quando não for possível, por se não conhecer a revelação, bastará o voto, a fé contida num acto de amor de Deus sobre todas as coisas; esse acto pode até ser sobrenatural se Deus concorre com auxílio interno sobrenatural.

Assim se facilitaria o caminho da salvação aos que não tiveram notícia suficiente da revelação.

Resposta. — Os teólogos que admitem o baptismo de desejo, nunca falam da fé em voto ou em desejo,

mas da fé de facto. Seria por isso perigoso afastar-se da sua maneira de falar.

182. B) Ao tratado da fé em geral. — 1.^a Para que uma verdade seja de Fé Católica (ou simplesmente de fé, segundo a fórmula mais ordinária) requerem-se duas condições: 1.^a — Que Deus a tenha revelado; 2.^a — Que a Igreja a proponha aos fiéis como verdade que se tem de crer.

Na verdade, o Concílio Vaticano declara: «Hão-de crer-se com *fé divina e católica*, todas as verdades contidas na palavra de Deus, escrita ou legada pela Tradição, e que a Igreja propõe, quer em decisão solene, quer no magistério universal e ordinário, como verdades reveladas por Deus, que se devem crer» (1).

183. 2.^a O juízo ou decisão solene da Igreja compreende: a) Os símbolos ou profissões de fé, compostos e aprovados pela Igreja Universal.

b) As declarações dos Concílios ecuménicos, quando propõem como de fé certa verdade, ou proíbem a oposta como herética. Esta proibição costuma enunciar-se com as palavras «*seja anátema*», ainda que esta fórmula se emprega não só para condenar uma doutrina como herética ou oposta à revelação, mas também para punir com a excomunhão a inobservância de algum preceito, ou até de algum erro teológico que pode não ser heresia. E como exemplo podem-se ver D. 891, 918, 935, 953, 962 e 981.

c) Iguais declarações emitidas pelos concílios particulares, se recebem a aprovação da Igreja. São equiparados aos universais o Concílio 16.^o de Cartago do ano 418, e o 2.^o realizado em Orange, na França, no ano de 529.

(1) Concílio Vaticano, ses. 3, cap. 3, D. 1792.

d) As definições pontificias, por exemplo, a da Imaculada Conceição, ou a da Assunção de Nossa Senhora aos céus em corpo e alma.

e) As declarações pontificias em que determinada doutrina se reprovava como herética.

184. 3.^a Chama-se **magistério universal e ordinário**, o ensino de alguma verdade durante vários séculos em toda a Igreja. Isto verifica-se quando há acordo ou consenso moralmente unânime dos que têm a seu cargo o ensino, a saber: os Bispos em todos os tempos, os Santos Padres nos primeiros séculos, e os Teólogos nos posteriores.

185. 4.^a Chama-se **proposição de fé divina** a que se encontra na Escritura, mas não foi declarada pela Igreja nem proposta como de fé católica. Há obrigação de crê-la, mas se alguém a não admitisse, não seria por isso, herege.

186. 5.^a «É herege aquele que depois do baptismo, continuando a chamar-se cristão, nega ou põe em dúvida pertinazmente alguma das verdades que a Igreja manda que se creiam como reveladas por Deus; **apóstata**, o que abandona totalmente a fé cristã; **cismático**, o que recusa obedecer ao Sumo Pontífice, ou ter entendimento com os que lhe obedecem» (1).

187. 6.^a Uma dada proposição pode negar alguma verdade teológica mais ou menos clara na Igreja Católica. Pertence à autoridade eclesiástica julgar o grau em que se afasta da doutrina católica, tanto o autor como a sua doutrina. Mostrar a medida em que se desvia da doutrina católica, também os teólogos o podem fazer.

(1) Código de Direito Canónico, cân. 1325, § 2.º.

188. 7.^a Censurar uma proposição, é indicar até que ponto ela se afasta da doutrina católica. São três as censuras principais: *herética*, *errónea* e *temerária*.

Proposição herética: nega ou põe em dúvida alguma verdade de fé católica, por exemplo, a Divindade de Cristo.

Errónea: nega uma conclusão teológica, por exemplo, que Jesus Cristo é impecável.

Temerária: se sem razão suficiente se afasta de uma doutrina que, não sendo de fé católica nem conclusão teológica, é comum na Igreja; por exemplo, a que asseverasse que se pode dar a extrema-unção com azeite benzido por um simples sacerdote sem licença expressa da Santa Sé (1).

Próxima de heresia: opõe-se a uma verdade vizinha ou preparada já de alguma maneira, para ser definida como de fé, por exemplo, a que negasse ou pusesse em dúvida a Assunção da SS.^{ma} Virgem, antes de ser definida por Pio XII.

Próxima de erro: a que negasse ou duvidasse de uma conclusão teológica, que moralmente se pode já ter como certa.

Tem sabor de heresia: a proposição, à qual, apesar de ser verdadeira, pelas circunstâncias em que é enunciada, se pode atribuir sentido herético. Assim por exemplo, a frase fundada na Escritura «é a fé que justifica» (2), enunciada por um protestante, tem sabor de heresia, porque a entende num sentido errado.

(1) Cf. D. 1628.

(2) «Cremos que o homem é justificado pela fé».

«*Arbitramur enim iustificari hominem, per fidem*». Romanos, III, 28.

Segundo os protestantes basta que o homem se persuada que Deus lhe perdoou os pecados, para que de facto lhe seja concedida a remissão.

As outras censuras — **escandalosa, sediciosa, cismática, falsa**: como indicam seus nomes, são as que por sua natureza podem fornecer ocasião a cismas, sedições, escândalos, ou se opõe à verdade.

Observações

189. 1.^a Alcance das palavras «**Definimos**» e «**Seja anátema**» nos documentos eclesiásticos.

Nem a palavra **definimos** nem a expressão **seja anátema** são, só por si, prova suficiente de que o que se define ou condena seja verdade de fé ou heresia. *Geralmente* sim, mas há excepções. O Concílio de Florença, por exemplo, no seu decreto para os Gregos (D. 691), depois de definir como verdade de fé que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho, acrescenta: «**Definimos**, além disso, que a explicação daquelas palavras «**Filioque**» (isto é: do Filho) se juntou lícita e razoavelmente ao «**Símbolo**» ou «**Credo**» para declarar a verdade e porque então foi necessário».

Aqui temos o Concílio a definir uma coisa que certamente não é de fé, por não ser doutrina revelada.

Também o Concílio de Trento condena com anátema a quem negar que na Igreja há Ordens maiores e menores (D. 962), ou negar que foi por justas causas que ordenou que os fiéis não sacerdotes comungassem sob uma espécie só (D. 935); ora nem uma coisa nem outra podem evidentemente ser de fé; nem os teólogos as têm por tais, apesar dos anátemas.

Portanto, como regra geral, as expressões **definimos** e **seja anátema** indicam que essa doutrina é de fé ou herética, mas às vezes o contexto ou a mesma doutrina afirmada ou condenada excluem por si tais qualificações.

190. 2.^a Alcance da doutrina dos capítulos e dos cânones nos Concílios Tridentino e Vaticano.

Alguns teólogos pretendem que, tudo aquilo que de uma maneira directa está afirmado nos capítulos do Tridentino ou do Vaticano é de fé, e o contrário herético. Mas não é verdade.

Com efeito ninguém dá como de fé pelo Vaticano a espiritualidade dos anjos. O Concílio repete simplesmente o que já tinha dito o Lateranense IV, e aí não se tratou nada de definir tal doutrina como verdade de fé.

Tanto nos capítulos do Vaticano, como nos cânones, a mente do Concílio era não só propor verdades de fé que era preciso crer ou condenar heresias; mas também ensinar, nos capítulos, verdades certas que se deviam admitir, e condenar, nos cânones, erros teológicos embora não fossem heréticos ⁽¹⁾.

O que dizemos do Vaticano vale para o Tridentino. E o próprio Concílio, no proêmio da sessão sétima, D. 843, se exprime do modo seguinte:

Para eliminar «os erros e extirpar as heresias» que surgiram acerca dos sacramentos, julgou o Concílio dever estabelecer e decretar os cânones seguintes... Refere-se evidentemente a heresias e a erros que não chegam a ser heresias. E os capítulos uma vez que, geralmente, os cânones lhes dizem relação contêm doutrina de fé que se deve crer, e doutrina católica ou teologicamente certa que se há-de admitir. Nos cânones dá-se-nos a falsa doutrina que se condena como erro ou heresia; nos capítulos a doutrina verdadeira que, nuns casos, se deve crer e noutros admitir embora não seja de fé.

Na Sessão 14.^a, capítulo primeiro (D. 908), depois de citar as palavras do Apóstolo S. Tiago, em que se promulga a doutrina acerca do Sacramento da

⁽¹⁾ Veja-se Salaverri em *Sacrae Theologiae Summae*, t. I, número 906 e segs., sobretudo do número 909 em diante.

Extrema-Unção (S. Tiago, v, 14 e segs.), diz o Concílio de Trento:

«Com estas palavras, segundo a Igreja o recebeu da Tradição, entregue por mãos dos apóstolos, ensina (S. Tiago) qual a matéria, a forma, o ministro próprio e o efeito deste venerável Sacramento. A Igreja, com efeito, entendeu que no Sacramento da Extrema-Unção a matéria é o azeite benzido pelo bispo».

Aqui temos o Concílio a ensinar claramente que no Sacramento da Extrema-Unção a matéria é o azeite benzido pelo bispo. No entanto, não se dá como de fé o «benzido pelo bispo», dá-se apenas como doutrina comum ou quase teologicamente certa, de modo que a doutrina contrária é só temerária e próxima de erro, mas não heresia. Prova manifesta de que o Concílio não trata de o definir como de fé. Vejam-se a tal respeito D. 1628 e 1629.

RESUMO. — *Como se demonstra que a fé propriamente dita é necessária para a salvação? Quais são as duas verdades — segundo S. Paulo — que o homem tem de crer, para se salvar? Que mais verdades exigem alguns teólogos? O cristão deverá crer ainda outras? Como é possível a salvação de todos os adultos, se é necessária a fé? Quando se chama uma verdade, de fé católica, e quando de fé divina? A quem se dá o nome de herege, apóstata ou cismático? A quem pertence julgar das proposições mais ou menos contrárias à doutrina da Igreja? Em que consiste a censura de uma proposição? Quando se dá a uma proposição o nome de herética, errônea, temerária, próxima de heresia, de erro, escandalosa, sediciosa, cismática ou falsa? Quando se diz que tem sabor de heresia?*

S E G U N D A P A R T E

CONTEÚDO DOUTRINAL
DA ÚNICA RELIGIÃO
V E R D A D E I R A

Noções Preliminares

191. 1. Questões tratadas na primeira parte.
Expusemos na primeira parte, que a única religião verdadeira é a Cristã, e entre as religiões cristãs, a Católica. Provámos que a religião católica possui uma doutrina revelada por Deus, contida na Escritura e na Tradição. Vimos, também, qual há-de ser a fé, que devemos prestar a essa doutrina.

2. Matéria ou objecto da Teologia. — Pròpriamente a Religião ou Teologia, no seu aspecto doutrinal — dogmático — só deveria ocupar-se das verdades, que dizem respeito a Deus, conforme o significado da palavra «teologia». Não obstante, trata-se nela, e com razão, de Deus e das suas obras, um pouco como ao falar de um artista — Murilho ou Miguel Ângelo — fazemos o exame de suas obras, ou ao ocupar-nos do fundador de uma Ordem religiosa — S. Francisco ou St.º Inácio — nos referimos à sua instituição.

192. 3. Principais obras de Deus:

- a) Criação do mundo, dos anjos e dos homens.
- b) Enaltecimento de Adão com dotes extraordinários, que pelas forças da sua natureza não podia alcançar.
- c) Missão de Jesus Cristo ao mundo, para remir o homem.
- d) Maria, mãe de Jesus Cristo.
- e) A graça.
- f) Os sacramentos — fontes primárias da graça.
- g) A Igreja que nos administra os sacramentos.
- h) Prêmios e castigos reservados ao homem depois da morte.

193. 4. Nome dos diversos tratados da Teologia Dogmática. — Trataremos nesta segunda parte da Unidade e Trindade de Deus, e de cada uma das suas obras que enumerámos no número anterior, excepto a Igreja, que, por motivos de lógica, estudámos na primeira parte.

Para dar certa unidade aos diversos tratados e salientar a relação íntima que os une com Deus — objecto próprio da religião — costumam os autores designá-los desta forma:

Deus Uno e Trino: estuda pròpriamente a Deus.

Deus Criador: estuda a criação do mundo, dos anjos e dos homens.

Deus Elevante: estuda os dons extraordinários concedidos a Adão, que o enalteciam ou elevavam a um estado superior às exigências da natureza humana.

Deus Redentor: estuda a Jesus Cristo, enquanto nos redime do pecado, morrendo na cruz.

Deus Santificador: estuda a graça e os sacramentos, suas fontes primaciais.

Deus Consumador ou Remunerador: estuda o destino que Deus reserva a bons e maus depois desta vida, na consumação ou fim do mundo.

194. 5. Como apareceram os tratados de Teologia Dogmática. — Nos primeiros tempos do cristianismo não existia nenhum tratado completo e ordenado de Teologia Dogmática, como agora os temos.

Os Apóstolos e primeiros cristãos tratavam de Deus e das suas obras, nas pregações e escritos, segundo a oportunidade, e ao comentar a Sagrada Escritura ou alguma das suas passagens.

Mais tarde, sobretudo por causa dos hereges, houve autores que se ocuparam pormenorizadamente de certas questões, como a divindade de Jesus Cristo, a graça, o baptismo. Finalmente, em datas posteriores, ordenaram-se os materiais dispersos, e formou-se com eles um corpo de Teologia Dogmática, completo e sistemático.

195. 6. Conexão mútua desses tratados com o de Jesus Cristo Legado de Deus, e o da Igreja. — Quanto à demonstração, os diversos tratados teológicos não se concatenam com a mesma dependência que as partes de algumas ciências, a Matemática, por exemplo. Nesta, um teorema baseia-se no precedente, este no que o antecede, e assim sucessivamente. Por isso, o último não se pode demonstrar senão apoiando-se nos anteriores, nem se pode passar a outra parte, sem ter provado a precedente.

Com os tratados de Teologia, não ocorre o mesmo; podem provar-se alguns independentemente dos outros. Por esta razão, existe tanta diversidade na ordem seguida pelos autores, e se explica que nos cursos teológicos divididos por quatro anos, ora se comece a Dogmática por um tratado, ora por outro.

Os Novíssimos ou Deus Remunerador, vêem-se umas vezes depois do tratado de Deus Elevante, outras no final. O tratado da Fé, ora se estuda ao princípio da Teologia Dogmática, ora incluído no tratado da Graça. Os tratados do dogma pressupõem todos, é certo, os da Igreja e de Jesus Cristo Legado de Deus. Se queremos, por exemplo, demonstrar a presença real de Jesus Cristo na Eucaristia, podemos basear-nos em que tal verdade a apresenta o Concílio de Trento como definida. Sendo assim, estou certo de que me não engano, pois o Concílio é infalível.

Esta prerrogativa do Concílio, deduzo-a do facto de os bispos succederem aos Apóstolos no privilégio da Infalibilidade. Estarem os Apóstolos revestidos de Infalibilidade, mostram-no as palavras de Jesus Cristo, Legado de Deus. Esta legação divina, conheço-a pelos milagres de Jesus; os milagres pelo testemunho dos Evangelistas. Finalmente a veracidade da narração evangélica, estabeleci-a na primeira tese.

A concatenação destas deduções é rigorosa, nada deixando a desejar como sistema científico.

De modo semelhante se raciocinaria partindo do testemunho da Escritura. Sei, por exemplo, que Deus

criou o mundo, porque o deixou revelado na Bíblia. Esta revelação conheço-a porque nos livros sagrados se encontra a palavra de Deus, conforme a Igreja me certifica, e esta não se engana ao dizer-mo, porque é infalível.

Uma vez chegados aqui, procederíamos como no exemplo anterior.

RESUMO. — Sobre que versa a Teologia Dogmática? Quais são as principais obras de Deus? Como se denominam os tratados teológicos respectivos? Qual foi a sua origem? Qual a conexão mútua desses tratados com as verdades neles expostas? Em que dependência se encontram dos tratados da Igreja e de Jesus Cristo Legado divino? Com que exemplo da Tradição se pode isto declarar? Como se verificaria o mesmo ao provar pela Escritura a criação do mundo?

DEUS UNO — OU
UNIDADE DE DEUS

- * *NOTA BIBLIOGRÁFICA* — A. A. GOUPIL, *Dieu*, Paris, Paillard. — *Unité*, ibid. — A. D. SERTILLANGES, *Dieu ou rien*, Paris, Flammarion. — A. FARGES, *L'Idée de Dieu d'après la raison et la science*, Paris. — GUINOULHIAC, *Histoire du Dogme Catholique*, vol. I, *De Dieu considéré en lui même*, Paris. — JUL. SOUBEN, *Dieu dans l'histoire et la révélation*, Paris. — R. GARRIGOU-LAGRANGE, *Dieu, son existence et sa nature*, Paris, Beauchesne.

CAPÍTULO I

COGNOSCIBILIDADE, ESSÊNCIA E ATRIBUTOS DE DEUS

ART. 1.º — COGNOSCIBILIDADE DA EXISTÊNCIA DE DEUS SÓ COM A LUZ DA RAZÃO

TESE. Pode-se demonstrar a existência de Deus,
com a simples luz da razão.

QUALIFICAÇÃO (1): *Doutrina de fé.*

196. Explicação. — Demonstrámos, com razões de ordem natural, a existência de Deus (2). Agora vamos provar, com testemunhos da Tradição e Escritura, que realmente se pode fazer tal demonstração.

(1) Geralmente, daqui em diante, antes da prova de cada tese, diremos qual é a sua *qualificação*, isto é, se é doutrina de fé, ou conclusão teológica. O significado destes termos, ficou explicado nas notas complementares, ao fim do tratado da Fé, n.º 150 e 136 e segs.

Por *doutrina teologicamente certa* entendemos aquela doutrina que se prova com razões certas tomadas de outras verdades da fé, da Escritura, ou documentos eclesiásticos certos. Por *doutrina católica*, aquela que sem ser de fé teologicamente certa se encontra nalgum documento aceite em toda a Igreja. Por *doutrina certa* a que, sem ser de fé ou teologicamente certa ou doutrina católica, se prova com argumentos certos.

(2) Cf. Introdução; cap. II, art. 2.º, n.º 6 e segs.

197. Adversários. — Além dos *Materialistas* e *Modernistas*, mencionados na Introdução ⁽¹⁾, devemos incluir os chamados *Tradicionalistas*. Segundo eles, se Deus não tivesse primeiro revelado a sua existência e essa revelação se não conservasse pela *Tradição* ⁽²⁾, nunca o homem, abandonado a si mesmo, teria chegado ao seu conhecimento.

Provas

198. A) Tradição. — «Se alguém disser que não se pode conhecer com certeza, a existência de Deus... com a luz natural da razão humana, seja anátema» ⁽³⁾.

199. B) Escritura. — a) **Antigo Testamento.** «*Vãos são todos os homens que não conhecem a Deus... Por que, se puderam saber tanto deste mundo, como não encontraram mais facilmente o Senhor dele?... (quer dizer, com mais facilidade que a muitas coisas do mundo)... Se admiraram o poder e as obras do mundo, entendam ao considerá-las, que quem as fez é mais poderoso que elas, porque da grandeza ou beleza das criaturas, se pode conhecer o seu Criador*» ⁽⁴⁾.

b) **Novo Testamento.** — S. Paulo repreende os gentios, por, em vez de adorarem a Deus devidamente, lhe prestarem culto idolátrico, já que tinham obrigação de conhecê-lo, porque os seus atributos divinos, apesar de invisíveis, «*conhecem-se pela razão, servindo-nos das coisas criadas, e do mesmo modo o seu poder sem-*

(1) Cf. cap. II, art. 2.º, n.º 6.

(2) Daí lhes vem o nome de *Tradicionalistas*.

(3) Concílio Vaticano, ses. 3, cân. 1 da Rev. D. 1806.

(4) «*Vani autem sunt omnes homines in quibus non subest scientia Dei... Si enim tantum potuerunt scire ut possent aestimare saeculum, quomodo huius Dominum non facilius invenerunt?... Aut si virtutem et opera eorum mirati sunt, intelligant ab illis quoniam qui haec fecit fortior est illis; a magnitudine enim speciei et creaturae cognoscibiliter poterit creator horum videri*». Sabedoria, XIII, 1, 4 e 9.

piterno e sua divindade, de maneira que não têm escusa» (1).

200. Consequência. — Logo, se pelas realidades visíveis podemos com segurança conhecer que Deus existe, também podemos demonstrar a sua existência. A razão é clara: uma demonstração consiste precisamente em inferir de um facto conhecido com certeza, não com mera probabilidade, (no nosso caso, as obras da criação) uma verdade: — a existência de Deus que as produziu.

«Confesso que Deus, princípio e fim de todas as coisas, pode ser conhecido com certeza, e portanto com a luz natural da razão pode demonstrar-se a sua existência, pelas obras visíveis da criação, como uma causa pelos seus efeitos» (2).

RESUMO. — *Por que apresentamos agora uma nova tese sobre a existência de Deus, se já na Introdução provámos esta verdade? Quem nega a demonstrabilidade da existência de Deus só pela luz da razão? Como se prova essa demonstrabilidade pela Tradição? E pela doutrina do Antigo e Novo Testamento? Que afirma, a este propósito, o juramento de que S. Pio X prescreveu contra os modernistas?*

ART. 2.º — ESSÊNCIA DE DEUS

TESE. A essência de Deus consiste em ter em si mesmo a razão de existir.

QUALIFICAÇÃO: Doutrina certa.

201. Explicação. — *Essência* é o elemento ou conjunto de elementos que constituem necessariamente um ser, de tal modo que este não se pode conceber nem, portanto, existir sem ele.

(1) «*Invisibilia enim ipsius, a creatura mundi, per ea quae facta sunt, intellecta, conspiciuntur; sempiterna quoque eius virtus, et divinitas: ita ut sint inexcusabiles*». Romanos, I, 20.

(2) Juramento antimodernístico que mandou fazer S. Pio X. D. 2145.

Por exemplo: 1. — Definimos o homem, «animal racional», porque sempre que se nos depare um ser dotado de vida animal e que ao mesmo tempo pense e raciocine, teremos em frente de nós um homem; nunca o teremos na hipótese contrária. A essência do homem consiste pois em ser «animal racional».

2. — Definimos o animal, um «ser vivo que sente», isto é, que tem vida sensitiva, porque animal é todo o ser que conhece por meio dos sentidos e não o será se lhe falta esta condição. A essência do animal consiste pois nos elementos: «um ser vivo, que sente».

Neste sentido, pois, afirmamos que a essência de Deus consiste em possuir em si mesmo a razão da existência. Portanto, havendo um ser dotado de tal natureza, será Deus; não o será, no caso contrário.

Provas

202. A) **Escritura.** — Deus, quando lhe perguntaram o nome, chamou-se a si próprio «O que é», quer dizer, o que tem em si mesmo a razão de existir. Portanto, é esse o nome que lhe quadra melhor, o que exprime com mais precisão a sua natureza ou essência. Vemo-lo na seguinte passagem: Moisés disse a Deus: «Se (os Israelitas) me perguntarem: qual é o seu nome? (de Deus), que lhes direi? E Deus respondeu a Moisés: *Eu sou o que sou...., assim falarás aos filhos de Israel. O que é* (em hebreu — *Iavé*) *me enviou a vós... Este será o meu nome para sempre*» (1).

203. B) **Pela razão.** — Provámos na Introdução, n.º 10, que o ser que tem em si mesmo a razão, ou fonte da própria existência, é Deus, pois que necessariamente possuirá todas as perfeições em sumo grau.

(1) «*Si dixerint mihi: Quod est nomen eius? quid dicam eis? Dixit Deus ad Moysen: Ego sum qui sum..... Sic dices filiis Israel: Qui est, misit me ad vos*». Êxodo, III, 13 e 14.

Veja-se acerca do nome *Iavé* a Introdução: Cap. 2.º, art. 2.º. Nota sobre os nomes de Deus, n.º 11.

Por outras palavras, se há algum ser cuja razão de existir se encontre nele mesmo, tal ser é Deus; qualquer outro, que para existir necessite de receber a existência, é uma criatura, obra de algum princípio superior, isto é, um ser que não é Deus. Portanto, a essência de Deus consiste em ter em si mesmo a razão de existir.

Nota. — Esta prova não é de Teologia revelada, mas de Teodiceia ou Teologia natural.

RESUMO. — *Qual a definição de essência, e com que exemplos se pode ilustrar? Como se prova pela Escritura e pela razão que a essência de Deus consiste em ter em si mesmo a razão de existir?*

ART. 3.º — ATRIBUTOS DE DEUS

TESE. Há um só Deus, Criador do céu e da terra, onnipotente, eterno, imenso, incompreensível, infinito em todas as perfeições, indivisível e infalível.

QUALIFICAÇÃO: *De Fé, pelo menos porque assim o ensina a Igreja no seu magistério universal ordinário.*

204. Explicação. — Da essência de Deus deduzem-se os seus atributos ou perfeições. Dos enunciados na tese alguns são por si suficientemente claros. Dos outros daremos breve explicação.

Omnipotente: pode realizar tudo quanto é possível. O círculo quadrado não é factível, não passa de uma quimera; um pecado não é propriamente um ser real, mas a ausência de uma perfeição, como num soldado o poder ser vencido é uma fraqueza, a privação desta qualidade — ser invencível.

Eterno: sempre existiu e existirá.

Imenso: encontra-se em todas as partes, onde há ou pode haver alguma coisa.

Incompreensível: a nossa inteligência não o pode compreender totalmente, como não podemos com a vista abranger o mar todo, mas só alguma parte.

Além disso, há em Deus muitas perfeições que, por incapacidade do entendimento, se nos tornam incompreensíveis, como são para a vista os perfumes e o som.

Infinito em todas as perfeições: possui a ciência, a formosura, a inteligência, o poder e todos os predicados, em grau supremo.

Indivisível: não se pode dividir, porque não tem partes. De uma flor, podemos separar as folhas, e a estas fragmentá-las. Um regimento de mil soldados pode distribuir-se em grupos de cem, dez, etc. O homem não se pode dividir noutros homens, é *numèricamente* indivisível, embora seja possível dividir-lhe em partes o organismo.

Imutável: incapaz de ser mudado e de mudar. Os ponteiros do relógio em movimento, mudam-se; os do relógio parado, não. A água de um rio, desloca-se; a de um lago, permanece aparentemente a mesma. O homem quer hoje o que ontem repudiava, e vice-versa. Deus não muda nunca de parecer ou resolução, nem sofre alteração alguma nas suas perfeições ou ser.

205. Adversários. — Os *gentios* adoram muitos deuses, vítimas de inúmeras imperfeições e pecados. Os *panteístas* identificam a Deus com o mundo; e sendo este mutável, finito e imperfeito sob muitos aspectos, negam lógicamente a imutabilidade e a perfeição de Deus.

Provas

206. A) Tradição. — «A Santa Igreja Católica, Apostólica, Romana crê e confessa que *há um (só) Deus... Criador e Senhor do céu e da terra, onipotente, eterno, imenso, incompreensível, infinito na inteligência e vontade e em todas as perfeições*; o qual,

sendo uma única substância, inteiramente simples (ou indivisível, segundo explicamos na tese)... deve conceber-se como real e essencialmente distinto do mundo, em si e por si mesmo feliz, e levantado inefavelmente sobre todas as coisas, que existem ou podem imaginar-se fora dele» (1).

Escrevemos os atributos em itálico para salientar a sua identidade com os enunciados na tese. Poderiam citar-se muitos outros documentos parciais, em que não entram todos esses atributos; mas não vale a pena insistir num ponto em que os testemunhos da Tradição são abundantes e claros.

207. B) Escritura. — Há um só Deus. — «Ouve Israel: Iavé, nosso Deus, é o único Iavé» (2). «És grande, Iavé... e não há nenhum Deus além de ti» (3). «Não há senão um só Deus» (4).

No tratado da Trindade se resolverá como pode haver um só Deus, posto que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são Deus. O Pai, o Filho e o Espírito Santo são três pessoas, mas um só Deus: como a voz de um orador, ao falar num teatro, se ouve ao mesmo tempo noutra cidade vizinha transmitida pelo telefone. e além Atlântico por meio da rádio; são três fenómenos realmente distintos, e uma voz apenas.

Deus é o criador do céu e da terra. — «No princípio criou Deus o céu e a terra» (5). «Fez o céu e a terra, o mar e tudo quanto eles encerram» (6).

Este ponto será desenvolvido no tratado de *Deus Criador*.

(1) Concílio Vaticano, ses. 3, cap. 1, D. 1782.

(2) «Audi, Israel: Dominus Deus noster, Dominus unus est». Deuteronomio, VI, 4.

(3) «Magnificatus es, Domine Deus, ... neque est Deus extra te». II Reis, VII, 22.

(4) «Nullus est Deus, nisi unus». I Coríntios, VIII, 4.

(5) «In principio creavit Deus caelum et terram». Génesis, I, 1.

(6) «Qui fecit caelum et terram, mare, et omnia quae in eis sunt». Salmo, CXLV, 6.

Deus é onnipotente. — Assim o declarou expressamente a Abraão: «*Eu sou Deus Onnipotente*» ⁽¹⁾. «*Pai, todas as coisas te são possíveis*», exclama Jesus, em Getsemani ⁽²⁾. «*Nada há impossível para Deus*» ⁽³⁾, explica o Anjo S. Gabriel à Santíssima Virgem, ao anunciar-lhe a sua eleição para Mãe de Deus.

Deus é eterno. — «*Antes de serem feitos os montes ou de ser formada a terra e o orbe, tu és Deus, desde a origem dos séculos e por toda a eternidade*» ⁽⁴⁾. «*Os teus anos nunca terão fim*» ⁽⁵⁾.

Deus é imenso. — «*Não encho eu céus e terra, diz o Senhor?*» ⁽⁶⁾. «*Se subir ao Céu, tu estás lá, se descer ao abismo, aí estás presente*» ⁽⁷⁾.

Deus é incompreensível. — «*Habita numa luz inacessível, que nenhum homem viu, nem pode ver*» ⁽⁸⁾.

Deus é infinito. — a) Na *Sagrada Escritura* não se encontra uma prova explícita, mas deduz-se da sua onnipotência, imensidade, sabedoria e grandeza sem fim.

Ficou já provada a sua onnipotência e imensidade; o Salmista canta a sua sabedoria sem limites; «*A sua sabedoria não tem limites*» ⁽⁹⁾; e a sua grandeza sem

(1) «*Ego Deus omnipotens*». Génesis, xvii, 1.

(2) «*Pater, omnia tibi possibilia sunt*». S. Marcos, xiv, 36.

(3) «*Quia non erit impossibile apud Deum omne verbum*». S. Lucas, i, 37.

(4) «*Præquam montes fierent, aut formaretur terra et orbis, a sæculo et usque in sæculum tu es Deus*». Salmo, lxxxix, 2.

(5) «*Anni tui non deficient*». Salmo, ci, 28.

(6) «*Numquid non caelum et terram ego implco? dicit Dominus*». Jeremias, xxiii, 24.

(7) «*Si ascendero in caelum, tu illic es; si descendero in infernum, ades*». Salmo, cxxxviii, 8.

(8) «*Lucem inhabitat inaccessibilem; quem nullus hominum vidit, sed nec videre potest*». I Timóteo, vi, 16.

(9) «*Sapientiae eius non est numerus*». Salmo, cxlvi, 5.

fim: «Grande é o Senhor e sobremaneira louvável, a sua grandeza não tem fim» (1).

b) Pela razão prova-se que Deus, não tendo recebido de ninguém a existência, deve incluir todas as perfeições em sumo grau, como indicámos na 4.ª prova da Existência de Deus (2).

Deus é indivisível — (ou simples, segundo a expressão do Concílio Vaticano (3), que é usual em Teologia). Também deste atributo não existem testemunhos explícitos na Escritura; conclui-se, porém, da infinidade de Deus, que seria impossível se Ele fosse composto de partes. Com efeito, se a uma porção limitada — 4 ou n , por exemplo — de qualquer quantidade ou perfeição acrescentarmos outra porção limitada 7 ou p , o resultado será sempre uma grandeza limitada $4 + 7$, ou $n + p$.

Deus é imutável. — «Eu sou Iavé, e não me mudo» (4). «Os céus perecerão, tu permanecerás. Todos envelhecerão, como envelhece um vestido...; tu, no entanto, és sempre o mesmo» (5). «Em Deus não se dá mudança nem sombra de vicissitude» (6).

Nota. — Deus possui ainda outros atributos que não estão enunciados na tese, como a santidade, a justiça e a misericórdia. «Sede santos, porque eu sou Santo» (7). «A misericórdia do Senhor permanece eternamente para sempre sobre todos os que o

(1) «Magnus, Dominus, et laudabilis nimis; et magnitudinis eius non est finis». Salmo, CXLIV, 3.

(2) Introdução, cap. 2, ar. 2.º, n.º 10.

(3) Citado na prova da Tradição.

(4) «Ego enim Dominus, et non mutator». Malaquias, III, 6.

(5) «...Ipsi peribunt tu autem permanes; et omnes sicut vestimentum veterascent... tu autem idem ipse es». Salmo, CI, 27 e 28.

(6) «...Apud quem non est transmutatio, nec vicissitudinis obumbratio». S. Tiago, I, 17.

(7) «Sancti estote; quia ego sanctus sum». Levítico, XI, 44.

temem» (1). «Justo és, Senhor, e recto o teu juízo» (2). Destes atributos e da providência, tratar-se-á oportunamente, embora não de todos expressamente.

RESUMO. — Que significa Deus onnipotente, eterno, imenso, incompreensível, infinito em todas as perfeições, indivisível e imutável? Quem nega a existência de um só Deus, adornado de todas as perfeições? Como se prova pela doutrina da Igreja e pela Escritura que há um só Deus? Que testemunhos da Escritura se podem aduzir para comprovar que Deus é santo, justo e misericordioso?

CAPÍTULO II

AS OPERAÇÕES OU ACÇÕES DIVINAS

ART. 1.º — A SABEDORIA DE DEUS

TESE. Deus é omnisciente, isto é, sabe tudo.

QUALIFICAÇÃO: De fé, pelo menos porque assim o ensina a Igreja no seu magistério universal ordinário.

208. Explicação. — As operações de Deus dizem respeito ao seu entendimento, vontade e onnipotência. Ocupar-nos-emos agora do que diz relação ao seu entendimento e vontade, deixando para outro lugar o que se refere à sua onnipotência, por exemplo a criação do mundo.

Provas

209. A) Tradição. — «Todas as coisas estão descobertas e patentes aos seus olhos, mesmo as que hão-de vir a realizar-se, pela livre acção das criaturas» (3).

(1) «*Misericordia autem Domini ab aeterno, et usque in aeternum super timentes eum*». Salmo, cii, 17.

(2) «*Iustus es, Domine, et rectum iudicium tuum*». Salmo, cxviii, 137.

(3) Concílio Vaticano, ses. 3, cap. 1, D. 1784.

210. B) Escritura. — «*Não há criatura alguma invisível ao seu olhar, mas todas as coisas estão descobertas e patentes aos seus olhos*» (1).

Por conseguinte, Deus conhece todas as coisas presentes.

«*Porque ao Senhor Deus, todas as coisas eram conhecidas antes de serem criadas*» (2). «*Deus conhece toda a ciência... anunciando as coisas passadas e as futuras*» (3). «*Penetraste os meus pensamentos... e previste todos os meus caminhos*» (4).

Portanto, Deus conhece o passado, o futuro, e os seres possíveis, visto conhecer todas as coisas, antes mesmo de as criar.

211. Consequência. — Se Deus conhece tudo, também conhecerá o que os homens teriam feito noutras circunstâncias, por exemplo, como teria vivido Judas se não se houvesse enforcado; a história de Júlio César, se, não tendo morrido assassinado, vivesse dez ou vinte anos mais.

Estes factos, que nunca sucederam nem jamais hão-de suceder, mas que se teriam realizado noutras circunstâncias, denominam-se em Teologia *futuríveis*.

Não existem documentos eclesiásticos, onde se nos prove que Deus conhece os futuríveis, mas deduz-se claramente de alguns factos descritos na Sagrada Escritura. Sobre esta verdade estão de acordo todos os teólogos.

Exemplifiquemos com duas passagens:

1.^a Censurando Cristo Nosso Senhor a duas cidades da Palestina, irrompe nestas exclamações: «*Ai de ti Corozaim, ai de ti Betsaida, porque se em Tiro e Sidónia se tivessem operado os milagres, que em vós*

(1) «*Et non est ulla creatura invisibilis in conspectu eius; omnia autem nuda et aperta sunt oculis eius*». Hebreus, iv, 13.

(2) «*Domino enim Deo antequam crearentur, omnia sunt agnita*». Eclesiástico, xxiii, 29.

(3) «*Cognovit enim Dominus omnem scientiam... annuntians quae praeterierunt et quae superventura sunt*». Eclesiástico, xlii, 19.

(4) «*Intellexisti cogitationes meas de longe; ...et omnes vias meas praevidisti*». Salmo, cxxxviii, 3 e 4.

se operaram... *teriam feito penitência!*» (1). Portanto, Jesus Cristo sabia que os habitantes de Tiro e Sidônia se teriam convertido se entre eles se tivessem realizado alguns milagres que, de facto, se não realizaram.

2.^a Estava David em Ceila, com alguns dos seus partidários, e ouviu dizer que Saul pensava em ir destruir aquela cidade, por ele aí se encontrar. Perguntou David ao Senhor: «*Saul descera a Ceila?*» «*Descerá*». *Entregar-me-ão os Ceilitas nas mãos de Saul?*» «*Entregarão*». Diante de tal resposta do Senhor, David abandonou a cidade, e por isso nem Saul desceu a ela, nem os Ceilitas entregaram David às mãos de Saul. Mas Deus vaticinara o que sucederia se David permanecesse na cidade (2).

RESUMO. — *Como se demonstra pela Tradição e Escritura a onisciência de Deus? Que passagens, do Antigo e Novo Testamento, podem aduzir-se em prova de que Deus conhece os futuríveis?*

ART. 2.^o — A VONTADE DE DEUS ACERCA DA SALVAÇÃO DOS HOMENS

TESE. Deus quer a salvação de todos os homens.

QUALIFICAÇÃO: *Parte é de fé e parte teológica-mente certa, como se verá na prova da Tradição.*

212. Explicação. — Na tese só tratamos dos adultos, e afirmamos que Deus quer a salvação de todos os homens e todos, de facto, se salvarão se o não impedirem os seus pecados. Da salvação das crianças trataremos no fim da tese, em nota à parte.

213. Adversários. — Segundo *Calvino*, Deus cria os homens já com o fim determinado — céu ou inferno — independentemente das boas ou más obras

(1) «*Vae tibi, Corozain! vae tibi, Bethsaida! quia si in Tyro et Sidone factae essent virtutes quae factae sunt in vobis... poenitentiam egissent*». S. Mateus, xi, 21.

(2) I Reis, xxiii, 10 e segs.

de cada um. Os primeiros são predestinados; os segundos, réprobos.

Jansénio, por sua vez, ensina que Jesus Cristo só morreu pelos predestinados, e portanto, os que se hão-de condenar não dispõem de meios suficientes para a salvação.

Provas

214. A) **Tradição.**—Inocência X condenou como herética uma proposição de Jansénio, em que afirma que Cristo morreu só pelos predestinados ⁽¹⁾. Logo, constitui verdade de fé que não morreu só por eles, e por conseguinte, que Deus não quer apenas a salvação dos predestinados, mas de todos.

É igualmente verdade de fé que Cristo morreu por todos os católicos, sem exceptuar os que não se hão-de salvar, conforme reza o sacerdote na missa: *«Por causa de nós, os homens, e para nossa salvação, baixou do céu, encarnou..., foi crucificado..., morto e sepultado»*. Ora, se Deus baixa do céu e se sujeita à morte de cruz para nossa salvação, é prova evidente de que nos quer salvar.

Todos os Teólogos defendem esta doutrina da vontade salvífica de Deus a respeito de todos os homens.

215. B) **Escritura.**—S. Paulo escreve a Timóteo: *«Rogo-te, pois, em primeiro lugar, que se faça oração... por todos os homens... É esta uma obra boa e aceite aos olhos de Deus Salvador nosso, que quer a salvação de todos os homens... Há um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo homem, que se entregou em redenção por todos»* ⁽²⁾.

(1) Const. Cum occasione, 31 de Maio de 1653. D. 1096.

(2) *«Obsecro igitur primum omnium fieri... orationes..., pro omnibus hominibus... Hoc enim bonum est, et acceptum coram salvatore nostro Deo, qui omnes homines vult salvos fieri... Unus enim Deus, unus et mediator Dei et hominum, homo Christus Iesus, qui dedit redemptionem semetipsum pro omnibus»*. I Timóteo, II, 1, 3, 4 e 5.

Portanto, como afirma S. Paulo, Deus quer a salvação de todos os homens.

«Vivo eu, diz o Senhor Deus: não quero a morte do pecador, mas que se converta do seu errado caminho e viva» ⁽¹⁾. Deus «não quer que alguns pereçam, mas que todos se convertam» ⁽²⁾. Jesus Cristo, «é vítima propiciatória pelos nossos pecados, e não só pelos nossos, mas pelos de todo o mundo» ⁽³⁾.

Nota

216. Vontade de Deus acerca da salvação das crianças. — A instituição do baptismo e a obrigação imposta aos pais e sacerdotes de procurar que todas as crianças o recebam, é prova indubitável de que Deus quer a sua salvação. No entanto, muitas nunca receberão esse sacramento, porque a morte as colherá em circunstâncias tais, que é moralmente impossível administrar-lho.

Quantas mães, antes de dar à luz, perecem num naufrágio, num desastre ferroviário, e noutros mil accidentes! Sobretudo, quantas crianças mortas antes de nascer! Portanto Deus quer a salvação das crianças, mas respeitando simultâneamente a vontade dos homens que, por vezes, obstam à salvação delas — por ignorância ou má vontade — e sem alterar as leis da natureza, que impedem algumas vezes a administração do baptismo.

Contudo, as crianças nunca serão condenadas embora morram sem o carácter baptismal. Neste caso irão para um lugar feliz, chamado limbo, como exporemos no tratado de *Deus Consumador ou Remunerador*.

⁽¹⁾ «Vivo ego, dicit Dominus Deus, nolo mortem impii, sed ut convertatur impius a via sua et vivat». Ezequiel, xxxiii, 11.

⁽²⁾ «Nolens aliquos perire, sed omnes ad poenitentiam reverti». II S. Pedro, iii, 9.

⁽³⁾ «Et ipse est propitiatio pro peccatis nostris; non pro nostris autem tantum, sed etiam pro totius mundi». I S. João, ii, 2.

RESUMO. — *Que ensinou Calvino acerca dos desígnios de Deus no que respeita à salvação de todos os homens? Que escreveu Jansênio sobre a mesma questão? Como se prova a seguinte verdade de fé: Deus quer a salvação, mesmo dos não predestinados, e de todos os católicos? Como se demonstra pela Escritura que Deus quer a salvação de todos os homens? Deus quer a salvação das crianças? Por que não recebem muitas delas o baptismo? Para onde vão as que morrem sem o ter recebido?*

ART. 3.º — A PREDESTINAÇÃO

217. 1. Réprobos e predestinados. — Chamam-se predestinados os adultos que se hão-de salvar, e réprobos os que se hão-de condenar.

2. A causa da condenação é o pecado. O meio indispensável para a salvação é a graça. — O homem só se condena por causa dos seus pecados, e só se salva se morrer na graça de Deus. Esta será concedida a todos os adultos que a não desmereçam ou com os seus pecados se tornem indignos dela.

3. A ciência de Deus e a salvação ou condenação do homem. — Deus antes de criar o mundo já sabia quem se havia de salvar ou condenar. A todos os homens proporciona meios para se salvarem se quiserem, mas deixa-os em liberdade: muitos salvam-se, mas também outros se condenam.

218. 4. Em circunstâncias diferentes, muitos predestinados ter-se-iam condenado, e muitos réprobos, salvado. — Muitos dos que se salvaram ou hão-de salvar, condenar-se-iam se Deus os tivesse cercado de outras circunstâncias: amigos, escolas, meio social, anos de vida, perigos, etc.. Reciprocamente, muitos dos que se condenam, noutras condições salvar-se-iam, por exemplo, se tivessem nascido de pais piedosos, e não de libertinos, numa cidade não corrompida mas cristã, e tivessem falecido de morte natural, em vez de terem sido vítimas de algum desastre imprevisto.

5. Em todas as circunstâncias, dispõe o homem, de meios suficientes para se salvar. — Em todas as circunstâncias possíveis sempre Deus proporcionaria ao homem meios suficientes para se salvar, mas não lhe coarctando a liberdade, ele, de facto, numa salva-se e noutras condena-se.

219. 6. Deus escolheu livremente o mundo com estas circunstâncias em vez de outras. — Deus preferiu livremente este mundo com as circunstâncias que o caracterizam. Segundo elas, nascemos em determinada cidade, família, época e perigos. Estava na liberdade de Deus querê-lo assim, pois sempre nos podemos salvar, sejam quais forem as condições que nos rodeiam. Se não nos salvamos, é porque, usando mal da liberdade pecando, não empregamos depois os meios que Deus nos ministra para sair do pecado.

220. 7. O homem só pela guarda dos mandamentos de Deus se salva, e só pelo pecado se condena. É verdade, como vimos no número anterior, que Deus escolheu as circunstâncias em que, de facto, uns se hão-de salvar e outros se hão-de condenar. É o que significa, dizer que os primeiros estão predestinados por Deus, e não o estão os segundos. Mas os predestinados só se salvarão, se obedecem aos mandamentos de Deus, usando bem da sua liberdade, como os réprobos só se condenarão se fazem mau uso dela.

A vontade de Deus é que todos se salvem. Só virá a salvar-se ou a condenar-se, quem voluntariamente puser as condições para a salvação ou condenação. Estamo-nos referindo aos adultos.

221. 8. Uma comparação elucidativa. — Um médico tem a seu cuidado cem doentes, todos atacados da mesma doença. Para curá-los completamente dispõe de cinco remédios diferentes, mas só pode empregar um deles. Se escolhe o primeiro, conhecendo perfeitamente os seus clientes, sabe que só o hão-de

tomar trinta, por não quererem os outros vencer a repugnância. Coisa parecida sucede com os restantes medicamentos. Decide-se finalmente por um, e põe-no à disposição de todos. Desta maneira, escolheu a saúde dos que sabe que o irão tomar: poderíamos dizer que os destinou para a saúde. Tais doentes, porém, não conseguirão, de facto, a saúde, senão porque usam do remédio prescrito. Por outro lado, muitos hão-de rejeitar esse remédio escolhido pelo médico, mas se tais enfermos não se curam, devem-no a ter voluntariamente repellido o medicamento posto à sua disposição.

RESUMO. — *Quem são os predestinados, e os réprobos? Porque se salvam os primeiros, e se condenam os segundos? Que relação há entre a ciência de Deus e a salvação ou condenação do homem? Que teria sucedido noutras circunstâncias àqueles que hoje são réprobos ou predestinados? Podem os homens salvar-se em quaisquer circunstâncias preferidas por Deus? Por que escolheu Deus as circunstâncias presentes? Que deve fazer o homem para se salvar em qualquer caso, e que obstáculo lhe impede a salvação? Que exemplo pode esclarecer a doutrina da predestinação?*

Nota. — Outras questões, que alguns autores incluem no tratado de *Deus Uno*, como a *liberdade* e *providência* de Deus, expô-las-emos no tratado de *Deus Criador*.

DEUS TRINO EM PESSOAS
— OU TRINDADE DE DEUS

- * *NOTA BIBLIOGRAFICA* — A. A. GOUPIL, *Trinité*, Paris, Paillard. — GALTIER, *L'habitation en nous des trois personnes divines*, Paris, Beauchesne. — HUGON, *Le mystère de la St.^e Trinité*, Paris. — JUL. LEBRETON, *Les origines du dogme de la Trinité*. — L. CHOPPIN, *La Trinité chez les Pères Apostoliques*, Lille. — L. LAUBACHE, *Leçon de Théologie Dogmatique*, vol. I., Paris. — MONSABRÉ, *Conférences de Notre Dame*, tradução portuguesa, A. C., Viseu. — TH. DE RÉGNON, *Études de Théologie positive sur la Sainte Trinité*, Paris.

CAPÍTULO I

EXISTÊNCIA DA SS. TRINDADE

ART. 1.º — DIVINDADE DO PAI, FILHO E ESPÍRITO SANTO

TESE. A Escritura e a Tradição falam de três pessoas — Pai, Filho e Espírito Santo — e afirmam que são Deus.

QUALIFICAÇÃO: *É doutrina de fé a divindade do Pai, do Filho e do Espírito Santo, e é certo que falam dela a Escritura e a Tradição.*

222. Explicação. — Na tese seguinte demonstraremos que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são três pessoas realmente distintas, nesta sòmente provaremos que, segundo a Tradição e a Escritura, são Deus.

Adversários. — Negaram a divindade do Filho os *arianos*, afirmando que era obra ou criatura do Pai; do Espírito Santo, os *macedonianos*, dando-o como obra do Filho.

Provas

223. A) Tradição. — «Esta é a fé católica, que veneremos um só Deus na Trindade, e a Trindade na Unidade (de Deus) ..., porque uma é a pessoa do

Pai, outra a do Filho, outra a do Espírito Santo; mas do Pai, do Filho e do Espírito Santo uma (só) é a divindade, igual a glória e coeterna a majestade... O Pai é Deus, o Filho é Deus e o Espírito Santo é Deus, e no entanto, não são três deuses mas um (só) Deus» (1).

224. B) Escritura. — a) Textos referentes ao Pai. — «Os judeus procuravam matá-lo (a Jesus), porque não só não observava o sábado mas também porque chamava a seu Pai Deus, fazendo-se igual a Deus» (2). «Há um só Deus (Deus Pai, segundo o contexto), um só mediador entre Deus e os homens, o homem Cristo Jesus» (3). «Subo para meu Pai e vosso Pai, meu Deus e vosso Deus» (4), anuncia Jesus aos Apóstolos, antes da sua ascensão.

225. b) Textos referentes ao Filho. — «Cristo, que está acima de todas as coisas, Deus bendito pelos séculos, ámen» (5). «No princípio era o Verbo, e o Verbo estava em Deus e o Verbo era Deus... e se fez carne (quer dizer, homem) e habitou entre nós» (6), narra S. João no prólogo do seu Evangelho.

No tratado de Jesus Cristo, provaremos extensamente a sua divindade.

226. c) Textos referentes ao Espírito Santo.
1. «Ananias, porque te seduziu Satanás a mentir ao

(1) Símbolo Quicumque ou Atanasiano. D. 39.

(2) «Quaerebant cum Iudaei interficere, quia non solum solvebat sabbatum, sed et patrem suum dicebat Deum, aequalem se faciens Deo». S. João, v, 18.

(3) «Unus enim Deus, unus et mediator Dei et hominum, homo Christus Iesus». I Timóteo, ii, 5.

(4) «Ascendo ad Patrem meum et Patrem vestrum, Deum meum et Deum vestrum». S. João, xx, 17.

(5) «Christus secundum carnem, qui est super omnia Deus benedictus in saecula». Romanos, ix, 5.

(6) «In principio erat Verbum, et Verbum erat apud Deum, et Deus erat Verbum... Et Verbum caro factum est, et habitavit in nobis». S. João, i, 1 e 14.

Espírito Santo?... Não mentiste aos homens mas a Deus» ⁽¹⁾.

2. Jesus Cristo mandou aos apóstolos: «*Ide e ensinai a todos os povos, baptizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo...*» ⁽²⁾. Se, pois, o Pai e o Filho são Deus, deduz-se que o Espírito Santo também o é, por ser colocado no mesmo plano.

3. *Não contristeis o Espírito Santo de Deus»,* recomenda S. Paulo ⁽³⁾.

RESUMO. — *Quem nega a divindade do Filho? E a do Espírito Santo? Com que testemunho da Tradição se afirma expressamente que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são Deus? Que textos da Escritura provam a divindade do Pai, do Filho e do Espírito Santo?*

ART. 2.º — COMO SE DISTINGUEM ENTRE SI.
O PAI, O FILHO E O ESPÍRITO SANTO

TESE. O Pai, o Filho e o Espírito Santo distinguem-se entre si realmente (um não é nenhum dos outros, e são três pessoas).

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

227. Explicação. — Pessoa é um ser intelectual, dotado de operações próprias, como pensar, querer, falar, etc.: O homem e o anjo, por exemplo, são pessoas.

228. Adversários. — Afirmavam alguns cristãos dos séculos II e III, que o Pai, Filho e Espírito Santo eram apenas diversas manifestações da mesma pessoa.

(1) «*Anania, cur tentavit Satanas cor tuum, mentiri te Spiritui sancto?... Non es mentitus hominibus, sed Deo*». Actos, v, 3 e 4.

(2) «*Euntes ergo docete omnes gentes, baptizantes eos in nomine Patris, et Filii, et Spiritus sancti*». S. Mateus, xxviii, 19.

(3) «*Nolite contristare Spiritum sanctum Dei*». Efésios, iv, 30.

O Pai era Deus enquanto se manifestava criando os céus e a terra; o Filho era o mesmo Deus e pessoa enquanto tomava forma humana e morria na cruz; O Espírito Santo, enquanto santificava os fiéis com a sua graça. Portanto, haveria um só Deus e uma só pessoa divina.

Provas

229. A) Tradição. — «Uma é a pessoa do Pai, outra a do Filho, outra a do Espírito Santo... O Pai não foi feito, nem criado, nem gerado por ninguém. O Filho só procede do Pai, não foi feito ou criado, mas gerado. O Espírito Santo vem do Pai e do Filho, não foi feito nem criado, nem gerado, mas procedendo» ⁽¹⁾. Portanto o Pai, o Filho e o Espírito Santo, são pessoas realmente distintas, visto que o Pai não procede de ninguém; o Filho procede do Pai por geração; o Espírito Santo não é gerado, mas procede do Pai e do Filho.

230. B) Escritura. — a) **O Filho é distinto do Pai.**

1. «No princípio era o Verbo, e o Verbo estava em Deus» ⁽²⁾. Se o Verbo estava em Deus ou junto de Deus, distingue-se dele. O texto refere-se a Deus Pai, visto que o Verbo é depois chamado Filho de Deus.

2. «O Filho unigénito, que está no seio do Pai, Ele mesmo no-lo deu a conhecer» ⁽³⁾. Logo o Verbo — o Filho — é distinto do Pai.

231. b) O Pai, o Filho e o Espírito Santo são distintos entre si. — 1. «Baptizado Jesus, saiu logo da água, e eis que se lhe abriram os céus, e viu o Espírito de Deus baixando sobre Ele em forma de pomba.

⁽¹⁾ Símbolo Atanasiano, D. 39.

⁽²⁾ «In princípio erat Verbum, et Verbum erat apud Deum». S. João, I, 1.

⁽³⁾ «Unigenitus Filius, qui est in sinu Patris, ipse enarravit». S. João, I, 18.

(S. Lucas diz: «E baixou sobre ele o Espírito Santo em figura de pomba», III, 22), «e ouviu-se uma voz do céu, que dizia: Este é o meu Filho amado, no qual pus todas as minhas complacências» (1).

Temos aqui o Pai a falar de seu Filho, o Espírito Santo, baixando do céu sobre Jesus Cristo, e o Filho que se retira da água, onde foi baptizado.

2. «Eu pedirei ao Pai, e dar-vos-á outro consolador..., o Espírito de verdade... Esse Espírito Santo consolador que o Pai enviará em meu nome vos ensinará todas as coisas» (2). Nesta passagem, o Filho refere-se ao Pai, e afirma que ele enviará o Espírito Santo em nome do Filho. Logo, trata-se evidentemente de três pessoas realmente distintas.

232. c) O Pai, o Filho e o Espírito Santo são pessoas. — Com efeito, o enviar alguém para que ensine os homens, em nome de um terceiro, como refere o texto citado, manifesta claramente que são pessoas ou seja, seres intelectuais com operações próprias: enviar para ensinar em nome de outro.

RESUMO. — Como se define pessoa? Quem nega que o Pai, o Filho e o Espírito Santo, são pessoas realmente distintas, e como se distinguem, segundo eles? Que documentos da Tradição nos podem demonstrar que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são três pessoas realmente distintas? Que textos da Escritura provam que o Filho é distinto do Pai, e que o Pai, o Filho e o Espírito Santo se distinguem entre si? Como se deduz da Escritura que os três são pessoas?

(1) «Baptizatus autem Iesus, confestim ascendit de aqua. Et ecce aperti sunt ei caeli; et vidit Spiritum Dei descendantem sicut columbam, et venientem super se. Et ecce vox de caelis, dicens: Hic est Filius meus dilectus, in quo mihi complacui». S. Mateus, III, 16 e 17.
«Et descendit Spiritus sanctus corporali specie sicut columba in ipsum». S. Lucas, III, 22.

(2) «Et ego rogabo Patrem, et alium Paraclitum dabit vobis..., Spiritum veritatis... Paraclitus autem Spiritus sanctus quem mittet Pater in nomine meo, ille vos docebit omnia». S. João, XIV, 16, 17 e 26.

ART. 3.º — IDENTIDADE NUMÉRICA DE NATUREZA
NAS TRÊS PESSOAS DIVINAS

TESE. O Pai, o Filho e o Espírito Santo têm uma só natureza comum aos três.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

233. Explicação. — 1. *Natureza* é o mesmo que *essência*. A essência ou natureza do homem em geral constituem-na o corpo e a alma de que todo o homem se compõe; a natureza de um homem em particular — a essência ou natureza de Paulo — consta do corpo e alma que o formam. Ordinariamente, porém, quando se quer estabelecer alguma distinção entre essência e natureza, *designa-se por essência* o constitutivo de um ser, por exemplo, o corpo e a alma no homem; *por natureza*, isso mesmo, não porém enquanto forma ou constitui, mas enquanto é princípio de operações, como pensar, querer, crescer, etc.

2. Afirmamos na tese que uma só natureza, a mesma numericamente, é comum às três pessoas divinas. Pedro é uma pessoa. Paulo outra e André outra. Todos possuem uma natureza *especificamente* igual, a natureza do género humano, isto é, o corpo e a alma de homens; mas simultaneamente, Pedro, Paulo e André têm, cada qual, corpo e alma próprios, ou seja, uma natureza *numericamente* distinta. Se, conservando cada um desses três indivíduos a personalidade distinta, se consubstanciassem os três num só corpo e alma, seriam três pessoas numa só natureza. De outro modo, são três pessoas em três naturezas.

Eis o grande mistério da SS. Trindade, incompreensível à razão humana: numa só natureza divina, três pessoas realmente distintas.

234. Adversários. — Os da tese precedente: os monarquianos, e com eles os arianos e macedonianos,

para os quais o Filho é criatura do Pai, e o Espírito Santo obra do Filho; não têm, portanto, natureza idêntica à do Pai.

Provas

235. A) Tradição. — «Cremos firmemente e simplesmente confessamos, que há um só Deus, verdadeiro..., Pai, Filho e Espírito Santo, três pessoas, na verdade, mas uma só essência, substância ou natureza» ⁽¹⁾.

As três pessoas são um só Deus e não três deuses porque uma só é a substância das três, uma a essência, uma a natureza, uma a divindade, uma a imensidade, uma a eternidade. E, tirando a oposição de relação, tudo em Deus é uno. (Concílio de Florença, Decreto para os Jacobistas. D. 703).

Substância é o mesmo que essência ou natureza, com um pequeno matiz, o de que sustenta sobre si (*substat*, em latim) os acidentes ou qualidades, como a ciência, a cor, etc., acidentes que nos seres criados são realmente distintos da substância. Em Deus não o são; a ciência de Deus, por exemplo, identifica-se com a própria essência divina.

236. B) Escritura. — Demonstrámos pela Escritura que há um só Deus ⁽²⁾, e que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são pessoas realmente distintas. Logo, segundo a Escritura, possuem a mesma e única natureza; de outro modo seriam três deuses, como Pedro, Paulo e André, que são três pessoas distintas, formam, por não possuírem uma natureza numérica-mente comum, três homens distintos.

⁽¹⁾ Concílio 4.º de Latrão, cap. 1, D. 428.

⁽²⁾ Cf. n.º 207.

Notas Complementares

237. 1. A Trindade é um mistério. — A tese que acabámos de expor encerra um mistério: verdade incompreensível à razão humana, mesmo sabendo que Deus a revelou.

238. 2. O mistério da Trindade é superior, mas não contrário à razão. — A Trindade, como todos os mistérios, é uma verdade que transcende as forças da razão humana, mas de modo nenhum contraditória ou impossível. Contraditório e absurdo seria afirmar, que há um só Deus e três deuses, ou que em Deus há uma só pessoa e três pessoas. Não é isso porém o que ensina a revelação, mas que há um só Deus — uma só natureza divina — e nessa natureza divina, três pessoas.

239. 3. Analogias da Trindade. — Algumas analogias poderão elucidar-nos um pouco. É claro que se trata apenas de comparações que, por conseguinte, deixam intacto o mistério impenetrável da Trindade.

1.^a A alma humana é uma só, quando pensa, quer e recorda. Mas pensar, querer e recordar são três operações distintas; portanto, a alma quando quer, não é absolutamente a mesma como quando pensa.

2.^a Os corpos têm uma só natureza e três dimensões: comprimento, largura e altura. É um mesmo corpo, quer lhe consideremos o comprimento, ou a largura ou a altura; mas comprimento, largura e altura são três aspectos realmente distintos.

3.^a É a mesma a voz de um orador que ressoa num templo, que eu estou ouvindo pelo telefone em minha casa, e que outros escutam pela rádio em qualquer cidade distante. Sendo uma única voz, eu ao telefone, não ouço directamente o orador como os assistentes no templo, nem do mesmo modo que os radiouvintes.

240. Dificuldade. — Duas ou mais coisas realmente idênticas a outra, são idênticas entre si; ora o Pai, o Filho e o Espírito Santo são realmente idênticos à natureza ou essência divina logo são realmente idênticos entre si (e não se distinguem realmente).

Resposta. — Se essas duas ou mais coisas são realmente idênticas sob todos os aspectos, não se distinguem; mas distinguem-se, se sob algum aspecto o não são.

Pois bem: o Pai identifica-se realmente com a essência divina enquanto ela não procede de ninguém: o Filho, enquanto ela procede do Pai; e o Espírito Santo, enquanto ela procede do Pai e do Filho. Pai, Filho e Espírito Santo distinguem-se pois realmente.

Uma comparação: um orador pronuncia um discurso numa grande sala; ao fundo está um altifalante. No meio da sala há um microfone que transmite o discurso a outra sala afastada.

Os que estão muito perto do orador ouvem-lhe a voz tal qual. Os que estão no fundo ouvem também a voz do orador enquanto ela procede do altifalante. E os que estão na sala afastada ouvem essa mesma voz, enquanto produzida pelo orador e pelo altifalante do salão (e transmitida pelo microfone). A voz é sempre a mesma, mas, enquanto ao modo de origem, é diversa.

RESUMO. — *Como se define natureza? Para três pessoas — Pedro, Paulo e André — terem uma só natureza, numericamente comum, que seria preciso? Em que consiste o mistério da SS. Trindade? Quem o negou entre os cristãos? Como se prova pelo IV Concílio de Latrão? E como se deduz da Escritura? Que vem a ser um mistério? São os mistérios contrários à razão? Há hipóteses em que seria absurdo o mistério da SS. Trindade? Que analogias podem esclarecer um pouco este mistério?*

CAPÍTULO II

PROCESSÃO OU ORIGEM DAS PESSOAS
DIVINAS

241. Segundo a doutrina revelada, a pessoa do Pai não tem a sua origem em nenhuma outra⁽¹⁾; portanto, as processões divinas só dizem respeito ao Filho e ao Espírito Santo.

ART. 1.º — PROCESSÃO DA SEGUNDA PESSOA

TESE. O Filho procede do Pai, por geração.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

242. **Explicação.** — Uma coisa procede de outra, quando nela tem a sua origem. Há duas espécies de processões: interna e externa. A água procede da fonte e afasta-se dela (*processão externa*); as ideias procedem do entendimento e nele ficam (*processão interna*).

Na SS. Trindade, o Filho procede do Pai, permanecendo nele (*processão interna*).

A Tese afirma que o Filho foi *gerado*. Geração é a processão interna ou origem de um ser vivo, de outro igualmente dotado de vida, que transmite ao primeiro a própria substância, por uma acção tendente a fazê-lo semelhante ao que o gerou. Os pais geram os filhos, porque pai e mãe comunicam aos filhos parte da própria substância, por uma acção que, por

(1) «O Pai não procede de ninguém.» Concílio 4.º de Latrão, Cap. I, D. 428.

«O Pai não foi feito, nem criado, nem gerado por ninguém.» Símbolo Atanasiano, D. 39.

natureza, tende a fazê-los homens, semelhantes aos que lhe dão vida. Adão, pelo contrário, não gerou Eva, porque não lhe comunicou parte da sua substância; foi Deus quem tirou uma parte do organismo de Adão para formar Eva. E mesmo que Adão tivesse cedido por si mesmo a parte que Eva foi formada, não a teria gerado, pois transmitir desse modo a própria substância não é gerar.

Provas

243. A) **Tradição.** — «Cremos... em Jesus Cristo, Filho de Deus, *unigénito* nascido do Pai, isto é, da substância do Pai» ⁽¹⁾. «O Filho procede unicamente do Pai, não feito, nem criado, mas gerado» ⁽²⁾.

244. B) **Escritura.** — Chama-se a Jesus Cristo Filho Unigénito do Pai, Filho próprio, Filho verdadeiro. Ora, filho próprio e verdadeiro é o que nasce por geração do pai: «*De tal modo amou Deus o mundo, que lhe deu o seu Unigénito Filho*» ⁽³⁾. Deus «*não perdoou a seu próprio Filho, mas entregou-o (à morte) por todos nós*» ⁽⁴⁾. «*Veio o Filho de Deus e deu-nos inteligência para que conheçamos o verdadeiro Deus e estejamos em seu verdadeiro Filho*» ⁽⁵⁾.

Nota

245. O Filho procede da inteligência do Pai. É doutrina certa, ainda que não de fé. Deduzem-na os teólogos do facto de a Escritura lhe chamar Verbo ⁽⁶⁾, isto é, palavra. Ora em Deus, puro espírito.

(1) Concílio 1.º de Niceia. D. 54.

(2) Símbolo Atanasiano. D. 39.

(3) «*Sic enim Deus dilexit mundum, ut Filium suum unigenitum daret*». S. João, III, 16.

(4) «*Qui etiam proprio Filio suo non pepercit, sed pro nobis omnibus tradidit illum*». Romanos, VIII, 32.

(5) «*Filius Dei venit, et dedit nobis sensum, ut cognoscamus verum Deum, et simus in vero Filio eius*». I S. João, v, 20.

(6) «*In principio erat Verbum, et Verbum erat apud Deum, et Deus erat Verbum*». S. João, I, 1.

não há outras palavras, senão as da mente, as da inteligência; logo, o Verbo procede da inteligência do Pai. Pode deduzir-se o mesmo do epíteto — *Sabedoria de Deus* — que a Escritura aplica a Jesus Cristo ⁽¹⁾.

Exactamente por o Verbo ter a sua origem no entendimento do Pai, compreende-se que proceda por geração. O Verbo é, com efeito, um ser vivo que procede de outro dotado de vida, por uma operação (a intelectual), que tende a torná-lo semelhante ao Pai. Deus, ao conhecer-se a si mesmo, forma em si uma ideia que se lhe assemelha. Essa ideia ou verbo intelectual é substância, e não mero acidente como em nós, pois em Deus não há acidentes. Deste modo o Verbo é realmente gerado pelo Pai, pois nesta operação verificam-se exactamente os elementos da geração: origem de um ser vivo de outro vivente, que lhe transmite a própria substância, por um influxo tendente a fazer os dois semelhantes entre si.

RESUMO. — *Que significa procedêr? Quando se diz que a processão é externa, e quando interna? Que é geração? Por que é que os pais geram os filhos? Por que é que Adão, não gerou Eva, apesar de ser formada da sua substância? Como se prova pela Tradição e Escritura que o Filho procede do Pai por geração? Como se deduz da Escritura, que o Filho procede do entendimento do Pai? Como se explica que se o Filho procede do Pai, procede por geração?*

(1) «*Sapientiam Dei*». I Coríntios, 1, 24.

ART. 2.º — PROCESSÃO DO ESPÍRITO SANTO

TESE. O Espírito Santo, procede do Pai e do Filho como de um só princípio.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

246. Explicação. — Na geração humana, o homem procede de dois princípios: paterno e materno. Na geração divina, o Filho procede de um só princípio: o entendimento do Pai. O Espírito Santo tem a sua origem no Pai e no Filho, não como em dois princípios diversos, mas num só. Não se esqueça que o Pai e o Filho têm uma só essência, comum a ambos.

247. Adversários. — Os *cismáticos orientais*. Segundo eles, o Espírito Santo procede somente do Pai.

Nota. — No Símbolo *Niceno-Constantinopolitano* (isto é, no Credo que se reza na Missa), antes lia-se: «Creio no Espírito Santo..., que procede do Pai, e a quem se adora juntamente com o Pai e o Filho».

Para combater a falsa doutrina dos gregos cismáticos, introduziu-se em Espanha a pequena alteração: «Creio no Espírito Santo..., que procede do Pai e do Filho». Este aditamento foi, mais tarde, aprovado por toda a Igreja Católica e introduzido na fórmula do Credo ⁽¹⁾.

Provas

248. A) Tradição. — «O Espírito Santo procede eternamente do Pai e do Filho, não como de dois princípios, mas como de um só princípio» ⁽²⁾.

(1) Cf. D. 86, com a nota correspondente à passagem citada.

(2) Concílio 2.º de Lião, D. 460.

«Definimos... que o Espírito Santo procede, desde toda a eternidade, do Pai e do Filho, e que recebe a sua essência... simultaneamente do Pai e do Filho, e procede eternamente de ambos como de um só princípio» (1).

249. B) Escritura. — a) O Espírito Santo procede do Pai. — Afirma-o claramente Jesus Cristo: *Enviar-vos-ei «o Espírito de verdade, que procede do Pai»* (2).

O Espírito de verdade e o Espírito Santo são a mesma coisa. Jesus Cristo emprega as duas expressões: enviará o *Espírito de verdade*, como diz o texto anterior, onde se lhe chama também *consolador*; o Pai enviará em seu nome o *«Espírito Santo consolador»* (3).

b) O Espírito Santo procede do Filho. — *«Quando vier aquele Espírito de verdade, vos ensinará toda a verdade... Ele me glorificará, porque receberá de mim, e vo-lo anunciará. Tudo o que tem o Pai, é meu; por isso disse que receberá de mim e vo-lo anunciará»* (4). Afirma-se nesta passagem que o Espírito Santo, que é Deus, receberá do Filho; mas, como Deus é uma só substância simples, e nele, a sabedoria e o poder identificam-se com a mesma essência, segue-se que o Espírito Santo recebe do Filho o seu ser.

(1) Concílio de Florença, Decreto para os gregos. D. 691.

(2) *«Cum autem venerit Paracletus, quem ego mittam vobis a Patre, Spiritum veritatis, qui a Patre procedit...»*. S. João, xv, 26.

(3) *«Paracletus autem Spiritus Sanctus, quem mittet Pater in nomine meo»*. S. João, xiv, 26.

(4) *«Cum autem venerit ille Spiritus veritatis, docebit vos omnem veritatem... Ille me clarificabit, quia de meo accipiet, et annuntiabit vobis. Omnia quaecumque habet Pater, mea sunt. Propterea dixi: Quia de meo accipiet et annuntiabit vobis»*. S. João, xvi, 13, 14 e 15.

Nota

250. O Espírito Santo procede da vontade do Pai e do Filho (que é uma só).

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina certa.*

Explicação. — 1. Ao fitar um objecto produz-se em mim a sua imagem, como ao amar quem, se desperta em mim o seu amor. De modo análogo, Deus Pai, ao conhecer-se a si mesmo, gera o Verbo: e Deus Pai e Filho, como têm uma só vontade (porque vontade e essência em Deus identificam-se) amam-se a si mesmos, produzem um amor que se chama o *Espírito Santo*.

2. Os teólogos deduzem a procedência do Espírito Santo, dos nomes que lhe atribuem:

a) O de *Espírito* indica que procede da vontade. *Espírito* significa ar, respiração, fenómeno que de si não têm lugar em Deus. Nós, porém, usamos dizer que uma pessoa *respira* amor ou ódio ou outra, para salientar o ódio ou amor que lhe contra, amor e ódio que procedem da vontade. Ora por este motivo que, analógicamente, a terceira pessoa da SS. Trindade se chama *Espírito*, nome que indica a sua procedência da vontade.

b) O de *Santo*: como dos termos «Vós, Sabe-doria do Pai», deduzíamos que o Filho pede do entendimento, de igual forma, se a terceira pessoa se chama *Espírito Santo*, deduzimos que procede da vontade, já que o ser santo é obra da vontade.

c) O de *Dom* ⁽¹⁾, confirma que o Espírito Santo

(1) «Dai-me também a mim esse poder, para que le a quem eu impuser as mãos receba o Espírito Santo», disse São Mago aos Apóstolos. «Responden-lhe Pedro: O teu dinheiro se atiga para tua perdição, porque julgaste que se podia conseguir o dom de Deus». — «Date et mihi hanc potestatem, ut cuque impo-suerit manus, accipiat Spiritum sanctum. Petrus autem t ad eum: Pecunia tua tecum sit in perditionem, quoniam donum existimasti pecunia possideri!» Actos, VIII, 19 e 20.

procede da vontade, visto que os dons derivam da vontade que os concede.

251. Observação. — É frequente chamar ao Espírito Santo, Esposo de Maria, ou antes, a Maria, Esposa do Espírito Santo, por ser Mãe de Jesus. Sendo os filhos, fruto do amor, Jesus é fruto do amor de Deus. Ora, como a terceira pessoa é quem melhor representa o amor, pois procede da *vontade* do Pai e do Filho, logicamente se lhe atribui o nascimento de Jesus ⁽¹⁾. Na realidade, porém, deve-se a toda a Santíssima Trindade o milagre de Maria ser Mãe de Deus, pois, como veremos no artigo seguinte, tudo o que não seja *paternidade, filiação, espiração activa ou passiva*, numa palavra, tudo o que na Trindade não sejam *relações*, é comum às três pessoas divinas.

RESUMO. — *De quem procede o Espírito Santo? Que afirmam, a este respeito, os gregos cismáticos? Qual o aditamento introduzido na fórmula primitiva do Símbolo Niceno-Constantinopolitano, para indicar a processão do Espírito Santo? Com que testemunhos da Tradição, se prova que a Terceira Pessoa procede do Pai e do Filho, como de um só princípio? Que textos da Escritura demonstram que procede não só do Pai, mas também do Filho? Que pretendemos, ao afirmar que o Espírito Santo procede da vontade? Como se deduz esta procedência, dos termos «Espírito Santo» e «Dom», pelos quais é designada a Terceira Pessoa da SS. Trindade? Por que se chama Maria, Esposa do Espírito Santo? A qual das pessoas divinas se deve, na realidade, o ser Maria, Mãe de Deus?*

(1) «O Espírito Santo virá sobre ti e a virtude do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra». — «*Spiritus Sanctus superveniet in te, et virtus Altissimi obumbrabit tibi*». S. Lucas, 1, 35.

CAPÍTULO III

CIRCUM-INCESSÃO, RELAÇÕES E MISSÕES
DAS PESSOAS DIVINAS§ 1.^o

252. Circum-incessão.

Onde está uma das pessoas divinas estão as outras duas.

Quando concebemos uma ideia, esta fixa-se na nossa inteligência; quando amamos alguém, esse amor reside na nossa vontade. Onde se encontra, por conseguinte, a nossa ideia ou amor, aí está a nossa alma, e vice-versa. De modo semelhante, o Verbo, que procede da inteligência do Pai, permanece no Pai, e o Espírito Santo, que procede do Pai e do Filho, permanece no Pai e no Filho; por conseguinte, onde está uma pessoa divina, estão as outras duas. A esta propriedade se chama *circum-incessão*.

A doutrina da *Tradição* sobre este ponto, exprime-a assim o Concílio de Florença: «Por causa desta unidade (de natureza), o Pai está todo no Filho e todo no Espírito Santo. O Filho todo no Pai e todo no Espírito Santo. O Espírito Santo, todo no Pai e todo no Filho» (1).

Por este motivo da *circum-incessão*, declarava Jesus Cristo aos Apóstolos na Última Ceia: «*Eu estou no Pai e o Pai está em mim*» (2). «*Quem me vê a mim, vê também ao Pai*» (3).

(1) Decreto para os Jacobitas, D. 704.

(2) «*Non creditis quia ego in Patre, et Pater in me est?*» S. João, xiv, 10.

(3) «*Qui videt me, videt et Patrem*». S. João, xiv, 9.

§ 2.º

253. Relações.

A) As relações distinguem as pessoas divinas entre si.

Pai e Filho, Espírito Santo Espirado e Espirador são termos correlativos; indicam uma relação de origem do Filho. O Espírito Santo Espirado, procede de quem o espira; o Espirador dá origem ao Espirado. Existe, pois, no Pai, a *paternidade*; no Filho a *filiação*; no Pai e no Filho, a *espiração activa*; no Espírito Santo, o ser *espirado* ou a *espiração passiva*. São estas as relações que distinguem as pessoas divinas. Se a pessoa é gerada, temos o Filho; se é espirada, o Espírito Santo; se é geradora, o Pai.

B) Tudo o que não constitua relação de origem é comum às três pessoas.

A essência, o poder, a santidade, tudo quanto se inclui no ser de Deus, é idêntico e de igual perfeição nas três pessoas divinas. «As três pessoas são um só Deus, e não três deuses, porque é só uma a substância das três, a essência, a natureza, a divindade, a imensidade e a eternidade; e é *um tudo o que não envolve oposição de relação*» ⁽¹⁾.

§ 3.º

254. As missões das pessoas divinas.

A) Quais as pessoas divinas enviadas.

«Quem não honra o Filho, não honra o Pai que o enviou» ⁽²⁾. «O Espírito Santo consolador, que o Pai enviará em meu nome, vos ensinará todas as

⁽¹⁾ Concílio de Florença, Decreto para os Jacobitas, D. 703.

⁽²⁾ «*Qui non honorificat Filium, non honorificat Patrem, qui misit illum*». S. João, v, 23.

coisas» (1). «Se eu não for, o Consolador não virá a vós: mas se eu for, vo-lo enviarei» (2).

Deduz-se do primeiro texto, que o Pai envia o Filho; do segundo e terceiro, que o Pai e o Filho enviam o Espírito Santo, assim como o Filho procede do Pai, e o Espírito Santo procede do Pai e do Filho.

Nunca se diz na Escritura que o Pai seja enviado, ou que o Espírito Santo envie o Filho. Na acção de uma pessoa enviar a outra, emprega-se a mesma linguagem usada nas processões. Por conseguinte, se enviado e proceder são termos intimamente relacionados. Deus Pai envia o Filho, porque este procede dele; o Pai e o Filho enviam o Espírito Santo, porque procede de ambos.

Não é, contudo, a mesma coisa ser enviado e proceder. O Verbo eterno procede necessariamente do Pai; o Espírito Santo, do Pai e do Filho; mas, tanto o Verbo como o Espírito Santo poderiam não ter sido enviados ao mundo, se Deus assim o dispusesse, ou se o mundo não existisse. Proceder é uma realidade interna; ser enviado constitui uma manifestação externa.

255. B) A quem e como são enviadas as pessoas divinas.

Encontrando-se as pessoas divinas em toda a parte, não podem ser enviadas de um lugar a outro. Por conseguinte, são enviadas somente enquanto recebem a missão de realizar algum efeito num lugar determinado. O Filho foi enviado pelo Pai aos homens, assumindo a natureza humana: em missão visível, portanto. As três pessoas realizaram a Encarnação, mas só uma encarnou ou assumiu a natureza humana (3).

(1) «Paracletus autem Spiritus sanctus, quem mittet Pater in nomine meo, ille vos docebit omnia». S. João, XIII, 26.

(2) «Si enim non abiero, Paracletus non veniet ad vos; si autem abiero, mitam cum ad vos». S. João, XVI, 7.

(3) Jesus viveu no seio de Maria e dela nasceu. Estando necessariamente o Pai e o Espírito Santo onde se encontra Jesus, estiveram

O *Espírito Santo* é enviado aos homens invisivelmente para santificá-los. Em cada homem justo está, não só o *Espírito Santo*, mas toda a SS. Trindade. Contudo diz-se que a santificação é obra do *Espírito Santo*, porque a santidade é própria da vontade, e como o *Espírito Santo* procede da vontade, a Ele se atribui a santificação dos homens, ainda que esta, na realidade, se deva às três Pessoas divinas.

256. Conclusão. — Tudo o que expusemos sobre a Trindade, ajuda a vislumbrar um pouco deste impenetrável mistério, mas de maneira alguma o explica, até torná-lo claro. Muitos pontos continuam na mesma obscuridade.

Conclusão final: cremos humilde e firmíssimamente que *num só Deus há três Pessoas*, porque o mesmo Deus o revelou, segundo ensina o magistério infalível da Igreja.

Como nota curiosa podíamos resumir assim este tratado.

Há uma Trindade:

Um Deus.

Duas processões (a do Filho e a do *Espírito Santo*).

Três pessoas: Pai, Filho e *Espírito Santo*.

Quatro relações: Paternidade, filiação, espiração activa e espiração passiva.

pois igualmente no seio da SS. Virgem. Contudo, Maria só é Mãe do Verbo, e não do Pai ou do *Espírito Santo*, porque só o Verbo se fez homem nas suas entranhas. Encontramo-nos na presença de um mistério tão incompreensível como o da SS. Trindade, e que é objecto da nossa fé, porque faz parte da doutrina revelada, ensinada pela Igreja.

Para melhor compreensão: uma esponja com forma de esfera pode estar embebida de água e esta água ter em dissolução uma quantidade de ar, como de ordinário tem; graças ao ar podem os peixes respirar.

Podíamos pois dizer que onde está a esponja está a água e está o ar. Se porém deitássemos na água um colorante sem tingir a esponja, ficaria tingida a água sem por isso ficar tingida a esponja ou o ar.

Cinco noções: não-procedência, paternidade no Pai, filiação no Filho, espiração activa no Pai e no Filho e espiração passiva no Espírito Santo.

Noção significa: algo que nos dá a conhecer de que pessoa ou pessoas se trata.

RESUMO. — *Em que consiste a circum-incessão? Pode-se ilustrar com alguma comparação esta verdade? Que documento eclesiástico, entre outros, a confirma? E que texto da Escritura? Quais são os termos correlativos na Trindade? Como é que as relações e só elas distinguem as pessoas divinas? Que palavras do Concílio Florentino se podem mencionar para demonstrá-lo? Que relação existe, falando da SS. Trindade, entre proceder e ser enviado? Como foi enviado o Filho pelo Pai? Quem encarnou e a quem se deve a encarnação? Porque razão Maria só é Mãe do Verbo, se estavam juntamente no seu seio, o Pai e o Espírito Santo? Qual a conclusão a tirar do tratado da SS. Trindade?*

- * **NOTA BIBLIOGRÁFICA** — A. A. GOUPIL, *La Création*. Paris, Paillard. — A. ZACCHI, *L'uomo*. Vol. 1, *La natura*. Roma. — B. SALA, *Adamo ed Eva nel Paradiso terrestre, ossia la natura innocente ed il peccato originale*. Milano. — DON VONIER, *Les Anges*. Paris. — E. CARRELLI, *Gli Angeli*. Bolonha. — E. PESNELLE, *Le dogme de la création et la science contemporaine*. Arras. — F. CHAUVILLARD, *Le péché originel*. Paris. — J. BAINVEL, *Elévation, déchéance, état présent de l'humanité*. Paris. — L. GRIMAL, *L'homme. Son origine, sa condition présente, sa vie future*. Paris. — M. MARIN, *L'âme humaine et sa vie future*. Bruges. — R. MACAIGNE, *La Création*. Paris.

CAPÍTULO I

A CRIAÇÃO EM GERAL

ART. 1.º — O FACTO DA CRIAÇÃO

TESE. Deus criou o mundo do nada.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

257. Explicação. — Os homens, para construir um edificio ou fabricar um objecto, empregam matérias já existentes — o ferro, a pedra, a madeira. Deus para fazer o mundo, não se serviu de matéria nem de qualquer ser já existente; tirou-o do nada, ou por outras palavras, criou-o, porque *criar* no sentido *estrito* significa fazer uma coisa do nada. É claro que não pretendemos com isto afirmar que Deus fez do nada os montes, as plantas, os animais e os homens que hoje existem, mas sòmente que no princípio criou os anjos e a matéria ou substância de que estão feitas as coisas corpóreas, agora existentes.

A alma humana é criada no momento de ser infundida no corpo, como adiante veremos ⁽¹⁾.

258. Adversários. — 1. Segundo os *materialistas*, o mundo não foi criado, existe desde toda a eternidade. 2. Para os *emanatistas* e *panteístas*, o mundo é uma *emanação* de Deus. Como das árvores brotam as

(1) Cf. cap. 3.º, art. 3.º e 4.º deste tratado 6.º.

folhas ou a água da fonte, assim o mundo derivou de Deus — conjunto de todos os seres. 3. Para *Manés* e seus discípulos, os *maniqueus*, Deus seria apenas criador das coisas boas, por exemplo, a alma e os anjos fiéis; um outro princípio distinto de Deus, teria criado os seres que elês têm por maus, como os demónios.

Provas

259. A) Tradição. — «Se alguém disser que as coisas finitas, tanto corporais como espirituais, ou pelo menos as espirituais, emanaram da substância divina..., seja anátema...». «Se alguém não confessar que o mundo e todas as coisas nele contidas, quer espirituais, quer materiais, foram produzidas do nada por Deus, segundo toda a sua substância..., seja anátema» ⁽¹⁾.

B) Escritura. — Não encontramos na Escritura uma prova tão explícita e peremptória como a da Tradição. Em compensação abundam os textos, donde se deduz ter Deus criado o mundo do nada.

260. 1.^a PROVA. — O Génesis, primeiro dos livros sagrados, abre com estas palavras: «*No princípio criou Deus o céu e a terra, a terra porém estava num estado caótico e vazia..., e disse Deus: Faça-se a luz. E fez-se a luz*» ⁽²⁾. Nos versículos seguintes, narra a criação dos astros, das plantas, dos animais e do homem.

O primeiro versículo do Génesis — «*No princípio criou Deus o céu e a terra*» — significa que Deus os fez do nada. Isto se conclui do estado em que se descreve a terra, ao acabar de ser criada — estado caótico, sem luz, sem plantas nem animais — e do

⁽¹⁾ Concílio Vaticano, ses. 3, cân. 4 e 5 de Deus Criador. D. 1804 e 1805.

⁽²⁾ «*In principio creavit Deus coelum et terram. Terra autem erat inanis et vacua... Dixitque Deus: Fiat lux. Et facta est lux.*» Génesis, I e III.

mesmo contexto; nos versículos seguintes narra-se a *transformação* da matéria que constitui agora o mundo. Logo, o primeiro versículo, a que os seguintes se contrapõem, não pode referir-se senão à *criação*. Só assim, por outro lado, a narração do primeiro capítulo do Génesis se explica devidamente e se harmoniza. Deus trouxe primeiro do não ser ao ser os céus e a terra, quer dizer, criou a matéria de que são formados; em seguida produziu na terra a luz, as plantas, os animais, e finalmente o homem.

A palavra hebraica «*bara*» que Moisés usa no primeiro versículo, não significa necessariamente «*criou do nada*», pode também significar «*fez ou formou*». Por este motivo, não arguimos sòmente dela, mas do sentido que se lhe deve atribuir, segundo o contexto.

261. 2.^a PROVA. — «*Porque Ele falou e todas as coisas foram feitas, Ele mandou e tudo foi criado*» ⁽¹⁾. «*Criou Deus o céu, a terra, o mar e tudo o que neles existe*» ⁽²⁾. Se Deus não tivesse criado os céus e a terra do nada, não se poderia dizer, com toda a verdade, que tinha feito «*tudo o que neles existe*». Possuída desta ideia, que sem dúvida lhe ensinaram os doutores da lei, assim exortava a mãe dos Macabeus a um dos filhos prestes a ser imolado às mãos do tirano: «*Peço-te, filho, que contemples o céu e a terra e tudo quanto neles existe, e entendas que Deus os tirou do nada*» ⁽³⁾.

262. 3.^a PROVA. — Na Escritura, Deus chama-se a si mesmo, como pelo seu nome próprio, «*Aquele*

(1) «*Quoniam ipse dixit, et facta sunt; ipse mandavit, et creata sunt*». Salmo, xxxii, 9.

(2) «*Quia fecit coelum et terram, mare, et omnia quae in eis sunt*». Salmo, cxlv, 6.

(3) «*Peto, nate, ut aspicias ad caelum et terram, et ad omnia quae in eis sunt, et intelligas quia ex nihilo fecit illa Deus*». II Macabeus, vii, 28.

que é» ⁽¹⁾ (em hebraico Iavé), ou seja, aquele que tem em si a força de ser ou existir. Portanto, os outros seres não têm existência se Deus lha não dá, e como Deus é imutável e indivisível, não pode comunicar a sua própria existência às coisas, mas só criá-las do nada.

263. 4.^a PROVA. — Para Jesus Cristo «foram feitas todas as coisas no céu e na terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos ou dominações, sejam principados ou potestades. Todas as coisas foram feitas por ele e para ele» ⁽²⁾.

O Apocalipse põe nos lábios dos bem-aventurados estas palavras: «*Tu criaste todas as coisas, e por tua vontade, existiam e foram criadas*» ⁽³⁾. Ora não seria verdade que Deus criou todas as coisas por sua vontade, se o mundo existisse independentemente dela.

264. Observação. — Dos argumentos da Escritura — que facilmente se poderiam multiplicar — o primeiro não parece tratar dos Anjos, mas unicamente do mundo sensível, ou seja da criação dos astros e da terra. Os outros estendem-se também aos anjos, aos quais se refere expressamente a 4.^a prova.

Damos maior número de provas da Escritura nesta tese, por se tratar de uma das mais fundamentais da Teologia.

⁽¹⁾ «*Ego sum qui sum*». Êxodo, III, 14 e segs. O sentido deste nome está explicado na Introdução, cap. 2, na nota sobre os nomes de Deus, n.º 11. O nome de Iavé, dá-se na Escritura unicamente a Deus. Em contraposição, outros vocábulos com que se designa a divindade, applicam-se às vezes, também aos anjos e aos homens.

⁽²⁾ «*Quoniam in ipso condita sunt universa in coelis et in terra, visibilia et invisibilia, sive throni, sive dominationes, sive principatus, sive potestates: omnia per ipsum et in ipso creata sunt*». Colossenses, I, 16.

⁽³⁾ «*Tu creasti omnia, et propter voluntatem tuam crant et creata sunt*». Apocalipse, IV, 11.

265. Dificuldade. — Lê-se no livro da Sabedoria, que Deus fez o mundo *«da matéria informe»* ⁽¹⁾. Por conseguinte, o mundo não foi criado do nada.

Resposta. — Deus tirou do nada o céu e a terra, e depois serviu-se do céu e terra ainda em estado caótico para formar outros seres: a luz, a água, as plantas e os animais.

Notas Complementares

266. 1.^a Conservação do mundo. — Deus não só criou o mundo, mas conserva-o para que ele não volte ao nada. E assim como livremente o criou, também livremente o conserva. Portanto, o mundo existe, porque Deus quis e quer a sua existência, e deixaria de existir, no momento em que Deus deixasse de a querer.

«Como poderia coisa alguma permanecer, se tu o não quisesses, ou como se conservaria o que por ti não fosse destinado (a conservar-se)?» ⁽²⁾.

267. 2.^a Concurso de Deus nas obras das criaturas. — Como o professor toma na sua a mão da criança, que ainda não sabe escrever, e a ajuda a formar as letras, *escrevendo juntamente* com ela, também Deus ajuda as criaturas, quando executam qualquer acção — mover-se, cantar, pensar, etc.. Esta é a doutrina comum dos teólogos.

268. Prova da Escritura. — *«As tuas mãos me fizeram e me formaram»* ⁽³⁾. O Senhor *«cobre o céu de nuvens e à terra prepara a chuva; produz nos*

⁽¹⁾ *«Creavit orbem terrarum ex materia invisa»*. Sabedoria, xi, 18.

⁽²⁾ *«Quomodo autem possit aliquid permanere, nisi tu voluisses? aut quod a te vocatum non esset conservaretur?»* Sabedoria, xi, 26.

⁽³⁾ *«Manus tuae fecerunt me, et plasmaverunt me totum in circuitu»*. Job, x, 8.

montes feno e erva para utilidade dos homens» (1). «Olhai as aves do céu, que não semeiam nem segam nem fazem provimentos nos celeiros, e contudo o vosso Pai celestial as sustenta» (2). «Considerai os lírios do campo..., não trabalham nem fiam; digo-vos, contudo, que nem o próprio Salomão, em toda a sua glória, se vestiu como um destes. Pois se ao feno do campo... Deus veste assim, quanto mais a vós» (3).

Estes testemunhos e outros que poderiam aduzir-se, seriam verdadeiros, mesmo que Deus não cooperasse com as acções das criaturas. Bastaria, com efeito, que tivesse criado o mundo e o conservasse, para se poder afirmar que nos dá o corpo, cobre o céu de nuvens, prepara a chuva, alimenta as aves e veste as flores.

Não obstante, essas expressões têm um sentido mais profundo, se Deus coopera com todas as acções das criaturas, conforme ensinam os teólogos.

269. Dificuldade. — Sendo assim, Deus concorre também connosco, quando pecamos.

Resposta. — Em qualquer acção má, temos de considerar dois elementos: a parte física, por exemplo, o *disparar* uma pistola para matar a outrem, e a má intenção com que isso se pratica. Deus coopera com a acção física, mas não com a maldade da vontade.

Um exemplo elucidativo: se ajudo um coxo a andar, os seus passos devem-se em parte a mim, mas que ele vá ao mesmo tempo coxeando, depende unicamente do defeito que tem na perna.

(1) «Qui operit caelum nubibus et parat terrae pluviam; qui producit in montibus faenum et herbam servituti hominum». Salmo, CXLVI, 8.

(2) «Respicite volatilia coeli, quoniam non serunt, neque congregant in horrea; et Pater vester caelestis pascit illa». S. Mateus, VI, 26.

(3) «Considerate lilia agri quomodo crescunt: non laborant, neque nent. Dico autem vobis, quoniam nec Salomon in omni gloria sua coopertus est sicut unum ex istis. Si autem foenum agri... Deus sic vestit, quanto magis vos...». S. Mateus, VI, 28, 29 e 30.

RESUMO. — *Criar, no sentido estrito, que significa? Que pensam os materialistas, panteístas, emanatistas e maniqueus sobre a origem do mundo? Em que sentido criou Deus os seres actualmente existentes? Como se demonstra pela Tradição, pelo Génesis, pelo nome de Iavé e outros textos da Escritura, que Deus criou o mundo? E a sua conservação? E a cooperação de Deus nas acções das criaturas? Concorre também nos actos pecaminosos?*

ART. 2.º — QUANDO FOI CRIADO O MUNDO

TESE. O mundo não é eterno.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

270. Explicação. — Não tratamos aqui de averiguar se este mundo há-de durar para sempre ou não. Afirmamos apenas, que não existiu eternamente, e que por conseguinte, não é tão antigo como Deus.

271. Adversários. — Além dos que negam a criação do mundo, defenderam a sua eternidade alguns infiéis como *Averróis* e até alguns cristãos como *Eckart*.

Provas

272. A) Tradição. — Estão condenados, como heresias, 17 erros de *Eckart*, dos quais os três primeiros afirmam a eternidade do mundo... Eis o texto do segundo: «Pode admitir-se que o mundo existiu eternamente» ⁽¹⁾.

273. B) Escritura. — 1. No livro dos Provérbios, a Sabedoria eterna de Deus, personificada, refere-se a si mesma nestes termos: «O Senhor possui-me... antes que criasse coisa alguma. Desde a

(1) Constit. In agro dominico de 27 de Março de 1329, D. 501 e seg. com a nota do n.º 529.

eternidade foi constituída... antes de ser criada a terra» ⁽¹⁾.

2. Mais claro é o testemunho de Cristo, quando no Sermão da Ceia se dirige a seu Eterno Pai: «*Glorifica-me... com aquela glória que eu tive... antes que houvesse mundo*» ⁽²⁾: Portanto, segundo a linguagem da Escritura, o mundo não é tão antigo como Deus e, conseqüentemente, não é eterno.

RESUMO. — À parte os que negam a criação, quem é que admite a eternidade do mundo? Como se demonstra pela Tradição e Escritura que o mundo não é eterno?

ART. 3.º — LIBERDADE DE DEUS EM CRIAR O MUNDO

TESE. Deus criou o mundo livremente; por outras palavras: podia não o ter criado.

QUALIFICAÇÃO: Doutrina de fé.

274. Adversários. — 1. Pretendem os fatalistas que todas as coisas são dominadas por uma cega necessidade, e portanto Deus teria criado o mundo constrangido por essa necessidade a que chamam fado (*fatum*, em latim, donde veio o nome de fatalista). 2. Julgam também muitos protestantes que Deus não o criou livremente, mas forçado. 3. Entre os católicos, Rosmini admitiu erradamente que Deus, se viu como que obrigado pelo amor a dar existência às criaturas, e por isso não foi inteiramente livre.

⁽¹⁾ «*Dominus possedit me in initio viarum suarum, antequam quidquam faceret a principio. Ab aeterno ordinata sum, ... antequam terra fieret*». Provérbios, VIII, 22 e 23.

⁽²⁾ «*Clarifica me tu, Pater, apud te metipsum; claritate quam habui, priusquam mundus esset, apud te*». S. João, XVII, 5.

Provas

274. A) Tradição. — «Deus... libèrrimamente..., tirou do nada uma e outra criatura — a espiritual e a corporal» ⁽¹⁾.

«Se alguém disser... que Deus não criou (o mundo) por vontade livre de toda a necessidade, mas que criou tão necessariamente como necessariamente se ama a si mesmo..., seja anátema» ⁽²⁾.

275. B) Escritura. — Diz a Sagrada Escritura que Deus «*faz todas as coisas segundo a determinação da sua vontade*» ⁽³⁾, e que Deus «*quantas coisas quis, todas fez no céu e na terra*» ⁽⁴⁾. Portanto, não foi obrigado a criar coisa alguma. De outro modo, não teria feito no céu e na terra o que lhe aprouve, nem todas as coisas segundo a sua vontade.

276. C) Por dedução da tese anterior. — Provâmos na tese precedente que o mundo não é eterno; logo, foi por Deus criado livremente.

Com efeito, se Deus fosse obrigado a criar o mundo, como tem todas as perfeições no primeiro momento do seu ser, isto é, desde toda a eternidade, teria sido forçado a criá-lo, e portanto o mundo seria eterno.

Notas Complementares

277. 1.ª Deus criou o mundo por um simples acto da sua vontade.

Na construção de um edifício, na montagem de uma fábrica, etc., temos de adaptar e colocar devidamente as pedras e os materiais, porque estes não se

⁽¹⁾ Concílio Vaticano, ses. 3, cap. 1, D. 1783.

⁽²⁾ No mesmo Concílio, cân. 5.º, de Deus Criador. D. 1805.

⁽³⁾ «*Qui operatur omnia secundum consilium voluntatis suae*». Efésios, I, 11.

⁽⁴⁾ «*Omnia quaecumque voluit Dominus fecit in caelo, in terra, in mari et in omnibus abyssis*». Salmo, cxxxiv, 6.

deslocam nem ajustam por si mesmos. Na criação do mundo não se deu o mesmo porque não havia materiais a dispor. Deus quer, e esse acto da sua vontade é tão poderoso que arranca o universo inteiro do não ser ao ser; paralelamente, bastava deixar de querer para que o mundo voltasse instantâneamente ao nada.

278. 2.^a Só Deus pode fazer uma coisa do nada, isto é, só Deus pode criar, no sentido estrito.

1. Consta do sentir concorde dos Padres da Igreja e dos Teólogos. Segundo os Arianos, Jesus Cristo não era Deus, mas criatura sumamente perfeita, de quem Deus se servira para criar o mundo. A este erro opuseram-se os Santos Padres e, defendendo a divindade de Jesus Cristo, ensinaram que só Deus pode criar.

279. 2. Eis uma razão que explica porque só Deus pode criar: Como vimos na nota precedente, a criação depende unicamente de um acto da vontade. Se uma criatura pudesse, com um simples acto de vontade, fazer surgir uma casa, uma árvore, uma moeda de ouro, poderia igualmente trazer à existência todas as casas, árvores e moedas de ouro que desejasse, pois tanto esforço lhe exigiria a existência de uma, como de biliões ou triliões delas, já que para tanto bastaria um mero querer, sem necessidade qualquer outro esforço. Ora, trazer do não ser ao ser mundos infinitos de casas, de árvores, de moedas, etc., supõe uma potência infinita, um poder ilimitado que é próprio só de Deus. Os anjos, os homens e todas as criaturas são necessariamente limitados, pelo mesmo facto de serem criados. Deus é o único ser que não conhece limites nas suas perfeições.

280. 3.^a A razão por que Deus criou o mundo foi a bondade ou excelência divina.

Assim como Deus, levado da sua própria bondade, e não porque eles houvessem de ser bons, se deter-

minou a remir os homens, assim também, movido da mesma excelência ou bondade da sua natureza, decidiu criar o mundo. Nem qualquer outro motivo poderia movê-lo, pois nenhum bem finito, qual é o mundo, pode constituir razão suficiente para um ser infinitamente perfeito se determinar a agir.

281. 4.^a A acção de criar consiste em Deus manifestar fora de si algumas das perfeições que em si contém.

Esta acção pode, de alguma maneira, comparar-se à do professor que ao explicar aos alunos Religião, ou qualquer ciência, não faz mais que manifestar externamente ou comunicar os conhecimentos que possui.

A doutrina das duas notas precedentes exprime-a assim o Concílio Vaticano: «Deus por sua bondade... (nota 3.^a), não para obter ou aumentar a sua felicidade, mas para manifestar a sua perfeição (nota 4.^a) pelos bens que transmite às criaturas, por decisão libérrima, criou do nada, desde o princípio dos tempos, as duas espécies de seres — espirituais e corporais» (1).

RESUMO. — *Qual é a doutrina dos fatalistas, de muitos protestantes e de Rosmini, sobre a liberdade de Deus em criar? Como se prova pela Tradição e pela Escritura, que Deus criou livremente? Pode concluir-se o mesmo por dedução, uma vez provado que o mundo não é eterno? A que propósito ensinaram os Padres da Igreja que só Deus pode criar? Como se pode explicar que tal perfeição é exclusiva de Deus? Qual a única razão, que levou Deus a criar o mundo? Em que consiste a acção de criar?*

(1) Concílio Vaticano, ses. 3, cap. 1, D. 1783.

ART. 4.º — O FIM PARA QUE FOI CRIADO O MUNDO

TESE. O mundo e quanto nele existe foi criado para dar glória a Deus.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

282. Explicação. — Dá-se glória a alguém, quando se reconhecem ou se manifestam as suas perfeições, e especialmente quando se cumprem as determinações justas da sua vontade.

Adversários. — Os *racionalistas*. Segundo eles, o mundo foi criado unicamente para felicidade do homem.

Provas

283. A) Tradição. — «Se alguém negar que o mundo foi criado para glória de Deus, seja anátema» (1).

284. B) Escritura. — 1. «*Eu sou... o princípio e fim* (de todas as coisas), diz o Senhor Deus» (2); como se dissera: eu sou o princípio de todas as coisas e o fim a que se destinam. Todas devem prestar-me o único serviço de que são capazes — dar-me glória manifestando as minhas perfeições, cumprindo a minha vontade.

2. «*Criei para minha glória a todo aquele que invoca o meu nome*», diz Deus por Isaías (3). «*Para*

(1) Concílio Vaticano, ses. 3, cân. 5, de Deus Criador, D. 1805.

(2) «*Ego sum Alpha et Omega, principium et finis, dicit Dominus Deus*». Apocalipse, I, 8.

(3) «*Et omnem qui invocat nomen meum, in gloriam meam creavi eum, formavi eum, et feci eum*». Isaías, XLIII, 7.

Ele (Deus) foram feitas todas as coisas», ensina o Apóstolo S. Paulo ⁽¹⁾; isto é, para servi-lo e gloriificá-lo, executando a sua vontade.

285. Consequência. — Portanto *todas as criaturas* devem dar glória a Deus, manifestando as suas perfeições e cumprindo a sua vontade na medida em que Deus quer. As que são *destituídas* de liberdade cumprem esse fim de uma maneira indefectível. *As livres*, como o homem e os anjos, põ-las Deus numa alternativa: ou mostram neste mundo, além das outras perfeições, a santidade e rectidão divinas, procedendo de harmonia com os preceitos dados por Deus e serão depois felizes por toda a eternidade; ou manifestam a sua justiça, caso desobedeçam a esses preceitos e morram em pecado. É assim que os bons cidadãos, aceitando as leis que lhes são legitimamente impostas, mostram com os seus próprios actos que elas são justas e vantajosas, ao passo que os criminosos, encerrados nas cadeias, provam a justiça dessas mesmas leis.

Nota

286. A glória de Deus e a felicidade do homem. O facto de Deus ter criado o mundo para sua glória, não se opõe a que os seres inferiores ao homem fossem simultâneamente criados para utilidade deste último. O homem é o rei da criação visível; estão-lhe subordinadas e foram ordenadas para seu proveito todas as coisas do mundo, devendo porém usar sempre delas de harmonia com os preceitos divinos.

Um pai levanta para o filho uma casa, em que não falta a garagem para o automóvel nem os quartos dos criados. Tudo redundando em proveito do filho. De modo parecido, Deus criou o mundo para sua glória, e também para proveito do homem, servo de Deus.

⁽¹⁾ «*Quoniam ex ipso, et per ipsum, et in ipso sunt omnia*». Romanos, XI, 36.

«*Todas as coisas são vossas, diz belamente S. Paulo, mas vós sois de Cristo, e Cristo de Deus*» (1).

Se no mundo existem seres prejudiciais ao homem, isso não obsta ao que se afirmou: tais seres, como os animais ferozes ou daninhos, fazem parte do mundo, que é um todo, posto como tal ao serviço do homem. A grande maioria dos seres do Universo, servem directamente ao homem; alguns, porém, servem-no em parte directamente, enquanto são vestígios das perfeições divinas, em parte indirectamente, enquanto lhe dão ensejo de exercitar a virtude e alcançar merecimentos para a eternidade.

RESUMO. — *Como se dá glória a uma pessoa? Qual é a doutrina dos racionalistas sobre a finalidade do mundo? Como se demonstra pela Tradição e Escritura que todas as coisas foram criadas para glória de Deus? Como manifestam as perfeições divinas os seres privados de liberdade? E os livres? O facto de ter sido o mundo criado para glória de Deus, opõe-se a que também o fosse para felicidade e proveito do homem? Como se prova pela Escritura que todas as coisas foram criadas para o homem, mas sempre com a subordinação deste à vontade divina? Por que não se opõe a esta doutrina a existência de seres nocivos?*

ART. 5.º — A PROVIDÊNCIA

TESE. Deus governa o mundo com a sua providência.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

287. Explicação. — Governar consiste em conseguir que as coisas obtenham o fim para que existem.

O piloto governa o navio levando-o ao porto a que se destina. O Governo de uma nação conduz o

(1) «*Omnia enim vestra sunt; vos autem Christi, Christus autem Dei*». 1 Coríntios, III, 22 e 23.

país ao seu fim, que é a paz, a prosperidade e o bem-estar. O contrário não seria governo, mas des-governo.

Noções de providência e governo. — Para governar é indispensável: 1.º — conhecer quais os meios que servem para obter o fim; 2.º — pôr esses meios em execução. Rigorosamente, ao conhecimento dos meios chama-se *providência*; à execução, *governo*. Contudo, na prática, ao falar de Deus, empregam-se, muitas vezes, essas expressões indistintamente, e por isso dizemos que Deus tem providência para significar que governa o mundo.

288. Adversários. — Segundo a escola de *Epicuro*, Deus não se preocupa do governo do mundo; para os *fatalistas*, tudo o que nele acontece é devido a uma fatalidade cega, à qual o próprio Deus está submetido. Alguns naturalistas excluem a Deus totalmente do governo do mundo: tudo é regulado por leis naturais, sem qualquer intervenção divina.

Provas

289. A) Tradição. — «Deus, pela sua providência, protege, defende e governa quanto criou, *dispondo tudo com suavidade e conduzindo-o com firmeza ao seu fim*» (¹).

290. B) Escritura. — «Deus fez o grande e o pequeno, e de todos cuida igualmente» (²). «*Porventura não se vendem dois passarinhos por um dinheiro? E nenhum deles cairá sobre a terra sem permissão de vosso Pai. Os próprios cabelos da vossa cabeça estão*

(¹) Concílio Vaticano, ses. 3, cap. 1, D. 1784.

(²) «*Quoniam pusillum et magnum ipse fecit, et aequaliter cura est illi de omnibus*». Sabedoria, vi, 8.

todos contados. Não temais, pois: porque mais valeis vós do que muitos pássaros» ⁽¹⁾. Deus «sustenta» as aves do céu e «veste» os lírios do campo ⁽²⁾.

Notas Complementares

291. 1.^a Especial providência divina com o homem. — No governo do mundo, Deus usa de providência especial com o homem, à semelhança do que nós costumamos fazer com os objectos de maior valor. Por isso, quando S. Paulo pergunta, aludindo ao texto da Escritura «*Acaso tem Deus cuidado dos bois?*» ⁽³⁾, não quer negar em relação a esses animais a providência divina que se estende a todas as coisas; pretende pôr em relevo o cuidado especial que dispensa ao homem. Deus governa os homens com o fim de que eles consigam a salvação eterna; tudo é ordenado pela sua providência e sabedoria infinitas, mas sem prejuízo da nossa liberdade.

292. 2.^a Sentido da frase: «Tinha de acontecer». Pensar, como é frequente, que tudo tem de acontecer de certa maneira, porque Deus assim o determinou, ou assim estava escrito — segundo o modo de falar dos muçulmanos —, é verdadeiro, se se trata de factos necessários, sem nenhuma relação com a vontade do homem; não o é, ou pelo menos não o é sempre, no caso contrário.

É verdade que Deus conhece desde toda a eternidade as nossas acções futuras, boas ou más; mas não é por Deus as conhecer que nós as praticamos; ao contrário, por nós as havermos de praticar é que

(1) «*Nonne duo passeret asse veneunt? et unus ex illis non cadet super terram sine Patre vestro. Vestri autem capilli capitis omnes numerati sunt. Nolite ergo timere: multis passeribus meliores estis vos*». S. Mateus, x, 29, 30 e 31.

(2) «*Respicite volatilia coeli, quoniam non serunt... et Pater caelestis pascit illa... Considerate lilia agri quomodo crescunt... Si autem foenum agri... Deus sic vestit...*». S. Mateus, vi, 26, 28 e 30.

(3) «*Numquid de bobus cura est Deo?*» I Coríntios, ix, 9. «*Non ligabis os bovis terentis in area fruges tuas*». Deuterónimo, xxv, 4.

Deus as conhece. De um modo semelhante, se num dia de tempestade, vejo da praia um barco de pescadores que se afunda vertiginosamente a alguns quilómetros da costa, os tripulantes não se afogam por eu os estar a ver, mas ao revés, porque o barco se afunda é que eu vejo que eles se afogam.

293. Dificuldades Principais

1.^a **Dificuldade.** — Se Deus governasse o mundo, não haveria tantos males físicos: desastres, tempestades, mortes, incêndios; nem tantos males morais: roubos, assassinatos, guerras, injustiças e pecados de toda a espécie.

Resposta. — 1.^o Deus podia ter evitado todos os males físicos, criando um mundo em que se não dessem terremotos, tempestades, desabamentos, etc.. Não o quis, porém, e estava no seu direito, tanto mais que este mundo é bom, e nele pode viver-se com mais ou menos felicidade e alcançar a glória eterna. Além disso, se os homens não tivessem pecado, seriam hoje muito mais felizes, à semelhança de nossos primeiros pais no paraíso terreal (¹).

2.^o Deus podia igualmente criar um mundo em que não houvesse seres livres, como são os anjos e os homens, e então, não seria possível o pecado. E assim como podia — uma vez que determinou criar seres dotados de liberdade — escolher um mundo em que se não pecasse ou se pecasse menos que no actual, também podia escolher outro, onde se pecasse mais. Deus é senhor absoluto dos seus actos. Dá aos homens auxílios suficientes para que não pequem, e a isso os incita prometendo aos bons um prémio inefável e aos maus um castigo terrível, mas quer respeitar a nossa liberdade. Que os homens, se assim o quiserem, possam pecar, não se opõe ao governo e providência de Deus.

Numa nação bem governada, ninguém exige que,

(¹) Cf. Tratado 7.^o, de *Deus Elevante*.

para toda a desordem, ande um polícia ao lado de cada cidadão, mas sim que se promulguem leis justas e se procure fazê-las cumprir, aplicando devidamente prêmios e castigos.

294. 2.^a Dificuldade. — Mas dir-se-á: tal como está o mundo, os maus são mais felizes e ricos; os bons vivem constantemente amargurados.

Resposta. — 1.^o Expresso deste modo, isto não é verdade. Bons e maus têm as suas horas de felicidade e de aflição. A desgraça e a prosperidade não são exclusivas de uns nem de outros. Há maus desgraçados e bons felizes, como há também bons infelizes e maus afortunados.

2.^o Que a maioria dos felizes deste mundo seja constituída pelos maus, não há dificuldade em admiti-lo; é antes o mais natural, já que estes se encontram com um obstáculo a menos, para adquirir riquezas e entregar-se ao prazer. Aos bons, detém-nos muitas vezes a voz da consciência; os maus não fazem caso dela; não é, portanto, de estranhar que juntem mais bens materiais. Em contraposição, falta-lhes a tranquilidade de consciência de que os bons gozam e o bem-estar que deriva da prática da virtude.

3.^o Este mundo é apenas um caminho para o outro. Os trabalhos desta vida, levados com paciência e resignação, são outros tantos meios que Deus nos oferece para aumentarmos a nossa felicidade eterna. Portanto, não vai contra o governo e providência de Deus que os bons neste mundo sofram, enquanto os maus pouco ou nada sofrem, já que a estes os espera na outra vida o castigo dos seus pecados.

3.^a Dificuldade. — A oração para obter uma graça ou favor especial é inútil, porque Deus já de antemão tem determinado concedê-los ou não.

Resposta. — Esta dificuldade, que para muitos, quando se trata da oração, parece ter grande impor-

tância, não tem para esses mesmos nenhum valor noutros assuntos, apesar de serem, pelo que se refere à providência de Deus, idênticos ao primeiro.

Lembra-se, por exemplo, algum doente, que esteja no uso das suas faculdades mentais, de dizer: para que se há-de chamar o médico, e tomar remédios, se Deus já determinou se me hei-de curar ou não? A razão é clara: Deus quer, em muitíssimos casos, restituir a saúde aos que empregam os meios convenientes para isso: no exemplo referido, consultar o médico e usar os remédios. Coisa semelhante sucede com a oração — meio estabelecido por Deus para conseguirmos determinados favores. Sem ela é impossível alcançá-los, como não se alcançará, geralmente, a saúde de um doente sem o recurso ao médico e aos medicamentos.

A comparação pode ainda levar-se mais longe. Assim como os doentes, frequentemente, não se curam, apesar de todas as consultas de médicos e de todos os remédios, também nós, muitas vezes, não conseguimos o que desejamos, apesar das nossas orações. De outra forma, não haveria doenças, desgraças, nem mortes dolorosas. É que Deus prometeu ouvir as nossas orações, mas, regra geral, dentro do curso ordinário do mundo em que vivemos. Em parte nenhuma prometeu fazer milagres, sempre que lho pedíssemos, para interromper a ordem natural dos acontecimentos. Fáz-lo algumas vezes a título de excepção, como quando restitui milagrosamente a saúde a alguns doentes. Mas, fora destes casos, quer igualmente que empreguemos meios ordinários, como quer também que oremos para obter os seus favores; e esses meios naturais, do mesmo modo que a oração, umas vezes produzirão o resultado desejado e outras não.

Por outro lado, conceda ou não Deus o que lhe pedimos, a oração humilde e confiada nunca será perdida. Tem sempre o valor de uma obra boa, e esta, feita em pecado mortal, pôde ajudar-nos a sair dele;

feita em estado de graça, merecer-nos-á uma recompensa na glória.

RESUMO. — *Em que consiste o acto de governar? Que é providência? Que pensam os epicuristas, fatalistas e certos naturalistas quanto ao governo do mundo por Deus? Como se prova este governo pela Tradição e Escritura? Tem Deus igual providência de todos os seres? Que pensar da frase: «já tinha de acontecer»? Quais são as dificuldades principais que se costumam propor contra a providência de Deus, e como se resolvem?*

ART. 6.º — A CRIAÇÃO DO MUNDO E O PRIMEIRO CAPÍTULO DO GÊNESIS

295. 1. Moisés, no capítulo primeiro do Génesis, depois de afirmar, no primeiro versículo, que Deus criou o céu e a terra, descreve a formação do mundo no espaço de seis dias:

no primeiro, criou Deus a luz;

no segundo, o firmamento, que separa as águas do céu, das da terra;

no terceiro, separou o mar da terra, e criou as plantas;

no quarto, criou o sol, a lua e as estrelas;

no quinto, os peixes e as aves;

no sexto, os animais terrestres e o homem.

2. Se tomássemos à letra estas expressões, julgaríamos que se trata de dias de vinte e quatro horas, e que a ordem por que são narrados os fenómenos é a mesma com que Deus os realizou.

3. Atendendo ao que a Igreja ensina sobre esta matéria, e ao que a mesma razão nos dita, não é necessário sustentar nem uma coisa nem outra. Pode quem quiser defender esta opinião, mas ninguém está obrigado a admiti-la.

296. 4. Uma explicação sólida e suficiente deste capítulo pode condensar-se nas seguintes afirmações:

a) Moisés, no primeiro versículo do primeiro capítulo do Génesis, estabelece o facto da criação do mundo, e nos seguintes narra o seu desenvolvimento ou formação ulterior.

b) Esse processo de formação, divide-o ou agrupa-o em seis períodos a que chama dias, atribuindo a cada um vários fenómenos.

c) Não é necessário admitir que esses períodos se tenham, de facto, sucedido pela ordem exacta por que são narrados no Génesis.

d) Nem sequer é necessário pensar, que tais períodos estejam divididos por limites tão fixos e precisos, que em nenhum dos casos se compenetrem. Assim, por exemplo, os peixes e as aves, incluídos no quinto dia, poderiam ter sido criados igualmente no terceiro, a que se atribui a criação das plantas, ou no sexto, em que se criam os animais terrestres.

e) Não é preciso admitir que esses espaços de tempo sejam períodos de vinte e quatro horas, pois a palavra «dia», usada para os designar, pode significar também certo espaço de tempo, de duração variável. Assim o autoriza a Comissão Bíblica ⁽¹⁾.

297. 5. Deste modo, teria Moisés distribuído por seis períodos, todos os fenómenos, para dar ao povo um símbolo sagrado da semana religiosa que Deus lhe tinha imposto: o homem devia proceder como Deus, que trabalhara seis dias e descansara no sétimo. E dada a razão porque distribuira esses fenómenos em seis períodos, chamou a estes, *dias* com as partes naturais de manhã e tarde.

(1) Resposta de 30 de Junho de 1909. D. 2128.

6. Quem sustentar que a formação do mundo se realizou em seis dias de vinte e quatro horas e segundo a ordem fixada no Gênesis, estará no seu direito, mas tropeçará com dificuldades geológicas, paleontológicas e astronômicas, sem solução satisfatória. A Astronomia parece ensinar, com bastante certeza, que o mundo estelar continua ainda hoje em formação e assim estariam compenetrados o quarto dia e todos os seguintes, inclusivamente o sétimo, em que Deus descansou. A Geologia e Paleontologia ensinam, sem dar lugar a dúvida prudente, que entre o aparecimento das plantas e dos peixes e o das aves e animais terrestres, e entre o destes e o do homem, decorreram muitos milhares de anos.

7. Os que afirmam que Moisés conta, não o que realmente sucedeu, mas unicamente o modo como Deus manifestou a Adão a formação do mundo, esses não conseguem justificar as palavras do capítulo do Gênesis, em que não se lê que «Deus revelou a Adão em seis dias como se formou o mundo», mas sim que «Deus formou o mundo em seis dias» ⁽¹⁾.

8. Há outra explicação mais moderna, que, substancialmente, coincide com o que já está dito:

Os dias indicados por Moisés, são dias normais, espaços de vinte e quatro horas, porque é isto que significa a palavra dia. Mas o escritor sagrado, no primeiro capítulo do Gênesis, não quis dar como histórico mais que o facto da criação de todas as coisas; não o espaço de tempo nem a ordem por que foram feitas.

O distribuir a criação em seis dias e segundo aquela ordem, isso não é propriamente história, segundo esta explicação, mas uma maneira literária apropriada que o autor escolheu para dar uma ordem ao assunto, e inculcar, mais tarde, a observância da

(1) Para maiores esclarecimentos, consulte-se um livro de exegese bíblica.

semana religiosa: seis dias de trabalho e um de descanso.

De modo parecido, na parábola do Filho pródigo (S. Lucas, xv, 11 e segs.) a verdade que Jesus Cristo nos quer inculcar é a grandeza do amor de Deus aos homens e a sua disposição de perdoar aos pecadores arrependidos.

Agora, o ter ele guardado porcos, o diálogo do pai com o filho mais velho, e outros pormenores, não é preciso que sejam factos reais históricos. São uma forma literária, uma parábola, adequada para dar encarnação sensível à ideia de que Deus recebe com carinho os pecadores arrependidos.

Tratar esta questão mais pormenorizadamente pertence já à explicação da Sagrada Escritura.

RESUMO. — *Quantos dias atribui Moisés à formação do mundo, e que factos determina a cada um? Que pensar dos dias do Génesis, da sua ordem e duração, no caso de se tomarem literalmente as palavras? E no caso de se interpretar como a Igreja permite e a razão aconselha? Quais as afirmações em que se poderia condensar uma explicação sólida e suficiente do primeiro capítulo do Génesis? Que razão pôde ter Moisés para distribuir os fenómenos da formação do mundo em seis grupos? E porque chamou a estes, «dias» com manhã e tarde? Que dificuldades embaraçam aos que sustentam que o mundo foi feito em seis dias de vinte e quatro horas, e pela ordem que narra o Génesis?*

CAPÍTULO II

OS ANJOS

ART. 1.º — EXISTÊNCIA DOS ANJOS

TESE. Os anjos existem.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

298. Explicação. — Os *anjos* são seres intelectuais, inferiores a Deus, e mais perfeitos que os homens. A palavra «Anjo» é de origem grega; originariamente significa mensageiro.

299. Adversários. — No tempo dos Apóstolos, os *Saduceus* negavam a existência dos anjos ⁽¹⁾. Actualmente, negam-na todos aqueles que só admitem a existência de seres materiais, como os *ateus* e grande parte dos *racionalistas*.

Provas

300. A) Tradição. — «Deus... desde o princípio do tempo criou do nada duas espécies de seres — os espirituais e os corporais, isto é, os *anjos* e o mundo; e depois criou o homem, que sendo constituído de corpo e espírito, como que é comum a ambos os seres» ⁽²⁾.

301. B) Escritura. — A Sagrada Escritura fala-nos de seres intelectuais, inferiores a Deus e superiores aos homens; logo, segundo ela, existem os seres que nós denominamos «Anjos».

⁽¹⁾ «Os *Saduceus* dizem que não há ressurreição, nem anjos, nem espírito». «*Sadducaei enim dicunt non esse resurrectionem neque angelum, neque spiritum*». Actos, xxiii, 8.

⁽²⁾ Concílio 4.º de Latrão, cap. 1, D. 428.

a) Existem seres intelectuais, chamados «Anjos».

1. O anjo S. Rafael fala com Tobias e sua família ⁽¹⁾.

2. O anjo S. Gabriel anuncia a Maria a Encarnação do Verbo e o próximo nascimento de S. João Baptista ⁽²⁾.

3. Um anjo anuncia a ressurreição de Jesus Cristo às mulheres que vão ao sepulcro ⁽³⁾.

b) Os anjos são inferiores a Deus.

Com efeito, segundo a Escritura:

1.º Foram criados por Deus. Por ele «foram criadas todas as coisas... visíveis e invisíveis, quer sejam os tronos, quer as dominações, quer sejam os principados quer as potestades: tudo foi criado por ele e para ele» ⁽⁴⁾.

2.º Os anjos pecaram. «Deus não perdoou aos anjos que pecaram» ⁽⁵⁾.

3.º Os anjos maus foram castigados com o inferno. Deus prendeu-os «com cadeias eternas, no seio das trevas» ⁽⁶⁾.

c) Os anjos são superiores aos homens.

«Que coisa é o homem, para que assim te lembres dele?... Tu o fizeste um pouco inferior aos Anjos» ⁽⁷⁾.

(1) «Ego enim sum Raphael angelus, unus ex septem qui astamus ante Dominum». Tobias, xii, 15 e segs.

(2) «Missus est angelus Gabriel a Deo in civitatem Galilaeae... ad virginem...». S. Lucas, i, 26 e segs.

(3) «Respondens autem angelus, dixit mulieribus». S. Mateus, xxviii, 5.

(4) «Quoniam in ipso condita sunt universa in caelis et in terra, visibilia et invisibilia sive throni, sive dominationes, sive principatus, sive potestates: omnia per ipsum et in ipso creata sunt». Colossenses, i, 16.

(5) «Deus angelis peccantibus non pepercit». II S. Pedro, ii, 4.

(6) «Angelos vero, qui non servaverunt suum principatum... vinclulis aeternis sub caligine reservavit». Judas, vers. 6.

(7) «Quid est homo quod memores eius... Minuisti eum paulo minus ab angelis». Hebreus, ii, 6 e 7.

Falando do dia de Juízo, diz Jesus aos Apóstolos que ninguém sabe quando será, «*nem os anjos do céu, nem o Filho, mas só o Pai*» ⁽¹⁾, como se dissesse: é tão difícil saber o dia em que Deus virá a julgar os homens, que não só estes, mas até os anjos o ignoram, apesar de serem superiores aos homens.

302. Observação. — Para demonstrar a existência dos anjos, como os definimos, não basta citar simplesmente qualquer texto da Escritura, porque esta chama também anjos ao próprio Jesus Cristo, a S. João Baptista ⁽²⁾, aos bispos ⁽³⁾, e até às criaturas irracionais, como o faz o Salmista referindo-se aos ventos ⁽⁴⁾.

A razão está em que todos eles são uma espécie de ministros enviados do Senhor, e em hebraico, a palavra que significa anjo tem propriamente o sentido de *enviado*.

303. C) Liturgia. — A existência dos anjos deduz-se também da prática da Igreja, que os menciona frequentemente, por exemplo, em todos os prefácios da Missa, e institui festas em honra dos Anjos da Guarda, de S. Miguel, S. Gabriel e S. Rafael.

RESUMO. — *Quem são os anjos e qual é o significado próprio da palavra «anjo»? Quem nega a sua existência? Como se prova esta pela Tradição, pela Escritura, e pela Liturgia?*

⁽¹⁾ «*De die autem illo vel hora nemo scit, neque angeli in caelo, neque Filius, nisi Pater*». S. Marcos, XIII, 32.

⁽²⁾ «*Ecce mitto angelum meum, et praeparabit viam ante faciem meam... et angelus testamenti quem vos vultis*». Malaquias, III, 1. A interpretação deste texto encontra-se em S. Mateus, quando Jesus Cristo se refere a S. João: «*Hic est enim de quo scriptum est: Ecce ego mitto angelum meum ante faciem tuam, qui praeparabit viam tuam ante te*». S. Mateus, XI, 10.

⁽³⁾ «*Angelo Ephesi ecclesiae scribe*» e «*Et angelo ecclesiae Sardis scribe*». Apocalipse, XXI, 3, 1.

⁽⁴⁾ «*Qui facis angelos tuos spiritus*». Salmo, CIII, 4.

ART. 2.º — *ESPIRITUALIDADE DOS ANJOS*

TESE. Os anjos são imateriais ou incorpóreos.

QUALIFICAÇÃO: *É doutrina comum dos teólogos. e pode dar-se como teològicamente certa.*

304. Explicação. — 1. Um ser é material ou corpóreo quando consta de partes sensíveis, por exemplo um livro, uma planta, o corpo do homem, são materiais, porque se podem dividir em partes sensíveis.

2. A alma humana é imaterial, como se verá no capítulo seguinte, mas tem uma relação íntima com o corpo, ao qual Deus a destinou a unir-se naturalmente, para formar o homem. Nos anjos, pelo contrário, não há nenhuma relação à matéria, por serem puros espíritos, isto é, por não constarem de matéria nem serem por natureza destinados a unir-se a ela.

3. A doutrina da perfeita imaterialidade dos anjos, ao princípio, não esteve clara. Mesmo alguns Padres da Igreja, por influências da filosofia pagã, e por não interpretarem bem algumas passagens da Escritura, julgaram que os anjos constavam de alma e corpo, mais subtil e leve que o nosso. Actualmente, os Teólogos católicos são unânimes em afirmar a perfeita espiritualidade dos anjos. Seria, portanto, grande temeridade sustentar o contrário.

Provas

305. A) Tradição. — Eis como se exprime o IV Concílio de Latrão, já mais de uma vez citado: «Deus... desde o princípio do tempo criou do nada duas espécies de seres, os *espirituais* e os *corporais*, isto é, os anjos e o mundo, e depois criou o homem, que sendo constituído de corpo e alma, como que é comum a ambos os seres» (1).

(1) Concílio 4.º de Latrão, Cap. 1, D. 428.

O Concílio tinha em vista definir a criação de todos os seres, e não a espiritualidade dos anjos. Portanto, este testemunho não prova que seja de fé católica a espiritualidade dos anjos.

306. B) Escritura. — Maneira como se expressam os livros sagrados:

1.º A Sagrada Escritura, ao falar dos anjos, chama-lhes *espíritos*.

a) S. Paulo, referindo-se aos anjos bons, diz que *todos são espíritos ministros de Deus, enviados em auxílio dos que se hão-de salvar*» ⁽¹⁾.

b) S. Mateus, aludindo à cura de vários possessos, que Jesus libertara do demónio — dos anjos maus — escreve: *«expulsava, com a sua palavra, os espíritos»* ⁽²⁾.

2.º A Escritura nunca faz menção do corpo dos anjos; pelo contrário, aplica aos anjos a designação de espíritos, à semelhança do que faz com Deus: *«Deus é espírito»* ⁽³⁾. Ora, sendo Deus imaterial, ou puramente espiritual, segue-se que também os anjos o são.

3.º Confirma-o ainda a Escritura, que ao falar da alma humana, não lhe chama simplesmente *espírito*, como aos anjos, mas o *meu espírito*, o *espírito do homem*: *«nas tuas mãos encomendo o meu espírito»*, diz Jesus a seu Eterno Pai, antes de expirar ⁽⁴⁾; *«Senhor Jesus, recebe o meu espírito»*, exclamou o protomártir St. Estêvão, quando o apedrejavam ⁽⁵⁾; *«Quem dos homens sabe as coisas que são do homem (isto é, o que se passa no seu interior), senão o*

⁽¹⁾ *«Nonne omnes sunt administratorii spiritus, in ministerium missi propter eos qui hereditatem capiunt salutis?»* Hebreus, I, 14.

⁽²⁾ *«Et eieciabat spiritus verbo»*. S. Mateus, VIII, 16.

⁽³⁾ São palavras de Jesus: *«Spiritus est Deus»*. S. João, IV, 24.

⁽⁴⁾ *«Pater, in manus tuas commendo spiritum meum»*. S. Lucas, XXIII, 46. — *«In manus tuas commendo spiritum meum»*. Salmo, XXX, 6.

⁽⁵⁾ *«Domine Iesu, suscipe spiritum meum»*. Actos, VII, 59.

espírito do homem, que nele reside?» ⁽¹⁾, pergunta o Apóstolo S. Paulo.

307. Conclusão. — Vemos pois que a Escritura chama aos anjos «espíritos», pura e simplesmente, à semelhança do que faz com Deus, que nem é matéria, nem a esta se une por natureza, para constituir um novo ser; por outro lado, quando se refere à alma humana, apesar de ser espiritual, nunca lhe chama simplesmente «espírito», mas «meu espírito», etc., por não ser o homem só espírito; temos, portanto, de concluir que os anjos são espíritos puros ou completamente imateriais, como Deus.

308. Dificuldade. — Nas páginas da Escritura aparecem frequentemente anjos em figura de homens, e, como eles, comem e falam ⁽²⁾; logo devem ter corpo.

Resposta. — 1.º Aparecem, é certo, em figura corporal, como S. Rafael, a Tobias; mas também desaparecem instantaneamente, o que não sucederia se tivessem corpo como nós.

2.º Comem, é verdade, como atesta a Escritura, mas só aparentemente, conforme declarou S. Rafael a Tobias: *«parecia-vos que comia e bebia convosco, mas eu alimento-me de uma comida invisível e de uma bebida que não pode ser vista pelos homens»* ⁽³⁾; comida e bebida semelhante à de Jesus, quando dizia: *«o meu alimento é fazer a vontade daquele que me enviou»* ⁽⁴⁾. Logo, por testemunho dos mesmos anjos, o facto de comerem não significa que tenham corpo real, mas aparente.

(1) *«Quis enim hominum scit quae sunt hominis, nisi spiritus hominis, qui in ipso est?»* I Coríntios, II, 11.

(2) Veja-se como exemplo típico o que se conta de S. Rafael Tobias, III, 25; v, 5 e segs.

(3) *«Videbar quidem vobiscum manducare et bibere; sed ego cibo invisibili, et potu, qui ab hominibus videri non potest, utor».* Tobias, XII, 19.

(4) *«Meus cibus est ut faciam voluntatem eius qui misit me».* S. João, IV, 34.

3.º Também o Espírito Santo desce sobre Jesus em figura de pomba, no baptismo ⁽¹⁾, ou sobre os discípulos em línguas de fogo no dia de Pentecostes ⁽²⁾, e contudo, o Espírito Santo, como Deus que é, não tem figura nem corpo algum. Por conseguinte, se a Escritura atribui aos anjos corpo ou propriedades exclusivas dos corpos, é porque eles apareceram revestidos de figura corporal, ou então porque os livros sagrados os representam, procedendo à maneira de homens. É o que também sucede, quando se afirma que Deus se irou, desceu à terra, etc.

RESUMO. — *Como se define um ser material? Por que tem a alma humana uma relação natural ao corpo, embora seja espiritual? Que opinaram alguns Padres da Igreja acerca da espiritualidade dos anjos? Como se prova pela Tradição, que os anjos são puramente espirituais? E pela maneira de falar da Escritura? Como se resolve a dificuldade proveniente de se atribuírem aos anjos, na Escritura, funções materiais?*

ART. 3.º — IMORTALIDADE DOS ANJOS

TESE. Os anjos são imortais.

QUALIFICAÇÃO: *É de fé porque assim o ensina a Igreja no seu magistério universal ordinário.*

309. Noção e divisões da imortalidade. — Imortalidade é a propriedade segundo a qual um ser dotado de vida não está sujeito à morte, ou por outras palavras, está isento de morrer.

Todos os animais são mortais, isto é, passado algum tempo deixam de existir. O mesmo sucede com os homens. Somos formados de corpo e alma; o corpo,

(1) «*Et descendit Spiritus sanctus corporali specie sicut columba in ipsum*». S. Lucas, III, 22.

(2) «*Et apparuerunt illis dispartitae linguae tanquam ignis*». Actos, II, 3.

depois de mais ou menos anos, torna-se incapaz de continuar a viver, como atesta a experiência. Deus podia, é certo, fazer o milagre de nos conservar a vida perpétuamente; neste caso seríamos *imortais por graça* ou favor. É a imortalidade que nos espera na outra vida, depois da ressurreição.

A alma, ao contrário do corpo, é *imortal por natureza*, e assim, continuará a viver eternamente, sem milagre de espécie alguma. É claro que Deus poderia, apesar de tudo, tirar-lhe a vida, privando-a da existência.

Só Deus é de tal natureza que em caso nenhum pode perder a vida. Esta imortalidade divina chama-se *essencial*.

Resumindo:

Imortalidade essencial, é a própria de um ser que em nenhum caso pode perder a vida.

Imortalidade natural, é a própria de um ser que pela sua mesma natureza está livre da morte, se Deus lhe não tirar a existência.

Imortalidade gratuita, é a própria de um ser, de natureza mortal, mas a quem Deus, por milagre, conserva eternamente a vida.

Prova

310. Escritura. — Cristo Nosso Senhor dirá aos réprobos no juízo final: «*Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, que está preparado para o diabo e para os seus anjos*» ⁽¹⁾. Ora, se o fogo que há-de castigar os anjos é eterno, também eles o devem ser, pois não se compreende que se prepare um castigo

(1) «*Discedite a me, maledicti, in ignem aeternum, qui paratus est diabolo et angelis eius*». S. Mateus, xxv, 41.

eterno a um ser que não dura para sempre. Por conseguinte, os anjos são dotados pelo menos de *imortalidade gratuita*.

Mas poder-se-á igualmente deduzir do texto citado que é atributo dos anjos a *imortalidade natural*? Parece que sim. Na verdade, se os anjos não fossem de natureza imortal e Deus os castigasse eternamente, parece que seriam mais castigados do que eles mereciam; ora isto, que repugna à justiça divina, seria uma blasfêmia pensá-lo.

Dificuldade. — Deus castiga eternamente os homens réprobos, em corpo e alma, embora o corpo não seja por natureza imortal; portanto, ou Deus é injusto neste caso, ou também o não será castigando eternamente os anjos, embora eles não sejam naturalmente imortais.

Resposta. — Tal castigo, apesar de os homens não serem imortais quanto ao corpo, funda-se em que Deus, segundo um favor da sua bondade, destinou o homem a viver em corpo e alma eternamente, depois da ressurreição. Não o fez imortal por natureza, mas por graça; ora uma vez imortal, se é justo que, salvando-se, goze eternamente em corpo e alma, também o será que sofra eternamente, em corpo e alma, se se condena. Em contraposição, não nos constando que os anjos sejam imortais por graça, se Deus os castiga eternamente, devemos concluir que o são por natureza.

311. Observação. — Entre os *Santos Padres*, alguns afirmam que os anjos são mortais, outros que são imortais. Esta contradição é apenas aparente. Ao afirmar que os anjos são mortais, querem os primeiros significar que Deus poderia aniquilá-los: ao dizer que são imortais, pretendem os últimos ensinar que, à semelhança da nossa alma, nada há neles que lhes possa originar a morte.

Por outras palavras: os primeiros *negam a imortalidade essencial*, própria só de Deus; os segundos *afirmam a imortalidade natural*.

Na prática, não se faz hoje tal distinção; dizemos simplesmente que os anjos são imortais.

Notas Complementares

312. 1.^a Número de anjos. — Ninguém sabe quantos anjos criou Deus, mas a Escritura deixa entrever que o seu número é muito grande. Daniel diz-nos: «*Milhares de milhões o serviam, e centenas de milhares assistiam ante o seu trono*» (1). Jesus Cristo declara a S. Pedro, no horto de Getsemani, que seu Pai lhe enviaria, se ele lho pedisse, mais de doze legiões de anjos (2), e S. Pedro refere-se ao seu grande número (3).

313. 2.^a Diversidade de categoria nos anjos. Que nem todos os espíritos angélicos são da mesma categoria, parece insinuá-lo claramente a Escritura, ao afirmar que S. Miguel é «*um dos principais*» (4), e também ao falar-nos de Arcanjos (5), palavra que, indubitavelmente, indica uma classe superior à dos simples anjos.

Os mesmos livros sagrados designam os anjos com nove nomes diferentes: anjos (6), arcanjos (7), princi-

(1) «*Millia millium ministrabant ei, et decies millics centena millia assistebant ei*». Daniel, vii, 10.

(2) «*An putas quia non possum rogare Patrem meum, et exhibebit mihi modo plus quam duodecim legiones angelorum?*» S. Mateus, xxvi, 53.

O número de soldados na legião romana oscilava entre 4.000 e 6.000.

(3) «*Et multorum millium angelorum frequentiam*». Hebreus, xii, 22.

(4) «*Et ecce Michael, unus de principibus primis, venit in adiutorium meum*». Daniel, x, 13.

(5) «*Quoniam ipse Dominus in iussu, et in voce archangeli... descendet de caelo*». I Tessalonicenses, iv, 15. «*Cum Michael archangelus cum diabolo disputans altercaretur de Moysi corpore*». S. Judas, vers. 9.

(6) «*Ut vitae aeternae heredes efficeremur, profectus in caelum, subiectis sibi angelis...*». I S. Pedro, iii, 22.

(7) «*Et in voce archangeli descendet de caelo*». I Tessalonicenses, iv, 15.

pados, potestades, virtudes, dominações ⁽¹⁾, *tronos* ⁽²⁾, *querubins* ⁽³⁾ e *serafins* ⁽⁴⁾.

Por esta razão se contam ordinariamente nove coros ou graus na jerarquia angélica. Contudo não está averiguado se esses nomes representam diversos graus de perfeição ou diversos ofícios apenas. São conhecidas, a este respeito, as palavras de St.^o Agostinho: «Como se distribui essa altíssima dignidade, diga-o quem puder, eu confesso que não sei» ⁽⁵⁾.

314. 3.^a Quando foram criados os anjos? — Há diversidade de opiniões. Segundo a mais corrente, foram criados no princípio do mundo, ao mesmo tempo que a matéria de onde se formaram os céus e a terra.

RESUMO. — Qual é a definição genérica de immortalidade? Que é immortalidade natural, essencial e graciosa? Como se infere da Escritura, que os anjos são, de facto, imortais? Serão também naturalmente imortais? Há contradição entre os Padres da Igreja quando afirmam que os anjos são imortais, e quando dizem que o não são? Que textos da Escritura se podem alegar como prova de que os anjos são em grande número? Por que se fala vulgarmente de nove coros de anjos? Que podem significar os diversos nomes que se lhes dão na Sagrada Escritura? Que diz Santo Agostinho acerca da sua diversidade? Quando foram criados?

(1) «*Supra omnem principatum, et potestatem, et virtutem et dominationem*». Efésios, I, 21.

(2) «*Sive throni, sive dominationes, sive principatus, sive potestates*». Colossenses, I, 16.

(3) «*Eiecitque Adam, et collocavit ante paradisum voluptatis Cherubim*». Génesis, III, 24.

(4) «*Seraphim stabant super illud*». Isaías, VI, 2.

(5) Santo Agostinho, *Enchiridion*, cap. 58.

ART. 4.º — PROVA, PRÊMIO E CASTIGO
DOS ANJOS

§ 1.º A prova

TESE. Os anjos tiveram um período de prova, antes de receberem o prêmio ou castigo definitivo.

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina teològicamente certa.*

315. Explicação. — Os homens foram criados para fazer a vontade de Deus nesta vida e receber na outra o prêmio correspondente, ou o castigo merecido se a não cumprirem. De modo análogo, quis Deus que os anjos fossem sujeitos a um tempo de prova. E assim, nem os bons foram criados no estado de felicidade de que hoje gozam, nem os maus nas penas que hoje sofrem.

316. Adversários. — Luís Vives e alguns autores mais julgavam que os anjos bons tiveram ao princípio a felicidade sobrenatural dos bem-aventurados.

317. Prova da Escritura. — S. Pedro afirma que os anjos pecaram ⁽¹⁾, e S. Judas que foram castigados com penas eternas ⁽²⁾. Destas passagens deduz-se, com toda a evidência, que tiveram um tempo de prova, pois, de outra forma, não teriam sido castigados, nem perdido a felicidade.

Os Santos no céu não podem pecar nem perder a felicidade. Com efeito, o céu deixaria de o ser, se nele pudesse entrar o temor de o perder, e muito mais o pecado.

(1) «Deus não perdoou aos anjos prevaricadores». *«Deus angelis peccantibus non pepercit»*. II S. Pedro, II, 4.

(2) *«Angelos vero qui non servaverunt suum principatum... vinculis aeternis sub caligine reservavit»*. S. Judas, ver. 6.

§ 2.º Prémio dos anjos bons

TESE. Desde que terminou o tempo de prova, os anjos que não pecaram gozam da clara visão de Deus.

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina teològicamente certa.*

Provas

318. A) **Tradição.** — Bento XII define que as almas dos que morrem em graça e de nada têm que purificar-se, «*estão com Cristo no paraíso celestial, associados à companhia dos Santos Anjos*» ⁽¹⁾. Supõe-se portanto que, aos anjos e aos homens, é concedido o mesmo prémio. Ora, dado que as almas dos bem-aventurados gozam da visão clara de Deus, como se define no mesmo documento, segue-se que os anjos também desfrutam dela.

B) **Escritura.** — a) Cristo Nosso Senhor recomendou que se não escandalizassem as crianças «*porque os seus anjos no céu incessantemente estão vendo a face de meu Pai*» ⁽²⁾.

b) O Apocalipse apresenta-nos os anjos e os homens reunidos diante do trono do Altíssimo ⁽³⁾. Mas, gozando os homens, no céu, da visão clara de Deus — na qual consiste a bem-aventurança eterna ⁽⁴⁾, — deduz-se claramente do texto do Apocalipse, ao menos se o unimos ao anterior de S. Mateus, que os anjos gozam da visão clara de Deus.

⁽¹⁾ Constituição *Benedictus Deus*, 29 de Jan. de 1336. D. 530.

⁽²⁾ «*Dico enim vobis quia angeli eorum in caelis semper vident faciem Patris mei qui in caelis est.*» S. Mateus, XVIII, 10.

⁽³⁾ «*Et omnes angeli stabant in circuitu throni.*» Apocalipse, VII, 11.

⁽⁴⁾ Tratado 10.º, art. 7.º deste Manual.

§ 3.º Pecado e castigo dos anjos

TESE. Uma parte dos anjos pecou e foi condenada a tormentos eternos.

QUALIFICAÇÃO: *De fé, pelo menos porque assim o ensina a Igreja no seu magistério universal ordinário.*

319. Adversários. — Segundo os *maniqueus* e *priscilianistas*, Satanás e os seus anjos eram maus, por assim terem sido criados pelo princípio do mal. (Os maniqueus admitiam dois princípios, um do bem, outro do mal).

I) OS ANJOS PECARAM

Provas

320. A) Tradição. — «O diabo e os outros demónios foram criados bons por natureza, mas eles mesmos, por sua culpa, se fizeram maus» ⁽¹⁾.

A Santa Igreja Romana «crê... que um só Deus verdadeiro, Pai, Filho e Espírito Santo, é Criador de todas as coisas visíveis e invisíveis. Quando lhe aprouve, deu por sua bondade existência a todas as criaturas, tanto corporais como espirituais, — boas na verdade..., e afirma (a Igreja) que não há nenhuma natureza do mal, porque, toda a natureza, enquanto natureza, é boa» ⁽²⁾. Logo, se alguns anjos são maus, são-no por culpa sua, isto é, por terem pecado.

B) Escritura. — «Deus não perdoou aos anjos que pecaram» ⁽³⁾.

(1) Concílio 4.º de Latrão, cap. 1, D. 428.

(2) Concílio de Florença. Decreto para os Jacobitas. D. 706.

(3) «Deus angelis peccantibus non pepercit». II S. Pedro, II, 4.

II) OS ANJOS PREVARICADORES FORAM CONDENADOS A TORMENTOS ETERNOS

Provas

321. A) **Tradição.** — 1. «Se alguém diz ou sente que o suplicio dos demónios e dos homens ímpios dura só um certo tempo e depois terá fim, seja anátema.» Assim se expressa um sínodo particular, do ano 543, presidido por S. Menas, patriarca de Constantinopla, e que, segundo parece, foi confirmado pelo Papa Virgílio (conferir D. 211 e a nota do número 203).

2. Os réprobos e os eleitos «hão-de ressuscitar com os próprios corpos que agora têm, para que recebam, segundo as suas obras os mereceram, uns pena perpétua com o demónio, e os outros (os eleitos) glória eterna com Cristo. (Concílio 4.^o de Latrão, capítulo primeiro; D. 429).

322. B) **Escritura.** 1. Deus «*prende com cadeias eternas, no seio das trevas, os anjos prevaricadores*» (1).

2. «*Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno que está preparado para o diabo, e para os seus anjos*» (2).

Notas Complementares

323. 1.^a Os anjos maus não tiveram possibilidade de fazer penitência depois do pecado, para conseguirem a felicidade eterna.

QUALIFICAÇÃO: É doutrina comum dos teólogos.

Os homens ainda que pequem muitas vezes, nem por isso ficam irremediavelmente perdidos, porque Deus concede-lhes, ordinariamente, entre o pecado e a morte, tempo suficiente para se arrependarem, e,

(1) «*Angelos vero qui non servaverunt suum principatum... vinculis aeternis sub caligine reservavit*». S. Judas, vers. 6.

(2) «*Discedite a me, maledicti, in ignem aeternum, qui paratus est diabolo et angelis eius*». S. Mateus, xxv, 41.

livrando-se, por esta maneira, do inferno, obterem a glória.

Aos anjos, pelo contrário, não lhes foi dado tempo de arrependimento; com o pecado, acabou-se-lhes o tempo de prova. Assim o ensinam os teólogos, apoiados no texto, várias vezes aduzido, «*Deus não perdoou aos anjos que pecaram*» ⁽¹⁾. Ora não é verosímil que de tantos que se condenaram, nenhum tivesse feito penitência, se lhe fosse dado tempo e graça para isso.

Se, de facto, os anjos tivessem recebido graça para se converterem, essa graça só podia ter sido concedida em virtude dos méritos de Cristo ou por pura generosidade de Deus. Ora, graça de Cristo não a tiveram porque a Escritura e a Tradição — únicas fontes de informação — não a mencionam. Graça de Deus também não, porque, nesse caso, Deus teria sido mais generoso com os anjos do que com os homens dando-lhes graça por pura generosidade, quer dizer, sem ter em conta os méritos de Cristo. Tal afirmação iria contra o sentir dos Santos Padres que ensinam que Deus se mostrou mais benigno com os homens do que aos anjos, ao dar-lhes a graça.

324. 2.^a O não ter sido concedido aos anjos, depois do pecado, tempo de arrependimento, não repugna à misericórdia de Deus. — Os anjos não sentiam inclinações ao pecado, como as que no homem provêm do corpo, e por outro lado a sua privilegiada inteligência, via claramente o castigo a que se sujeitavam, pecando.

Não obstante isso, e com plena deliberação do que faziam, ofenderam a Deus. Ora bem, se os homens dificilmente abandonam uma resolução, que tomaram depois de ponderarem com seriedade todos os inconvenientes que ela encerra, muito mais dificilmente os anjos, cujo entendimento penetra incomparavelmente melhor que o do homem, os motivos das suas decisões.

(1) «*Deus angelis peccantibus non pepercit*». II S. Pedro, II, 4.

Negar tempo de penitência a quem pecara sem a isso se sentir aliciado e conhecendo perfeitamente as consequências a que se expunha, não é contra a misericórdia divina, tanto mais se, difficilmente viria a ter arrependimento.

325. 3.^a Qual foi o pecado dos anjos? — Não consta da Tradição nem da Escritura em que consistiu o pecado dos anjos. Os teólogos julgam tratar-se de um pecado de soberba, ou seja, de complacência na própria excelência com menoscabo da honra e respeito devidos a Deus. Estes elementos encontram-se aliás, em todo o pecado, pois quem ofende a Deus prefere à divina a própria vontade, e nela se compraz.

RESUMO. — *Que entendemos ao afirmar que os anjos tiveram um tempo de prova? Como se deduz esta da Escritura? E que os anjos no céu gozam da visão clara de Deus? Como explicavam os discípulos de Manés e Prisciliano a existência dos anjos maus? Como se demonstra pela Tradição, que os anjos maus o são por culpa sua? Como prova a Escritura que alguns anjos pecaram e foram condenados a tormentos eternos? Como se deduz da Escritura que aos anjos maus não se concedeu tempo de penitência? Poderá também provar-se por raciocínio teológico? Que razões nos mostram que isso não se opõe à misericórdia divina? Em que consistiu o pecado dos anjos?*

ART. 5.^o — OS ANJOS CUSTÓDIOS

TESE. Deus confia aos anjos bons a guarda dos homens.

QUALIFICAÇÃO: Doutrina de fé.

326. Explicação. — É doutrina de fé, por assim constar do magistério ordinário e universal da Igreja que Deus envia os seus anjos para guardar os homens; não o é, porém, que todos os homens tenham o seu anjo custódio. Que o tenham todos os fiéis, seria

temeridade negá-lo, visto que o afirmam geralmente os doutores da Igreja, e é doutrina ordinária, embora menos certa que a anterior, que o tenham também os não cristãos.

Provas

327. A) **Escritura.** — Diz-nos o Salmista que o anjo do Senhor *«levantará a sua tenda (isto é, fixará a sua morada) no meio dos que temem a Deus e os tirará do perigo»* ⁽¹⁾. Jesus Cristo, referindo-se às crianças que certo dia tinha na sua frente, disse: *«Os seus anjos no céu incessantemente estão vendo a face de meu pai»* ⁽²⁾. O Apóstolo S. Paulo escreveu: *«Todos (os anjos bons) são espíritos, ministros de Deus, enviados em auxílio dos que se hão-de salvar»* ⁽³⁾. Consta, pois, claramente da Escritura que, em geral, Deus envia os seus anjos para guardar os homens.

É verdade, que o primeiro texto se refere directamente aos Judeus tementes a Deus, e o segundo às crianças israelitas que Jesus tinha diante de si: mas não havendo razão para supor que se tratava de um privilégio, somos levados pela Escritura a concluir que não só os predestinados mas todos os cristãos, sejam ou não predestinados, têm o seu anjo da guarda, já que eles formam actualmente o povo de Deus, como outrora os Judeus.

328. B) **Liturgia.** — A Igreja na sua Liturgia, ao estender a todo o mundo a festa dos Anjos Custódios, ensina-nos praticamente, que todos os fiéis têm o seu anjo da guarda.

(1) *«Immittet angelus Domini in circuitu timentium eum, et eripiet eos»*. Salmo, xxxiii, 8.

(2) *«Dico enim vobis quia angeli eorum in caelis semper vident faciem Patris mei qui in caelis est»*. S. Mateus, xviii, 10.

(3) *«Nonne omnes sunt administratorii spiritus, in ministerium missi propter eos qui hereditatem capient salutis?»* Hebreus, i, 14.

329. Observação. — Apesar de estar mais vulgarizada a doutrina de que cada fiel, tem o seu anjo da guarda próprio, não é, contudo, tão certa como o facto geral de que nos são dados anjos da guarda. Poderia, muito bem, estar confiada a um, a guarda de várias pessoas, como a um aio a de várias crianças.

RESUMO. — *Por que é doutrina de fé que, em geral, Deus concede aos homens anjos da guarda? Por que será temerário negar que todos os fiéis tenham o seu anjo da guarda? Como se prova pela Escritura, a existência dos anjos da guarda? Poderá deduzir-se da Escritura que todos os cristãos o têm? Que se infere da Liturgia, a este respeito, quanto aos católicos?*

ART. 6.º — OS ANJOS MAUS E AS TENTAÇÕES

TESE. Os anjos maus esforçam-se por levar o homem ao pecado.

QUALIFICAÇÃO: *É verdade de fé* ⁽¹⁾.

Provas

330. A) Tradição. — Ninguém, nem sequer os que foram renovados com a graça baptismal, é apto para superar as tentações diabólicas..., a não ser que por um auxílio diário de Deus, receba o favor de perseverar em vida boa. (Indículo ou colecção de testemunhos autorizados dos Papas anteriores ao século vi; D. 132).

331. B) Escritura. — «Sede sóbrios e estai vigilantes, porque o demónio, vosso inimigo, anda ao redor de vós... buscando a quem devorar» ⁽²⁾. «Nós não temos que lutar contra a carne e o sangue (os homens), mas contra os principados e potestades, contra os que

⁽¹⁾ Está claramente na Escritura, e a Igreja o ensina no seu magistério ordinário e universal como doutrina revelada.

⁽²⁾ «*Sobrii estote et vigilate, quia adversarius vester diabolus tanquam leo rugiens circuit quaerens quem devoret*». I S. Pedro, v, 8.

governam este mundo de trevas (do pecado), contra os espíritos maus (¹).

Nota. — S. Paulo, na mesma carta aos Efésios, donde é tirado o texto que citámos, dá aos anjos bons os nomes de potestades e principados. É portanto, evidente que nos dois lugares se refere aos anjos.

RESUMO. — *Por que é doutrina de fé que os anjos maus trabalham por levar os homens, ao pecado? Como se prova pela Escritura?*

ART. 7.º — A POSSESSÃO DIABÓLICA

TESE. Os anjos maus chegam às vezes a apoderar-se dos homens.

QUALIFICAÇÃO: *Que se tenham dado alguns casos, v. g. no Evangelho, é de fé; que depois se tenham repetido, é doutrina comum dos teólogos que não pode ser negada sem temeridade.*

332. Explicação. — Diz-se que um homem está possesso quando nele entrou e mora o demónio.

Acreditar com facilidade que uma pessoa está possessa é próprio de ignorantes. Negar que se tenham dado casos de verdadeira possessão, seria negar uma verdade claramente ensinada pela Sagrada Escritura.

333. Adversários. — Muitos *racionalistas* pretendem reduzir a possessão diabólica, de que fala a Escritura, a casos patológicos de mania, loucura, histeria ou epilepsia. Jesus, tratando esses doentes endemoninhados, dizem, não acreditava que estivessem possessos; limitava-se a proceder de harmonia com as convicções do povo.

(¹) «*Quoniam non est nobis colluctatio adversus carnem et sanguinem, sed adversus principes et potestates, adversus mundi rectores tenebrarum harum, contra spiritualia nequitiae*». Efésios, vi, 12.

Provas

334. A) Escritura. — Prescindindo, por agora, de outros casos que refere a Sagrada Escritura, é certo que alguns deles só podem explicar-se por verdadeira possessão; logo, a possessão diabólica é um facto real.

1.º S. Lucas narra como Jesus, ao expulsar de certo homem o demónio, lhe perguntou: *«Que nome é o teu? Ele então respondeu: Legião. Porque eram muitos os demónios que tinham entrado nele»* ⁽¹⁾. E pediram a Jesus, que em vez de os mandar para o abismo os deixasse entrar numa vara de porcos que ali andava a pastar. Jesus permitiu-lhes, e logo os animais correram a precipitar-se no lago vizinho. Não se pode negar que se trata aqui de verdadeira possessão diabólica.

2.º S. Marcos escreve que um dia, *«sendo já sol posto, levaram (a Jesus) todos os que estavam doentes e os possessos do demónio»*, e Jesus *«curou a muitos que se achavam oprimidos de diversas enfermidades e expulsou muitos demónios»* ⁽²⁾. É evidente que o Evangelista se refere, nesta passagem, à cura de doentes e à expulsão de demónios, como a dois casos diferentes.

335. B) Liturgia. — O pensamento da Igreja manifesta-se claramente no rito da ordenação dos exorcistas, isto é, dos ministros que têm a seu cargo expulsar dos possessos o demónio. Se criou e mantém essa instituição, é porque acredita que o demónio,

⁽¹⁾ *«Quod tibi nomen est? At ille dixit: Legio; quia intraverant daemonia multa in eum»*. S. Lucas, VIII, 30.

⁽²⁾ *«Vespere autem facto, cum occidisset sol, afferebant ad eum omnes male habentes et daemonia habentes... Et curavit multos qui vexabantur variis languoribus; et daemonia multa eiiciebat...»*. S. Marcos, I, 32 e 34. — *«Vespere autem facto, obtulerunt ei multos daemonia habentes; et eiiciebat spiritus verbo»*. S. Mateus, VIII, 16. — *«Cum autem sol occidisset, omnes qui habebant infirmos... ducebant illos ad eum. At ille... curabat omnes. Exibant autem daemonia a multis...»*. S. Lucas, IV, 40 e 41.

algumas vezes, se apodera dos homens. Ao mesmo tempo, proibindo que tal ofício se exerça, sem especial autorização, mostra que não se devem admitir facilmente casos de possessão.

Nota

336. Nomes que se costumam dar aos anjos maus: Diabo, Demónio, Satanás, Lúcifer e Lusbel.

Lemos no IV Concílio de Latrão que «o diabo e os outros demónios foram criados bons por natureza, mas eles mesmos, por sua culpa, se fizeram maus» ⁽¹⁾.

Jesus Cristo declara que o fogo do inferno «foi preparado para o diabo e para os seus anjos» ⁽²⁾.

Nestas passagens da Tradição e da Escritura, o diabo é apresentado como chefe dos espíritos a que chamamos anjos maus ou demónios. «*Diabo*», palavra de origem grega, significa inimigo, caluniador, e seria a tradução do vocábulo hebraico «*Satanás*», que tem o sentido de adversário. Em latim e português é frequente chamar Lúcifer ao diabo — embora na Escritura nunca se lhe dê este nome.

«*Lúcifer*», é tradução do vocábulo grego «*eosfóros*» que significa portador da aurora e vulgarmente «*Estrela da Manhã*», nome que o profeta Isaías ⁽³⁾ dá ao rei de Babilónia, ao descrever como este rei caiu do mais alto esplendor na mais profunda miséria. Os Santos Padres usaram desse facto como exemplo da queda de Satanás, e daí se ocasionou o nome de Lúcifer. Em português chama-se-lhe também «*Lusbel*».

A palavra «*Demónio*», de origem grega, parece significar um ser privilegiado, intermédio entre Deus e os homens.

(1). Concílio 4.º de Latrão, Cap. 1, D. 428.

(2) «*Discedite a me, maledicti, in ignem aeternum, qui paratus est diabolo et angelis eius*». S. Mateus, xxv, 41.

(3) «*Quomodo cecidisti de caelo, Lucifer, qui mane oriebaris?*» Isaías, xiv, 12.

RESUMO. — *Que significa estar possesso do demónio? Como explicam os racionalistas os casos de possessão narrados no Evangelho? Como se prova, pela Escritura e Liturgia, que se deram e podem dar casos de verdadeira possessão? Que textos da Tradição e Escritura nos apresentam Satanás chefe dos anjos maus? Que significam as palavras «Diabo», «Satanás», «Demónio», e «Lúcifer»? Por que motivo se applica este último nome ao demónio?*

ART. 8.º — O ESPIRITISMO

TESE. O espiritismo baseia-se em mistificações.

QUALIFICAÇÃO: Doutrina certa.

337. Explicação. — O espiritismo é a arte de comunicar com os espíritos, e principalmente com as almas dos defuntos.

Aparecido nos Estados Unidos em 1848, propagou-se rapidamente através da Europa e do mundo inteiro.

As pretensas comunicações, realiza-as geralmente uma pessoa que para tal se julga especialmente apta e se denomina *médium* ou *intermediário*.

Além dessas comunicações, dão-se nas reuniões espiritistas diversos fenómenos, como pancadas nas mesas, agitação dos objectos que se encontram no local da sessão, sons musicais, etc.. Nas sessões, a luz é geralmente escassa, e às vezes nula.

338. Observação. — Não pretendemos demonstrar que este ou aquele caso, em particular, seja falso, mas que o espiritismo, em geral, como arte de comunicar com os espíritos, não passa de mistificação. Um caso ou outro isolados, embora verdadeiros, nada provariam, como não prova o valor de um remédio, que sabemos ser inútil, o facto de alguém, tomando-o, se ter curado por mera sugestão.

Prova

339. 1. Assim o declararam pessoas que praticaram o espiritismo, a começar pelas duas irmãs Fox, suas inventoras ⁽¹⁾.

2. Os *médiuns* mais famosos, foram apanhados em fraude.

3. Prometeu-se um prémio de 2.500 dólares a quem obtivesse uma comunicação com os mortos, e depois de onze meses de tentativas infrutuosas dos espiritistas mais famosos da Europa e América, o prémio não foi adjudicado.

4. É finalmente improvável e até absurdo supor que o homem tem à sua completa disposição um meio sensível de comunicar com os espíritos, isto é, com seres que não pertencem ao mundo sensível.

340. **Observação.** — O espiritismo é uma aberração moderna tão absurda como a bruxaria ⁽¹⁾, não há muitos séculos, e, em tempos mais remotos, a astrologia.

Com isto, porém, não se afirma que seja impossível comunicar com os espíritos, como não seria impossível ao demónio trasladar em poucos momentos qualquer feiticeira de Lisboa ao Rio de Janeiro se Deus lho permitisse.

Que, de facto, no espiritismo actual, essa comunicação se tenha dado alguma vez por interposição de *médiuns*, nada prova em favor do espiritismo, como o facto de o demónio ter porventura interferido alguma

(1) O Espiritismo é pura farsa. Constitui o maior embuste do século actual. «Sei e conheço com certeza que todas e cada uma das manifestações espiritistas realizadas por mim em Londres e noutras partes, foram fraudulentas». Assim se expressava Catarina Fox. Sua irmã Margarida confessou: «Sempre tive perfeito conhecimento... de que todos os fenómenos espiritistas efectuados por minha irmã e por mim eram pura fraude».

Cf. *Los fraudes espiritistas y los fenómenos metapsíquicos*, por C. M. de Heredia. S. J. Livro 1, cap. 4, pág. 28.

(1) Veja-se um breve mas substancioso artigo, em *Espasa*, na palavra «brujeria».

vez num caso de bruxedo, não prova que haja interferência ordinária do demónio nas imposturas da bruxaria.

Alguns autores dão por certo que a maioria dos fenómenos do espiritismo são fraudulentos; admitem no entanto uma percentagem de fenómenos mais ou menos elevada, na qual intervém de facto o demónio. São estes autores que indirectamente podem contribuir não pouco para a divulgação do espiritismo.

Com efeito, se de cem casos se admitem cinco como reais, isso é fornecer aos espiritistas uma base mais que suficiente para explorar a arte; e aos que acodem a essas reuniões, a esperança de que serão eles os afortunados que vão entrar em comunicação com as almas dos defuntos ou que vão presenciar algum fenómeno sobre-humano.

RESUMO. — *Que se entende por espiritismo? Onde e quando teve origem? Que é um médium? Que fenómenos se costumam dar nas sessões de espiritismo? Como se prova que os processos espiritas são mistificação? Uma ou outra comunicação com os espíritos, que se tenha dado, prova o valor do espiritismo?*

CAPÍTULO III

O HOMEM

ART. 1.º — ORIGEM DO HOMEM

TESE. Deus interveio de modo especial na formação do corpo humano.

QUALIFICAÇÃO: *É a doutrina mais segura e conforme com os ensinamentos tradicionais da Igreja.*

341. Explicação. — Deus, depois de ter feito surgir as plantas e os animais, formou o corpo de Adão de maneira milagrosa. Este corpo não se originou por evolução do organismo de outros animais.

342. Adversários. — Afirmam alguns *transformistas* que da evolução natural do macaco ou outro animal semelhante, proveio o corpo do homem.

Há três classes de transformistas. Os mais *radicais* pretendem que não só o corpo, mas a alma se formou por evolução de algum animal inferior. Esta doutrina é completamente errônea, porque, segundo veremos adiante, a alma do homem é imortal. Portanto nunca a alma de um animal que é mortal, poderá converter-se na do homem, só pelas simples forças da natureza.

Os *moderados* afirmam que Deus criou a alma do homem, mas deu-lhe como corpo o de um animal já existente. Deste sentir foram também alguns católicos, como o inglês *Mivart*, de quem são as palavras seguintes: «Encontramos perfeita harmonia na dupla natureza do homem: nele, a racionalidade usa e domina a animalidade, a alma vem à existência por criação directa e imediata, e o corpo foi formado ao princípio

(como o é agora em cada indivíduo), por uma criação segunda ou imprópria mediante leis naturais. Por semelhante criação secundária, quer dizer, por leis naturais desconhecidas ainda na sua maioria, mas controladas por «Seleção Natural», apareceram na terra todas as diferentes espécies de animais e plantas» (1). Esta afirmação de Mivart, hoje em dia sustentada por não poucos católicos, é a que propriamente impugnamos na tese.

Outros, finalmente, restringem a evolução apenas aos animais, que teriam evoluído dos menos aos mais perfeitos. Esta hipótese que, científica e filosoficamente considerada, poderá ser mais ou menos ousada ou provável, não consta com certeza que se oponha à doutrina teológica.

Provas

343. A) Tradição. — A Comissão Bíblica ensina que não é lícito pôr em dúvida o sentido literal histórico dos três primeiros capítulos do Génesis no concernente aos factos... que se relacionam com os fundamentos da religião cristã, como são, entre outros, a criação de todas as coisas por Deus no princípio dos tempos, a criação peculiar do homem, a formação da primeira mulher do corpo do primeiro homem (2).

Vemos, portanto, segundo o texto apresentado, que Eva não provém da evolução natural de nenhum

(1) *We find a perfect harmony in the double nature of man, his rationality making use of and subsuming his animality; his soul arising from direct and immediate creation, and his body being formed at first (as now in each separate individual) by derivative or secondary creation through natural laws. By such secondary creation, i. e. by natural laws for the most part as yet unknown, but controlled by «Natural Selection», all the various kinds of animals and plants have been manifested on this planet. On the Genesis of Species, Londres, 1871, pág. 305.*

(2) D. 2123.

animal, mas foi por Deus milagrosamente formada de Adão. Ora, se o corpo de Eva se deve à acção de Deus e não à evolução, cai por terra o transformismo, ao pretender eliminar o influxo sobrenatural de Deus na constituição do corpo humano. Sendo assim, já não terão dificuldade os transformistas em estender a Adão a intervenção sobrenatural de Deus.

344. Observações. — Podem, à primeira vista, afigurar-se estranhos os rodeios com que demonstramos a tese, — declarando a Comissão Bíblica que não é lícito pôr em dúvida o sentido literal histórico dos três primeiros capítulos do Génesis, quanto a certos factos, entre os quais se enumera a *criação peculiar do homem*. Portanto, parece que isto bastaria para fundamentar a prova da tese, sem ser preciso recorrer ao caso de Eva.

Responderemos que a criação de Adão — quer Deus directamente lhe tenha formado da terra o corpo, quer lhe tenha dado o corpo de algum animal — mereceria sempre o nome de *peculiar*, e por isso é necessário apresentar a prova pelo modo como o fizemos.

345. B) Escritura. — Adão, referindo-se a Eva, diz que «*será chamada virago*» ⁽¹⁾, *porque foi formada do varão*» ⁽²⁾. S. Paulo também afirma que «*a mulher também procede do varão*» ⁽³⁾.

Portanto, segundo a Escritura, o corpo da primeira mulher não provém da evolução do corpo de um animal; consequentemente, somos obrigados a admitir a intervenção de Deus na formação do corpo de Adão.

(1) Esta palavra é a que, em português, melhor traduz a força do original hebraico.

(2) «*Haec vocabitur Virago, quoniam de viro sumpta est*». Génesis, II, 23.

(3) «*Non enim vir ex muliere est, sed mulier ex viro*». I Coríntios, XI, 8.

346. C) Raciocínio. — Não há nenhuma razão sólidamente fundada que nos obrigue a abandonar a interpretação comum dos Santos Padres e o sentido óbvio das palavras da Escritura. Portanto, é mais seguro ater-se a essa interpretação e a esse sentido.

Nota Histórica

347. Transformismo e Poligenismo. — O transformismo começou a difundir-se, devido sobretudo à obra do inglês Darwin. Este applicou-o primeiro só aos animais, e mais tarde ao homem, como se ele descendesse do macaco ou de outro animal semelhante.

Estendido assim ao corpo do homem, embora ficasse excluída a alma, o transformismo foi acêrrimamente impugnado pelos autores católicos, que o julgavam, ou inteiramente oposto, ou pelo menos nada conforme com os ensinamentos da Escritura e dos Padres e Doutores da Igreja. Além disso parecia completamente improvável.

Em 1891, o dominicano Leroy escreveu um livro em defesa dessa opinião, mas quatro anos depois, em 1895, Roma ordenou-lhe que retratasse o seu parecer, como de facto fez ⁽¹⁾.

Pouco depois, Zahm, religioso da Congregação da Santa Cruz, publicou um livro a defender, como provável, que o corpo do homem provém de um animal, por evolução: a Congregação romana do Santo Ofício mandou-lhe que o retirasse do mercado ⁽²⁾.

Em 30 de Junho de 1909, a Comissão Bíblica declara que não se pode pôr em dúvida o sentido literal histórico dos três primeiros capítulos do Génesis, nos factos «relacionados com os fundamentos da Religião Cristã, como são, entre outros, a criação de todas as coisas feita por Deus no princípio dos tempos, a

(1) Veja-se *La Civiltà Cattolica*, 1899, pág. 49.

(2) Veja-se *The Catholic Fortnightly Review*, XIII (1906), pág. 137.

criação particular do homem, a formação da primeira mulher a partir do primeiro homem, a unidade do género humano» (isto é, a origem de todos os homens em Adão e Eva), etc. ⁽¹⁾.

Actualmente, porém, sem retratar nem contradizer os documentos anteriores, a Igreja concedeu maior liberdade, recomendando ao mesmo tempo prudência em tratar estas questões. A este respeito, vejam-se o discurso de Pio XII na Academia Pontifícia de Ciências ⁽²⁾, a Encíclica *Divino aflante Spiritu* ⁽³⁾, e a carta escrita pelo Secretário da Comissão Bíblica ao Cardeal Arcebispo de Paris em 16 de Janeiro de 1948 ⁽⁴⁾.

Este último documento, que se refere a alguns dos anteriores, diz o seguinte: As respostas da Comissão Bíblica de 23 de Junho de 1905, 27 de Junho de 1906 e 30 de Junho de 1909, «não se opõem de maneira alguma a um exame ulterior verdadeiramente científico destes problemas, em conformidade com os resultados adquiridos durante estes últimos quarenta anos. Por conseguinte, a Comissão Bíblica julga que não há motivo, ao menos por enquanto, para promulgar novos decretos a propósito destas questões».

Uma vez que a autoridade eclesiástica concede esta maior liberdade, já se compreende mais facilmente que, hoje em dia, não sejam raros os católicos, e até sacerdotes e religiosos, que defendem como provável o transformismo aplicado ao corpo do homem, e que mesmo alguns deles não impugnem abertamente o poligenismo, concedendo-lhe pelo contrário certa verossimilhança ou probabilidade ⁽⁵⁾.

Contudo, mais tarde, Pio XII, na Encíclica *Humani Generis*, de 12 de Agosto de 1950, nega que os fiéis tenham liberdade de abraçar a doutrina poligenista ao

(1) D. 2123.

(2) Discurso de 30 de Nov. de 1941 publicado na *Acta Apostolicae Sedis* do mesmo ano, págs. 506 e segs.

(3) *Acta Apost. Sedis* de 1943, pág. 319.

(4) *Acta Apost. Sedis* de 1948, págs. 46 e segs.

(5) *Acta Apost. Sedis*, Setembro de 1950, pág. 575 e segs.

mesmo tempo que concede com a devida cautela, poder tratar-se e expor a hipótese de que o corpo do homem provém por evolução ⁽¹⁾.

Na prática, isto significa que, teològicamente falando, não se deve censurar a doutrina evolucionista acerca da origem do homem enquanto ao corpo como *certamente* errônea ou temerária, mas como menos conforme com o ensino tradicional da Igreja. Portanto, hão-de ser tidas como menos seguras dentro desse ensino, se assim o julgar quem tem por ofício julgá-las ou impugná-las. Além disso, quem as sustenta, deve salvaguardar sempre a prudência nas afirmações, e submeter-se ao que a Igreja determinar.

Observação. — Não basta pretextar certa semelhança entre o homem e o macaco, ou outro animal parecido. Existe evidentemente, mas são mais flagrantes as diferenças na proporção e tamanho dos membros, na figura e no modo de ser. Arguir da semelhança para afirmar que o homem procede do macaco, é um argumento que não prova absolutamente nada.

Carece igualmente de força demonstrativa o facto de o homem ter aparecido sobre a terra depois do macaco e outros animais semelhantes.

RESUMO. — *Qual é a opinião dos transformistas radicais acerca da aparição do homem sobre a terra? Que opiniões sustentaram Mivart e outros transformistas moderados, acerca da formação do corpo do primeiro homem? Porque não pode o homem provir de um animal, quanto à alma, como afirmam os transformistas radicais? Como se prova pela doutrina da Igreja, da Escritura, e pela razão, que o corpo do homem não pode provir da evolução de animal algum anterior? Qual foi historicamente a evolução do transformismo aplicado ao corpo do homem? Porque não se prova que o homem descenda do macaco, apesar de certas semelhanças?*

(1) Veja-se *Divus Thomas*, Abril e Junho de 1949, Piacenza, pág. 187. *La Civiltà Cattolica*, 15 de Julho de 1950, pág. 160 e segs.

ART. 2.º — PROGENITORES DA RAÇA HUMANA

TESE. Todos os homens descendem de um só par, Adão e Eva.

QUALIFICAÇÃO: *Pelo menos teològicamente certa.*

348. Explicação. — Não seria contrário à tese sustentar que antes do aparecimento de Adão e Eva, existiram outros homens sobre a terra, que desapareceram antes da criação de nossos primeiros pais. A doutrina católica defende apenas que todos os que viveram desde Adão e Eva até nossos dias, deles descendem unicamente.

349. Adversários. — Afirmavam os *pré-adamitas* que só o povo judeu descendia de Adão, provindo os demais povos de outros homens mais antigos. Actualmente os *poligenistas* defendem que o género humano descende, não de um, mas de vários pares.

Provas

350. A) Por dedução da doutrina revelada proposta pela Igreja. — É verdade de fé que todos os homens nascem com o pecado original, como provaremos no tratado seguinte. É igualmente verdade ensinada pela Igreja que não incorreríamos nesse pecado se não descendêssemos de Adão ⁽¹⁾. Por isso se agora Deus criasse um homem e uma mulher, nem eles, nem seus descendentes contrairiam o pecado original. Logo, quando a Igreja ensina que todos

(1) «Os homens não nasceriam em pecado, se não nascessem por geração, de Adão». Concílio de Trento, ses. 6, cap. 3. D. 795.

incurremos na culpa e com ela nascemos, ensina implicitamente que todos descendemos de Adão.

351. B) Escritura. — Segundo a Escritura, Deus quis que «o género humano povoasse a terra, tendo origem num só homem» ⁽¹⁾; Adão «foi formado por Deus para ser o pai do género humano» ⁽²⁾; antes de ele ser criado «não havia nenhum homem que trabalhasse a terra» ⁽³⁾; estava sozinho, sem a companhia de um ser semelhante a si, pelo quê Deus formou a primeira mulher ⁽⁴⁾, e chamou-lhe Eva ⁽⁵⁾, por ser mãe de todos os viventes ⁽⁶⁾. Logo, segundo o sentido óbvio das palavras da Escritura, todos os homens descendem de Adão e Eva.

Notas Complementares

352. 1.ª A unidade da espécie humana. — Depois da doutrina exposta, explica-se perfeitamente — não obstante a diversidade de raças, cor e feições — o facto de as uniões entre homens e mulheres de qualquer parte do globo serem sempre fecundas.

Os animais da mesma espécie são indefinidamente fecundos entre si; os de diferente espécie não o são, ou a sua fecundidade cessa dentro de algumas gerações. Portanto, a fecundidade indefinida dos homens constitui mais uma prova da sua unidade de espécie. Neste ponto, encontram-se perfeitamente de acordo a Ciência e a Revelação.

(1) «Fecitque ex uno omne genus hominum inhabitare super universam faciem terrae». Actos, xvii, 26.

(2) «Qui primus formatus est a Deo pater orbis terrarum». Sabedoria, x, 1.

(3) «Et homo non erat qui operaretur terram». Génesis, ii, 5.

(4) «Adac vero non inveniebatur adiutor similis eius». Génesis, ii, 20.

(5) Eva significa: Vida.

(6) «Et vocavit Adam nomen uxoris suae, Heva, eo quod mater esset cunctorum viventium». Génesis, iii, 20.

353. 2.^a A diversidade de raças. — Provindo todos os homens do mesmo tronco, como explicar a diversidade de raças, feições e cores? Seria fácil satisfazer a esta pergunta admitindo, em vez de um, vários troncos; a Igreja, porém, e os escritores sagrados, que não ignoravam tais diferenças, sustentaram sempre, como revelada por Deus, a doutrina de que todos os homens procedem de Adão e Eva. Por outro lado, se a ciência não pode demonstrar o monogenismo, também não consegue demonstrar que as diferenças humanas arguam necessariamente origens diversas, pois que a influência de clima, humidade, luz, alimentação, de hábitos arreigados — tudo isto operando durante milhares de anos sobre o mesmo grupo de homens, pode causar neles transformações que de outro modo não se obteriam.

354. 3.^a Antiguidade do homem. — Qual é a idade do género humano? À primeira vista, depreender-se-ia da Escritura, segundo o texto hebreu, que de Adão até ao nascimento de Jesus Cristo teriam decorrido uns 4.128 anos, e segundo a versão grega, chamada «dos setenta», uns 5.608. A este número haveria que juntar os 2.000 incompletos posteriores ao nascimento de Cristo.

Uma vez que os números da Escritura variam nos dois textos, não podemos servir-nos dela para fixar com rigor a idade do género humano. Por outra parte, mesmo que a harmonia fosse completa, a conclusão não seria incontrovertível, pois o cômputo dos anos faz-se sobre dados que não sabemos se na Bíblia estão completos.

Por estas razões, a maioria dos autores católicos, até há pouco, fixava num período de 10.000 anos a história humana.

Mas com o desenvolvimento que a Geologia e a Pré-história tomaram nos últimos tempos, fez-se recuar muitos milhares de anos a data do aparecimento do primeiro homem.

Não faltam católicos que admitam números que há três séculos teriam parecido temerários e inteiramente absurdos. O jesuíta Köppel sustenta que a idade do homem mais antigo, cujos restos se encontraram na Europa, ascende a 50.000 anos, pelo menos ⁽¹⁾. Obermaier, sacerdote secular, não teme avançar até aos 100.000, referindo-se a esses mesmos restos ⁽²⁾. O dominicano Lavergne, vai mais longe: faz recuar a criação do homem até 500.000 anos antes de Cristo ⁽³⁾.

A grandeza destes números e a sua mesma disparidade, tratando-se de autores católicos, mostra: 1.º, que a Igreja não emitiu juízo que se lhe oponha; 2.º, que há razões de peso para suspeitar que a idade do homem é maior do que outrora se julgava; 3.º, que nenhum argumento certo existe para fixar, ao menos com relativa aproximação, a antiguidade do homem.

Há autores que não receiam *determinar* o número de anos que vai até à primeira aparição do homem sobre a terra. Os ignorantes ficam admirados, mas não os entendidos — que sorriem a tamanha certeza!

E é quanto nos parece necessário e suficiente dizer sobre o assunto num tratado breve de Teologia como este.

RESUMO. — *Que opiniões sustentam os pré-adamitas e poligenistas acerca da origem do género humano? Como se conclui da doutrina da Igreja que todos os homens descendem de Adão e Eva? E como se prova pela Escritura? Os dados da Escritura podem explicar a fecundidade do cruzamento entre todos os homens do globo, não obstante a diversidade de raças? Por que não constitui a diversidade de raças, argumento a favor da procedência de vários pares? Por que não se pode precisar, só com a Bíblia, a antiguidade do homem? Há entre os católicos mudança de critério quanto às datas que fixam a antiguidade do homem? Que nos mostra a disparidade destes dados?*

(1) *Ultimae investigationes de aetate Generis humani*. Biblica 15 (1934), pág. 424.

(2) *Der Mensch aller Zeiten*, 1912, t. 1, pág. 337.

(3) *Guide pratique de chronologie biblique*, Paris, 1937, pág. 6.

ART. 3.º — A CRIAÇÃO DA ALMA HUMANA

TESE. A alma humana não é produzida, nem comunicada pelos pais, mas criada do nada por Deus.

QUALIFICAÇÃO: *Dá-se como de fé, pelo menos porque assim o ensina a Igreja no seu magistério universal ordinário, que a alma de Adão e de Eva foram criadas por Deus. Que o sejam também as almas de todos os homens, é pelo menos, doutrina comum dos teólogos; a contrária é pois temerária, pelo menos; não negamos por isso que seja errônea a doutrina contrária, e até herética.*

355. Adversários. — 1. Os *emanatistas* defendem que alma é *emanação* de Deus.

2. Os *traducianistas* crêem que os pais, cedendo do próprio corpo a matéria para formar o novo ser, produzem também a alma: transmitindo ao novo ser essa matéria, dão-lhe ao mesmo tempo a alma. Chama-se a esta doutrina *traducianismo*, da palavra latina *tradux*.

3. Os *generacionistas* afirmam que, assim como os pais geram o corpo dos filhos cedendo-lhes parte do próprio, assim geram também as almas, cedendo-lhes parte da sua. Chama-se a esta doutrina *generacionismo*, ou também *traducianismo espiritual*.

4. Resta ainda uma explicação possível, contrária à tese. Os pais cedem a matéria e produzem nela a alma, como o escultor, no bloco de mármore arrancado da pedreira, produz uma figura humana. A esta explicação chamaríamos *educionismo*, da palavra latina *eductio*.

É doutrina comum e certa entre os doutores católicos — e por isso é temerário e falso sustentar o contrário — que Deus cria as almas dos homens, e que os pais só subministram a matéria de que se formam os corpos.

Provas

356. A) Tradição. — O emanatismo é considerado pela Igreja como heresia.

«Se alguém disser que as coisas finitas, tanto corporais como espirituais, ou pelo menos as espirituais, emanaram da substância divina..., seja anátema» ⁽¹⁾.

A explicação dos traducionistas é um erro teológico porque, como veremos a seguir, a alma é espiritual e por isso não pode ser produzida por uma coisa mais imperfeita que ela, isto é, pela matéria.

Também o generacionismo é um erro condenado pela Igreja. Com efeito, num livrinho enviado pela competente autoridade eclesiástica aos armenos, é-lhes advertido, entre outros, o erro seguinte:

«Certo mestre dos armenos, chamado Mechitriz..., ensinou que a alma do filho é propagada pela dos pais..., porque sendo a alma uma luz espiritual, propaga (ou produz) de si outra luz espiritual» (D. 553).

Pio XII, na encíclica «*Humani Generis*», falando da formação do corpo do primeiro homem, diz, de passagem, referindo-se à alma: «que as almas sejam criadas por Deus... é a fé católica que no-lo obriga a reter» (D. 2327).

357. B) Raciocínio. — Se os pais produzissem a alma dos filhos, fá-lo-iam ou cedendo parte material do corpo, como afirmam os traducianistas, ou da alma, como pretendem os generacionistas; ou então, uma vez cedida a matéria, nela produziram a alma dos filhos, segundo o chamado educionismo. Ora, o primeiro é absurdo, porque um ser material não pode ser causa de outro mais perfeito como é o espiritual ⁽²⁾. A planta não vê, e portanto nunca será capaz de produzir

(1) Concílio Vaticano, ses. 3, cân. 4.º de Deus criador. D. 1804.

(2) Recorde-se que Deus, ser perfeitíssimo, é espiritual.

um ser com vista, porque ver é maior perfeição que não ver.

A explicação dos generacionistas também não pode ser verdadeira, porque a alma dos pais é indivisível ⁽¹⁾. Não tem, por conseguinte, partes possíveis. Portanto, os pais não podem ceder parte da própria alma aos filhos e ficar com a outra. Se dessem alguma coisa da sua alma, cedê-la-iam toda.

Igualmente não pode ser verdadeira a terceira explicação educionista. Efectivamente, a alma, como se verá no Art. 5.º, é espiritual, isto é, incorpórea, imaterial, intrinsecamente independente da matéria, apesar de estar unida a ela. Ora se os pais a produzissem da matéria cedida aos filhos, teria de ser material, como, por exemplo, uma casa feita com madeira, será necessariamente, de madeira, e uma estátua feita com ouro ou mármore, será necessariamente de ouro ou de mármore. Da mesma forma, se os pais fizessem a alma de matéria, teria aquela de ser material.

Conclusão. — Portanto, uma única solução se impõe: admitir a doutrina comum dos autores católicos, a saber, Deus cria a alma do nada.

RESUMO. — *Quais são as opiniões dos emanatistas, traducianistas e generacionistas sobre a origem da alma humana? Como se prova que o emanatismo é herético? Em que consiste o educionismo? Como se demonstra filosoficamente a criação da alma por Deus, conforme ensinam communmente os doutores católicos?*

(1) Que a alma seja simples ou indivisível, prova-se em Filosofia.

ART. 4.º — QUANDO SÃO CRIADAS
AS ALMAS

TESE. As almas não existem antes de serem unidas aos corpos.

QUALIFICAÇÃO: *Pelo menos teològicamente certa.*

358. Adversários. — Os *preexistencianistas* afirmam que as almas existem desde o princípio do mundo ou, pelo menos, muito antes de se unirem aos corpos.

Provas

359. A) Tradição. — «A alma intelectiva é... multiplicável, multiplicou-se e há-de multiplicar-se, segundo o número dos corpos em que se infunde» ⁽¹⁾. Logo, as almas não preexistiram antes de se unirem aos corpos; porque nesse caso não se multiplicariam no futuro, visto já existirem antes.

360. B) Raciocínio. — A doutrina dos *preexistencianistas* é simplesmente falsa. A alma une-se ao corpo para formar o homem. Portanto, é lógico e racional que não exista antes de o homem existir. Nenhum fenómeno o requer, nem o prova facto algum.

Nota

361. Momento exacto da criação da alma. — Como é sabido, na geração humana, o pai cede do próprio corpo o elemento chamado espermatozóide, e a mãe o óvulo, ambos invisíveis a olho nu. Esses dois ele-

(1) Concílio 5.º de Latrão, ses. 8. D. 738.

mentos fundem-se no seio materno. É natural que a alma humana não se produza antes da união do espermatozóide com o óvulo. Mas poderá alguém perguntar: — A sua produção efectua-se no momento da união dos dois elementos, paterno e materno, ou mais tarde? A esta pergunta não é possível dar resposta exacta, pois é-nos desconhecido o momento da infusão da alma no corpo. Contudo, é lógico supor que, quando o óvulo e espermatozóide, já unidos, começam o processo de fenómeno, cujo resultado é o desenvolvimento do novo ser no seio materno, e depois o nascimento, já neles se encontra a alma humana.

RESUMO. — *Que opinião defendem os preexistencianistas acerca do tempo em que as almas são criadas? Como se prova pela Tradição que não existem antes de se unirem aos corpos? Como se prova filosoficamente que o preexistencialismo carece de sólido fundamento? Qual é o momento exacto da infusão da alma no corpo?*

ART. 5.º — ESPIRITUALIDADE DA ALMA

TESE. A alma humana é espiritual, quer dizer, incorpórea por natureza e com existência independente da matéria.

QUALIFICAÇÃO: *Pelo menos teologicamente certa.*

362. Explicação. — Vimos, ao tratar da espiritualidade dos anjos, que um ser é material quando consta de partes naturalmente sensíveis, isto é, quando elas mesmas são matéria, como as partes de uma planta, de um livro, do corpo do homem, ou são percebidas pelos sentidos na matéria, como o calor, a electricidade, etc.

363. Adversários. — Os *materialistas*, para quem tudo quanto existe é matéria, ou pelo menos material, quer dizer, produzido na matéria e da matéria.

Provas

364. A) Tradição. — Deus, «desde o princípio do tempo, criou do nada duas espécies de seres: os espirituais e os corporais, isto é, os anjos e o mundo; e depois criou o homem, que sendo constituído de corpo e espírito, como que é comum a ambos os seres» ⁽¹⁾.

365. B) Escritura. — A Sagrada Escritura:

1.º Dá à alma humana o nome de *espírito*, do mesmo modo que a Deus:

S. Paulo pergunta ao Coríntios: «Qual dos homens conhece as coisas que são do homem, senão o espírito do homem, que nele mesmo reside? Assim também as que são de Deus ninguém as conhece senão o espírito de Deus» ⁽²⁾. «O mesmo Espírito (Santo) dá testemunho ao nosso espírito de que somos filhos de Deus» ⁽³⁾.

2.º Dela se diz que *vive depois de morrer* o corpo, que é a parte material: «Não temais os que matam o corpo mas não podem matar a alma; temeí antes quem pode mandar para o fogo eterno a alma e o corpo» (S. Mateus, x, 28).

3.º Dá-se como coisa *distinta* do corpo e que lhe é *oposta*. Portanto, segundo o modo de falar da escritura, a alma não é material como o corpo, mas espiritual: A carne, isto é, a parte material do homem, tem desejos contrários aos do espírito; e o espírito (a alma), desejos contrários aos da carne. (Gálatas, v, 17).

(1) Concílio 4.º de Latrão, cap. 1. D. 428.

(2) «*Quis enim hominum scit quae sunt hominis, nisi spiritus hominis, qui in ipso est? Ita et quae Dei sunt, nemo cognovit, nisi Spiritus Dei*». I Coríntios, ii, 11.

(3) «*Ipse enim Spiritus testimonium reddit spiritui nostro, quod sumus filii Dei*». Romanos, viii, 16.

366. C) Raciocínio. — a) A nossa alma deseja as coisas espirituais; logo é necessariamente espiritual. Nunca na verdade, um ser material, por exemplo, o cavalo, o cão, desejará como nós ver a Deus, ver e gozar da presença dos anjos, nem será capaz de compreender as verdades metafísicas como as matemáticas, a moral, etc., coisas de si imateriais.

b) Somos livres; logo somos espirituais. Que sejamos livres para muitas coisas é evidente; fazemo-las porque as queremos fazer, ainda quando nos parece melhor o contrário, quer nos apontem o castigo ou o prémio. Pelo contrário, a matéria é incapaz de eleição. Obra sempre conforme o impulso, a inclinação ou instinto natural.

RESUMO. — *Em que consiste a espiritualidade da alma e quem a nega? Como se prova, pela Tradição e Escritura, que é espiritual, e que razões filosóficas se podem aduzir para o demonstrar?*

ART. 6.º — IMORTALIDADE DA ALMA

TESE. A alma é imortal.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

367. Explicação. — Deixámos indicadas as noções de imortalidade no n.º 309. A prova de que a alma é naturalmente imortal pertence à Filosofia. Aqui limitar-nos-emos a demonstrar o *facto* da imortalidade com argumentos da Tradição e Escritura, prescindindo, por isso, se a alma é imortal por natureza ou por graça.

368. Adversários. — Negaram a imortalidade da alma, muitos filósofos pagãos; os materialistas; alguns hereges e muitíssimos por saberem que os espera o castigo na outra vida, se esta existir.

Provas

369. A) Tradição. — «Condenamos e reprovamos todos os que afirmarem, que a alma intelectual é mortal ou única para todos os homens..., quando ela é imortal e multiplicável... segundo o número dos corpos em que se infunde... Decretamos, que todos os que aderem às afirmações de tal erro, como semeadores de heresias..., devem ser evitados e castigados... como detestáveis... hereges» ⁽¹⁾. A imortalidade da alma é, portanto, verdade de fé, visto ser herética a doutrina contrária.

370. B) Escritura. — 1. Jesus Cristo exorta-nos a não temer «os que matam o corpo, mas não podem matar a alma» ⁽²⁾. Ora, se a alma fosse material como o corpo, também poderiam os homens tirar-lhe a vida.

2. O livro da Sabedoria assegura-nos que «as almas dos justos estão nas mãos de Deus, e não lhes tocará o tormento da morte» ⁽³⁾. «Os justos viverão eternamente» ⁽⁴⁾. Quanto aos pecadores, a Escritura descreve-os confessando o seu erro à vista da sorte feliz dos justos: «Logo andámos afastados do caminho da verdade» ⁽⁵⁾.

371. Dificuldade. — No capítulo terceiro do Ecclesiastes, versículo 18 e seguintes, diz o autor sagrado:

«Acerca dos homens, disse eu comigo: Deus quer-lhes fazer ver e conhecer que de si são como os animais porque a sorte é a mesma, o mesmo é o destino. Tanto morrem uns como outros. E não há

(1) Concílio 5.^o de Iatrão, ses. 8. D. 738.

(2) «Nolite timere eos qui occidunt corpus, animam autem non possunt occidere». S. Mateus, x, 28.

(3) «Iustorum autem animae in manu Dei sunt, et non tanget illos tormentum mortis». Sabedoria, iii, 1.

(4) «Iusti autem in aeternum vivent». Sabedoria, v, 16.

(5) «Ergo erravimus a via veritatis». Sabedoria, v, 6.

mais que um sopro de vida tanto para uns como para outros.

«Nenhuma vantagem tem o homem sobre o animal. Tudo é vaidade. Tudo vai dar ao mesmo: tudo vem do pó da terra e para lá regressa. Quem sabe se o sopro (de vida) dos homens sobe para o alto e dos animais desce para a terra?»

Parece pois que, nesta passagem, o Eclesiastes nega, ou põe em dúvida, com palavras muito claras, a imortalidade da alma, e mesmo a sua espiritualidade, pois afirma que tudo vem do pó e a ele volta; que a sorte dos animais e a dos homens é a mesma, etc.

Resposta. — Podem-se dar várias soluções. Uma das mais aceitáveis é a seguinte: A julgar pelas aparências externas, a sorte dos homens é a mesma que a dos animais. É uma prova e humilhação a que Deus nos submete para nos conservar humildes.

Vivemos e morremos de modo parecido. Propagamo-nos de modo semelhante, e o nosso corpo depois da morte dissolve-se como o dos animais. A julgar por isto que observamos, quem pode dizer que a alma dos animais morra e que, pelo contrário, a nossa suba para o alto?

É nisso que está a provação a que tantos sucumbem: a natureza dos animais e a nossa são à primeira vista tão parecidas que julgá-la-íamos idêntica. Para vencer temos de julgar para além das aparências, raciocinar e concluir que somos realmente de natureza diversa.

RESUMO. — *Quem negou a imortalidade da alma? Como se prova pela Tradição e Escritura?*

ART. 7.º — ELEMENTOS CONSTITUTIVOS
DO HOMEM

TESE. O homem consta só de dois princípios substanciais: corpo e alma racional.

QUALIFICAÇÃO: *Pelo menos teològicamente certa.*

372. Adversários. — Houve quem ensinasse, que o homem constava de três princípios: corpo, alma e espírito ou inteligência. Chama-se a esta doutrina *tricotomia*, ou seja, composição de três. Segundo outros, o homem compunha-se também de três partes, assim divididas: corpo, alma intelectual boa, e alma intelectual má. Houve também quem preferisse decompor o homem em corpo, alma sensitiva como a dos animais, e alma racional. Finalmente, quem em vez de três, introduzisse quatro elementos, a saber: corpo, alma vegetativa ou princípio de crescimento e desenvolvimento como o das plantas, alma sensitiva como a dos animais e alma racional.

Provas

373. A) Tradição. — 1. «Confessamos... que Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, (constando) de corpo e alma racional» ⁽¹⁾.

2. «Assim como a alma racional e a carne (isto é, o corpo) formam um só homem, assim Deus e o homem são (em Jesus) um só Cristo» ⁽²⁾. O sentido óbvio destes documentos, ainda que se não afirme expressamente, é que corpo e alma constituem o homem *todo*.

3. «Se alguém afirmar que pelo pecado... de Adão não ficou em pior condição o homem todo, quer dizer,

(1) Concílio de Calcedónia. D. 148.

(2) Símbolo Atanasiano. D. 40.

quanto ao corpo e alma..., contradiz a doutrina da Escritura» (1).

374. B) Escritura. — «Lembra-te do teu Criador... antes que... o pó volte à terra donde foi tirado, e o espírito volte a Deus que o deu» (2). «Não temais os que matam o corpo e não podem matar a alma; temei antes a quem pode lançar no inferno tanto a alma como o corpo» (3). Destas passagens da Escritura deduz-se claramente que o corpo e alma são os únicos elementos constitutivos do homem.

375. Dificuldade. — Em muitas passagens da Sagrada Escritura, parecem contrapor-se no homem três partes distintas. Escreve S. Paulo aos cristãos de Tessalônica: «O Deus da paz vos santifique em tudo, para que todo o vosso espírito, e a alma e o corpo se conservem irrepreensivelmente para a vinda de Nosso Senhor Jesus Cristo» (4).

Resposta. — Neste e em outros lugares semelhantes da Escritura, não se trata de afirmar a existência de três partes ou princípios diversos como constitutivos da natureza humana; usa-se simplesmente uma expressão que indica mais enérgicamente o homem todo, do que se dissesse somente o corpo e a alma.

De um modo análogo, quando Cristo Nosso Senhor impõe o mandamento: «Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo

(1) Concílio 2.^o de Orange aprovado por Bonifácio II. D. 174. Repete mais tarde a mesma doutrina o Concílio de Trento, sessão 5.^a, decreto sobre o pecado original. D. 788.

(2) «Memento creatoris tui in diebus iuventutis tuac... antequam... revertatur pulvis in terram suam unde erat, et spiritus redeat ad Deum, qui dedit illum». Ecclesiastes, XII, 1 e 7.

(3) «Nolite timere eos qui occidunt corpus, animam autem non possunt occidere, sed potius timeate eum qui potest et animam et corpus perdere in gehennam». S. Mateus, X, 28.

(4) «Deus pacis sanctificet vos per omnia, ut integer spiritus vester, et anima et corpus sine querela in adventu Domini nostri Iesu Christi servetur». I Tessalonicenses, V, 23.

o teu espírito e de todas as tuas forças» ⁽¹⁾, não pretende, é claro, estabelecer quatro princípios diversos, com os quais tenhamos de amar a Deus; quer somente inculcar, de um modo mais enérgico, a obrigação de amá-lo com toda a alma.

Parece às vezes existir certa diferença no significado das palavras alma e espírito, porém essa diferença é só aparente. Não indica uma realidade distinta, mas a mesma sob conceitos distintos: *alma* enquanto é causa ou princípio das acções vitais que se levam a cabo só com as forças naturais, como passear, cantar, etc.; *espírito* enquanto o é das acções sobrenaturais que se praticam com o auxílio da graça, como crer ou amar a Deus.

RESUMO. — Como decompõem o homem os que o constituem de três e os que admitem quatro elementos? Poderá demonstrar-se pela Tradição e Escritura que consta unicamente de corpo e alma racional? Como se devem entender os textos da Escritura, que parecem atribuir ao homem três elementos constitutivos?

(1) «*Diliges Dominum Deum tuum ex toto corde tuo, et ex tota anima tua et ex tota mente tua, et ex tota virtute tua*». S. Marcos. XII, 30.

- * **NOTA BIBLIOGRÁFICA** — A. AJUPIL, *L'élévation à l'ordre surnaturel*, Paris, Paillard. — B. TERRIEN, *La grâce et la gloire, ou la Filiation active des enfants de Dieu*, Paris. — J. B. KORS, *La vie primitive et le péché originel*. — J. BAINVEL, *Élévation, déchéance, état présent de l'humanité*, Paris. — J. SEN, *La Création*. — L. LABAUCHE, *L'Homme*, Paris. — R. PLUS, *Deus em nós*, trad. port., Porto, A. I. — LE BACHELET, *Le Péché originel*, Paris. — Em geral toos livros citados no tratado nono.

CAPÍTULO I

DONS SOBRENATURAIS CONCEDIDOS A ADÃO

376. Nota Prévia. — Todos os animais são, por natureza, mortais. Se Deus concedesse a algum a imortalidade, elevá-lo-ia, por esse meio, a um estado superior às exigências e capacidades da sua natureza.

De igual maneira, criou Deus a Adão dando-lhe uma natureza composta de corpo e alma, com potências e sentidos, que dela derivam naturalmente. Mas conferiu-lhe simultâneamente certos dons, que não tinha por natureza, nem podia alcançar só com as forças naturais. Esses dons eram, portanto, superiores à natureza humana. Com eles Deus *elevava* Adão a um *estado sobrenatural*. Por esse motivo se intitula este tratado *De Deus Elevante*.

ART. 1.º — A GRAÇA SANTIFICANTE

TESE. Deus concedeu a Adão a graça santificante.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

377. Explicação. — *Graça santificante* é um dom de Deus, que nos dá direito a vê-lo clara e imediatamente na glória; por outras palavras, a conhecê-lo, não por raciocínio ou discurso, como agora o conhecemos, mas directamente por intuição.

Quando falamos com uma pessoa pelo telefone, conhecemos, percorrendo, a idade aproximada que tem, etc.. Pelo modo de expressar-se, podemos deduzir da sua cultura, e, pelo que nos diz, imaginar algumas das suas propriedades físicas. Tudo isto são puras deduções. Se, pelo contrário, vem visitar-nos, vemos as coisas claramente, sem necessidade de raciocínio. De um modo análogo, só com as forças naturais, não podemos conhecer a Deus, senão por discurso e raciocínio.

Quando admiramos nas criaturas, determinadas perfeições de beleza, sabedoria, bondade, inteligência, concluímos que Deus — autor dessas perfeições — é um ser sábio, inteligente e poderoso. Conhecemos, portanto, a Deus por raciocínio, mas não o vemos clara e directamente. A graça santificante dá-nos direito a conhecê-lo no céu, sem necessidade de raciocínios nem discursos, tão claramente como quem o vê.

378. Adversários.—Pelagianos, socinianos e racionalistas.

Provas

379. A) Tradição. — «Se alguém não confessa que o primeiro homem, Adão, desobedecendo ao mandato de Deus no Paraíso, perdeu imediatamente a santidade e justiça em que tinha sido constituído..., seja anátema» ⁽¹⁾.

O Concílio não afirma expressamente que a Adão fosse concedida a graça santificante, mas simplesmente que foi constituído em estado de justiça e de santidade. Mas, segundo o mesmo Concílio, a justificação e santidade são causadas na alma pela graça — que chamamos

⁽¹⁾ Concílio de Trento, ses. 5, Decreto sobre o pecado original. D. 788.

santificante — como se demonstrará no Tratado de Deus Santificador, ao tratar da graça habitual ⁽¹⁾.

380. B) Escritura. — Veremos no Tratado da Graça ⁽²⁾ que os homens — segundo a Escritura — se dividem em justos e pecadores, e que à graça santificante se deve que o homem não seja pecador, mas justo. Portanto, concluímos logicamente, que Adão antes de pecar possuía essa graça, pois não era ainda pecador. Que pela culpa, deixemos de ser justos ou sejamos pecadores, e pela graça nos tornemos justos e sejamos filhos de Deus e herdeiros da vida eterna, di-lo claramente S. Paulo: *«Assim como pela desobediência de um só homem (Adão) muitos foram feitos pecadores, assim também pela obediência de um (Jesus Cristo) muitos serão feitos justos... Assim como o pecado reinou para a morte, assim a graça... para a vida eterna por Jesus Cristo Senhor Nosso»* ⁽³⁾. *«Recebestes (pela graça de Jesus Cristo) o espírito de adopção de filhos (de Deus)... Se somos filhos (somos) também herdeiros verdadeiramente de Deus e co-herdeiros de Cristo»* ⁽⁴⁾.

381. C) Consentimento unânime dos Teólogos. — Todos os Teólogos estão de acordo em afirmar que Adão teve a graça santificante. Só diferem quanto ao tempo em que lhe foi concedida, pois, segundo uns, verificou-se no momento em que Deus o criou; segundo outros, um momento depois, logo que por

(1) Basta, por agora, citar as palavras do Concílio, relativas a esta questão: «A justificação... não é só remissão de pecados, mas também santificação... pela recepção... da graça». Ses. 6, cap. 7. D. 799.

(2) Cf. Tratado da Graça, cap. 5, arts. 1.º e 2.º.

(3) *«Sicut enim per inobedientiam unius hominis peccatores constituti sunt multi, ita et unius obditionem iusti constituentur multi... ut sicut regnavit peccatum in mortem, ita et gratia regnet per iustitiam in vitam aeternam, per Iesum Christum Dominum nostrum»*. Romanos, v, 19 e 21.

(4) *«Acceptistis spiritum adoptionis filiorum... Si autem filii et heredes: heredes quidem Dei, coheredes autem Christi»*. Romanos, VIII, 15 e 17.

um acto de virtude se dispôs a recebê-la. A primeira é opinião mais comum. Por esta razão o Concílio de Trento — no documento citado na prova da Tradição — não diz que Adão perdeu pelo pecado a santidade e justiça em que *foi criado*, mas em que *foi constituído*.

RESUMO. — *Como se define a graça santificante? Como se prova pela Tradição e Escritura que foi concedida a Adão? Em que diferem os Teólogos sobre este particular? Qual é a opinião mais corrente?*

ART. 2.º — A IMORTALIDADE

TESE. Adão não teria morrido, se não tivesse pecado.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

382. Explicação. — Não queremos com isto afirmar que teria vivido perpétuamente na terra, mas simplesmente que subiria ao céu sem passar pelo transe da morte.

383. Adversários. — Negaram que o dom da imortalidade fosse conferido a Adão, os *pelagianos*, e actualmente os *materialistas e racionalistas*.

Provas

384. A) Tradição. — 1. «Quem afirmar que Adão... foi criado mortal, de sorte que, pecando ou não, havia de morrer... não por causa do pecado, mas por condição da sua natureza, seja anátema» ⁽¹⁾.

2. «Se alguém não confessa que Adão... incorreu pela ofensa do seu pecado... na ira e indignação de

⁽¹⁾ Concílio 16.º de Cartago (particular), aprovado pelo Papa S. Zósimo. D. 101.

Deus, e por isso na morte, com que antes Deus o tinha ameaçado..., seja anátema» (1).

385. B) **Escritura.** — 1. Deus impôs a Adão este preceito: «Come de todas as árvores do paraíso, mas não comas da árvore da ciência do bem e do mal, porque no dia em que comeres dela, morrerás» (2). «Porque comeste da árvore de que eu te havia ordenado que não comesses... comerás o pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra, de que foste formado, porque tu és pó e em pó te hás-de tornar» (3). Neste texto Deus ameaça a Adão com a morte no caso de desobediência, e uma vez consumada, é-lhe intimado que morrerá. Logo, a morte veio-lhe pelo pecado.

2. «Por um homem entrou o pecado neste mundo, e pelo pecado a morte, e assim passou a morte a todos os homens» (4). É evidente que S. Paulo se refere a Adão, como se deduz dos versículos seguintes, onde claramente afirma, que se ele não tivesse pecado, não teria morrido. De outra sorte, se tivesse de morrer, quer pecasse quer não, não seria o pecado que introduziria a morte no mundo, mas Deus que tinha criado o homem mortal.

RESUMO. — *Que ideia exprimimos quando afirmamos que Adão não teria morrido, se não tivesse pecado? Quem nega esta verdade de fé? Como se prova pelos Concílios 16.º de Cartago e Tridentino, e pela Escritura?*

(1) Concílio de Trento, ses. 5, Decreto sobre o pecado original. D. 788.

(2) «*Ex omni ligno paradisi comede; de ligno autem scientiae boni et mali ne comedas; in quocumque enim die comederis ex eo, morte morieris*». Gênesis, II, 16 e 17.

(3) «*Quia... comedisti de ligno, ex quo praeceperam tibi ne comederes... In sudore vultus tui vivescis pane, donec revertaris in terram de qua sumptus es; quia pulvis es, et in pulverem reverteris*». Gênesis, III, 17 e 19.

(4) «*Per unum hominem peccatum in hunc mundum intravit, et per peccatum mors; et ita in omnes homines mors pertransiit, in quo omnes peccaverunt*». Romanos, V, 12.

ART. 3.º — IMUNIDADE DA CONCUPISCÊNCIA

TESE. Deus concedeu a Adão a graça de não sentir a concupiscência.

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina, pelo menos, certa.*

386. Explicação. — A vista de um manjar, desperta naturalmente em quem tem fome o desejo de comê-lo, ainda que talvez o não possa fazer por ser dia de jejum. O virtuoso dirá: não quero comê-lo, porque é pecado. O vicioso seguirá a primeira inclinação e comê-lo-á. Mas tanto um como outro sentiram um primeiro impulso para comer o manjar antes de a razão se decidir, e continuam a senti-lo, ainda que porventura o não comam.

Quando uma pessoa recebe uma injúria, sente imediatamente o impulso de responder na mesma forma ao ofensor. Poderá vencer-se e não seguir esse impulso, ou poderá deixar-se arrastar por ele; mas o primeiro movimento sentiu-o, e continuará por vezes a senti-lo, muito embora venha a dominar-se.

Ante uma desnudez provocante, surgem naturalmente impulsos sensuais. Poderemos consentir, aceitar esse prazer, ou apartar a mente dele; mas o primeiro ímpeto sentimo-lo involuntariamente, e ainda quando não há consentimento persiste, por vezes, em atormentar-nos.

Noção de concupiscência. — Chama-se concupiscência *em potência* ou concupiscência potencial a excitabilidade das faculdades apetitivas em ordem ao prazer ou sua satisfação, ainda antes de a razão o advertir, ou até contra ela, depois que o advertiu. O facto de sentir essa excitabilidade constitui a concupiscência *em acto* ou actual.

Para maior clareza tenha-se em conta o seguinte:

1. Concupiscência, em sentido *impróprio* ou *lato* significa um desejo ou *apetência* de algo bom ou mau, quer esse desejo seja voluntário quer involuntário.

2. Em sentido próprio e estrito significa um desejo, ou *apetência*, involuntário [isto é, independente da *liberdade*] de um bem *material* ou *espiritual*.

3. Num sentido mais restrito significa um desejo involuntário de um bem material.

Na tese toma-se a palavra no segundo sentido embora muitos autores, ao expor a tese, se refiram de preferência ao terceiro.

387. Adversários.—Pelagianos, socinianos e racionalistas.

Provas

388. A) Tradição. — «Esta concupiscência, à qual o Apóstolo alguma vez chama *pecado*, declara o Santo Sínodo que a Igreja católica nunca entendeu que se chamasse pecado por ser nos baptizados verdadeira e propriamente pecado mas porque *provém do pecado* e a ele inclina» ⁽¹⁾. Se, portanto, a concupiscência provém do pecado, não existia antes de este ser cometido.

389. B) Escritura. — Adão e Eva estavam nus e antes do pecado não sentiam rubor, mas, uma vez cometido, abriram-se-lhes os olhos, cobriram a nudez e esconderam-se. E pergunta Deus a Adão; «*Quem te disse que estavas nu, senão o teres comido da árvore da qual Eu te tinha ordenado que não comesses?*» ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Concílio de Trento, ses. 5, Decreto sobre o pecado original. D. 792.

⁽²⁾ «*Erat autem uterque nudus, Adam scilicet et uxor eius; et non erubescerant*». Génesis, II, 25. — «*Et aperti sunt oculi ambo- rum; cumque cognovissent se esse nudos, consuerunt folia ficus, et fecerunt sibi perizomata*». — «*Quis enim indicavit tibi quod nudus esses, nisi quod ex ligno de quo praeceperam tibi ne comederes, comedisti?*» Génesis, III, 7 e 11.

A contemplação da desnudez excitava em Adão e Eva a concupiscência da carne, e por isso se envergonhavam e cobriam. Pelo contrário, antes do pecado nada disto experimentavam. Logo, não sentiam a concupiscência dos prazeres da carne, e como estes são os mais veementes, podemos afirmar que também não sentiriam outros menos violentos.

390. Dificuldade. — Eva viu a maçã no Paraíso. Ao vê-la excitou-se-lhe o desejo de a comer, quer dizer, excitou-se-lhe a concupiscência e pecou. Portanto Eva estava, como nós agora, sujeita à concupiscência.

Resposta. — Eva não pecou porque a sua vontade fosse movida previamente por uma concupiscência propriamente dita, isto é, por um desejo *involuntário*; pecou porque quis *voluntariamente* comer daquela fruta que era de aspecto agradável.

Não se sentiu incitada *involuntariamente* ao pecado, mas quis *livremente* cometê-lo.

Notas Complementares

391. 1.º Dom da ciência concedido a Adão. — Além dos três dons já explicados — graça santificante, isenção da morte e da concupiscência — teve Adão o dom da ciência, isto é, possuía, sem os ter aprendido, aqueles conhecimentos que um homem na idade adulta deve saber, para o bom governo de sua casa e família, na ordem religiosa, moral e administrativa. Deduzimos que estava adornado com esse dom, do facto de aparecer, logo depois da criação, a dar nomes aos animais criados por Deus ⁽¹⁾. Não

(1) «Omne enim quod vocavit Adam animae viventis, ipsum est nomen eius. Appellavitque Adam nominibus suis cuncta animalia, et universa volatilia coeli, et omnes bestiae terrae». Génesis, II, 19 e 20.

quer isto dizer que dominasse as ciências naturais, como as domina hoje qualquer zoólogo. Não se deve, portanto, exagerar a ciência de Adão, como por vezes se faz. Por conseguinte, se possuía o conhecimento das propriedades dos animais, podemos deduzir que o teria com maior razão das verdades de ordem religiosa e moral, na medida acima indicada.

392. 2.^a Dom de impassibilidade.— Entre os dons concedidos a Adão, é costume enumerar o da impassibilidade, ou o de estar livre de sofrer. A Escritura diz, sobre este particular, que Deus tinha colocado Adão e Eva num jardim de delícias, «*paradisum voluptatis*» ⁽¹⁾, com domínio sobre os animais ⁽²⁾. Além disso, tanto os trabalhos para Adão como as dores de parto em Eva, vieram-lhes em consequência do pecado ⁽³⁾. Logo, antes dele não existiam, pelo menos na medida actual. A ausência de paixões, como consequência da isenção da concupiscência, contribuía não pouco para tornar feliz a sua existência. A Sagrada Escritura não fala, é certo, explicitamente do dom de impassibilidade, mas os Padres e os Teólogos fazem-no em termos singularmente expressivos.

393. 3.^a Eva teve os mesmos privilégios que Adão.— Os documentos da Igreja e textos da Escritura citados, só falam expressamente da graça santificante e imortalidade de Adão; contudo, assim como ambos estavam livres da concupiscência antes de pecarem, segundo fica demonstrado, assim também não há razão para duvidar que Eva, sendo da mesma condição

(1) «*Plantaverat autem Dominus Deus paradisum voluptatis a principio; in quo posuit hominem quem formaverat*». Gênesis, II, 8.

(2) «*Faciamus hominem ad imaginem et similitudinem nostram, et praesit piscibus maris... universae terrae, omni que reptili quod movetur in terra*». Gênesis, I, 26.

(3) «*In dolore paries filios et sub viri potestate eris... in laboribus comedes ex ea (terra) cunctis diebus vitae tuae*». Gênesis, III, 16 e 17.

de Adão, tivesse como ele o privilégio da immortalidade e da graça santificante.

394. 4.^a Se Adão não pecasse, todos os seus descendentes teriam nascido com a graça santificante e livres da concupiscência e da morte.—Pelo que se refere à graça santificante e à immortalidade, diz o Concílio de Trento: «Se alguém disser que o pecado de Adão só o danificou a ele e não à sua descendência, ou que a santidade e justiça (isto é, a graça santificante) que ele perdeu, a perdeu só para ele e não para nós, ou que manchado ele pelo pecado de desobediência, só comunicou à sua posteridade a morte e as penas corporais, e não o pecado também, que é a morte da alma, seja anátema, pois contradiz o Apóstolo, que diz: *«Por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, e assim passou a morte a todos os homens, porque todos pecaram»* (1).

Quanto à concupiscência, vejam-se as palavras do mesmo Concílio de Trento, citadas no n.º 388.

5.^a O mesmo teremos de afirmar quanto ao dom de *impassibilidade*; mas não quanto ao dom da *ciência*, visto que Adão, por ter sido formado já adulto e constituído chefe e cabeça da sua família e de todo o género humano, necessitava da ciência que essa situação requeria. Pelo contrário, os seus descendentes poderão ir adquirindo pouco a pouco os conhecimentos desde a infância.

6.^a Se apesar destes dons Adão pecou e foi castigado por Deus, também nós poderíamos ter pecado e ser castigados nesta e na outra vida.

RESUMO. — Qual é a definição de concupiscência e como se pode explicar com alguns exemplos? Como se prova pela Tradição e Escritura que Adão e Eva não a tiveram antes

(1) Ses. 5, Decreto sobre o pecado original. D. 789.

de pecar? Donde se deduz que Adão teve o dom da ciência, e como deve entender-se esse dom? Como deve igualmente entender-se o dom da impassibilidade, e donde se deduz que o tiveram Adão e Eva? Eva teve o dom da graça santificante e da imortalidade? Prova-se pela Tradição que também os descendentes de Adão teriam nascido com a graça santificante e livres da morte e da concupiscência, se ele não tivesse pecado? Poderíamos ter pecado, se tivéssemos nascido com esses dons?

ART. 4.º — SOBRENATURALIDADE DOS DONS
CONCEDIDOS A ADÃO

TESE. Os dons concedidos a Adão são sobrenaturais.

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina católica.*

395. Explicação. — 1. Na nota prévia deste 1.º cap., dissemos que todos os animais são naturalmente mortais. Dissemos também que, se Deus quisesse conceder a algum a imortalidade, por esse mesmo facto o elevaria a um estado *superior* ao que exige ou pode alcançar a sua *natureza*; por outras palavras, levantá-lo-ia a um estado *sobrenatural*.

2. Portanto o conceito de *sobrenatural* é relativo. Com efeito, para Deus não há nem pode haver nada *sobrenatural*, já que, possuindo todas as perfeições em sumo grau, não pode haver nenhuma superior a Ele, *superior* à sua *natureza* divina. Para Deus todas as perfeições são naturais, e por essa razão, nenhuma *sobrenatural*.

3. Consequentemente, quando afirmamos que uma coisa é *sobrenatural*, queremos dizer, superior a deter-

minada natureza: humana, angélica ou qualquer outra, mas excluindo sempre a divina. Assim, quando afirmamos que a imortalidade é um dom sobrenatural, queremos dizer que o é com relação ao homem, mortal por natureza, e não com relação ao anjo, de si imortal.

396. 4. O facto de nos tornarmos, pela graça santificante, participantes da natureza divina ⁽¹⁾, isto é, de alguma coisa própria e exclusiva de Deus, é dom sobrenatural em relação a todas as coisas criadas. A razão é óbvia: Nenhuma criatura pode ter na sua natureza alguma coisa própria e exclusiva da natureza divina se Deus não lha concede como dom. De outro modo, não seria próprio e exclusivo de Deus. Tais dons, superiores a toda a natureza criada, chamam-se *absolutamente sobrenaturais*.

5. Os outros dons, como a imortalidade, superiores a algumas naturezas criadas, mas não a todas, chamam-se *relativamente sobrenaturais* ou *preternaturais*.

6. *Natural*, é: a) o que constitui a essência de um ser, por exemplo, o corpo e a alma no homem; b) o que ele pode conseguir com as forças, que naturalmente dimanam da sua natureza, por exemplo, a ciência, o crescimento, etc.; c) o que se requer para essa consecução: luz, alimento, concurso divino, etc.

7. *Natural*, é, por conseguinte, aquilo que é devido a uma natureza determinada para seu desenvolvimento, conforme exige a sua essência. *Sobrenatural*, o que não lhe é devido, mas gratuita e graciosamente se lhe junta.

(1) Esta verdade será provada e explicada no *Tratado da Graça*, a propósito da justificação.

397. Adversários. — Baio sustentava que os dons concedidos a Adão, de que tratámos no artigo anterior, eram devidos à natureza humana, inocente e pura, como saíra das mãos de Deus; não eram, portanto, sobrenaturais. Mas são-no agora, uma vez que o homem, pelo pecado de Adão, se tornou indigno deles.

Provas

398. A) Tradição. — a) **Acerca da graça santificante.** — 1. Pio VI condenou, como errônea, a doutrina do Sínodo de Pistóia, segundo a qual os dons concedidos a Adão eram naturais, tomados no seu conjunto (D. 1516). Por conseguinte, algum desses dons tem de ser sobrenatural; e como a graça santificante é o principal e o mais elevado, segue-se que é *errôneo* defender que é natural.

Por isso é não só doutrina católica mas teològicamente certo que a graça é sobrenatural. Como ficou dito já, a qualificação que se opõe a «*errôneo*» em Teologia é «*teològicamente certo*».

2. Está condenada por S. Pio V a seguinte proposição de Baio: «A sublimação e exaltação da natureza humana a ser participante da natureza divina, foi devida à integridade (ou perfeição) do estado em que foi criada, e, portanto, deve chamar-se natural e não sobrenatural» ⁽¹⁾. Esta proposição está condenada; logo, a participação da natureza divina, à qual nos eleva a graça santificante — como veremos ao tratar da justificação. — é evidentemente sobrenatural.

b) **Acerca dos outros dons.** — 1. Está condenada na mesma citada Bula de S. Pio V esta nova proposição de Baio: «A integridade da primeira criação (quer dizer, do homem), não foi uma exaltação indevida à natureza humana, mas a sua natural condição» ⁽²⁾. Logo, essa integridade é sobrenatural.

(1) Bula *Ex omnibus afflictionibus*, 1 Out. 1567. D. 1021.

(2) D. 1026.

A palavra *integridade* costuma entender-se como equivalente de imunidade da concupiscência. Dá-se-lhe tal nome porque, graças a ela, o homem tinha a sua vontade ou liberdade *íntegra* para o bem. Pelo contrário, agora tem-na, em certo modo, diminuída ou inclinada ao mal, por causa da concupiscência.

Mas é preciso notarmos que a palavra *integridade* significa em Baio não só a imunidade da concupiscência mas também o conjunto dos dons concedidos a Adão antes do pecado: graça santificante, imortalidade, etc.

Por conseguinte, de que a integridade em que Adão foi criado seja sobrenatural, não se conclui que o seja a imunidade da concupiscência. Para justificar a condenação de S. Pio V (D. 1026) basta que sejam sobrenaturais a graça santificante ou a imortalidade dos nossos primeiros Pais. É pois preferível provar doutra maneira que a imunidade da concupiscência é sobrenatural. Vejamos:

2. Está condenada por S. Pio V, nessa mesma Bula, esta proposição de Baio: *Deus não teria podido criar o homem desde o princípio tal como agora nasce* (D. 1055).

Portanto Deus podia ter criado a Adão tal como nós nascemos agora, sujeito à concupiscência e à morte. A concupiscência é uma coisa natural ao homem e o estar imune dela, sobrenatural.

Advirta-se que essa proposição de Baio não vem à letra nos seus escritos: vem sim o sentido e refere-se, pelo contexto, à concupiscência.

3. Está igualmente condenada esta proposição do mesmo autor: «A imortalidade do primeiro homem não era benefício da graça, mas condição natural» ⁽¹⁾.

(1) D. 1078.

399. B) Escritura. — **Acerca da graça santificante.** — Como provaremos no Tratado 9.º, cap. v. art. 2.º, a graça santificante, segundo a Escritura, faz-nos filhos de Deus, herdeiros dos seus bens, isto é. dos bens próprios e exclusivos de Deus e participantes da natureza divina. Logo, a graça santificante é um dom sobrenatural.

Acerca da immortalidade. — Segundo o Génesis (III, 22 e segs.), Adão é lançado fora do Paraíso para não poder mais comer dos frutos da árvore da vida para não viver eternamente. E ficam guardas à porta.

Isto quer dizer que a immortalidade de Adão não era natural. Porque, de outra forma não morreria quer comesse quer não da fruta da árvore da vida; assim como um anjo apesar de pecar não morre porque pertence a immortalidade à sua natureza, assim teria acontecido com Adão se lhe fosse natural a immortalidade.

Acerca da concupiscência. — No Génesis (II, 15 e III, 7 a 12) aponta-se como singular em Adão e Eva o não sentirem vergonha antes do pecado, apesar de se acharem nus; e diz-se que uma vez cometida a culpa, sentiram vergonha da sua desnudez.

Se pois o não se envergonharem por estarem nus era coisa singular, quer dizer que naturalmente deviam sentir vergonha como acontece com todos. E, se a não sentiam antes do pecado, isso era por um favor sobrenatural de Deus, favor que desapareceu depois de Adão e Eva terem pecado.

400. C) Raciocínio. — Nem a graça santificante, que nos dá o direito de ver a Deus na glória — não por discurso mas directamente — nem a isenção da morte e dos estímulos da concupiscência, nem a posse da ciência sem estudo, pode conseguir o homem, abandonado às próprias forças. Com efeito, o nosso conhecimento de Deus é unicamente dedutivo, isto é, das

perfeições das criaturas deduzimos as perfeições de Deus. Somos igualmente incapazes de evitar a morte, tão natural ao homem como aos animais. A concupiscência é natural consequência da nossa organização e composição de corpo e alma; foi-nos dada como ajuda e estímulo para a conservação da própria vida e propagação da espécie, e é em si natural ao homem e aos animais. Em si, portanto, não constitui pecado, embora seja com frequência ocasião dele.

Quanto à ciência, podemos alcançá-la, mas precedendo a aprendizagem teórica ou experimental. Logo, também este dom era sobrenatural, não em si mesmo, mas quanto ao modo como Adão o tinha adquirido.

RESUMO. — *Que significado damos, em geral, à palavra sobrenatural? Há para Deus alguma coisa sobrenatural? Quando é que um dom se chama absolutamente sobrenatural, e quando relativamente sobrenatural ou pretéatural? Que quer dizer natural? Quais eram as opiniões de Baio sobre o carácter sobrenatural dos dons concedidos a Adão? Como se prova pela Tradição o carácter sobrenatural da graça santificante e dos outros dons concedidos a Adão? Como se demonstra pela Escritura o carácter sobrenatural da graça santificante? Como se prova pelo raciocínio que a graça santificante, a imortalidade, a imunidade da concupiscência e o dom da ciência concedidos a Adão, eram sobrenaturais?*

CAPÍTULO II

A DESOBEDIÊNCIA DE ADÃO
E SUAS CONSEQUÊNCIAS

ART. 1.º — PERDA DOS DONS SOBRENATURAIS
POR CAUSA DO PECADO

TESE. Por ter desobedecido a Deus, Adão perdeu para si e seus descendentes a graça santificante, a imortalidade e a imunidade da concupiscência.

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina de fé no que respeita à graça santificante e à imortalidade. Quanto à concupiscência, pelo menos teològicamente certa.*

401. A) **Tradição.** — «Se alguém não confessar... que Adão, ao transgredir o preceito de Deus no paraíso, perdeu imediatamente a santidade e justiça em que fora constituído..., e incorreu na morte com que Deus antes o tinha ameaçado, seja anátema». «Se alguém afirmar que a prevaricação de Adão foi nociva a ele só e não à sua descendência, e que a santidade e justiça... a perdeu só para si e não também para nós; ou que, manchado ele pelo pecado de desobediência, transmitiu somente a todo o género humano a morte e as penas do corpo, e não também o pecado, que é a morte da alma, seja anátema» ⁽¹⁾. Afirma, pois, claramente o Concílio de Trento que Adão perdeu para si e para os seus descendentes a graça santificante, a imortalidade, e a impassibilidade. A perda da imunidade da concupiscência, deduz-se do mesmo Concílio, ao afirmar que a concupiscência «provém do pecado» ⁽²⁾ visto que se refere ao pecado de Adão, ainda que expressamente o não diga.

(1) Concílio de Trento, ses. 5, Decreto sobre o pecado original. D. 788 e 789.

(2) No mesmo Concílio de Trento, ses. e Decreto. D. 792.

402. Observação. — A palavra justiça que o Concílio emprega referindo-se a Adão, podia significar três coisas segundo os teólogos daquele tempo:

1.^a A graça santificante da qual procediam, como de raiz, os demais dons sobrenaturais de Adão.

2.^a A graça santificante, excluindo os outros dons.

3.^a A graça santificante e os outros dons. Uma vez que o Concílio diz que Adão perdeu a *santidade* e a *justiça*, parece mais óbvio entender que perdeu a graça santificante e os demais dons.

403. B) Escritura. — Que Adão perdera a imunidade da concupiscência, a imortalidade e a impassibilidade, refere-o expressamente a Escritura ao narrar como se envergonhava da própria nudez depois do pecado ⁽¹⁾, e ao apresentá-lo, em consequência deste, condenado por Deus ao trabalho e à morte ⁽²⁾. Que esta perda não o afectou só a ele, mas também a todos os seus descendentes, di-lo — quanto à imortalidade — o Apóstolo S. Paulo: «*Por um homem entrou o pecado neste mundo, e pelo pecado a morte, e assim passou a morte a todos os homens porque todos pecaram*» ⁽³⁾. Que perdesse a graça santificante para si e para nós, deduz-se de que, pelo pecado de Adão, como veremos na tese seguinte, todos nos tornámos pecadores e portanto, inimigos de Deus, pois a amizade divina vai sempre unida à graça santificante, como se verá no Tratado da Graça. Finalmente, que perdêssemos a imunidade da concupiscência, não o diz expressamente a Escritura mas ensina-o a experiência de cada dia. Pode também afirmar-se que está implicitamente na

(1) «*Cumque cognovissent se esse nudos, consuerunt folia ficus et fecerunt sibi perizomata*». Gênesis, III, 7.

(2) «*In sudore vultus tui vesceris pane, donec revertaris in terram de qua sumptus es; quia pulvis es, et in pulverem reverteris*». Gênesis, III, 19.

(3) «*Per unum hominem peccatum in hunc mundum intravit, et per peccatum mors; et ita in omnes homines mors pertransiit, in quo omnes peccaverunt*». Romanos, V, 12.

Escritura, já que S. Paulo chama pecado ⁽¹⁾ à concupiscência, «porque provém do pecado (de Adão) e inclina ao pecado» ⁽²⁾. A concupiscência de que fala S. Paulo é a que ele sentia e sentem todos os homens.

Nota. — Adão com a sua desobediência perdeu a graça santificante e a amizade de Deus. Por conseguinte trata-se de um pecado indubitavelmente grave.

RESUMO. — *Pode demonstrar-se pela Tradição, que Adão, desobedecendo, perdeu para si e para nós a graça, a imortalidade e a imunidade da concupiscência? Como se prova pela Escritura que perdeu para si esses dons, e para nós os dois primeiros? Donde se deduz a gravidade do pecado de Adão?*

ART. 2.º — A TRANSMISSÃO DO PECADO DE ADÃO AOS SEUS DESCENDENTES

TESE. O pecado de Adão transmite-se a todos os homens.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

404. Explicação. — A desobediência de Adão ao preceito de Deus — de não comer da árvore chamada da ciência do bem e do mal ⁽³⁾ — chama-se *pecado original*, porque nele teve origem o perda dos dons que ele e nós sofremos, como ficou provado na tese anterior. Agora pretendemos demonstrar que esse pecado se transmitiu e transmite a todos os homens. Como isto se opera, explicar-se-á na tese seguinte e notas complementares.

⁽¹⁾ «*Nunc autem iam non ego operor illud; sed quod habitat in me peccatum*». Romanos, vii, 17.

⁽²⁾ Concílio de Trento, ses. 5, Decreto sobre o pecado original. D. 792.

⁽³⁾ «*De ligno autem scientiae boni et mali ne comedas: in quocumque enim die comederis ex eo, morte morieris*». Génesis, ii, 17.

405. Adversários. — Negaram a tese os *pelagianos*, e negam-na actualmente os *racionalistas*. Segundo eles, uma criança não pode nascer em pecado, por ser incapaz de pecar.

Provas

406. A) Tradição. — «Se alguém afirmar... que Adão não transmitiu a todo o género humano... o pecado, que é a morte da alma, seja anátema, pois contradiz o Apóstolo, quando ensina: *Por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, e assim passou a morte a todos os homens, porque todos pecaram*»⁽¹⁾. Duas coisas afirma nesta passagem o Concílio de Trento: 1.^a, que o pecado de Adão se transmite a todos os seus descendentes; 2.^a, que é esse o sentido das palavras de S. Paulo na citada carta aos Romanos, v, 12.

407. B) Escritura. — «*Por um homem entrou o pecado neste mundo, e pelo pecado a morte, e assim passou a morte, a todos os homens, porque todos pecaram... Pela desobediência de um só homem foram muitos feitos pecadores*»⁽²⁾. «*Éramos por natureza filhos de ira*»⁽³⁾. Este facto explica-se perfeitamente se o homem nasce em pecado, e não no caso contrário.

No entanto, modernamente há quem interprete essas palavras assim: *éramos por natureza* filhos da ira porque pecávamos pessoalmente, instigados pela nossa natureza.

Fundam-se os autores, para dar tal interpretação, nesse mesmo versículo de S. Paulo, em que fala dos pecados impuros. Apesar de tudo será sempre mais

(1) Concílio de Trento, ses. 5. D. 789.

(2) «*Per unum hominem peccatum in hunc mundum intravit, et per peccatum mors; et ita in omnes homines mors pertransiit, in quo omnes peccaverunt... Sicut enim per inobedientiam unius hominis peccatores constituti sunt multi*». Romanos, v, 12 e 19.

(3) «*Eramus natura filii irae*». Efésios, ii, 3.

simples a primeira interpretação, sobretudo tendo em conta que é o mesmo S. Paulo quem na carta aos Romanos nos fala do pecado original.

Seja como for, a expressão *filhos da ira* é um hebraísmo, um modo de falar dos judeus, que significa *dignos de ira*.

«*Fui concebido em iniquidades, e em pecados me concebeu minha mãe*» (1).

Estas palavras só têm sentido óbvio na doutrina do pecado original.

Nota. — Entre os puros homens — isto é, exceptuando Jesus Cristo, ao mesmo tempo homem e Deus — só a SS.^{ma} Virgem foi concebida sem pecado original. Nisto consiste precisamente a sua Imaculada Conceição.

RESUMO. — *Quem nega que o pecado de Adão se transmite aos seus descendentes? Como se prova pela Tradição e Escritura essa transmissão? Quem dentre os filhos de Adão não contraiu o pecado original?*

ART. 3.º — ESSÊNCIA DO PECADO ORIGINAL ENQUANTO TRANSMITIDO AOS DESCEN- DENTES DE ADÃO

TESE. O pecado original transmitido aos descendentes de Adão, consiste na privação da graça santificante ao serem concebidos, que teriam, por vontade de Deus, se Adão não tivesse pecado.

QUALIFICAÇÃO: Doutrina certa.

408. Adversários. — Muitos protestantes identificaram o pecado original, nos descendentes de Adão, com a concupiscência. Entre alguns teólogos houve explicações errôneas. Opinaram uns, que consistia

(1) «*Ecce enim in iniquitatibus conceptus sum, et in peccatis concepit me mater mea*». Salmo, I, 7.

numa qualidade má inerente à alma; outros que o pecado original é o mesmo pecado de Adão que Deus imputa aos homens, como se estes o tivessem cometido.

409. Prova por raciocínio. — 1.^a A Igreja, como consta da tese anterior, ensina que o pecado de Adão se transmite aos seus descendentes, e que é a morte da alma. Ora, nenhuma outra coisa pode ser morte da alma numa criança acabada de ser concebida, senão o estar sem a graça santificante, sem o direito de ver a Deus na outra vida.

Poderia parecer que à concupiscência, mais ainda que à privação da graça santificante, se deveria chamar morte da alma. já que ela nos inclina ao pecado. Mas isto não é verdade. Pelo baptismo perdoa-se *todo o pecado* e, contudo, não desaparece a concupiscência ⁽¹⁾; logo esta, não constitui o pecado original.

Finalmente, também se não pode admitir que o pecado original com que todos nascemos é o mesmo pecado feito por Adão, como se nós o tivéssemos cometido; e seria o mesmo pecado porque Adão nos representava a todos por ser o pai do género humano.

Isso podia explicar, quando muito, — e ainda, com certas reservas —, que um *castigo* dado a Adão lhe tivéssemos também nós de sofrer as consequências; mas não que o *pecado* ou *culpa moral* cometida por Adão fosse realmente culpa nossa.

De um modo semelhante, poderia, talvez uma nação castigar justamente todos os membros de outra nação por o Governo lhe ter declarado culpavelmente a guerra. Mas nunca poderá fazer que a culpa moral dos membros desse governo, ao declarar injustamente a guerra, fosse realmente culpa nos que não começaram a existir senão meses ou anos depois de terminada essa guerra.

(1) Cf. o Concílio de Trento, ses. 5. D. 792.

2.^a Para que haja um pecado habitual grave, requer-se e é suficiente que uma pessoa esteja impossibilitada de conseguir o seu fim último; ora o mero facto de estar privado da graça santificante pelo pecado original impossibilita-o de conseguir o seu fim último. Logo é nessa privação que consiste essencialmente o pecado original no homem.

410. Consequências. — 1.^a Nascemos sem a graça santificante por culpa da desobediência de Adão e da sua vontade.

2.^a Nascendo sem a graça santificante, nascemos em pecado, porque pecado (grave) é fazer aquilo que nos impede de alcançar o nosso último fim, por exemplo, blasfemar (*pecado actual*) ou *permanecer nesse estado* de não poder conseguir o fim último, a salvação (*pecado habitual*). Nesse estado permanece o que blasfema enquanto lhe não é perdoada a culpa.

Pelo pecado original nós ficamos em estado de não poder conseguir a nossa salvação. Temos pois um *pecado habitual* (grave).

3.^a Se Adão, pela sua desobediência no Paraíso, nos tivesse perdido a imunidade da concupiscência e a imortalidade, mas não a graça santificante, nós começaríamos a existir sem o pecado original porque o facto de ficarmos sujeitos só à morte ou à concupiscência, não seria obstáculo à consecução do nosso fim último.

Notas Complementares

411. 1.^a Em que sentido é voluntário o pecado original, e em que sentido o não é.

1. O pecado pessoal depende da nossa livre vontade, porque a acção praticada involuntária ou inadvertidamente, não é nem pode ser pecado pessoal. Por conseguinte, a desobediência de Adão foi um pecado pessoal, pecado que ele quis cometer mas não é um pecado pessoal nosso. Para que o fosse, era necessário

que nós voluntariamente o tivéssemos cometido. Ora, quando Adão pecou, nós não existíamos. O pecado de Adão é também nosso, porque por ele nascemos sem a graça santificante que deveríamos ter por disposição divina. «As crianças, que em si mesmas, não puderam ainda cometer nenhum pecado (actual, entende-se), são baptizadas para remissão dos pecados, a fim de que nelas pela regeneração se purifique o que pela geração contraíram» ⁽¹⁾. «O pecado original contrai-se sem consentimento» ⁽²⁾.

2. Se Adão não tivesse pecado, era impossível nascermos em pecado. — Com efeito, todo o pecado, seja qual for, supõe necessariamente uma vontade que o quis cometer. Se ninguém quer pecar, não pode haver pecado de espécie alguma. O pecado, portanto, com que nascemos, supõe necessariamente uma vontade, que quis cometer uma culpa; essa vontade é a de Adão.

412. 2.^a Diferenças entre o pecado original e actual. — São duas as principais:

a) O pecado actual, cometemo-lo nós mesmos. O original, contraímos-lo, herdámos-lo, como se herda uma enfermidade; mas o causador foi Adão.

b) Quem comete um pecado pessoal, merece um castigo, uma pena. Quem morre só com o pecado original, não é propriamente castigado, quer dizer, não se lhe inflige pena positiva; mas não se lhe dá um prémio, a que por sua natureza não tinha direito, nem podia conseguir, mas que Deus por sua bondade lhe teria dado, no caso de não ter o pecado original. Por conseguinte, as crianças que morrem só com essa culpa, não terão de sofrer dor alguma na outra vida,

⁽¹⁾ Concílio 16.^o de Cartago aprovado por S. Zósimo. Cân. 2. D. 102.

⁽²⁾ Carta de Inocência III a Humberto, Arcebispo de Arlés. D. 410.

mas também não gozarão nem verão a Deus claramente como o vêem e gozam os bem-aventurados.

413. 3.^a Como é odioso o pecado original aos olhos de Deus. — Deus tinha determinado que todos os homens nascessem com a graça santificante; mas Adão, a quem esta fora dada para que juntamente com a vida corporal, a transmitisse aos descendentes, perdeu-a por si e para eles. Pela desobediência de Adão vimos pois a este mundo privados dessa graça, nascemos mortos para a vida sobrenatural e Deus odeia essa morte, de que não é causa. De modo semelhante, à mulher que, por causa dos vícios do marido, dá à luz filhos mortos, é odiosa essa falta de vida, embora nem ela nem os filhos mortos tenham culpa. Assim, Deus não tem culpa de que os homens, obra sua, nasçam mortos para a vida da graça. A culpa é de Adão. Contudo em nós está o que é odioso e repulsivo aos olhos de Deus, a saber, a privação da graça santificante.

414. 4.^a Pelo pecado original, o homem ficou em pior condição quanto ao corpo e à alma. — Com efeito, quanto à alma, nascemos sem a graça santificante e com a concupiscência, que nos inclina ao pecado; quanto ao corpo, nascemos sujeitos à morte e às paixões, fruto natural da concupiscência, e a causa de muitos sofrimentos.

415. 5.^a Pelo pecado original ficamos no mesmo estado em que nos encontraríamos se Deus tivesse criado o homem e não quisesse conceder-lhe dons sobrenaturais. — Deus criou o homem, e deu-lhe corpo e alma, potências e sentidos. Por um acto de generosidade elevou-o ao estado sobrenatural, dando-lhe a graça santificante, a imortalidade, e a imunidade da concupiscência. Pelo pecado de Adão perde estes dons sobrenaturais, ficando só com os naturais. Fica, portanto, como se Deus o tivesse criado e não lhe quisesse conceder os dons sobrenaturais.

Dizem os teólogos que o homem, pelo pecado original, foi «despojado dos dons gratuitos (sobrenaturais) e vulnerado nos naturais» — *«spoliatus gratuitis et vulneratus in naturalibus»*. É preciso entender essas expressões. Não querem dizer que os dons naturais ficaram realmente diminuídos, mas que, perdidas a imunidade da concupiscência, a imortalidade e a impassibilidade, o homem, até nas suas potências naturais, encontra obstáculos e dificuldades, que não existiriam se não fosse o pecado original.

416. 6.^a Jesus Cristo Redentor. — Jesus Cristo restaura-nos o mais importante desses dons que é a graça santificante, mas não a imortalidade, nem a imunidade da concupiscência, nem a impassibilidade.

A graça santificante proporciona-nos abundantemente, pondo à nossa disposição, como meios para a alcançar, a contrição e os sacramentos.

RESUMO. — *Em que consiste o pecado original, segundo muitos protestantes e em que o faziam consistir alguns teólogos? Em que sentido é voluntário o pecado original, e em que sentido o não é? Porque é que se Adão não tivesse pecado, era impossível que nós nascêssemos em pecado? Quais são as duas principais diferenças entre o pecado actual e original? Como se explica que o pecado original é odioso aos olhos de Deus? Como se há-de explicar aquela sentença dos teólogos «pelo pecado original o homem ficou despojado dos dons gratuitos e ferido nos naturais»? Qual dos dons nos foi restaurado por Jesus Cristo?*

DEUS REDENTOR
—OU JESUS CRISTO

- ★ *NOTA BIBLIOGRAFICA* — A. A. GOUPIL, *Dieu*, Paris, Paillard. — E. HUGON, *Le mystère de la Rédemption*, Paris. — J. GRIMAL, *Le sacerdoce et le sacrifice de N. S. Jésus-Christ*, Paris. — J. RIVIÈRE, *Le dogme de la Rédemption, Étude historique, Étude theologique*, Paris. — L. DE GRANDMAISON, *Jésus-Christ*, Paris. — K. ADAM, *Jesus Cristo nosso irmão*. Trad. bras.
- * A. A. GOUPIL, *La B. V. Marie*. — E. C. CAMPANA, *Maria nel dogma cattolico*, Turim. — GREGORIO ALASTRUEY, *Tratado de la Virgen SS.^{ma}*, Madrid. — J. BOVER, *Syntesis orgánica de la Mariologia*, Madrid. — L. GARRIGUET, *La Vierge Marie*, Paris. — TERRIEN, *La Mère de Dieu et la Mère des hommes*, 4 vols., Paris.

CAPÍTULO I

A PESSOA DE JESUS CRISTO

417. Nota Prévia. — Adão, com a sua desobediência, despenhou-nos no pecado. Jesus Cristo, com a sua morte, elevou-nos ao estado sobrenatural que tínhamos perdido, merecendo-nos a graça.

ART. 1.º — A DIVINDADE DE JESUS CRISTO

TESE. Jesus Cristo é Deus.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

O dogma da divindade de Cristo é um dos artigos fundamentais da religião católica. Se Jesus Cristo não é Deus, poderíamos dizer, servindo-nos das palavras de S. Paulo, ditas a outro propósito, «*é vã a nossa fé*» ⁽¹⁾, carece de bases.

418. Adversários. — Apareceram quase nos começos do Cristianismo e continuou a havê-los durante os primeiros séculos. No primeiro, negaram a divindade de Jesus Cristo os *ebionitas* e *cerintianos*; no segundo, os mesmos *cerintianos*; no terceiro, *Paulo de Samosata*; no quarto, os *arianos*. Para todos eles, Jesus Cristo é o mais excelente dos seres, mais unido

⁽¹⁾ «*Si autem Christus non resurrexit inanis est ergo praedictio nostra, inanis est et fides nostra*». I Coríntios, xv, 14.

a Deus que qualquer outra criatura, mas não passa de puro homem. O mesmo sustentam hoje todos os *não cristãos* que dele tratam, e até *muitos dos protestantes* mais extremistas em matérias religiosas.

Provas

419. A) **Tradição.** — 1. «A verdadeira fé é que acreditemos e confessemos que Nosso Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus, é Deus e homem. É Deus da substância do Pai, gerado antes dos séculos, e é homem da substância da mãe, nascido no tempo, perfeito Deus e perfeito homem» ⁽¹⁾.

2. «Cremos... num Senhor Nosso, Jesus Cristo, Filho de Deus, Unigénito nascido do Pai, isto é, da substância do Pai, Deus de Deus..., Deus verdadeiro de Deus verdadeiro» ⁽²⁾.

420. B) **Escritura.** — 1. «A graça de Deus Nosso Salvador apareceu a todos os homens, ensinando-nos que, renunciando à impiedade e às paixões mundanas, vivamos neste século sóbria, justa e piamente, aguardando a esperança bem-aventurada e a vinda gloriosa do grande Deus e Salvador Nosso Jesus Cristo que se entregou a si mesmo por nós, para nos remir de toda a iniquidade» ⁽³⁾.

2. «Desejava ser anátema... por amor de meus irmãos... os israelitas..., dos quais segundo a carne

⁽¹⁾ Símbolo Atanasiano. D. 40.

⁽²⁾ Símbolo do Concílio de Niceia contra os arianos. D. 54.

⁽³⁾ «*Apparuit enim gratia Dei, Salvatoris nostri, omnibus hominibus, erudiens nos, ut abnegantes impietatem et saecularia desideria, sobrie, et iuste, et pie vivamus in hoc saeculo, expectantes beatam spem, et adventum gloriae magni Dei et Salvatoris nostri Iesu Christi; qui dedit semetipsum pro nobis, ut nos redimeret ab omni iniquitate.*» Tito, II, 11 a 15.

descende Cristo que é Deus bendito sobre todas as coisas, por todos os séculos» (1).

3. Jesus Cristo «*estando na forma (ou natureza) de Deus, não guardou, como se guarda uma coisa que se roubou, a propriedade de ser igual a Deus, mas aniquilou-se a si mesmo, tomando a forma (ou natureza) de servo (isto é, a natureza humana), feito à semelhança dos homens, e aparecendo no seu porte exterior como homem» (2).*

4. «*No princípio existia o Verbo, e o Verbo estava na presença de Deus, e o Verbo era Deus..., e o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e nós vimos a sua glória, glória como a do Unigénito do Pai» (3),* escreve S. João no prólogo do seu Evangelho, antes de dar princípio à narração da vida e milagres de Jesus Cristo.

421. 5. Se Jesus Cristo é Deus, e Filho de Deus, então explica-se perfeitamente:

a) Que chame a seu Pai, *meu Pai*; pelo contrário, falando com os homens não diz o nosso Pai, mas o vosso Pai. «*Vou para meu Pai e vosso Pai, para meu Deus e vosso Deus» (4).*

b) Que, sendo esconjurado pelo príncipe dos sacerdotes a que diga se é o Ungido Filho de Deus, responda afirmativamente (5).

(1) «*Optabam enim ego ipse anathema esse a Christo pro fratribus meis, qui sunt cognati mei secundum carnem, qui sunt Israelitae, quibus est Christus secundum carnem, qui est super omnia Deus benedictus in saecula.* Romanos, IX, 3, 4 e 5.

(2) «*Qui cum in forma Dei esset, non rapinam arbitratus est esse se aequalem Deo; sed semetipsum exinanivit, formam servi accipiens in similitudinem hominum factus, et habitu inventus ut homo.* Filipenses, II, 6 e 7.

(3) «*In principio erat Verbum, et Verbum erat apud Deum, et Deus erat Verbum... Et Verbum caro factum est, et habitavit in nobis; et vidimus gloriam eius, gloriam quasi unigeniti a Patre.* S. João I, 1 e 14.

(4) «*Ascendo ad Patrem meum et Patrem vestrum, Deum meum et Deum vestrum.* S. João, XX, 17.

(5) «*Adiuro te per Deum vivum, ut dicas nobis si tu es Christus, Filius Dei. Dicit illi Iesus: Tu dixisti.* S. Mateus, XXVI, 63.

c) Que lhe obedecam o mar e os ventos ⁽¹⁾, as plantas ⁽²⁾, as doenças ⁽³⁾, a morte ⁽⁴⁾, os demónios ⁽⁵⁾.

d) Que lhe fosse dado todo o poder no céu e na terra ⁽⁶⁾.

e) Que tenhamos de o amar mais que a nosso pai e mãe, ou à própria vida ⁽⁷⁾.

f) Que perdoe os pecados, isto é, as ofensas feitas a Deus ⁽⁸⁾.

g) Que seja mais antigo que Abraão ⁽⁹⁾.

h) Que seja mais antigo que o mundo ⁽¹⁰⁾.

Pelo contrário, se Jesus Cristo não é Deus, não se explica como possa aplicar-se-lhe esse conjunto de propriedades. Logo, segundo a Escritura, Jesus Cristo é Deus.

RESUMO. — *Quem, antigamente, negou a divindade de Jesus Cristo, e quem a nega actualmente? Com que símbolo se pode demonstrar a divindade de Jesus Cristo? Quais os textos de S Paulo e o primeiro do Evangelho de S. João, que o provam também? Como pode demonstrar-se que era Deus pelo conjunto de propriedades, que no Evangelho se atribuem a Jesus Cristo?*

⁽¹⁾ «*Et exurgens comminatus est vento, et dixit mari: tace, obmutesce*». S. Marcos, iv, 39.

⁽²⁾ «*Arfacta est continuo ficulnea*». S. Mateus, xxi, 19.

⁽³⁾ «*Tunc tetigit oculos eorum... et aperti sunt oculi eorum*». S. Mateus, ix, 29 e 30.

⁽⁴⁾ «*Lazare, veni foras. Et statim prodiit qui fuerat mortuus, ligatus pedes et manus*». S. João, xi, 43, 44.

⁽⁵⁾ «*Erat in synagoga eorum homo in spiritu immundo... et comminatus est ei Iesus, dicens: obmutesce et exi de homine... exit ab eo*». S. Marcos, i, 23, 25 e 26.

⁽⁶⁾ «*Data est mihi omnis potestas in coelo et in terra*». S. Mateus, xxviii, 18.

⁽⁷⁾ «*Qui amat patrem, aut matrem plus quam me, non est me dignus*... S. Mateus, x, 37 e segs.

⁽⁸⁾ «*Remittuntur tibi peccata tua*». S. Mateus, ix, 2.

⁽⁹⁾ «*Antequam Abraham fieret, ego sum*». S. João, viii, 58.

⁽¹⁰⁾ «*Clarifica me tu, Pater, apud te metipsum, claritate quam habui, priusquam mundus esset, apud te*». S. João, xvii, 5.

ART. 2.º — JESUS CRISTO HOMEM

TESE. Jesus Cristo era verdadeiro homem.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

422. **Adversários.** — Imbuídos de falsos princípios filosóficos e crendo que toda a matéria é intrinsecamente má, afirmaram *alguns hereges antigos* que o corpo de Jesus não era real, mas aparente.

Provas

423. A) **Tradição.** — «A verdadeira fé é que acreditemos... que Nosso Senhor Jesus Cristo... é Deus e homem...; perfeito Deus e perfeito homem, composto de alma racional e carne humana» ⁽¹⁾. «Por causa de nós, homens, e da nossa salvação, desceu do céu e fez-se homem, por graça do Espírito Santo, nas entranhas da Virgem Maria» ⁽²⁾.

424. B) **Escritura.** — 1. «Só há um mediador entre Deus e os homens: o homem Cristo Jesus» ⁽³⁾.

2. Jesus Cristo, segundo a Escritura, tinha corpo, alma e sangue; falava, como falam os homens da tristeza da sua alma. Logo, segundo a Escritura, era homem.

«Olhai para as minhas mãos e os meus pés..., apalpai e vede, que os espíritos não têm carne nem ossos, como vós vedes que eu tenho» ⁽⁴⁾. «Tomai e

(1) Símbolo Atanasiano. D. 40.

(2) Símbolo Niceno-Constantinopolitano. D. 86.

(3) «Unus enim Deus, unus et mediator Dei et hominum, homo Christus Iesus». I Timóteo, II, 5.

(4) «Videte manus meas, et pedes, quia ego ipse sum; palpate, et videte, quia spiritus carnem et ossa non habet, sicut me videtis habere». S. Lucas, xxiv, 39.

comei, isto é o meu corpo... Bebei..., isto é o meu sangue» (1). «A minha alma está triste até à morte» (2).

RESUMO. — Quem, e porque motivo, negou que Jesus Cristo tinha corpo real? Como se prova pela Tradição e Escritura que Jesus Cristo era verdadeiro homem?

ART. 3.º — UNIDADE DE PESSOA EM JESUS CRISTO

TESE. Em Jesus Cristo, Deus e homem verdadeiro, há uma só pessoa.

QUALIFICAÇÃO: Doutrina de fé.

425. Explicação. — Pessoa é um ser intelectual, dotado de operações próprias, como querer e pensar, que está separado de outro qualquer, e não se une naturalmente com ele. Assim um anjo é pessoa, mas não a alma humana, porque esta se une naturalmente ao corpo, para formar o homem. Pedro é pessoa, porque é um ser intelectual e não está intrinsecamente unido a outro ser qualquer, por exemplo a Paulo, nem por natureza se destina a essa união.

A união do Verbo com a natureza humana, chama-se ordinariamente *união hipostática* (3).

426. Adversários. — Nestório e seus discípulos. Em Jesus Cristo, segundo eles, o Verbo (isto é Deus) e o homem (o composto de alma e corpo), não se

(1) «Accipite et comedite; hoc est corpus meum... Bibite ex hoc omnes. Hic est enim sanguis meus novi testamenti». S. Mateus, xxvi, 26 e 28.

(2) «Tristis est anima mea usque ad mortem». S. Mateus, xxvi, 38.

(3) A palavra «hipostática» é de origem grega, e significa pessoal.

unem na unidade de pessoa, mas segundo certa união moral, semelhante à de dois amigos cujas vontades se puseram em perfeita harmonia. Por consequência, Maria, segundo eles, era Mãe de Jesus, isto é, do composto de alma e corpo, que formava a humanidade de Cristo, mas de modo nenhum Mãe de Deus.

Provas

427. A) Tradição.—«Seguindo os Santos Padres, ensinamos de comum acordo... que... Nosso Senhor Jesus Cristo... é Deus verdadeiro e homem verdadeiro..., e que se há-de reconhecer a um e mesmo Jesus Cristo em duas naturezas..., e numa só pessoa..., e não dividido ou separado em duas pessoas, mas um e o mesmo Senhor Jesus Cristo é o Verbo, Filho Unigénito de Deus, como antes os Profetas... e o mesmo Jesus Cristo nos ensinaram e o símbolo (isto é, o Credo) dos (Santos) Padres nos transmitiu»⁽¹⁾.

428. B) Escritura.—Do mesmo Jesus Cristo, de quem se diz na Escritura que nasceu da Virgem Maria, conversou com os homens, padeceu e morreu, diz-se também que era Deus, como provámos na tese: «Jesus Cristo é Deus». Ora, se houvesse realmente em Jesus Cristo duas pessoas distintas, então não seria verdade que Ele tivesse nascido da Virgem Maria, mas só a sua pessoa humana. Também não seria verdade que Jesus Cristo tivesse morrido, mas só a sua pessoa humana.

Se em Pedro, em vez de unir-se o corpo e a alma para formar uma só pessoa, houvesse a pessoa corpo e a pessoa alma, unidas sòmente por uma estreita amizade, ao morrer uma delas, por exemplo o corpo, não se poderia dizer que tinha morrido Pedro, mas sòmente que tinha morrido o corpo de Pedro. Ora, se dizemos, em linguagem corrente, que morreu fulano, apesar de a sua alma ser imortal, é porque alma e

(1) Concílio de Calcedónia. D. 148.

corpo formam uma só pessoa, e deixa de a formar quando as duas partes se separam.

Nota

429. Comparação para explicar a unidade de pessoa em Jesus Cristo. — Um ramo de macieira pode enxertar-se numa pereira. Antes do enxerto, tínhamos duas coisas separadas; agora unidas. Se o ramo de macieira e a pereira fossem seres racionais, teríamos antes do enxerto duas pessoas. Como são irracionais, em vez de pessoas dá-se-lhes outro nome, o de *supostos*. Uma vez enxertado o ramo de macieira na pereira, vitalmente unidos, teremos uma só árvore, com duas espécies de fruta, peras e maçãs.

De um modo análogo, se o Verbo, isto é, a segunda pessoa da Santíssima Trindade, não se unisse ao corpo e alma, que havia de nascer da Virgem Maria, teríamos duas pessoas distintas: a pessoa do Verbo e a pessoa do homem que teria nascido de Maria. Mas no momento em que, no seio de Maria, se unia a alma humana de Jesus Cristo ao seu corpo, nesse mesmo instante se unia a pessoa do Verbo a essa natureza humana. Donde, em vez de duas pessoas, temos uma só com duas naturezas: a natureza divina, da qual procedem as acções divinas de Jesus Cristo, e a natureza humana, da qual procedem as acções humanas.

Não havemos contudo de pensar que a natureza humana esteja como que enxertada e justaposta à pessoa divina. Está unida, de uma maneira misteriosa e inexplicável pela razão humana, de sorte que há *uma só pessoa em duas naturezas*, como ensina o Concílio de Calcedónia no documento indicado na prova da Tradição, n.º 427.

RESUMO. — *Que é pessoa? Quem afirmou a dualidade de pessoas em Jesus Cristo, e que consequência deduziam da sua doutrina, em relação com a SS.^{ma} Virgem? Como se prova pela Tradição e Escritura, a unidade de pessoa em Jesus Cristo? Pode essa unidade explicar-se, de algum modo, com uma comparação?*

ART. 4.º — AS VONTADES DE JESUS CRISTO

TESE. Em Jesus Cristo há duas vontades, a divina e a humana.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

430. Explicação. — Uma vez provado que Jesus Cristo é Deus e homem, e que nele há uma só pessoa, esta tese não necessita de demonstração; é consequência lógica das teses precedentes. Se Jesus Cristo é Deus e homem verdadeiro, terá vontade divina, visto ser Deus, e terá vontade humana visto ser homem.

431. Adversários. — Alguns hereges, incoerentes consigo mesmos, admitindo a doutrina ensinada pelo Concílio de Calcedônia contra os *monofisitas* — que em Jesus Cristo há uma só pessoa em duas naturezas — sustentavam que em Cristo havia uma só vontade.

Por esta razão chamou-se-lhe *monoteletas*, palavra grega, que significa: defensores de uma só vontade. Essa vontade era, segundo eles, a divina, e por isso os que os refutavam contentavam-se com provar que Jesus Cristo tinha uma vontade distinta da do Pai.

Provas

432. A) Tradição. — «Afirmamos que (em Cristo) há duas vontades naturais..., inconfusas..., e não contrárias..., mas... submetida a vontade humana à vontade divina» ⁽¹⁾.

433. B) Escritura. — Já provámos pela Escritura a divindade de Jesus Cristo. Logo, da mesma Escritura se deduz que há em Cristo a vontade divina, comum

(1) Concílio 3.º de Constantinopla, contra os monoteletas. D. 291.

às três pessoas. Provámos também que Jesus Cristo é homem; logo terá igualmente uma vontade distinta da divina, como claramente se infere das palavras do próprio Cristo, ao dirigir-se a seu Pai em Getsemani: «*Não se faça a minha vontade, mas a tua*» ⁽¹⁾; quer dizer, não se faça aquela minha vontade que não é idêntica à tua vontade divina.

Nota

434. Em Cristo há também dois entendimentos. — Se em Jesus Cristo há duas vontades, por ter dupla natureza, divina e humana, há também, pela mesma razão, dois entendimentos. Como não houve hereges que negassem expressamente essa dualidade de entendimentos, não costuma provar-se em tese à parte. Negavam-no implicitamente os *monofisitas*, ao afirmarem a unidade de natureza em Cristo.

RESUMO. — *Porque, sendo Jesus Cristo Deus e homem, como provámos nas teses precedentes, possui duas vontades? Que ensinaram, não obstante, os monoteletas? Como se prova pela Tradição e Escritura que em Jesus Cristo há duas vontades? Que texto da Escritura se pode aduzir para demonstrar a existência da vontade humana de Cristo? Como se prova que Jesus Cristo tinha dois entendimentos?*

(1) «*Non mea voluntas, sed tua fiat*». S. Lucas, xxii, 42.

ART. 5.^o — A FILIAÇÃO DIVINA
DE JESUS CRISTO

TESE. Jesus Cristo, não só enquanto Deus, mas também enquanto homem, é por natureza e não por adopção filho de Deus Pai.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

435. Explicação. — Uma pessoa é, *por natureza*, filho de outrem, quando foi gerada por ele; filho *adoptivo*, quando não tendo sido gerada por aquele de quem se chama filho, foi, contudo, recebida como tal, com direito a herdar os seus bens. Não queremos, na tese, provar que Deus gerasse a humanidade de Jesus Cristo como gerou a sua Divindade, mas sim que, *sem razão de ser Pai do Verbo*, segunda pessoa da Santíssima Trindade, *que se uniu à natureza humana de Cristo*, este é filho do Eterno Pai por natureza. De modo semelhante, Maria é Mãe de Deus não porque dela se formasse a Divindade, mas porque em suas puríssimas entranhas se gerou a humanidade de Cristo unida à Divindade na unidade de pessoa, ou mais brevemente, porque deu à luz uma pessoa que é Deus.

436. Adversários. — Alguns bispos espanhóis — *Elipando e Ascário* — do século VIII, para os quais Jesus Cristo, enquanto Deus, era filho do Eterno Pai, enquanto homem, era filho da Virgem Maria por natureza, e de Deus unicamente por adopção.

Provas

437. A) Tradição. — «Chegou-nos dessas partes um lamentável capítulo (ou erro), a saber, que alguns bispos daí, Elipando e Ascário, com outros seus

adeptos, não se envergonham de afirmar que o Filho de Deus é adoptivo, blasfémia que nenhum heresiarca se atreveu a vomitar» (1).

438. B) Escritura. — A Escritura nunca chama a *Jesus Cristo* filho adoptivo; pelo contrário, chama-o *filho verdadeiro, filho próprio, filho Unigénito*. Logo, segundo a maneira de falar da Escritura, não só o Verbo, mas Jesus Cristo, é filho de Deus por natureza.

Deus «*não perdoou a seu próprio Filho, mas entregou-o (à morte) por todos nós*» (2). Ora, quem foi entregue à morte, foi Jesus Cristo. «*Veio o Filho de Deus e deu-nos inteligência para que conheçamos o verdadeiro Deus e estejamos no seu verdadeiro Filho*» (3). «*De tal modo amou Deus ao mundo, que lhe deu o seu filho Unigénito*» (4).

439. Consequências. — 1.^a Logo, se Jesus Cristo é, por natureza, filho do Pai, de maneira nenhuma é filho adoptivo. — Deus faz-nos seus filhos adoptivos, pela graça santificante, porque com ela nos dá o direito a herdar os seus bens. Isto é, a vê-lo no Céu, como ele se vê. Este ponto será desenvolvido mais detidamente, no Tratado da Graça, a propósito da participação da natureza divina que Deus concede aos justos (5). A Jesus Cristo também foi dada essa graça santificante, como diremos no capítulo seguinte, e contudo, não se pode chamar filho adoptivo do Pai. Para que alguém possa ser filho adoptivo de outrem, requer-se que não tenha sido gerado por ele. A adopção consiste precisamente em aceitar por filho

(1) Carta do Papa Adriano I, *Institutio Universalis*, aos bispos espanhóis. D. 299.

(2) «*Proprio Filio suo non pepercit, sed pro nobis omnibus tradidit illum*». Romanos, VIII, 32.

(3) «*Filius Dei venit, et dedit nobis sensum, ut cognoscamus verum Deum et simus in vero Filio eius*». I S. João, v, 20.

(4) «*Sic enim Deus dilexit mundum, ut Filium suum unigenitum daret*». S. João, III, 16.

(5) Cf. Tratado 9.º, c. v, a. II, § 2.º.

aquele que o não é, dando-lhe direitos de herdeiro. Ora Jesus Cristo é, por natureza, filho do Pai, logo não pode de maneira nenhuma ser filho adoptivo.

440. 2.^a a) Portanto, Jesus Cristo que é Deus, e homem verdadeiro, o seu corpo e alma que são corpo e alma do Filho de Deus, o seu sangue e coração, que unidos à Divindade são sangue e coração de Deus, podem ser adorados com os actos com que se adora a Deus. De maneira parecida, damos um sinal de veneração à pessoa total do sacerdote, ou de uma autoridade, quando lhe beijamos a mão.

b) Às imagens de Jesus Cristo, ou do seu Coração, poder-se-á prestar adoração, não pelo que são em si — imagens de pano, madeira ou metal — mas pelo que representam; como podemos venerar *directamente* em si mesma a pessoa do Chefe de Estado, ou *indirectamente*, servindo-nos de uma imagem que a representa.

Nota

441. O culto ao Sagrado Coração de Jesus. — Tornou-se muito célebre, desde as aparições a Santa Margarida Maria Alacoque, falecida em 1690. Um dos frutos principais desta devoção, é a comunhão frequente, sobretudo na primeira sexta-feira de cada mês. Nesses dias, milhares de fiéis aproximam-se da Sagrada Mesa desejosos de participar das graças prometidas aos devotos do Sagrado Coração, e principalmente da que se contém na chamada Grande Promessa: «Prometo-te na excessiva misericórdia do meu Coração que o seu amor onnipotente concederá a todos aqueles que comungarem nas nove primeiras sextas-feiras de meses seguidos, a graça da penitência final. Não morrerão na minha desgraça, nem sem receber os sacramentos, sendo o meu Coração divino o seu

refúgio seguro naquele último momento» (1). Escolheu-se o coração para objecto da devoção, porque é considerado geralmente como símbolo do amor, de sorte que, venerando o Coração de Jesus, veneramos o próprio Deus, não precisamente como Criador ou Redentor, mas como amante dos homens.

RESUMO. — *Que se entende por filho por natureza, e por adopção? Que opinião emitiram alguns bispos espanhóis sobre a filiação divina de Jesus Cristo? Que queremos dizer ao afirmar que Jesus Cristo é filho natural de Deus? Como se prova pela Tradição e Escritura que o seja? Tornando-nos a graça santificante filhos adoptivos de Deus, porque não pode fazer a Jesus Cristo filho adoptivo do mesmo Deus? Porque podemos dar a Jesus Cristo, ao seu corpo, à sua alma e coração, o culto devido a Deus? Em que sentido podemos venerar as suas imagens? Desde quando se tornou célebre a devoção ao Sagrado Coração de Jesus e qual foi um dos seus principais frutos?*

(1) Palavras do Coração de Jesus a Santa Margarida, segundo ela refere na carta 82 à Madre de Saumaise, escrita em Maio de 1688.

Há muitos que sentem dificuldade em conciliar o que se diz nesta promessa com este facto real: muitos, ao morrer, apesar de terem comungado nove primeiras sextas-feiras a seguir, não podem ou não querem receber os Sacramentos.

A solução é muito simples. Jesus Cristo com tais palavras não prometeu fazer sempre milagres, de ordem física ou moral, mas prometeu cumprir, nas circunstâncias ordinárias, tendo uma providência especial para que não morram sem Sacramentos os que fizeram as primeiras sextas-feiras. Tal providência não a teria se não as tivessem feito.

A mesma solução vale para outras promessas.

CAPÍTULO II

PERFEIÇÃO DA ALMA E CORPO DE JESUS

ART. 1.º — CIÊNCIA, SANTIDADE
E IMPECABILIDADE

§ 1.º Ciência de Jesus Cristo

TESE. A alma de Cristo, durante a sua vida mortal, gozava de visão beatífica.

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina teologicamente certa.*

442. Explicação. — Por *visão beatífica* ou visão que dá a felicidade, deve entender-se o conhecimento de Deus, não por discurso ou raciocínio, mas imediato, como a possuem todos os bem-aventurados no céu e pela qual são completamente ditosos ⁽¹⁾.

Provas

443. 1.ª Nesta afirmação estão de acordo os Teólogos, e portanto, esse consentimento sendo unânime, em teologia, é prova bastante da verdade de uma doutrina.

2.ª Não parece admissível que uma alma, tão intimamente unida à divindade como a de Cristo, estivesse privada durante a vida de ver a Deus clara e directamente como o vêem os bem-aventurados, e tivesse de esperar até à morte para o conseguir.

(1) Cf. Tratado x, art. 7.º.

3.^a O Santo Ofício decretou, a 5 de Julho de 1918, que não se podia ensinar sem perigo a doutrina contrária. D. 2183, 2184.

4.^a Pio XII, na Encíclica *Mystici Corporis*, de 29 de Junho de 1943, D. 2289, ensina que Cristo «desde a concepção no seio de sua mãe, gozou da visão beatífica».

444. Consequências. — 1.^a Portanto, não só o entendimento divino de Jesus Cristo, mas também o humano conhecia todas as coisas. Que as conhecesse pelo entendimento divino, é evidente, porque Deus sabe tudo; que as conhecesse com o entendimento humano, conclui-se da sua visão clara de Deus. Estando todas as coisas, em Deus, como em seu modelo e causa eficiente, quem vê a Deus vê-as também a elas.

Nós, para vermos um objecto, um livro, por exemplo, necessitamos de o ter presente. Deus, pelo contrário, pode vê-lo com perfeita claridade, esteja o objecto ou não na sua presença, porque a essência divina representa-o com toda a perfeição. E assim, vendo a essência de Deus, podem ver-se todas as criaturas.

Ao entendimento humano de Cristo, como entendimento da pessoa de um Deus, da pessoa que é Juiz dos homens e Rei da criação inteira, competia-lhe conhecer tudo aquilo que lhe está sujeito isto é, todas as coisas. Nesta doutrina concordam todos os Teólogos.

445. 2.^a Jesus Cristo, enquanto homem, por conseguinte, não ignorava coisa nenhuma. Falando do dia de Juízo disse: «*A respeito desse dia e dessa hora, ninguém sabe (quando será), nem os anjos do Céu,*

nem o Filho, mas só o Pai» ⁽¹⁾. Isto porém, não significa, segundo a interpretação dos Teólogos: que Cristo enquanto homem, o ignorasse, mas sim que era vontade de Deus, que o não comunicasse aos homens. Para os Apóstolos, que tinham perguntado pela data desse acontecimento ⁽²⁾, era praticamente como se Cristo o ignorasse.

§ 2.º Santidade da alma de Cristo

TESE. A alma de Cristo possuía toda a santidade.

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina teològicamente certa.*

446. Explicação. — Entendemos aqui por *santidade* uma perfeição ou qualidade da alma, que lhe dá direito a gozar da visão beatífica como gozam os bem-aventurados.

Distinguem-se duas espécies de santidade: *santidade accidental*, a que a alma possui, quando está adornada com a graça santificante; *santidade substancial*, aquela pela qual uma pessoa, pela mesma excelência do seu ser, e prescindindo da santidade accidental, tem direito à visão beatífica. Na tese afirmamos que Jesus Cristo possuía as duas espécies de santidade.

Prova

447. 1.º Cristo possuía a santidade substancial. — Na verdade não se pode conceber que uma alma, tão intimamente ligada a Deus, que pertence à mesma pessoa do Verbo, não tenha, só por esse título, o

(1) «*De die autem illo vel hora nemo scit, neque angeli in caelo, neque Filius, nisi Pater*». S. Marcos, XIII, 32.

(2) «*Sedente autem eo super montem Oliveti, accesserunt ad eum discipuli secreto, dicentes: Dic nobis quando haec erunt? et quod signum adventus tui et consummationis saeculi?*» S. Mateus, XXIV, 3.

direito de gozar da visão de Deus, que têm outras almas menos unidas a Ele, pois que não formam com Deus uma pessoa, como o formavam em Jesus Cristo, a pessoa do Verbo e a natureza humana.

448. 2.º Cristo possuía a santidade accidental. O evangelista S. João diz-nos falando de Jesus Cristo: «O Verbo se fez carne e habitou entre nós, e vimos a sua glória, glória qual corresponde ao Unigénito do Pai, cheio de graça e de verdade... Da sua plenitude (isto é da plenitude que nele havia) todos nós recebemos... graça» (1). Ora, como a graça que nós recebemos de Cristo, é a graça santificante, à qual chamamos santidade accidental conclui-se que, segundo a linguagem da Escritura Cristo a possuía plenamente.

§ 3.º Impecabilidade

TESE. A alma de Cristo não pecou nem podia pecar.

QUALIFICAÇÃO: Doutrina de fé, que Jesus Cristo não pecou; e conclusão teológica, que não podia pecar.

I) CRISTO NÃO PECOU

Provas

449. A) Tradição. — «Se alguém disser que (Cristo) se ofereceu como oblação também por si mesmo e não por nós somente — pois não necessitou

(1) «*Et Verbum caro factum est, et habitavit in nobis; et vidimus gloriam eius, gloriam quasi unigeniti a Patre, plenum gratiae et veritatis... Et de plenitudine eius nos omnes accepimus, et gratiam pro gratia*». S. João, 1, 14 e 16.

de oblação, quem ignorou absolutamente o pecado — seja anátema» (1).

450. B) **Escritura.** — «Cristo padeceu por nós, dando-vos exemplo para que sigais as suas pisadas; o qual não cometeu pecado, nem se encontrou engano em suas palavras» (2). «Fez-se semelhante (a nós) em tudo, menos no pecado» (3).

II) CRISTO NÃO PODIA PECAR

451. **Prova.** — 1. Assim, como Deus sofreu, sentiu a fadiga e morreu, assim também se poderia dizer que Deus pode pecar, se a humanidade de Cristo pudesse pecar. Mas admitir tal possibilidade seria um absurdo, que repugna à sua infinita santidade.

2. Além disso, à excelência da segunda pessoa compete não só que a alma humana de Cristo — à qual está unida pessoalmente — não peque, mas governá-la de tal maneira, que não possa pecar.

3. Ninguém pode permitir a si mesmo cometer um pecado; ora Deus, o Verbo permiti-lo-ia se a alma humana de Cristo pudesse pecar porque ela forma uma só pessoa com o Verbo.

Dificuldade. — À prova anterior, no n.º 1, pode-se objectar que também parece absurdo que Deus possa morrer, e contudo morreu. Logo parece que também poderia pecar ou ao menos não se vê como o argumento aduzido prove o contrário.

(1) Concílio de Éfeso, cân. 10. D. 122, com a nota correspondente ao título que encima os cânones, na qual se adverte que estes estão aprovados pelo Concílio de Calcedónia e pelo 2.º de Constantinopla. Faz-se esta advertência por não se saber com certeza se esses cânones foram definidos como de fé no Concílio de Éfeso.

(2) «*Christus passus est pro nobis, vobis relinquens exemplum ut sequamini vestigia eius. Qui peccatum non fecit, nec inventus est dolus in ore eius*». I S. Pedro, II, 21 e 22.

(3) «*Tentatum autem per omnia pro similitudine, absque peccato*». Hebreus, IV, 15.

Resposta. — Há diferença notável num e noutro caso. A dignidade do Verbo pede que a natureza humana — à qual se une — não peque nem possa pecar, porque é uma *imperfeição moral*; mas não exige que não possa morrer e sofrer, antes pelo contrário, une-se a ela para satisfazer com a sua morte pelos homens e salvá-los.

RESUMO. — *Em que consiste a visão beatífica? Como se prova que a alma de Cristo, já em vida, a gozava? Como daí se infere que conhecia todas as coisas? Como se explica que dissesse que não sabia o dia de juízo, mas só o Pai? Que entendemos por santidade, ao referir-nos à alma de Cristo? Que é santidade, substancial e santidade accidental? Como se prova que a alma humana de Cristo teve uma e outra? Como se prova pela Tradição e Escritura que Cristo não pecou? Como, por dedução teológica, que não podia pecar? Porque é que Deus podia morrer, mas não podia pecar?*

ART. 2.º — LIBERDADE DE JESUS CRISTO ENQUANTO HOMEM

TESE. A alma de Cristo tinha liberdade para eleger entre várias coisas, mesmo entre morrer ou não, pelos homens.

QUALIFICAÇÃO: Doutrina claramente contida na Sagrada Escritura.

Prova

452. Escritura. — 1. «Jesus andava por Galileia, pois não queria andar pela Judeia, porque os judeus queriam matá-lo» ⁽¹⁾. Quando na cruz lhe deram a beber vinho com fel, diz o evangelista S. Mateus, que «tendo-o provado, não o quis beber» ⁽²⁾. Destes tes-

(1) «Ambulabat Iesus in Galilaeam; non enim volebat in Iudaeam ambulare, quia quaerebant eum Iudaei interficere». S. João, vii, 1.

(2) «Et dederunt ei vinum bibere cum felle mistum. Et cum gustasset, noluit bibere». S. Mateus, xxvii, 34.

temunhos infere-se claramente que Jesus tinha liberdade de andar por uma parte ou por outra, de tomar ou recusar o que lhe ofereciam. Por conseguinte, possuía liberdade de acção relativamente a várias coisas.

2. Pelo que respeita à sua morte, diz-nos o mesmo Jesus: «*Por isso meu Pai me ama, porque entrego a minha vida para de novo a assumir. Ninguém ma pode tirar, mas eu a entrego por minha própria vontade, e tenho poder para entregá-la e... para a assumir. Tal é o mandato que recebi de meu Pai*» ⁽¹⁾. O Apóstolo S. Paulo diz do próprio Jesus Cristo: «*Humiliou-se a si mesmo, feito obediente até à morte e morte de cruz*» ⁽²⁾. Ora o mandato e a obediência supõem liberdade em quem há-de obedecer.

Notas Complementares

453. 1.^a Concórdia entre a liberdade e a impecabilidade de Cristo. — Se Cristo tinha liberdade, compreende-se que pudesse merecer, como de facto mereceu segundo veremos no capítulo seguinte. Surge, porém, uma séria dificuldade contra o que provámos acerca da impecabilidade. Com efeito, quem tem liberdade, pode pecar. Quem tem por exemplo, liberdade de roubar ou matar seu pai, pode pecar; fá-lo-á ou não, mas se tem liberdade, pode-o fazer e neste caso, ainda que o não faça, não é impecável. Da mesma maneira, Jesus Cristo não pecou, mas se tinha liberdade de eleição podia escolher uma coisa pecaminosa, e por isso mesmo, não era impecável.

Os Teólogos propõem diversas soluções para conciliar a impecabilidade de Cristo com a sua liberdade.

(1) «*Propterea me diligit Pater, quia ego pono animam meam, ut iterum sumam eam. Nemo tollit eam a me; sed ego pono eam a meipso, et potestatem habeo ponendi eam, et potestatem habeo iterum sumendi eam: hoc mandatum accepi a Patre meo*». S. João, x, 17 e 18.

(2) «*Humiliavit semetipsum, factus obediens usque ad mortem, mortem autem crucis*». Filipenses, II, 8.

Uma das mais claras e aceitáveis parece ser esta: Jesus Cristo era impecável, porque Deus velava com especial providência para que se não visse em circunstâncias em que pudesse pecar, e esta especial providência exigia-a a excelência da pessoa de Cristo, que era Deus.

A seguinte comparação ajudará a compreendê-lo. Suponhamos que uma criança deve percorrer um caminho onde há vinte obstáculos nos quais poderia tropeçar e cair. Para que, de facto, não só não tropece mas nem possa tropeçar, bastará desviar aqueles obstáculos nos quais iria tropeçar. Os outros, devido à direcção tomada pela criança, podem ficar onde estavam, sem perigo de que tropece neles. Com este meio, a criança não só não tropeça de facto, mas nem pode tropeçar. De maneira parecida a Providência Divina, com as suas graças e favores, apartava da vontade humana de Cristo tudo aquilo que pudesse ser ocasião de pecado. Essa providência era devida a Jesus, pela excelência da sua pessoa.

454. 2.^a Algumas propriedades do corpo de Cristo. — Jesus Cristo, como verdadeiro homem, sentia as penalidades naturais, que todos sentimos, e que, naturalmente, se dão em todo o corpo vivo: a dor, o cansaço, a fome, a sede, etc.. «Jesus, fatigado do caminho, estava sentado sobre a borda do poço» ⁽¹⁾.

«Tenho sede» ⁽²⁾. No horto de Getsemani padeceu dores, e no Calvário a morte.

Não teve contudo doenças, segundo o parecer dos Teólogos, porque estas não são conaturais a todos os corpos. Provêm de causas determinadas, que não são comuns a todos.

Não teve igualmente o que chamamos concupiscência, ou seja, incentivo ao pecado. Assim o ensinam unânimemente os Santos Padres e os Teólogos.

⁽¹⁾ «*Iesus ergo, fatigatus ex itinere, sedebat sic supra fontem*». S. João, iv, 6.

⁽²⁾ «*Sitio*». S. João, xix, 28.

RESUMO. — Como se va pela *Escritura* que *Jesus Cristo* tinha liberdade de er entre várias coisas? Como se prova que podia também er entre morrer e não morrer? Como se concilia a liberdade *Jesus* com a sua impecabilidade? Que comparação p esclarecer esta verdade? Que penalidades sentia o corpo *Jesus*, e de quais esteve isento?

CAPÍTULO III

A OBRA REDEORA DE CRISTO

ART. 1.º — PARA Q VEIO JESUS CRISTO AO UNDO

TESE. *Jesus Cristo* veio ao mundo para salvar os homens.

QUALIFICAÇÃO: De f

455. Explicação. — ão pretendemos com isto excluir outros fins, poremplo, dar glória a Deus, instruir mais perfeitame os homens sobre a Religião. Afirmamos, apenas que veio para salvar-nos, livrando-nos do pecado.

Pras

456. A) Tradição. «Por causa de nós, os homens, e da nossa salvo, desceu do céu e se fez homem, por graça do Irto Santo, nas entranhas da Virgem Maria» (1).

457. B) Escritura. «*Jesus Cristo* veio a este mundo para salvar os padores» (2). Deus «amou-

(1) Símbolo Niceno-Constantinopolitano. D. 86.

(2) «*Christus Iesus venit hunc mundum peccatores salvos facere*». 1 Timóteo, 1, 15.

nos e enviou o seu Filho como propiciação pelos nossos pecados» ⁽¹⁾. «Apareceu (na terra) para nos livrar dos nossos pecados» ⁽²⁾. «Não vim chamar os justos, mas os pecadores» ⁽³⁾, são palavras do próprio Jesus.

Notas Complementares

458. 1.^a Não era necessária a vinda de Jesus Cristo ao mundo para que fôssemos remidos do pecado. — Com efeito, Deus, como senhor absoluto de todas as coisas, podia perdoar-nos os pecados sem exigir por eles nenhuma reparação. Podia também exigir uma reparação qualquer de cada homem ou contentar-se com a satisfação de um só, por todos.

459. 2.^a Se Deus queria exigir uma satisfação condigna pelo pecado, é doutrina provável, que era necessária a vinda ao mundo de Jesus Cristo ou de outra pessoa divina. — *Satisfazer* é sofrer voluntariamente uma pena em reparação de uma culpa ou um castigo por ela merecido. Se há equivalência entre a ofensa feita e a reparação prestada, por outras palavras, se ao ofendido lhe agrada tanto a obra satisfatória, quanto lhe desagradou a ofensa, a satisfação chama-se *condigna*; no caso contrário, *congruente* ou *conveniente*. A opinião mais ordinária entre os Teólogos é que, se Deus queria exigir uma satisfação condigna, era necessária a vinda de Jesus Cristo ou de outra pessoa divina. Funda-se esta opinião em que, pelo pecado, fazemos a Deus uma ofensa em certo modo infinita, pois desobedecemos a uma pessoa de infinita dignidade, e um falta é tanto maior, quanto maior é a dignidade do ofendido. Portanto, para que houvesse uma satisfação infinita, era necessário que

⁽¹⁾ «*Dilexit nos, et misit Filium suum propitiationem pro peccatis nostris*». I S. João, iv, 10.

⁽²⁾ «*Ille apparuit ut peccata nostra tolleret*». I S. João, iii, 5.

⁽³⁾ «*Non veni vocare iustos, sed peccatores ad poenitentiam*». S. Lucas, v, 32.

a pessoa escolhida para a dar fosse também de valor infinito; de contrário, sempre a satisfação seria finita.

Os Teólogos da *Escola Escotista* ou franciscana não admitem este raciocínio. Segundo eles, o pecado não tem malícia infinita, e portanto, também não será necessário uma satisfação infinita.

460. 3." Se não tivesse havido nenhum pecado no mundo, é provável que Jesus Cristo não tivesse existido. — Assim o sustenta a maioria dos Teólogos, fundados no modo como a Escritura ou a Tradição se referem aos motivos da vinda de Cristo ao mundo — a salvação dos homens. Contudo os Escotistas defendem a opinião contrária. Segundo eles, ainda que não se tivesse cometido nenhum pecado, Jesus Cristo, pessoa divina, Deus e homem ao mesmo tempo, que deu a maior glória a Deus com as suas obras, teria vindo ao mundo, não como Redentor, pois não necessitariam os homens de ser remidos, mas como glorificador de Deus, como a flor mais bela da humanidade.

A primeira opinião parece mais conforme ao sentido óbvio dos testemunhos da Escritura e da Tradição, e por isso a segue a maioria dos Teólogos. A segunda, sustentada pelos Franciscanos, não é abertamente contrária a esse modo de falar da Escritura e da Tradição, e é de uma beleza incomparável.

Fazer depender do pecado a existência de Jesus Cristo e de Maria Santíssima como Mãe de Deus, com tudo o que essas pessoas significam na vida dos fiéis, será talvez mais verdadeiro; sustentar que teriam existido, mesmo que não se tivesse dado o pecado de Adão nem nenhum outro, parece incomparavelmente mais belo.

Aos textos da Tradição e Escritura, nos quais se afirma a vinda de Jesus ao mundo para salvar os pecadores, respondem os Escotistas que neles não se nega que Cristo teria vindo ao mundo se não se tivesse dado o pecado; unicamente se afirma que veio a remir-

-nos dele. A outros textos dos Santos Padres, onde clara e terminantemente se diz que Jesus Cristo não teria vindo ao mundo, se não houvesse necessidade de remir-nos do pecado, respondem que isso é verdade no sentido de que não teria vindo como veio, isto é, a sofrer e morrer por nós, mas que pôde ter vindo como glorificador de Deus. Além disso, aduzem os Escotistas, em prova da sua tese, alguns textos da Escritura, posto que menos claros que os da opinião contrária.

RESUMO. — *Que entendemos quando afirmamos que Jesus Cristo veio ao mundo para nós salvar? Como se prova pela Tradição e pela Escritura, que veio com esse fim? Era necessária a vinda de Jesus Cristo? Era-o no caso de Deus exigir uma satisfação condigna? Que ligação há entre a vinda de Cristo ao mundo e o pecado, segundo a opinião mais comum? Em que fundam esta opinião os Teólogos? Que pensam sobre esta questão os Escotistas? Qual das duas opiniões parece a mais verdadeira, e qual a mais bela? Como respondem os Escotistas aos argumentos da opinião contrária?*

ART. 2.º — JESUS CRISTO SATISFAZ PELOS NOSSOS PECADOS

TESE. Jesus Cristo, com a sua paixão e morte satisfaz a Deus pelos pecados de todos os homens.

QUALIFICAÇÃO: De fé.

461. Explicação. — Como dissemos no artigo anterior, nota 2.ª, *satisfazer* é sofrer voluntariamente uma pena (que pode ser qualquer acção boa, porquanto toda a boa acção é de algum modo custosa) para reparar uma culpa ou sofrer um castigo por ela merecido. Há duas espécies de *satisfação*: pessoal e *vicária*.

Satisfação pessoal: aquela em que sofre a pena o próprio ofensor; *satisfação vicária*: aquela em que sofre a pena uma pessoa distinta do ofensor. Assim, por exemplo, se um soldado ofende o seu general, poderá satisfazer o mesmo soldado pessoalmente (satisfação pessoal), ou prestar a satisfação exigida, algum companheiro ou parente do ofendido (satisfação vicária).

Para haver satisfação vicária é necessário que o ofendido a queira aceitar, porque tem direito (salvo sempre a sujeição ao superior, se o tiver), a que seja o próprio ofensor e não outrem quem preste a devida satisfação.

Cristo satisfaz pelos nossos pecados com todas as suas boas obras, mas de maneira *principalíssima* com a sua paixão e morte, às quais sobretudo se refere a Escritura, quando diz que Jesus Cristo nos remiu ou sofreu pelos nossos pecados.

462. Adversários. — 1. Os *pelagianos* afirmavam que o homem podia alcançar a vida eterna, só com as forças naturais, e portanto, sem necessidade de redenção.

2. Os *docetas* defendiam que Cristo tinha corpo aparente e não real.

3. Alguns *protestantes racionalistas*.

Provas

463. A) Tradição. — 1. «Jesus Cristo... com a sua santíssima paixão no lenho da cruz, mereceu-nos a justificação e por nós satisfaz a Deus Pai» ⁽¹⁾.

2. «Se alguém diz que (Cristo) se ofereceu como oblação também por si mesmo e não por nós sòmente..., seja anátema» ⁽²⁾.

(1) Concílio de Trento, ses. 6, cap. 7. D. 799.

(2) Concílio de Éfeso, cân. 10. D. 122.

464. B) Escritura. — «Isto é o meu sangue..., que será derramado... em remissão dos pecados» ⁽¹⁾.

«Ele é propiciação dos nossos pecados, e não só pelos nossos, mas também pelos de todo o mundo» ⁽²⁾.

«Não fostes remidos... com ouro ou prata, que são coisas corruptíveis..., mas com o precioso sangue de Cristo, como de um cordeiro imaculado» ⁽³⁾.

«Fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho» ⁽⁴⁾.

Sofrer por pecados alheios, ser vítima propiciatória por nossos pecados, remir-nos e reconciliar-nos com Deus à custa do próprio sangue e morte, é dizer que satisfaz pelos nossos pecados.

Notas Complementares

465. 1.ª A aceitação da satisfação de Jesus Cristo, por parte de Deus Pai. — Dissemos, ao explicar o enunciado da tese, que a satisfação vicária — como foi a prestada por Jesus Cristo — devia ser aceite pelo ofendido. Que Deus aceitou a satisfação de Jesus Cristo é evidente, pois «enviou o seu Filho como propiciação pelos nossos pecados» ⁽⁵⁾. Se foi enviado com esse fim, por seu Pai, evidentemente a sua satisfação foi aceite. Que Jesus Cristo sofresse voluntariamente (é esta a condição de toda a satisfação, pois de outra maneira, segundo Ele próprio afirma seria antes um castigo pelos pecados próprios ou alheios) di-lo ele mesmo: «Por isso me ama meu Pai, porque

⁽¹⁾ «Hic est enim sanguis meus novi testamenti, qui pro multis effundetur in remissionem peccatorum». S. Mateus, xxvi, 28.

⁽²⁾ «Ipse est propitiatio pro peccatis nostris: non pro nostris autem tantum, sed etiam pro totius mundi». I S. João, ii, 2.

⁽³⁾ «Non corruptilibus auro vel argento redempti estis... sed pretioso sanguine quasi agni immaculati Christi». I S. Pedro, i, 18 e 19.

⁽⁴⁾ «Reconciliati sumus Deo per mortem Filii eius». Romanos, v, 10.

⁽⁵⁾ «Misit Filium suum propitiationem pro peccatis nostris». I S. João, iv, 10.

dou a minha vida para de novo a assumir. Ninguém ma pode tirar, mas eu a dou por minha vontade» ⁽¹⁾.

466. 2.^a A satisfação de Cristo foi superabundante. — *«Remiu-nos não com ouro e prata, que são coisas corruptíveis..., mas com o seu precioso sangue... Imolado na ara da cruz. Ele, que era inocente, derramou, não uma gota de sangue, a qual, por estar unida ao Verbo, teria bastado para a redenção de todo o género humano, mas, como é sabido, derramou-o copiosamente»* ⁽²⁾.

Quanto mais alta é a dignidade da pessoa que nos faz um obséquio, tanto este é mais agradável em igualdade de circunstâncias. Por isso, sendo Jesus Cristo Deus, as suas acções agradavam infinitamente a seu Pai, e com qualquer delas, por pequena que fosse, podia satisfazer suficientemente pelos pecados do mundo, querendo Deus aceitá-la.

RESUMO. — *Como se define satisfação em geral, satisfação pessoal, e vicária? Porque deve a satisfação vicária ser aceite pelo ofendido? Com que obras Jesus Cristo satisfiz pelos nossos pecados? Quem nega que Jesus Cristo satisfizesse por nós? Como se demonstra pela Tradição e pela Escritura que o fez? Como se deduz da Escritura que a satisfação de Cristo foi aceite por seu Pai e prestada voluntariamente? Como se prova que essa satisfação foi superabundante?*

⁽¹⁾ *«Propterea me diligit Pater, quia ego pono animam meam, ut iterum sumam eam. Nemo tollit eam a meipso, et potestatem habeo ponendi eam et potestatem habeo iterum sumendi eam».* S. João, x, 17 e 18.

⁽²⁾ Bula *Unigenitus Dei Filius*, 25 de Jan. 1343. D. 550.

ART. 3.º — O QUE CRISTO MERECEU
PARA OS HOMENS

TESE. Jesus Cristo mereceu para os homens todos os dons sobrenaturais que lhes são concedidos.

QUALIFICAÇÃO: *Pelo menos teològicamente certa. Pode dar-se como de fé por assim o ensinar a Igreja no seu magistério universal ordinário.*

467. Explicação. — *Sobrenatural*, com respeito ao homem, é tudo aquilo que supera a sua natureza ⁽¹⁾.

Mérito é a qualidade pela qual uma boa obra se chama meritória; *meritória* é qualquer acção feita em obséquio de outra pessoa, ficando esta, por isso, de algum modo, obrigada a retribuí-la com um prémio. Se em vez de prémio a obra merece castigo, chama-se *demeritória*.

Duas espécies de mérito: mérito «de condigno» e mérito «de congruo». — Quando o prémio é devido por justiça, a obra que o mereceu chama-se meritória «de condigno»; no caso contrário, «de congruo». O operário merece pelo seu trabalho o salário ajustado: é um mérito «de condigno». Outra pessoa, não contratada, que espontâneamente veio ajudar esse operário, trabalhando com ele durante um tempo apreciável, merece do patrão algum prémio ou retribuição a título porém de conveniência ou «de congruo», não como dívida de justiça rigorosa.

(1) Cf. explicação mais pormenorizada deste conceito no Tratado de Deus Elevante, cap. 1, art. 4.º.

Provas

468. A) Tradição. — a) Cristo «com a sua santíssima paixão no lenho da cruz, mereceu-nos a justificação» ⁽¹⁾.

b) O começo (*exordium*) da justificação nos adultos ⁽²⁾ vem da graça... de Deus por Jesus Cristo ⁽³⁾.

c) «Jesus Cristo, como a cabeça nos membros e a vide nos sarmentos, exerce continuamente o seu influxo nos mesmos justificados, influxo que sempre antecede, acompanha e segue as suas boas obras, e sem o qual de nenhum modo poderiam ser gratas a Deus e *meritórias*» ⁽⁴⁾.

Logo, se a Jesus Cristo se há-de atribuir, como à sua causa, a graça da justificação, as graças que a preparam e as que a seguem, concluímos que todas as graças que recebemos se devem aos méritos de Cristo.

469. B) Escritura. — 1. **A graça santificante ou graça da justificação.** — Os homens são «*justificados gratuitamente pela sua graça (de Deus), pela redenção que Jesus Cristo realizou*» ⁽⁵⁾.

2. **As graças que preparam a justificação.** — Deus «*chamou-nos (à fé) com seu santo chamamento... segundo o seu beneplácito e a graça que nos foi dada em Jesus Cristo*» ⁽⁶⁾.

3. **Toda a espécie de graças.** — Deus «*abençoa-nos com toda a espécie de bênção espiritual (em bens*

⁽¹⁾ Concílio de Trento, ses. 6, cap. 7. D. 799.

⁽²⁾ O mesmo se diga com respeito às crianças, mas o Concílio aqui trata da justificação dos adultos.

⁽³⁾ Cf. Concílio de Trento, ses. 6, cap. 5. D. 797.

⁽⁴⁾ *Ibid.*, cap. 16. D. 809.

⁽⁵⁾ «*Iustificati gratis per gratiam ipsius per redemptionem quae est in Christo Iesu*». Romanos, III, 24.

⁽⁶⁾ «*Qui nos liberavit, et vocavit vocatione sua sancta, non secundum opera nostra, sed secundum propositum suum, et gratiam quae data est nobis in Christo Iesu*». II Timóteo, I, 9.

celestiais) *em Cristo*» ⁽¹⁾, quer dizer, Jesus Cristo é causa de todos os dons sobrenaturais que, de alguma maneira, nos levam à vida eterna. Diz-nos Jesus: «*Eu sou a vide, vós os sarmentos... sem mim nada podeis fazer*» ⁽²⁾; por outras palavras, sem Jesus Cristo, sem o seu influxo e graça, nada podemos fazer em ordem à vida sobrenatural.

Nota

470. O mérito de Jesus Cristo é «de condigno». — Deus Pai enviou seu Filho ao mundo para remir os homens com a sua paixão e morte, como demonstrámos nas teses anteriores. Isto equivale à promessa de que efectivamente o mundo ficaria remido se Jesus Cristo morresse por ele. Por outra parte, os seus actos, sendo actos divinos, são de um valor infinito, e portanto, meritórios «*de condigno*», pois não só possuem a devida proporção como o prémio que lhes está prometido, mas excedem-na.

471. Conclusão. — A Jesus Cristo devemos, por conseguinte, tudo o que podemos fazer em ordem a conseguir, conservar e aumentar a vida da graça, e, consequentemente, a glória da bem-aventurança. Devolve-nos a vida, que perdêramos pelo pecado de Adão; redime-nos do estado de pecado, como se redimisse um escravo, dando para esse fim o preço do seu preciosíssimo sangue.

Tal a obra de Jesus para com os homens: satisfazer pelos pecados deles com o seu sangue, remi-los, merecer-lhes toda a espécie de graças, em ordem à vida eterna, salvá-los. Por isso se lhe dá o nome de Redentor e Salvador dos homens.

⁽¹⁾ «*Qui benedixit nos in omni benedictione spirituali in caelestibus in Christo*». Efésios, 1, 3.

⁽²⁾ «*Ego sum vitis, vos palmites... quia sine me nihil potestis facere*». S. João, xv, 5.

RESUMO. — *A que se chama obra meritória ? Quando se diz que uma obra é meritória «de condigno», e quando «de congruo»? Como se demonstra pela Tradição que Jesus Cristo nos mereceu a graça da justificação, as graças que a preparam e as que tornam as obras dos justos meritórias? Como se prova pela Escritura que nos mereceu toda a espécie de graças? Como se prova que esse mérito foi «de condigno»? Porque é Jesus Cristo, nosso Salvador e Redentor?*

CAPÍTULO IV

MARIA, MÃE DE JESUS CRISTO

472. Dada a íntima conexão entre Jesus Cristo e sua Mãe, depois de estudar a pessoa de Jesus Cristo, é lógico tratarmos da pessoa de Maria, percorrendo os privilégios com que Deus enaltece Aquela que fora escolhida para Mãe do Redentor.

TESE. Maria é Mãe de Deus.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

473. * Explicação. — Supomos já provado que Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem e que o seu corpo foi gerado pela Virgem Maria. Donde se deduz que Maria foi verdadeiramente Mãe de Jesus, Mãe de Cristo. Poderá também chamar-se Mãe de Deus? É o que afirmamos e provamos na tese.

474. Adversários. — * (1.º *Indirectos*: a) Todos os que não admitem a divindade de Cristo; b) Os que não admitem a verdadeira humanidade de Cristo; c) Os que negam que essa humanidade nasceu de Maria).

2.º *Directos*. Sendo Maria Mãe de Jesus Cristo, e havendo em Cristo, como vimos, duas naturezas — a divina do Verbo, e a humana constituída pelo corpo e alma humanas — Nestório e seus discípulos

diziam: Maria não é Mãe de Deus, mas só de Cristo homem. Deus existia antes de Maria, logo esta não pode ser Mãe de Deus.

475. Advertência. — À primeira vista poderia a alguém parecer que se tratava de uma questão mais de palavras que de realidades. Os hereges e os católicos sustentavam unânimemente que Deus existia antes de Maria, que de Maria se tomou a carne da qual se formou o corpo de Jesus, e que no seio de Maria se formou e dele nasceu Jesus Cristo. Diferiam, contudo, numa questão intimamente ligada com a presente, a saber: se em Jesus Cristo havia uma ou duas pessoas.

Pergunta-se: deve afirmar-se que Maria é Mãe de Deus? A esta pergunta responde afirmativamente a Escritura e a Tradição.

Provas

476. A) Tradição. — 1. «Se alguém não confessa... que a Santíssima Virgem é Mãe de Deus, já que deu à luz segundo a carne, o Verbo de Deus feito homem, seja anátema» ⁽¹⁾.

2. «Se alguém diz que a Santa, gloriosa e sempre Virgem Maria é imprópria e não verdadeiramente Mãe de Deus..., seja anátema» ⁽²⁾.

3. Concílio Calcedonense ⁽³⁾ e Concílio Lateranense ⁽⁴⁾.

477. B) Escritura. — 1. Segundo a Escritura, Maria deu à luz Jesus Cristo, seu filho primogénito; ora Jesus Cristo é Deus; logo Maria, segundo o modo de falar da Escritura é Mãe de Deus.

«Subiu José... à cidade de David que se chama Belém... com Maria, sua esposa, que estava grávida.

⁽¹⁾ Concílio de Éfeso, anatematismo, l. D. 113.

⁽²⁾ Concílio 2.º de Constantinopla. D. 218.

⁽³⁾ D. 148.

⁽⁴⁾ D. 256.

E succedeu que estando ali, se completaram os dias em que devia dar à luz. E deu à luz o seu filho primogénito» ⁽¹⁾.

* 2. (S. Lucas: «O que nascer de ti será chamado *Filho de Deus*» ⁽²⁾). O que nascer de Maria será Filho de Deus no sentido próprio, portanto, Deus. Ora o que nascer de Maria é filho de Maria, por conseguinte, o filho de Maria será Deus, isto é, Maria é Mãe de Deus.

3. S. Lucas: «*Donde a mim que venha à minha casa a Mãe do meu Senhor?*» ⁽³⁾. Isabel inspirada pelo Espírito Santo chama a Maria: Mãe do meu Senhor. Ora nome do Senhor era estritamente divino, portanto, chama Maria Mãe de Deus).

478. Consequência. — Logo, segundo a Escritura e a Tradição, Maria há-de chamar-se Mãe de Deus porque dela nasceu Jesus Cristo, que é Deus. É este o grande privilégio de Maria. Os outros, ou são preparação para esta grande dignidade, como a sua Conceição Imaculada, ou são consequências dela, como a excelência de graças e méritos, e a Assunção gloriosa, em corpo e alma.

Nota

479. Maria Mãe dos homens. — Damos a Maria o doce nome de Mãe, e Mãe de todos os homens:

1.º Porque assim a invoca a Igreja na *Salve-Rainha*, «*Salve-Rainha, Mãe de misericórdia*»; no hino *Ave Maris Stella*, «*mostrai que sois Mãe*»; na sequência *Stabat Mater*, «*eia! Mãe, fonte de amor*».

(1) «*Ascendit autem et Ioseph a Galilaea, de civitate Nazareth in Iudaeam, in civitatem David, quae vocatur Bethlehem eo quod esset de domo et familia David, ut profiteretur cum Maria, desponsata sibi uxore praegnanter. Factum est autem, cum essent ibi, impleti sunt dies ut parceret. Et peperit filium suum primogenitum*». S. Lucas, II, 4 e 8.

(2) «*Quod nascetur ex te sanctum vocabitur Filius Dei*». S. Lucas, I, 35.

(3) «*Et unde hoc mihi ut veniat mater Domini mei ad me?*» S. Lucas, I, 43.

2.º Porque como Mãe carinhosa, tem dispensado aos homens, no decorrer dos tempos, inumeráveis benefícios, e por isso as suas imagens e santuários são extraordinariamente venerados e concorridos.

3.º Porque Jesus lhe deu por filho a S. João com aquelas palavras: «*Mulher, eis aí teu filho*» (1), e em S. João, «segundo o sentir constante da Igreja, designou Jesus Cristo o Género Humano, sobretudo os que haviam de crer nele» (2).

RESUMO. — *Porque tratamos aqui da Virgem Maria? Quem negou a maternidade divina de Maria e por que razão? Como se prova esse privilégio pela Tradição e Escritura? Que relação há entre este e outros privilégios concedidos a Maria? Que motivos temos, para a chamar nossa Mãe e Mãe de todos os homens?*

ART. 2.º — A IMACULADA CONCEIÇÃO

TESE. Maria foi imaculada na sua concepção, quer dizer, não contraiu o pecado original.

QUALIFICAÇÃO: De fé.

480. * Explicação. — (Era tal a excelência da maternidade divina que exigia uma suma pureza moral em Maria. Só por meio dessa pureza «Deus preparava a seu Filho uma digna morada». Por um privilégio e graça singular preservou-a da lei geral que mancha — todos os homens propagados por geração natural — com o pecado original. Este privilégio foi-lhe concedido em atenção aos méritos de Cristo Redentor e Salvador de todos os homens.

A Redenção pode ser dúplice: *liberativa* se livra de um mal já existente; *preservativa*, se preserva de um mal que devia existir necessariamente. Tal foi a redenção de Maria).

(1) «*Mulier, ecce filius tuus*». S. João, XIX, 26.

(2) Leão XIII, Encíclica *Adiutricem populi*, 5 Set. 1895.

481. Adversários. — Foram-no, antigamente, grandes santos e grandes teólogos — *St.º Anselmo, S. Boaventura, S. Tomás* — não para diminuir em nada as glórias de Maria, mas por julgarem que, sendo Jesus Cristo Redentor de todos os homens, também o era de sua Mãe. E tinham nisto razão; erraram, era necessário que tivesse estado, ao menos um instante, em pecado. Ora Jesus Cristo remiu-a, não levantando-a do pecado, como aos demais homens, mas não a deixando cair nele.

Provas

482. A) Tradição. — «Definimos que... a doutrina, segundo a qual a Bem-Aventurada Virgem Maria, no primeiro instante da sua concepção, foi... preservada imune de toda a mancha de culpa original, é revelada por Deus e, portanto, há-de ser crida por todos os fiéis firme e constantemente» ⁽¹⁾.

483. B) Escritura. — 1. No livro do Génesis ⁽²⁾, Deus diz à serpente: «*Porei inimizades entre ti e a mulher, entre a tua descendência e a sua. Ela (a descendência da mulher) esmagará a tua cabeça*».

Nesta passagem da Escritura, Deus anuncia que haverá inimizades entre a mulher e a serpente e, vitória completa por meio da descendência da mulher. Ora, não seria completa a vitória, se a mulher em questão, tivesse estado sujeita ao demónio pelo pecado, ainda que este fosse só o original. Que esta mulher seja Maria, e a serpente o demónio, é doutrina frequente entre os Padres e Escritores Eclesiásticos, embora alguns dos mais notáveis apresentem outra interpretação ⁽³⁾. A prova anterior está, portanto, tirada das palavras da Escritura, tal como devem entender-se segundo a Tradição.

(1) Pio IX, Bula *Ineffabilis Deus*, 8 Dez. 1854. D. 1641.

(2) Cap. 3, 15.

(3) Cf. *Lennerz, Gregorianum*, 1946, pág. 300.

Pio XII, na encíclica *Fulgens Corona*, publicada em 1953 por ocasião do centenário da definição dogmática da Imaculada Conceição, diz o seguinte:

O fundamento da doutrina da Imaculada Conceição aparece nas mesmas Sagradas Escrituras, nas quais Deus, criador de todas as coisas, fala, depois da miserável queda de Adão, à tentadora e corruptora serpente, com estas palavras que não poucos dos Santos Padres e doutores da Igreja e muitíssimos reputados intérpretes, aplicam à Virgem Mãe de Deus: *Porei inimizades entre ti e a mulher, entre a tua descendência e a dela* (Gén. III, 5).

Por conseguinte: se a Virgem Maria tivesse chegado a estar por algum tempo sem a graça divina, nesse espaço de tempo, por breve que fosse, não teria havido, entre Ela e a serpente, aquela eterna inimizade da qual se faz menção desde a primeira «tradição» até à definição solene da Imaculada Conceição. Teria havido, pelo contrário, certa sujeição.

* 2. (S. Lucas: «*Ave, cheia de graça*»). Afirma que Maria estava cheia de graça não de qualquer forma, mas como convinha à Mãe do Redentor e de Deus; ora tal plenitude de graça inclui a imunidade do pecado original, portanto Maria foi imaculada na sua concepção.

À dignidade de Mãe de Deus competia não ter tido nunca participação alguma com os inimigos do Redentor, e não ter sido nunca odiada por Deus; ora tal só pela imunidade do pecado original).

484. * C) Razão Teológica. — (Convinha que Maria, que havia de ser Mãe de Deus, fosse santíssima e tivesse toda a imunidade possível de pecado. Ora, não há razão alguma que se oponha a essa imunidade; portanto teve-a desde o primeiro instante da sua concepção.

Deus pôde criar a alma da SS.^{ma} Virgem em estado de graça. A isto não se opõe: a) o dogma da univer-

salidade do pecado original. Deste só se pode concluir que Maria *devia* ter contraído o pecado original, mas não se segue que Deus a não pudesse ter eximido de contrai-lo, de facto; b) o dogma da universalidade da redenção. Deus pôde remi-la com a redenção preservativa; c) o dogma da redenção por meio de Cristo. Deus pôde remi-la pelos méritos de Cristo absolutamente previstos).

RESUMO. — *Quem negou a Imaculada Conceição de Maria e por que motivo? Porque não tem valor tal argumento? Como se prova a Imaculada Conceição de Maria, pela Tradição? E pela Escritura, à luz da Tradição? Pode também provar-se pela Razão Teológica?*

ART. 3.º — A AUSÊNCIA DE TODO O PECADO EM MARIA

TESE. Maria foi isenta de todo o pecado venial.

QUALIFICAÇÃO: *Pode dizer-se de fé porque assim o ensina a Igreja no seu magistério universal ordinário. Pelo menos é teologicamente certa* ⁽¹⁾.

Provas

485. * **Explicação.** — (A suma pureza da SS. Virgem não só se estende ao pecado original com a imunidade da «fomes de pecado» mas também a todo o pecado pessoal: mortal ou venial. A questão do pecado mortal é por si mesma tão patente que os teólogos costumam tratar só da imunidade do pecado venial. Esta isenção constitui um privilégio especial da SS. Virgem, porque é de fé que o homem justo não pode evitar todos os pecados veniais durante toda a vida. A SS. Virgem evitou-os em virtude de uma excepção a essa lei, isto é, por um privilégio especial, que não consta — pelo menos com esta amplitude — ter sido concedido a mais ninguém).

(1) Cf. Lennerz, *Gregorianum*, 1946, pág. 300.

486. **Adversários.** — Os protestantes.

487. **A) Tradição.** — «Se alguém disser que o homem, uma vez justificado,... pode evitar durante toda a vida todos os pecados, mesmo os veniais, a não ser por um privilégio especial de Deus, como o ensina a Igreja tratando-se da Virgem Maria, seja anátema» ⁽¹⁾. Logo, segundo a doutrina da Igreja, em Maria não houve pecado de nenhuma espécie, nem mortal nem venial.

488. * **B) Escritura.** — A Sagrada Escritura diz que Maria havia de travar inimizades com o demónio «*porei inimizades entre ti e a mulher*» ⁽²⁾ e seria cheia de graça, «*Ave, cheia de graça*» ⁽³⁾. Ora não podia afirmar nem uma coisa nem outrase tivesse cometido algum pecado por menor que fosse; portanto, a SS. Virgem foi isenta de toda a mancha.

489. * **C) Razão Teológica.** — 1. A SS. Virgem elevada à excelsa dignidade de Mãe de Deus — convinha estar ornada com a suma pureza; por conseguinte foi isenta de qualquer pecado ainda que levíssimo. 2. A fonte principal dos pecados veniais é a «fomes» do pecado; ora tal «fomes» de pecado estava extinta na SS. Virgem, logo não cometeu nenhum pecado.

490. **D) Consentimento dos Teólogos.** — Todos estão de acordo que Maria foi isenta da concupiscência que a incitasse ao pecado.

RESUMO. — *Porque é que os teólogos só tratam da imunidade do pecado venial? Quem nega esse privilégio a Maria? Como se prova pela Tradição, Escritura, Razão Teológica e Consentimento dos teólogos que a SS. Virgem gozou desse privilégio?*

(1) Concílio de Trento, ses. 6, cân. 23. D. 833.

(2) «*Inimicitias ponam inter te et mulierem*». Gén., iii, 15.

(3) «*Ave, gratia plena*». S. Lucas, i, 28.

ART. 4.º — A VIRGINDADE DE MARIA

TESE. Maria foi virgem antes do parto, no parto e depois do parto.

QUALIFICAÇÃO: *De fé, pelo menos porque assim o ensina a Igreja no seu magistério universal ordinário.*

491. Explicação. — 1.º Maria foi virgem antes e depois do parto, quer dizer, não só não pecou nunca contra a castidade, mas nem sequer, na sua vida de casada, teve as legítimas relações matrimoniais com seu esposo.

2.º Maria foi virgem no parto, quer dizer, ao nascer Jesus, não sofreu no seu corpo a lesão, que como virgem teria naturalmente sofrido, se seu filho não saísse milagrosamente do seu puríssimo seio.

492. Adversários. — Foram-no antigamente os *ebionitas* e *arianos*, e são-no actualmente os *racionalistas*.

Provas

493. A) Tradição. — 1. O 2.º Concílio de Constantinopla, chama a Maria: «Santa, gloriosa, sempre virgem» (1).

2. Paulo IV, na Constituição «*Cum quorundam*», censura os erros seguintes: a) Que Deus não seja uno em essência e trino em pessoas. b) Que Jesus Cristo não seja Deus. c) Que não fosse concebido, segundo a carne, no seio da Bem-Aventurada sempre Virgem Maria por graça do Espírito Santo... d) Que... não tenha morrido por nossos pecados. e) Que a mesma Bem-Aventurada Virgem Maria não seja verdadeira Mãe de Deus, nem tenha permanecido sempre na

(1) D. 218.

inteireza da sua virgindade, isto é, *antes do parto, no parto e perpétuamente depois do parto...* (1).

Como todos os outros erros enumerados são here-sias manifestas, deduz-se que o último também o é, e portanto a nossa tese é de fé.

3. O Concílio de Latrão do ano 649 (concílio particular), diz assim num dos seu cânones, aprovados depois pelo Papa St.º Agatão: «Se alguém, de harmonia com os Santos Padres, não confessa que a Imaculada, Santa e sempre Virgem Maria é própria e verdadeiramente Mãe de Deus, já que... por graça do Espírito Santo concebeu o mesmo Deus-Verbo..., que nasceu de Deus-Pai antes de todos os séculos, e o gerou de modo incorruptível, permanecendo intacta a sua virgindade também depois do parto, seja anátema» (2).

494. B) Escritura. — a) No Novo Testamento afirma-se:

1.º Que Maria era virgem antes da Anunciação. «*Foi enviado por Deus o Anjo Gabriel... a uma virgem desposada..., com o nome de Maria*» (3).

2.º Que Maria tinha firme propósito de não usar dos seus direitos matrimoniais: «*Como sucederá isso, pois não tenho relações com varão?*» (4).

3.º Que Jesus foi concebido sem intervenção humana, por graça do Espírito Santo: «*O Espírito Santo descenderá sobre ti, e a virtude do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra: por isso o Santo que de ti há-de nascer será chamado Filho de Deus*» (5).

(1) Cf. D. 993.

(2) D. 256.

(3) «*Missus est angelus Gabriel a Deo in civitatem Galilaeae, cui nomen Nazareth, ad virginem desponsatam viro, cui nomen erat Ioseph, de domo David, et nomen virginis Mariae*». S. Lucas, I, 26 e 27.

(4) «*Quomodo fiet istud, quoniam virum non cognosco?*» S. Lucas, I, 34.

(5) «*Spiritus sanctus superveniet in te, et virtus Altissimi obumbravit tibi. Ideoque et quod nascetur ex te sanctum, vocabitur Filius Dei*». S. Lucas, I, 35.

495. b) No Antigo Testamento afirma-se, que Maria foi virgem antes do parto e no parto. Com efeito, encontrando-se Acaz, rei de Jerusalém, ameaçado pelos reis da Síria e Samaria, foi ter com ele o profeta Isaías, para lhe anunciar que os seus inimigos não prevaleceriam. *«Pede para ti um sinal (disto) ao Senhor Deus»* disse Isaías ao rei. *«Não pedirei tal — respondeu Acaz — nem tentarei o Senhor».* *«O mesmo Senhor vos dará este sinal»,* replicou Isaías, *«eis que uma Virgem conceberá e dará à luz um filho»* ⁽¹⁾.

Estas palavras só têm explicação aplicadas a Jesus Cristo e Maria. Logo, a Cristo e Maria se hão-de referir, como o afirma expressamente o evangelista S. Mateus. A conceição virginal de Jesus teve lugar *«para que se cumprisse o que o Senhor tinha dito pelo profeta: Eis que uma virgem conceberá e dará à luz um filho»* ⁽²⁾. Que na profecia de Isaías se trata de uma pessoa que concebe e dá à luz, sendo e permanecendo virgem, é manifesto, pois se trata de um sinal prodigioso. Ora, que uma mulher virgem case, e pelas relações com seu marido chegue a ser mãe, não é um caso nem sinal prodigioso. O prodigioso está, portanto, em que essa mãe era e ficou virgem.

496. Consta pela Escritura que Maria foi virgem antes do parto e no parto, mas não consta que o fosse depois do parto. Para prová-lo, é necessário recorrer à Tradição.

RESUMO. — Que se entende quando afirmamos que Maria foi virgem antes do parto, no parto e depois do parto? Quem nega a virgindade de Maria? Como se pode deduzir da

(1) *«Pcte tibi signum a Domino Deo tuo... dixit Achaz: Non petam, et non tentabo Dominum... Propter hoc dabit Dominus ipse vobis signum: Ecce virgo concipiet, et pariet filium».* Isaías, VII, 11 a 15.

(2) *«Hoc autem totum factum est ut adimpleretur quod dictum est a Domino per prophetam dicentem: Ecce virgo in utero habebit, et pariet filium».* S. Mateus, I, 22 e 23.

doutrina de Paulo IV que é verdade de fé? Que se afirma expressamente da virgindade de Maria no Novo Testamento? Como se prova pelo Antigo Testamento que Maria foi virgem antes do parto e no parto?

ART. 5.º — A ASSUNÇÃO DE MARIA

TESE. Maria está no céu em corpo e alma.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

497. * Explicação. — (*Assunção* significa no sentido estrito da palavra, translação para o céu por virtude superior. Nisto difere da *Ascensão* que é também uma translação para o céu, mas por virtude própria. Tal foi a de Cristo).

498. * Adversários. — (*Na Idade Média Adamano, S. Beda, e outros. Nos séculos XVI e XVII, além de alguns protestantes, Joly e Launoy na França.*).

Provas

499. Tradição. — 1.ª Na Bula *Munificentissimus Deus* de 1 de Novembro de 1950, Pio XII diz o seguinte: «Definimos ser dogma de revelação divina que a Imaculada Mãe de Deus sempre Virgem Maria, cumprido o curso de sua vida sobre a terra, foi levada em corpo e alma à glória celestial.

2.ª Antes dessa definição estavam de acordo nessa doutrina todos os Teólogos; logo era inteiramente certa.

3.ª A Igreja celebra com festa de preceito a Assunção de Maria aos céus em corpo e alma; logo, podemos afirmar com certeza que é esse o seu sentir. Como a Igreja é infalível, segue-se que, de facto, Maria está no céu em corpo e alma.

Nota

500. **Maria, Rainha da Criação.** — A Escritura não diz que Maria superasse em graça santificante qualquer outra pura criatura, nem que tenha no céu uma glória superior a todas elas, como rainha e senhora dos céus e da terra, mas é este o sentir da Igreja universal, e deve ter-se como doutrina certíssima. A sua imensa dignidade está proclamando que excede em graça e mérito todas as criaturas, e que é rainha de todas elas.

RESUMO. — *Que distinção há entre Assunção e Ascensão? Houve quem negasse esse privilégio? Como se prova pela Tradição, que a SS. Virgem o teve? É verdade de fé? Em que se apoia a Igreja quando afirma que Maria tem mais graça e mérito que qualquer pura criatura e que é rainha dos céus e da terra?*

ART. 6.º — CULTO DE MARIA E DOS SANTOS

TESE. Invocar a Maria e aos Santos e pedir-lhes o seu valimento para alcançar os benefícios do Senhor, é útil e piedoso.

QUALIFICAÇÃO: *Pelo menos doutrina católica. Pode dizer-se de fé por assim se encontrar no magistério ordinário universal da Igreja.*

501. **Explicação.** — Só se invoca a quem possui certa excelência e preeminência sobre nós. Portanto, se dizemos que é útil e piedoso invocar os Santos, pelo mesmo facto, afirmamos que é lícito reconhecer e honrar a sua excelência, fundamento de tal invocação. Todas as graças nos vêm de Deus, pelos

méritos de Jesus Cristo. Maria e os Santos servem de intercessores para que, de facto, se nos concedam.

502. Adversários. — Para os *protestantes e modernistas*, é supersticioso e idolátrico tributar culto a outrem que não seja Deus.

Provas

503. Tradição.—1.^a Manda o Concílio de Trento a todos os Bispos e a quantos têm o ofício de ensinar, que instruem diligentemente os fiéis, ensinando-lhes que «é bom e útil invocar deprecativamente (os Santos), e recorrer ao seu valimento... para impetrar benefícios de Deus por seu Filho Jesus Cristo Nosso Senhor», e que «têm sentimentos ímpios» ⁽¹⁾ os que afirmam o contrário.

504. 2.^a Assim o ensina a prática constante da Igreja universal, a qual, por ser infalível, não nos pode enganar.

505. Nota. — O culto tributado a Deus chama-se *latría*, palavra de origem grega, que significa — adoração. Só se pode adorar a Deus, como a supremo Senhor de todas as coisas. O culto dos Santos chama-se *dulia*, quer dizer — prestação de um serviço, veneração. O que se tributa a Maria chama-se *hiperdulia*, isto é — um culto superior ao precedente, e inferior ao que se tributa a Deus.

(1) Ses. 25, Da Invocação dos Santos. D. 984.

Notas Complementares

506. 1.^a A Mediação Universal de Maria. — Provamos ⁽¹⁾ que todas as graças nos vêm por Jesus Cristo. Como Jesus Cristo nos é dado por Maria, já por este título é Maria meio pelo qual nos são concedidas todas as graças, tanto mais que voluntariamente aceitou ser Mãe de Jesus, ao dar o seu consentimento ao anjo S. Gabriel ⁽²⁾. Além desta razão, é doutrina comum entre os Teólogos que Maria é medianeira de todas as graças, como universal intercessora, para que se nos concedam. Maria é, evidentemente, medianeira mais universal e eficaz, que qualquer santo por cuja intercessão pedimos e esperamos alcançar os benefícios de Deus.

É também certo que Jesus Cristo é o único mediador absolutamente necessário, para nos serem concedidas as graças ou favores sobrenaturais. Maria é a medianeira que nos ajuda a conseguir essas mesmas graças, mais rápida, fácil e seguramente.

Leão XIII, na sua encíclica *Octobri mense*, de 22 de Setembro de 1891, ensina o seguinte: pode-se dizer com verdade e propriedade que, por disposição de Deus, nada se nos dá do grande tesouro de graça que o Senhor nos trouxe, senão por meio de Maria (D. 1940 a).

E S. Pio X, na encíclica *Ad diem*, de 2 de Fevereiro de 1904, diz que Maria «mereceu ser dispensadora de todas as graças que Jesus nos trouxe com o seu sangue e morte» (D. 1897 a).

507. 2.^a Maria, co-redentora. — A Virgem Santíssima «abdicou dos seus direitos maternais e imolou o seu Filho, quanto era da sua parte, por aplacar a

(1) Tratado 8.º, cap. III, art. 3.º.

(2) «Ecce ancilla Domini, fiat mihi secundum verbum tuum.» S. Lucas, 1, 38.

justiça divina; sofreu de tal modo e quase morreu com o Filho que sofria e morria, que se pode com razão dizer que remiu, com Jesus Cristo, o género humano» (1).

A Virgem dolorosa participou com Jesus Cristo na obra da redenção (2).

S. Pio X, em 22 de Janeiro de 1914, concedeu indulgências a uma oração na qual se chama a Nossa Senhora *Co-redentora do género humano* (3).

508. 3.^a A devoção a Maria, penhor de salvação. — Diz-se ordinariamente que a devoção a Maria é penhor de salvação. O sentido desta e de outras frases em que se atribui esse penhor de salvação a certas devoções — como rezar determinadas preces, trazer consigo tal escapulário, comungar nas primeiras sextas-feiras de nove meses seguidos, viver e morrer em tal Ordem ou Congregação religiosa, etc. — é que isso constitui uma garantia mais ou menos segura de que Deus nos concederá a graça de não morrer em pecado. Não dizemos, portanto, que a devoção à SS. Virgem ou as restantes práticas mencionadas sejam uma condição, de tal natureza, que só por si, baste para assegurar-nos a entrada no céu.

Ninguém se salva sem a graça santificante, e esta, uma vez adquirida no baptismo, não se conserva sem a guarda dos mandamentos. Se alguma vez se perdeu pelo pecado, só poderá recobrar-se por um destes meios: a contrição perfeita; um acto de amor de Deus sobre todas as coisas; um acto de atrição dos pecados acompanhado do martírio, da confissão, ou, eventualmente, da extrema-unção, como adiante se explicará.

As devoções ou práticas mencionadas acima, não dão, por si sós, direito a entrar no céu. São contudo

(1) Letras apostólicas *Inter Sodaditia*, de Bento XV, de 22 de Março de 1918. D. 1978 a na nota.

(2) Pio XI, nas letras apostólicas *Explorata res*, de 2 de Fevereiro de 1923. D. 1978 a na nota.

(3) D. 1978 a na nota.

meios mais ou menos eficazes, que nos ajudarão a conservar a graça ou a adquiri-la de novo, se tivermos a desgraça de perdê-la.

RESUMO. — *Quem negou que era útil e piedoso invocar a Virgem Maria e os Santos? Como se prova que o é, pelo Concílio de Trento e prática da Igreja? Que nomes se dão ao culto tributado a Deus, à SS. Virgem e aos Santos, e que significam? Porque é Maria medianeira universal de todas as graças? Quem é o único mediador absolutamente necessário para a sua consecução, e como contribui para esta a mediação de Maria? Como deve interpretar-se a frase «a devoção a Maria é penhor de salvação», e outras parecidas? Que condição é absolutamente necessária para entrar no céu, e quais os meios indispensáveis para satisfazer a essa condição?*

DEUS SANTIFICADOR

Deus santifica-nos com a sua graça que nos dá, sobretudo, por meio dos Sacramentos.

Por isso este tratado divide-se em duas partes: *Graça e Sacramentos*.

I — A GRAÇA

- * *NOTA BIBLIOGRÁFICA* — A. A. GOUPIL, *La grâce*, Paris, Paillard. — A. ODDONE, *I problemi della grazia divina*, Milão. — ARAMI, *Vivei a Vida*, trad. port., Braga, Liv. Cruz. — G. H. JOICE, *The Catholic Doctrine of Grace*, Londres. — G. TRUE, *La grâce, Essai de psychologie religieuse*, Paris. — J. B. TERRIEN, *La grâce et la gloire*, Paris. — M. SCHEEBEN, *Les merveilles de la grâce divine*. — P. DUMON, *Liberté humaine et concours divin d'après Suarez*, Paris, Beauchesne. — R. PLUS, *Deus em nós*, trad. port., Porto, Liv. A. I.

CAPÍTULO 1

NECESSIDADE DA GRAÇA

ART. 1.º — NECESSIDADE DA GRAÇA PARA GUARDAR A LEI NATURAL

TESE. O homem sem o auxílio da graça, isto é, abandonado às próprias forças naturais, não pode guardar por muito tempo a lei natural.

QUALIFICAÇÃO: *Pelo menos teològicamente certa.*

509. Explicação. — a) **Sentidos da palavra «graça».**

1.º *Atractivo*, como quando dizemos: «tem muita graça». Dela se deriva o adjectivo «gracioso», que se aplica a uma pessoa dotada de encantos ou atractivos.

2.º *Acto de agradecimento*, como na expressão: «mil graças te dou».

3.º *Benevolência* ou *boa disposição*, quando dizemos: «Pedro caiu em graça a João», ou por outras palavras: «João recebeu com benevolência, ou com boa disposição, a Pedro».

4. *Um favor* ou *auxílio* que não nos é devido, como quando pedimos a Deus: «Concedei-me tal graça», por exemplo, que não morra determinada pessoa de família. Neste último sentido, é empregada nos documentos citados nas teses seguintes e sempre a usaremos em todo o livro.

510. b) Sentido do enunciado da tese. — Afirmamos que o homem, sem um auxílio especial de

Deus, isto é, abandonado unicamente às próprias forças naturais, não pode ser fiel durante muito tempo aos preceitos da lei natural, que praticamente são os do decálogo. Não se determina matematicamente quanto tempo pode o homem viver sem os transgredir. Os documentos, que apresentaremos em prova da tese, falam da dificuldade em guardar os mandamentos, proveniente da concupiscência da carne. Por conseguinte, o homem não poderá guardá-los durante um tempo suficientemente prolongado, em que ocorram essas tentações.

511. Adversários. — Antigamente os *pelagianos*, segundo os quais o homem tem na sua mesma natureza quanto se requer para conseguir a vida eterna e para evitar o pecado.

Provas

512. A) Tradição. — «Ninguém nem mesmo o que foi renovado pela graça baptismal, é capaz de superar as tentações diabólicas e vencer a concupiscência da carne, a não ser que, por um auxílio quotidiano de Deus, receba a graça de perseverar no bom procedimento» ⁽¹⁾. Logo, o homem não pode, sem um auxílio especial de Deus, domar a concupiscência da carne, e, portanto, não pode guardar a lei natural.

513. B) Escritura. — «Segundo o homem interior, comprazo-me na lei de Deus; mas vejo nos meus membros outra lei oposta à lei do meu espírito, e que me faz cativo na lei do pecado, que está nos meus membros. Infeliz de mim! Quem me livrará deste corpo de morte? A graça de Deus, por Jesus Cristo Nosso Senhor» ⁽²⁾.

(1) Indículo ou colecção de testemunhos autorizados, dos Papas anteriores ao século VI. D. 132.

(2) «*Condelector enim legi Dei secundum interiorem hominem; video autem aliam legem in membris meis, repugnantem legi mentis meae, et captivantem me in lege peccati quae est in membris meis, Infelix ego homo! quis me liberabit de corpore mortis huius? Gratia Dei per Iesum Christum Dominum nostrum*». Romanos, VII, 22 a 25.

O sentido é claro, quando se lê todo o capítulo VII da epístola de S. Paulo aos Romanos, donde foi tomada esta passagem. Diz o Apóstolo que a concupiscência se opõe ao cumprimento da lei de Deus, inclinando-nos fortemente a pecado, e que a graça divina nos livrará de ceder a essa concupiscência.

A última afirmação não a faz o Apóstolo directamente. Com efeito, à pergunta «quem nos livrará deste corpo de morte ou desta concupiscência que me sujeita ao pecado», não responde: «a graça de Deus, por nosso Senhor Jesus Cristo» como traduz a Vulgata. O texto original diz: «Graças sejam dadas a Deus por Jesus Cristo Senhor nosso»; quer dizer: graças sejam dadas a Deus que pelos méritos de J. Cristo nosso Senhor me dá graça para vencer a concupiscência.

514. Dificuldades. — Segundo a nossa tese, sem a graça ou favor especial de Deus, ninguém pode guardar os mandamentos. Portanto, se ao homem não fosse dada a graça, não os cumprindo não pecaria, porque ninguém peca se faz o que não pode evitar. Mas a verdade é que Deus a todos dá graça para evitar o pecado, se quiserem ⁽¹⁾.

Surgem, no entanto, entre outras, as seguintes dificuldades contra a tese anterior:

515. 1.^a Dificuldade. — O homem deve possuir na sua natureza tudo o que necessita para levar a vida própria de homem, e portanto, para guardar a lei natural. Logo, esse auxílio necessário para a guardar não é um auxílio especial, mas ordinário: não é, portanto, graça ou favor, mas alguma coisa devida ao homem.

Resposta. — Esse auxílio é especial, porque é de ordem sobrenatural, quer dizer, além de ajudar-nos a

(1) Cf. Tratado IX — Cap. II, Art. II.

guardar a lei natural, Deus ordena-o à consecução da vida eterna, da visão beatífica; sob este aspecto é sobrenatural. Se eu, por exemplo, tivesse de entregar a um operário vinte escudos para lhe retribuir o trabalho, e em vez dessa quantia lhe entregasse uma nota de cem, faço-lhe indubitavelmente um favor, pois só lhe devia dez.

Se Deus não quisesse dar-nos a graça sobrenatural para vencer as tentações ter-nos-ia dado um auxílio natural para as vencermos, por exemplo, menos violência da tentação, mais energia de vontade, etc.. Em vez disso, Deus quis dar-nos num só auxílio duas coisas: uma, para podermos vencer a tentação, outra, para podermos tender à vida eterna. O primeiro elemento é devido, mas não o segundo, e, portanto, no seu conjunto é uma verdadeira graça.

516. 2.^a Dificuldade. — Nesse caso, à nossa natureza falta alguma coisa, está incompleta. Não se pode efectivamente chamar completa uma natureza, incapaz de viver segundo as exigências morais, dimanadas da mesma natureza.

Resposta. — A nossa natureza está completa, porque o que lhe falta por uma parte, por outra é-lhe suprido com acréscimo. Estaria, de facto, incompleta se Deus não lhe desse a graça. Ora nesta hipótese, em vez desse auxílio especial, que agora nos é dado, ter-nos-ia concedido outro de ordem inferior, por exemplo, menor dificuldade nas tentações, uma providência que nos apartasse das ocasiões mais perigosas, ou coisa equivalente.

517. 3.^a Dificuldade. — O homem está destinado por Deus a conseguir a visão beatífica; portanto, os meios de que necessita para conseguir esse fim são-lhe devidos. Pois bem sem a graça santificante é-lhe devida e então já a graça não é propriamente graça (dom gratuito), mas qualquer coisa que se deve dar

ao homem. O mesmo se diga de outras graças menos importantes que a santificante.

Resposta. — É verdade que ao homem destinado por Deus a conseguir a visão beatifica lhe são devidas as graças necessárias para isso. Mas a razão é precisamente porque Deus o destinou a esse fim. Só pela *sua natureza humana* o homem não tem direito nenhum à graça, e, por isso, ela é um dom inteiramente gratuito da parte de Deus.

518. 4.ª Dificuldade. — Foi condenada a seguinte proposição de Baio: «Deus não teria podido criar o homem ao princípio tal como agora nasce» ⁽¹⁾, quer dizer, sem a graça (de Deus) e os outros dons concedidos ao primeiro homem. Logo, podia criá-lo nesse estado, e deste modo, ele seria incapaz de guardar os mandamentos, o que parece absurdo.

Resposta. — Nessa proposição condenada, trata-se da graça *santificante*, não da graça *actual* ou auxílio para observar os mandamentos, que é do que nos ocupamos agora.

RESUMO. — *Que sentido pode ter a palavra «graça» e em qual deles a empregamos neste manual? Pode o homem, sem um auxílio especial, guardar os preceitos do decálogo? Quanto tempo poderia viver sem os quebrantar? Quem afirmou o contrário? Como se rebatem pela Tradição e Escritura as afirmações dos pelagianos? Por que razão, apesar de ser necessário esse auxílio para guardar os mandamentos, é, contudo, um auxílio especial? E porque motivo, apesar de ser indevido, não está incompleta a nossa natureza?*

(1) Proposição 55, das condenadas na Bula *Ex omnibus afflictionibus*, de 1 de Outubro de 1567. D. 1055.

ART. 2.^o — NECESSIDADE DE UM AUXÍLIO ESPECIALÍSSIMO PARA EVITAR TODA A CULPA VENIAL

TESE. Sem um favor especialíssimo de Deus, ninguém pode evitar todos os pecados veniais.

QUALIFICAÇÃO: *Pelo menos teologicamente certa.*

519. Explicação. — *Pecado venial* é uma desobediência à vontade de Deus que não tem por sanção a perda do direito a vê-lo claramente na vida futura, mas outra sanção menor. *Pecado grave* é uma desobediência à vontade de Deus que leva consigo a perda do direito de ver a Deus. A graça de evitar todo o pecado venial chama-se *especialíssima* porque Deus só por excepção raríssima a concede aos homens.

520. Adversários. — Segundo os *pelagianos*, o homem, só com as forças naturais, pode evitar todo o pecado.

Provas

521. A) Tradição. — «Se alguém disser que o homem, uma vez justificado... pode evitar, durante toda a vida, todos os pecados, ainda os veniais, a não ser por um privilégio especial de Deus, como a respeito da SS.^{ma} Virgem ensina a Igreja, seja anátema» ⁽¹⁾.

O Concílio de Trento refere-se expressamente só aos que estão dotados da graça santificante, mas deduz-se claramente que essa doutrina se deve aplicar a todos os homens. Se assim não fosse, quanto a evitar o pecado, os que estão fortalecidos com graça

(1) Concílio de Trento, ses. 6, cân. 23. D. 833.

santificante, seriam mais incapaz que os dela destituídos, o que é absurdo. Os justos são amigos de Deus e seus filhos adoptivos, contrário dos não justificados. É, portanto, um abito pensar que os primeiros não podem, sem um aio especialissimo, evitar o peccado venial, e que o lem os segundos.

522. B) Escritura. — Jesusristo manda-nos pedir a Deus: «*Perdoai-nos as sas ofensas*» ⁽¹⁾; S. Tiago diz: «*Todos caímos emuitas faltas*» ⁽²⁾; logo, não podemos evitar todo o pdo, porque se isso fosse possível, haveria alguns queo pecavam.

Nota. — Entre as puras crias, só de Maria Santíssima consta, com certeza, se não cometeu nenhuma falta venial.

523. Dificuldades. — Se não pmos evitar todos os peccados veniais, não pecamos, is ninguém peca por não evitar o impossível.

Resposta. — Confessamos que da não se deu a esta dificuldade uma solução *plente satisfatória*. Uma das mais aceitáveis é a seguir. Podemos evitar cada peccado em particular, se nesforçarmos por isso; são, porém, tantas as ocasiõ que alguma vez acabaremos por nos cansar, por ca da debilidade, própria da natureza humana. Aldisso, o peccado venial não faz perder nem diminuir aça santificante ou a amizade de Deus ⁽³⁾, e posso não nos faz perder nem diminuir a glória meræ com as nossas boas obras. Predispõe, é certo, pa peccado mortal, e tem, além disso, a correspondenãnção temporal, nesta ou na outra vida.

(1) «*Dimitte nobis debita nostra*». S. Ms, vi, 12.

(2) «*In multis enim offendimus omnes*» Tiago, iii, 2.

(3) Cf. Tratado IX, cap. VI, art. 3.º.

524. Observação. — Acerca da impossibilidade de que falamos na tese, propõe um autor a seguinte explicação: O homem pode evitar o pecado, mas de facto não o fará, e *por conseguinte*, é impossível que o evite, suposto o facto ou a verdade de que o não há-de evitar.

Os outros autores afirmam, pelo contrário que não só o não evitará mas que, *antecedentemente* ao facto de o não evitar, não tem possibilidade de evitar a culpa: é-lhe impossível não cair nela.

RESUMO. — *Em que consiste o pecado venial? Quem afirmou que o homem podia, sem auxílio especial de Deus, evitá-los todos? Como se prova pela Tradição e pela Escri-tura a impossibilidade de o conseguir? Como nos tornamos com eles pecadores, apesar de não os podermos evitar? Que efeitos traz o pecado venial, pelo que se refere à graça santi-ficante, à glória e ao pecado mortal, e que sanção lhe está reservada?*

ART. 3.º — NECESSIDADE DA GRAÇA PARA OBRAR EM ORDEM À VIDA ETERNA

TESE. Sem um auxílio especial de Deus, nada podemos fazer em ordem a conseguir a salvação ou visão beatífica, nem sequer desejá-la, nem começar a crer, da maneira como se requer para a poder alcançar.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

525. Explicação. — O homem, como os animais, tem corpo e alma que o vivifica, e sentidos para conhecer. Possui igualmente faculdades que o distinguem dos animais, a saber: o entendimento para dis-correr e a vontade para amar. Ora, o animal, só com as forças naturais que Deus lhe deu, pode mover-se, ver, ouvir, ter afeição aos filhos. O homem também

o pode, e igualmente com as simples forças naturais, assim como pensar, querer, orar, conhecer a existência de Deus pela consideração do mundo. Mas se os pensamentos, ou os actos da vontade, ou qualquer outra obra, têm alguma relação com a salvação eterna, por o homem com eles se preparar para adquirir, conservar ou aumentar na sua alma a graça santificante, então não pode praticá-los só com as forças naturais — necessita de um auxílio especial, de uma graça de Deus. Da mesma maneira — para esclarecer com um exemplo — o animal irracional é incapaz, só com as forças naturais, de exprimir com palavras a sua dor, quando lhe arrebatam os filhos, se Deus lho não quer conceder por um favor especial.

526. Adversários. — 1. Segundo os *maniqueus*, o homem é mau por natureza. *Pelágio*, para os contradizer, afirmou o contrário, isto é, que a sua natureza era tão perfeita que só com as forças naturais podia evitar todo o pecado, e conseguir a vida eterna. Esta doutrina, chamada *pelagianismo*, foi condenada.

2. Surgiu então outra mais moderada, o *semi-pelagianismo*, que ensinava que o homem, só com as forças naturais, podia desejar a salvação, desejar e procurar ter fé sobrenatural, tal como se requer para conseguir a vida eterna.

Provas

527. A) Tradição. — 1. «Se alguém afirma que se pode, com as forças naturais, pensar da maneira que se requer, ou desejar alguma coisa ou dar crédito à pregação salutar, isto é, evangélica, sem a iluminação e inspiração do Espírito Santo, que dá a todos suavidade em assentir e crer a verdade — engana-o o espí-

rito de heresia ⁽¹⁾, não entendendo as palavras de Deus no Evangelho, quando diz: «*Sem mim nada podeis*» «*Sine me nihil potestis facere*» (S. João, xv, 5), e a do Apóstolo: «*Não que sejamos capazes de ter algum pensamento por nós mesmos, mas toda a nossa capacidade vem de Deus*» «*non quod sufficientes simus cogitare aliquid a nobis quasi ex nobis, sed sufficientia simus cogitare aliquid a nobis quasi ex nobis, sed sufficientia nostra ex Deo est*» (II Coríntios, III, 5) ⁽²⁾.

2. «Se alguém diz que o aumento, bem como o início da fé, e o mesmo affecto (ou desejo) de crer... não nos vêm por dom da graça, quer dizer, por inspiração do Espírito Santo, que corrige a nossa vontade, para que venha da infidelidade à fé, e da impiedade à piedade, mas que nos é natural, contradiz a verdade apostólica, visto que S. Paulo diz: «*Confiamos que aquele que começou em vós a boa obra, a aperfeiçoará até ao dia de Jesus Cristo*» «*confidens hoc ipsum, quia qui coepit in vobis opus bonum, perficiet usque in diem Christi Iesu*» (Filipenses, I, 6), e também: «*Fostes salvos pela graça, por meio da fé; e isto não vem de vós, pois é um dom de Deus*» «*Gratia enim estis salvati per fidem: et hoc non ex vobis, Dei enim, donum est*» (Efésios, II, 8) ⁽³⁾.

528. B) Escritura. — «*Sem mim nada podeis fazer*» diz Jesus Cristo ⁽⁴⁾. «*Há entre vós alguns que não crêem... Ninguém pode vir a mim (pela fé), se por meu Pai lhe não for isso concedido*» ⁽⁵⁾.

«*Não que sejamos capazes de ter algum pensamento por nós mesmos, mas a nossa capacidade vem*

(1) Por conseguinte, a nossa tese é de fé.

(2) Concílio 2.^o de Orange aprovado por Bonifácio II, cân. 7 D. 180.

(3) Concílio 2.^o de Orange, cân. 5. D. 178.

(4) «*Quia sine me nihil potestis facere*». S. João, xv, 5.

(5) «*Nemo potest venire ad me nisi fuerit ei datum a Patre meo*» S. João, vi, 66.

de Deus» (1), ensina S. Paulo, aludindo aos pensamentos, que se referem à consecução da vida eterna. Deus, «*estando nós mortos pelo pecado (para a vida sobrenatural), vivificou-nos em Cristo, por cuja graça fostes salvos*» (2). Assim como um cadáver não pode fazer absolutamente nada, em ordem à vida natural, assim nós sem a graça, em ordem à vida sobrenatural.

Tanto os dois testemunhos de Jesus Cristo, que vêm no Evangelho de S. João, como os outros dois de S. Paulo, provam terminantemente que nada podemos fazer na ordem da vida *sobrenatural* sem o auxílio da graça.

Só com as forças naturais podemos estudar, cantar, passear, conhecer e amar a Deus de um modo *natural*; mas não podemos fazer o que quer que seja em ordem à vida eterna, que nos disponha para a vida dos bem-aventurados ou nos leve a ela.

Quem está em pecado mortal pode fazer actos de vida sobrenatural, de fé ou de arrependimento por exemplo, se está unido a Cristo pela fé, ou é ajudado por ele para que a tenha, se de facto a não tem.

529. Dificuldade. — Se um pregador ou missionário vai ter com um infiel e lhe prova a divindade de Jesus Cristo, porque não pode esse infiel crer só com as forças naturais?

Resposta. — Não lhe é possível; a Escritura e a Tradição — como vimos nos argumentos — ensinam que o não pode sem especial auxílio de Deus. Poderia acreditar que Jesus Cristo viveu em Jerusalém e falou aos judeus, que estes o crucificaram, como se acreditam outros factos da história profana; mas acreditar em ordem a receber o baptismo e com ele a graça

(1) «*Non quod sufficientes simus cogitare aliquid a nobis quasi ex nobis, sed sufficientia nostra ex Deo est*». II Coríntios, III, 5.

(2) «*Cum essemus mortui peccatis, concitificavit nos in Christo (cuius gratia estis salvati)*». Efésios, II, 5.

santificante, não é possível sem a graça. Assim o ensinam a Igreja e a Escritura.

RESUMO. — *Que entendemos ao afirmar que o homem, sem um auxílio especial de Deus, nada pode fazer em ordem à vida eterna? Quem negou esta verdade? Como se prova pela Tradição e Escritura? Porque não pode o homem crer as verdades do Evangelho, só com as forças naturais, apesar de lhe serem propostas com suficiente clareza?*

CAPÍTULO II

AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA GRAÇA

ART. 1.º — AQUISIÇÃO DA GRAÇA

TESE. O homem abandonado às suas forças naturais, não pode com as suas obras e orações, nem por outro qualquer meio, conseguir a graça; só Deus lhe concede por sua livre vontade.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

530. Adversários. — Os discípulos de Baio e Jansénio defendiam que é tão grande a incapacidade do homem para conseguir a própria perfeição, que Deus lhe deve dar a sua graça, a não ser que o homem, pelo pecado, se torne indigno dela.

Provas

531. A) Tradição. — «Se alguém disser que aos que sem a graça de Deus cremos, queremos, desejamos, nos esforçamos, trabalhamos, oramos, vigiamos, estudamos, pedimos, buscamos, chamamos, é concedida

divinamente misericórdia (isto é, um dom sobrenatural) e pelo contrário não confessa, que para cremos, querermos ou podermos fazer todas essas coisas, do modo que se requer (para a salvação eterna) se exige a... inspiração do Espírito Santo, e faz depender o auxílio de Deus da humildade ou da obediência do homem, e não afirma que o facto de sermos humildes e obedientes é dom da mesma graça, vai contra o Apóstolo quando diz: «*Que tens que não hajas recebido?*» «*quid autem habes quod non accepisti?*» (I Coríntios, iv, 7), e (noutro lugar): «*Pela graça de Deus sou o que sou*» «*Gratia autem Dei sum id quod sum*» (I Coríntios, xv, 10) ⁽¹⁾. Portanto, segundo este documento, nada podemos fazer, segundo o modo que se requer, em ordem a conseguir a graça, Deus, dá-a somente porque lhe apraz.

532. B) Escritura. — 1. «*Se é Graça, não se deve às obras, pois de outra sorte a graça não seria graça*» ⁽²⁾. Trata S. Paulo nesta passagem da vocação à fé e afirma que não se deve às obras, mas à graça de Deus e argúi desta maneira: «*Se é graça, não se deve a nenhuma obra nossa, pois graça é o que se dá sem ter obrigação*». Por conseguinte, segundo o Apóstolo, não só a vocação à fé, mas qualquer outra graça é puro favor de Deus, que não podemos conseguir com as nossas obras.

2. «*Que tens que não hajas recebido?*» ⁽³⁾.

Portanto, quanto temos, relacionado com a vida eterna, é dom de Deus, e não o seria em sentido próprio, se com as nossas orações ou de outra maneira pudéssemos consegui-lo.

(1) Concílio 2.º de Orange, cân. 6. D. 179.

(2) «*Si autem gratia, iam non ex operibus; alioquin gratia iam non est gratia*». Romanos, xi, 6.

(3) «*Quid autem habes quod non accepisti?*» I Coríntios, iv, 7.

533. Observação. — Até as faculdades naturais se podem chamar dons de Deus; mas quando a Tradição ou a Escritura, nos textos citados, falam da graça ou favores divinos, já supõem o homem com todas as suas potências naturais, e referem-se aos dons sobrenaturais.

Dificuldade. — Provámos que, se o homem não receber graça nenhuma, não pode orar nem crer, nem fazer coisa alguma em ordem a adquirir a graça santificante, que nos dá o direito à salvação eterna. Mas, que pensar de uma pessoa a quem Deus concede uma primeira graça, por exemplo, para orar?

Resposta. — 1. Neste caso, a oração é efeito da graça, e não independente dela. Portanto, nada impede que com essa primeira graça, que Deus lhe comunicou, possa conseguir uma segunda, e assim por diante. Mas é sempre verdade que sem a graça primeira, nada podemos em ordem à salvação.

2. Até os justificados pela graça santificante necessitam — segundo a opinião comum — de um auxílio actual de Deus para qualquer boa obra. Com muito maior razão necessitarão dela os pecadores, ainda quando tenham recebido antes outras graças.

RESUMO. — *Quem ensinou, que a graça era devida ao homem? Como se prova pela Tradição e pela Escritura que o homem, abandonado às próprias forças, nada pode fazer para conseguir a graça? Quem recebeu já uma primeira graça, por exemplo, a de orar, pode conseguir que Deus lhe conceda uma segunda, terceira, e assim sucessivamente?*

ART. 2.º — DISTRIBUIÇÃO DA GRAÇA

TESE. A todos os adultos são dadas graças suficientes para conseguir a salvação.

534. **Explicação.** — 1. Não se pode conseguir a salvação sem a graça santificante, e esta na realidade, não é dada a todos os homens; mas são-lhes concedidas outras graças, e se correspondem a elas, receberão também a graça santificante. Exemplo: se me têm de dar dinheiro para ir de Lisboa a Paris, não preciso que me dêem todo de uma vez. Bastará, por exemplo, que me dêem o bastante para o percurso de Lisboa à fronteira de Espanha e ao chegar a este ponto, que me entreguem o necessário até à fronteira de França e aqui, finalmente, o que me falta para poder chegar a Paris. Se, ao chegar à fronteira portuguesa, resolvo não continuar viagem, não será por falta de dinheiro que não chego a Paris, mas por minha livre vontade.

2. Para maior clareza, dividimos os homens em três classes: primeiro — os *homens que têm a graça santificante*; segunda — os *que a não têm, mas são cristãos*; terceira — os *que não têm a graça santificante nem são cristãos*. Provaremos separadamente que Deus concede a todos os homens de cada uma das três classes, graça suficiente para se salvarem.

§ 1.º

TESE. Deus concede a todos os justos graça suficiente para não pecarem gravemente.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

535. Adversários. — *Lutero e Calvino*, afirmam que a alguns dos que possuem a graça santificante, não lhes é dada a graça necessária para não cair em pecado. O mesmo afirmou *Jansénio*.

Provas

536. A) Tradição. — 1. Está condenada como herética a seguinte proposição de *Jansénio*: «Alguns preceitos divinos são impossíveis de guardar aos homens justos... falta-lhes a graça com que se tornem possíveis» ⁽¹⁾.

2. Por sua vez ensina o Concílio Tridentino: «Se alguém disser que os preceitos divinos são impossíveis de guardar, mesmo ao homem justificado..., seja anátema» ⁽²⁾. Ora, quando se tem a graça santificante, só é preciso para se salvar, guardar os mandamentos.

537. B) Escritura. — 1. Deus quer a salvação de todos os homens; logo, a todos concede as graças suficientes para se salvarem, se eles o não impedem. Que Deus queira a salvação de todos, di-lo claramente S. Paulo: Deus «quer que todos os homens se salvem» ⁽³⁾.

2. «Fiel é Deus, que não permitirá que vós sejais tentados mais do que podem as vossas forças, antes

(1) Constituição *Cum occasione*, de 31 de Maio de 1653. D. 1092.

(2) Ses. 6. cân. 18. D. 828.

(3) «Omnes homines cult. salvos fieri». I Timóteo, II, 4.

fará que tireis proveito da mesma tentação» ⁽¹⁾. Logo, pelo menos os justos, podem cumprir os preceitos divinos.

§ 2.º

TESE. Deus dá graça a todos os pecadores cristãos, para que, se quiserem, consigam a graça santificante, isto é, para que saiam do pecado.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

Provas

538. A) Tradição. — «Se alguém disser que aquele que depois do baptismo pecou, não pode levantar-se com a graça de Deus..., seja anátema» ⁽²⁾.

«Se, depois de recebido o baptismo, alguém cair em pecado, pode sempre sair dele pela verdadeira penitência» ⁽³⁾.

Afirma-se nestes documentos que, com a graça de Deus e a verdadeira penitência, se pode sair do pecado. Não consta porém expressamente que, de facto, se conceda aos pecadores essa graça ou esse poder de fazer penitência, mas parece que não é outro o sentido óbvio das palavras.

539. B) Escritura. — «*Vivo eu. diz o Senhor. não quero a morte do pecador, mas que se converta... e viva*» ⁽⁴⁾. Deus «*não quer que alguns se percam.*

⁽¹⁾ «*Fidelis autem Deus est, qui non patietur vos tentari supra id quod potestis sed faciet etiam cum tentatione proventum, ut possitis sustinere*». I Coríntios, x, 13.

⁽²⁾ Concílio de Trento, ses. 6, cân. 29. D. 839.

⁽³⁾ Concílio 4.º de Latrão, cap. 1. D. 430.

⁽⁴⁾ «*Vivo ego, dicit Dominus Deus, nolo mortem impii, sed ut convertatur impius a via sua, et vivat*». Ezequiel, XXXIII, 11.

mas que todos façam penitência ⁽¹⁾. Logo, se Deus quer que o pecador deixe o pecado, deve necessariamente dar-lhe os meios.

§ 3.º

TESE. Deus concede aos que não são cristãos, graça suficiente para se salvarem.

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina certa e católica.*

540. Adversários. — Negaram-na alguns hereges, como os *protestantes* e *jansenistas*.

Provas

541. A) Tradição. — Entre os vários erros morais condenados por Alexandre VIII, encontra-se este: «Os pagãos, os judeus, os hereges e outros homens desta espécie, não recebem absolutamente nenhum influxo de Jesus Cristo. E de aqui legitimamente se infere que neles a vontade está... sem a graça suficiente» ⁽²⁾.

542. B) Escritura. — Deus «*quer que todos os homens se salvem e venham ao conhecimento da verdade*» ⁽³⁾; logo proporciona os meios necessários.

543. Observação. — Os documentos da Igreja, citados nas provas da tese que dividimos em três, tratam separadamente dos *justos*, dos *pecadores já baptizados* e dos *não cristãos*. O documento relativo

⁽¹⁾ «*Nolens, aliquos perire, sed omnes ad poenitentiam reverti*». II S. Pedro, III, 9.

⁽²⁾ Decreto do Santo Ofício, de 7 de Dezembro de 1690. D. 1295.

⁽³⁾ «*Omnes homines cult fieri, et ad agnitionem veritatis venire*». I Timóteo, II, 4.

aos primeiros é claramente doutrina de fé, o relativo aos segundos parece também sê-lo; pelo contrário, o relativo aos não cristãos não o é certamente. Por este motivo provámos a tese, atendendo a cada uma das três classes em separado, ainda que, rigorosamente, se poderiam provar ao mesmo tempo com um texto da Sagrada Escritura. Com efeito, se Deus quer a salvação de todos os homens, dar-lhes-á graça suficiente. A quem faz o que está de sua parte, diz um axioma teológico, Deus não lhe nega a graça — *Facienti quod est in se, Deus non denegat gratiam*.

Nota

544. A distribuição da graça às crianças. — A tese exposta só se refere aos adultos. Que dizer das crianças? O mesmo que antes, quando tratámos da vontade salvífica de Deus ⁽¹⁾. Deus quer a salvação de todos os homens; Jesus Cristo morreu por todos, instituiu o baptismo para todos, e obriga os pais cristãos a que empreguem os meios para que este seja administrado aos seus filhos. Não quer, porém, que seja conferido por meio de milagre, senão em casos excepcionais. Demais, como dissemos ao tratar-se da vontade salvífica de Deus, as crianças que morrem sem baptismo não gozam da vida eterna dos bem-aventurados, mas também não são condenados ao inferno; vão para um lugar onde serão naturalmente felizes ⁽²⁾. Os adultos, pelo contrário, irão a gozar com os bem-aventurados ou a penar com os réprobos por toda a eternidade.

RESUMO. — Qual é a graça requerida para entrar na glória? Dá-se a todos os homens essa graça? Em que sentido é verdade que a todos os homens se concedem as graças suficientes para se salvarem? Quem negou a concessão aos justos de graças suficientes para não pecar? Como se prova,

⁽¹⁾ *Tratado de Deus Uno*, cap. 8. art. 2, na nota, n.º 1.

⁽²⁾ Cf. n.º 216.

pela Tradição e pela Escritura, a concessão de graças suficientes aos pecadores para sair do pecado? Quem negou essa concessão aos não cristãos? Como se demonstra, pela Tradição e Escritura, que lhes são concedidas? Às crianças são concedidas também graças suficientes para se salvarem?

CAPÍTULO III

NATUREZA E DIVISÕES DA GRAÇA ACTUAL

ART. 1.º — NATUREZA DA GRAÇA ACTUAL

545. Noções prévias. — Deixámos provado que sem um auxílio especial de Deus, o homem não pode:

- 1.º Cumprir os mandamentos.
- 2.º Evitar todos os pecados veniais.
- 3.º Fazer coisa alguma, em ordem à vida eterna.

Provámos igualmente que esse auxílio especial, favor ou graça, se dá a todos os homens. Agora perguntamos: em concreto, que espécie de auxílio é esse? É um rito religioso? Será a pregação? Que vem a ser?

TESE A graça de Deus, que nos dispõe para conseguir o perdão dos pecados, ou nos ajuda a evitá-los, consiste num auxílio ao entendimento para conhecer, e num affecto dado à vontade para querer aquilo que é necessário ou conveniente crer e querer, em ordem a conseguir a vida eterna.

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina certa.*

546. Explicação. — Para conhecer a natureza da graça só dispomos dos documentos da Tradição e da Escritura, pois trata-se de uma realidade sobrenatural.

que não está sob a alçada das ciências humanas. Ora os documentos da Tradição e Escritura falam-nos precisamente de auxílios dados ao *entendimento* e à *vontade*, conforme a tese enuncia.

Provas

547. A) Tradição. — 1. «Quem disser que... a graça de Deus... nos ajuda a não pecar, sòmente porque por ela se nos revela e *descobre* o *sentido* dos mandamentos, para que *saibamos* o que devemos *desejar* e evitar, e que não nos é, por ela, concedido que possamos e *queiramos* fazer também o que já *conhecemos*..., seja anátema» ⁽¹⁾.

Portanto, segundo este documento, a graça não só nos *descobre* a verdade — o que diz respeito ao *entendimento* — mas ajuda-nos a *querer* isto é, move e influi na *vontade*.

2. «Se alguém afirma que pelas forças da natureza se pode *pensar* do modo que se requer ou *querer* algum bem que diga respeito à salvação eterna, ou assentir à pregação salutar, isto é, evangélica, sem a iluminação e inspiração do Espírito Santo, que dá a todos suavidade em assentir e crer a verdade, engana-o o espirito de heresia» ⁽²⁾.

Trata-se aqui de *pensar* e *querer*, de *assentir* e *crer*, ou, por outras palavras, de actos da *vontade* e *entendimento* feitos com o auxílio de Deus, que nos ilumina e move a tais actos.

548. B) Escritura. — «*Não que sejamos capazes de ter algum pensamento por nós mesmos, mas toda a nossa capacidade vem de Deus*» ⁽³⁾.

«*Deus é quem produz em vós o querer, e o exe-*

(1) Concílio 16.^o de Cartago, aprovado por S. Zósimo, cân. 4. D. 104.

(2) Concílio 2.^o de Orange, aprovado por Bonifácio II, cân. 7.

(3) «*Non quod sufficientes simus cogitare aliquid a nobis quasi ex nobis, sed sufficientia nostra ex Deo est*». II Coríntios, III, 5.

cutar» (1). ensina o Apóstolo S. Paulo, falando dos actos com que tendemos à vida eterna.

549. Dificuldade. — Nestes documentos, parece tratar-se de três coisas: *conhecer, querer e executar*. Logo, a graça não só consiste em iluminar o entendimento para ver, e em mover a vontade para querer, mas também em influir numa terceira potência distinta para executar o que a vontade quizer.

Resposta. — No acto de praticar uma obra boa, como a esmola ou a oração, podem considerar-se dois aspectos: um, o querer fazê-la antes de a executar; outro, o querer fazê-la enquanto se põe em execução.

A materialidade de entregar a esmola, ou de pronunciar as palavras da oração, é um acto natural ao alcance das forças naturais. Portanto não é necessário para explicar os documentos da Tradição e Escritura, colocar a graça de que tratamos, em outro influxo distinto das iluminações do entendimento e impulsos da vontade.

RESUMO. — *Como se prova pela Tradição e Escritura que a graça que nos prepara para obter o perdão dos pecados, ou ajuda a evitá-los, consiste numa iluminação do entendimento e moção da vontade para crer e querer o que é conveniente em ordem a conseguir a vida eterna?*

ART. 2.º — DIVISÕES DA GRAÇA

550. Graça operante e cooperante. — Pode não depender do homem que Deus lhe ilumine o entendimento ou lhe mova a vontade; logo há uma graça, que se dá ou pode dar-se, *para os actos indeliberados*. O querer ele praticar uma acção boa depende dele: logo há também uma graça, que se dá *para os actos deliberados*. A primeira chama-se *operante* porque é

(1) «*Deus est enim, qui operatur in vobis et velle et perficere*». Filipenses, II, 13.

Deus quem opera no homem, independentemente da sua vontade; a segunda chama-se *cooperante*, porque a graça de Deus e o homem cooperam na mesma obra boa.

551. Graça excitante e adjuvante. — Se Deus, sem que o homem da sua parte faça alguma coisa, lhe ilumina o entendimento e lhe move a vontade a praticar uma acção boa, é como incitá-lo, ou despertá-lo para realizá-la. Logo essa graça pode chamar-se *excitante*. Se o homem da sua parte quer alguma coisa, e Deus o está ajudando a querê-la, com a sua graça, esta pode chamar-se *adjuvante* ou *coadjuvante*. Note-se como a graça operante e a excitante são a mesma coisa, assim como graça cooperante e adjuvante.

552. Graça preveniente, concomitante e subsequente. — Se Deus lhe ilumina o entendimento e move a sua vontade a praticar um acto de fé, tal graça é anterior à sua vontade de praticá-lo, e poderá chamar-se *preveniente*. Se deseja fazer um acto de fé, e Deus com a sua graça o ajuda a desejá-lo, essa graça poderá chamar-se *concomitante*. Se Deus, finalmente, o ajuda com sua graça quando está praticando o acto mesmo de fé, essa graça poderá chamar-se *subsequente*, em relação ao desejo de que falámos em segundo lugar.

Tanto estas noções como as anteriores e as seguintes, servirão para melhor se entenderem alguns documentos da Igreja: «Jesus Cristo — diz o Concílio Tridentino — como a cabeça nos membros e a vide nos sarmentos, exerce continuamente o seu influxo nos próprios justificados, influxo que sempre *antecede, acompanha e segue* as suas boas obras» ⁽¹⁾.

A Igreja, por sua parte, reza a seguinte oração: «Rogamos-te, Senhor, que precedas com a tua inspiração as nossas obras (*graça preveniente*) e que as acompanhes com a tua ajuda (*graça adjuvante* ou

(1) Concílio de Trento, ses. 6, cap. 16. D. 809.

concomitante), para que todas as nossas obras e orações, tenham em ti princípio, e começadas por ti, se terminem» (1).

553. Graça transeunte, e graça permanente ou habitual. — Quando se fala pelo telefone, produz-se no auscultador um som que desaparece, apenas o locutor deixa de falar. Foi, portanto, um influxo transitório. Pelo contrário, num disco de gramofone ou num filme sonoro, a palavra ficou gravada, e poderá ouvir-se de novo. Sinal de que tal influxo, pelo menos em parte, é permanente. Assim também, as palavras que outro me diz, estão nos meus ouvidos de um modo transitório: a escrita, porém, fica nos livros de um modo estável. De maneira parecida, as graças anteriormente descritas são *transeuntes*, se terminam, apenas Deus cessa de iluminar o entendimento ou mover a vontade, quer os pensamentos e affectos sejam deliberados, quer não. Existem outras graças, das quais falaremos adiante, chamadas *habituais* ou *permanentes*, porque permanecem em nós, mesmo que nada pensemos nem queiramos, mesmo que estejamos dormindo ou percamos o uso dos sentidos e potências interiores. Tais são, a *graça santificante*, as *virtudes* e os *dons do Espírito Santo*.

554. Graça suficiente e graça eficaz. — Se se dá a uma pessoa um bilhete de comboio, para ir de Lisboa ao Porto, dá-se-lhe um auxílio suficiente, quer ela vá, quer não. Se de facto vai, então não só se lhe deu um meio suficiente mas também eficaz, já que tal meio obteve o fim para que tinha sido dado. Por conseguinte, um meio eficaz é suficiente, em qualquer caso, mas nem sempre um meio suficiente é eficaz.

As graças que Deus nos concede para praticar alguma boa obra, são sempre suficientes, mas muitíssimas vezes ineficazes por não conseguirem, que nós realizemos a acção, para a qual nos tinham sido dadas.

(1) Reza-se em penúltimo lugar nas Ladaínicas dos Santos.

Esta noção explicar-se-á um pouco mais detidamente, ao tratarmos da graça eficaz.

555. Graça externa e graça interna. — Um sermão, uma boa leitura, um bom exemplo, a vista de alguma desgraça alheia, são ou podem ser *graças externas*, de que Deus se vale, para nos levar a alguma boa obra. A iluminação interior do entendimento e a moção da vontade que Deus produz, nessas faculdades por ocasião do sermão, da leitura, etc., são *graças internas*, e sem estas nada podemos fazer em ordem à salvação, pois a estas graças internas se referem os documentos citados nas teses anteriores.

RESUMO. — *Em que consiste a graça operante, coooperante, excitante, adjuvante, preveniente, concomitante, subsequente, transeunte, habitual, suficiente, eficaz, externa e interna?*

CAPÍTULO IV

GRAÇA SUFICIENTE E GRAÇA EFICAZ

ART. 1.^a — A GRAÇA SUFICIENTE

TESE. Deus concede aos homens certas graças que não sendo eficazes, são contudo suficientes para fazerem aquilo para que lhes são dadas.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

556. Adversários. — *Alguns antigos protestantes.* Jansénio e Baio. Segundo os primeiros, o homem, sem a graça, sucumbe à tentação; com ela, procede sempre bem. Portanto, só há graças eficazes. Segundo Jansénio, se a graça é mais forte que a concupiscência sairá sempre vitoriosa, e portanto é eficaz; de contrário, será vencida, sinal de que era insuficiente.

Provas

557. A) Tradição. — Está condenada como herética a seguinte proposição de Jansênio: «Alguns preceitos de Deus, são impossíveis (de guardar) aos homens justos...; falta-lhes a graça com que se tornariam possíveis» ⁽¹⁾.

É, portanto, verdade de fé que aos homens justos é dada sempre graça para não pecar, mas como, de facto, pecam, segue-se que neste caso essa graça não era eficaz, mas suficiente.

Está condenada da mesma forma, como *herética* esta proposição de Jansênio: «nunca se resiste à graça interior». Logo é *verdade de fé* que algumas vezes se resiste a ela e que portanto nem sempre ela é eficaz, embora suficiente porque se Deus dá graça para que se leve a efeito qualquer acção, essa graça basta para a fazer: é suficiente ⁽²⁾.

558. B) Escritura. — «Que mais devia ter feito à minha vinha e não fiz? Porque esperei que me desse uvas e só me deu frutos amargos?... Destruirei seus muros e será devastada» ⁽³⁾. «Ai de ti, Corozaim, ai de ti, Betsaida, porque se em Tiro e Sidónia se tivessem operado os milagres que se operaram em vós, teriam outrora feito penitência» ⁽⁴⁾. «Jerusalém, Jerusalém..., quantas vezes quis ajuntar teus filhos, como a galinha recolhe os seus pintainhos debaixo das asas, e não quiseste!» ⁽⁵⁾.

⁽¹⁾ Constituição *Cum occasione*, de 31 de Maio de 1653. D. 1092.

⁽²⁾ Constituição *Cum occasione*, de 31 de Maio de 1653. D. 1093.

⁽³⁾ «*Quid est quod debui ultra facere vineae meae, et non feci ei? An quod expectavi ut faceret uvas, et fecit labruscas?... auferam sepem eius, et erit in direptionem*». Isaías, v. 4 e 5.

⁽⁴⁾ «*Ecce tibi, Corozaim! ecce tibi, Betsaida! quia si in Tyro et Sidone factae essent virtutes quae factae sunt in vobis, olim in cilicio et cinere poenitentiam egissent*». S. Mateus, xi, 21.

⁽⁵⁾ «*Ierusalem, Ierusalem... quoties volui congregare filios tuos, quemadmodum galina congregat pullos suos sub alas, et noluisti!*» S. Mateus, xxiii, 37.

Nestes textos, e em geral em todos aqueles em que se repreendem os homens por não terem feito alguma obra, afirma-se implicitamente que tinham graça suficiente para a fazer. Não se repreende com razão a quem não praticou alguma acção, senão quando dispunha de meios suficientes para isso.

RESUMO. — *Quem nega que existem graças que, não sendo eficazes, são contudo suficientes? Qual era o pensamento de Lutero e Jansênio sobre esta questão? Como se prova pela Tradição e Escritura que existem graças suficientes que não são eficazes?*

ART. 2.º — A GRAÇA EFICAZ E A LIBERDADE DO HOMEM

TESE. O homem, ainda quando lhe é dada uma graça eficaz, pode deixar de fazer aquilo a que o move a graça.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

559. Adversários. — Os *Protestantes e Jansenistas*. Segundo eles, se nos é dada a graça eficaz, não podemos deixar de executar a acção para que nos foi dada; e se ela não é eficaz, então também não é suficiente.

Provas

560. A) Tradição. — «Se alguém disser que o livre arbítrio do homem, excitado e movido por Deus, em nada coopera dando o seu assentimento a Deus que o excita e chama, com que se disponha e prepare para obter a graça da justificação, e que nem pode dissentir se quiser..., seja anátema» (1).

(1) Concílio de Trento, ses. 6, cân. 4 da justificação. D. 814.

561. B) Escritura. — 1. Ao justo «*ser-lhe-á dada glória eterna; pôde transgredir (a lei) e não transgrediu; fazer o mal e não o fez*» ⁽¹⁾. Vimos antes, que, para vencer as tentações e guardar a lei natural, é necessária a graça de Deus. Ora o justo a quem se refere a Escritura tinha graça eficaz, pois venceu as tentações: ao mesmo tempo conservava a liberdade; pois a Escritura diz que pôde transgredir a lei e não o fez, praticar o mal e não o praticou.

2. Provam o mesmo, de um modo geral, todos os textos, em que Deus promete aos bons um prêmio por terem praticado o bem, como sua sentença do juízo final ⁽²⁾, pois não se dá racionalmente um prêmio por uma pessoa só ter feito uma boa obra, senão a quem podia deixar de a praticar.

RESUMO. — *Quem afirma que a graça eficaz tira ao homem a liberdade? Como se prova o contrário pela Tradição e Escritura?*

ART. 3.º — EFICÁCIA DA GRAÇA ANTES DE SER CONCEDIDA AO HOMEM

TESE. É tal a graça eficaz que dela se pode afirmar, mesmo antes de ser dada aos homens, que obterá infalivelmente o seu efeito.

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina certa.*

562. Explicação. — 1. Chama-se eficaz a graça que produz o seu efeito, isto é, aquilo para que foi dada. Exemplo: se Deus dá a uma pessoa pensamento

⁽¹⁾ «*Qui potuit transgredi, et non est transgressus; facere mala, et non fecit*». *Eclesiástico*, xxxi, 10.

⁽²⁾ «*Venite, benedicti Patris mei, possidete paratum vobis regnum a constitutione mundi. Esurivi enim, et dedistis mihi manducare; sitivi, et dedistis mihi bibere; hospes eram, et collegistis me; nudus et cooperuistis me; infirmus, et visitastis me; in carcere, eram, et venistis ad me*». *S. Mateus*, xxv, 34 a 47.

e desejo involuntários (graça operante, excitante ou preveniente) de ir confessar-se, e ela de facto vai, essa graça foi eficaz, pois conseguiu aquilo para que foi dada. Se, pelo contrário, Deus concede a outra pessoa o pensamento e impulso, talvez mais fortes ainda, para que vá confessar-se e ela não vai, essa graça é *ineficaz*, pois não obteve aquilo para que foi concedida.

2. Só conhecemos a eficácia da graça, depois de produzido o seu efeito. Por exemplo, se certo homem pratica qualquer acto bom sobrenatural, um acto de fé ou de amor de Deus, se recebe dignamente os sacramentos, etc., conhecemos então que possuía graça eficaz para tais actos. Pelo contrário, se não cumpre os mandamentos e as outras obrigações religiosas, concluímos que não possuía a graça eficaz mas só a suficiente.

3. O que nós não podemos saber, sabe-o Deus. A tese afirma que antes de as graças serem concedidas aos homens, e portanto, antes de se verificar o resultado definitivo, as graças eficazes são de tal natureza, que infalivelmente, isto é, com certeza absoluta, produzirão o seu efeito.

Provas

563. 1.^a Neste ponto estão de acordo todos os Teólogos católicos de todas as escolas e tendências: Tomistas, Escotistas Suaresianos, etc.; logo é doutrina verdadeira.

564. 2.^a Deduzida do modo de falar da Escritura. — Diz Jesus Cristo no Novo Testamento: «*As minhas ovelhas ouvem a minha voz... e seguem-me... e ninguém as arrebatará da minha mão*» (1).

(1) «*Oves meae vocem meam audiunt; et ego cognosco eas, et sequuntur me... et non rapiet eas quisquam de manu mea*». S. João, x, 27 e 28.

No Antigo Testamento fala Deus por Ezequiel: «*Tirar-lhes-ei o coração de pedra e dar-lhes-ei um coração de carne, para que procedam segundo os meus mandamentos*» (1). Nestes documentos e noutros análogos, Deus assevera categoricamente que as pessoas a quem se refere, praticarão certas boas obras, ou seja, guardarão os mandamentos e viverão de maneira que não perderão a glória.

Logo, é evidente que é tal a graça dada com esse fim, que já agora se pode assegurar que se produzirá, com certeza, o efeito desejado.

Nota

565. Concórdia entre a eficácia da graça ainda antes de ser concedida ao homem, e a liberdade humana.

As duas últimas teses, encerram uma dificuldade: Se a graça é eficaz ainda antes de ser concedida ao homem, este não poderá deixar de praticar aquilo para que ela lhe foi concedida; por conseguinte, não terá liberdade para o omitir.

Resposta. — Para explicar a eficácia da graça propuseram-se duas hipóteses principais, às quais praticamente se devem reduzir várias outras intermédias.

Essas hipóteses ou explicações são a dos *Domínicos* e a dos *Jesuítas*. Durante dez anos, de 1598 a 1607, defenderam uns e outros em presença do Papa as respectivas doutrinas, mas a autoridade eclesiástica não chegou a emitir sentença definitiva, deixando cada um na liberdade de seguir a sua opinião.

566. Explicação dominicana. — A graça é eficaz ainda antes de o homem fazer aquilo para que lhe foi

(1) «*Auferam cor lapideum de carne eorum et dabo eis cor carneum, ut in praeceptis meis ambulent*». Ezequiel, XI, 19 e 20.

dada, pois é tal a sua natureza, que o homem com ela não poderá deixar de lhe corresponder, assim como sem ela não poderá fazer aquilo para que lhe é dada. Deus move eficazmente o homem com a sua graça, mas sem lhe tirar a liberdade.

567. Explicação jesuítica. — A graça é eficaz, não porque o homem não possa com ela deixar de obter o efeito para o qual se lhe concede, nem porque sem ela, isto é, com uma graça suficiente, não possa obter esse mesmo efeito, mas porque Deus a dá em circunstâncias tais que vê pela sua ciência divina, que ela produzirá certamente o seu efeito.

A diferença entre estas duas explicações é manifesta. Se eu quero, por exemplo que tal pessoa tome um banho no mar em pleno inverno, levo-a à praia. dou-lhe um empurrão, e ela tomará infalivelmente o banho. Coisa parecida se dá na explicação dos Dominicanos. A graça eficaz, segundo eles, é um impulso físico que irremissivelmente nos leva a fazer aquilo para que se nos dá.

O Jesuíta diria: Deus sabe perfeitamente que se a tal homem determinado, por exemplo, a Pedro, se dá um incitamento para que tome um banho no mar, em dia de inverno, com a água muito fria, ele não o tomará. Mesmo se a água estiver temperada e o dia bom, sabe que ele não o tomará. Mas se outros se estiverem a banhar e o convidarem, ou então se lhe prometerem um prémio, sabe que ele tomará o banho. Pois bem, se Deus quer que Pedro eficazmente se banhe, põe-no naquelas circunstâncias em que ele certamente o fará.

Os Dominicanos talvez expliquem melhor a eficácia da graça, e o domínio de Deus sobre todas as nossas boas acções, e explicam melhor certamente, como Deus sabe o que os homens farão em cada caso particular, pois a graça eficaz é tal, que por sua

mesma força, intrínseca, os levará a realizar aquilo para que Deus a dá.

Os Jesuítas explicam com mais clareza a liberdade do homem sob o influxo da graça; e como cada um, se quiser, pode salvar-se, porque a todos se dão os meios suficientes, ainda que não eficazes; e também como se pode resistir às graças eficazes, ainda que, de facto, se não resista, segundo ensina o Concílio de Trento ⁽¹⁾.

E não nos deteremos no assunto, pois o que em dez anos não resolveram os melhores Teólogos Jesuítas e Dominicanos, não vamos agora resolvê-lo em dez linhas.

RESUMO. — *Em que consiste a graça eficaz e a graça suficiente, e se podem explicar as suas definições? Quando e como podemos nós saber que uma graça é eficaz ou sòmente suficiente? Como se demonstra pela doutrina dos Teólogos, que, ainda antes de serem concedidas aos homens, certas graças são eficazes? Como se deduz da Escritura? Qual é a dificuldade que daqui surge contra a liberdade do homem sob o influxo da graça? Como explicam a eficácia da graça os Dominicanos e os Jesuítas? Que vantagens apresenta cada uma dessas explicações?*

(1) Veja-se o documento na prova da Tradição aduzida no artigo anterior, n.º 560.

CAPÍTULO V

EXISTÊNCIA E NATUREZA
DA GRAÇA SANTIFICANTE

568. *Noções prévias.* — A *graça habitual santificante* é a rainha das graças concedidas ao homem. A ela se ordenam todas as outras, isto é, à sua consecução, ou à sua conservação e aumento. Por ela, o homem eleva-se ao estado sobrenatural em que Deus tinha colocado a Adão (e nele a todos os seus descendentes), mas de que Adão se privou pelo pecado. Por ela são-nos perdoadas as nossas culpas, somos feitos templos da Santíssima Trindade, amigos de Deus, participantes da natureza divina, filhos e herdeiros seus, com direito a gozar na glória da visão clara de Deus.

ART. 1.^a — DIVISÃO DOS HOMENS
EM JUSTOS E PECADORES

TESE. Segundo a doutrina da Tradição e da Escritura, os homens dividem-se em justos e pecadores.

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina certa.*

569. *Explicação.* — 1. *Justiça* é a virtude que dá a cada um o que é seu. *Justo*, tratando-se de pessoas, é aquele que tem em si a justiça; tratando-se de coisas, aquilo que é conforme a justiça e equidade, o que é recto.

2. Deus tinha disposto as coisas de maneira que os homens nascessem com a graça santificante, mas perdemos este privilégio pelo pecado de Adão. Por isso ao nascer encontrámo-nos devedores para com Deus, como *injustos* ante Ele, por estarmos despojados da vida da graça, que deveríamos ter, e de que nos privou a culpa de Adão. Só por meio da graça santificante nos *justificamos*, isto é, nos apresentamos, aos olhos de Deus, com aquele dom que Ele exige, quer e tem direito, a que tenhamos.

3. Diz-se que um vestido está *justo* se foi cortado à *medida*. Nas coisas morais, a *medida* à qual devem conformar-se ou *ajustar-se* as nossas acções e toda a nossa vida é a vontade de Deus.

Homem *justo* será, portanto, aquele que obra em tudo conforme a vontade de Deus.

Alma justa a que possui a graça e amizade de Deus.

Justificação é a acção pela qual a alma que está separada de Deus pelo pecado mortal, recebe a sua amizade voltando ao estado da graça.

Provas

570. A) **Tradição.** — 1. «A justificação não é só o perdão dos pecados, mas a santificação e renovação do homem interior...; por ela, o homem de injusto torna-se justo, e de inimigo amigo, para que seja herdeiro, em esperança, da vida eterna» (1).

2. «Nesta vida mortal, ainda que os santos e justos... caíam algumas vezes em *pecados... veniais*, nem por isso deixam de ser justos» (2).

«Não só pela infidelidade..., mas por qualquer outro pecado mortal..., se perde a graça da justificação» (3).

(1) Concílio de Trento, ses. 6, cap. 7. D. 799.

(2) Concílio de Trento, ses. 6, cap. 11. D. 804.

(3) Concílio de Trento, ses. 6, cap. 15. D. 808.

571. B) Escritura. — «Como pela desobediência de um só homem (Adão), muitos foram feitos pecadores, assim também pela obediência de um só (Jesus Cristo) muitos serão feitos justos» (1).

«Não vim a chamar os justos, mas os pecadores» (2). «Vigiai, justos, e não pequeis» (3). «O pecador pôr-se-á à espreita do justo e rangerá seus dentes contra ele» (4). Há muitos outros textos da Escritura, onde se opõe o pecador ao justo.

RESUMO. — Qual é a rainha das graças concedidas ao homem e à qual se ordenam todas as demais? Que vantagens traz ao homem? Como se define a justiça, em geral, e quando se diz que uma coisa, uma pessoa, é justa? Porque não aparecemos justos diante de Deus sem a graça santificante? Que testemunhos da Tradição e da Escritura podem aduzir-se, para demonstrar a divisão dos homens em justos e pecadores?

ART. 2.º — EFEITOS DA JUSTIFICAÇÃO

TESE. A justificação não só perdoa os pecados, mas é também santificação, renovação e regeneração das nossas almas. Faz-nos amigos de Deus, seus filhos adoptivos, herdeiros da vida eterna e finalmente participantes da natureza divina (5).

572. Para fazer ressaltar a importância da graça santificante, reunimos no enunciado da tese quase todos os efeitos que ela produz na alma. Contudo

(1) «Sicut enim per inobedientiam unius hominis peccatores constituti sunt multi: ita et per unius obeditionem, iusti constituentur multi». Romanos, v, 19.

(2) «Non veni vocare iustos sed peccatores». S. Lucas, v, 32.

(3) «Evigilate, iusti, et nolite pecare». I Coríntios, xv, 34.

(4) «Observabit peccator iustum, et stridebit super eum dentibus suis». Salmo, xxxvi, 12.

(5) Que nos faça templos da SS. Trindade, indicá-lo-emos brevemente ao provar que nos faz amigos de Deus.

para que a prova se torne mais fácil, dividi-la-emos em três partes, correspondentes aos diversos pontos do enunciado.

§ 1.º A justificação não só perdoa os pecados mas é também santificação, renovação e regeneração das nossas almas.

QUALIFICAÇÃO: *Pelo menos teologicamente certa.*

573. Explicação. — **Justificação**, é uma qualidade que nos faz justos aos olhos de Deus.

Santificação, é uma qualidade que nos faz santos diante de Deus, e gratos aos seus olhos: e por isso mesmo separa-nos dos pecadores, que não são santos nem gratos a Deus.

Renovação, é uma qualidade pela qual entramos de novo no estado sobrenatural, perdido pelo pecado de Adão.

Regeneração, é o nascimento para uma nova vida que é a sobrenatural; a natural recebemo-la pela geração. Uma única realidade — a graça da justificação, é pois renovação e regeneração; estes dois vocábulos indicam, portanto, dois aspectos da graça da justificação.

574. Adversários. — Segundo os *protestantes*, a justificação não perdoa os pecados. Continuamos sempre com eles por maiores que sejam os esforços, para conseguir o seu perdão; aos chamados justos, porém, Deus não lhes imputa o pecado, isto é, não lho toma em conta.

Provas

575. A) Tradição. — 1. «A justificação não é mero perdão dos pecados, mas *santificação e renovação do homem interior*» ⁽¹⁾.

2. «As crianças... são baptizadas para que nelas se purifique pela *regeneração* o que contraíram pela geração» ⁽²⁾.

3. «Deus nada odeia nos renascidos» ⁽³⁾ ou regenerados pela justificação.

Observação. — Os dois últimos textos referem-se expressamente à justificação pelo baptismo. Mas, se pelo pecado se perder a vida da graça recebida naquele sacramento, pode sempre recuperar-se pela justificação, quer esta se comunique pelos sacramentos, quer pela contrição, como veremos ao tratar da penitência e da contrição perfeita.

576. B) Escritura. — a) **Perdoam-se os pecados dos justos.** — «*Convertei-vos para que vos sejam perdoados os vossos pecados*» ⁽⁴⁾. «*Cristo amou a Igreja e por ela se entregou a si mesmo, para a santificar, purificando-a com a ablução da água, pela palavra da vida, para a apresentar a si mesmo... gloriosa, sem mancha nem coisa semelhante, mas santa e immaculada*» ⁽⁵⁾.

b) Os justos são santificados, renovados e regenerados.

⁽¹⁾ Concílio de Trento, ses. 6, cap. 7. D. 799.

⁽²⁾ Concílio 16.^o de Cartago, cân. 2. D. 102.

⁽³⁾ Concílio de Trento, ses. 5, decreto acerca do pecado original. D. 792.

⁽⁴⁾ «*Poenitemini igitur et convertimini, ut deleantur peccata vestra*». Actos, III, 19.

⁽⁵⁾ «*Christus dilexit ecclesiam, et seipsum tradidit pro ea, ut illam sanctificaret, mundans lavacro aquae in verbo vitae, ut exhiberet ipse sibi gloriosam ecclesiam, non habentem maculam, aut rugam, aut aliquid huiusmodi, sed sit sancta et immaculata*». Efésios, v. 25 a 28.

1. Deus «salvou-nos pela ablução regeneradora e renovadora do Espírito Santo..., para que justificados com a sua graça, sejamos herdeiros, em esperança da vida eterna» (1).

2. S. Paulo dirigindo-se aos Coríntios, enumera vários pecados com que os homens ofendem a Deus e acrescenta: «Tais fostes alguns de vós, mas fostes lavados, fostes santificados e justificados em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo» (2).

Estes textos também se referem propriamente à justificação pelo baptismo, mas quanto ao efeito de produzir a graça, que nos regenera, santifica e renova, aplicam-nos os Teólogos e intérpretes a toda a justificação, quer o pecador a obtenha pelo baptismo, quer por outra maneira qualquer.

RESUMO. — *Em que consiste a justificação, renovação, santificação e regeneração, pelo que se refere aos efeitos da graça santificante? Que afirmam os protestantes acerca do perdão dos pecados dos justos? Como se prova pela Tradição e Escritura que Deus, ao justificar-nos, nos perdoa os pecados, ficando nós renovados e santificados?*

§ 2.ª A justificação torna os homens amigos de Deus, seus filhos adoptivos e herdeiros da vida eterna

QUALIFICAÇÃO: *Pelo menos teològicamente certa.*

577. Explicação. — *Filho adoptivo é aquele que, não tendo sido gerado por quem o adoptou, foi contudo tomado por este como filho, ficando com direito a herdar os seus bens.*

(1) «Non ex operibus iustitiarum quae fecimus nos, sed secundum suam misericordiam salvos nos fecit, per lavacrum regenerationis et renovationis Spiritus sancti... ut iustificati gratia ipsius, heredes simus secundum spem vitae aeternae». Tito, III, 5 e 7.

(2) «Et haec quidam fuistis; sed abluti estis, sed sanctificati estis, sed iustificati estis in nomine Domini nostri Iesu Christi» I Coríntios, VI, 11.

Provas

578. A) Tradição. — A justificação é «a passagem daquele estado em que o homem nasce filho do primeiro Adão ⁽¹⁾, para o estado de graça e de adopção dos filhos de Deus» ⁽²⁾. «Pela justificação... o homem de injusto torna-se justo, de inimigo amigo para que seja herdeiro, em esperança da vida eterna» ⁽³⁾.

579. B) Escritura. — «Todos os que são levados pelo espírito de Deus, são filhos de Deus. Porque não recebestes o espírito de escravidão para estardes novamente com temor (como na lei antiga), mas... um espírito de adopção de filhos, segundo o qual chamamos: Abba, Pai. Porque o mesmo Espírito dá testemunho ao nosso espírito de que somos filhos de Deus, e se filhos, (somos) também herdeiros, herdeiros realmente de Deus, e co-herdeiros de Cristo» ⁽⁴⁾. «Se alguém me ama..., meu Pai o amará e viremos a ele, e nele estabeleceremos a nossa morada» ⁽⁵⁾. Logo, segundo este último texto, os justos são amigos de Deus, pois Deus e os justos amam-se mutuamente. São templos onde habita a Santíssima Trindade. Com efeito, nas palavras citadas refere-se que no justo habitarão o Pai e o Filho. Ora, onde está uma das pessoas divinas estão igualmente as outras duas, como vimos ao tratar da circum-incessão ⁽⁶⁾. Por isso

⁽¹⁾ S. Paulo chama a Jesus Cristo Adão, por certa analogia. «Factus est primus homo Adam in animam viventem, novissimus Adam in spiritum vivificantem». (Coríntios, xv, 45). Este deu-nos a vida natural; Jesus Cristo dá-nos a sobrenatural da graça.

⁽²⁾ Concílio de Trento, ses. 6, cap. 4. D. 796.

⁽³⁾ Concílio de Trento, ses. 6, cap. 7. D. 799.

⁽⁴⁾ «Quicumque enim Spiritu Dei aguntur, ii sunt filii Dei. Non enim accepistis spiritum adoptionis filiorum, in quo clamamus: Abba (Pater). Ipse enim Spiritus testimonium reddit spiritui nostro, quod sumus filii Dei. Si autem filii, et heredes: heredes quidem Dei, coheredes autem Christi». Romanos, VIII, 14 a 18.

⁽⁵⁾ «Si quis diligit me, sermonem meum servabit; et Pater meus diligit eum et ad eum veniemus, et mansionem apud eum faciemus». S. João, xiv, 23.

⁽⁶⁾ Tratado da Trindade, cap. 3, parágrafo 1.

escreve S. Paulo aos fiéis de Corinto: «*Não sabeis que sois templos de Deus?*» ⁽¹⁾. «*Não sabeis que os vossos membros são templo do Espírito Santo?*» ⁽²⁾.

RESUMO. — *Em que consiste a adopção? Como se prova pela Tradição e Escritura que a justificação nos faz amigos de Deus, seus filhos adoptivos e herdeiros da vida eterna? Como podem os justos ser templos da SS. Trindade?*

§ 3.º A justificação faz-nos de algum modo participantes da natureza divina

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina Católica. Pode dar-se como de fé por estar contida na Escritura e no magistério ordinário universal da Igreja.*

580. **Adversários.** — *Baio*. como pode ver-se na prova da Tradição.

Provas

581. **A) Tradição.** — Está condenada por S. Pio V a seguinte proposição de Baio: «A justiça pela qual o ímpio é justificado... não (consiste) em graça alguma infundida na alma pela qual o homem é adoptado como filho de Deus... e feito consorte da natureza divina» ⁽³⁾.

582. **B) Escritura.** — Deus «*deu-nos grandes e preciosos dons, para que por eles sejais feitos participantes da natureza divina*», escreve o Apóstolo S. Pedro ⁽⁴⁾.

⁽¹⁾ «*Nescitis quia templum Dei estis...?*» I Coríntios, III, 16.

⁽²⁾ «*An nescitis quoniam membra vestra templum sunt Spiritus sancti...?*» I Coríntios, VI, 19.

⁽³⁾ Bula *Ex omnibus afflictionibus*, 1 Outubro, 1567. D. 1042.

⁽⁴⁾ «*Maxima et pretiosa nobis promissa donavit, ut per haec efficiamini divinae consortes naturae*». II S. Pedro, I, 4.

Notas Complementares

583. 1.^a Explicação teológica da participação da natureza divina pela graça.

1. Para que se pudesse dizer, em sentido próprio, que um animal — com exclusão de todos os da sua espécie — participava da natureza do homem, seria necessário que possuísse alguma coisa da natureza humana, que os outros animais não possuíssem, por exemplo, a figura, a perspicácia, a faculdade de falar, enfim, alguma coisa própria e exclusiva do homem. Também para que os justos participem da natureza divina, com exclusão dos pecadores, é necessário que possuam alguma coisa própria e exclusiva de Deus.

2. Essa coisa própria e exclusiva de Deus, de que nos faz participantes a graça santificante, está, segundo inferem os Teólogos, em conhecer, amar e gozar de Deus, como Ele mesmo se conhece, ama, e goza conhecendo-se e amando-se. Os animais conhecem, amam e gozam como animais; as crianças conhecem, amam e gozam como crianças; os adultos, como adultos; os anjos, como anjos; Deus, como Deus. A graça santificante faz com que conheçamos como Deus conhece, amemos como Deus ama e gozemos como Deus goza.

584. 3. Nesta vida não temos consciência desse conhecimento, amor e gozo, de que a graça santificante nos torna capazes, porque estão na graça como em germe. Só no céu esse germe se desenvolverá, e então poderemos conhecer perfeitamente como Deus conhece, amar e fruir como ele. De um modo análogo, na semente encontram-se como em germe, as folhas, as flores e os frutos da árvore que dela procede, mas só o notamos quando a semente convertida em árvore, os produziu e patenteou aos olhos de todos.

585. 2.^a União íntima entre os efeitos da graça.
— Os oito efeitos da graça santificante demonstrados

na tese, estão intimamente relacionados entre si. Todos eles se explicam logicamente por ser a graça da justificação uma regeneração, uma comunicação de vida sobrenatural e divina que se dá à alma, morta pelo pecado.

Apenas o pecador recebe essa vida, *fica livre do pecado*, que é a morte da alma (primeiro efeito); *fica santificado*, quer dizer, separado dos pecadores e unido aos servidores de Deus (segundo efeito); *fica renovado*, por possuir de novo aquele dom perdido pelo pecado de Adão (terceiro efeito); *fica regenerado*, porque recebe uma nova vida, diferente da que seus pais lhe comunicaram (quarto efeito); *fica amigo de Deus* como criatura, a quem Ele acaba de dar uma nova vida (quinto efeito); fica, pela mesma razão, constituído *filho de Deus*, seu herdeiro, e participante de bens próprios e exclusivos de Deus (efeito sexto, sétimo e oitavo).

RESUMO. — Quem negou que a graça da justificação nos torna participantes da natureza divina? Como se prova pela Tradição e Escritura que se produz este efeito? Que deve produzir em nós a graça para se poder dizer, que nos torna participantes da natureza divina? Em que consiste essa participação, segundo os Teólogos? Porque não temos consciência dela? Que união existe entre os efeitos da graça?

ART. 3.^o — NATUREZA DA GRAÇA
SANTIFICANTE

TESE. A graça da justificação é uma coisa real, uma qualidade física infundida na alma, e não um ser moral, um mero favor de Deus, sem nada de entitativo.

QUALIFICAÇÃO: *É doutrina de fé que a graça é alguma coisa de real e não mera entidade moral; e é doutrina certa que é algo realmente distinto da alma e não mera modificação da mesma.*

586. Explicação. — Assim como a ciência que se pode adquirir ou perder é algo real na alma, assim o é também a graça.

587. Adversários. — *Baio e os protestantes.* Segundo estes, a graça é um favor pelo qual Deus deixa de nos imputar os pecados, apesar de permanecerem na alma, mesmo depois da justificação. Para Baio, a justificação não consiste numa qualidade que se infunde na alma, mas na obediência do homem justificado aos mandamentos de Deus ⁽¹⁾.

Provas

588. A) Tradição. — 1. «Se alguém disser que os homens são justificados... só pela remissão dos pecados, excluindo a graça e a caridade, que pelo Espírito Santo, se infunde nos seus corações e neles adere, ou que a graça com que somos justificados é só um favor de Deus seja anátema» ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Cf. D. 1042.

⁽²⁾ Concílio de Trento, ses. 6, cân. 11. D. 821.

2. Como vimos na tese anterior, está condenada a proposição de Baio, na qual se nega que a graça da justificação consiste numa graça infundida na alma.

589. B) *Escritura.* — Este argumento deduz-se das provas apresentadas nas três partes da tese anterior. Pela graça da justificação, como vimos, somos regenerados, renovados e feitos participantes da natureza divina. O sentido destas palavras, tomadas no seu conjunto, é óbvio. Não se trata de mero favor divino, mas de uma mudança real operada na alma, de uma qualidade que nela radica habitualmente, e dura enquanto não cairmos em pecados.

RESUMO. — *Que pretendemos ao afirmar que é algo real a graça santificante? Qual a opinião dos protestantes e de Baio acerca da sua natureza? Como se demonstra, pela Tradição e Escritura, que ela não é mero favor de Deus, sem nada de entitativo que se infunda na alma?*

CAPÍTULO VI

AQUISIÇÃO, CONSERVAÇÃO E AUMENTO
DA GRAÇA SANTIFICANTE

ART. 1.º — CONDIÇÕES QUE SE REQUEREM
NOS ADULTOS, PARA OBTER A GRAÇA
SANTIFICANTE

TESE. Para receber a graça da justificação, os adultos necessitam de ter fé e arrependimento dos pecados.

QUALIFICAÇÃO: *Pelo menos teologicamente certa.*

590. Adversários. — Segundo os protestantes, para obter a justificação, basta persuadir-se que, pelos méritos de Jesus Cristo, nos são perdoados os pecados.

Provas

591. A) Tradição. — Sem fé «é impossível agradar a Deus e chegar a ser filhos seus» ⁽¹⁾. «A contrição... é a dor e arrependimento dos pecados com propósito de nunca mais pecar». Foi sempre necessário este acto de contrição para obter o perdão dos pecados, e no homem que pecou depois do baptismo, prepara-o para a remissão dos pecados, se estiver unido à confiança na misericórdia divina...» ⁽²⁾.

Segundo este documento do Concílio Tridentino, para que o arrependimento dos pecados prepare o homem para a justificação, é necessário que esteja acompanhado de confiança em que a misericórdia divina lhe perdoará os pecados.

(1) Concílio de Trento, ses. 6, cap. 8. D. 801.

(2) Concílio de Trento, ses. 14, cap. 4. D. 897.

592. B) Escritura. — a) Requer-se a fé.

1. «*Sem fé é impossível agradar a Deus*» ⁽¹⁾. Ora se não se agrada a Deus, é sinal que não se tem ainda a justificação, que torna aos que a possuem amigos e filhos de Deus.

2. «*O que não crer, será condenado*» ⁽²⁾. Logo, sem a fé não se perdoam os pecados, pois se se perdoassem, conseguir-se-ia sem ela a salvação.

b) Requer-se a penitência, isto é, dor e arrependimento dos pecados.

1. «*Se o ímpio fizer penitência de todos os seus pecados... viverá... Mas se o justo se apartar da sua justiça e cometer a iniquidade... morrerá... no seu pecado*» ⁽³⁾.

2. «*Arrependei-vos, portanto, e convertei-vos, para que os vossos pecados vos sejam perdoados*» ⁽⁴⁾.

3. Deus «*não quer que ninguém pereça mas que todos se arrependam*» ⁽⁵⁾.

É, portanto, evidente que, segundo a Escritura, se requer o arrependimento dos pecados para obter a justificação.

Nota

593. Como recebem as crianças a graça santificante?

A tese precedente trata unicamente dos adultos. As crianças recebem a graça santificante no baptismo sem necessidade do acto de fé ou de qualquer outra virtude, por serem incapazes.

(1) «*Sine fide autem impossibile est placere Deo*». Hebreus, xi, 6.

(2) «*Qui vero non crediderit, condemnabitur*». S. Marcos, xvi, 16.

(3) «*Si autem impius egerit poenitentiam ab omnibus peccatis suis... vivet... Si autem averterit se iustus a iustitia sua, et fecerit iniquitatem... in peccato suo... morietur*». Ezequiel, xviii, 21 e 24.

(4) «*Poenitemini igitur, et convertimini, ut delcantur peccata vestra*». Actos, iii, 19.

(5) «*Nolens aliquos perire, sed omnes ad poenitentiam reverti*». II S. Pedro, iii, 9.

RESUMO. — *Que é preciso, segundo os protestantes, para obter o perdão dos pecados? Como se demonstra pela Tradição e Escritura a necessidade da fé e do arrependimento nos adultos para o perdão dos pecados?*

ART. 2.º — AUMENTO E PERDA DA GRAÇA SANTIFICANTE

TESE. As boas obras são causa do aumento de graça santificante no justo; o pecado mortal é causa da sua perda total.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

594. **Adversários.** — Ensinaram alguns hereges que a graça da justificação era igual em todos os homens; e outros, que era inamissível, uma vez conseguida; outros, enfim, que só pela apostasia se perdia.

Provas

595. **A) Tradição.** — a) As boas obras são causa do aumento da graça santificante. — «Se alguém disser... que as (boas) obras são unicamente frutos e sinais da justificação obtida, e não causa também do seu aumento, seja anátema» ⁽¹⁾.

b) Pelo pecado mortal, perde-se a justificação. «Há-de afirmar-se que não só pela apostasia da fé...,

(1) Concílio de Trento, ses. 6, cân. 24. D. 834.

mas por qualquer outro pecado mortal..., se perde a graça da justificação» (1).

596. B) Escritura. — a) *As boas obras são causa do aumento da justificação.* — «O que é justo, justifique-se mais; o que é santo, santifique-se mais» (2). «Crescei em graça» (3). Nestas duas passagens da Escritura não consta expressamente que se deva atribuir às boas obras, o aumento da justificação, mas é esse o sentido óbvio, pois exorta-nos a justificar-nos e a santificar-nos mais, a crescer em graça, mediante a prática de boas obras.

597. b) Pelo pecado mortal perde-se a graça da justificação. — 1. «Se o justo se apartar da sua justiça e cometer a iniquidade, praticando todas as abominações que o ímpio costuma praticar, nenhuma das boas obras que tiver feito se terá em conta, morrerá na prevaricação... e no seu pecado» (4).

2. S. Paulo, depois de apresentar uma extensa lista de pecados graves, acrescenta: «Não sabeis que os ímpios não possuirão o reino de Deus?» (5). Ora todos os que têm a graça santificante possuirão o reino de Deus; logo, essa graça perde-se pelo pecado mortal.

(1) Concílio de Trento, ses. 6, cap. 15. D. 808.

(2) «*Qui iustus est, iustificatur adhuc, et sanctus, sanctificetur adhuc*». Apocalipse, xxii, 11.

(3) «*Crescite vero in gratia*». II S. Pedro, iii, 18.

(4) «*Si autem averterit se iustus a iustitia sua, et fecerit iniquitatem secundum omnes abominationes quas operari solet impius, nunquid vivet? Omnes iustitiae eius, quas fecerat, non recordabuntur, in praevaricatione qua praevaricatus est, et in peccato suo quod peccavit, in ipsis morietur*». Ezequiel, xviii, 24.

(5) «*An nescitis quia iniqui regnum Dei non possidebunt?*» I Coríntios, vi, 9.

RESUMO. — Que erros divulgaram alguns hereges acerca da possibilidade de os justos aumentarem a graça santificante por meio de boas obras, ou de a perderem pelo pecado? Como se prova pela Tradição e Escritura que a graça da justificação se aumenta nos justos com as boas obras e se perde pelo pecado mortal?

ART. 3.º — A GRAÇA DA JUSTIFICAÇÃO
E O PECADO VENIAL

TESE. A graça da justificação não se perde com o pecado venial.

QUALIFICAÇÃO: De fé, pelo menos porque assim o ensina a Igreja no seu magistério universal ordinário.

598. Explicação. — Pecado venial é a desobediência à vontade de Deus em matéria leve, ou em grave mas sem completa advertência e consentimento.

Provas

599. A) Tradição. — «Nesta vida mortal, ainda que os santos e justos caíam algumas vezes em pecados... veniais, não deixam por isso de ser justos» ⁽¹⁾.

600. B) Escritura. — «Perdoai-nos as nossas ofensas», ensina Jesus Cristo a orar a todos os homens ⁽²⁾. «Todos caímos em muitas faltas», acrescenta o Apóstolo S. Tiago ⁽³⁾. Estas passagens da Escritura não afirmam que todos pequem gravemente, mas sim que até os justos ofendem a Deus em matéria leve, ou se em grave sem a devida advertência e consentimento para haver culpa mortal.

(1) Concílio de Trento, ses. 6, cap. 11. D. 804.

(2) «*Et dimitte nobis debita nostra*». S. Mateus, vi, 12.

(3) «*In multis enim offendimus omnes*». S. Tiago, iii, 2.

601. Consequência. — Pelo pecado venial não se diminui a graça santificante. — De contrário, poderia dar-se o caso de que muitos pecados veniais acabassem por reduzir a zero a graça santificante, e por conseguinte, esta poderia perder-se pelo pecado venial. Portanto, as faltas leves não diminuem a graça, mas predisõem a perdê-la, sobretudo quando plenamente deliberadas, pois quem não faz caso de faltas veniais desta natureza, facilmente sucumbirá às tentações graves.

RESUMO. — *Como se define o pecado venial? Como se demonstra pela Tradição e Escritura que não faz perder a graça santificante? Como se prova que a não diminui? Em que sentido é causa de se perder a graça?*

CAPÍTULO VII

O MÉRITO DAS OBRAS, OU O FRUTO DA GRAÇA SANTIFICANTE

ART. 1.º — O QUE O JUSTO MERECE COM AS SUAS BOAS OBRAS

TESE. Os justos, com as suas boas obras, merecem verdadeiramente diante de Deus o aumento de graça, a vida eterna e o aumento de glória.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

602. Explicação. — *Mérito* é uma qualidade inerente à boa obra, em virtude da qual esta se diz meritória. Uma obra chama-se meritória quando é feita em obséquio de outro, e merece ser premiada. O mérito pode ser «de condigno» e «de congruo».

Mérito «*de condigno*», é aquele que em justiça deve ser retribuído: mérito «*de congruo*» aquele que convém seja retribuído, mas não se falta à justiça não o retribuído.

Foi dada explicação pormenorizada destas noções no tratado de Deus Redentor ⁽¹⁾.

603. Adversários. — Os *protestantes*. Segundo eles, as nossas obras não são meritórias.

Provas

604. A) Tradição. — «Se alguém disser que o (homem) justificado com as boas obras que faz..., não merece verdadeiramente aumento da graça, a vida eterna, e também aumento de glória, seja anátema» ⁽²⁾.

O Concílio não diz expressamente que este mérito seja «*de condigno*». Afirma-o implicitamente, ao definir que *merecemos verdadeiramente*, pois o mérito «*de congruo*» só em sentido lato se pode chamar mérito.

605. B) Escritura. — 1. «Cada um receberá a sua mercê (quer dizer, o que mereceu, o seu jornal, a sua paga) segundo o seu trabalho» ⁽³⁾.

2. «Combati o bom combate, concluí a minha carreira, guardei a minha fé; só me resta receber a coroa de justiça, que o Senhor, justo juiz, me dará naquele dia (da retribuição)» ⁽⁴⁾.

S. Paulo nesta passagem refere-se a si próprio com palavras que se aplicam igualmente a todos os justos, e afirma que Deus, justo juiz, lhe dará o prémio ou coroa merecida em justiça, quer dizer, verdadeira e condignamente merecida.

(1) Cf, Tratado 8.º, cap. III, art. 3.º.

(2) Concílio de Trento, ses. 6, cân. D. 842.

(3) «*Unusquisque autem propriam mercedem accipiet secundum suum laborem*». I Coríntios, III, 8.

(4) «*Bonum certamen certavi, cursum consummavi, fidem servavi. In reliquo reposita est mihi corona iustitiae, quam reddet mihi Dominus in illa die iustus iudex*». II Timóteo, IV, 7 e 8.

3. «*Virá o Filho do Homem... com os seus anjos e dará a cada um segundo as suas obras*» (1).

Observação. — O argumento da Escritura prova que merecemos a vida eterna e o aumento da glória, porque Deus dará a cada um o prêmio segundo as suas obras; não menciona o aumento de graça, mas é este que, segundo os Teólogos, produz o aumento de glória, a que a graça nos dá direito.

606. Dificuldade. — Aos que morrem em graça deve-se-lhes dar a glória como herança, porque a graça santificante fez os homens filhos de Deus, e seus herdeiros. Ora o que se dá como herança não se dá como mérito de boas obras. Logo, se a glória é uma herança, então não é coisa que nós mereçamos.

Resposta. — A vida eterna é herança, só herança, para as crianças que o não podem merecer com boas obras. Para os adultos, a glória é, em parte, herança e, em parte, prêmio.

Quem morresse imediatamente depois de conseguir a graça santificante, sem ter podido fazer sequer uma obra boa, para esse tal, a vida eterna era-lhe dada como herança. Se tivesse tempo para fazer obras boas, tinha a felicidade eterna como herança, e um aumento da mesma pelos merecimentos que alcançou com as suas boas obras.

Nota

607. O mérito maior ou menor das obras. — Se a cada um se dá prêmio segundo as próprias obras, podemos deduzir as seguintes consequências sobre quais são as mais meritórias:

(1) «*Filius enim hominis venturus est in gloria Patris sui cum angelis suis; et tunc reddet unicuique secundum opera eius*». S. Mateus, xvi, 27.

A) Imaginemos primeiro um homem que pode eleger entre várias obras ou praticar a mesma de formas diversas. Será mais meritória:

1.º Aquela que, por sua natureza, for mais *excelente*: por exemplo, um acto de amor de Deus será mais meritório, que um acto de cortesia humana.

2.º Dentro da mesma espécie de obras, a que for maior em *quantidade*; por exemplo, dar dez escudos de esmola, será mais meritório que dar cinco.

3.º A que for de maior *duração*; por exemplo, orar meia hora será mais meritório que orar cinco minutos.

4.º A que exija maior *sacrifício*: perdoar uma ofensa grave será mais meritório que perdoar uma ofensa leve.

608. B) Consideremos agora dois homens que praticam a mesma acção. Terá maior mérito:

1.º O que a pratica com melhor *disposição*; assim, aquele que generosamente dá uma esmola ou perdoa uma injúria, terá maior mérito do que outro que o faz forçadamente, supondo que ambos se encontram em iguais circunstâncias.

2.º O que a pratica com mais *pureza* *intenção* de agradar a Deus, e mais isento de qualquer vista humana.

3.º O que a pratica com mais *perfeição*: realizar um trabalho sem defeitos e com esmero é mais meritório do que fazê-lo imperfeitamente e sem cuidado.

4.º Provavelmente, o que está ornado de maior *graça santificante*.

A razão dos três primeiros números da letra B) parece óbvia. É assim que julgamos as acções uns dos outros, quando procedemos livre e racionalmente. A razão do número 4.º, também é clara. O que tem maior graça santificante está mais unido a Deus, é mais amigo seu, e as obras dos amigos retribuem-se com maior generosidade por serem de maior agrado.

RESUMO. — Qual é a definição de mérito? Quando se chama «de condigno» e quando «de congruo»? Quem nega que as obras do justo são meritórias? Como se demonstra pela Tradição e Escritura que os justos merecem com elas a vida eterna, aumento de graça e de glória? Donde se deduz que são mais meritórias as obras mais excelentes, as maiores em quantidade, as mais duradoiras e custosas? Como se provaria que é mais meritória a obra feita com maior prontidão de ânimo, com mais pureza de intenção, com mais perfeição, e provavelmente, com mais graça santificante?

ART. 2.º — CONDIÇÕES PARA PODER VERDADEIRAMENTE MERECER

TESE. Para poder verdadeiramente merecer (mérito de condigno) requer-se: 1.º, que a obra boa que se pratica, esteja ou não mandada, se possa omitir; 2.º, que seja feita em estado de graça.

QUALIFICAÇÃO: A 1.ª parte é de fé e a 2.ª, pelo menos, teològicamente certa.

609. Explicação. — É evidente que a obra de que se trata deve ser boa, pois ninguém merece ser premiado por uma obra má.

610. Adversários. — Jansénio negou a primeira condição enunciada na tese; Baio, a segunda.

- I) REQUER-SE QUE A OBRA SEJA LIVRE,
ESTEJA OU NÃO MANDADA

Provas

611. A) Tradição. — Inocêncio X condenou como herética uma proposição de Jansénio, segundo a qual, depois do pecado original, não se requer para o mérito, que o homem possa omitir a obra pela qual merece ⁽¹⁾.

(1) Constituição *Cum occasione*, 31 de Maio de 1653. D. 1094.

612. B) **Escritura.** — A Sagrada Esura elogia nestes termos o justo, que fez bom uso; riquezas: «*Pôde transgredir e não transgrediu, fazmal e não o fez: por isso os seus bens estão consodos diante de Deus*» (1). Deduz-se o mesmo dtextos da Escritura, citados no artigo anterior. Sendo eles, o prêmio chama-se mercê ou paga e corde justiça; ora só se merece prêmio por uma acção e se pode omitir. De contrário, não se trataria de presente, e muito menos de um prêmio de justiça.

II) REQUER-SE O ESTADO DE GR

Provas

613. A) **Tradição.** — «Nada do quprecede a justificação, quer seja a fé, quer as obimece a graça da justificação» (2).

Ora, se as obras feitas em pecado :tal merecessem a vida eterna, mereceriam tambémquilo sem o qual não se pode conseguir a vida ete, isto é, a graça da justificação.

614. B) **Escritura.** — 1. «*Como o nento não pode por si mesmo dar fruto, se não parecer na videira, assim também vós, se não parecerdes em mim*» (3). Ora, não está unido a Cristoio permanece nele, quem o não ama, quem pepecado é inimigo de Deus.

2. Ainda que eu faça as obras mæextraordinárias, «*se não tiver caridade, nada mproveita*», afirma o Apóstolo das Gentes (4). O ador está

(1) «*Qui potuit transgredi, et non est transgres facere mala et non fecit. Ideo stabilita sunt bona illius in Domu* Ecclesiástico, xxxi, 10 e 11.

(2) Concilio de Trento, ses. 6, cap. 8. D. 801.

(3) «*Sicut palme non potest ferre fructum cnetipso, nisi manserit in vite, sic nec vos, nisi in me manseritis*». João, xv, 4.

(4) «*Charitatem autem non habuero, nihil mihi fuit*». I Coríntios, xiii, 3.

privado do amor de Deus, pois este amor apaga os pecados, como veremos ao tratar da contrição perfeita ⁽¹⁾. Logo, nada merece para a vida eterna, enquanto estiver despojado da graça santificante.

615. C) Razão teológica. — O pecador torna-se inimigo de Deus pelo pecado. Entre a vontade divina e os seus próprios gostos, prefere estes, e afasta-se de Deus ofendendo-o. É, portanto, lógico que nada mereça para o céu, enquanto não reparar essa ofensa.

616. Consequências. — 1.^a Em estado de pecado mortal, por mais boas obras que façamos, nenhum prêmio teremos no céu.

2.^a Uma vez cometido um pecado mortal, devia o pecador pôr-se imediatamente em estado de graça, para não perder o fruto principal das boas obras.

Notas Complementares

617. 1.^a Que podemos merecer com as nossas boas obras? — Com as boas obras podemos merecer para nós, aumento de graça e de glória; para os outros, nada disto podemos merecer.

As nossas boas obras, feitas em favor de outros, são como orações dirigidas a Deus, para que Ele os converta se estão em pecado; lhes conceda favores e graça, se são justos e ainda vivem; e se já morreram, os tire do purgatório se lá se encontram. Por outras palavras, com as nossas boas obras, em favor de outros, não merecemos «*de condigno*» a sua conversão, mas somente «*de congruo*», pois em nenhuma parte prometeu Deus que se converteriam infalivelmente aqueles por quem pedissem os justos.

⁽¹⁾ Cf. Tratado 9.^o (II Sacramentos), cap. VII, art. 6.^o, N. Compl. (1.^a).

618. 2.^a As boas obras feitas em pecado mortal. — Já dissemos que as boas obras feitas em pecado mortal nada merecem para a glória. Também não se obtém com elas de Deus o perdão da pena devida aos nossos pecados mortais e veniais, porque não se merece a remissão, por parte do ofendido, de qualquer pena, enquanto se está em inimizade com ele. Contudo, tais obras são utilíssimas, são como orações dirigidas a Deus, para que nos conceda a graça de sair do pecado e alcançar a felicidade eterna.

619. 3.^a O mérito e a oração. — Em sentido amplo, oração é qualquer acto de culto. Em sentido estrito, é acto pelo qual pedimos a Deus o que desejamos. A oração -- do mesmo modo que as outras boas obras feitas em graça de Deus -- é causa do aumento da graça santificante na alma, e consequentemente dos méritos para a glória. Feita em pecado mortal, pode alcançar-nos a graça para sair dele, desde que estejamos dispostos a empregar os meios e a cooperar com a graça, pois, de outro modo, permaneceremos em pecado. Por outras palavras, a oração feita na graça de Deus merece «*de condigno*» a graça e a glória; feita em pecado mortal, ajuda-nos a obter a graça para sair dele. Distingue-se das outras boas obras por certo matiz acentuadamente impetratório, ainda que, em última análise tem-no qualquer boa obra.

RESUMO. — *Que condições se requerem para que uma obra possa verdadeiramente ser meritória? Quem as negou? Como se prova pela Tradição e Escritura a necessidade de reunirem essas duas condições? Como se prova, por um raciocínio teológico, a necessidade da graça para merecer? Que deveríamos fazer depois de pecar gravemente? Que podem os justos merecer para si exclusivamente, com as boas obras? Que podem merecer para outros e de que maneira? Qual a única utilidade das boas obras feitas em pecado mortal? Que é a oração? Que efeitos produz? Em que se distingue das outras boas obras pelo que se refere a alcançar os benefícios de Deus?*

CAPÍTULO VIII

GRAÇAS HABITUAIS, VIRTUDES E DONS
DO ESPÍRITO SANTO

ART. 1.º — AS VIRTUDES EM GERAL

§ 1.º — As virtudes teológicas

620. Sua existência. — A graça santificante, como provámos ⁽¹⁾, é uma realidade física que Deus infunde em nossas almas e a elas fica aderente, segundo a expressão do Concílio de Trento. De harmonia com o mesmo Concílio, «na justificação, juntamente com o perdão dos pecados recebe o homem como dons infusos... a *fé*, a *esperança* e a *caridade*» ⁽²⁾.

621. Seu objecto. — O fim destas virtudes é que possamos praticar os actos próprios delas sem necessidade de uma intervenção sobremaneira especial de Deus, que sem tais virtudes seria indispensável. Ponhamos um exemplo. Um cego não pode ver, se Deus lhe não concede milagrosamente especial auxílio. Pelo contrário, uma pessoa com boa vista, vê sem necessidade de qualquer auxílio, além do que Deus concede a todos os homens normais. Assim também, privados das virtudes infusas da fé, esperança e caridade não podemos praticar os actos próprios delas, senão mediante especial graça de Deus, graça que poderíamos dizer, milagrosa. Revestidos das virtudes, porém, conseguimos realizar esses actos com o auxílio ordinário, concedido a todos os *justos*.

⁽¹⁾ Cf. n.º 587 e segs.

⁽²⁾ Ses. 6, cap. 7. D. 800.

São, portanto, os hábitos ou virtudes infusas da fé, esperança e caridade, na ordem sobrenatural, como são na ordem natural os olhos para ver, os ouvidos para ouvir, o entendimento para pensar; por outras palavras, são *potências, que nos habilitam para crer, esperar e amar, em ordem a conseguir a vida eterna.*

622. Porque se chamam teologais. — Essas virtudes chamam-se teologais ou divinas, porque pelos actos de fé, esperança e caridade nos unimos a Deus, crendo nas suas palavras, esperando a vida eterna (isto é, o conhecimento e amor beatíficos) e amando a Deus.

623. Como se aumentam. — As virtudes teologais — como a graça santificante — aumentam-se com as boas obras feitas na graça de Deus.

§ 2.º — As virtudes morais

624. 1. As virtudes não teologais chamam-se *morais*, quer dizer, relativas aos costumes (da palavra latina «*mores*» — costumes).

Quatro delas, a saber, *prudência, justiça, fortaleza e temperança* designam-se também com o apelativo de *cardiais*, porque assim como as portas giram em volta dos *gonzos* (em latim *cardines*), assim nossa vida moral deve ordenar-se, girar à volta da prática destas quatro virtudes, pois todas as outras se reduzem a estas; por exemplo, a obediência, à justiça, e a pureza, à temperança.

2. É doutrina comum que estas virtudes são dons especiais distintos da graça santificante e se infundem juntamente com ela; mas não é tão certa como a que afirma que as virtudes teologais são infundidas.

RESUMO. — *Que virtudes se infundem juntamente com a graça santificante? Como se demonstra pela Tradição? Qual o fim das virtudes teologais? Pode explicar-se com uma comparação? Porque se chamam teologais? Como se aumentam? Quais as virtudes cardiais, e porque se lhes dá esse nome?*

ART. 2.º — FÉ E ESPERANÇA

§ 1.º — A Fé

625. 1. Na primeira parte deste livro, no Tratado da Fé, explicámos a natureza da fé a sua liberdade e necessidade para a salvação ⁽¹⁾.

2. A fé não se perde com qualquer pecado mortal, mas unicamente com aqueles que lhe são opostos, isto é, com a apostasia total do Cristianismo e com a negação ou dúvida voluntárias de uma verdade que sabemos ter sido revelada por Deus à Igreja.

§ 2.º — A Esperança

626. 1. Esperar em Deus é desejar conseguir os seus dons e sobretudo o dom dos dons a vida eterna, confiados em que nos dará os meios para isso.

2. Perde-se a esperança pelo pecado da desesperação, pelo qual desconfiamos da misericórdia divina e também pelos pecados contra a fé, pois quem não tem fé nos bens futuros, não pode esperar. Não se perde pelos outros pecados mortais.

3. Praticamente para os adultos obterem o perdão dos pecados, será necessário que façam algum acto de esperança, pois, de ordinário, não se põem os meios

(1) Cf. n.º 154 e segs.

para obter o perdão quando se não espera obtê-lo. Teòricamente pode imaginar-se o caso de uma pessoa que conhecendo pela fé a excelência de Deus, o ame sobre todas as coisas. Nesta hipótese, esse acto de caridade perdoar-lhe-ia todos os pecados, mesmo sem ter havido nenhum acto de esperança.

RESUMO. — *Como se perde a fé? Que é esperar em Deus? Como se perde a esperança? Porque será necessário nos casos ordinários, fazer algum acto de esperança para obter o perdão dos pecados? Poderia este, alguma vez, obter-se sem nenhum acto de esperança?*

ART. 3.º — A CARIDADE

627. 1. Bondade absoluta, e bondade relativa de Deus. — Ainda que Deus não tivesse criado o mundo seria um ser excelentíssimo. Sê-lo-ia igualmente, ainda que não me tivesse concedido nenhum benefício, nem mesmo o da criação. Logo Deus a) tem em si próprio uma *bondade absoluta*, conceda-me ou não benefícios; b) ao fazer-me pessoalmente alguns favores, usa para comigo de uma *bondade relativa* a mim mesmo, que eu devo agradecer.

628. 2. Amor de concupiscência e amor de caridade. — Amar a Deus, só porque dele recebo benefícios, é amor de concupiscência.

Amar a bondade absoluta de Deus, isto é, a excelência divina, prescindindo de que ele me concede ou não benefícios, é amor de caridade.

629. 3. Caridade imperfeita e caridade perfeita. a) Se alguém ama a excelência de Deus e se compraz nela, mas prefere outras coisas a Deus, esse não tem caridade verdadeira, terá apenas uma caridade incipiente ou imperfeita, que não perdoa os pecados.

b) Pelo contrário, quem ama a Deus sobre todas as coisas e está, portanto, disposto a cumprir a sua vontade por cima de tudo, esse tem caridade verdadeira e perfeita. Esta perdoa os pecados, como veremos ao tratar da contrição perfeita. «Se alguém me ama, guardará a minha palavra...; o que me não ama, não guardará as minhas palavras» ⁽¹⁾. «Se guardardes os meus mandamentos, permanecereis no meu amor» ⁽²⁾.

«Aquele que me ama, será amado de meu Pai» ⁽³⁾.

630. 4. Amor a Deus e amor ao próximo.

— Quando amamos entranhadamente uma pessoa, o nosso amor vai em primeiro lugar para ela; conaturalmente e em segundo lugar, estende-se às pessoas que lhe estão estreitamente ligadas e não são indignas desse amor. Da mesma maneira, quando amamos a Deus com amor perfeito, amamos também a todos os filhos de Deus, a todos os homens, que não se tornaram totalmente indignos. Os homens só se tornam inteiramente indignos, depois de morrerem em pecado mortal. Antes disso, podem sempre voltar ao bom caminho. «Este é o meu preceito, que vos ameis uns aos outros, como eu vos amei» ⁽⁴⁾.

«Dou-vos um mandamento novo, que vos ameis uns aos outros, como eu vos amei» ⁽⁵⁾.

«Nisto conhecerão todos, que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros» ⁽⁶⁾.

⁽¹⁾ «Si quis diligit me, sermonem meum servabit... Qui non diligit me, sermones meos non servat». S. João, xiv, 23 e 24.

⁽²⁾ «Si praecepta mea servaveritis, manebitis in dilectione mea». S. João, xv, 10.

⁽³⁾ «Qui autem diligit me, diligetur a Patre meo». S. João, xiv, 21.

⁽⁴⁾ «Hoc est praeceptum meum, ut diligatis invicem, sicut dilexi vos». S. João, xv, 12.

⁽⁵⁾ «Mandatum novum do vobis, ut diligatis invicem; sicut dilexi vos». S. João, xiii, 34.

⁽⁶⁾ «In hoc cognoscent omnes quia discipuli mei estis, si dilectionem habueritis ad invicem». S. João, xiii, 35.

631. 5. O nosso amor para com Deus há-de ser não só de concupiscência, mas também de caridade. — Quando perguntaram a Jesus qual era o primeiro dos mandamentos da lei, respondeu: «*Amarás ao Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todo o teu entendimento e com todas as tuas forças*» ⁽¹⁾. Ora, não se ama desta maneira a Deus, quando só o amamos pelos benefícios que nos concede.

632. 6. A caridade é o mais precioso de todos os dons. — PROVA: «*Aquele que me ama, será amado de meu Pai*» ⁽²⁾. Ainda que tenha os dons mais extraordinários, «*se não tiver caridade, nada me aproveita*» ⁽³⁾.

«*O que não ama permanece na morte*» — para a vida da graça ⁽⁴⁾. «*Nesta vida existem a fé, a esperança e a caridade...; destas a maior é a caridade*» ⁽⁵⁾.

633. 7. Necessidade da caridade. — a) Ninguém se salva sem ter caridade (ao menos infusa), porque com a graça santificante infunde-se um dom que tem esse nome. O mesmo se deve dizer da fé e da esperança.

b) Para um pecador voltar ao estado de graça não é sempre necessário um acto de caridade. Basta a atrição dos pecados, juntamente com o baptismo ou a confissão, e às vezes a extrema-unção.

⁽¹⁾ «*Diliges Dominum Deum tuum ex toto corde tuo, et ex tota anima tua, et ex tota mente tua, et ex tota virtute tua*». S. Marcos, XII, 30 — «*Diliges Dominum Deum tuum ex toto corde tuo, et in tota anima tua, et in tota mente tua*». S. Mateus, XXII, 37.

⁽²⁾ «*Qui autem diligit me, diligetur a Patre meo*». S. João, XIV, 21.

⁽³⁾ «*Charitatem autem non habuero, nihil mihi prodest*». I Coríntios, XIII, 3.

⁽⁴⁾ «*Qui non diligit, manet in morte*». I S. João, III, 14.

⁽⁵⁾ «*Nunc autem manent fides, spes, charitas, tria hæc; maior autem horum est charitas*». I Coríntios, XIII, 13.

RESUMO. — *Em que consiste a bondade absoluta e bondade relativa de Deus? Que é amor de concupiscência e de caridade? Como se define a caridade perfeita e imperfeita? Porque é que o verdadeiro amor de Deus implica o amor do próximo? Quais são as palavras com que Jesus Cristo expressou a obrigação de amar o próximo? Como se prova pela Escritura a obrigação de amar a Deus com amor de caridade? Como se prova pela Escritura que a caridade é o o mais precioso de todos os dons? Pode alguém salvar-se sem ter caridade, fé e esperança? É sempre necessário fazer algum acto de caridade, para sair do estado de pecado mortal?*

ART. 4.º — DONS DO ESPÍRITO SANTO

634. 1. Distinção entre dons e virtudes. — Pelas virtudes fica o homem capacitado para os actos próprios de cada uma delas, actos de fé, de justiça, de fortaleza, etc.

Os dons do Espírito Santo são graças que nos tornam aptos para receber e obedecer com prontidão e facilidade às moções que Ele produz nas nossas almas. Aos actos de virtude, portanto, podemos decidir-nos nós próprios com a graça do Senhor; aos actos próprios dos dons, é o Espírito Santo quem nos move.

635. 2. Quantos são os dons do Espírito Santo? — É doutrina corrente: a) que estes dons se infundem na alma juntamente com a graça santificante; b) que são sete: *dom de sabedoria, de entendimento, de conselho, de fortaleza, de ciência, de piedade e de temor de Deus.*

A Igreja, dirigindo-se ao Espírito Santo, chama-lhe Doador de sete dons: «*Tu septiformis munere*», e pede-lhe que os dê aos fiéis: «*Da tuis fidelibus in te confidentibus sacrum septenarium.* — Dá aos fiéis que confiam em ti o número sagrado dos sete (dons)».

636. 3. Fim para que se dão estes dons. — O dom da *sabedoria* dá-se para sentir gosto ou sabor nas coisas de Deus;

o de *entendimento*, para as entender;

o de *conselho*, para escolher na prática o que devemos fazer ou evitar.

o de *fortaleza*, para levar a cabo as boas obras;

o de *ciência*, para julgar rectamente delas;

o de *piedade*, para venerar a Deus como nosso Pai;

o de *temor de Deus*, para evitarmos ofendê-lo.

Notas Complementares

637. 1.^a Os frutos do Espírito Santo. — Segundo o que fica exposto, as virtudes e os dons, são uma espécie de potências em ordem a praticarmos actos virtuosos — de fé, de esperança, de fortaleza, etc.

Estes actos chamam-se frutos das virtudes, ou frutos do Espírito Santo, porque assim como na árvore são os frutos o fim a que se destina e o mais agradável dela, assim os actos das virtudes — ser casto, sóbrio, piedoso, etc. — são o fim a que se ordenam as virtudes e dons do Espírito Santo. São como o fruto produzido nas nossas almas pelas graças que Deus nelas infunde.

638. 2.^a As bem-aventuranças. — Jesus Cristo chamou bem-aventurados ou felizes aos que praticam as virtudes ⁽¹⁾, pois delas depende parcialmente a felicidade neste mundo, e sobretudo, a verdadeira felicidade, que é da outra vida.

(1) «*Beati pauperes spiritu, quoniam ipsorum est regnum caelorum. Beati mites, quoniam ipsi possidebunt terram... etc.*». S. Mateus, v, 3 a 13.

RESUMO. — *Em que se distinguem as virtudes dos dons do Espírito Santo? Quantos são os dons do Espírito Santo, segundo a doutrina mais corrente, e em que prática da Igreja, se pode apoiar esta doutrina? Qual o fim de cada um dos sete dons? Como se denominam os frutos das virtudes e dons do Espírito Santo? Porque se lhes dá esse nome? A quem chamou Jesus Cristo bem-aventurados e porquê?*

DEUS SANTIFICADOR

II — SACRAMENTOS

- * *NOTA BIBLIOGRÁFICA* — J. ALVES MATOSO, *Os Sacramentos*, Lisboa, U. G. — J. SOUBEN, *Nouvelle théologie dogmatique*, VII, Paris. — R. ROUZIE, *Les Sacrements en général*, Paris. — P. POURRAT, *La théologie sacramentaire*, Paris. — * J. CORBLET, *Histoire dogmatique, liturgique et archéologique du sacrement de baptême*, 2 vols., Paris. — R. PLUS, *Baptême et confirmation*. — A. F. WIRGMAN, *The Doctrine of confirmation*, London. — J. JAUSSENS, *La confirmation*, Lille. H. HUGON, *La S. Eucharistie*, Paris. — P. BATIFFOL, *L'Eucharistie*, Paris. — J. VIOLLET, *La confession*, Paris. — P. GALTIER, *Le péché et la pénitence*, Paris. — A. KILKER, *Extrême Unction*, St. Louis. — RUCH ET GODEFROY, *Extrême-onction*, Dict. de Théol. Cath., v. — L. ROUZIE, *Le saints ordres, Doctrine et action*, Paris. — VERMEERSCH, *O Matrimónio Cristão*, Trad. port. por Aires Ferreira. — A. BRANDÃO, *O Matrimónio Católico*, Porto. — L. FRANCA, *O Divórcio*, Rio de Janeiro.

CAPÍTULO I

OS SACRAMENTOS EM GERAL

ART. 1.º — O NÚMERO DOS SACRAMENTOS

TESE. Na Igreja de Jesus Cristo há sete sacramentos.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

639. Noções prévias. — Jesus Cristo veio restituir-nos a graça santificante, que Adão, pela sua desobediência, perdera para toda a humanidade. Essa graça é-nos agora dada não uma vez apenas, mas quantas nos utilizarmos das fontes donde ela jorra com abundância. Tais fontes são os sacramentos. Alguns — *baptismo, confirmação e ordem* — só os podemos receber uma vez; e a ordem é, além disso, reservada aos homens. A *extrema-unção* e o *matrimônio*, recebem-se, quase sempre, uma só vez na vida. Ficam-nos, contudo, dois mananciais perenes à nossa disposição: a *penitência*, e sobretudo a *eucaristia*, que deve ser centro da nossa vida espiritual.

Como o sangue circula pelas veias e se reparte pelo corpo, para lhe dar beleza, vida, saúde e bem-estar, assim a graça santificante, haurida na fonte dos sacramentos e, sobretudo o Sangue de Cristo dado na eucaristia, purifica, embeleza e vivifica cada vez mais as nossas almas. Nestas vai-se aumentando e entesourando constantemente a graça. Segundo a abundância que dela tivermos ao deixar a vida presente, será a nossa felicidade, glória e beleza na futura.

640. Sacramento. — É um sinal externo (isto é, uma acção significativa ou simbólica não meramente interna), instituído por Jesus Cristo para produzir a graça santificante na nossa alma. Chama-se sinal, porque significa ou simboliza a graça que produz. O baptismo, por exemplo, simboliza a graça santificante, porque como a água lava, ao menos em parte, o corpo do que se baptiza, assim a graça santificante, recebida no baptismo, lava ou purifica a alma do pecado.

641. Observação. — Alguns autores distinguem sinal de símbolo. Sinal é aquilo que representa uma coisa com a qual não tem semelhança, como a bandeira significa a pátria. Símbolo, pelo contrário, significa uma coisa com a qual tem semelhança, como uma fotografia representa a pessoa. Os sacramentos são não sòmente sinais, mas também símbolos.

642. Nota. — Durante muitos séculos, chamou-se *sacramento* não só ao que hoje designamos com esse nome, mas a outros actos religiosos. Pouco a pouco, porém, o uso dessa palavra, foi tomando o sentido exclusivo, que se consagrou desde o século XII. Nos documentos da Tradição que citaremos ao provar a tese, sacramento é sempre um sinal exterior, instituído por Jesus Cristo, para produzir a graça santificante.

643. Adversários. — Segundo os *protestantes*, só existem dois sacramentos: o baptismo e a eucaristia, que eles denominam a ceia. Os *ritualistas* e *anglo-católicos* admitem os sete.

Provas

644. A) Tradição. — «Se alguém disser que os sacramentos... são mais ou menos de sete, a saber,

baptismo, confirmação, eucaristia, penitência, extrema-unção, ordem e matrimónio..., seja anátema» (1).

«Os sacramentos são sete, a saber: baptismo, confirmação» etc. (2).

«A mesma santa Igreja Romana sustenta e ensina que há sete sacramentos... a saber: baptismo», etc. (3).

645. B) Escritura. — Ao tratar de cada sacramento em particular, apresentaremos as provas correspondentes.

Aos textos da Escritura com que se prova que o *baptismo*, *eucaristia*, *penitência*, *extrema-unção* e *ordem*, são sacramentos, atribuem-lhe unânimemente os Teólogos força demonstrativa.

Quanto à *confirmação*, só pela Escritura, se demonstra, com bastante probabilidade, que é sacramento. Que o seja também o *matrimónio*, não pode estritamente demonstrar-se só pela Escritura, segundo a opinião dos Teólogos; tem de recorrer-se à Tradição.

646. C) Por dedução da crença da Igreja Católica e das Igrejas orientais separadas de Roma. — Desde o século v, tanto a Igreja Romana como as Igrejas orientais (que nesse século começaram a separar-se dela) contaram e contam unicamente sete sacramentos. Portanto, é verdade que não há mais de sete. Duas razões:

1.^a Porque a Igreja Católica é infalível.

2.^a Porque se essa doutrina não fosse verdadeira e ensinada pelos Apóstolos, não se explica como é que todas as igrejas, *mesmo as separadas de Roma* a ensinassem já no século v e continuassem depois ensinando-a.

N. B. — Esta prova tem a mesma força demonstrativa para qualquer dos sacramentos.

(1) Concílio de Trento, ses. 7, cân. 1, dos Sacramentos em geral. D. 844.

(2) Concílio de Florença, decreto para os Arménios. D. 696.

(3) Concílio segundo de Lião. Profissão de fé do imperador Miguel Paleólogo. D. 465.

RESUMO. — *Para que veio Jesus Cristo ao mundo? Quais são as fontes da graça e com que frequência podemos acercar-nos delas? Quais os efeitos dos sacramentos na alma? Existe alguma relação entre a graça santificante do justo ao sair deste mundo e a glória que no céu gozará? Que significado tem modernamente a palavra sacramento, e desde quando? Que sacramentos admitem os protestantes? Como se prova pela Tradição que só há sete sacramentos? Que força demonstrativa têm os textos da Escritura para provar que o baptismo, confirmação, eucaristia, penitência, extrema-unção, ordem e matrimónio, são sacramentos? Como se prova pela crença da Igreja Católica, e das orientais separadas de Roma que os sacramentos são sete?*

ART. 2.º — MODO COMO OS SACRAMENTOS
PRODUZEM A GRAÇA

TESE. Os sacramentos produzem a graça santificante por si mesmos (*ex opere operato*), quer dizer, prescindindo dos actos de quem os recebe (*ex opere operantis*).

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

647. **Explicação.** — Uma criança de dois meses, baptizada, que levam à missa ou a outra função religiosa, não recebe nenhuma graça. Para isso seria necessário que fizesse algum acto de entendimento e vontade, por exemplo, alguma oração; ora a criança nessa idade é incapaz. Pelo contrário, uma criança a quem se administra o baptismo ou a comunhão, recebe a graça santificante, porque estes sacramentos produzem a graça por si mesmos, independentemente de qualquer acto feito por quem os recebe.

648. **Adversários.** — Os protestantes afirmam que os sacramentos produzem graça unicamente por serem

cerimónias religiosas, que despertam a nossa fé e confiança em Deus. A estes actos de fé e confiança é que se hão-de atribuir os efeitos do que chamamos graça.

Provas

649. A) **Tradição.** — «Se alguém disser, que os sacramentos... não conferem a graça (santificante) só pela sua recepção (*ex opere operato*)... seja anátema» (1).

650. **Observação.** — Aqui não se diz que essa graça seja a «santificante», mas como já dissemos ao explicar a noção de sacramento, que desde o século XIII essa palavra significava um sinal externo instituído por Cristo que produzia a graça santificante. Além disto, tenha-se em conta que o Concílio de Trento, no proémio que precede os cânones dos sacramentos em geral, entre os quais se encontra o que nós citámos, diz assim: «Pelos sacramentos começa, aumenta-se ou recupera-se, quando se perdeu, toda a verdadeira justiça», isto é, a graça que nos torna justos, a graça santificante.

651. B) **Escritura.** — a) Acerca do baptismo escreve S. Paulo: Deus «salvou-nos pela ablução de regeneração» (2). Jesus Cristo purificou a Igreja «na ablução da água, pela palavra da vida» (3).

b) Da eucaristia, afirma Jesus Cristo: «Quem come a minha carne e bebe o meu sangue, permanece em mim e eu nele» (4), como se dissera: o acto de comer

(1) Concílio de Trento, ses. 7, cân. 8, dos Sacramentos em geral. D. 851.

(2) «*Salvos nos fecit, per lavacrum regenerationis*». Tito, III, 5.

(3) «*Mundans lavacro aquae in verbo vitae*». Efésios, V, 26.

(4) «*Qui manducat meam carnem, et bibit meum sanguinem, in me manet, et ego illo*». S. João, VI, 57.

a minha carne e beber o meu sangue faz que eu esteja no que me come e ele em mim.

c) Da ordem diz S. Paulo: «*Recomendo-te que reavives a graça que está em ti pela imposição das minhas mãos*» ⁽¹⁾.

Supostos os textos antecedentes, podemos arguir: do *baptismo*, *eucaristia* e *ordem* (que são três dos sete sacramentos), ensina-nos expressamente a Escritura, que produzem graça por si próprios, pois a sua produção atribui-se: à água, no baptismo; ao acto de comer e beber o corpo e sangue de Cristo, na Eucaristia: à imposição das mãos, na ordem. *Consequentemente*, podemos concluir da Escritura que *todos os sacramentos* produzem a graça do mesmo modo, pois não há razão nenhuma para supor que uns causem a graça por si mesmos e outros não.

Nota

652. Causalidade dos Sacramentos. — Só Deus produz a graça nas nossas almas; os sacramentos são, apenas causa instrumental de que se serve.

Na explicação, porém, desta causa, dividem-se os pareceres. Segundo alguns autores — entre eles muitos dominicanos — os sacramentos são *causa física* instrumental, isto é, produzem a graça como por exemplo a pena, ao escrever, produz as palavras. Segundo outros — neste número contam-se muitos jesuítas — os sacramentos são um instrumento *moral*. Produzem a graça porque são como orações que Jesus Cristo faz a Deus, por meio do ministro dos sacramentos, pedindo eficazmente que conceda a graça própria de cada sacramento.

A isto responde-se que quando o sacerdote diz

(1) «*Aámonco te ut resuscites gratiam Dei, quae est in te ter impositionem manuum mearum*». II Timóteo, 1, 6.

«eu te baptizo» ou «isto é o meu corpo», ou «eu te absolvo», não faz nenhuma oração pròpriamente dita, mas indica unicamente a acção que está a executar.

Na opinião de Billot — menos seguida, mas que nós julgamos mais clara e verdadeira — os sacramentos causam a graça, porque são meios que a *significam* e dos quais Deus se serve para produzi-la.

Duas comparações que projectam alguma luz: Assim como as palavras que o juiz pronuncia quando absolve o réu, são *significativas* da absolvição, pois serve-se delas como de instrumento para lhe conceder o perdão, ou assim como Jesus Cristo na última ceia significou com as palavras «Isto é o meu corpo...» que o pão era o seu corpo e o vinho seu sangue, e essas palavras foram como instrumento de que se serviu a sua onnipotência para consagrar o pão e o vinho, assim também, de uma forma análoga, os sacramentos são instrumento para significar e produzir a graça.

Uma realidade pode ser significada por gestos ou por palavras. Assim os sacramentos: são um conjunto de acções e palavras que significam a graça santificante e do qual Deus se serve, como de instrumento, para produzi-la.

Na opinião de Billot, a graça não se produz directamente, mas só um direito ou disposição para ela. Julgamos este modo de pensar menos acertado. O sacramento produz directamente a graça sempre que da parte do sujeito não haja impedimento, e só quando o há se produz mais tarde, porque é vontade de Deus que então, e só então, se produza; isto é, quando tenha cessado o impedimento que obstava: o pecado ou a má vontade para com ele.

O Concílio de Trento não defendeu nenhuma destas causalidades, nem a física nem a moral nem a significativa de Billot. Sem condenar nenhuma das explicações então admitidas entre os católicos, definiu, como verdade de fé, contra os protestantes, que os sacramentos davam ou conferiam a graça por si próprios, *ex opere operato* (D. 851), sempre que não se

opunha obstáculo à recepção dessa mesma graça (D. 849).

Mas se esta última é produzida (por Deus só), como alguns queriam, se o sacramento é concausa física ou moral ou significativa, ou antes, um meio ao qual quis Deus vincular infalivelmente a colação da graça santificante, isso não quis defini-lo.

E as diversas teorias que havia de autores católicos, para explicar a presença da graça santificante na alma, em virtude dos sacramentos, podiam continuar a defender-se depois da definição.

Hoje, porém, é doutrina comum dos teólogos que os sacramentos são verdadeiras causas instrumentais de que Deus se serve para produzir a graça.

RESUMO. — Como produzem a graça os sacramentos, segundo os protestantes? Que entendemos quando afirmamos que os sacramentos causam a graça por si mesmos? Como pode isto explicar-se com um exemplo? Como se prova pela Tradição e Escritura que os sacramentos produzem a graça por si mesmos? Como se explica a causalidade dos Sacramentos?

ART. 3.º — AUTOR DOS SACRAMENTOS

TESE. Jesus Cristo é o autor dos sacramentos.

QUALIFICAÇÃO: De fé.

653. Adversários. — Os *modernistas* sustentam que os sacramentos nasceram de certa interpretação que os Apóstolos ou os seus sucessores deram, em determinadas circunstâncias, a alguma ideia de Nosso Senhor (¹).

(¹) Cf. D. 2040.

Provas

654. A) Tradição. — «Se alguém disser que os sacramentos... não foram todos instituídos por Jesus Cristo Nosso Senhor..., seja anátema» ⁽¹⁾.

655. B) Escritura. — Consta manifestamente que Jesus Cristo instituiu o *baptismo*, a *eucaristia* e a *penitência*. Quanto ao baptismo põe, por exemplo, S. Mateus na boca de Jesus estas palavras: «*Ensinai todas as gentes, baptizando-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo*» ⁽²⁾. A eucaristia foi instituída também por Jesus Cristo, pois terminada a consagração do seu corpo e sangue, na noite da paixão, disse aos Apóstolos: «*Fazei isto em memória de mim*» ⁽³⁾. Finalmente, quanto à penitência disse Jesus a seus discípulos: «*Recebei o Espírito Santo. Aqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; aqueles a quem os retiverdes ser-lhes-ão retidos*» ⁽⁴⁾.

Suposto isto, podemos argumentar: de vários sacramentos, consta que foram instituídos pessoal e imediatamente por Jesus Cristo. Quanto aos outros, é mais difícil provar só pela Escritura se os instituiu Cristo ou os Apóstolos por seu mandado. Não obstante, S. Paulo diz de si, e dos Apóstolos em geral, que devem ser considerados «*como ministros de Jesus Cristo e distribuidores dos ministérios de Deus*» ⁽⁵⁾. Não se chama portanto, instituidor, mas distribuidor dos mistérios divinos, entre os quais ocupam indubitavelmente os sacramentos lugar proeminente. *Portanto*

(1) Concílio de Trento, ses. 7, cân. 1, dos Sacramentos em geral. D. 844.

(2) «*Docete omnes gentes, baptizantes eos in nomine Patris, et Filii, et Spiritus Sancti*». S. Mateus, xxviii, 19.

(3) «*Hoc facite in meam commemorationem*». S. Lucas, xxii, 19.

(4) «*Accipite Spiritum sanctum; quorum remisieritis peccata remittuntur eis et quorum retinueritis, retenta sunt*». S. João xx, 22 e 23.

(5) «*Ut ministros Christi, et dispensatores mysteriorum Dei*». I Coríntios, iv, 1.

é legítimo deduzir da Escritura que *todos os sacramentos* foram instituídos por Jesus Cristo.

É, pois, verdade de fé pela prova da Tradição, que todos os sacramentos foram instituídos por Cristo; mas não o é, nem é sequer doutrina certa, que ele tenha determinado a matéria e a forma de todos eles, podendo ter deixado à Igreja a determinação de uma ou dessas duas coisas em alguns sacramentos.

Assim, por exemplo, podia ter determinado que na ordem a matéria fosse a imposição das mãos e ter deixado as palavras da forma à determinação dos Apóstolos; ou que na confirmação tanto a matéria como a forma ficasse à determinação da Igreja, na sua totalidade ou em parte.

RESUMÓ. — *Que opinião têm os modernistas sobre a origem dos sacramentos? Como se demonstra pela Tradição e Escritura que Jesus Cristo foi o seu instituidor?*

ART. 4.º — VALIDEZ DOS SACRAMENTOS INDEPENDENTEMENTE DA FÉ DE QUEM OS EFECTUA OU ADMINISTRA

TESE. A validez dos sacramentos não depende de que aquele que os efectue ou administre seja herege, cismático, ou não tenha fé nenhuma.

QUALIFICAÇÃO: *De fé, tratando-se do baptismo. Teològicamente certa, tratando-se dos demais sacramentos.*

656. Explicação. — Dizemos que o baptismo é válido ainda que o confira um protestante, cismático, judeu ou pagão. E como o baptismo, assim os demais sacramentos não dependem, quanto ao valor, da fé que tenha quem os administra no momento de administrá-los.

657. Adversários. 1. No século III alguns bispos africanos, entre os quais S. Cipriano, julgaram que era inválido o baptismo administrado pelos hereges e que, por conseguinte, deviam baptizar-se os que se convertiam da heresia. O mesmo pensavam nesse tempo alguns bispos da Ásia Menor. Coisa parecida deve dizer-se do sacramento da ordem.

2. Ensinaram depois essa mesma doutrina os donatistas.

Provas

658. A) Baptismo. — 1.^a 1. O 4.^o Concílio de Latrão, que é o 12.^o dos ecuménicos, ensina como verdade de fé, no capítulo primeiro, que o «baptismo serve para a salvação, seja quem for o que rectamente o confere» (D. 430).

2. Na profissão de fé proposta aos maronitas por Bento XIV diz-se que é válido o baptismo conferido com a devida matéria, forma e intenção, em qualquer tempo e seja quem for a pessoa que o conferir (D. 1.470).

2.^a Uma doutrina que se refere à fé ou aos costumes e que se ensinou na Igreja por muitos séculos, não pode ser falsa, por causa da infalibilidade da Igreja nessas matérias. Ora a Igreja ensinou durante muitos séculos que o baptismo não depende da fé de quem o administra. Logo essa doutrina é verdadeira.

1. Nos dois primeiros séculos do cristianismo não se suscitaram dúvidas nenhuma sobre esta questão.

2. Suscitada a controvérsia na África, no século III, o Papa S. Estêvão resolveu definitivamente a questão, dizendo: «Não se faça mudança nenhuma; (conserve-se) o recebido por Tradição» (D. 46).

3. Ressuscitada a controvérsia pelos donatistas, no século V, a Igreja opôs-se tenazmente a esses adversários.

659. B) Ordem. — 1. O Concílio Niceno, primeiro dos ecuménicos, concedeu aos hereges cátaros que, ao converterem-se ao catolicismo, permanecessem no estado clerical que tinham. Pelo contrário, aos paulinistas exigiu-lhes que recebessem o baptismo e, tratando-se de pessoas de boa conduta, que fossem de novo ordenadas.

A razão desta diferença era que os primeiros tinham sido baptizados válidamente na heresia e os segundos não, por faltar algum requisito essencial na forma de o administrar (D. 55 e 56).

2. Igual solução dá o Papa S. Gregório I aos bispos irlandeses, a 22 de Junho do ano 601 (D. 249).

3. Leão XIII declarou, em 1896, que as ordens dos protestantes anglicanos ingleses eram inválidas, e isto não por não serem católicos, mas porque ao administrá-las não observavam a forma necessária para a validade (D. 1.964).

660. C) Sacramentos em geral. — Já desde há muitos séculos todos os teólogos ensinam unânime-mente a nossa tese, como o demonstra o facto de não haver entre eles adversário nenhum. Ora esse consentimento é sinal de que a tese é verdadeira (como já demonstrámos). Logo o valor dos sacramentos não depende de que tenha ou não tenha fé quem os administra.

661. Observação. — É verdade que não pode receber a ordem senão quem recebeu o baptismo e que para receber o baptismo é necessário ter fé se se trata de adultos. Mas se um bispo perde totalmente a fé e ordena alguém de sacerdote, este fica verdadeiramente ordenado.

RESUMO. — *Quem ensinou que não era válido o baptismo ou a ordem administrados pelos hereges? Como se prova que é válido o baptismo, seja quem for o que o administrar? É de fé essa doutrina? Como se demonstra a validade, fundando-se na doutrina sustentada pela Igreja durante muito tempo? Como se prova com os documentos da Igreja a validade do sacramento da ordem recebido na heresia? Como se prova que é independente da fé de quem o administra a validade de qualquer sacramento? Pode um bispo que perdeu totalmente a fé ordenar alguém de sacerdote?*

**ART. 5.º — VALIDADEZ DOS SACRAMENTOS
INDEPENDENTEMENTE DE QUE QUEM OS
ADMINISTRA ESTEJA OU NÃO NA GRAÇA
DE DEUS, OU EM PECADO MORTAL**

TESE. Qualquer sacramento é válido ainda que quem o effectua ou administra esteja em pecado mortal.

QUALIFICAÇÃO: Doutrina de fé.

662. Adversários. — Nos séculos XIII e XIV os valdenses e os Fraticelli (D. 488); no século XV Wicleff (D. 584) e no século XVI os anabaptistas.

Provas

663. A) Tradição. — 1. Gregório II ensinou que é válido o baptismo conferido por sacerdotes adúlteros e indignos (D. 296, a).

2. O Concílio de Constança, 16.º dos ecuménicos, condenou o seguinte erro de Wicleff: — Se o bispo ou o sacerdote está em pecado mortal, não ordena, não consagra, não realiza (o sacramento), não baptiza (D. 584).

3. Entre as perguntas que se deviam fazer aos wicleffitas e hussitas, por ordem de Martinho V, a

22.^a diz: «Crê que um mau sacerdote... verdadeiramente absolve, baptiza e confere os demais sacramentos?» (D. 672).

4. O Concílio de Trento, no cânon 12 dos sacramentos, definiu solenemente como doutrina de fé o seguinte: «Se alguém disser que o ministro (do sacramento) que está em pecado mortal... não realiza ou não administra o sacramento, seja anátema» (D. 855).

664. B) Consenso dos Teólogos. — Os teólogos católicos são unânimes, desde há muitos séculos, em afirmar a nossa tese, e não há nenhum que a impugne. Logo esta tese é certa.

665. Dificuldade. — Ninguém pode dar o que não tem. Ora quem administra um sacramento em pecado mortal não tem a graça santificante que se dá nos sacramentos. Logo não os pode dar ou administrar.

Resposta. — Pais cegos podem gerar filhos de vista normal, e um médico doente pode dar a saúde a outros. Assim um sacerdote que está em pecado pode dar a outrem a graça santificante, porque são os sacramentos que a conferem. Esse sacerdote não tem a graça santificante, mas pode, em favor de outro, aplicar os meios que a conferem, e que em concreto são os sacramentos.

RESUMO. — *Quem é que negou a validade dos sacramentos administrados em pecado mortal? É de fé que são válidos? Que documentos provam esta tese? Prova-o o sentir dos teólogos católicos? Um que não tenha a graça santificante como pode dá-la com os sacramentos?*

ART. 6.º — INTENÇÃO QUE O MINISTRO DO SACRAMENTO DEVE TER DE FAZER O RITO EXTERNO SACRAMENTAL

TESE. Para que um sacramento seja válido, o ministro deve ter intenção de fazer o correspondente rito externo.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

666. Explicação. — Por rito *externo* entende-se o rito no qual consiste a essência do sacramento; por exemplo, no baptismo é a ablução e as palavras *eu te baptizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo*.

667. Adversários. — Os Protestantes: para eles uma pessoa embriagada, um louco, ou qualquer que fizesse o rito só para se divertir, administraria realmente um sacramento.

Provas

668. A) Tradição. — 1. O Concílio de Trento, no cânon 11 da sessão 7.^a (D. 854), diz: «Se alguém disser que nos ministros quando conferem o sacramento e o administram, se não requer a intenção de fazer, pelo menos, aquilo que faz a Igreja, seja anátema».

669. Observação. — Aqui não está definido *expressamente* que se requer intenção de fazer o rito externo, mas de fazer o que faz a Igreja. Ora bem: o que a Igreja faz em tais casos, é pelo menos o rito externo; por conseguinte o Concílio define *implicitamente* que o ministro deve ter intenção de fazer o rito externo.

2. O Concílio de Florença ensinou o seguinte: Todos estes sacramentos se conferem com três ele-

mentos, a saber: coisas a modo de matéria, palavras a modo de forma, e a pessoa do ministro que confere o sacramento com intenção de fazer o que faz a Igreja. Se algum destes requisitos faltar, não se confere o sacramento (D. 695).

3. Leão XIII declarou que as ordenações dos anglicanos que no seu tempo se efectuaram, eram inválidas por falta da intenção devida (D. 1.966).

670. Consenso dos teólogos. — Todos os teólogos de há vários séculos antes do Tridentino são unânimes em afirmar a doutrina exposta na tese, e nenhum deles a ataca; logo a doutrina é verdadeira.

RESUMO. — Quando um louco confere um sacramento, é válido? Quem ensinou o contrário? Esta doutrina é de fé? Onde está definida? Há teólogos que ensinem doutrina contrária à nossa?

ART. 7.º — NECESSIDADE DE QUE A INTENÇÃO DO MINISTRO SEJA DE FAZER O RITO SAGRADO QUE A IGREJA FAZ E DE O FAZER COMO SAGRADO

TESE. Para que um sacramento seja válidamente administrado, o ministro deve fazer o rito externo como coisa sagrada.

QUALIFICAÇÃO: Doutrina comum dos teólogos.
A contrária é, pelo menos, temerária.

671. Explicação. — Não é pois suficiente que se faça o rito só para se exercitar, ou que seja feito como simples representação histórica em alguma cena de teatro ou cinema.

672. Adversários. — 1. Antes do Concílio de Trento: Auréolo, Catarino e Salmeirão. Diziam que

bastava o rito externo, porque as palavras que se empregam já o determinam suficientemente como sagrado.

2. Nos séculos xvii e xviii: Pascualigo, Contenson, Juenin, Dronin e outros teólogos. Ensinaram que chegava o rito externo.

Provas

673. A) Tradição. — Diz assim o erro 29 dos jansenistas condenado pelo Santo Ofício no tempo de Alexandre VIII: «É válido o baptismo conferido por um ministro que observa todo o rito externo..., mas que interiormente determina no seu coração: não tenho intenção de fazer o que faz a Igreja» (D. 1.318).

Portanto, além do rito externo, é preciso intenção de o conferir com o fim que a Igreja o confere, isto é, como um rito religioso e sagrado.

674. B) Consenso dos teólogos. — Hoje em dia todos os teólogos ensinam a doutrina da tese e nenhum sustenta o contrário; por conseguinte é, pelo menos, temerário defender o contrário.

675. C) Raciocínio. — Se alguém fizesse o rito externo da consagração ou o da confirmação para aprender a fazê-lo, excluída a intenção de confirmar ou consagrar, não consagraria nem confirmaria; portanto, além do rito, requer-se intenção de o efectuar como acto religioso ou para que produza os efeitos para que foi instituído; ou então que o faça para obter o que a Igreja quer obter, o que vem a dar no mesmo.

RESUMO. — *Um sacramento é válido quando o ministro não tem intenção de o conferir como rito Sagrado? Como se prova que é inválido?*

Notas Complementares

676. 1.^a No Antigo Testamento não havia sacramentos como os de que tratamos. — Antes de Jesus Cristo, não havia sacramentos propriamente ditos, quer dizer, acções que por si sós produzissem a graça. Contudo, Deus concedia o perdão do pecado original, e com ele a graça santificante, aos que observavam a lei de Moisés se se circuncidavam. Aos que não estavam sob a Lei Moisaica, era-lhes conferida a graça se praticavam certo rito religioso, que não se sabe em concreto qual era, mas a que os Teólogos chamam *sacramento da natureza* (1).

Os nossos sacramentos diferenciam-se, tanto deste como da circuncisão. Os primeiros *produzem* a graça santificante; os segundos eram uma *condição* ou requisito, posto o qual, Deus concedia a graça. A diferença é clara. Suponhamos que fizemos com certo jornaleiro o contrato de lhe dar, pelo seu trabalho, determinada quantia e o sustento. Imaginemos agora um vagabundo que ao meio-dia bate à nossa porta pedindo esmola, e lhe damos de comer. Este não mereceu a refeição, por ter batido à nossa porta; isso foi mera condição, posta a qual lhe demos generosamente a comida, mas não a teria recebido se não nos tivesse pedido esmola. É bem diferente o caso do jornaleiro, a quem *devemos* dar o alimento porque o mereceu com o seu trabalho. Estão neste caso os nossos sacramentos; são acções às quais é *devida* a graça, por a ter merecido Jesus Cristo.

(1) Os teólogos dizem que esse sacramento era um acto de fé no futuro Redentor, manifestado exteriormente:

Um acto de fé, porque «sem ela é impossível agradar a Deus» *«Sine fide autem impossibile est placere Deo»*. Hebreus, xi, 6.

No futuro Redentor porque não há outro nome em que devemos ser salvos. *«Et non est in alio aliquo salus»*. Actos, iv, 12.

Manifestado exteriormente a fim de que pudessem constar que haviam de ser agregados ao número daqueles que criam no futuro Redentor.

677. 2.^a Finalidade dos sacramentos. — Dos sete sacramentos «os cinco primeiros — segundo o Concílio de Florença — ordenam-se à perfeição espiritual de cada homem em particular, os dois últimos ao governo e propagação de toda a Igreja.

«Com efeito, pelo *baptismo* renascemos espiritualmente, pela *confirmação* aumentamos em graça e fortalecemo-nos na fé. Renascidos e fortalecidos, alimentamo-nos com a divina *eucaristia*. Se pelo pecado contraímos enfermidade de alma, curamo-nos espiritualmente pela *penitência*, e espiritual e corporalmente, segundo convenha à alma, pela *extrema-unção*. Pela *ordem*, governa-se e propaga-se a Igreja espiritualmente; pelo *matrimônio* aumenta corporalmente» (1).

O Concílio, ao afirmar que a ordem e o matrimônio se ordenam, de modo particular, ao governo e propagação da Igreja, não pretende excluir que produzam também a graça em quem os recebe.

678. 3.^a Como significam os sacramentos a graça que produzem. — O *baptismo*, sendo uma ablução do corpo, significa a graça santificante, que lava a alma da mancha do pecado. A *confirmação* que consiste numa imposição de mãos, em que somos ungidos com crisma, significa a protecção do Espírito Santo, que nos fortalece com a sua graça para defender a fé. A *eucaristia*, sendo um alimento, significa a graça santificante que é o alimento da alma. A *penitência*, por meio da absolvição, significa a graça que perdoa os pecados. A *extrema-unção* é uma unção com azeite benzido, e significa a graça, que é medicina da alma. A *ordem* é o acto de conferir, pela imposição das mãos, um poder sagrado destinado a prestar culto a Deus e a santificar as almas, e como Deus quer ministros santos, confere-lhes então a graça santificante,

(1) Concílio de Florença, decreto para os Arménios. D. 695.

que é portanto, significada pelo rito da ordenação. O *matrimónio* é a união do homem e da mulher, e significa a união íntima e sobrenatural entre Cristo e a Igreja, cujo laço principal é a graça santificante.

679. 4.^a Que espécie de graça nos conferem os sacramentos e em que medida ou proporção. — Todos os sacramentos conferem a graça santificante, mas simultaneamente cada um confere certos auxílios especiais. Assim, o *baptismo* dá-a para ser digno do nome de cristão; a *confirmação* para ser forte na vida da graça e defender a fé; a *penitência* para evitar os pecados; a *eucaristia* para crescer na virtude e revigorizar contra as tentações; a *extrema-unção* para se preparar para entrar na glória, excitar a confiança em Deus, e sofrer resignadamente a enfermidade; a *ordem* e o *matrimónio* para levar vida digna de sacerdote ou de casado, respectivamente.

Em igualdade de circunstâncias, recebe-se tanto maior graça quanto melhor é a disposição de quem se aproxima a receber o sacramento, uma coisa assim como quem vai em busca de água a uma fonte e recolhe tanto maior quantidade quanto maior é o recipiente que leva.

«Cada qual recebe a graça no baptismo, conforme à sua própria disposição», diz o Concílio de Trento falando dos adultos ⁽¹⁾. E o que diz do baptismo há-de aplicar-se a todos os demais sacramentos, porque a mesma razão há para os outros.

680. 5.^a Carácter de alguns sacramentos. — Dos sete sacramentos, o *baptismo*, a *confirmação* e a *ordem* imprimem na alma um sinal, que se chama *carácter* — palavra de origem grega que significa marca. Este sinal nunca se apaga, e com ele ficam marcados como pertencendo ao número dos que prestam vassalagem a Deus.

(1) Ses. 6.^a, cap. 7. D. 799.

Sendo esse carácter indelével, não é necessário renová-lo. E assim se explica que os sacramentos que o produzem, só se recebam uma vez na vida. «Se alguém disser que nos três sacramentos, a saber, baptismo, confirmação, e ordem, não se imprime o carácter na alma, ou seja, certo sinal espiritual e indelével pelo quê se não podem reiterar, seja anátema» (1).

681. 6.^a Matéria e forma dos sacramentos. — Assim como os homens constam de alma e corpo, e os corpos de matéria e forma, assim os sacramentos constam de dois elementos, aos quais, por analogia com a constituição dos corpos, se chamou matéria e forma. A *matéria* nos sacramentos, é uma coisa ou acção; a *forma* são as palavras que se pronunciam. Por exemplo, no baptismo a matéria é a água derramada sobre o baptizando; a forma, as palavras que deve pronunciar a pessoa que ministra o baptismo, a saber: «*Eu te baptizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo*».

«Todos estes sacramentos se efectuem com três elementos, a saber: coisas a modo de matéria, palavras a modo de forma, e a pessoa do ministro que os confere... Se falta algum destes três requisitos não se efectua o sacramento» (2).

Ao tratar de cada sacramento em particular, indicaremos qual a sua matéria e forma.

682. 7.^a Ministro dos sacramentos e intenção que deve ter ao ministrá-los. — Ao estudar cada sacramento, diremos quem pode ministrá-los, ou quem é o seu *ministro*. Baste por agora advertir, que o ministro do sacramento para o ser tem de ter intenção de o ministrar. É doutrina de *fé*, definida pelo Concílio de Trento *contra os protestantes*, segundo os quais

(1) Concílio de Trento, ses. 7, cân. 9, dos Sacramentos em geral. D. 852.

(2) Concílio de Florença, decreto para os Arménios. D. 695.

bastaria a cerimônia sacramental, desacompanhada de qualquer intenção.

«Se alguém disser que nos ministros, ao administrar... os sacramentos, não se requer a intenção, pelo menos, de fazer o que faz a Igreja, seja anátema» (1).

Faz o que faz a Igreja quem ministra o baptismo, ou qualquer outro sacramento, com intenção de o ministrar, assim como quando alguém se senta ou se põe a ler, realiza estas acções com intenção de se sentar ou de ler.

Os sacramentos produzem o seu efeito em quem os recebe, ainda que o ministro esteja desprovido de graça santificante. «Se alguém disser que o ministro que se encontra em pecado mortal, ainda que ponha tudo quanto é essencial para efectuar ou conferir o sacramento, não o efectua nem confere, seja anátema» (2).

683. 8.^a Sujeito dos sacramentos. — Chama-se sujeito dos sacramentos ao que os recebe. As *crianças* nada necessitam fazer para receber os sacramentos de que são capazes, a saber, o baptismo, a confirmação, a eucaristia e a ordem. Os *adultos* com uso da razão, que estejam em seu juízo e se não encontrem adormecidos, para receberem os sacramentos, precisam de o querer. Por isso, aquele a quem à força lhe metessem na boca uma partícula consagrada, não comungaria, e o mesmo se diga dos outros sacramentos. A razão disso está em que Deus não quis conceder estes dons aos adultos, se eles o não querem.

Supõe-se, às vezes, que existe essa vontade, por se tratar de benefícios excelentes, como se supõe que aceita uma avultada fortuna que ao morrer se deixa em testamento. Os adultos fora de seu juízo ou adormecidos equiparam-se às crianças, se antes tinham

(1) Concílio de Trento, cân. 11. D. 854.

(2) Concílio de Trento, ses. 7, cân. 12. D. 855.

intenção de receber o sacramento e não mudaram de resolução.

684. 9.^a Sacramentais. — As bênçãos ou cerimónias parecidas, que se usam na Igreja, e não são sacramentos, chamam-se *sacramentais*. São uma espécie de oração que a Igreja faz pelos fiéis, mas não causam por si mesmos graça, ao contrário dos sacramentos. Podem, no entanto, os justos, por meio dos sacramentais, aumentar em si mesmos a graça santificante, se ao recebê-los praticam algum acto de virtude, oração, contrição, etc., cujo valor santificante se une assim ao da oração da Igreja (¹).

RESUMO. — *Que é e em que consiste o sacramento da natureza segundo os teólogos? Porque não eram a circuncisão nem o sacramento da natureza verdadeiros sacramentos? Pode explicar-se com uma comparação a diferença entre a circuncisão, o sacramento da natureza e os sacramentos instituídos por Jesus Cristo pelo que se refere à produção da graça santificante? Qual é a finalidade dos sacramentos em geral, e de cada um deles em particular? Como significa cada sacramento a graça que produz? Que graças nos dão todos os sacramentos, e cada um em particular? Que é o carácter, que os sacramentos o imprimem, e como se prova pela Tradição a sua existência e propriedades? A que se chama matéria e forma dos sacramentos? Quem é o ministro dos sacramentos e que intenção deve ter ao ministrá-los? Como se prova pela Tradição a necessidade da intenção? Que se entende por sujeito dos sacramentos? Que se requer nas crianças e nos adultos para os receber, e como se explica a diferença entre uns e outros? Que são sacramentais e que vantagem dão aos fiéis?*

(¹) São seis os principais: oração dominical e outras preces públicas prescritas pela Igreja — o uso da água benta e as unções sagradas — o uso do pão bento — a recitação da confissão na Missa, no Offício Divino e na distribuição da Sagrada Comunhão — a esmola e outras obras de misericórdia recomendadas pela Igreja — a bênção dada pelo Papa, Bispos e Sacerdotes, principalmente no fim da Missa. — *N. do T.*

CAPÍTULO II

O BAPTISMO

ART. 1.º — EXISTÊNCIA DO SACRAMENTO

TESE. O baptismo é um sacramento.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

685. * Explicação. — (Baptismo, palavra derivada do vocábulo grego (Baptizo), significa imergir, abluir, tingir. É a porta e fundamento de todos os sacramentos. Define-se: Sacramento da Lei Nova, instituído por Cristo, no qual, por meio da ablução externa da água, acompanhada da invocação da SS. Trindade, o homem se assinala como discípulo de Cristo e se regenera espiritualmente. — Além do Baptismo de água, que acabamos de definir, há também a) *baptismo de desejo* que consiste num acto de contrição perfeita com a promessa de receber o sacramento do baptismo de água; b) *baptismo de sangue* que consiste no martírio sofrido por amor de Cristo).

686. Adversários. — Esta verdade, admitida sempre por todos os cristãos, começaram, a negá-la os *protestantes* mais avançados.

Provas

687. A) Tradição. — «Se alguém disser que os sacramentos... são mais ou menos de sete, a saber: baptismo, confirmação, (etc.)..., seja anátema». «Se alguém disser que por estes sacramentos não se dá a graça..., seja anátema» ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Concílio de Trento, ses. 7, cân. 1 e 7, dos Sacramentos em geral. D. 850.

688. B) **Escritura.** — O baptismo será um sacramento, se, segundo a Escritura, for um rito sensível instituído por Jesus Cristo, para conferir à alma a graça santificante, pois é essa a definição de sacramento.

Ora, o baptismo é um rito sensível, uma ablução; foi instituído por Cristo Nosso Senhor, quando mandou aos Apóstolos baptizar todos os homens ⁽¹⁾; produz a graça santificante, como consta dos textos seguintes: 1.º Deus «salvou-nos pela ablução de regeneração e renovação do Espírito Santo, que ele derramou abundantemente sobre nós..., para que, justificados pela sua graça, sejamos herdeiros, em esperança da vida eterna» ⁽²⁾.

2.º «Maridos, amai as vossas esposas, como Cristo amou a Igreja..., purificando-a com a ablução da água, pela palavra de vida..., para a apresentar gloriosa, sem mancha» ⁽³⁾.

Depois do Tratado da Graça, estes textos dispensam qualquer explicação. Nele se descreve a graça que chamamos santificante.

RESUMO. — Que entendemos por baptismo? Quem negou que fosse um sacramento? Como se demonstra que o é pela Tradição e Escritura?

⁽¹⁾ «Euntes ergo: docete omnes gentes, baptizantes eos in nomine Patris et Filii, et Spiritus sancti». S. Mateus, xxviii, 19.

⁽²⁾ «Salvos nos fecit, per lavacrum regenerationis et renovationis Spiritus sancti, quem effudit in nos abunde per Iesum Christum salvatorem nostrum; ut iustificati gratia ipsius, heredes simus secundum spem vitae aeternae». Tito, iii, 5 e 8.

⁽³⁾ «Viri, diligite uxores vestras, sicut et Christus dilexit ecclesiam..., mundans lavacro aquae in verbo vitae, ut exhiberet ipse sibi gloriosam ecclesiam, non habentem maculam». Efésios, v, 25 a 28.

**ART. 2.º — MATÉRIA E FORMA
DO BAPTISMO**

TESE. No baptismo a matéria que há-de empregar-se é a água, e a forma ou palavras que o ministro há-de pronunciar são: «Eu te baptizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo».

QUALIFICAÇÃO: *Que a matéria é a água, é de fé; que a forma seja a que se enuncia na tese é, pelo menos, teològicamente certo.*

689. * Adversários. — Os maniqueus e Lutero.

Provas

690. A) Tradição. — a) **A matéria.** — «Se alguém disser que a água verdadeira e natural não é absolutamente necessária no baptismo, e por consequente, reduzir a uma metáfora aquelas palavras de Cristo Nosso Senhor: *quem não renascer da água e do Espírito Santo* (S. João, III, 5 — seja anátema» ⁽¹⁾. «A matéria deste sacramento é a água verdadeira e natural: fria ou quente, não importa» ⁽²⁾.

b) **A forma.** — «A forma é: *Eu te baptizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo*. Não negamos contudo, que também por estas palavras: *É baptizado tal servo de Cristo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo*; ou: *É baptizado por minhas mãos, fulano, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo* — se effectue o verdadeiro baptismo» ⁽³⁾.

⁽¹⁾ Concílio de Trento, ses. 7, cân. 2, do Sacramento do baptismo. D. 858.

⁽²⁾ Concílio de Florença, decreto para os Arménios. D. 696.

⁽³⁾ Concílio de Florença, decreto para os Arménios. D. 696. Muitos gregos empregam estas duas últimas formas.

691. B) **Escritura.** — a) **A matéria.** — 1. «*Quem não renascer da água e do Espírito Santo, não pode entrar no reino de Deus*» (1). Estas palavras devem-se aplicar ao baptismo, como ensina o Concílio de Trento, citado na prova da Tradição.

2. «*Cristo amou a Igreja..., purificando-a com a ablução da água, pela palavra de vida*» (2).

b) **A forma.** — «*Ide, pois, e ensinai a todas as gentes; baptizando-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo*» (3).

Não se fala aqui da obrigação de pronunciar essas palavras, ao conferir o baptismo, mas os Santos Padres, bem como a Igreja, assim o interpretavam na teoria e na prática. Além disso, um facto narrado nos *Actos dos Apóstolos*, parece igualmente indicar que é essa a forma. Entrando S. Paulo em Éfeso e encontrando-se com alguns discípulos interrogou-os deste modo: «*Quando abraçastes a fé, recebestes o Espírito Santo? Responderam-lhe: Nós nem sequer ouvimos dizer se existe o Espírito Santo. E ele lhes disse: então em que baptismo fostes baptizados? Eles responderam: no baptismo de João*». S. Paulo instruiu-os e ministrou-lhes o baptismo de Jesus (4).

Admirava-se o Apóstolo, de que estivessem baptizados e nem sequer tivessem ouvido falar da existência do Espírito Santo. Se tivessem, de facto, recebido o baptismo de Jesus, teriam ouvido esse nome na forma do baptismo.

(1) «*Nisi quis renatus fuerit ex aqua et Spiritu sancto, non potest introire in regnum Dei*». S. João, III, 5.

(2) «*Christus dilexit ecclesiam suam... mundans lavacro aquae in verbo vitae*». Efésios, v, 25 e 26.

(3) «*Euntes ergo, docete omnes gentes baptizantes eos in nomine Patris et Filii, et Spiritus sancti*». S. Mateus, xxviii, 19.

(4) «*Si Spiritum sanctum accepistis credentes? At illi dixerunt ad eum: Sed neque si Spiritus sanctus est audivimus. Ille vero ait: In quo ergo baptizati estis? Qui dixerunt: In Ioannis baptismo*». Actos, xix, 2 a 4.

RESUMO. — *Como se prova pela Tradição e pela Escritura que é a água a matéria do baptismo? E que a forma consiste nas palavras: Eu te baptizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo?*

ART. 3.º — EFEITOS DO BAPTISMO

TESE. O baptismo produz nas almas a regeneração, quer dizer, uma nova vida — a vida da graça —, e perdoa todos os pecados.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

692. Esta tese, está implícita na do baptismo — sacramento. Apresentamo-la, contudo, à parte, uma vez que tanto a Escritura como a Tradição falam expressamente dos efeitos do baptismo.

1) O BAPTISMO É UMA REGENERAÇÃO

Provas

693. A) Tradição. — «... Até as crianças, que ainda não puderam cometer em si mesmas nenhum pecado, são com toda a verdade baptizadas, para remissão dos pecados, a fim de que nelas se purifique pela regeneração o que contraíram pela geração» ⁽¹⁾; por outras palavras, a fim de que pela regeneração espiritual sejam livres do pecado original, que por descenderem de Adão segundo a carne, contraíram por geração.

694. B) Escritura. — «*Quem não renascer da água e do Espírito Santo, não pode entrar no reino*

⁽¹⁾ Concílio 16.º de Cartago, aprovado por S. Zósimo, cân. 2. D. 102.

de Deus», assevera Jesus Cristo a Nicodemos ⁽¹⁾; e S. Paulo: Deus «salvou-nos pela ablução de regeneração» ⁽²⁾.

11) O BAPTISMO PERDOA TODOS OS PECADOS

Provas

695. A) Tradição. — «Se alguém negar que, pela graça de Nosso Senhor Jesus Cristo que se confere no baptismo, é perdoado o reato do pecado original, ou também afirma que não é tirado tudo o que tem verdadeira e própria razão de pecado..., seja anátema..., pois Deus nada odeia nos regenerados, visto nada haver de condenação nos que pelo baptismo foram sepultados com Cristo (Rom., iv, 4)..., e se tornaram imaculados, puros... e filhos amados de Deus» ⁽³⁾.

696. B) Escritura. — 1. «Fazei penitência — exortava S. Pedro — e seja cada um de vós baptizado... para remissão dos vossos pecados» ⁽⁴⁾.

2. «Cristo amou a Igreja... purificando-a com a ablução de água, pela palavra de vida... para a apresentar... gloriosa, sem mancha, nem ruga, nem coisa parecida, mas santa e imaculada» ⁽⁵⁾.

⁽¹⁾ «Nisi quis renatus fuerit ex aqua et Spiritu sancto, non potest introire in regnum Dei». S. João, iii, 5.

⁽²⁾ «Salvos nos fecit, per lavacrum regenerationis et renovationis Spiritus sancti». Tito, iii, 5.

⁽³⁾ Concílio de Trento, ses. 5, decreto sobre o pecado original. D. 792.

⁽⁴⁾ «Poenitentiam, inquit, agite, et baptizetur unusquisque vestrum in nomine Iesu Christi, in remissionem peccatorum vestrorum». Actos, ii, 38.

⁽⁵⁾ «Christus dilexit ecclesiam, et seipsum tradidit pro ea, ut illam sanctificaret, mundans lavacro aquae in verbo vitae, ut exhiberet ipse sibi gloriosam ecclesiam, non habentem maculam, aut rugam, aut aliquid, huiusmodi, sed ut sit sancta et immaculata». Efésios, v, 25 a 28.

RESUMO. — Como se prova pela Tradição e Escritura que o baptismo é uma regeneração? E que o baptismo perdoa todos os pecados?

ART. 4.º — NECESSIDADE DO BAPTISMO
PARA A SALVAÇÃO

TESE. O baptismo é necessário para conseguir a vida eterna.

QUALIFICAÇÃO: É de fé, que está mandado que se receba, e é, pelo menos teològicamente certo que é um meio necessário para a salvação.

697. **Explicação.** — Por *vida eterna*, entendemos a visão clara e directa de Deus, de que gozam os bem-aventurados no Céu. Defendemos na tese que o baptismo é necessário para conseguir a vida eterna, não só porque Cristo *mandou* que o recebêssemos — e isto constitui a chamada *necessidade de preceito* —, mas também porque o baptismo é um *meio* ou condição estabelecida por Deus para a salvação, de de maneira que se o homem não põe esse *meio* não pode dar-se a salvação. Esta é a chamada *necessidade de meio*.

698. **Diferença entre necessidade de preceito e necessidade de meio.** — Está preceituada a comunhão-viático antes da morte. Quem por qualquer razão grave a não pode receber não peca e, portanto, se estiver em graça de Deus, irá para o céu, visto que receber a comunhão-viático só é necessário por assim estar *mandado*. Está igualmente mandado que nos ponhamos em estado de graça antes de morrer. Se a morte repentina sobrevier a alguém que se encontra em estado de pecado mortal, sem lhe dar tempo para nada, tal pessoa não poderá pôr-se em estado de

graça. E apesar de lhe não ter sido possível, não se salvará, visto que o estado de graça é meio necessário para a salvação, e não um *preceito* apenas, como no caso anterior.

699. Adversários. — Os *pelagianos* e os *modernistas*. Entre os protestantes, os *calvinistas*, para os quais o baptismo é de *preceito* mas não meio indispensável para a salvação.

Provas

700. A) Tradição. — 1. A justificação é «a passagem daquele estado em que o homem nasce filho do primeiro Adão, para o estado de graça e de adopção dos filhos de Deus..., passagem que, depois da promulgação do Evangelho, não se pode fazer sem a ablução de regeneração ou o seu desejo, conforme está escrito: *Quem não renascer da água e do Espírito Santo, não pode entrar no reino de Deus* (S. João, III, 5)» ⁽¹⁾.

2. «Se alguém disser que o baptismo é livre, isto é, não necessário para a salvação, seja anátema» ⁽²⁾.

3. O Concílio de Florença, no seu Decreto para os Jacobitas, ensina que se não pode socorrer as crianças (se a morte sobrevém nessa idade) a não ser pelo sacramento do baptismo, pelo qual são arrebatadas ao domínio do demónio e adoptadas como filhas de Deus (D. 712).

4. «A pena do pecado original — isto é, a pena dos que morrem só com o pecado original — é a privação da visão de Deus» ⁽³⁾.

5. «O baptismo, porta e fundamento dos Sacramentos, a todos é necessário de facto ou de desejo para obter a salvação» ⁽⁴⁾.

(1) Concílio de Trento, ses. 6, cap. 4. D. 796.

(2) Concílio de Trento, ses. 7, cân. 5, do Baptismo. D. 861.

(3) Carta de Inocência III a Imberto, arcebispo de Arlés. D. 410.

(4) Direito Canónico, cân. 737.

Estes documentos, tomados em conjunto, mostram que o baptismo é necessário por *necessidade de meio*. De outra sorte, as crianças que morrem sem ele, visto serem incapazes de obedecer ou desobedecer, não ficariam privadas da visão de Deus, concedida aos bem-aventurados.

701. B) Escritura. — «*Quem não renascer da água e do Espírito Santo não pode entrar no Reino de Deus*» ⁽¹⁾; quer dizer, o baptismo é meio indispensável para se poder entrar no reino dos céus.

702. Dificuldade. — O texto citado na prova da Escritura oferece duas dificuldades: 1.^a — Reino de Deus, poderia significar a Igreja; 2.^a — Mesmo que signifique o céu, não se diz que o baptismo seja absolutamente necessário. Bastaria a necessidade de preceito, para essas palavras terem sentido.

Resposta. — Assim é, atendendo só à letra do texto; mas a Igreja, a quem compete interpretar a Escritura, ensina-nos, como vimos na prova da Tradição, que o baptismo é de necessidade de meio, fundando-se precisamente nesse texto, como faz o Concílio de Trento.

O Concílio de Florença exprime-se deste modo: «O primeiro lugar entre os sacramentos tem-no o santo baptismo, que é a porta da vida espiritual, pois por ele somos constituídos membros de Cristo e [ficamos sendo] do corpo da Igreja. Tendo, pelo primeiro homem, entrado a morte em todos, se não renascermos da água e do Espírito [Santo], não podemos, como diz a Verdade, entrar no Reino dos Céus» ⁽²⁾.

Este documento afirma claramente duas coisas: a) pelo baptismo entramos na Igreja; b) é necessário renascer pelo baptismo para acabar com a morte (do

⁽¹⁾ «*Nisi quis renatus fuerit ex aqua et Spiritu Sancto, non potest introire in regnum Dei*». S. João, III, 5.

⁽²⁾ Concílio de Florença, decreto para os Arménios. D. 696.

pecado) em que incorremos por culpa de Adão, e como prova aduz-se o texto que nos ocupa. Logo, segundo o Concílio de Florença, não pode o homem libertar-se do pecado sem o baptismo; por outras palavras, este é necessário para a salvação por necessidade de meio, segundo o testemunho da Escritura.

Nota

703. Reino de Deus e Reino dos Céus. — São expressões equivalentes. Assim por exemplo o que S. Mateus chama *reino dos céus* ao falar do grão de mostarda, cap. XIII, 31; do fermento, cap. XIII, 33; ou da explicação da parábola do semeador, XIII, 11; chama S. Lucas *reino de Deus*, cap. XIII, 18 e 20; cap. VIII, 10; e S. Marcos cap. IV, 11 e 30.

Umas vezes essa expressão significa claramente o reino de Deus neste mundo, isto é, a Igreja e os que observam a lei de Jesus Cristo. Este significado infere-se claramente da parábola do campo de trigo onde o inimigo semeou a cizânia. Ambos cresceram, mas no dia da sega o trigo foi recolhido no celeiro e a cizânia lançada no fogo (S. Mateus, XIII, 24 e segs.). O mesmo se infere da parábola que recolhe toda a espécie de peixes. Assim como os pescadores farão depois a escolha assim também os anjos farão a separação dos bons e maus no dia de juízo. (S. Mateus, XIII, 47 e segs.).

Outras vezes significa o reino de Deus na outra vida. É esse o sentido das expressões evangélicas: «É preferível entrar no céu cego de um olho, do que com os dois ser sepultado no inferno» ⁽¹⁾. «Não vos enganeis: nem os fornicários nem os idólatras nem os adúlteros... possuirão o reino de Deus» ⁽²⁾.

⁽¹⁾ *«Bonum est tibi luscum introire in regnum Dei, quam duos oculos habentem mitti in gehennam ignis».* S. Marcos, IX, 46.

⁽²⁾ *«Nolite errare: neque fornicarii, neque idolis servientes, neque adulteri... regnum Dei possidebunt».* I Coríntios, VI, 9.

Na glória, estas duas acepções, Igreja e vida eterna, não se contrapõem, complementam-se, porque o reino dos céus e o reino de Deus começa na terra e continua no céu. A Igreja militante da terra e a Igreja triunfante dos bem-aventurados, constituem ambas o reino de Deus. Os que forem súbditos fiéis do primeiro até à morte, serão também súbditos de Deus nos céus.

Só assim se devem entender os textos da Escritura no Novo Testamento. No Antigo, o reino de Deus era constituído na terra pelo povo eleito dos judeus.

RESUMO. — *Que diferença há entre necessidade de preceito e necessidade de meio? Quem negou a necessidade do baptismo para entrar no céu? Que opinião tinham sobre este ponto os calvinistas? Como se demonstra pela Tradição, que o bapismo é necessário para a salvação, por necessidade de meio? Que texto da Escritura o prova também, ao menos recorrendo à interpretação dada pelos Concílios de Trento e Florença? Que dizem, em concreto, esses Concílios sobre este assunto? Qual é o significado das palavras reino de Deus e reino dos céus?*

ART. 5.º — DOIS MEIOS QUE PODEM SUPRIR O BAPTISMO: O MARTÍRIO E O ACTO DE CARIDADE OU AMOR DE DEUS

§ 1.º O martírio supletório do baptismo

TESE. O baptismo de água pode suprir-se com o baptismo de sangue, isto é, com o martírio.

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina teològicamente certa.*

704. Explicação. — Chama-se *martírio* o acto de sofrer a morte, ou um tormento que de si a cause, infligido por ódio à fé católica ou a outra virtude cristã. Tratando-se de adultos, requer-se que o martírio seja sofrido paciente e voluntariamente. Sofrer a

morte para conservar a castidade, para não blasfemar, para guardar os mandamentos de Deus ou da Igreja, é um martírio verdadeiro. O mártir aceita voluntariamente a morte, desde que não renegue da fé ou da virtude para se livrar dela.

Provas

705. A) Tradição. — É doutrina ensinada pelos Santos Padres, dos quais citaremos, como exemplo, três testemunhos: *St.º Agostinho*: «Todo aquele que morrer por confessar a Jesus Cristo (isto é, a fé e doutrina cristã), ainda que não tenha recebido o baptismo, consegue com o martírio, pelo que se refere ao perdão dos pecados, o mesmo que se o tivesse recebido» ⁽¹⁾. — *S. João Crisóstomo*: «Os que padecem o martírio purificam-se com o próprio sangue, do mesmo modo que os que se lavam com o baptismo» ⁽²⁾. — *S. Cirilo de Jerusalém*: «Se alguém não recebe o baptismo, não pode salvar-se, excepto os mártires, que vão para o céu, mesmo sem receber esse sacramento» ⁽³⁾.

706. B) Escritura. — Diz Cristo Nosso Senhor: «*Todo aquele que der testemunho de mim diante dos homens, também eu darei testemunho dele diante de meu Pai... O que perder a sua vida por mim, achá-la-á*» ⁽⁴⁾.

707. C) Liturgia. — A Igreja venera como mártires os Santos Inocentes, que Herodes mandou matar no intuito de tirar a vida a Jesus Cristo, e venera também alguns adultos que sofreram o martírio antes de serem baptizados, como Santa Emerenciana.

⁽¹⁾ *De Civitate Dei*, liv. 13, cap. 7.

⁽²⁾ Homilia sobre o mártir Luciano, n.º 2.

⁽³⁾ *Catecheses*, 3, n.º 10.

⁽⁴⁾ «*Omnis ergo qui confitebitur me coram hominibus, confitebor et ego eum coram Patre meo qui in caelis est... qui perdiderit animam suam propter me, inveniet eam*». S. Mateus, x, 32 e 39.

708. Nota. — Para que o martírio possa perdoar os pecados mortais, se os tiver quem o padece, é indispensável arrepender-se deles. Como veremos ao tratar do sacramento da penitência, não se perdoa um pecado enquanto não houver arrependimento dele, quer seja por um acto de detestação e arrependimento, quer de amor de Deus. Por esta mesma razão, o adulto que vai receber o baptismo, se antes cometeu pecados mortais necessita estar arrependido deles; se o não estiver, o baptismo não lhos perdoará.

RESUMO. — *Em que consiste o martírio? Como se prova pela Tradição, Escritura e Liturgia, que o martírio supre o baptismo quanto ao perdão dos pecados? Qual é a condição indispensável em quem tem pecados mortais para que o martírio ou o baptismo lhos perdoem? Porque se exige essa condição?*

§ 2.º O acto de amor de Deus, supletório do baptismo

TESE. O baptismo de água pode suprir-se com um acto de amor de Deus.

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina teologicamente certa.*

709. Explicação. — Amar a Deus sobre todas as coisas porque é um ser excelentíssimo, é um acto de caridade ou amor de Deus. Quem assim ama a Deus deseja, ao menos implicitamente, cumprir tudo o que é necessário para obter a salvação e, portanto deseja também receber o baptismo. Por isso, ao acto de caridade ou amor para com Deus, se dá o nome de *baptismo de desejo*. Chama-se-lhe também «*baptismus flaminis*», ou seja, baptismo de espírito, da palavra «*flamen*», que significa vento, espírito. Não se confunda, portanto, baptismo de desejo e desejo do baptismo. Baptismo de desejo é um acto de amor de Deus sobre todas as coisas. Desejar o baptismo é querer recebê-lo.

Provas

710. A) Tradição. — «Depois da promulgação do Evangelho, sem a lavagem de regeneração (baptismo de facto) ou o seu desejo (isto é, sem o baptismo de desejo), não pode verificar-se a passagem (do estado de pecado ao de filho de Deus)» ⁽¹⁾.

Está condenada por S. Pio V a seguinte proposição de Baio: Um homem que está em pecado mortal ou que tem em si o reato da condenação eterna pode ter verdadeiro amor para com Deus; e uma alma pode ter o amor (para com Deus), embora perfeito juntamente com o reato da condenação (Bula *Ex omnibus afflictionibus*, de 1 de Outubro de 1567, D. 1.070).

Portanto o baptismo de desejo, que vai incluído no acto de amor de Deus, faz que uma alma não seja merecedora da condenação eterna, e, por isso mesmo, se salve, visto que se trata dos adultos, isto é, daqueles que são capazes de fazer um acto de amor a Deus.

711. B) Escritura. — «*Eu amo aos que me amam*», diz Deus no Antigo Testamento ⁽²⁾. Jesus Cristo promete no Novo: «*Aquele que me ama será amado de meu Pai... Se alguém me ama... meu Pai o amará e nós viremos a ele e faremos nele morada*» ⁽³⁾. Ora, que Deus nos ame e habite em nós, são sinais da graça santificante, como ficou dito no respectivo tratado.

712. Observação. — Deus ama também os pecadores, mas não como aos justos. S. Paulo escreve aos Romanos: «*Deus faz resplandecer a sua caridade para connosco, porque quando éramos ainda pecadores..., Cristo morreu por nós; pois muito mais agora*

(1) Concílio de Trento, ses. 6, cap. 4. D. 796.

(2) «*Ego diligentes me diligo*». Provérbios, viii, 17.

(3) «*Qui autem diligit me, diligetur a Patre meo... Si quis diligit me... Pater meus diligit eum, et ad eum veniemus, et mansionem apud eum faciemus*». S. João xiv, 21 e 23.

justificados já pelo seu sangue, seremos salvos da ira por ele. Porque se, sendo nós inimigos, fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos por sua vida» (1).

Deus, portanto, amava os pecadores, e para os salvar, enviou seu Filho a imolar-se por eles. Amava os pecadores quanto à natureza, odiava-os quanto à culpa. Aos justos ama-os simplesmente, já que não há neles culpa que mereça ódio. O amor de Deus aos pecadores não impede de continuarem inimigos seus; o amor aos justos une-se com o amor destes a Deus.

RESUMO. — *Que é amar a Deus sobre todas as coisas? Porque deseja implicitamente receber o baptismo quem ama a Deus dessa maneira? Como se define o baptismo de desejo ou de espírito? É a mesma coisa baptismo de desejo e desejo do baptismo? Como se prova pela Tradição e Escritura que o baptismo de desejo pode suprir o baptismo de água? Como se demonstra pela Escritura que Deus ama não só os justos mas também os pecadores e que diferença há entre o amor por uns e pelos outros?*

Notas Complementares

713. 1.^a Só o baptismo de água é sacramento. — Nem o baptismo de desejo nem o martírio são sacramentos. Com efeito, o acto de amor de Deus não é um sinal exterior instituído por Jesus Cristo para produzir a graça; logo não é sacramento. O mesmo se diga do martírio. Este não procede de Cristo, mas dos seus inimigos. Não é, portanto, um sinal querido ou instituído por Jesus Cristo para conferir a graça santificante, mas um acto que Deus permite, e por cuja ocasião concede a graça santificante ao mártir.

(1) «*Commendat autem charitatem suam Deus in nobis: quoniam cum adhuc peccatores essemus, secundum tempus Christus pro nobis mortuus est. Multo igitur magis nunc iustificati in sanguine ipsius, salvi erimus ira per ipsum. Sed enim cum inimici essemus, reconciliati sumus Deo per mortem Filii eius, multo magis reconciliati, salvi erimus in vita ipsius*». Romanos, v, 8 a 11.

714. 2.ª Revivescência do baptismo e dos outros sacramentos. — Noções Prévias. — 1.º Se um adulto com pecados mortais, e sem arrependimento, recebe o baptismo, não obtém o perdão. Ao tratar da penitência veremos, com efeito, que não se perdoa nenhum pecado mortal se não há arrependimento. Ora, se não lhe são perdoados os pecados mortais, fica privado da graça santificante, pois esta perdoa-os todos. E assim, também não lhe é perdoado o pecado original.

2.º Os pecados cometidos antes do baptismo não se podem perdoar por meio da absolvição, visto que esta só se dá aos baptizados. Do pecado original sabemos que não se perdoa por absolvição. Já que o baptismo não é iterável, como obterá perdão o adulto que se baptizou com pecados mortais e sem arrependimento? Basta que faça um acto de atrição, e o baptismo recebido antes, revive, isto é, produz a graça santificante que não tinha produzido ao ser administrado.

Há, porém, um caso em que se pode admitir a validade: o de uma pessoa que confessasse devidamente os seus pecados graves, mas não estivesse arrependida de algum, julgando de boa fé que o estava, ou não caído na conta de que o não estava.

Como houve matéria e forma válidas, houve também sacramento. Como o penitente não estava arrependido de algum deles, esse não ficaria perdoado, e por isso mesmo não teria recebido a graça santificante que os perdoa a todos.

Se esse tal fizesse logo um acto de verdadeiro arrependimento, embora fosse só de atrição, parece que o sacramento reviveria.

715. Noção. — Chama-se *revivescência* à propriedade que tem o baptismo de produzir mais tarde a graça, que não produziu ao ser administrado. É doutrina certa a *revivescência do baptismo* e é muito provável a da *confirmação, ordem, matrimónio e extrema-unção*. Se não revivessem, quem os recebeu

ficaria privado do fruto que estão destinados a produzir esses sacramentos por não os poder repetir ou só depois de passado o perigo da doença se se trata da extrema-unção ou depois da morte do próprio cônjuge se se trata do matrimônio. Aplica-se a mesma doutrina à *eucaristia*, se o arrependimento dos pecados se verifica antes que desapareçam as espécies sacramentais recebidas pelo comungante. A confissão ou *penitência*, só é válida quando se dão todos os requisitos necessários, e portanto, também o arrependimento dos pecados. Se falta o arrependimento, não houve sacramento, e por conseguinte não pode reviver.

716. Condições para a revivescência dos sacramentos. — A) A causa porque os sacramentos não produziram a graça santificante ao serem administrados pode não ser devida a culpa nossa, por exemplo, se procedeu de ignorância ou inadvertência. Pode, por um outro lado, tratar-se de um sacramento que como o *baptismo* ou *extrema-unção*, tem por fim perdoar os pecados. Neste caso, basta a *atrição* das culpas cometidas anteriormente à sua recepção para que o sacramento reviva. Com efeito, a *atrição* é disposição suficiente para o baptismo, e pode sê-lo também, nalguns casos, para a extrema-unção.

B) Tratando-se dos *outros sacramentos*, se por nossa culpa não produziram a graça a seu tempo, para que possam reviver, requer-se a *contrição perfeita* ou a *confissão*, porque o pecado mortal não se perdoa sem a *contrição* ou *confissão*.

717. 3.º Ministro do baptismo. — «O baptismo... aproveita para a salvação, seja qual for o que devidamente o administre» (1). Em caso de necessidade, qualquer leigo, uma mulher, um herège ou judeu e até um pagão, qualquer pessoa em suma, pode baptizar. Administrado fora da necessidade por qualquer pessoa,

(1) Concílio 4.º de Latrão, cap. 1. D. 430.

o baptismo seria válido e por conseguinte não se poderia repetir.

718. 4.^a Diversas formas de baptismo. — Para haver sacramento de baptismo, suposto o uso da forma prescrita, basta a ablução do baptizando. Portanto, pode-se baptizar submergindo-o na água, como fazem os orientais (*baptismo por imersão*); derramando água sobre ele, como se usa entre nós (*baptismo por infusão*); aspergindo-o (*baptismo por aspersão*). Na Igreja latina só é lícito o baptismo por infusão ou por imersão, segundo os usos, a não ser em caso de necessidade, em que se poderia usar livremente qualquer dos processos.

719. 5.^a Efeitos do baptismo quanto à pena do pecado. — O baptismo perdoa todos os pecados e toda a pena por eles merecida. Por conseguinte, se alguém morresse imediatamente depois de o receber, iria para o céu, sem ter de passar pelo purgatório, «já que nada nos regenerados odeia Deus, porque nada há neles merecedor de condenação, nada absolutamente que lhes retarde a entrada no céu» ⁽¹⁾.

«O efeito deste sacramento é o perdão de toda a culpa original e actual e também de toda a pena devida pela mesma culpa. Por conseguinte não se há-de impor satisfação alguma aos baptizados pelos pecados passados, visto que se morrem antes de cometer algum pecado entram imediatamente no reino dos céus e gozam da vista de Deus» ⁽²⁾.

720. 6.^a Cerimónias principais do baptismo. — Entre as cerimónias principais que, além da essencial, se praticam no baptismo, estão a de ungir o baptizando, introduzir-lhe um pouco de sal na boca e mandar-lhe recitar o credo se é adulto, aos padrinhos se se trata

(1) Concílio de Trento, ses. 5, decreto sobre o pecado original. D. 792.

(2) Concílio de Florença, decreto para os Arménios. D. 696.

de uma criança. A parte essencial consiste em derramar água sobre o baptizando e dizer ao mesmo tempo: «*Eu te baptizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo*». Bastaria isto para ele ficar verdadeiramente baptizado; se se omite, não haverá baptismo.

RESUMO. — *Porque não é sacramento o baptismo de desejo nem o martírio? Que sucede ao adulto que, tendo pecados mortais, recebe o baptismo sem arrependimento? Como pode conseguir, pelo baptismo, a graça que não recebeu quando lho administraram? Que é a revivescência do baptismo? Quais os sacramentos que revivem? Que condições se exigem para que os sacramentos do baptismo e extrema-unção revivam, quando sem culpa nossa não produziram efeito? Que condição se requer nos outros sacramentos, quando fomos culpados? Quem é o ministro do baptismo? De quantas maneiras se pode praticar a ablução do baptizando? Como se prova que o baptismo perdoo toda a pena do pecado? Quais são as principais cerimónias do baptismo e qual a essencial?*

CAPÍTULO III

A CONFIRMAÇÃO

ART. 1.º — EXISTÊNCIA DO SACRAMENTO

TESE. A confirmação é um sacramento.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

721. Explicação. — *Confirmação é um rito, que a Igreja usa para os já baptizados, ungindo-os com o crisma para os confirmar na fé.*

722. **Adversários.** — Negam que a confirmação seja um sacramento, os *protestantes*. Para eles não passa de uma das cerimónias usadas na Igreja, embora das principais.

* Os *Novacianos* e *Albigenses* consideravam-no um rito inútil.

Provas

723. A) **Tradição.** — «Se alguém disser que a confirmação dos que foram baptizados é cerimónia inútil e não próprio e verdadeiro sacramento..., seja anátema» ⁽¹⁾.

724. B) **Escritura.** — Nos Actos dos Apóstolos lemos que depois de baptizados os samaritanos, Pedro e João «fizeram oração sobre eles, a fim de que recebessem o *Espírito Santo*; porque ele não tinha descido em nenhum deles, mas somente haviam sido baptizados em nome do Senhor Jesus. Então punham (os Apóstolos) as mãos sobre eles e recebiam o *Espírito Santo*» ⁽²⁾. Facto idêntico se narra no capítulo xix, versículo 1 e seguintes do mesmo livro.

Postos estes dados argumentamos: a confirmação será um sacramento, se for, segundo a Escritura, um sinal ou acção exterior instituída por Jesus Cristo para produzir a graça santificante. Sinal ou acção exterior é a imposição das mãos. Se produz a graça santificante, é porque a instituiu Cristo, pois ninguém na Igreja, senão Jesus Cristo que é Deus, pode fazer que uma acção exterior produza graça santificante.

Finalmente, que a imposição de mãos, produz a graça santificante, parece indicá-lo a Escritura nas palavras citadas. A expressão — receber o Espírito

(1) Concílio de Trento, ses. 7, cân. 1, da Confirmação. D. 871.

(2) «*Oraverunt pro ipsis, ut acciperent Spiritum sanctum; nondum enim in quenquam illorum venerat, sed baptizati tantum erant in nomine Domini Iesu. Tunc imponebant manus super illos et accipiebant Spiritum sanctum*». Actos, viii, 14 a 18.

Santo — pôde ter, sem dúvida, vários significados, por exemplo, receber a graça santificante, o dom de profecia ou de curar enfermidades, mas se não se declara outra coisa, deve entender-se da vinda do Espírito Santo à alma do justo para nele habitar pela graça.

Quando S. Pedro, no dia de Pentecostes, se dirige à multidão dos ouvintes e lhes diz: «*Seja cada um de vós baptizado... e recebereis o dom do Espírito Santo*» ⁽¹⁾, não é legítimo pensar, que dos cerca de três mil convertidos nesse dia ⁽²⁾, todos receberam a graça da profecia, ou a de fazer milagres e outras parecidas. Outro tanto deve dizer-se do baptismo e confirmação dos samaritanos.

O argumento tornar-se-á mais claro com as seguintes considerações:

S. Paulo diz que «*o amor de Deus se difundiu nos nossos corações por meio do Espírito Santo que nos foi dado*» ⁽³⁾. Portanto é verdade que, geralmente, na alma onde habita o Espírito Santo, existe o amor de Deus que vai junto com a graça santificante.

Também, segundo S. Paulo, os justos são «*templos de Deus, nos quais habita o Espírito Santo. Se alguém destruir esse templo, Deus o destruirá a ele*» ⁽⁴⁾. Logo, concluímos que quem recebe o Espírito Santo recebe a graça e amizade de Deus sem a qual não seria templo seu.

Continua o Apóstolo: «*o fruto do Espírito (Santo) é a caridade*» ⁽⁵⁾.

A caridade para com Deus vai sempre junta com a graça santificante, portanto quem recebe o Espírito

⁽¹⁾ «*Baptizetur unusquisque vestrum... et accipietis donum Spiritus sancti*». Actos, II, 38.

⁽²⁾ «*Et appositae sunt in die illa animae circiter tria milia*». Actos, II, 41.

⁽³⁾ «*Charitas Dei diffusa est in cordibus nostris per Spiritum sanctum qui datus est nobis*». Romanos, V, 5.

⁽⁴⁾ «*...templum Dei estis, et Spiritus Dei habitat in vobis? Si quis autem templum ei violaverit, disperdet illum Deus*». I Coríntios, III, 16.

⁽⁵⁾ «*Fructus autem Spiritus est caritas*». Gálatas, V, 22.

Santo recebe a graça. Por fim referindo-se ao baptismo diz: «*mediante a ablução de regeneração e renovação do Espírito Santo que derramou abundantemente sobre nós... para que justificados com a sua graça sejamos herdeiros da vida eterna...*» (1). Por conseguinte, quem recebe o Espírito Santo recebe esse direito e como este no-lo dá a graça santificante, recebe essa mesma graça. Conclusão: o receber o Espírito Santo leva consigo a recepção da graça santificante se não se possui, ou o seu aumento se já se possui.

Dificuldades

725. 1.^a dificuldade. — O texto dos Actos dos Apóstolos, citado na prova da tese, afirma que, com o baptismo de Jesus, os samaritanos não receberam ainda o Espírito Santo. Ora, como o baptismo confere a graça santificante, o Espírito Santo não pode significar esta graça no lugar citado, pois nesse caso já a teriam recebido no baptismo.

Resposta. — A graça santificante que se infunde no baptismo é para nos dar a vida espiritual, e ressuscitar-nos da morte do pecado; pelo contrário, a confirmação é uma vida do Espírito Santo para fortalecer quem já nasceu espiritualmente.

É como se um santo taumaturgo viesse a casa de um defunto para o ressuscitar e mais tarde voltasse para lhe fazer uma visita. Nesta segunda vez, poderia dizer-se que o defunto não tinha ainda recebido a visita do taumaturgo, porque estava morto quando ele veio da primeira vez.

(1) «*Per lavacrum regenerationis et renovationis Spiritus sancti, quem effudit in nos abunde per Iesum Christum Salvatorem nostrum, ut iustificati gratia ipsius, heredes simus secundum spem vitæ æternæ*». Tito, III, 5 e segs.

726. 2.^a dificuldade. — Nos textos citados parece contudo tratar-se, não da graça santificante, mas de manifestações do Espírito Santo, por meio de fenómenos prodigiosos.

Resposta — Do primeiro texto ⁽¹⁾ não é verdade; nele só se diz que os fiéis receberam o Espírito Santo, e Simão Mago não pede a graça de realizar milagres, mas de que o Espírito Santo desça sobre aqueles a quem ele impuser as mãos. No segundo testemunho ⁽²⁾, dão-se certamente manifestações prodigiosas, mas isto não obsta a que junto com o poder de as realizar, recebessem a graça santificante.

Finalmente, a Igreja, mestra da verdade, a quem compete ensinar o sentido da Escritura, diz-nos que a confirmação é um sacramento instituído por Deus, e consiste na imposição das mãos sobre os que receberam o baptismo.

RESUMO. — *A que se chama confirmação? Que opinião têm dela os protestantes? Como se prova pela Tradição e Escritura que é sacramento? Que dificuldades podem surgir contra os textos da Escritura, e como resolvê-las?*

⁽¹⁾ «*Tunc imponebant manus super illos et accipiebant Spiritum Sanctum*». Actos, VIII, 17.

⁽²⁾ «*Et cum imposuisset illis manus Paulus, venit Spiritus sanctus super eos; et loquebantur linguis, et prophetabant*». Actos, XIX 6.

ART. 2.º — MATÉRIA E FORMA
DA CONFIRMAÇÃO

TESE. A matéria da confirmação é o crisma, isto é, uma mistura de azeite de oliveira e bálsamo ⁽¹⁾, com o qual o confirmante, com a sua mão, unge o confirmando (imposição de mãos). A forma é constituída por determinadas palavras, que significam que por essa unção se dá a graça.

QUALIFICAÇÃO: *Pelo menos doutrina católica.*

Provas

727. A) **Tradição.** — 1. «O segundo sacramento é a confirmação, cuja matéria é o crisma, feito de azeite... e bálsamo... benzido pelo bispo. A forma é: *«Assinalo-te com o sinal da cruz, e confirmo-te com o crisma da salvação em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo...»*. Unge-se o confirmando na fronte... e assinala-se com o sinal da cruz» ⁽²⁾. A Igreja grega emprega unicamente as palavras: *«O selo do dom do Espírito Santo»*. Portanto, só é necessário para a validade, exprimir que se dá a graça da confirmação.

2. A imposição das mãos é indicada pela unção da fronte; chama-se também confirmação, porque por ela se dá o Espírito Santo para aumento e fortaleza (da vida da alma)». Carta de Inocêncio III, em 25 de Fevereiro de 1204, D. 419.

3. «O segundo sacramento é a Confirmação que os bispos conferem pela imposição das mãos ungindo com crisma os baptizados» ⁽³⁾.

(1) Bálsamo é uma substância aromática extraída de certas árvores.

(2) Concílio de Florença, decreto para os Arménios. D. 697 e 698.

(3) Profissão de fé proposta pelo segundo Concílio de Lião ao imperador Miguel Paleólogo. D. 465.

4. «A unção não seja feita com instrumento nenhum, mas com a própria mão do ministro e sobre a cabeça do confirmando» (cân. 781).

728. B) Escritura. — A Escritura, como vimos no artigo anterior, só fala da imposição de mãos. A Tradição, porém, manifesta nos Santos Padres, nos costumes das Igrejas do Oriente e Ocidente e nos livros antigos em que se estabelece o modo de administrar os sacramentos, dá-nos conhecimento da unção que se deve fazer e das palavras que se hão-de pronunciar.

Notas Complementares

729. 1.ª Matéria completa da confirmação. — Requer seis coisas para a validade do sacramento:

1.ª Imposição das mãos. 2.ª Que esta se faça na frente do confirmando. 3.ª Unção com o crisma. 4.ª Que o crisma seja feito com azeite de oliveira e bálsamo. 5.ª Esteja benzido pelo bispo e para confirmar. 6.ª Que a unção seja feita em forma de cruz.

A necessidade da imposição das mãos é certa. Que a unção deve ser feita com azeite de oliveira e que o crisma deve estar benzido pelo bispo para administrar a confirmação (e não a extrema-unção), é doutrina tão certa que afirmar o contrário seria, pelo menos, temerário. Quanto ao bálsamo que deve ter o crisma e à unção que deve fazer-se na frente em forma de cruz, é doutrina muito provável deduzida da prática das Igrejas do Oriente e Ocidente e do ensino de alguns Santos Padres. Deve, portanto, observar-se escrupulosamente ⁽¹⁾.

730. 2.ª O crisma deve estar benzido pelo bispo. — Para que a confirmação seja válida, o crisma deve ser benzido pelo bispo. Afirmar o contrário, seria

(1) Cf. Pesch. *Praelect. «De Confirmatione»* n.º 502 e segs.

temerário, segundo declarou o Papa Paulo V. Ainda que se refere à extrema-unção, contudo aplica-se a mesma razão à doutrina da confirmação ⁽¹⁾.

731. 3.^a A unção deve ser feita com a própria mão do confirmante. — Se a unção se fizesse com qualquer instrumento, não haveria imposição de mãos. A acção de ungir com o crisma o confirmando constitui a imposição de mãos suficiente para a confirmação. Actualmente parece estranho tal modo de impor as mãos; ninguém diria que a mãe impõe as mãos ao filho, quando lhe faz o sinal da cruz na fronte, mas era esta a linguagem primitiva da Igreja.

No próprio Evangelho se lê que Jesus «*impôs-lhe as mãos sobre os olhos*» ⁽²⁾, para significar que tocou com as suas mãos os olhos de um cego.

732. 4.^a Ministro da confirmação. — «O ministro ordinário da confirmação é só o bispo. Extraordinário... o presbítero, a quem... a Santa Sé concede essa faculdade» ⁽³⁾.

«O ministro ordinário é o bispo... Consta porém, que alguma vez um simples sacerdote, por dispensa da Sé Apostólica, administrou o sacramento da confirmação» ⁽⁴⁾.

Por concessão de Pio XII, todos os párocos podem confirmar os doentes em perigo de vida ⁽⁵⁾.

Aos Bispos e Ordinários locais, que dependem da Congregação da *Propaganda Fide*, concede-se-lhes a faculdade de poderem autorizar qualquer sacerdote súbdito seu, que tenha cuidado das almas, a administrar

⁽¹⁾ Decreto do Santo Ofício de 13 de Janeiro de 1611, confirmado por Gregório XVI em 14 de Setembro de 1842. D. 1628 e 1629.

⁽²⁾ «*Imposuit manus super oculos eius*». S. Marcos, VIII, 25.

⁽³⁾ Direito Canónico, cân. 782.

⁽⁴⁾ Concílio de Florença, decreto para os Arménios. D. 697.

⁽⁵⁾ *Acta Apostolicae Sedis*, ano 1946, pág. 349.

a confirmação aos fiéis dessas regiões quando estiverem em perigo de vida ⁽¹⁾.

733 5.^a Sujeito da confirmação. — Qualquer cristão pode receber a confirmação, contanto que ainda a não tenha recebido. Não é pecado mortal deixar de a receber, mesmo que haja oportunidade. Para a receber sem cometer pecado, é necessário estar na graça de Deus.

734. 6.^a Cerimónias da confirmação. — O confirmante recita uma oração com as mãos estendidas sobre os confirmandos, unge-os na fronte com o dedo polegar molhado no crisma, dá-lhes uma palmadita na face, e finalmente abençoa-os.

São duas as interpretações da palmadita na face. Segundo uns significa que deve estar disposto a sofrer por Cristo; segundo outros é uma cerimónia que indica que o confirmado foi feito soldado de Cristo, à semelhança do que se praticava nalgumas ordens de cavalaria em que se dava um golpe com a espada ao armar o novel cavaleiro.

RESUMO. — *Que é o crisma? E o bálsamo? Como se prova pela Tradição que a matéria da confirmação é a unção do confirmando com o crisma, pela própria mão do confirmante? Que pode demonstrar-se pela Escritura acerca da matéria da confirmação? Que deve significar as palavras da forma da confirmação? Como se prova que o crisma deve ser benzido pelo bispo, para a validade da confirmação? Quais são os seis requisitos para a validade da matéria do sacramento? Que grau de certeza requer cada um? Porque deve o confirmante ungir com a própria mão, o confirmando? É suficiente essa imposição de mãos? Quem é o ministro da confirmação? Quem a pode receber? Comete algum pecado quem a não recebe? Que se requer para a receber sem pecado? Quais são as cerimónias da confirmação? Tem algum significado a palmadita que o confirmante dá na face do confirmando?*

⁽¹⁾ *Acta Apostolicae Sedis*, ano 1948, pág. 41.

CAPÍTULO IV

A EUCARISTIA

ART. 1.º — EXISTÊNCIA DO SACRAMENTO

TESE. A Eucaristia é um sacramento.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

735. Explicação. — *Eucaristia* é o sacramento no qual Jesus Cristo, sob as espécies de pão e de vinho, se dá aos fiéis. A palavra «*eucaristia*», de origem grega, significa «*acção de graças*», talvez porque no rito em que se consagra, isto é, na missa, se dão graças a Deus, ou então porque Jesus Cristo imediatamente antes de instituir este sacramento deu graças a Deus ⁽¹⁾. Chama-se também *comunhão*, por ser um alimento dado a todos os fiéis em comum.

736. * Adversários. — Quase todos os *modernistas* e *protestantes liberais* afirmam que a Eucaristia não passa de um mero sinal.

Provas

737. A) Tradição. — «Se alguém disser que os sacramentos... são mais ou menos de sete a saber: baptismo... eucaristia..., ou que algum destes sete, não é verdadeira e propriamente sacramento, seja anátema» ⁽²⁾.

⁽¹⁾ «*Et accepto pane, gratias egit*». S. Lucas, xxii, 19.

⁽²⁾ Concílio de Trento, ses. 7, cân. 1, dos Sacramentos em geral. D. 844.

738. B) Escritura. — A eucarista será sacramento se for um sinal ou acção exterior instituída por Jesus Cristo, para produzir a graça santificante. Sinal ou acção exterior, é a consagração do pão e do vinho com a correspondente consumpção por parte dos que recebem o sacramento. Foi instituído por Cristo Nosso Senhor na noite da Ceia, como narram os evangelistas S. Mateus, S. Marcos e S. Lucas ⁽¹⁾. Que produza a graça santificante, deduz-se das seguintes palavras do Salvador:

1) «*Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna*» ⁽²⁾, quer dizer, tem a vida da graça, sem a qual não se consegue a vida eterna.

2) «*Quem come a minha carne e bebe o meu sangue permanece em mim e eu nele*» ⁽³⁾; permanência que não é simplesmente física, que também se dá no que comunga em pecado, mas permanência de mútuo amor, que anda sempre acompanhada da graça santificante.

3) «*A minha carne é verdadeira comida e o meu sangue é verdadeira bebida*» ⁽⁴⁾, comida e bebida espirituais da alma, em ordem à vida sobrenatural da graça.

Quis Deus Nosso Senhor «que se recebesse este sacramento como alimento espiritual das almas, com o qual... se fortaleçam vivendo da vida daquele que disse: «*Quem me come, esse viverá por mim*» ⁽⁵⁾.

⁽¹⁾ «*Accipite et comedite: hoc est corpus meum... Bibite ex hoc omnes. Hic est enim sanguis meus novi testamenti, qui pro multis effundetur in remissionem peccatorum*». S. Mateus, 26 a 29. — «*Sumite, hoc est corpus. Et accepto calice... Hic est sanguis meus novi testamenti, qui pro multis effundetur*». S. Marcos, xiv, 22 a 25. — «*Hoc est corpus meum, quod pro vobis datur... Hic est calix novum testamentum in sanguine meo, qui pro vobis fundetur*». S. Lucas, xxii, 19 e 20.

⁽²⁾ «*Qui manducat meam carnem, et bibit meum sanguinem, habet vitam aeternam*». S. João, vi, 55.

⁽³⁾ «*Qui manducat meam carnem, et bibit meum sanguinem, in me manet et ego in illo*». S. João, vi, 57.

⁽⁴⁾ «*Caro mea vere est cibus, et sanguis meus vere est potus*». S. João, vi, 56.

⁽⁵⁾ Concílio de Trento, ses. 13, cap. 2. D. 875.

RESUMO. — *Que é a eucaristia? Que significa esta palavra? Como se prova pela Tradição que é um sacramento? Podemos deduzir isso mesmo da Escritura?*

ART. 2.^o — *MATÉRIA E FORMA
DA EUCARISTIA*

TESE. A matéria deste sacramento é pão de trigo e vinho de uvas; a forma, as palavras com que Jesus consagrou na última ceia: para o pão — «isto é o meu corpo»; para o vinho — «isto é o meu sangue» ou «isto é o cálice do meu sangue».

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina de fé, porque a ensina a Igreja no seu magistério universal ordinário.*

739. Explicação. — O significado das palavras *sacramento, matéria e forma* está explicado no cap. I deste tratado: «os sacramentos em geral».

740. Adversários. — Segundo os *calvinistas*, no caso de faltar o pão e o vinho, pode-se consagrar qualquer outra coisa, que sirva de alimento ou bebida.

Provas

741. A) Tradição. — «O terceiro é o sacramento da Eucaristia, cuja matéria é pão de trigo e vinho de uvas... A forma deste sacramento são as palavras do Salvador com as quais o instituiu» ⁽¹⁾.

(1) Concílio de Florença, decreto para os Arménios. D. 698.

742. B) Escritura. — Jesus Cristo na noite da Ceia consagrou o pão e o vinho, e mandou aos Apóstolos que o fizessem em sua memória ⁽¹⁾; portanto, segundo a Escritura, a matéria deste sacramento é pão de trigo e vinho de uvas; a forma, as palavras empregadas por Jesus Cristo ao consagrar.

1. A Escritura não diz expressamente que fosse pão de trigo ⁽²⁾ o empregado por Jesus Cristo, mas assim o ensina a Tradição. E de facto os judeus tinham por costume comer pão de trigo na ceia pascal. Ao vinho juntam-se umas gotas de água, porque assim o faziam, ao que parece, os judeus, e sobretudo porque assim o ensina a Tradição. Essa adição de água ao vinho não é essencial para a Eucaristia, embora haja obrigação *sub gravi* de o fazer.

2. Quanto à forma, é de fé que se requerem as palavras: «isto é o meu sangue» ou «isto é o cálice do meu sangue». É opinião comum e moralmente certa que se requerem só para a integridade e não para a essência as outras palavras que o sacerdote profere ao consagrar o cálice: «do novo e eterno testamento (mistério de fé), que por vós e por muitos será derramado em remissão dos pecados. Quantas vezes fizerdes isto, fazei-o em memória de mim».

Notas Complementares

743. 1.^a O Ministro da Eucaristia. — A) Só o sacerdote pode consagrar a Eucaristia. Um Cardeal, o próprio Papa não o poderiam fazer se previamente não tivessem sido ordenados de sacerdotes. É doutrina de fé contida na Tradição. «Ninguém pode efectuar

(1) «*Hoc facite in meam commemorationem*». S. Lucas, xxii, 19.

(2) Do vinho de uva, fazem expressa menção S. Lucas e S. Marcos. «*Dico enim vobis quod non bibam de generatione vitis, donec regnum Dei veniat*». S. Lucas, xxii, 18 — «*iam non bibam de hoc genimine vitis usque in diem illum cum illud bibam novum in regno Dei*». S. Marcos, xiv, 25.

este sacramento senão o sacerdote que tiver sido devidamente ordenado» (1).

B) Nos casos ordinários só podem administrar ou distribuir a Sagrada Eucaristia aos fiéis o sacerdote, ou o diácono a quem se dá esta licença; em caso de verdadeira e urgente necessidade qualquer homem ou mulher o pode fazer.

744. 2.^a Sujeito da Eucaristia. — 1. Qualquer baptizado, em estado de graça, pode receber válida e frutuosamente a Eucaristia, mesmo que se trate de uma criança ou esteja privado da razão. Contudo, por lei eclesiástica, não se pode dar a comunhão: às crianças, antes do uso da razão; aos loucos senão no momento de lucidez; aos que não estão em jejum, senão em poucos casos de excepção.

2. Se depois de recebido o baptismo se comete um pecado grave, não é lícito comungar sem prévia confissão, não bastando pôr-se em estado de graça por meio da contrição. Os Teólogos não estão de acordo, em declarar se isto é assim por preceito da Igreja, ou por disposição de Jesus Cristo. Como quer que seja, em caso de *necessidade urgente* pode-se comungar depois de fazer um acto de contrição. «Se a necessidade for urgente e não houver confessor, faça-se primeiro um acto de contrição» (2).

3. Não se pode comungar em pecado mortal, porque o pecado é a morte da alma e a eucaristia o seu alimento; ora o alimento não se dá aos mortos mas aos vivos.

745. 3.^a Efeitos da Eucaristia. — Quis Nosso Senhor «que se recebesse este sacramento como espiritual alimento das almas com que se alimentem e fortaleçam vivendo da vida daquele que disse: «*Quem me come, esse viverá por mim*» (3), e como antídoto

(1) Concilio 4.^o de Latrão, cap. 1. D. 430.

(2) Código do Direito Canónico, cân. 856.

(3) «*Qui manducat me, et ipse vivet propter me*». S. João, vi, 58.

que nos livre das culpas quotidianas e nos preserve dos pecados mortais. Quis também que ele fosse penhor da nossa glória futura e perpétua felicidade» (¹).

746. 4.ª Cerimónias principais da administração da Eucaristia. — Depois de o ajudante recitar em latim a «Confissão», o sacerdote dá a bênção aos que hão-de comungar e roga a Deus que lhes perdoe os pecados. Toma em seguida uma partícula consagrada, e voltado para o povo repete três vezes: «*Senhor, eu não sou digno que vós entreis em minha morada, mas dizei uma só palavra e a minha alma será salva*». Distribuída a comunhão, recita uma breve oração e dá a bênção aos que comungaram. Esta oração e bênção omitem-se quando a comunhão se dá ao meio da missa.

RESUMO. — *Que pretendem os calvinistas sobre a matéria deste sacramento? Como se demonstra pela Tradição e Escritura que a forma são as palavras com as quais Jesus Cristo consagrou na última ceia? Quais as palavras que se requerem essencialmente para a consagração do vinho, e quais as que se requerem só para a integridade? Como se prova pela Tradição que só o sacerdote pode consagrar a eucaristia? Quem pode receber a eucaristia? A quem a proíbe a Igreja? Porque se não pode comungar depois de pecar mortalmente, quando se trata de pecados cometidos depois do baptismo e ainda não confessados? Pode-se neste caso comungar se houver necessidade urgente? Por que razão não se pode comungar em pecado mortal? Quais os efeitos da eucaristia? Quais as cerimónias principais da sua ministração?*

(¹) Concílio de Trento, ses. 13, cap. 2. D. 875.

CAPÍTULO V

A PRESENÇA REAL DE JESUS CRISTO
NA EUCARISTIA

747. Explicação. — A eucaristia poderia ser um sacramento reduzido ao pão e vinho naturais, se Jesus Cristo assim o tivesse instituído, como sucede com a água natural do baptismo que produz a graça santificante. De facto, porém, na eucaristia está Jesus Cristo presente, sob as espécies ou aparências de pão e vinho.

ART. 1.º — O FACTO DA PRESENÇA REAL

TESE. Na Eucaristia está Jesus Cristo realmente presente.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

748. Adversários. — A grande maioria dos *protestantes*, actualmente.

Provas

749. A) Tradição. — «Se alguém negar que no Sacramento da Santíssima Eucaristia se contém verdadeira, real e substancialmente o corpo e sangue juntamente com a alma e divindade de Nosso Senhor Jesus Cristo, e, por conseguinte, Cristo completo; e disser que está nele somente como em sinal, figura ou poder, seja anátema» ⁽¹⁾.

Com este cânon só se pretende definir a presença

⁽¹⁾ Concílio de Trento, ses. 13, cân. 1, do Santíssimo Sacramento da Eucaristia. D. 883.

real, mas como os protestantes a negavam ou explicavam de diversas maneiras, o Concílio usou todas essas expressões.

750. B) Escritura. — Diz Jesus no Evangelho: «Se não comerdes a carne do Filho do homem e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós... A minha carne é verdadeira comida e o meu sangue verdadeira bebida. Quem come a minha carne e bebe o meu sangue, está em mim e eu nele» ⁽¹⁾. Mais tarde, na última ceia, diz a seus Apóstolos. «Tomai e comei, isto é o meu corpo. Tomai e bebei, isto é o meu sangue. Fazei isto em memória de mim» ⁽²⁾. Logo, Jesus Cristo prometeu primeiro dar o seu corpo e sangue em comida e bebida, cumpriu-o depois na noite da última ceia, e finalmente mandou que os Apóstolos fizessem o que ele tinha feito.

751. Dificuldade. — Para serem verdadeiras as palavras de Cristo na última ceia, basta que o vinho seja semelhança do seu sangue e o pão semelhança do seu corpo.

Resposta. — 1. Jesus Cristo não disse: isto é uma semelhança do meu corpo ou do meu sangue, mas «isto é o meu corpo, isto é o meu sangue».

⁽¹⁾ «Nisi manducaveritis carnem Filii hominis, et biberitis eius sanguinem, non habebitis vitam in vobis... Caro enim vera est cibus, et sanguis meus vere est potus. Qui manducat meam carnem, et bibit meum sanguinem, in me manet, et ego in illo». S. João, vi, 54 a 58.

⁽²⁾ «Accipite et comedite; hoc est corpus meum... Bibite ex hoc omnes. Hic est enim sanguis meus novi testamenti...». S. Mateus, xxvi, 26 a 30.

— «Sumite, hoc est corpus meum... Hic est sanguis meus novi testamenti». S. Marcos, xiv, 22 a 26.

— «Hoc est corpus meum, quod pro vobis datur; hoc facite in meam commemorationem... Hic est calix novum testamentum in sanguine meo, qui pro vobis fundetur». S. Lucas, xxii, 19 a 21.

— «Accipite, et manducate; hoc est corpus meum... hoc facite in meam commemorationem... Hic calix novum testamentum est in meo sanguine: hoc facite... in meam commemorationem». I Coríntios, xi, 23 a 26.

2. S. Paulo escrevia aos primitivos cristãos que quem comesse o pão eucarístico ou bebesse o cálice do Senhor indignamente, seria (condenado como) réu de tratar irreverentemente o corpo e o sangue do Senhor, «não distinguindo o corpo do Senhor» de outros alimentos ⁽¹⁾.

3. Todas as liturgias orientais e ocidentais ensinaram constantemente a doutrina da presença real.

4. Toda a Igreja assim o ensinou até que os protestantes a começaram a negar. Não há portanto razão nenhuma para pretender que a mente de Jesus Cristo ao dizer — *isto é o meu corpo, o meu sangue*, era afirmar: isto é a figura do meu corpo ou do meu sangue.

RESUMO. — *Quem nega a presença real de Jesus Cristo na Eucaristia? Como se prova essa presença real pela Tradição e Escritura? Para serem verdadeiras as palavras de Jesus na última ceia, porque não basta que o vinho e o pão sejam figura ou símbolo do seu corpo e sangue, mas se requer a presença real?*

ART. 2.º — MODO COMO CRISTO FICA PRESENTE NA EUCARISTIA

TESE. Na Eucaristia desaparece toda a substância do pão e do vinho, para se converter no corpo e sangue de Jesus Cristo.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

752. Adversários. — Alguns protestantes admitiam a presença real de Jesus Cristo na eucaristia simul-

(1) «*Quicumque manducaverit panem hunc, vel biberit calicem Domini indigne, reus erit corporis et sanguinis Domini... qui enim manducat et bibit indigne, iudicium sibi manducat et bibit, non diiudicans corpus Domini*». I Coríntios, XI, 27 e 29.

tâneamente com a do pão e a do vinho; Jesus Cristo estaria pois dentro do pão e do vinho, de uma forma parecida à da água na esponja.

Provas

753. A) **Tradição.** — «Se alguém disser que no Santíssimo Sacramento da Eucaristia permanece a substância de pão e vinho juntamente com o corpo e sangue de N. S. Jesus Cristo, e negar essa admirável e singular conversão de toda a substância de pão no Corpo e de toda a substância do vinho no Sangue, permanecendo só as espécies de pão e vinho, conversão a que a Igreja Católica com toda a propriedade chama *transubstanciação*, seja anátema» ⁽¹⁾.

754. B) **Escritura.** — Do pão e do vinho que tinha nas mãos na última ceia ao instituir a eucaristia, disse Jesus Cristo: «*Isto é o meu corpo; isto é o meu sangue*» ⁽²⁾; portanto, uma vez pronunciadas as palavras, deixou de haver ali pão e vinho; de contrário, seria falsa a afirmação de Cristo, pois não disse: «aqui está o meu corpo e o meu sangue», mas: «isto é o meu corpo e o meu sangue».

É verdade que costumamos dizer frequentemente, por exemplo, «isto é dinheiro», ao mostrar a carteira onde ele está. Em tais casos, porém, essa maneira de falar, de si ou pelo uso, tem a interpretação que lhe damos. Pelo contrário, dizer de um bocado de pão isto é o meu corpo, sem que realmente o fosse, não podia ter nenhuma outra interpretação verdadeira.

Seja como for, ainda que as palavras de Jesus, em absoluto, pudessem ter sentido diferente do que lhe damos na prova, sabemos pela Tradição qual o seu

⁽¹⁾ Concílio de Trento, ses. 13, cân. 2, do Santíssimo Sacramento da Eucaristia. D. 884.

⁽²⁾ O texto grego do Evangelho não diz, «este é o meu corpo» ou «este é o meu sangue», mas, «isto é o meu corpo, isto é o meu sangue».

verdadeiro sentido. A Igreja ensinou constantemente que na Eucaristia, depois da consagração, não há pão nem vinho, mas o corpo e o sangue de Jesus Cristo.

Nota

755. Como se deve entender a conversão do pão e do vinho no corpo e sangue de Cristo. — Não se deve entender de tal maneira a conversão da substância do pão e vinho no corpo e sangue de Jesus Cristo *que este tenha mais ou menos quantidade de matéria, segundo é maior ou menor a quantidade de partículas ou de vinho consagrado que existe na terra num dado momento.* O corpo de Cristo, tal como está no céu, permanece invariável quanto à quantidade de matéria, haja muitas, poucas ou nenhuma partículas consagradas. As palavras da consagração significam directamente que o pão se converte no corpo e o vinho no sangue. Por isso assim o costumamos dizer, ainda que Jesus Cristo está todo sob as espécies de pão e de todo sob as do vinho.

Corrompidas as espécies sacramentais, deixa de estar nelas Cristo, e são sustentadas pela mesma substância que as sustentaria se o pão e o vinho não tivessem sido consagrados e se tivessem corrompido.

RESUMO. — *Como se encontra Cristo na eucaristia segundo alguns protestantes que admitem a presença real? Como se prova pela Tradição e Escritura a conversão do pão e do vinho na substância do corpo e sangue de Cristo? Porque se não podem interpretar as palavras de Cristo, ao instituir a eucaristia, no sentido dos protestantes, a saber, que o pão e o vinho contenham o corpo e o sangue de Cristo? Como se deve entender a conversão do pão e do vinho no corpo e sangue de Cristo?*

**ART. 3.º — PRESENÇA DE JESUS CRISTO
EM QUALQUER PARTE DAS ESPÉCIES
DO PÃO E DO VINHO**

TESE. Jesus Cristo está todo sob a espécie de pão, e todo sob a espécie de vinho; todo em qualquer parte do pão ou do vinho, quer as espécies estejam divididas em fragmentos; — quer estejam inteiras formando cada qual um só todo.

756. Explicação. — A tese compreende três partes distintas. Para facilitar procederemos separadamente e provaremos a terceira parte antes da segunda.

1.ª PARTE — *Jesus Cristo, está todo sob a espécie de pão e todo sob a espécie de vinho.*

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

Provas

757. A) Tradição. — «Deve-se acreditar firmissimamente e de nenhum modo duvidar, que todo o corpo e sangue de Cristo estão verdadeiramente contidos, tanto sob a espécie de pão como sob a espécie de vinho» ⁽¹⁾.

758. B) Escritura. — Quando Jesus pronunciou as palavras: «isto é o meu corpo», tinha-o unido com o seu sangue; por conseguinte, também no pão consagrado estava o corpo juntamente com o sangue. Da mesma forma, ao dizer do vinho «isto é o meu sangue»,

(1) Concílio de Constança, ses. 13. D. 626.

ficou ali o sangue como se encontrava na pessoa de Cristo, isto é, com o seu corpo, alma e divindade.

Assim se explicam aquelas palavras de Jesus: «O que me come, viverá por mim» ⁽¹⁾. Não disse viverá pelo meu corpo, mas — viverá por mim. S. Paulo, por sua vez, escreve: «Quem comer este pão ou beber o cálice do Senhor indignamente, será (condenado como) réu de tratar irreverentemente o corpo do Senhor» ⁽²⁾.

Basta, portanto, segundo o Apóstolo, comer só do pão ou beber só do cálice indignamente, para ser réu, não apenas do corpo ou do sangue, mas dos dois. Isto não seria verdade se no pão estivesse só o corpo, e no cálice só o sangue.

3.^a PARTE — Jesus Cristo está todo em qualquer parte do pão ou do vinho quando as espécies estão divididas em fragmentos.

QUALIFICAÇÃO: De fé.

759. Prova da Tradição. — «Se alguém negar que no Venerável Sacramento da Eucaristia está contido Cristo todo... sob cada uma das partes de qualquer das espécies, feita a divisão, seja anátema» ⁽³⁾.

⁽¹⁾ «Qui manducat me, et ipse vivet propter me». S. João, vi, 58.

⁽²⁾ «Quicumque manducaverit panem hunc, vel biberit calicem Dimini indigne, reus erit corporis et sanguinis Domini». I Coríntios, xi, 27.

⁽³⁾ Concílio de Trento, ses. 13, cân. 3 do Santo Sacramento da Eucaristia. D. 885.

2.^a PARTE — *Jesus Cristo está todo em qualquer parte do pão ou do vinho, quando as espécies estão inteiras, formando cada qual um só todo.*

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina teològicamente certa.*

Provas

760. A) Deduzida da Tradição. — 1. «Cristo está todo e completo sob a espécie do pão e sob qualquer parte dessa espécie; todo igualmente sob a espécie de vinho e sob as suas partes» ⁽¹⁾. O concílio de Trento que no cânon 3, últimamente citado, ensina que isso acontece quando se separam do todo as partes, parece agora indicar, ao falar de um modo geral e sem restrições, que Cristo está também todo inteiro em qualquer das partes do pão e do vinho antes de separadas.

2. Todos os Teólogos têm como certa esta doutrina; portanto é verdadeira.

761. B) Pelo raciocínio. — Se assim não fosse, quer dizer, se antes da separação Cristo não estivesse todo em qualquer parte, sucederia que ao dividir a hóstia ou o vinho em duas, seis ou mais partes, Jesus Cristo que antes estava numa só hóstia, estaria agora todo em duas, seis ou mais. Ora não há nenhum fundamento na Tradição nem na Escritura, para esta última sentença.

Jesus Cristo está, portanto, sob as espécies sacramentais como Deus está presente simultâneamente todo em toda a parte e todo em cada parte do mundo; ou como a alma está presente no corpo; toda em todo o corpo e toda em cada parte dele.

(1) No mesmo lugar, cap. 3. D. 876.

762. Nota. — Vê-nos Jesus Cristo da hóstia consagrada? — Se Cristo está nas espécies sacramentais, todo inteiro em qualquer partícula por mínima que seja, como vimos, está nelas de modo inextenso.

Logo os seus olhos não podem ver de modo natural nem os seus ouvidos ouvir, porque para que os olhos vejam e os ouvidos oiçam, requer-se, naturalmente, que tenham a extensão conveniente. Se os seus olhos vêem e os seus ouvidos ouvem duma maneira milagrosa, é assunto em que não estão de acordo os teólogos, afirmando-o uns e negando-o os outros.

Uma coisa é inteiramente certa, e é que assim como Deus nos conhece a todos muito melhor que nós a nós mesmos, e vê e sabe tudo o que fazemos, embora não tenha olhos nem ouvidos, assim também Jesus na Eucaristia, como Deus que é, conhece-nos perfeitamente, e vê e entende melhor que nós tudo quanto nós fazemos.

RESUMO. — *Como se demonstra pela Tradição que Jesus Cristo está todo na eucaristia, tanto sob a espécie do pão como do vinho? Pode também demonstrar-se pelas palavras de Jesus ao instituir a eucaristia, e pela doutrina de S. Paulo? Como se prova pela Tradição que Cristo está todo em qualquer parte das espécies sacramentais do pão e do vinho, quando estas se dividem? Como se prova pela Tradição e pelo raciocínio que também o está antes de feita a divisão?*

CAPÍTULO VI

A EUCARISTIA COMO SACRIFÍCIO

763. Explicação. — A eucaristia não é só sacramento, é também sacrifício — o único que existe na religião cristã.

*ART. 1.º — A EXISTÊNCIA
DO SACRIFÍCIO EUCARÍSTICO*

TESE. A Eucaristia é um sacrifício.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

764. Noção e divisões do sacrifício. — 1. **Noção.**

A) Qualquer obra boa e custosa feita em obséquio de outrem chama-se sacrifício.

B) Em sentido mais restrito, *sacrifício* é o acto de oferecer a Deus, como sinal de veneração, alguma coisa perceptível aos sentidos, destruindo-a ou fazendo-a mudar de estado. Assim, por exemplo, pode fazer-se um sacrifício derramando sobre o altar, como acto de veneração a Deus, um perfume, queimando um objecto a que se tem affecto, matando um animal valioso, etc.

765. 2. Diversas espécies de sacrifícios. —

A) O sacrifício pode ser *público* ou *privado*. É *privado* quando feito por qualquer pessoa particular em seu nome; *público* quando feito em nome de uma sociedade, por quem para isso está designado.

B) O sacrifício, como qualquer boa obra — atendendo ao fim em vista — pode ser:

latrêutico ⁽¹⁾, quando tem por fim prestar culto a Deus;

eucarístico, quando tem por fim render graças a Deus;

impetratório, quando com ele se deseja conseguir um favor;

propiciatório, quando com ele se deseja conseguir o perdão de uma culpa ou a isenção de um castigo.

A *eucaristia* é, ao mesmo tempo, *sacrifício latrêutico*, *eucarístico*, *impetratório* e *propiciatório*.

A **Missa** é um conjunto de leituras, tiradas da Escritura, de orações e cerimônias em volta da consagração da eucaristia, a qual constitui o sacrifício propriamente dito.

766. Explicação do enunciado da tese. — Afirma-mos que a missa é sacrifício em sentido estrito, ou seja, uma acção pela qual veneramos a Deus oferecendo-lhe Jesus Cristo, que por ministério do sacerdote é posto no altar em estado de vítima.

767. Adversários. — Os *protestantes*.

768. A) Tradição. — «Se alguém disser que na Missa não se oferece a Deus, verdadeiro e próprio sacrifício, ou que oferecer-se Cristo não é mais que dar-se-nos em alimento, seja anátema» ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Palavra derivada do grego que significa (sacrifício de) adoração.

⁽²⁾ Concílio de Trento, ses. 22, cân. 1 do Santo Sacrifício da Missa. D. 948.

769. B) Escritura. — a) Antigo Testamento. — «Não me comprazo em vós, diz o Senhor dos Exércitos; não aceitarei um dom das vossas mãos. Porque desde o nascente até ao poente, o meu nome é grande entre os gentios, e em todo o lugar se sacrifica e oferece ao meu nome uma oblação pura» ⁽¹⁾.

As palavras *sacrifício*, *oblação* e outras com estas relacionadas, na língua hebraica de que usa o profeta, significam as acções estritamente sacrificais. Portanto: Malaquias fala de um verdadeiro sacrifício, que se oferece ⁽²⁾ ou oferecerá mais tarde a Deus em todos os povos, e no qual ele se compraz; ora tal profecia só se verifica na missa; logo esta é verdadeiro sacrifício.

Deus não se compraz, segundo declara, nos sacrificios dos judeus; estes, por outro lado, foram anulados e não se oferecem universalmente; também não se compraz nos sacrificios gentílicos, além de que estes não são universais. Por conseguinte, fora do sacrifício da missa não tem realização a profecia. Mas esta cumpre-se admiravelmente na missa, que se celebra em todas as partes do mundo e cuja vítima — Jesus Cristo — é sumamente agradável a Deus.

770. b) Antigo e Novo Testamento. — Melquisedeque, como narra o Antigo Testamento, «ofereceu pão e vinho» ⁽³⁾, indubitavelmente em sacrifício; de outra sorte Moisés não acrescentaria logo: «porque era sacerdote do Altíssimo». De Jesus Cristo diz S. Paulo

⁽¹⁾ «Non est mihi voluntas in vobis, dicit Dominus exercituum, et munus non suscipiam de manu vestra. Ab ortu enim solis usque ad occasum, magnum est nomen meum in gentibus; et in omni loco sacrificatur, et offertur nomini meo oblatio munda, quia magnum est nomen meum in gentibus, dicit Dominus exercituum». Malaquias, 1, 10 e 11.

⁽²⁾ Os profetas falam frequentemente de coisas futuras usando o verbo no presente, porque falam como se estivessem vendo já o que mais tarde acontecerá.

⁽³⁾ «At vero Melchisedech rex Salem, proferens panem et vinum... benedixit ei». Génesis, XIV, 18.

no Novo Testamento, que «*é sacerdote eternamente segundo a ordem de Melquisedeque*» (1).

Comparando os dois textos, conclui-se que Jesus Cristo como Melquisedeque, ofereceu um sacrifício de pão e vinho. A eucaristia na última ceia foi, pois, um verdadeiro sacrifício, e também o é agora, visto que mandou aos seus Apóstolos que fizessem o que ele acabava de fazer. «*Fazei isto em minha memória*» (2).

771. c) Novo Testamento. — «*Isto é o meu corpo, que por vós é entregue*» (3). «*Isto é o meu sangue... que é derramado... em remissão dos pecados*» (4). O acto de entregar por outro o seu corpo e derramar o seu sangue em remissão dos pecados alheios indica claramente uma acção sacrificial.

«Na última ceia... para deixar à Igreja, sua dilecta esposa, um sacrifício visível (como pede a natureza do homem)..., ofereceu a Deus Pai o seu corpo e sangue sob as espécies de pão e vinho, e mandou aos Apóstolos... e aos seus sucessores no sacerdócio que o oferecessem sob os símbolos dos mesmos elementos» (5).

772. Dificuldade. — Contra a última prova, tirada das palavras de Jesus, poderia alguém objectar que elas só se referem ao sacrifício da cruz, que se vai realizar no dia seguinte.

Resposta. — 1.º No texto grego, as frases — «*isto é o meu corpo, que é entregue por vós; isto é o cálice do meu sangue, que é derramado por vós*» — têm o verbo no presente (e não no futuro, como se expressa

(1) «*Quoniam tu es sacerdos in aeternum secundum ordinem Melchisedech*». Hebreus, vii, 17.

(2) «*Hoc facite in meam commemorationem*». S. Lucas, xxii, 19.

(3) «*Hoc est corpus meum, quod pro vobis datur*». S. Lucas, xxii, 19.

(4) «*Hic est enim sanguis meus novi testamenti, qui pro multis effundetur in remissionem peccatorum*». S. Mateus, xxvi, 28.

(5) Concílio de Trento, ses. 22, cap. 1. D. 933.

a Vulgata); trata-se, pois, de uma acção que se está a verificar. 2.º O «cálce do meu sangue», de que fala Jesus, não pode aplicar-se à cena do Gólgota, mas à do Cenáculo. 3.º Finalmente, assim o entenderam os cristãos de todos os tempos, como as diversas liturgias mostram, até ao aparecimento dos protestantes.

Consequência

773. Excelência do sacrifício da missa. — A missa é o sacrifício mais excelente que em qualquer tempo se ofereceu a Deus, pois nele a vítima é seu Filho Unigénito. Por isso o valor da missa, em si mesma, é infinito. Com a comunhão, a recepção dos sacramentos e os actos de amor de Deus, a melhor devoção que podemos ter é a de celebrar, mandar celebrar e assistir ao santo sacrifício da missa.

RESUMO. — *Qual é a definição geral de sacrifício, e que significado tem em sentido estrito? Que é sacrifício público, latrêutico, eucarístico, impetratório e propiciatório? Que é a missa? Quem nega que a missa é verdadeiro sacrifício? Como se prova pela Tradição que o é? Como se prova pela profecia de Malaquias, e pelo texto do Génesis sobre Melquisedeque, combinado com o que S. Paulo diz de Cristo? E pelas palavras de Jesus na última ceia? Porque não basta o sacrifício da cruz como explicação total das palavras de Cristo? Qual a excelência da missa e a importância que deve ter na nossa vida espiritual?*

ART. 2.º — *ESSÊNCIA DO SACRIFÍCIO*
DA MISSA

TESE. A essência do sacrifício da missa está só na consagração.

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina católica.*

774. Explicação. — Dissemos na tese anterior que a missa é um conjunto de leituras tiradas da Sagrada Escritura, de orações e cerimônias, em volta da consagração da eucaristia. Procuramos agora saber qual é a parte essencial do sacrifício da missa. Na opinião quase unânime dos Teólogos só a consagração é essencial, mas o sacrifício não estará completo e acabado sem a comunhão do celebrante.

Provas

775. A) Tradição.—Pio XII, na encíclica *Mediator*, diz o seguinte:

Nunca se deixe de advertir que o sacrifício eucarístico é, pela sua mesma natureza, a imolação incruenta da vítima divina, que fica patente pela separação das sagradas espécies e pela oblação das mesmas feita ao Eterno Pai.

Por outro lado, a comunhão pertence à integridade do mesmo; e assim como ela é absolutamente necessária ao ministro que faz o sacrifício (o sacerdote), assim aos fiéis (não o é), mas unicamente se lhes há-de recomendar com empenho (Act. Apost. Sedes, 1947, p. 563).

776. B) Raciocínio.—Para existir sacrifício basta que haja um sacerdote, a vítima e a imolação desta com o fim de venerar a Deus. Ora todos estes requisitos se verificam na consagração, que se opera com as palavras de Cristo, que é o sacerdote principal, e de quem o sacerdote que consagra é apenas

ministro ⁽¹⁾. Quanto à comunhão, fá-la o sacerdote em seu próprio nome. Contudo, ela completa o sacrifício, porque este realiza-se sob as espécies de pão e vinho, em ordem a servir de alimento e bebida.

«Se o celebrante, uma vez feita a consagração, não pode comungar, deve outro sacerdote, mesmo que não esteja em jejum, consumir as espécies consagradas para que o sacrifício fique completo» ⁽²⁾.

Dificuldades

777. 1.^a dificuldade. — Para haver verdadeiro sacrifício, segundo a noção apresentada, é necessário que por meio do sacerdote, a vítima mude de estado. O sacerdote, porém, não faz mudar de estado a Jesus Cristo, fá-lo simplesmente descer ao altar, mas deixa-o como estava, com vida imortal e impassível e sem lhe causar sofrimento nem mudança alguma.

Resposta. — A esta pequena dificuldade dão os Teólogos diversas soluções; cada uma delas explica um aspecto da questão, mas deixa outros obscuros. Diremos, em suma, que o sacrifício da missa não é igual em tudo aos outros sacrifícios: a) Nos outros, a vítima está presente antes do sacrifício, e é um ser real e sensível; na missa só se torna presente no momento da imolação, e não se mostra à vista, por se ocultar nas espécies de pão e vinho.

b) O sacerdote causa certa mudança nesta vítima, enquanto pela virtude das suas palavras faz com que esteja no pão o corpo de Cristo e no cálice o sangue. Representa-se deste modo a morte de Jesus, em que se deu a separação do corpo e do sangue.

⁽¹⁾ «Uma e a mesma é a vítima, o mesmo que outrora se ofereceu na Cruz é quem a oferece agora por ministério dos sacerdotes, variando só a maneira de oferecer-se. Concílio de Trento, ses. 22, cap. 2. D. 940.

⁽²⁾ Missal. *Dos defeitos ocorrentes na Missa*, tit. 10, n.º 3.

Poderia alguém ainda objectar: afinal, na hóstia está todo o corpo e sangue como no cálice; portanto, no sacrifício da missa não se dá separação entre os dois.

Resposta. — Realmente assim é; mas também é verdade que se dá certa separação. O vinho representa o sangue, e as palavras da sua consagração tendem de si a transubstanciar em sangue o vinho do cálice; só porque o sangue de Cristo está unido ao seu corpo, é que também este se encontra sob as espécies do vinho. E facto análogo sucede na consagração da hóstia. Portanto, a acção do sacerdote tende de si a separar o sangue e o corpo de Cristo.

2.^a — Das palavras citadas de Pio XII parece deduzir-se claramente que é essencial não só a consagração mas também a oblação.

Resposta. — Na própria consagração está já incluída a oblação. Com efeito, assim como Cristo, pelo simples facto de morrer livremente, como morreu na cruz *pela redenção do mundo*, derramava e simultâneamente oferecia aquele sangue pela redenção dos homens, assim também, ao instituir livremente o sacrifício da missa, no qual se renova o sacrifício da cruz, faz que este sacrifício incruento seja ao mesmo tempo oblação da vítima nele imolada pela salvação do género humano.

Nota

778. Diferenças entre o sacrifício da missa e o sacrifício da cruz. — 1. Na cruz ofereceu-se Cristo cruenta e dolorosamente; no altar, sem derramamento de sangue nem dor.

2. Na cruz, Cristo era o único sacerdote; na missa oferece-se por meio do sacerdote seu ministro.

3. Na cruz operou-se a redenção do mundo, foi

dado o preço da nossa redenção; na missa aplicam-se-nos os frutos dessa redenção.

RESUMO. — *Que é a missa e qual a sua parte essencial? Como se prova pelo raciocínio? Como pode a Consagração ser sacrifício, se nela Cristo não sofre mudança nem tormento? Ainda que o sacerdote converta com suas palavras o pão no corpo e o vinho no sangue, como pode a consagração ser sacrifício, se Jesus Cristo está todo sob as espécies do pão e sob as espécies do vinho? Que diferenças há entre o sacrifício da Cruz e o sacrifício da missa?*

CAPÍTULO VII

SACRAMENTO DA PENITÊNCIA

779. Noções prévias.—A) **Noção do Sacramento.** — O sacramento da penitência é aquele em que se dá a absolvição dos pecados aos que deles estão arrependidos.

B) **Chama-se penitência a este sacramento.** — Porque, para o poder receber, é necessário fazer *penitência* dos pecados, isto é, arrepender-se deles.

780. C) Significados da palavra «penitência». — A palavra «penitência» tem vários sentidos:

1. Qualquer acto da nossa vontade, pelo qual deploramos ter feito uma acção, chama-se *penitência* do latim «*paenitentia*» e em melhor português diríamos hoje *arrependimento*. Por isso alguns até de acções boas se arrependem, por exemplo, de ter feito uma promessa que lhes é penoso cumprir.

2. Com mais propriedade se chama *penitência* o acto pelo qual detestamos ou nos doemos de uma falta, isto é, lamentamos havê-la cometido.

3. O sentido ordinário, em português, da palavra «*penitência*» é o de uma obra custosa mas agradável a Deus, em cuja honra a fazemos; por exemplo, estar ajoelhado durante a oração ou com os braços em cruz, sofrer com paciência as contrariedades, etc.

4. Chama-se também *penitência* ao sacramento da confissão pela razão apresentada.

5. Dá-se, finalmente, esse nome à boa obra que o confessor impõe a quem se confessa, em satisfação dos seus pecados.

De todos estes sentidos, o segundo é o mais rigoroso. A *penitência*, propriamente, é um acto da vontade, pelo qual lamentamos ou detestamos as ofensas feitas a Deus. As obras custosas feitas para agradar a Deus, só são, propriamente, obras de *penitência* quando praticadas para reparar uma culpa, ou satisfazer o castigo por ela merecido.

781. Divisão da *penitência* propriamente dita. — O acto da vontade, pelo qual detestamos ou lamentamos ter ofendido a Deus, pode ser *natural* ou *sobrenatural*. Se ele se funda em que a fé ensina que ofendemos a Deus com essa culpa e ficamos merecendo castigo — a *penitência* é *sobrenatural*, porque a fé de que procede, também o é.

Se ele se funda em que a razão no-lo ensina, será *penitência natural*. Deste modo, o pagão que se arrepende de ter ofendido a Deus faz um acto de *penitência natural*; o cristão que se arrepende de ter cometido um pecado, só porque esse pecado lhe causou uma doença, pratica um acto de *penitência natural*.

RESUMO. — Que é o sacramento da *penitência*? Qual a razão de tal nome? Quais são os diversos sentidos da palavra «*penitência*»? Qual deles é o mais rigoroso? Quando se chama propriamente *penitência* às obras difíceis feitas por amor de Deus? Quando é *sobrenatural* a *penitência*, e quando *natural*?

ART. 1.º — EXISTÊNCIA NA IGREJA
DO PODER DE PERDOAR OS PECADOS
AOS JÁ BAPTIZADOS

TESE. A Igreja tem o poder de perdoar todos os pecados aos baptizados.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

782. Adversários. — Dividem-se em duas classes: 1.º, os que negam, em geral, que a Igreja pode perdoar qualquer pecado; 2.º, os que negam que os pode perdoar todos.

1. Os *protestantes antigos*, ensinaram que a Igreja não perdoava os pecados. Para obter o seu perdão basta ter confiança em que pelos méritos de Jesus Cristo, os pecados tinham sido perdoados. À Igreja só competia declarar ao pecador: os teus pecados estão perdoados, não porque eu tos perdoe, mas porque a tua confiança tos perdoou.

2. Os *protestantes modernistas* pretendem que tudo o que se refere à confissão e perdão dos pecados é pura invenção dos homens.

3. No século II, os *montanistas*, negaram à Igreja o poder de perdoar certos pecados, a que chamavam por isso irremissíveis: a apostasia, o homicídio, o adultério e a fornicação.

4. Coisa parecida ensinaram no século III os *novacianos*; mais tarde ousaram afirmar, que eram irremissíveis todos os pecados graves.

Provas

783. A) Tradição. — «Então o Senhor instituiu o sacramento da penitência, principalmente quando, ressuscitado de entre os mortos, soprou sobre os dis-

cípulos dizendo: «*Recebei o Espírito Santo. Àquele a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados, e àqueles a quem os retiverdes ser-lhes-ão retidos*». Sempre entenderam unânimemente todos os Padres (da Igreja), que, com essa tão manifesta acção e palavras tão claras foi concedido aos Apóstolos e seus legítimos sucessores o poder de perdoar e reter os pecados em ordem a reconciliar os fiéis caídos (em pecado) depois do baptismo; e a Igreja Católica, com toda a razão, reprovou e condenou como hereges aos *novacianos*, que outrora negavam pertinazmente o poder de perdoar» (1).

«Se alguém disser que na Igreja Católica a penitência não é verdadeira e pròpriamente um sacramento instituído por Cristo Nosso Senhor para reconciliar os fiéis todas as vezes que caem em pecado depois do baptismo, seja anátema» (2).

784. B) Escritura. — A Igreja possui e conserva perpétuamente o poder que Jesus Cristo confiou aos Apóstolos para o governo da mesma. Ora aos Apóstolos foi dado o poder de perdoar todos os pecados.

Com efeito, no próprio dia da Ressurreição Jesus appareceu-lhes e disse-lhes: «*Como o Pai me enviou, assim eu vos envio a vós... Recebei o Espírito Santo. Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados e àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos*» (3). Deste modo Jesus Cristo que tinha o poder de perdoar os pecados, como Deus que era, comunicou esse mesmo poder à Igreja, não excluindo dele nenhum: «*Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados*».

(1) Concílio de Trento, ses. 14, cap. 1. D. 894.

(2) No mesmo Concílio, cân. 1, do Sacramento da penitência. D. 911.

(3) «*Sicut misit me Pater, et ego mitto vos... Accipite Spiritum sanctum: quorum remiseritis peccata remittuntur eis: et quorum retinueritis, retenta sunt*». S. João, xx, 21 e 24.

Dificuldades

785. 1.^a dificuldade. — Jesus Cristo, refutando as calúnias dos Fariseus, proferiu estas palavras: «*Todo o pecado e blasfêmia serão perdoados aos homens, mas a blasfêmia contra o Espírito* ⁽¹⁾ *não lhes será perdoada. A quem disser uma palavra contra o Filho do homem ser-lhe-á perdoada; mas a quem a disser contra o Espírito Santo, não lhe será perdoada nem neste mundo nem no outro*» ⁽²⁾.

Resposta. — Jesus pronunciou essas palavras, quando, depois de ter curado um endemoninhado, os judeus disseram que o tinha feito em nome de Belzebu, príncipe dos demónios. A explicação das palavras de Cristo é, portanto, a seguinte. Se rejeitas obstinadamente as provas que vos são dadas para a vossa conversão, não podereis obter o perdão das vossas culpas. Se pecásseis contra mim, como simples homem, poderíeis ser perdoados; mas se, conhecendo ou devendo reconhecer que eu faço obras que só pode operar quem tem em si o Espírito de Deus, apesar disso não as quereis admitir, então não podeis ser perdoados, pois quereis permanecer no vosso pecado.

786. 2.^a dificuldade. — S. Paulo parece indicar que é impossível aos apóstatas fazer penitência. *É impos-*

⁽¹⁾ É o pecado que directa e conscientemente vai contra a Verdade. Como dela há-de vir a salvação, o que a impugna fecha a si mesmo a porta da salvação, e por isso é que o seu pecado é irremissível. — (N. do T.).

⁽²⁾ «*Omne peccatum et blasphemia remittetur hominibus; Spiritus autem blasphemia non remittetur. Et quicumque dixerit verbum contra Filium hominis, remittetur ei; qui autem dixerit contra Spiritum Sanctum, non remittetur ei, neque in hoc saeculo, neque in futuro*». S. Mateus, XII, 31 e 32.

sível que os que uma vez foram iluminados... e depois caíram, tornem a ser renovados pela penitência» (1).

Resposta. — Essa passagem deve entender-se assim: Se depois de baptizados e instruídos na fé, depois de terem recebido tantos benefícios, ainda apostatam, já não farão penitência para voltar ao estado em que se encontravam. S. Paulo não diz que embora se arrependam não lhes será perdoado esse pecado mas que é impossível, no sentido de que é muito difícil, a conversão nessas circunstâncias. Também dizemos que é impossível a cura de um doente, quando, apesar de todos os remédios, continua no mesmo estado grave. Com isto não negamos que Deus o possa curar por um milagre; afirmamos simplesmente que, segundo o curso ordinário de determinada doença, é impossível a cura.

RESUMO. — Qual é a opinião dos protestantes sobre o poder da Igreja para perdoar os pecados, e qual a dos modernistas, montanistas e novacianos? Como se demonstra pela Tradição e Escritura que a Igreja pode perdoar todos os pecados? Como se explica a passagem de S. Mateus, cap. XII, v. 31 e seguintes, em que parece afirmar Jesus Cristo, que certos pecados contra o Espírito Santo são irremissíveis? Como se explica o texto semelhante de S. Paulo, no cap. VI, v. 4, da epístola aos hebreus?

(1) «Impossibile est enim eos qui semel illuminati, gustaverunt etiam donum caeleste, et participes facti sunt Spiritus sancti, gustaverunt nihilominus bonum Dei verbum, virtutesque saeculi venturi, et prolapsi sunt, rursus renovari ad poenitentiam». Hebreus, vi, 4 a 7.

ART. 2.º — NATUREZA DO PODER
DE PERDOAR OS PECADOS

TESE. O poder de perdoar os pecados é judicial.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

787. Explicação. — Chama-se *poder judicial* ao que possui o juiz como tal; *actos judiciais*, os que ele como tal pratica, e não como pessoa privada ou no desempenho de outra magistratura — a de advogado, por exemplo.

Juiz é a pessoa constituída pela legítima autoridade para sentenciar segundo o direito.

Sentença é a decisão dada pelo juiz depois de tratar a causa em processo judicial, isto é, em juízo.

Juízo é a discussão e decisão de uma causa feita pelo juiz.

Distinguem-se duas espécies de juízos: *criminaes* e *contenciosos*. Nos primeiros, discute-se a culpabilidade de um crime, por exemplo, um assassinato, um roubo, uma injúria; no segundo, averigua-se a quem pertence o direito a uma coisa, por exemplo, a uma herança, mercadoria, etc.

Chama-se *acusador*, em causa criminal, a pessoa que delata o crime ao juiz e se encarrega de levar as provas a juízo; *denunciante*, a pessoa que delata um crime, sem tomar sobre si o encargo de o provar; *réu*, a pessoa, inocente ou culpada, que é acusada diante do juiz.

Estas noções servem para melhor entender o que vamos provar: — a Igreja, ao perdoar os pecados fá-lo por um acto judicial, que só praticam os juizes como tais.

Adversários. — Os *protestantes*.

Provas

788. A) Tradição. — 1. «Se alguém disser que a absolvição sacramental do sacerdote não é um acto judicial..., seja anátema» ⁽¹⁾.

2. Jesus Cristo «deixou aos sacerdotes, vigários seus, como presidentes e juizes, aos quais hão-de ser levados todos os pecados mortais, em que tiverem caído os fiéis, para que eles... pronunciem a sentença de remissão ou retenção dos pecados» ⁽²⁾.

789. B) Escritura. — Não há na Escritura nenhum texto em que se diga expressamente que o poder de que tratamos é judicial; encontramos, porém, os elementos necessários para o concluirmos. Com efeito, a Igreja dará esse perdão por um acto judicial se, em causa criminal, e em virtude da sua autoridade legítima e pública, pronuncia a sentença que o réu merece. São estas as condições de um acto judicial.

Ora os ministros da Igreja possuem a devida autoridade, ou seja, estão publicamente constituídos juizes, pois Cristo, autor e cabeça da Igreja, comunicou essa missão aos Apóstolos e seus sucessores. Essa autoridade deve-se exercer segundo mereça o acusado, pois não é lícito pensar que Jesus Cristo concedesse o poder de perdoar ou não os pecados, segundo mero capricho dos juizes. Trata-se, finalmente, de uma causa criminal, visto que os pecados são injúrias feitas a Deus.

Consequências

790. 1.ª Necessidade de jurisdição para poder absolver. — Não basta ter a carreira de juiz, com os conhecimentos e recursos que ela importa, para se exercer válidamente o ofício de juiz; é preciso também

⁽¹⁾ Concílio de Trento, ses. 14, cân. 9, do Sacramento da penitência. D. 919.

⁽²⁾ No mesmo lugar, cap. 5. D. 899.

possuir jurisdição. Também o juiz de uma comarca não pode sê-lo enquanto lha não confiam, e se estiver em disponibilidade, não poderá exercer as suas funções em nenhuma. De modo semelhante, o sacerdote não poderá absolver válidamente senão as pessoas sobre as quais lhe tenha sido dada jurisdição.

«Porque a natureza... do juízo exige que se dê sentença unicamente sobre os súbditos...; o Sínodo confirma ser absolutamente verdade que não tem força nenhuma a absolvição pronunciada pelo sacerdote sobre aquele em que não tem jurisdição» ⁽¹⁾.

791. 2.^a Reservação de alguns pecados.—Poderá, igualmente, ser reservado o poder de perdoar certos pecados a determinado número de sacerdotes, como o poder civil reserva a determinados tribunais o julgamento de certas causas.

792. 3.^a Necessidade de declarar os pecados.—Se a absolvição é um acto judicial, uma verdadeira sentença, supõe o conhecimento dos crimes. Ora estes não se podem conhecer senão por declaração do próprio réu, uma vez que o pecado consiste na má vontade do pecador. É, portanto, necessária a confissão, ou seja, a acusação dos próprios pecados antes da absolvição. Dada a sua importância, trataremos este ponto mais adiante, em artigo à parte.

RESUMO.—*A que se chama poder judicial? Que se entende por juiz, sentença, juízo, acusado, denunciante e réu? Que é o juízo criminal? É o contencioso? Quem nega que o perdão dos pecados pela penitência é um acto judicial? Como se prova pela Tradição que o é? E como se deduz da Escritura? Quais são as consequências da tese anterior, quanto à necessidade da jurisdição em quem absolve e à de acusar os pecados? Como se deduzem essas consequências da doutrina da tese?*

(1) Concílio de Trento, ses. 14, cap. 7. D. 903.

**ART. 3.º — IMPOSSIBILIDADE DE OBTER
O PERDÃO DOS PECADOS GRAVES,
INDEPENDENTEMENTE DO PODER DADO
À IGREJA PARA OS PERDOAR**

TESE. Os baptizados não podem obter o perdão das culpas graves independentemente do poder dado à Igreja.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

793. Adversários. — *Wiclef*, os protestantes e o espanhol *Pedro Osma* ensinaram que não era necessário recorrer ao poder, dado à Igreja, de perdoar pecados, para obter o seu perdão ⁽¹⁾.

Provas

794. A) Tradição. — Está condenada como herética, por Sixto IV, a seguinte proposição de Pedro de Osma: «Os pecados mortais, quanto à culpa e à pena da outra vida, são perdoados pela simples contrição sem a confissão» ⁽²⁾.

Portanto, contra o que pretendia Pedro de Osma, não basta a contrição para obter o perdão dos pecados; é necessário recorrer, de algum modo, ao poder dado à Igreja para os perdoar.

795. B) Escritura. — 1.ª Deduz-se das duas considerações seguintes: a) Uma vez que o cristão recorre ao poder da Igreja para obter o perdão dos pecados, e este lhe foi negado, não lhe fica à disposição outro

(1) Pedro Rartínez, chamado de Osma, lugar do seu nascimento, ensinou em Salamanca. Várias proposições suas foram condenadas como heréticas. Antes, porém, de morrer retratou os seus erros.

(2) Bula *Licet ea*, de 19 de Agosto de 1479. D. 725 e 733.

meio senão o de recorrer de novo a esse mesmo poder. A razão disto está em que Jesus Cristo declarou aos seus Apóstolos, que seriam perdoados os pecados daqueles a quem eles os perdoassem, e retidos os daqueles a quem os retivessem.

Ora não seria verdade que ficavam retidos os pecados daqueles a quem os Apóstolos os retivessem, se, independentemente, fosse possível conseguir, por outro meio, o perdão, por exemplo, mediante a contrição.

b) Sendo, pois, verdade que um cristão a quem a Igreja reteve os pecados, não tem outro meio senão recorrer de novo a ela para obter o perdão, segue-se que, antes de recorrer a primeira vez, também não dispunha de outro meio.

Com efeito, suponhamos que antes tinha à sua disposição dois meios, por exemplo, confessar os pecados ao sacerdote ou fazer um acto de contrição, e que depois de recorrer ao poder da Igreja só ficaria com direito ao primeiro. O mais prático então seria não recorrer nunca à Igreja, pois desse modo poder-se-ia usar sempre do segundo meio, e obter o perdão dos pecados pela contrição. A consequência seria que, na prática, os fiéis não recorreriam nunca à Igreja em busca do perdão dos pecados, e assim Jesus Cristo teria confiado à Igreja um poder inútil.

Ora de nenhum modo podemos supor que Cristo conferiu à Igreja um poder inútil. Por conseguinte, não é possível obter o perdão dos pecados, independentemente do poder dado à Igreja para os perdoar.

796. 2.^a Para o perdão dos pecados, é tão necessário o poder da Igreja como a chave de uma casa para nela entrar, ou como tirar a um preso as algemas para ficar com as mãos livres.

Com efeito, Jesus Cristo disse a S. Pedro: *«Dar-te-ei as chaves do reino dos Céus. Tudo o que atares sobre a terra será atado também nos céus, e tudo o que desatares sobre a terra será desatado também nos*

céus» (1). Estas últimas palavras foram igualmente dirigidas a todos os Apóstolos (2). Segue-se, portanto, que é absolutamente necessário recorrer ao poder da Igreja para obter o perdão dos pecados. Por outras palavras, não se pode obter o perdão independentemente desse poder.

Dificuldades

797. 1.ª dificuldade. — Se estas razões provassem, também uma vez que a Igreja se tivesse recusado a perdoar-nos os pecados veniais, não poderíamos obter o seu perdão senão recorrendo de novo a ela. Ora isto é falso.

Resposta. — É muito diferente, sob este aspecto, a condição dos pecados mortais e dos veniais. Cristo deu à Igreja o poder de perdoar pecados, principalmente por causa dos pecados graves, os quais se nesta vida não são perdoados, nunca mais o serão. Os veniais, pelo contrário, se não forem perdoados nesta vida sê-lo-ão na outra, pois quem morre na graça de Deus tem direito ao céu, e nele não entra pecado algum. Deus obrigou os cristãos a obter da Igreja o perdão dos pecados graves, mas não dos veniais: quanto a estes deixou-o à nossa liberdade.

798. 2.ª dificuldade. — Se é verdade que não se pode conseguir o perdão dos pecados, independentemente do poder concedido à Igreja, também a contrição perfeita os não perdoará. Ora isto é falso.

Resposta. — Na contrição perfeita, como veremos um pouco adiante, está necessariamente incluído o acto de amor de Deus sobre todas as coisas. Ora

(1) «*Et tibi dabo claves regni caelorum; et quodcumque ligaveris super terram erit ligatum et in caelis, et quodcumque solveris super terram erit solutum et in caelis*». S. Mateus, xvi, 19.

(2) S. Mateus, xviii, 18.

quem ama a Deus sobre todas as coisas, está disposto a cumprir tudo o que Deus manda; quer, portanto, obter o perdão dos seus pecados e recorrer para isso aos meios necessários. Há, pois, neste caso o desejo de recorrer à Igreja, em busca de perdão, e é por isso, que a contrição perfeita não apaga os pecados independentemente do poder respectivo da Igreja.

Nota

799. Remissão dos pecados veniais. — 1. Os justos podem conseguir o perdão dos pecados veniais por todos os meios com que se consegue o dos mortais: *baptismo, martírio, contrição perfeita, acto de amor de Deus, sacramento da penitência, e qualquer outro acto bom* em que se retrate a complacência ou affecto deliberado ao pecado venial ⁽¹⁾.

2. A quem não está na graça de Deus, só é possível obter o perdão dos pecados veniais pelos mesmos meios com que se alcança o dos mortais, pois enquanto se é inimigo de Deus, não se pode obter perdão de nenhum pecado, por mais leve que seja, cometido contra quem foi por nós gravemente ofendido.

RESUMO. — *Quem negou a impossibilidade de obter o perdão dos pecados mortais cometidos depois do baptismo, independentemente do poder de os perdoar, concedido à Igreja? Como se prova essa impossibilidade pela Tradição e Escritura? Porque não se opõe a esta doutrina o facto de se obter o perdão dos pecados veniais independentemente do poder da Igreja? Porque não se opõe igualmente o facto de a contrição perfeita perdoar os pecados graves? Como podem os justos obter o perdão dos pecados veniais? E aqueles que não estão na graça de Deus?*

(1) Não há obrigação de confessar os pecados veniais, nem sequer no cumprimento pascal. É, contudo, muito conveniente fazê-lo. No caso de haver só pecados veniais, convém juntar algum ou alguns pecados da vida passada para maior dor e assegurar melhor a validade do Sacramento.

A dita acusação pode fazer-se: ou em geral de todos os pecados da vida passada, ou dos pecados contra algum ou alguns dos mandamentos, ou ainda de algum pecado em particular. — (N. do T.).

ART. 4.º — EXISTÊNCIA DO SACRAMENTO DA PENITÊNCIA

800. Nos artigos precedentes ocupámo-nos do poder dado à Igreja de perdoar pecados; não dissemos, porém, se esse poder se exerce ou não, por meio de um sacramento. Desta questão trataremos nos artigos seguintes.

TESE. A penitência é um sacramento.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

801. **Explicação.** — Entendemos aqui por *penitência* o acto pelo qual a Igreja absolve dos pecados a quem, devidamente disposto, a ela recorre em busca da absolvição.

Adversários. — Os *protestantes*.

Provas

802. **A) Tradição.** — 1. «Se alguém disser que na Igreja Católica a penitência não é verdadeira e propriamente sacramento para reconciliar com Deus os fiéis, todas as vezes que caírem em pecado depois do baptismo..., seja anátema» ⁽¹⁾.

2. «Se alguém disser que aquelas palavras do Salvador — *Recebei o Espírito Santo: àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados...* — não se devem entender do poder de perdoar e reter os pecados no sacramento da penitência, como a Igreja Católica desde o princípio sempre as entendeu..., seja anátema» ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Concílio de Trento, ses. 14, cân. 1, do Sacramento da penitência. D. 911.

⁽²⁾ Concílio de Trento, ses. 14, cân. 3, do Sacramento da penitência. D. 913.

803. B) Escritura. — A penitência será um sacramento, se for, segundo a Escritura, um sinal exterior instituído por Jesus Cristo para conferir a graça santificante.

Ora que foi instituído por Cristo manifestam-no as palavras tantas vezes citadas: «*Recebei o Espírito Santo...*» ⁽¹⁾.

Trata-se igualmente de um sinal ou acção exterior, pois o penitente deve evidentemente saber se a Igreja lhe perdoa ou não os pecados; ora isto seria impossível se a Igreja não lho dissesse de uma maneira sensível.

Por este sinal exterior concede-se a graça santificante, como se conclui do Tratado da Graça, onde vimos que o perdão dos pecados é um dos seus efeitos.

RESUMO. — *Que entendemos por penitência, ao affirmarmos que é um sacramento? Quem nega a existência deste sacramento? Como se prova pela Tradição e Escritura?*

ART. 5.º — MATÉRIA E FORMA DA PENITÊNCIA

TESE. A matéria do sacramento da penitência são os actos do pecador: *contrição, confissão e satisfação*; a forma, as palavras da absolvição que o ministro da Igreja pronuncia.

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina comum quanto à matéria; doutrina católica quanto à forma.*

804. Explicação. — *Contrição* é o acto da vontade pelo qual detestamos o pecado cometido e nos arrependemos dele, com propósito de não voltar a pecar. *Confissão* é a acusação dos pecados feita ao

⁽¹⁾ «*Accipite Spiritum sanctum; quorum remiseritis peccata, remittuntur eis; et quorum retinueritis, retenta sunt*». S. João, xx, 22 e 23.

confessor para obter a absolvição. *Satisfação* é a aceitação voluntária da boa obra imposta pelo sacerdote como reparação pelos pecados.

805. Adversários. — Da primeira parte são os escotistas, segundo os quais a essência do sacramento consiste só na absolvição; e a contrição, confissão e satisfação, não são estritamente matéria essencial do sacramento, mas partes integrantes do mesmo, como as mãos no homem são partes integrantes do seu ser, mas não essenciais.

Provas

806. A) Tradição. — a) **Quanto à matéria.** — «Se alguém negar que para o inteiro e perfeito perdão dos pecados se requerem no penitente três actos, (que são) como matéria do sacramento da penitência, a saber: contrição, confissão e satisfação..., seja anátema» ⁽¹⁾.

b) **Quanto à forma.** — «Ensina também o santo Concílio que a forma do sacramento da penitência, na qual está principalmente a sua força, consiste naquelas palavras do ministro: *Eu te absolvo*, etc.» ⁽²⁾.

807. B) Escritura. — a) **Quanto à matéria.** — «Se o pecador *fizer penitência de todos os seus pecados..., viverá...; se o justo se apartar da sua justiça e cometer a iniquidade..., morrerá... no seu pecado*» ⁽³⁾. Deus não quer «*que ninguém pereça, mas que todos se convertam à penitência*» ⁽⁴⁾.

A Escritura ensina nestas duas passagens que a penitência ou arrependimento dos pecados é necessário

⁽¹⁾ Concílio de Trento, ses. 14, cân. 4 do Sacramento da penitência. D. 914.

⁽²⁾ No mesmo lugar, cap. 3. D. 896.

⁽³⁾ «*Si autem impius egerit poenitentiam ab omnibus peccatis suis... vivet... Si autem averterit se iustus a iustitia sua, et fecerit iniquitatem... in peccato suo... morietur*». Ezequiel, XVIII, 21 e 24.

⁽⁴⁾ «*Nolens aliquos perire, sed omnes ad poenitentiam reverti*». II S. Pedro, III, 9.

para alcançar o seu perdão; portanto, também o será no sacramento da penitência.

A necessidade de acusar os pecados, prová-la-emos ao tratar da necessidade da confissão.

Quanto à satisfação, a Escritura não nos diz que entra no sacramento da penitência; é a Tradição que no-lo ensina.

Como se vê, o argumento da Escritura não prova que a contrição ou arrependimento dos pecados e a sua acusação constituam a matéria do sacramento; mostra unicamente a sua necessidade para obter o perdão.

b) **Quanto à forma.** — «*Aqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados, e àqueles a quem os retiverdes ser-lhes-ão retidos*» ⁽¹⁾. Como, além destas, a Escritura não faz menção de outras palavras, ao falar do poder dado à Igreja de perdoar os pecados, é evidente que, quando ela absolve o penitente, as palavras com que o faz são a forma do sacramento.

Notas Complementares

808. 1.^a Razão porque a contrição, confissão e satisfação não se chamam matéria, mas quase-matéria do sacramento. — No documento do Concílio de Trento, citado em primeiro lugar, não se diz que estes actos do penitente, são a matéria, mas «como matéria» do sacramento. Funda-se isto em que geralmente, nos sacramentos, a matéria é uma coisa real, palpável — água no baptismo, pão e vinho na eucaristia, azeite benzido na extrema-unção. Na penitência, ao contrário, a matéria são os actos do penitente que não são palpáveis.

(1) «*Quorum remisistis peccata, remittuntur eis; et quorum retinueritis, retenta sunt*». S. João, xx, 23.

809. 2.^a A satisfação não é tão necessária como a contrição ou a confissão. — Para poder ser absolvido, é necessário que o penitente, de facto, se confesse e tenha dor dos seus pecados. Sem isso, por mais que o absolvam não ficará perdoado, porque a contrição e confissão são partes necessárias do sacramento. Pelo contrário, ainda que não cumprisse a penitência (boa obra) que o confessor lhe impôs, a confissão seria válida, ficando os pecados perdoados. Mas não cumprir a penitência, culpavelmente, é pecado grave, se os pecados confessados eram graves; venial, se veniais. Não cumprir por esquecimento ou justa causa, não é pecado.

É, portanto, absolutamente necessário, ao confessar-se estar disposto a cumprir a satisfação que o sacerdote impuser; mas depois da confissão, não é absolutamente necessário, para a validade do sacramento, cumprir essa satisfação. Esta é a doutrina da Igreja.

Mais ainda. Se, depois de a ter aceite e se ter retirado do confessionário, parecer ao penitente que a satisfação imposta é excessiva, pode recorrer a outro confessor e apresentar-lhe as suas razões. Se o novo confessor lha comutar por outra mais suave, o penitente deixa de estar obrigado ao cumprimento da primeira. É claro que pode igualmente propor o caso ao primeiro confessor antes ou depois de se retirar do confessionário.

810. 3.^a Necessidade do propósito de emenda. — É também necessário para obter o perdão dos pecados ter propósito de emenda, quer dizer, estar decidido a emendar-se. Com efeito, sabemos que a contrição é necessária. Ora a contrição, tal como a definimos, servindo-nos das palavras do Concílio de Trento, é a «dor e detestação do pecado cometido, com propósito de não pecar mais» ⁽¹⁾.

(1) Concílio de Trento, ses. 14, cap. 4. D. 897.

Pela sua própria natureza, o acto de dor dos pecados inclui equivalentemente o propósito de emenda, e por isso a confissão fica bem feita, mesmo que, havendo verdadeira contrição, não se fizesse com propósito expresso de emenda. Na prática, porém, convém fazer, antes da confissão, propósito expresso de se emendar.

811. 4.^a Ministro da penitência. — «Se alguém disser..., que os sacerdotes não são os únicos ministros da absolvição..., seja anátema» ⁽¹⁾. É pois esta uma verdade de fé.

812. 5.^a Sujeito da penitência. — Pode receber este sacramento todo aquele que depois do baptismo caiu em pecado mortal ou venial.

813. 6.^a Cerimónias da penitência. — O sacerdote abençoa o penitente antes da confissão; ao fim desta, absolve-o, e recita por ele uma breve oração.

RESUMO. — Como se define contrição, confissão e satisfação, tratando-se do sacramento da penitência? Como se demonstra pela Tradição que esses três actos são como matéria do sacramento, e que a forma consiste nas palavras com que o sacerdote absolve? Como se demonstra o mesmo pela Escritura, quanto à contrição, confissão e absolvição? Porque não se diz que a contrição, confissão e satisfação são a matéria, mas como matéria, do sacramento? Quanto à satisfação, em que sentido é ou não necessário para a validade do sacramento? Porque é necessário o propósito de emenda? É válida a confissão feita com verdadeira contrição e sem propósito expresso de emenda? Quem é o ministro da penitência? Quem é o sujeito? Quais são as cerimónias deste sacramento?

(1) No mesmo lugar, cân. 10 do Sacramento da penitência. D. 920.

ART. 6.º — EFICÁCIA DA CONTRIÇÃO
PERFEITA

TESE. Quando a contrição é perfeita, perdoam-se os pecados mesmo sem se receber, de facto, o sacramento da penitência.

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina teològicamente certa.*

814. Explicação. — Segundo vimos, *contrição* é a dor e detestação dos pecados cometidos, com propósito de não mais os cometer.

Contrição perfeita e imperfeita. — *Contrição perfeita* é aquela em que, porque amamos a Deus sobre todas as coisas, visto que Ele é o mais excelente dos seres, nos pesa de ter pecado e detestamos as nossas faltas. Assim, por exemplo, um blasfemo que sinceramente dissesse: «Meu Deus, arrependo-me de ter blasfemado, porque vos amo sobre todas as coisas, e a blasfémia vos ofende; não quero por isso voltar mais a pecar» — teria feito um acto de contrição perfeita.

Contrição imperfeita ou *atrição*, é aquela em que detestamos o pecado e propomos não mais pecar, por causa das consequências do pecado: perda da graça e da glória e castigos nesta ou na outra vida. À semelhança do caso anterior, movido de contrição imperfeita, diria: «Meu Deus, pesa-me de ter blasfemado e proponho firmemente não pecar mais, porque não quero ir para o inferno, ou não quero perder o céu». Teria assim feito um acto de *atrição*.

815. Adversários. — Segundo *Baio*, a contrição perfeita nem sempre perdoa os pecados.

Provas

816. A) Tradição. — 1. O Concílio de Trento ensina que algumas vezes a contrição é perfeita, e «reconcilia o homem com Deus, antes de se receber, de facto, este sacramento de penitência» ⁽¹⁾.

2. Está condenada por S. Pio V a doutrina oposta de Baio. Uma das suas proposições dizia: «Pela contrição, mesmo acompanhada de caridade e do propósito de receber o sacramento (da penitência), não se perdoa o pecado, a não ser em caso de necessidade ou de martírio» ⁽²⁾.

Logo, é verdade que a contrição perfeita perdoa os pecados mesmo sem se receber o sacramento da penitência, não só em caso de necessidade mas também em todos os outros.

817. B) Escritura. — Segundo a Escritura, quem ama a Deus é amado por Ele. «*Eu amo aos que me amam*» ⁽³⁾. «*Quem me ama, será amado de meu Pai*» ⁽⁴⁾. «*Deus é caridade, e quem permanece na caridade (de Deus), permanece em Deus e Deus nele*» ⁽⁵⁾.

Daqui se deduz que o amor de Deus perdoa os pecados. Com efeito, se quem ama a Deus é amado por ele, segue-se que não é reprovado por ele, nem permanece em pecado, pois quem é amigo de Deus não está separado dele, como se encontra o pecador.

Por conseguinte, a contrição perfeita é a dor dos pecados, motivada pelo amor de Deus sobre todas as coisas, e se este amor perdoa os pecados, também os perdoa a contrição perfeita, que inclui esse amor.

(1) Concílio de Trento, ses. 14, cap. 4. D. 898.

(2) Bula *Ex omnibus afflictionibus*, de 1 de Outubro de 1567. D. 1071.

(3) «*Ego diligentes me diligo*». Provérbios, VIII, 17.

(4) «*Qui autem diligit me, diligetur a Patre meo*». S. João, XIV, 21.

(5) «*Deus charitas est, et qui manet in charitate, in Deo manet, et Deus in eo*». I S. João, IV, 16.

RESUMO. — *Como se define a contrição em geral? Em que consiste a contrição perfeita? Que é contrição imperfeita ou atrição? Quem negou que a contrição perfeita perdoa sempre os pecados, ainda antes de se receber o sacramento da penitência? Como se prova pela Tradição e Escritura, que os perdoa de facto?*

Notas Complementares

818. 1.^a Não só a contrição perfeita, mas o simples acto de amor de Deus sobre todas as coisas perdoa os pecados. — 1. Acabámos de ver na prova da Escritura que é o amor de Deus que perdoa os pecados. Portanto, nem é necessário o acto de contrição para obter o perdão dos pecados fora da confissão. Bastará um simples e sincero acto de amor de Deus, como este: «Meu Deus, amo-vos sobre todas as coisas, porque vós assim o mereceis». Por isso estão condenadas, entre outras, as seguintes proposições de Baio: «A caridade perfeita e sincera... pode dar-se sem o perdão dos pecados». «Aquela caridade que é a plenitude da lei (isto é, o amor de Deus sobre todas as coisas) não anda sempre unida com o perdão dos pecados». «Um homem que esteja em pecado mortal... pode ter verdadeira caridade, e a caridade, mesmo perfeita, pode unir-se com o reato da eterna condenação» (1).

819. 2. Já provámos que o facto de serem os pecados perdoados pelo acto de amor de Deus não se opõe a que seja necessário o arrependimento para se obter o perdão (2). — Com efeito, quem ama a Deus sobre todas as coisas, por esse mesmo facto odeia o pecado, que é ofensa de Deus, e propõe não mais o ofender; como a pessoa que ama a verdade aborrece,

(1) Bula *Ex omnibus afflictionibus*. D. 1031, 1032 e 1070.

(2) Cf. Art.º 1.º do cap. VI do Trat. 9.º (I — Graça).

pelo mesmo facto, a mentira, que lhe é contrária. O pecado — ofensa de Deus — é o contrário do amor de Deus.

820. 3. Contudo, para se receber o sacramento da penitência, não basta um simples acto de amor de Deus; é necessário fazer expressamente um acto de contrição, perfeita ou imperfeita. — À primeira vista, pode causar admiração que o simples acto de amor de Deus perdoe os pecados fora da confissão, e não baste para se receber válidamente esse sacramento. Mas é esta a doutrina dos Teólogos, fundada em que a contrição expressa (e não apenas a implícita, como é a que se inclui no acto de amor de Deus) faz parte da matéria do sacramento, como provámos.

821. 2.^a Para se obter o perdão, é necessário que a contrição perfeita ou imperfeita se estenda a todos os pecados mortais ainda não perdoados. — Quem, por exemplo, tivesse dez pecados mortais e se arrependesse só de nove, conservando affecto ao décimo, não teria na realidade verdadeiro arrependimento de nenhum, pelo menos, não conseguiria o perdão de nenhum. De facto, pelo que se refere ao arrependimento dos pecados, qualquer deles se opõe ao amor de Deus, faz perder a graça e leva ao inferno. Portanto, não parece possível que alguém se arrependa verdadeiramente de nove pecados mortais pelo temor do inferno, (o mesmo se diga dos outros motivos), conservando affecto ao décimo. Com effeito, se tivesse verdadeiro arrependimento dos primeiros nove, parece que pela mesma razão se arrependeria dos restantes.

Quanto ao perdão, é certo que se não consegue de nenhum pecado mortal, enquanto não houver arrependimento de todos. Razão: não se pode obter a graça santificante, que é a vida da alma, enquanto nela houver um pecado mortal, que é a sua morte, pois vida e morte são incompatíveis, simultaneamente, no mesmo sujeito. Ora, como a graça santificante

apaga todos os pecados, e por outra parte nenhum pecado grave se perdoa sem dele se estar arrependido, torna-se, por conseguinte, necessário, para alcançar o perdão, que o arrependimento ou contrição se estenda a todos os pecados mortais não perdoados.

822. 3.^a Para haver verdadeira contrição — perfeita ou imperfeita — não é necessário que ela se estenda a todos os pecados veniais. — 1. Quem, por exemplo, tivesse dez pecados veniais, e se arrependesse só de oito, ser-lhe-iam perdoados estes sòmente, e não os outros dois.

À primeira vista, poderia isto parecer contrário à doutrina da nota anterior, mas não. Antes tratávamos de pecados mortais, agora de veniais. Ora o amor de Deus, e por isso mesmo, a graça santificante, não são incompatíveis com o pecado venial. Não é, portanto, impossível que alguém, levado pelo amor de Deus, pela fealdade do pecado, pelo temor do castigo, se arrependa de oito pecados veniais e estes lhe sejam perdoados, embora não tenham arrependimento dos outros. Não se dá o mesmo com o pecado mortal, porque nenhum é compatível com o amor de Deus nem com a graça santificante.

Resumindo: pode alguém arrepender-se de um pecado venial e conseguir o seu perdão sem o arrependimento de todos; pelo contrário, não é possível obter o perdão de um pecado mortal, sem conseguir o perdão de todos, e por isso é necessário também o arrependimento de todos eles.

823. 2. Sem a explicação do número anterior não seria fácil entender o que segue: Para a confissão ser válida é necessário ter contrição dos pecados, quer por amor de Deus (*contrição perfeita*), quer pelas consequências ou castigos que Deus inflige ao pecado (*contrição imperfeita*).

Ora, muitas pessoas, que se confessam frequentemente, na prática, parecem continuar com o mesmo

afecto a certos pecados leves. Se essas pessoas tiveram verdadeira contrição dos pecados de que se acusam, como a não têm de todos, extirpando esse affecto? A resposta deduz-se da nota anterior. Quem tem várias feridas mortais, se lhe dá pena ter uma delas, pelo amor que tem à vida ou pelo temor da morte, essa pena abrange todas as outras, porque cada uma delas lhe causará necessariamente a morte. Pelo contrário, aquele que tem várias feridas leves, pode desejar a cura de algumas, porque o incomodam especialmente, e querer continuar com outras, que o incomodam menos, ou lhe proporcionam, por exemplo, certas regalias sociais. O pecado mortal é uma espécie de ferida mortal da alma; o venial uma espécie de ferida leve.

824. 4.^a Contrição dos pecados esquecidos. — Uma pessoa que tivesse cometido noventa pecados mortais e ao confessar-se julgasse, de boa fé, ter cometido só vinte, se se arrependeu desses vinte por temor do inferno ou pelos castigos que Deus, inflige a qualquer pecado mortal — por exemplo, a perda da graça santificante, do céu, a condenação ao inferno — na realidade arrependeu-se de todos os noventa, pois todos eles são contrários ao amor de Deus, e atraem esses castigos. Na prática, contudo, é preferível arrepender-se de todos os pecados graves que não nos tenham ainda sido perdoados.

825. 5.^a Para haver verdadeira contrição, tratando-se de pecados mortais, é necessário estarmos dispostos a não cometer de novo nenhum pecado mortal. — Quem se arrependesse dos pecados mortais, pelo temor do inferno, por exemplo, e, no entanto, estivesse disposto a cometê-los nalguma ocasião mais ou menos aliciante, não teria verdadeira contrição. Se a tivesse, não estaria disposto a cometer um pecado, cujas consequências são idênticas às daqueles de que diz estar arrependido.

RESUMO. — *Como se demonstra pela Escritura e Tradição que não só a contrição perfeita, mas o acto de amor de Deus sobre todas as coisas, perdoa os pecados? Porque não se opõe isto à necessidade do arrependimento para se obter o perdão? Porque é necessário, apesar disso, arrepender-se expressamente dos pecados para receber o sacramento da penitência? Porque deve a verdadeira contrição — perfeita ou imperfeita — estender-se a todos os pecados mortais não perdoados? É necessário que se estenda a todos os veniais? Porque se estende a contrição, quando é verdadeira, a todos os pecados graves esquecidos? Para a contrição ser verdadeira, tratando-se de pecados mortais, é necessário estar disposto a não voltar a ofender gravemente a Deus?*

ART. 7.º — SUFICIÊNCIA DA ATRICÃO

TESE. Para alcançar o perdão dos pecados no sacramento da penitência, não é necessária a contrição perfeita; basta a imperfeita ou atrição.

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina teologicamente certa.*

826. Explicação. — Entendemos por *atrição* a dor e detestação do pecado cometido, motivada pelo medo do inferno ou das penas temporais infligidas por Deus, unidas ao propósito de nunca mais pecar.

827. Adversários. — Houve antigamente acesa discussão entre *contricionistas* e *atricionistas*. Uns defendiam a suficiência da atrição, outros a necessidade da contrição perfeita para se receber válidamente o sacramento da penitência. Actualmente ninguém exige a contrição perfeita; é por isso, doutrina certa que basta a simples atrição.

Provas

828. A) Deduzida da atitude da Igreja perante o ensino corrente dessa doutrina. — A Igreja sabe muito bem que os missionários, pregadores e catequistas ensinam que basta a atrição para se conseguir o perdão dos pecados no sacramento da penitência, e contudo não proíbe tal doutrina. Ora se ela não fosse certa, a Igreja proibi-la-ia, para não expor os fiéis ao perigo de confissões inválidas, por se contentarem só com a atrição.

829. B) Deduzida da finalidade da confissão. — O sacramento da penitência foi instituído para perdoar pecados. Ora, se para o receber fosse necessária a contrição perfeita, nunca a penitência os perdoaria, porque antes de a receber já teriam sido perdoados pela contrição perfeita. Que o sacramento está instituído para perdoar pecados, deduz-se das palavras de Jesus Cristo aos Apóstolos: *«Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados»* ⁽¹⁾.

830. C) Deduzida da doutrina do Concílio Tridentino. — O Concílio de Trento, como vimos, só exige da parte do penitente: satisfação, confissão e contrição. A contrição define-a: «dor e detestação do pecado cometido, com propósito de não mais pecar» ⁽²⁾; ora o que tem atrição verdadeira tem dor e detestação do pecado cometido, com propósito de não mais pecar; logo, tem quanto o Concílio requer para a confissão.

Nota

831. Significado das palavras «contrição» e «atrição». — Antes do Concílio de Trento dava-se em linguagem teológica, indistintamente, o nome de

⁽¹⁾ *«Quorum remiseritis peccata, remittuntur eis.»* S. João, xx, 23.

⁽²⁾ Ses. 14, cap. 4. D. 897.

contrição tanto à contrição perfeita como à imperfeita ou atrição. Actualmente, contrição significa, de ordinário, a contrição perfeita.

Etimologicamente esses dois nomes são de origem latina, e significam: *contrição*, redução a pó de um corpo duro; *atrição*, redução a fragmentos miúdos. Portanto a contrição, mesmo etimologicamente, tem mais que a atrição, o sentido da eficácia.

RESUMO. — *Como se define atrição? Houve antigamente divergência quanto à sua suficiência para a validade da penitência? Qual é, actualmente, a doutrina certa? Como se deduz essa doutrina da atitude da Igreja perante o seu ensino, da finalidade do sacramento e das expressões do Concílio de Trento? Que significam etimologicamente as palavras «contrição» e «atrição»?*

ART. 8.º — ACUSAÇÃO DOS PECADOS OU CONFISSÃO

TESE. Todos os que depois do baptismo cometeram pecados mortais, necessitam de os confessar todos, para se salvarem.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

832. **Explicação.** — Vimos acima no art. 3.º, que não era possível obter o perdão dos pecados sem recorrer, de algum modo, ao poder dado à Igreja para os perdoar. Agora trataremos da necessidade que tem o penitente de os declarar todos ao ministro da Igreja.

833. **Adversários.** — Opõem-se a esta segunda afirmação os contraditores da primeira: os *protestantes*, *Wiclef* e *Pedro de Osma*.

Provas

834. A) Tradição. — «Se alguém disser que no sacramento da penitência, para (se obter) o perdão dos pecados, não é necessário, por disposição divina, confessar todos e cada um dos pecados mortais de que (o penitente) se lembrar depois de fazer um exame com a devida diligência..., seja anátema» ⁽¹⁾.

835. B) Escritura. — Ficou provado no artigo 3.º que, segundo a doutrina da Escritura, não podemos obter perdão dos pecados sem recorrer ao poder da Igreja, e no artigo 2.º, que a Igreja os perdoa exercendo um acto judicial. Pois bem, se o acto de perdoar os pecados é judicial, será indispensável o seu conhecimento para se poder sentenciar segundo a justiça, e a única maneira é por meio da declaração feita pelo penitente. Na verdade, o pecado consiste sobretudo no acto interno da vontade, acto que, portanto, na maioria dos casos, só pela declaração de quem pecou se pode conhecer.

836. C) Por conclusão tirada da prática da Igreja durante muitos séculos. — Do século v ao xvi, em todas as Igrejas — até nas separadas de Roma — era costume confessar distintamente os pecados como meio necessário, por disposição divina, para obter o perdão. Logo, tal doutrina é evidentemente verdadeira por duas razões: 1.ª, a infalibilidade da Igreja; 2.ª, se isso não fosse necessário por disposição divina, era impossível que todas as Igrejas tivessem concordado em ensinar uma doutrina tão pouco agradável à natureza humana.

Ao dizermos que a prática da confissão estava em uso desde o século v, não queremos afirmar que antes não o estivesse, mas sim que a documentação em que

⁽¹⁾ Concílio de Trento, ses. 14, cân. 7, do Sacramento da penitência. D. 917.

nos apoiamos é mais abundante desde então, e também porque nessa época se deu a separação das Igrejas orientais.

Notas Complementares

837. 1.^a A confissão dos pecados é necessária, não só porque está mandada, mas também porque é condição indispensável exigida por Deus, para se alcançar o perdão dos pecados. — Se a confissão fosse unicamente objecto de um preceito, não pecaríamos no caso de o não cumprirmos por impossibilidade, e assim poderíamos salvar-nos sem a confissão, como podemos sem o viático. Mas, como ela é condição indispensável para obter o perdão dos pecados, quem não os confessar não será perdoado, excepto quando a contrição supre a confissão, como já se disse atrás ⁽¹⁾.

838. 2.^a Casos em que não há obrigação de declarar todos os pecados. — Na confissão devem-se acusar todos os pecados que, depois de um exame prudente de consciência, recordamos ter cometido. Contudo podem surgir casos em que a confissão fique bem feita, embora não os declaremos todos.

Eis alguns: 1. se não nos lembramos de um ou mais pecados; 2. se o confessor ou o penitente está a ponto de morrer ou em grave perigo e não há tempo para uma confissão demorada; 3. mudez ou ignorância da língua do confessor; 4. falta material de tempo; 5. perigo de contágio se a confissão se prolonga; 6. perigo para o penitente de pecar de novo, se se demora a enumerar os pecados; 7. perigo de que pessoas estranhas conheçam os nossos pecados, por exemplo, quando há gente demasiado perto, esperando vez de se confessar; 8. se teria de dirigir-se a um

(1) Cf. Art. 3.^o, 2.^a dificuldade.

sacerdote com quem a confissão implicaria repugnância moralmente invencível; 9. se o declarar certo pecado revela a pessoa com quem se pecou e que é conhecida do confessor ou pode sê-lo facilmente.

Razão destas e outras excepções: 1) A confissão é um acto humano, portanto deve revestir condições de possibilidade física e moral, e estas deixam de se verificar desde que o esquecimento, a falta de tempo ou o perigo de grave dano impedem que a confissão seja completa; 2) sobre as leis positivas prevalece a lei natural, como é a de não difamar o próximo, ou a de evitar ocasião próxima do pecado; 3) não consta que haja obrigação de confessar os pecados determinadamente quando, por exemplo, tenha de fazer-se por intérprete ou por escrito, ou a um confessor com quem sente repugnância moralmente invencível; 4) Também não há obrigação de confessar os pecados duvidosos, isto é, aqueles de que se duvida se foram cometidos ou se foram graves ou se já foram acusados noutra confissão. Só há obrigação de confessar os pecados de que há a certeza de que foram cometidos e ainda não foram confessados.

839. 3.^a Obrigação de declarar na confissão seguinte os pecados omitidos por justo motivo na precedente. — Os pecados que, por justo motivo, não foram declarados nalguma confissão, devem acusar-se na seguinte, se já não existir motivo justo em contrário. É o que se conclui desta proposição condenada por Alexandre VII: «Os pecados esquecidos ou omitidos na confissão por perigo iminente de vida ou por qualquer outra causa, não estamos obrigados a declará-los na confissão seguinte» ⁽¹⁾.

840. 4.^a Para se obter o perdão dos pecados é necessária a absolvição do sacerdote. — A absolvição

(1) *Errores Jansenistarum*. D. 1111.

constitui a parte principal do sacramento ⁽¹⁾, e deve ser dada por palavras, e não por escrito, nem por sinais. Foi sempre esta a prática da Igreja, o que prova não ser lícito proceder de outro modo.

É igualmente necessário receber a absolvição na presença do confessor (como é também necessário confessar-se na sua presença). A proposição contrária foi condenada por Clemente VIII ⁽²⁾.

841. 5.ª Confissão frequente dos pecados veniais. — Impugnando o erro de que basta a confissão geral feita no momento de subir ao altar, Pio XII inculca na Encíclica *Mystici Corporis*, a prática da confissão sacramental frequente, entre o clero, pelas vantagens espirituais que daí redundam.

Diz, pois, o Santo Padre no célebre documento: «É verdade que de muitas e louváveis maneiras... estes pecados (veniais) podem ser expiados; mas, para um mais expedito progresso no caminho da virtude. Nós recomendamos sumamente aquela piedosa prática da confissão frequente, introduzida na Igreja por inspiração do Espírito Santo, com a qual se aumenta o recto conhecimento da própria alma, cresce a humildade cristã, se remove a perversidade dos costumes, se resiste à negligência e torpor espiritual, se purifica a consciência, se revigora a vontade, se procura a salutar direcção da vida espiritual, e, finalmente, se aumenta a graça por força do mesmo sacramento» ⁽³⁾.

Iguais vantagens reverterão, naturalmente, para os fiéis que fizerem uso da mesma piedosa prática.

⁽¹⁾ Na forma do Sacramento da penitência, está principalmente a sua força. Cf. Concílio de Trento, ses. 14, cap. 3. D. 896.

⁽²⁾ D. 1088 e 1089.

⁽³⁾ Pio XII — Enc. *Mystici Corporis Christi*, AAS, vol. 35 (1943) pág. 235.

RESUMO. — *Quem negou a necessidade de acusar todos os pecados no sacramento da penitência, para obter o seu perdão? Como se prova esta necessidade pela Tradição, Escritura e prática secular da Igreja? A confissão é necessária, só porque está mandada (necessidade de preceito), ou também porque Deus a pôs como condição indispensável para obter o perdão dos pecados (necessidade de meio)? É sempre necessário declarar em cada confissão todos os pecados? Quais os casos mais ordinários em que se não dá tal obrigação? Há obrigação de confessar os pecados duvidosos? Porque não? Como se demonstra que os pecados omitidos por justa causa se devem manifestar na primeira confissão seguinte? Porque é necessária a absolvição do sacerdote para obter o perdão dos pecados? Porque se deve dar de palavra, e estando presente o penitente? Há vantagem em confessar frequentemente os pecados veniais?*

ART. 9.º — REVIVESCÊNCIA DOS MÉRITOS

TESE. Com o perdão dos pecados alcançado pela contrição perfeita, por um acto de amor de Deus, pela confissão, etc., recuperamos todos os merecimentos que tínhamos antes.

QUALIFICAÇÃO: Doutrina mais provável e comum entre os teólogos e pode dar-se como certa.

843. Explicação. — 1. As acções do cristão dividem-se — pelo que se refere à vida eterna — em boas e más. Com as más, se são levemente pecaminosas, merece castigo no purgatório; se gravemente, o inferno.

2. Com as boas acções feitas na graça de Deus, a fim de satisfazer pela pena que por outros pecados nossos deveríamos, porventura, sofrer no purgatório, merecemos um prémio cada vez maior no céu.

3. Com as boas acções feitas em pecado mortal, não se merece nenhum prémio sobrenatural nem diminuição das penas do purgatório. Tais acções são

como que orações com que pedimos a Deus a graça de sair do pecado.

4. Se depois de ter conseguido certo número de méritos sobrenaturais — que para concretizar supomos iguais a 100 graus — pecamos mortalmente, todos esses méritos se perdem, visto que não se pode ir para o céu em pecado mortal.

5. Afirmamos na tese que, uma vez obtido o perdão dos pecados, se recuperam todos os méritos anteriormente possuídos. Por conseguinte, o pecador, a que se refere o n.º 4, ao conseguir o perdão, recuperará os 100 graus de merecimento que antes tinha.

844. Adversários. — Sustentam *alguns Teólogos* que não revivem todos os méritos perdidos, mas só uma parte, segundo o maior ou menor fervor que cada um tem ao pôr-se em estado de graça. Se a pessoa o faz com todo o fervor de que é capaz, recuperará todos os méritos perdidos; se com metade, recolherá só metade. Outros dão explicação diversa. Contudo, a doutrina mais comum na Igreja, é a enunciada na tese.

Provas

845. A) Tradição. — Pio XI, ao promulgar o jubileu do Ano Santo de 1925, escreve: «Todos aqueles que, arrependidos (dos seus pecados), cumprirem durante o grande jubileu, as prescrições salutareis da Sé Apostólica, renovam e recuperam inteiramente a série de méritos e dons que tinham perdido ao pecar» ⁽¹⁾.

Observação. — 1. Poderia alguém objectar: — O documento citado refere-se aos que ganharem o jubileu de 1925; não afirma como doutrina geral que juntamente com o perdão dos pecados se recuperem

(1) D. 2193.

sempre os méritos perdidos. Assim é na verdade, mas o caso a que se refere o Sumo Pontífice funda-se, sem dúvida, na doutrina que defendemos na tese.

Para ganhar o jubileu, é necessário — além de outros requisitos — pôr-se em estado de graça; e como ao receber o perdão dos pecados se recuperam todos os méritos, segue-se que o recupera quem ganhar o jubileu.

2. Mas se ao receber o perdão dos pecados, não revivem todos os méritos passados, então não haverá poder sobre a terra capaz de fazer depender essa revivescência de acto nenhum; pois nem a Escritura nem a Tradição nos falam de tal poder.

846. B) Escritura. — Diz o Senhor por Ezequiel: «Se o pecador fizer penitência de todos os seus pecados... não morrerá. Eu não me lembrarei de nenhuma das suas iniquidades» ⁽¹⁾. «Desde o dia em que o pecador se converter do seu pecado, o pecado não lhe fará mal... Nenhum dos pecados que cometeu lhe será imputado» ⁽²⁾. Portanto, segundo estas palavras da Escritura, Deus não se lembrará mais dos pecados cometidos, nem estes causarão dano algum ao pecador. Ora se por causa desses pecados já perdoados, o justo não recebesse o prêmio antes merecido, parece que Deus os recordaria para os castigar e desta forma infligiriam gravíssimo dano ao justo.

847. Dificuldade. — Quando Deus perdoa um pecado mortal, perdoa também a pena eterna por ele merecida. De ordinário, porém, segundo a doutrina comum da Igreja, essa pena é comutada noutra temporal, mais ou menos longa, que se terá de sofrer no

⁽¹⁾ *Si autem impius egerit poenitentiam ab omnibus peccatis suis... non morietur; omnium iniquitatum eius quas operatus est, non recordabor.* Ezequiel, XVIII, 21 e 22.

⁽²⁾ *«Impietas impii non nocbit ei in quacunque die conversus fuerit ab impietate sua. Omnia peccata eius, quae peccavit, non imputabuntur ei».* Ezequiel, XXXIII, 12 e 16.

purgatório, caso a não satisfaçamos nesta vida com boas obras ⁽¹⁾.

Portanto, parece que Deus castiga os pecados mesmo depois de perdoados, e, sendo assim, não tem valor a prova deduzida da Escritura.

Resposta. — Uma vez perdoados os pecados, Deus só se lembra deles na medida em que os não perdoou. Ficaram totalmente perdoados quanto à pena eterna, e por conseguinte ninguém se condenará por um pecado mortal já perdoado. Ao perdoá-los, porém, comuta de ordinário a pena eterna, noutra temporal, e portanto, esta não sobrevém, depois do perdão; acompanha-o.

Sabemos pela Escritura que Deus, quando perdoa o pecado, nem sempre perdoa as penas ou castigos por ele merecidos ⁽²⁾; pelo contrário, em nenhuma parte se afirma que ao perdoar o pecado Deus não devolva os méritos anteriormente adquiridos.

RESUMO. — *Que merece o cristão para a outra vida com as obras leve ou gravemente pecaminosas? E com as obras feitas em graça ou em pecado mortal? Que sucede aos méritos recebidos se se peca mortalmente? Readquirem-se os méritos anteriores, ao conseguir-se o perdão do pecado mortal? Que número de méritos se adquire segundo a doutrina mais comum? Como se demonstra pela doutrina da Tradição e da Escritura que recuperam todos os méritos? Qu dificuldade surge e como se resolve?*

(1) É doutrina de fé, que o pecador não fica sempre livre de toda a pena, uma vez perdoada a culpa. A pena temporal, «segundo ensinam as Sagradas Letras, não se perdoa sempre toda». Concílio de Trento, ses. 6, cap. 14. D. 807, e cân. 30. D. 840.

(2) *Locutusque est Dominus ad Moysen et Aaron, dicens: querelas filiorum Israel audiui. Dic ergo eis... In solitudine hac jacebunt cadavera vestra. Omnes qui numerati estis a viginti annis et supra, et murmurastis contra me, non intrabitis terram*. Livro dos Números, XIV, 19 a 38.

— *«Dixique Nathan ad David: Dominus quoque transtulit peccatum tuum; non morieris; veruntamen quoniam blasphemare fecisti inimicos Domini, propter verbum hoc filius qui natus est tibi morte morietur*». II, Reis, XII, 13 e 14.

ART. 10.º — AS INDULGÊNCIAS

TESE. A Igreja pode conceder indulgência.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

848. Noção de indulgência. — 1. *Indulgência*, no sentido mais amplo da palavra, significa perdão da culpa ou da pena merecida. Pode também significar não precisamente perdão, mas simplesmente benignidade. «Ser indulgente» equivale muitas vezes a «ser benigno».

2. Em linguagem teológica, por exemplo, nas expressões, «cem dias de indulgência» e «indulgência plenária», usa-se em sentido mais restrito, e significa o perdão da pena que se deveria sofrer no purgatório pelos pecados cometidos, e já perdoados quanto à culpa. Trata-se não de um perdão qualquer mas do que a Igreja concede fora da confissão, tornando-nos participantes do tesouro das satisfações de Jesus Cristo e dos santos.

849. Explicação da noção de indulgência.

a) **Tesouro das satisfações.** — Jesus Cristo satisfaz pelos nossos pecados muito mais do que era necessário. O sobranter dessa satisfação, pô-lo nas mãos da Igreja como um tesouro precioso, para que ela com justa causa o repartisse entre os fiéis. A esse tesouro das satisfações de Jesus Cristo, que é infinito, juntam-se de modo semelhante as satisfações dos santos.

b) **Perdão da pena.** — Muitas vezes a autoridade civil indulta um criminoso da pena de morte, conservando-o, no entanto, preso mais ou menos tempo. Também Deus Nosso Senhor, ao perdoar os pecados graves, pode reservar-lhes certa pena ou castigo a

sofrer no purgatório. Coisa parecida sucede com os pecados veniais.

Para evitar essa pena, que se há-de sofrer no purgatório, temos dois meios. O primeiro é praticar boas obras na graça de Deus. Tais obras não só aumentam os nossos méritos, mas também satisfazem pela pena, que deveríamos sofrer no purgatório, pelos pecados já perdoados quanto à culpa. O segundo é alcançar indulgência. Por elas, a autoridade eclesiástica perdoa-nos no todo ou em parte essa pena, aplicando em nosso favor as satisfações de Cristo e dos santos.

Com se vê, as indulgências não perdoam a culpa, mas a pena ou castigo devido ao pecado.

c) Pena que se deveria sofrer no purgatório.

— 1. As indulgências só perdoam a pena de pecados perdoados quanto à culpa. Ora como os pecados só se perdoam pelos meios já conhecidos, e uma vez que deles estejamos arrependidos, segue-se que sem estas condições, por mais indulgências que procuremos ganhar não nos livraremos das penas que teremos de sofrer no purgatório.

2. As indulgências perdoam a pena que se teria de sofrer na vida futura, não as da vida presente, que Deus costuma enviar até aos homens mais santos, como exercício das virtudes; nem sempre constituem, por conseguinte, castigo do pecado.

d) Perdão concedido fora da confissão. — Também neste sacramento satisfazemos pelos nossos pecados ao cumprir a penitência imposta pelo sacerdote. Essa satisfação, porém, é própria do sacramento, e nada tem que ver com a indulgência propriamente dita.

Adversários. — Os *protestantes*.

Provas

850. A) Tradição. — O Concílio de Trento «condena com anátema (isto é, como hereges) aos que... negam que na Igreja existe o poder de conceder indulgências)» ⁽¹⁾.

851. B) Escritura. — A Igreja tem o poder de libertar os fiéis de qualquer vínculo ou impedimento que se oponha à sua entrada no céu; logo também pode perdoar a pena que os deveria reter no purgatório. São prova desse poder as palavras de Cristo: «*Tudo o que ligardes na terra, será ligado no céu, e tudo o que desligardes na terra, será desligado no céu*» ⁽²⁾.

Ora como Deus exige muitas vezes, que o pecador sofra certo castigo em satisfação do pecado, a Igreja liberta-o dessa pena mediante as indulgências, oferecendo para esse fim o excesso das satisfações de Cristo e dos santos.

852. Observações. — As indulgências concedidas aos fiéis vivos, a Igreja absolve-os ou liberta-os, como vimos, da pena merecida pelos seus pecados, mas não pode absolver os defuntos, quando concede indulgências em seu favor, porque eles já não se encontram sob o poder de jurisdição. O que faz, portanto, é pedir a Deus aceite as indulgências que os fiéis alcançam em favor dos defuntos, perdoando-lhes as penas que estão expiando.

⁽¹⁾ Ses. 25, decreto sobre as indulgências. D. 989.

⁽²⁾ «*Quaecumque alligaveritis super terram erunt ligata et in caelo, et quaecumque solveritis super terram erunt soluta et in caelo*». S. Mateus, XVIII, 18.

Notas Complementares

853. 1.^a Existência do tesouro das satisfações de Cristo e dos santos. — Clemente VI ensina claramente que existe esse tesouro, na Bula *Unigenitus Dei Filius*, de 25 de Janeiro de 1343. «O Filho Unigénito de Deus... *remiu-nos, não com oiro e prata..., mas com o seu precioso sangue...* Sabemos que ele, imolado inocente na ara da cruz... derramou não uma pequena gota de sangue, a qual, no entanto, por causa da união com o Verbo, teria bastado para remir todo o género humano, mas abundantemente, como um manancial... E assim, que rico tesouro confiou à Igreja militante, para que não ficasse inútil, supérflua e sem préstimo a misericórdia de tão grande derramamento de sangue... Ao cúmulo desse tesouro sabemos que dão contributo os merecimentos da Bem-aventurada Mãe de Deus e de todos os eleitos» (1).

2.^a Divisão das indulgências em plenárias e parciais. — As indulgências dividem-se em *plenárias* e *parciais*. Chama-se plenária a que perdoa toda a pena que merecem os pecados; *parcial*, a que perdoa só uma parte.

854. 3.^a Significado das expressões «cem dias de indulgência» e semelhantes. — Poderia parecer que cem dias de indulgência, sete anos e sete quarentenas, significa serem-nos perdoados cem dias de purgatório ou sete anos e sete vezes quarenta dias. Não é esse o sentido. Nos nossos códigos penais está estabelecido certo número de meses ou anos de prisão para determinados crimes. Também na Igreja antigamente, por certos pecados públicos mais graves, estava determinado um número de meses ou de anos, durante os

(1) D. 550 e 552.

quais o pecador devia fazer penitência pública à porta ou dentro da Igreja. Assim satisfazia por esses pecados, conseguindo que Deus lhe perdoasse parte ou toda a pena que de outro modo teria de sofrer no purgatório. A pena perdoada era maior ou menor, segundo a duração da penitência.

As actuais expressões — «cem dias de indulgência», «sete anos», etc., derivam desse antigo costume, e significam que se lucrarmos essas indulgências é-nos perdoada a mesma pena, que antigamente se remitia aos que faziam cem dias, sete anos, etc., de penitência pública.

855. 4.ª A indulgência do Jubileu. — A indulgência concedida por ocasião de um Jubileu é indulgência plenária como as ordinárias. Mas convém advertir que, nos Jubileus, além da indulgência plenária é costume concederem-se outros privilégios, como o de se poder ser absolvido com mais facilidade de certos pecados gravíssimos.

856. 5.ª Condições para ganhar as indulgências. — Para lucrar as indulgências, além dos requisitos que prescreve quem as concede, é necessário estar em graça de Deus quando se lucram em favor próprio; se em favor dos defuntos, não consta que seja necessário estar na graça de Deus. Esta diferença funda-se em que, para podermos satisfazer com boas obras pelos nossos pecados, requer-se que não sejamos inimigos de Deus; não consta, porém, que essas boas obras não possam ser satisfatórias em favor de quem se encontra na graça de Deus.

857. 6.ª Aplicação das indulgências aos defuntos. — Não é certo que Deus aplique necessariamente as indulgências aos defuntos em cujo favor as oferecemos; por isso a Igreja oferece indulgências repetidas vezes por um mesmo defunto. Todas as que o Papa concede

são aplicáveis aos defuntos — segundo o Direito Canónico, cân. 930 — a não ser que se explicita o contrário ⁽¹⁾.

RESUMO. — Qual é a definição de indulgência em sentido lato? Que significa em sentido teológico e estrito? Quem nega à igreja o poder de conceder indulgências? Como se prova pela Tradição e Escritura essa faculdade? Que é indulgência plenária e parcial? Qual é o significado da expressão «cem dias de indulgência» e outras equivalentes? Que vantagens tem o jubileu sobre a indulgência plenária? Que condições se requerem para alcançar indulgências? Deus aplica necessariamente as indulgências aos defuntos em cujo favor se oferecem? Quais as indulgências pontifícias applicáveis aos defuntos?

CAPÍTULO VIII

A EXTREMA-UNÇÃO

ART. 1.º — EXISTÊNCIA DO SACRAMENTO

TESE. A extrema-unção é um sacramento.

QUALIFICAÇÃO: De fé.

858. Explicação. — A extrema-unção é um rito em que os sacerdotes ungem com azeite benzido os doentes em estado grave, rezando, ao mesmo tempo, por eles uma oração.

859. Adversários. — Os protestantes não admitem que a extrema-unção seja um sacramento.

⁽¹⁾ Além das indulgências existe outro modo de socorrer os defuntos, é o chamado Acto Heróico em favor das almas ao qual nos referiremos adiante ao tratar do Purgatório. — *N. do T.*

Provas

860. A) **Tradição.** — «Se alguém disser que a extrema-unção não é verdadeira e propriamente um sacramento..., seja anátema» ⁽¹⁾.

861. B) **Escritura.** — «*Está enfermo alguém dentre vós? Chame os presbíteros da Igreja e façam estes oração por ele, ungindo-o com azeite em nome do Senhor; a oração da fé salvará o enfermo e o Senhor lhe dará ânimo, e se estiver em pecado ser-lhe-á perdoado*» ⁽²⁾. Temos, portanto, um sinal exterior, a unção; esta produz a graça santificante, pois se o enfermo está em pecado, fica perdoado. Foi instituído por Jesus Cristo, porque só Ele na Igreja tem poder suficiente para fazer que uma acção exterior produza a graça santificante. Estamos pois em presença de um sacramento.

862. C) **Por dedução da prática secular da Igreja.** — Desde o século v todas as Igrejas, incluindo as separadas de Roma, contaram entre os sacramentos a extrema-unção. Logo, será realmente um sacramento, por duas razões: 1.^a porque a Igreja Católica é infalível; 2.^a porque só assim se explica que todas as Igrejas, mesmo as separadas de Roma, o hajam sempre considerado como sacramento. Só os protestantes, modernamente, discordaram.

Dificuldades

863. 1.^a No texto da Escritura, aduzido para provar a tese, diz-se que a oração da fé salvará o enfermo e Deus dar-lhe-á ânimo. Portanto é a oração

⁽¹⁾ Concílio de Trento, ses. 14, cân. 1 da Extrema-unção. D. 925.

⁽²⁾ «*Infirmatur quis in vobis? inducat presbyteros ecclesiae, et orent super eum, ungentes eum oleo in nomine Domini; et oratio fidei salvabit infirmum, et alleviabit eum Dominus; et si in peccatis sit remittentur ei*». S. Tiago, v, 14 e 15.

que o salva. Ora uma oração só não é um sacramento; é preciso outra coisa mais que seja a matéria.

Resposta. — A oração da fé ou a oração que devem fazer os presbíteros pelo doente, é aquela de que se fala no texto; isto é, aquela em que se unge o doente enquanto se ora por ele.

864. 2.^a No texto original grego a palavra ungindo está no aoristo, que indica tempo passado, e portanto essa passagem deve traduzir assim: Façam oração por ele depois de o ungir, e a oração da fé salvará o doente. Portanto é a oração e não a unção, que já passou, a que produz no doente aqueles efeitos de que lá se fala.

Resposta. — Esse aoristo que, de si, em épocas anteriores, significava tempo passado, quando S. Tiago escreveu a sua carta significava também tempo presente; que orem enquanto o ungem, e foi assim como o entendeu sempre a Igreja.

865. 3.^a Os sacramentos produzem sempre o seu efeito. Pois bem: o rito de que fala S. Tiago produ-lo só se o enfermo está em pecado; portanto esse rito não é um sacramento.

Resposta. — S. Tiago diz de um modo absoluto que esse rito salvará o doente e que o Senhor o aliviará, que lhe dará ânimo. Diz, além disso, que, se tiver algum pecado, perdoar-se-lhe-á. Ora como o perdão de um pecado vai junto com a infusão da graça santificante, aquele rito confere-a; porque se a não conferisse não perdoaria as culpas ao doente, no caso de que este as tivesse.

RESUMO. — *Em que consiste a extrema-unção? Quem nega que seja sacramento? Como se prova que o é pela Tradição, pela Escritura e pela prática secular da Igreja?*

**ART. 2.º — MATÉRIA E FORMA
DA EXTREMA-UNÇÃO**

TESE. A unção deve ser feita com azeite de oliveira, benzido pelo bispo ou por um sacerdote que para isso tenha faculdade da Santa Sé. As palavras que o ministro do sacramento pronuncia ao ministrá-lo devem constituir, ao menos equivalentemente, uma oração pelo enfermo, em que se indique alguns dos efeitos do sacramento.

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina, pelo menos, teológica-mente certa no seu conjunto.*

866. Explicação. — Que efeitos são esses, vê-los no artigo seguinte. O resto do enunciado fica, suficientemente, explicado nas provas da tese.

**§ 1.º — A matéria é azeite benzido
por quem tiver o devido poder**

Provas

867. A) Tradição. — 1. «O quinto sacramento é a extrema-unção, cuja matéria é azeite de oliveira» ⁽¹⁾.

2. «O azeite de oliveira, que há-de usar-se no sacramento da extrema-unção, deve estar benzido para esse fim, pelo bispo ou por um presbítero que tenha obtido faculdade da Sé Apostólica para o benzer» ⁽²⁾.

3. Não se hão-de obrigar os presbíteros gregos a receber dos bispos diocesanos latinos os santos óleos, à excepção do crisma, uma vez que tais óleos eles

⁽¹⁾ Concílio de Florença, Decreto para os Arménios. D. 700.

⁽²⁾ Direito Canónico, cân. 945.

mesmos... os benzem segundo um rito antigo. (Instrução de Clemente VIII sobre os ritos dos ítalo-gregos, 30 de Agosto de 1595, D. 1086).

4. A Congregação do Santo Ofício, no decreto de 13 de Janeiro de 1611, declarou que era temerária (quer dizer, contra o sentir comum dos doutores católicos) e próxima a erro (isto é, mais ainda que temerária) a doutrina segundo a qual se poderia administrar válidamente a extrema-unção com azeite não benzido pelo bispo. O mesmo Santo Ofício, em 14 de Setembro de 1842, respondeu que, mesmo em caso de necessidade, não pode um pároco administrar válidamente a extrema-unção com azeite benzido por ele ⁽¹⁾.

868. B) **Escritura.** — S. Tiago, no texto citado, emprega a palavra grega «*élaion*», que significa azeite de oliveira. Que este deva ser benzido pelo bispo ou por um sacerdote com faculdade para iso, não se prova pela Escritura, mas pela Tradição.

§ 2.º — As palavras que constituem a forma devem ser, ao menos equivalentemente, uma oração pelo enfermo, e indicar algum dos efeitos do sacramento

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina teologicamente certa.*

Provas

869. A) **Tradição.** — «A forma deste sacramento é a seguinte: *por esta santa unção e sua piedosíssima misericórdia, perdoe-te o Senhor os pecados, que pela vista, etc., cometeste*» ⁽²⁾. Esta forma, actualmente

⁽¹⁾ Cf. D. 1628 e 1629.

⁽²⁾ Concílio de Florença, Decreto para os Arménios. D. 700.

em uso, nem sempre foi a empregada na Igreja, como veremos.

870. B) Escritura. — A Escritura só fala da oração pelo enfermo, a Tradição diz-nos o resto.

871. C) Liturgia. — No decurso da História usaram-se várias formas ⁽¹⁾ para a extrema-unção. Todas se devem ter como válidas, pois não é lícito supor que as Igrejas não sabiam administrar este sacramento. Comparando essas diversas formas, vemos que todas coincidem em conter, ao menos equivalentemente, uma oração pelo enfermo, e em indicar algum dos efeitos do sacramento. Por conseguinte, nisso está o essencial da forma da extrema-unção.

Compreende-se que seja necessária a indicação de algum dos efeitos do sacramento, ao menos pelas circunstâncias em que se ministra a unção. De outra maneira poderia o sacerdote ministrar um sacramental e não um sacramento.

RESUMO. — *Como se demonstra pela Tradição que a matéria da extrema-unção é azeite de oliveira, benzido pelo bispo ou por um sacerdote, com faculdade para isso? Que prova a Escritura acerca da matéria do sacramento? Qual é a forma? Como o demonstram a Liturgia e a Tradição? Que nos diz a Escritura relativamente à forma?*

⁽¹⁾ Podem ver-se algumas destas formas em Pesch (Cristiano), *Praelect. Dogmaticae*, tomo 7, n.º 531.

ART. 3.º — EFEITOS DA EXTREMA-UNÇÃO

TESE. A extrema-unção produz três efeitos: 1.º perdoa os pecados se os houver; 2.º fortalece o espírito do doente; 3.º restitui-lhe a saúde em certos casos.

QUALIFICAÇÃO: *Pelo menos doutrina católica.*

872. A) Tradição. — Este sacramento produz «a graça do Espírito Santo, cuja unção *apaga os pecados, se algum houvesse...*, *alivia e fortalece a alma* do enfermo excitando nele grande confiança na misericórdia divina, robustecido com a qual suporta o doente com mais resignação os incómodos e penas da doença, mais facilmente resiste às tentações do demónio... e *por vezes consegue a saúde do corpo*, quando isso convém para salvação da alma» (1).

873. B) Escritura. — 1. «*Se estiver em pecado, ser-lhe-á perdoado*». 2. «*O Senhor lhe dará ânimo e o fortalecerá*». — É esse o significado das palavras no original grego que a Vulgata traduz por: «*et alleviabit eum Dominus*». — 3. «*A oração da fé salvará o enfermo*» (2), mas nem sempre, pois a extrema-unção só é remédio contra a morte, quando isso for conveniente, nos desígnios de Deus.

(1) Concílio de Trento, ses. 14, doutrina sobre o Sacramento da Extrema-unção, cap. 2. D. 909. As palavras sublinhadas indicam os efeitos enumerados na tese.

(2) «*Oratio fidei salvabit infirmum*». S. Tiago, v, 15.

Notas Complementares

874. 1.^a Ministro do sacramento. — «Este sacramento ministra-o válidamente qualquer sacerdote e só ele» (1).

A palavra «presbítero», usada por S. Tiago, indica o mesmo, ainda que de si, talvez se pudesse aplicar unicamente aos bispos. Como quer que seja, a Tradição mostra-nos claramente que são os sacerdotes os ministros deste sacramento.

875. 2.^a Sujeito do sacramento. — «A extrema-unção só pode ministrar-se aos fiéis que depois do uso da razão se encontrarem em perigo de morte por enfermidade ou velhice» (2). Esta prescrição do Direito Canónico, baseada na Tradição, mostra que não se pode ministrar este sacramento às crianças, porque não são adultas e aos condenados à morte, por não estarem doentes. Poderá ministrar-se a estes últimos se depois de fuzilados, por exemplo, ficarem ainda com vida, pois, então encontram-se no caso das pessoas gravemente doentes.

O sujeito deste sacramento é o enfermo em estado grave, como se depreende claramente do texto de S. Tiago, pois trata-se de uma doença em que o doente manda vir o sacerdote, por não poder ir à sua presença.

As palavras «a oração de fé salvará o enfermo», também parecem indicar, não qualquer indisposição, mas uma doença grave.

876. 3.^a Repetição da extrema-unção; obrigatoriedade. — «Não se pode repetir este sacramento, durante a mesma doença, a não ser que o enfermo, depois de recebida a unção, se tenha restabelecido e voltado a encontrar-se de novo em perigo de

(1) Direito Canónico, cân. 938.

(2) Cân. 940.

morte» (1). Com igual ou maior razão se pode, de novo, receber noutra doença.

Não está obrigado a recebê-la, sob pena de pecado grave, o doente que por outros meios (contrição ou confissão, segundo os casos) se tiver posto na graça de Deus.

877. 4.^a Caso em que a extrema-unção pode suprir o acto de contrição ou a confissão. — A extrema-unção, como vimos, apaga os pecados. Para um pecado mortal ser perdoado, ordinariamente é necessário um acto de contrição, ou então um de atrição acompanhado do sacramento da penitência. O doente que estiver em pecado mortal tem obrigação de se confessar, se é possível, antes de receber a extrema-unção. Suponhamos que não lhe é possível confessar-se e que também não sabe ou não é capaz de fazer um acto de contrição. Certamente não lhe é difícil sentir atrição, isto é, arrependimento de ter ofendido a Deus, pelo temor do inferno. Suponhamos ainda que depois de um acto de atrição o doente perde totalmente os sentidos. Neste estado, a confissão torna-se impossível. Mas se um sacerdote lhe ministrar a extrema-unção, os pecados são-lhe perdoados.

878. Observação. — A doutrina da nota anterior parece contradizer a impossibilidade que antes demonstrámos, de obter a remissão dos pecados independentemente do poder dado à Igreja para os perdoar (2). Mas não; a extrema-unção é como que parte complementar da penitência, ou se quisermos, suplementar, podendo supri-la num caso extraordinário como o indicado.

Se a pessoa a que se refere a nota anterior viesse a poder confessar-se, teria obrigação de o fazer, porque a extrema-unção, que lhe perdoou os pecados, não a

(1) Direito Canónico, cân. 940.

(2) Cf. Art. 3.^o e 8.^o do Sacramento da Penitência.

dispensou da obrigação de os sujeitar à confissão. Dá-se, por conseguinte, no caso proposto, uma espécie de confissão, quer dizer, uma parte complementar ou suplementar dela, de um modo semelhante ao que sucede quanto ao baptismo de água, que pode ser suprido pelo martírio ou pelo acto de amor de Deus, como dissemos.

879. 5.ª Cerimónias da extrema-unção. — Depois de rezar algumas orações pelo doente e de o abençoar, o sacerdote molha o dedo polegar em azeite benzido, unge-lhe as pálpebras, ouvidos, nariz, lábios, mãos e pés, ao mesmo tempo que traça sobre ele o sinal da cruz, e diz: *«Por esta santa unção e sua piedosíssima misericórdia, perdoe-te o Senhor os pecados que comeste com a vista (ouvidos, olfato, etc.). Amen»*. Em caso urgente basta uma única unção, na fronte.

RESUMO. — *Que efeitos produz o sacramento da extrema-unção? Como se demonstram pela Tradição e Escritura? Quem é o ministro e o sujeito deste sacramento, e como o demonstra a Tradição? Como se indica na Escritura que o doente deve estar em estado grave para receber a extrema-unção? Em que condições se pode repetir este sacramento? É pecado grave não o receber? Pode-se alguma vez suprir a confissão ou o acto de amor de Deus, para se obter o perdão dos pecados? Porque não se opõe isto à necessidade de recorrer ao poder dado à Igreja para perdoar os pecados? Quais são as cerimónias da extrema-unção?*

CAPÍTULO IX

A ORDEM

ART. 1.º — EXISTÊNCIA DO SACRAMENTO

TESE. Entre os ritos ou cerimônias que a Igreja emprega ao ordenar os seus ministros, há um que é sacramento.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

Adversários. — Os protestantes.

Provas

880. A) **Tradição.** — «Se alguém disser que a ordem ou ordenação sagrada não é verdadeira e propriamente um sacramento..., seja anátema» ⁽¹⁾.

881. B) **Escritura.** — «*Recomendo-te que reavives a graça de Deus, que está em ti pela imposição das minhas mãos. Deus não nos deu espírito de temor, mas de fortaleza, de amor e de sobriedade*» ⁽²⁾.

Trata-se, pois, de um sinal de acção exterior — a imposição das mãos — que produz a graça santificante. Com efeito, essa graça inclui, segundo S. Paulo, o espírito de amor, e com o amor de Deus está sempre unida a graça santificante, como provámos ⁽³⁾.

⁽¹⁾ Concílio de Trento, ses. 23, cân. 3 do Sacramento da Ordem. D. 963.

⁽²⁾ «*Admoneo et ut resuscites gratiam Dei, quae est in te per impositionem manuum mearum. Non enim dedit nobis Deus spiritum timoris, sed virtutis, et dilectionis, et sobrietatis*». II Timóteo, 1, 6 e 7.

⁽³⁾ Cf. Art. 6.º do Sacramento da Penitência.

«Sendo evidente, segundo a Escritura..., que pela sagrada ordenação... se concede a graça, ninguém deve duvidar que a ordem é verdadeira e propriamente um dos sete sacramentos da Igreja, pois diz o Apóstolo: «*Recomendo-te*», etc. ⁽¹⁾. Com estas palavras dá-nos o Concílio de Trento um comentário autêntico do texto que aduzimos na prova.

RESUMO. — *Quem nega que a ordenação dos ministros da Igreja é um sacramento? Como se demonstra que o é, pela Tradição e Escritura?*

ART. 2.º — ORDENS QUE SÃO SACRAMENTOS E ORDENS QUE O NÃO SÃO

TESE. São sacramentos os ritos com que se ordenam os bispos, presbíteros e diáconos; não o são aqueles com que se ordenam os outros ministros inferiores — subdiáconos, acólitos, exorcistas, leitores e ostiários.

882. Explicação. — *Bispo* é o ministro sagrado que pode ordenar os presbíteros;

presbítero, o que pode consagrar a eucaristia;

diácono, o que nas missas mais solenes assiste imediatamente ao celebrante;

subdiácono, o que ministra nessas missas imediatamente depois do diácono;

acólito, é o clérigo que ajuda ao celebrante nas missas em que não há diácono nem subdiácono;

exorcista, o que a Igreja ordena para livrar do demónio aos possessos;

leitor, o que tem por missão ler os livros sagrados no templo;

ostiário, o que tem confiada a guarda do templo.

Para maior facilidade e clareza, dividiremos a prova em quatro partes:

(1) Concílio de Trento, ses. 23, cap. 3. D. 959.

1.^a PARTE — A ordenação do bispo é um sacramento.

QUALIFICAÇÃO: Doutrina certa e católica.

883. Diversidade de opiniões entre os teólogos antigos. — Antes do século XVI, houve grandes doutores que negaram a nossa tese, por exemplo, *Pedro Lombardo, S. Boaventura, E. Tomás, Escoto* e outros. Depois do Concílio de Trento tornou-se tão comum a doutrina proposta, que não há teólogo de renome que a não sustente.

Provas

884. A) Tradição. — Pio XII na Constituição «*Sacramentum Ordinis*», de 30 de Novembro de 1947, fala do Episcopado, Presbiterado e Diaconado como de verdadeiros sacramentos. Diz assim:

«Todos sabem que os sacramentos... devem significar a graça que produzem e produzir a que significam. Declaramos... que na ordenação dos diáconos, presbíteros e bispos... com a matéria e forma... se significam os efeitos sacramentais, isto é, o poder da ordem e a graça do Espírito Santo» (D. 2301, 3 e 4).

Portanto, segundo a mente do Pontífice, a ordenação dos diáconos, presbíteros e bispos é um rito que significa e produz a graça do Espírito Santo (ou graça santificante), e por isso, são um sacramento. Como se vê, esta prova vale para demonstrar que não só o episcopado, de que tratamos agora, mas também o presbiterado e o diaconado são sacramento.

885. B) Escritura. — Demonstrámos na tese anterior que pelo menos algum dos ritos, com que a Igreja ordena os seus ministros é um sacramento, e provámo-lo pela Escritura, servindo-nos das palavras de

S. Paulo a Timóteo, citadas na mesma tese. Ora nessa passagem trata-se com toda probabilidade da ordenação de um bispo. Com efeito, Timóteo era bispo, segundo afirma a tradição eclesiástica. Insinuam-no também os conselhos que lhe dá S. Paulo, apropriados a quem está revestido da dignidade episcopal. Por outra parte, nenhuma razão temos para pensar que, no texto citado, se trate da ordenação de Timóteo como diácono ou presbítero. Permanece, contudo, a possibilidade de ter sido consagrado bispo e presbítero só com uma imposição de mãos, de modo que o argumento não é apodíctico.

É verdade que hoje em dia ninguém recebe a consagração episcopal sem previamente receber o presbiterado; mas parece que nem sempre foi assim; ao longo da História parece certo que se ordenou algumas vezes de bispos quem não era ainda sacerdote.

Nesses casos, os assim ordenados recebiam na sua ordenação todo o poder que têm os presbíteros (cfr. Lennerg, «*Dé Sacramento Ordinis*», n.º 148 e sgs).

886. B) Pelo raciocínio. — Se a ordenação do bispo não se confere por um rito que seja sacramento, far-se-á por mera designação de ofício, e portanto, essa designação será revogável. Ora, uma vez que alguém foi consagrado bispo, nunca se lhe tira essa dignidade, por mais indigno que se torne; logo a Igreja não lha pode tirar. A ordenação do bispo, portanto, confere-se mediante um rito que é sacramento.

Explicação — De si, o poder de confirmar é próprio dos bispos, que o recebem na ordenação. A Igreja pode, no entanto, designar um sacerdote que administre a confirmação, e revogar livremente essa designação quando lhe aprouver. Tira deste modo ao sacerdote a faculdade de poder confirmar, mas porque esta lhe foi dada por concessão e não pela mesma ordenação sacerdotal. Pelo contrário, ao bispo que recebe esse poder pela mesma ordenação, ninguém lho pode tirar. É o que sucede com a própria ordenação episcopal.

887. C) Por dedução do Concílio de Trento. — Expor-se-á na 3.^a Parte, ao tratar-se da ordenação do diácono. Precisamente por causa desta doutrina, ensinam hoje quase unânimemente os Teólogos que a ordenação do bispo é um sacramento.

2.^a PARTE — *A ordenação do presbítero é um sacramento.*

QUALIFICAÇÃO: *Está implicitamente definido no Conc. de Trento segundo alguns autores. Pelo menos é teològicamente certa.*

Provas

888. Tradição. — 1.^a No primeiro cânon relativo ao sacramento da ordem, define o Concílio de Trento que no Novo Testamento existe o sacerdócio..., o poder de consagrar a eucaristia e de perdoar os peccados, que são funções do presbítero. No segundo, define que, além da anterior, há outras ordens maiores e menores ⁽¹⁾, pelas quais se sobe, como por degraus, ao sacerdócio. No terceiro, finalmente, define que a ordenação é um sacramento ⁽²⁾. Por conseguinte, se as outras ordens são preparação e degraus para o sacerdócio, devemos concluir que, se alguma das ordens é sacramento, tem de ser o sacerdócio, e não as outras que são degraus para ele.

Dificuldade. — Poderia, talvez, objectar-se: para serem verdadeiras as palavras do Concílio basta que a ordenação do bispo seja sacramento, ainda que o não seja a do presbítero.

⁽¹⁾ *Ordem maior*, inferior ao presbiterado: o diaconado e subdiaconado; *ordens menores*: todas as inferiores ao subdiaconado.

⁽²⁾ Ses. 23. D. 961 e segs.

Resposta. — Nos cânones citados, o Concílio fala de sacerdócio, do poder de consagrar a eucaristia, de ordens maiores e menores pelas quais se ascende ao sacerdócio, e, portanto, das ordens que são inferiores a este. Não se refere, por conseguinte, ao episcopado, que é superior ao sacerdócio.

889. 2.^a Serve também, para demonstrar esta parte da tese o primeiro argumento, do parágrafo seguinte (n.º 894).

890. 3.^a O consentimento unânime dos teólogos católicos demonstra que a tese é verdadeira. Nenhum teólogo católico impugnou nunca que o presbiterado fosse um sacramento. Pelo contrário, houve quem impugnasse o episcopado ou o diaconado.

3.^a *PORTE* — A ordenação do diácono é um sacramento.

QUALIFICAÇÃO: Doutrina unânime entre os teólogos e que se pode dar como teològicamente certa.

891. **Adversários.** — Antigamente impugnaram esta doutrina *Durando* e *Cajetano*. Hoje é comum entre os católicos, e seria temerário negá-la.

Provas

892. A) **Tradição.** — Os diáconos, a) são de instituição divina, e não meramente eclesiástica; b) recebem na ordenação o Espírito Santo, ou seja a graça santificante (que leva consigo a habitação do Espírito Santo na alma); logo a ordenação dos diáconos é um sacramento, pois confere a graça santificante.

Que os diáconos sejam de instituição divina, di-lo o Concílio de Trento: «Se alguém disser que na Igreja Católica não há uma hierarquia instituída por disposição divina que se compõe de bispos, presbíteros e ministros, seja anátema» ⁽¹⁾.

Ora todos concordam que, se há alguns ministros da Igreja — além dos bispos e presbíteros — de instituição divina, são, sobretudo, os diáconos, porque só deles faz menção a Escritura.

Os diáconos recebem na ordenação o Espírito Santo, pois o Concílio de Trento, condena como herege quem, pretendendo o contrário, opinar que em vão dizem os bispos, ao ordinando: «*Recebe o Espírito Santo*» ⁽²⁾. Portanto, nas ordenações em que a Igreja emprega essas palavras comunica-se, de facto, o Espírito Santo; ora como ela as emprega na ordenação dos bispos, dos presbíteros e dos diáconos, conclui-se que, segundo o Concílio de Trento ⁽³⁾, a ordenação de todos eles é um sacramento.

893. B) Ficou exposta na primeira parte do n.º 884.

894. C) O consentimento unânime dos teólogos católicos prova também que o diaconado é um sacramento, porque o parecer de Durando e Cajetano nada vale contra o de todos os demais.

895. Observações. — 1.ª Antigamente, por disposição eclesiástica, ordenavam-se mulheres de diaconisas, sobretudo com o fim de intervirem no baptismo das pessoas do seu sexo. Ao ordená-las, impunham-lhes as mãos e pediam a Deus que enviasse

(1) Ses. 23, cân. 6, do Sacramento da ordem. D. 966.

(2) Ses. 23, cân. 4, do Sacramento da ordem. D. 964.

(3) As palavras: «*Recebe o Espírito Santo*», não são a forma sacramental, mas o sentido dela que se contém na oração em que se pede que venha o Espírito Santo sobre o ordinando. Assim se devem entender as palavras do Concílio Tridentino.

sobre elas o Espírito Santo, exactamente como faziam com os diáconos ⁽¹⁾. Contudo, esta cerimónia não era um sacramento, por ser de mera instituição eclesiástica.

896. 2.ª Costuma-se demonstrar que a ordenação dos diáconos é um sacramento, também com o texto dos *Actos dos Apóstolos*, vi, 6, referente à nomeação de sete varões, que a Tradição designa com o nome de diáconos. Encontramo-nos, de facto, com um rito sensível — a imposição de mãos — mas não se pode demonstrar pela Escritura que tenham recebido, por esse meio, a graça santificante.

4.ª PARTE — *As restantes ordenações não são sacramento.*

QUALIFICAÇÃO: *Moralmente certa.*

897. Explicação.— Houve antigamente muitos teólogos que ensinaram o contrário, e ainda hoje alguns defendem essa opinião como provável, por exemplo, *De Augustinis, Billot, Sasse e Tanquerey*.

Prova

898. Pelo raciocínio.— Os ritos que não são de instituição divina, mas eclesiástica, não constituem sacramentos, porque a Igreja carece de poder para vincular a qualquer rito a infusão da graça santificante. Ora os ritos de que tratamos são de instituição eclesiástica. Com efeito, antes do século III não aparecem

⁽¹⁾ Imporás, (dirige-se ao bispo) as mãos (à diaconisa) estando presentes os presbíteros com os diáconos e diaconisas e dirás: Deus eterno, Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo... dá-lhe o Espírito Santo e purifica-a de toda a mancha de corpo e alma...

Constitutiones Apostolicæ, cap. 19 e 20. Migne, I, 1115.

mencionados, nem sequer nos documentos em que se designam todas as categorias de clérigos e leigos.

Clemente Alexandrino, por exemplo, escreve: «Na Igreja cada qual tem o seu ofício, um os presbíteros, outro os bispos; um os diáconos, outro as viúvas» ⁽¹⁾. Orígenes repete a mesma ideia: «Um é o ofício do diácono e outro o do presbítero; o do bispo é o mais importante de todos» ⁽²⁾.

Confirma-se a instituição eclesiástica, pelo facto de que não existiram todos nas Igrejas nem se mantiveram invariáveis: foram suprimidos algumas vezes e de novo restaurados. Além disso, a Igreja permitiu e permite a simples leigos o desempenho das funções próprias das ordens a que nos estamos referindo — o que não seria lógico, se, precisamente, para essas funções tivesse Jesus Cristo instituído um sacramento.

RESUMO. — *Que é um bispo, presbítero, diácono, sub-diácono, acólito, exorcista, leitor e ostiário? Quem negou antigamente que a ordenação do bispo era um sacramento? Quem o nega hoje? Como se demonstra com probabilidade, pela Escritura, que é um sacramento? E pelo raciocínio e pelo modo de falar do Concílio de Trento? Como se prova pela Tradição, que a ordenação do presbítero e do diácono é um sacramento? Quem o negou? A prova com que se demonstra que a ordenação do diácono é sacramento, serve igualmente para domonstrar que também o são a do presbítero e a do bispo? Como se prova que as restantes ordens não são sacramentos?*

⁽¹⁾ *Paedag.*, III, 2, Migne, VIII, 675.

⁽²⁾ *De Orat.* n.º 28, Migne, XI, 523.

ART. 3.^o — MATÉRIA E FORMA DA ORDEM

TESE. Na colação do episcopado, presbiterado e diaconado, a matéria do sacramento é unicamente a imposição das mãos; a forma, as palavras proferidas pelos ministros da ordem durante a imposição.

QUALIFICAÇÃO: *Teològicamente certa.*

899. Explicação. — Os principais ritos ou cerimónias que usa a Igreja para a ordenação dos seus ministros, são:

na do *bispo*, imposição das mãos e entrega do livro dos Evangelhos;

na do *presbítero*, imposição das mãos e entrega do cálice com vinho e água, e da patena com uma hóstia por consagrar;

na do *diácono*, imposição das mãos e entrega do livro dos Evangelhos;

na do *subdiácono*, entrega do cálice e patena vazios;

na do *acólito*, entrega de um castiçal com vela, e das galhetas;

na do *exorcista*, entrega do livro dos exorcismos, ou outro equivalente;

na do *leitor*, entrega do livro das Epístolas ou dos Evangelhos;

na do *ostiário*, entrega das chaves da Igreja.

Como se vê, é igual a cerimónia da ordenação do bispo e do diácono, que consiste na imposição de mãos e entrega do livro dos Evangelhos; contudo a ordenação é diversa, por ser diversa a forma ou palavras proferidas.

900. Diversidade de opiniões. — Quanto às ordens que são sacramento — *episcopado*, *presbiterado* e *diaconado* — divergiam os pareceres dos autores sobre a cerimónia essencial, isto é, aquela sem a qual

não haveria ordenação, mesmo que não se omitisse nenhuma outra.

Eis algumas opiniões:

1.^a A cerimônia essencial é só a imposição das mãos;

2.^a é a entrega do livro no diaconado e episcopado; a do cálice e patena, com água, vinho e hóstia no presbiterado;

3.^a é a imposição das mãos e a entrega do livro, cálice e patena.

Hoje em dia, depois da decisão formal de Pio XII e que falaremos a seguir (n.^o 902), não se pode defender senão a primeira destas três opiniões.

1.^a *PARTE — A matéria é só a imposição das mãos.*

Provas

901. 1.^a **Deduzida do Concílio de Trento.** — O Concílio de Trento atribui os efeitos da ordenação à imposição das mãos ⁽¹⁾, e acrescenta que a Sagrada Escritura «ensina com palavras gravíssimas, o que se há-de ter principalmente em conta na sua ordenação (dos sacerdotes e diáconos)» ⁽²⁾. Ora a Sagrada Escritura só fala da imposição das mãos; nada diz da entrega do livro ou do cálice.

902. 2.^a **Deduzida da determinação formal de Pio XII.** — Pio XII, na Constituição Apostólica *Sacramentum Ordinis* de 30 de Novembro de 1947, diz assim: «Com a nossa suprema autoridade declaramos, e na medida do necessário decretamos e dispomos que a única matéria na ordenação dos Diáconos, Presbíteros e Bispos é a imposição de mãos» ⁽³⁾.

(1) Os ministros da Extrema-unção são, segundo o Apóstolo S. Tiago, os presbíteros, «com cujo nome nesse lugar» (S. Tiago, VIII, 14)... são designados os bispos ou os sacerdotes ordenados devidamente por eles, pela imposição das mãos». Concílio de Trento, ses. 14, doutrina do Sacramento da Extrema-unção, cap. 3. D. 910.

(2) Ses. 23, doutrina do sacramento da ordem, cap. 2. D. 958.

(3) *Acta Apostolicæ Sedis*, Ano 1948, pág. 6.

Observação. — Na ordenação de presbítero há três imposições de mãos. Pio XII declara e dispõe na citada Constituição, que a matéria da ordenação é a primeira dessas imposições, que se faz em silêncio, e não a sua continuação em que se conserva a mão direita estendida sobre os ordinandos, nem a última em que se lhes diz: «*Recebei o Espírito Santo. Aqueles a quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados, etc.*».

903. 3.^a Deduzida do modo de falar dos autores cristãos nos primeiros séculos. — Nem os Padres da primitiva Igreja, nem os Rituais dos nove primeiros séculos, nem qualquer escrito desse tempo mencionam outra cerimónia além da imposição das mãos, ao tratar da ordenação dos bispos, presbíteros e diáconos. Isto só se explica se, em todo esse tempo, não houve outra cerimónia. E como não aparece depois, através da história, nenhum documento que demonstre ter a Igreja pretendido substituir essa cerimónia por outra — dado o caso muito problemático e incerto de que o pudesse fazer — temos de concluir que, tanto antigamente como nos tempos modernos, o único rito essencial é a imposição das mãos.

Assim procedeu sempre a Igreja Oriental, mesmo entre os católicos.

Nota

Abre-se, porém, uma excepção quando se trata da ordenação dos bispos. Já no século vi nalguns cânones que se atribuem a Cesário, bispo de Arlés, se diz: «na ordenação de um bispo, dois outros bispos hão-de-lhe pôr sobre a cabeça o *livro* dos evangelhos e, enquanto um terceiro bispo (o consagrante) o abençoa, todos os outros bispos presentes devem tocar com as mãos a cabeça do ordinando» ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ D. 150.

Este rito seguido tanto na Igreja oriental como na ocidental não deve, contudo, julgar-se essencial, por três razões:

1.^a Foram ordenados muitos bispos antes de existirem os evangelhos.

2.^a Algumas vezes não era o bispo consagrante que fazia a cerimônia da imposição do livro sobre a cabeça do consagrando, mas os bispos assistentes ou os diáconos ⁽¹⁾ e nos sacramentos o mesmo ministro deve aplicar a matéria e a forma.

3.^a A Escritura e os Santos Padres só atribuem valor sacramental à imposição das mãos.

2.^a *PARTE — A forma é constituída pelas palavras proferidas na imposição das mãos.*

Provas

904. Se a matéria é unicamente a imposição das mãos, a forma tem de consistir nas palavras proferidas no acto dessa imposição. Se a matéria fosse total ou parcialmente a entrega do livro ou do cálice e patena, a forma seria constituída total ou parcialmente pelas palavras que se proferem ao entregá-los.

Pio XII, na Constituição «*Sacramentum Ordinis*», determinou o seguinte: «Na ordenação do diácono..., a forma consta das palavras do Prefácio, das quais são estas as essenciais, e por isso mesmo necessárias para que o sacramento seja válido: Faz vir sobre ele, nós vo-lo pedimos, Senhor, o Espírito Santo, com o qual, ajudado pelo dom da tua graça septiforme, se fortaleça na fiel execução do teu ministério.

(1) Cf. *Constitutiones Apostolicae*, livro 3, cap. 4. Migne, I, 1071.

«Na ordenação do presbítero..., a forma consta das palavras do Prefácio, das quais são estas as essenciais, e por isso mesmo necessárias para a validez do sacramento: Dai, nós vo-lo pedimos, Pai omnipotente, a este teu servo, a dignidade presbiteral, renovai no seu interior o espírito de santidade, para que obtenha, recebido de ti, ó Deus, o ofício de segunda categoria e insinue a correcção dos costumes com o exemplo da sua conduta.

«Na ordenação episcopal, a forma consta das palavras do prefácio, das quais são estas as essenciais, e por isso mesmo necessárias, para a validez do sacramento: Acaba no teu sacerdote o mais alto grau do teu ministério e santifica com o orvalho do unguento celestial o que tem já os ornamentos da tua glorificação».

Conforme, pois, ao determinado neste documento pontifício, as palavras que o ministro diz durante a mesma imposição de mãos, na ordenação do diácono e do bispo (na do presbítero aquela faz-se em silêncio); e que à primeira vista poderiam parecer que eram a forma do sacramento, uma vez que vão mais intimamente unidas com a imposição das mãos, não são a forma do sacramento mas sim outras que se dirão mais tarde.

905. Dificuldade. — Não há, talvez, nenhuma tese mais abertamente contrária aos documentos emanados da autoridade eclesiástica. O Concílio de Florença, por exemplo, diz textualmente: «O sexto sacramento é a ordem, cuja matéria é aquilo por cuja entrega se confere a ordenação. E assim, o presbiterado confere-se entregando o cálice com o vinho, e a patena com o pão...; o subdiaconado entregando o cálice vazio com a patena vazia sobreposta: e semelhantemente das outras (ordens)... O efeito (da ordenação) é o aumento da graça» ⁽¹⁾.

(1) Concílio de Florença, decreto para os Arménios. D. 701.

Resposta. — Deste documento seguir-se-ia que a imposição das mãos não é de modo nenhum essencial na ordenação, nem total nem parcialmente. Ninguém actualmente se julga obrigado a seguir a letra deste documento, quanto à matéria da ordem, por ser evidente que nele não se trata de enunciar doutrina *definitiva*, mas de expor a opinião vulgar desse tempo. Estudada melhor esta questão nos séculos posteriores, tal opinião tornou-se menos provável. Por isso a Igreja permite que livremente se defenda e siga a doutrina que defendemos na tese.

Solução idêntica terá de dar-se a outros documentos de menos autoridade, que se poderiam aduzir.

Observação. — Esta era a solução que dávamos, nas edições anteriores à decisão formal de Pio XII, apresentada na prova 2.^a da tese.

Hoje em dia conserva todo o seu valor enquanto que explica o sentido dos documentos a que se alude na dificuldade, e que tantos autores não entenderam devidamente. Mas é evidente que a solução mais satisfatória e completa à dificuldade proposta é o facto de Pio XII, com a sua suprema autoridade, ter sancionado a doutrina que defendemos na tese.

Notas Complementares

906. 1.^a Ministro do sacramento. — 1. É doutrina de fé que, pelo menos nos casos ordinários, só os bispos podem conferir as ordens que são certamente sacramento—episcopado, presbiterado e diaconado ⁽¹⁾.

907. 2. É certo, embora não de fé, que ninguém que não seja bispo, pode receber delegação — nem mesmo em casos extraordinários — para conferir o

⁽¹⁾ Cf. Concílio de Trento, ses. 23, cân. 7, do Sacramento da ordem. D. 967.

episcopado; ao revés, portanto, do que sucede com a confirmação, da qual o ministro ordinário é o bispo. O Papa pode autorizar um simples sacerdote a administrá-la, mas não a conferir o episcopado. É doutrina quase unânime dos teólogos que o Papa não pode autorizar um simples sacerdote a conferir o presbiterado. É doutrina, muito mais provável que a contrária, que também o não pode autorizar a conferir o diaconado.

3. Quanto às ordens que não são sacramento — todas as inferiores ao diaconado — pode a Igreja delegar livremente noutras pessoas o poder de as dar, embora sejam os bispos e mais alguns prelados quem ordinariamente as confere.

908. 2.º Sujeito do sacramento.— Qualquer varão baptizado pode receber válidamente as ordens; licitamente só quem possui as qualidades exigidas pela Igreja. As mulheres estão absolutamente excluídas da recepção da ordem, quanto à liceidade e à validade. Assim ensinou sempre a Igreja.

RESUMO. — *Quais são os ritos principais na ordenação dos bispos, presbíteros, diáconos, subdiáconos, acólitos, exorcistas, leitores e ostiários? Qual é a matéria da ordenação dos bispos, presbíteros e diáconos, segundo a opinião mais comum? Qual era até 1948 segundo outra opinião menos provável? Como se deduz do Concílio de Trento que a matéria das ordens que são sacramento, é só a imposição das mãos? Como se prova a partir da doutrina e decreto de Pio XII? E dos autores cristãos dos primeiros séculos? Qual é a forma e como se demonstra? Que pensar do Texto do Concílio de Florença sobre a matéria da ordem? Quem é o ministro do sacramento da ordem e quem é o sujeito?*

CAPÍTULO X

O MATRIMÓNIO

ART. 1.º — EXISTÊNCIA DO SACRAMENTO

TESE. O matrimónio entre dois cristãos é um sacramento.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

908. Explicação. — *Matrimónio* é a união estável e legítima de um homem e de uma mulher, que se dão mutuamente o direito aos actos próprios da geração.

Na tese só tratamos do matrimónio entre dois contraentes cristãos. Se o não são é evidente que o matrimónio não será sacramento; se o é apenas um deles, hoje em dia, é doutrina praticamente certa, de canonistas e teólogos, que não o é nem sequer para o que é cristão. Para o que não é cristão é absolutamente certo e evidente que não, porque não pode receber-se válidamente um sacramento, além do baptismo, se primeiro se não recebeu este último. Em conformidade com esta doutrina, a Santa Sé concedeu modernamente em diversas ocasiões, a dissolução do vínculo de tais matrimónios. Pode ver-se tratado este ponto em «*Sal Terrae*», Março de 1955, pg. 122.

909. Adversários. — Os *maniqueus* e *priscilianistas* consideravam o matrimónio como invenção diabólica. Os *protestantes*, ainda que o não tinham por mau, não admitiam, que fosse um sacramento.

Provas

910. A) **Tradição.** — «Se alguém disser que o matrimónio não é verdadeira e propriamente um dos sete sacramentos..., seja anátema» ⁽¹⁾.

911. B) **Escritura.** — Costuma arguir-se da carta de S. Paulo aos Efésios. Nela, depois de exortar os maridos a amar as esposas, como Cristo amou a Igreja, acrescenta: «*O homem deixará seu pai e sua mãe e unir-se-á à sua mulher, e serão dois numa só carne. Isto é um grande mistério, mas eu digo em Cristo e na Igreja*» ⁽²⁾. Para S. Paulo, portanto, o facto de abandonar o homem a seu pai e sua mãe, para contrair matrimónio, é um sinal, uma acção que simboliza a união de Cristo com a Igreja. Não está, porém, aqui a dificuldade, mas em provar que tal acção produz a graça santificante. Isto não aparece claro no texto, e por esse motivo divergem os autores na explicação.

Alguns, como Pesch, dizem que segundo a doutrina de S. Paulo, na Nova Lei não existem sinais ou acções simbólicas débeis e pobres, (Gálatas, iv, 9) que não possam fazer-nos perfeitos quanto à consciência, quer dizer, que não possam dar-nos a graça santificante como sucedia na lei antiga, (Hebreus, vii, 9). Portanto se o matrimónio, que é uma acção simbólica, representa a união de Cristo com a sua Igreja, produz a graça santificante, laço principal dessa união.

Outros autores, como Lercher e Tanquerey, arguem que S. Paulo exorta os casados a que se amem habitualmente com amor não só natural mas sobrenatural como Cristo amou a sua Igreja. Isto supõe que, em virtude do matrimónio, têm a graça santificante da qual procede tal amor.

⁽¹⁾ Concílio de Trento, ses. 24, cân. 1, do Sacramento do matrimónio.

⁽²⁾ «*Relinquet homo patrem, et matrem suam, et adhaerbit uxori suae; et erunt duo in carne una. Sacramentum hoc magnum est; ego autem dico in Christo et in ecclesia*». Efésios, v, 31 e 32.

Todos, no entanto, admitem, regra geral, que só pela Escritura não se pode demonstrar com certeza ser o matrimónio um sacramento. «Pela Escritura não se prova, insinua-se» diz Tanquerey ⁽¹⁾.

O Concílio de Trento ⁽²⁾ diz que S. Paulo no texto citado, insinua a graça santificante que produz o sacramento do matrimónio.

A prova deduzida da crença da Igreja Romana e das Igrejas orientais separadas de Roma serve igualmente para demonstrar que o matrimónio é um sacramento.

RESUMO. — *Que é o matrimónio? Quem negou que o contrato matrimonial entre dois cristãos seja um sacramento? Como se prova pela Tradição que o é? Em que texto da Escritura fala S. Paulo do matrimónio e qual a sua força demonstrativa? Em que razões escriturísticas se apoiam os autores para provar que o matrimónio é um sacramento? São convincentes essas razões? Que opina a este respeito o Concílio Tridentino? Como se prova da crença da Igreja Romana e das Igrejas Orientais que o matrimónio é um sacramento?*

ART. 2.º — ESSÊNCIA DO MATRIMÓNIO

TESE. A essência do matrimónio consiste no oferecimento e aceitação que mutuamente fazem os contraentes em ordem à vida matrimonial.

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina teologicamente certa.*

912. Explicação. — Esse oferecimento e aceitação a que se refere o enunciado da tese, chama-se *contrato matrimonial*. Sem ele não existe o casamento: feito esse contrato nas devidas condições, ficam os contraentes, por esse mesmo facto, casados.

(1) Cf. Tomo 3.º, n.º 948, edição 19, a).

(2) Concílio de Trento, sessão 24. D. 969.

913. Adversários. — Segundo alguns, o sacramento do matrimônio consistia na união sexual dos contraentes; segundo outros, na bênção do sacerdote; segundo outros, finalmente, no contrato matrimonial e nesta bênção.

Provas

914. A) Tradição. — 1. Inocêncio III, respondeu a uma consulta do Arcebispo de Arlés, em 15 de Julho de 1198 que «*basta para o matrimônio apenas o consentimento daqueles de cuja união se trata*» ⁽¹⁾.

2. O Concílio de Florença ensina: «A causa eficiente do matrimônio é o mútuo consentimento, expresso ordinariamente por palavra «de presente» ⁽²⁾. Em caso extraordinário, por exemplo, se fosse mudo algum dos contraentes, não havia necessidade de exprimir por palavra o seu consentimento, bastava por escrito ou por sinais.

915. B) Por dedução da prática da Igreja.

1. Durante muito tempo celebraram-se na Igreja casamentos clandestinos, isto é, nos quais não intervinha o sacerdote e o Concílio de Trento declarou-os válidos ⁽³⁾.

2. Actualmente, quando sem grave incômodo não se pode comparecer diante do sacerdote, devidamente autorizado para assistir ao casamento, «pode este ser celebrado válida e licitamente diante de testemunhas, em perigo de morte, e fora dele quando se preveja prudentemente que durará por um mês esse estado de coisas» ⁽⁴⁾.

O estado de coisas a que se refere o Código é a impossibilidade de comparecer diante do sacerdote. Em circunstâncias normais, os casamentos feitos sem

⁽¹⁾ Cf. D. 404.

⁽²⁾ Concílio de Florença, decreto para os Arménios. D. 702.

⁽³⁾ Ses. 24, cap. *Tametsi*. D. 990.

⁽⁴⁾ Código do Direito Canónico, cân. 1098.

a sua assistência são inválidos. A Igreja invalida-os de antemão, como o Estado invalida certos contratos, sem as condições legais.

Consequências

916. 1.^a Matéria e forma do sacramento do matrimónio. — Consistindo a essência do matrimónio no contrato, neste se encontrará a matéria e forma do sacramento. O mútuo oferecimento costuma apresentar-se como a matéria e a aceitação como forma, embora, na realidade, as mesmas palavras constituam o oferecimento e a aceitação.

916. 2.^a Ministros do sacramento. — Se o matrimónio é efectuado pelo consentimento dos contraentes, são o marido e a mulher os que ministram mutuamente o sacramento. O sacerdote é a testemunha cuja presença a Igreja exige para ser válida a celebração do casamento, e o ministro sagrado que mostra o carácter religioso do acto.

917. 3.^a Inseparabilidade do sacramento e do contrato matrimonial. — Se o próprio contrato matrimonial, devidamente feito, constitui o sacramento, sempre que dois cristãos celebram esse contrato haverá verdadeiro sacramento. Matrimónio e sacramento são inseparáveis.

Até há um século esta doutrina não era clara. Alguns Teólogos católicos sustentavam que dois cristãos podiam efectuar verdadeiro contrato matrimonial, recusando ao mesmo tempo receber o sacramento. Tais contraentes, procedendo assim, pecavam gravemente mas nem por isso deixavam de ficar verdadeiramente casados, embora sem receber nenhum sacramento. Tal

doutrina, depois das declarações de Pio IX e Leão XIII sobre esta questão, é insustentável e falsa.

«Está averiguado — escreve Leão XIII — que no matrimónio cristão o contrato não se pode separar do sacramento» (1). O mesmo repete o Código do Direito Canónico no cânon 1012.

Consequentemente com esta doutrina, se duas pessoas que querem casar-se se exprimirem assim: «queremos tornar-nos marido e mulher, mas com a condição de não receber nenhum sacramento», tal contrato não seria matrimónio.

Pelo contrário, se disserem: «queremos casar-nos verdadeiramente, mas não queremos nenhum sacramento», o matrimónio seria válido, porque ao quererem casar-se deveras queriam também quanto é necessário para isso, e nesse desejo iria implicitamente incluído o de receber o sacramento do matrimónio.

Notas Complementares

918. Tudo o que dissemos applica-se aos casamentos celebrados entre cristãos, quer dizer, entre os já baptizados. O casamento celebrado entre uma pessoa baptizada e outra que o não é, não consta que constitua sacramento, mesmo para o nubente cristão; para o não cristão, é evidente que não constitui.

919. 1.^a Sujeito do matrimónio. — «Todos os que não estão impedidos podem contrair matrimónio» (2). Os impedimentos podem proceder da mesma natureza, por exemplo, da falta de idade, de certos defeitos físicos ou por terem sido estabelecidos pela autoridade eclesiástica, por exemplo, as ordens maiores.

(1) Encíclica *Arcanum divinae Sapientiae*, 10 de Fevereiro de 1880. D. 1854.

(2) Direito Canónico, cân. 1035.

920. 2.^a Porque permite a Igreja o casamento de dois cristãos, quando um, ou os dois, não praticam a religião. — Muitos fiéis estranham que a Igreja permita esses casamentos, visto o matrimônio ser um sacramento que se deve receber em estado de graça.

Resposta. — Não é a Igreja quem ministra o sacramento do matrimônio, mas os contraentes. Se algum deles está falsamente convencido que não peca recebendo-o em pecado, não pecará de facto; de contrário, pecará realmente. Mas ainda neste caso, o sacerdote assiste a tais casamentos, e a Igreja reconhece-lhe a validade. Procedendo assim, a Igreja pretende salvar o bem do contraente que pratica a religião, e quer contrair matrimônio ou evitar maiores males, como seria as uniões ilegítimas.

921. 3.^a Cerimónias do matrimônio, segundo o ritual romano. — O sacerdote, na presença das testemunhas, pergunta ao noivo se quer receber a noiva como sua verdadeira esposa, segundo o rito da Igreja. Interroga depois a noiva no mesmo sentido. Obtidas respostas afirmativas, o sacerdote enlaçando com a estola as mãos direitas unidas, de ambos, diz: *«Eu vos junto em matrimônio, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo»*. Depois benze as alianças, que os esposos se põem mutuamente no dedo. O sacerdote recita finalmente uma breve oração.

RESUMO. — Qual é a essência do matrimônio? Como se demonstra pela Tradição que o matrimônio consiste unicamente no contrato matrimonial? Pode demonstrar-se pela prática da Igreja, antes e depois do Concílio de Trento? Qual é a matéria e forma deste sacramento? Quem são os seus ministros? Porque não se pode celebrar entre cristãos o matrimônio sem ser ao mesmo tempo sacramento? Porque permite a Igreja o casamento, quando um dos contraentes não pratica a religião? Quais são as cerimónias do matrimônio, segundo o ritual romano?

ART. 3.º — UNIDADE DO MATRIMÓNIO

TESE. Um homem não pode estar unido em matrimónio válido com várias mulheres ao mesmo tempo, nem uma mulher com vários homens.

QUALIFICAÇÃO: *De fé, pelo menos, porque assim o ensina a Igreja no seu magistério ordinário.*

922. Explicação. — O matrimónio de um homem com várias mulheres ao mesmo tempo chama-se *poliginia*, das palavras gregas «*polús*» (muito) e «*guné*» (mulher) ⁽¹⁾. Praticaram-na os judeus, e actualmente os árabes e alguns povos pagãos. O matrimónio de uma mulher com vários homens, chama-se *poliandria* (da palavra grega «*andres*» que significa varões).

923. Adversários. — Prescindindo dos não cristãos, ensinaram doutrina contrária à tese, *Lutero* e algumas seitas *protestantes* quanto à poliginia.

Provas

924. A) Tradição. — 1. O II Concílio de Lião ensina como verdade de fé que «não se permite a um homem ter simultâneamente várias mulheres, nem a uma mulher vários homens» ⁽²⁾.

2. O Concílio de Trento diz por sua vez: «Cristo Nosso Senhor ensinou claramente que por este vínculo se juntavam e uniam sòmente dois ⁽³⁾, e condena com anátema aos que disserem «que é lícito aos cristãos ter simultâneamente várias esposas ⁽⁴⁾».

⁽¹⁾ Em vez de poliginia, é mais frequente, ainda que menos exacto, dizer simplesmente *poligamia*, de «*polús*» e «*gâmos*» (casamento). — *N. do T.*

⁽²⁾ Profissão de fé de Miguel Paleólogo. D. 465.

⁽³⁾ Ses. 24, doutrina do Sacramento do matrimónio. D. 969.

⁽⁴⁾ Cân. 2, do Sacramento do matrimónio. D. 972.

Estes documentos não dizem expressamente que tais uniões sejam *inválidas*, e restringindo-nos às suas palavras só concluiríamos que eram ilícitas. O sentido, porém, é que são inválidas, pois foi esse o pensamento constante da Igreja.

3. O cânon 1013 do Direito Canónico, no § 2.º, diz textualmente: «As propriedades essenciais do matrimónio são a unidade e a indissolubilidade». Ora bem, se a poliginia ou poliandria fossem válidas, a unidade deixaria de ser propriedade essencial do matrimónio.

925. B) Escritura. — Tanto Jesus Cristo como S. Paulo falam somente de duas pessoas unidas em matrimónio, e de tal sorte que casar-se com uma segunda mulher, vivendo a primeira, é adultério. Por conseguinte, não pode um homem unir-se válidamente com várias mulheres.

1. «*Já não são dois, mas uma só carne*» ⁽¹⁾, diz Cristo Nosso Senhor falando dos casados; e mais adiante: «*Eu vos digo que quem repudiar a sua mulher, a não ser por fornicção e casar com outra, peca; e quem casar com a que foi despedida, peca*» ⁽²⁾. Estas palavras de Jesus são, talvez, mais claras como as refere S. Marcos: «*Todo aquele que repudiar a sua mulher e casar com outra, comete adultério com ela; e se a esposa repudiar o seu marido e se casar com outro, peca*» ⁽³⁾. Se o homem pudesse ter várias mulheres ao mesmo tempo, não cometeria adultério ao casar-se com a segunda depois de repudiar a primeira.

2. S. Paulo diz a respeito da mulher casada: «*Não se separe do seu marido, se porém ela se separar,*

(1) «*Iam non sunt duo, sed una caro*». S. Mateus, xxix, 6.

(2) «*Dico autem vobis quia quicumque dimiserit uxorem suam, nisi ob fornicationem, et aliam duxerit, moechatur; et qui dimissam duxerit, moechatur*». S. Mateus, xix, 9.

(3) «*Quicumque dimiserit uxorem suam, et aliam duxerit, adulterium committit super eam. Et si uxor dimiserit virum suum et alii nupserit, moechatur*». S. Marcos, x, 11 e 12.

que fique sem casar, ou que se reconcilie com o seu marido» (1). «Se, vivendo o marido, for achada com outro homem, será chamada adúltera» (2). Portanto, a Sagrada Escritura não permite outro casamento válido senão o de um só homem com uma só mulher.

RESUMO. — Que se entende por poliginia e quem a pratica? Em que consiste a poliandria? Quem dentre os cristãos admitiu a poliginia? Como se prova pela Tradição e Escritura que um homem não se pode unir válidamente em matrimónio com várias mulheres ao mesmo tempo, ou uma mulher com vários homens?

ART. 4.º — INDISSOLUBILIDADE DO MATRIMÓNIO CONSUMADO

TESE. O matrimónio contraído por dois cristãos, uma vez consumado (3), é absolutamente indissolúvel.

QUALIFICAÇÃO: Doutrina teologicamente certa.

926. Adversários. — Os protestantes ensinam teórica e praticamente que o matrimónio se pode dissolver por causas diversas. Os cismáticos gregos admitem a dissolução no caso de adultério de um dos cônjuges. Entre os católicos, alguns como Cajetano e Catarino, julgaram também que, neste caso, podia dissolver-se.

(1) «Uxorem a viro non discedere; quod si discesserit, manere inuptam, aut viro suo reconciliari». I Coríntios, VII, 10 e 11.

(2) «Igitur, vivente viro, vocabitur adultera si fuerit cum alio viro». Romanos, VII, 3.

(3) Quer dizer depois do «acto matrimonial».

Provas

927. A) Tradição. — 1. O Concílio de Trento definiu: «Se alguém disser que por motivo de heresia, ou de convivência incômoda, ou de ausência fingida pelo cônjuge, se pode dissolver o vínculo do matrimônio, seja anátema» ⁽¹⁾. Logo é verdade de fé que por esses motivos não se pode dissolver.

2. Definiu igualmente: «Se alguém disser que a Igreja erra quando ensinou e ensina, segundo a doutrina evangélica e apostólica, que não se pode dissolver o vínculo do matrimônio por causa de adultério de um dos cônjuges, e que nem um nem outro, nem mesmo o inocente..., pode, enquanto vive o outro cônjuge, contrair outro matrimônio, e que pecam, tanto aquele que, despedida a adúltera, se casa com outra, como aquela que, despedido o adúltero, se une com outro, seja anátema» ⁽²⁾. Logo é verdade de fé que a Igreja ainda no caso de adultério, e portanto o matrimônio, mesmo então é indissolúvel.

Se pela causas anteriores, que são das mais graves, se não pode desfazer o vínculo matrimonial, muito menos por outras de menor importância.

3. O Direito Canônico ensina o seguinte no cânon 1118: «O matrimônio válido (de dois cristãos)..., uma vez consumado, não pode ser dissolvido nem por nenhum poder humano nem por nenhuma causa que não seja a morte» (de um dos cônjuges).

928. B) Escritura. — 1. São Paulo ensina que a mulher que, em vida do seu marido, se junta com outro é adúltera ⁽³⁾, por isso não admite que a mulher tome outro marido, senão morto o primeiro.

⁽¹⁾ Ses. 24. D. 975.

⁽²⁾ D. 977.

⁽³⁾ *«Igitur, vivente viro, vocabitur adultera si fuerit cum alio viro»*. Romanos, VII, 3.

2. Jesus Cristo declara: «*Todo aquele que repudiar a sua mulher e casar com outra, comete adultério com ela, e se a esposa repudiar o seu marido e se casar com outro, peca*» ⁽¹⁾. O matrimónio é, pois, indissolúvel; de contrário, não pecaria o cônjuge sempre que despedisse o outro para se unir com terceiro.

929. Dificuldade. — Em S. Mateus, lemos estas palavras de Jesus Cristo: «*Quem repudiar a sua mulher, a não ser por fornicção, e se unir com outra, peca; e quem se casar com a que foi despedida, peca*» ⁽²⁾. Logo, no caso de adultério da mulher, pode o marido despedi-la e casar-se com outra, pois Cristo fez essa excepção.

Resposta. — Jesus Cristo não diz: «quem se casa com uma segunda mulher, a não ser por fornicção da primeira, peca», mas «quem repudia a sua mulher, a não ser por fornicção, e se casa com outra, peca». Há, portanto, duas afirmações nas palavras de Jesus: uma, quanto ao repúdio da própria mulher; outra, quanto ao casamento com uma segunda.

A excepção põe-se para a primeira afirmação, e não para a segunda. Portanto, o texto diz que não se peca despedindo a mulher, quando esta adulterou; que não se peque casando-se com outra, quando a primeira adulterou, não o dizem as palavras citadas. Para isso, devia o pensamento de Cristo Nosso Senhor estar assim enunciado: «Quem despede a sua mulher e se casa com outra, a não ser por fornicção, peca». Ora Cristo diz: «Quem repudiar a sua mulher, a não ser por fornicção, e se casar com outra, peca».

O texto, portanto, pode explicar-se desta forma:

(1) «*Quicumque dimiserit uxorem suam, et aliam duxerit, adulterium committit super eam. Et si uxor dimiserit virum suum et alii nupserit, moechatur*». S. Marcos, x, 11 e 12.

(2) «*Quicumque dimiserit uxorem suam, nisi ob fornicationem, et aliam duxerit, moechatur; et qui dimissam duxerit, moechatur*». S. Mateus, xix, 9.

Quem despede a sua mulher sem causa grave, como é a fornicção, peca, porque a expõe ao perigo de pecar, e mesmo que este se não desse, porque lhe nega o direito que tem de viver matrimonialmente.

Quem se casa com a repudiada, tenha ou não havido adultério, também peca, porque o adultério, se bem dá ao marido direito de separar-se da mulher, não lho dá para se casar com outra.

Este texto não oferece portanto dificuldade alguma, bem pensado, é até um argumento a favor da indissolubilidade do matrimónio.

Temos de reconhecer que tal modo de falar, se não é o mais natural, nem por isso é alheio à índole das línguas. Podemos dizer em português: se alguém matar a seu pai, a não ser em legítima defesa, e lhe desejar eterna condenação, peca. Nesta frase, o inciso — *em legítima defesa*, afecta o primeiro membro e não o segundo. A ninguém é lícito matar a seu pai, senão em caso de legítima defesa. Fora desse caso é pecado. Desejar-lhe a condenação eterna é sempre pecado, sem ter nada que ver com a legítima defesa. E assim, despedir a própria mulher é pecado, a não ser que ela tenha adulterado (ou dado outro motivo grave equivalente); casar-se com outra, vivendo a primeira, é sempre pecado.

Observação. — À solução anterior poderíamos chamar clássica. Modernamente propuseram-se outras mais simples. Uma delas traduz as palavras *a não ser por fornicção*, por: *mesmo no caso de fornicção*. Isto significa que nunca é permitido, nem sequer no caso de infidelidade por parte da esposa, dissolver o vínculo conjugal e casar-se com outra.

Outra solução, ainda mais recente, proposta por Bonsirven, apresenta tradução diferente das palavras: *a não ser por fornicção*; — *a não ser que se trate de uma união fornicária*, de um falso matrimónio. Quer dizer que jamais é lícito despedir a mulher com quem está ligado e casar-se com outra, a não ser que a

primeira não seja verdadeira esposa, por não estar unida em legítimo e válido matrimónio ⁽¹⁾.

Outros, enfim, suprimem as palavras: *a não ser por fornicção*, dando como motivo que não estavam antes no original ⁽²⁾. É talvez a melhor solução.

RESUMO. — *Que é o matrimónio consumado? Quem negou a indissolubilidade de tal matrimónio? Como se demonstra a indissolubilidade pela Tradição e Escritura? Como se explicam as palavras de Cristo Nosso Senhor, conservadas por S. Mateus, no cap. XIX, v. 9?*

ART. 5.º — DISSOLUBILIDADE DO MATRIMÓNIO NÃO CONSUMADO

TESE. O matrimónio contraído por dois cristãos, e ainda não consumado, pode ser dissolvido quer pelo facto da profissão religiosa solene de um dos cônjuges, quer pela autoridade do Sumo Pontífice.

QUALIFICAÇÃO: *A primeira parte é de fé, a segunda teològicamente certa.*

930. Explicação. — Chama-se *profissão solene* ou profissão de votos solenes aquela que é aceite, como tal, pela Igreja. Por essa profissão, o religioso entrega-se a Deus de maneira mais firme que pelos votos ordinários, como um objecto consagrado — um cálice, por exemplo — fica destinado ao serviço divino de um modo mais completo que outro objecto meramente benzido — uma casula, por exemplo.

(1) Veja-se *Recherches de Science Religieuse*, tomo 35, n.º 3, (ano 1948), págs. 442 e segs., onde Bonsirven defende esta opinião, passando em revista e apreciando as outras.

(2) Larranaga, *Verdad y Vida*, (1949), pág. 76.

Votos solenes fazem-nos os membros das Ordens Religiosas: agostinhos, franciscanos, jesuítas, etc.; os membros das Congregações Religiosas fazem *votos simples*.

Adversários. — Os *protestantes*.

Provas

931. A) Tradição. — A profissão solene dissolve o **matrimônio**. — 1. «Se alguém disser que o matrimônio... não consumado, não é dissolvido pela profissão solene de um dos cônjuges, seja anátema» ⁽¹⁾.

2. O cânon 1119 do Direito Canônico enuncia a mesma doutrina.

932. B) Prova deduzida da prática da Igreja. — O Sumo Pontífice tem poder para o dissolver.

— 1. Os Romanos Pontífices usaram repetidas vezes desse direito. Se o não possuíssem teriam ensinado uma doutrina falsa — a que está implicada em tal procedimento. Ora isso não é possível, dada a infalibilidade da Igreja.

2. O Código do Direito Canônico, no cânon 1119, afirma expressamente esse direito do Pontífice.

Observação. — O Papa pode também dissolver o matrimônio, mesmo consumado, de um baptizado com outro que o não esteja conforme já dissemos no n.º 908.

RESUMO. — *Que é a profissão solene? Quem negou que esta dissolve o casamento não consumado, celebrado entre dois cristãos? Como se demonstra pela Tradição que o dissolve? Como se prova que também o Sumo Pontífice, por justas causas, o pode dissolver?*

⁽¹⁾ Concílio de Trento, ses. 24, cân. 6, do Sacramento do matrimônio. D. 976.

ART. 6.º — PRIVILÉGIO PAULINO

TESE. Qualquer matrimónio, embora consumado, contraído por dois infiéis, pode dissolver-se, se um dos cônjuges se converte à fé cristã e o outro não quer viver com ele sem ofensa de Deus.

QUALIFICAÇÃO: *Doutrina teologicamente certa.*

933. Explicação. — O matrimónio contraído por dois infiéis pode dissolver-se nas condições enunciadas. Quer dizer, depois que um recebeu o baptismo, se o outro não quer viver sem pecado. Este privilégio chamado Paulino — por ter sido ensinado por S. Paulo — não se aplica ao matrimónio efectuado entre uma pessoa já cristã e outra que o não é.

Provas

934. Tradição. — 1. «Se um dos cônjuges infiéis se converte à fé católica e o outro ou não quer habitar com ele ou não quer sem ofensa de Deus ou procura induzi-lo a pecar gravemente, o primeiro pode contrair segundas núpcias se quiser. Deste caso entendemos que fala o Apóstolo quando diz: «*Se o infiel se vai, que se vá, pois nesse caso o irmão ou irmã (convertido) não está sujeito*» ⁽¹⁾.

2. «O matrimónio legítimo contraído por dois não baptizados, embora já esteja consumado, dissolve-se a favor da parte convertida, em virtude do Privilégio Paulino. Este privilégio não se aplica ao matrimónio contraído por um baptizado com um que o não era» ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Carta de Inocência III a Ugon, bispo de Ferrara em 1 de Maio de 1199. D. 405.

⁽²⁾ Código do Direito Canónico, cân. 1120, § 1 e 2.

935. Escritura. — «*Se algum irmão (um cristão) tem uma mulher infiel e esta consente habitar com ele, não a afaste. E a mulher que tem um marido infiel, que consente habitar com ela, não o afaste... Mas se o infiel se vai, que se vá, pois nesse caso o irmão ou irmã não está sujeito à servidão. Deus chamou-nos a viver em paz*» (1).

Ensina o Apóstolo com estas palavras que é lícito dissolver o matrimônio e contrair outro. Diz, com efeito, S. Paulo que o cônjuge cristão não está sujeito a servidão. Ora esta não pode ser a de coabitar com outro, uma vez que a parte infiel abandonou já a cristã; trata-se, portanto, da servidão do vínculo matrimonial.

936. Nota. 1. Neste caso o matrimônio não se dissolve ao receber o baptismo, mas ao contrair a parte cristã novas núpcias (2).

Sendo assim, é evidente, que a parte infiel pode também contrair novo matrimônio.

2. Há outros casos em que o matrimônio dos não cristãos pode ser dissolvido, mesmo depois de consumado. Esses casos, porém, assim como os impedimentos do matrimônio em geral, pertencem propriamente à Moral e ao Direito Canônico, e por isso não os expomos aqui. É evidente, que sempre que o matrimônio se dissolve nessas circunstâncias, podem os antigos cônjuges contrair novas núpcias.

RESUMO. — *Em que consiste o privilégio Paulino e porque tem esse nome? Como se demonstra pela Tradição e Escritura? Qual é o momento em que o matrimônio fica dissolvido pelo privilégio Paulino? Pode lícitamente casar-se a parte infiel?*

(1) «*Si quis frater uxorem habet infidelem. et haec consentit habitare cum illo, non dimittat illam. Et si qua mulier fidelis habet virum infidelem, et hic consentit habitare cum illa, non dimittat virum... Quod si infidelis discedit, discedat, non enim servituti subiectus est frater aut soror in huiusmodi; in pace autem vocavit nos Deus*». I Coríntios, VII, 12 e segs.

(2) Direito Canônico, cân. 1126.

**ART. 7.º — O ESTADO DO MATRIMÓNIO
COMPARADO COM O CELIBATO**

TESE. O estado de celibato é mais excelente que o matrimonial.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

937. Explicação. — Entendemos por estado de celibato, não o simples facto de não contrair matrimónio, mas a razão de o deixar para melhor praticar a virtude. Afirmamos que é mais excelente e perfeito esse género de vida, comparado com o matrimonial, prescindindo do facto concreto se é preferível para muitos o casar-se e de que muitos casados sejam mais perfeitos.

938. Adversários. — *Joviniano* no século IV, os protestantes e muitos modernos que não sentem a uníssono com a Igreja.

Provas

939. A) Tradição. — «Se alguém disser que é preferível o estado matrimonial ao de virgindade ou de celibato, e que não é melhor e mais ditoso permanecer no estado de virgindade ou de celibato do que unir-se em matrimónio, seja anátema» ⁽¹⁾.

940. B) Escritura. — 1. Tendo Jesus dito aos Apóstolos que o matrimónio é indissolúvel retorquiram-lhe estes: «Se é assim... é preferível não casar. Respondeu-lhes Jesus: *Nem todos compreendem esta palavra, mas só aqueles a quem Deus o dá a entender. Há quem voluntariamente renuncia ao matrimónio para conseguir o reino dos céus. Quem for capaz de com-*

⁽¹⁾ Concílio de Trento, ses. 24, cân. 10. D. 981.

preender, compreenda» ⁽¹⁾. Portanto, segundo este testemunho de Cristo abster-se do matrimônio pelo reino dos céus é um favor ou graça de Deus.

2. Se «estais sem mulher, não procureis tê-la. Se a tomas, não pecaste... Quem liga pelo matrimônio a virgem que está a seu cuidado procede bem, mas quem a não liga procede melhor» ⁽²⁾.

3. Diz S. João no Apocalipse que no céu «as almas virgens seguem o Cordeiro para toda a parte e cantam um cântico que só elas podem cantar» ⁽³⁾.

Quer a palavra *virgens* signifique o que por ela entendemos correntemente quer signifique os que não se afastaram do verdadeiro Deus, nem da sua doutrina como se entende algumas vezes na Escritura, o que é certo é que a virgindade é preferida ao matrimônio, visto que se apresenta, mesmo no segundo caso, como modelo de fidelidade a Deus.

Nota

941. Celibato eclesiástico. — Posta a doutrina antecedente, compreende-se que a Igreja obrigue a guardar castidade aos que voluntariamente pretendem o sacerdócio. A Igreja não obriga ninguém, mas quem desejar abraçar esse estado tem de submeter-se.

RESUMO. — *Em que sentido se deve entender a preferência do estado de celibato ao matrimonial? Quem são os adversários da nossa tese? Como se demonstra pela Tradição e Escritura? É obrigatório o celibato para o clero?*

⁽¹⁾ «*Si ita est... non expedit nubere. Qui dixit illis: Non omnes capiunt verbum istud, sed quibus datum est... Sunt eunuchi qui seipsos castraverunt propter regnum caelorum. Qui potest capere, capiat*». S. Mateus, XIX, 10 e segs.

⁽²⁾ «*Solutus es ab uxore? noli quaerere uxorem. Si autem acceperis uxorem, non peccasti... Igitur et qui matrimonio iungit virginem suam bene facit; et qui non iungit, melius facit*». I Coríntios, VII, 27, 28 e 38.

⁽³⁾ «*Hi sunt qui cum mulieribus non sunt coinquinati, virgines enim sunt. Hi sequuntur Agnum quocumque ierit... Et cantabant quasi canticum novum... et nemo poterat dicere canticum nisi...*». Apocalipse, XIV, 3, 4.

DEUS CONSUMADOR
E REMUNERADOR

- * *NOTA BIBLIOGRÁFICA* — A. A. GOUPIL, *Les fins dernières*, Paris. — A. MICHEL, *Les fins dernières*, Paris. — A. M. LÉPICIER, *Dell'anima umana separata dal corpo, suo stato, sua operazione*, Roma. — J. SOUBEN, *Les fins dernières*, Paris. — SERTILLANGES, MAINAGE, etc., *L'homme après la mort*, Paris. * A. SARTORI, *La visione beatifica*, Torino. — BIROT, *Le purgatoire*, Marseille. — F. C. SHOUPPE, *Il domma del purgatorio*, Torino. — H. BREMOND, *La conception catholique de l'enfer*, Paris. — LUIS FALLETTI, *Nuestros difuntos y el Purgatorio*, trad. esp., Barcelona.

CAPÍTULO ÚNICO

DESTINO FINAL DO HOMEM

942. Nota Prévia. — Podemos dividir em quatro grupos os homens no momento da morte: 1.º os que morrem em pecado mortal; 2.º os que morrem só com o pecado original; 3.º os que morrem em estado de graça santificante, mas não satisfizeram ainda toda a pena em que, pelos seus pecados, incorreram; 4.º os que morrem em estado de graça e nada têm a satisfazer.

Passamos a tratar da sorte que espera, depois desta vida, a todos esses grupos em geral, e a cada um deles.

ART. 1.º — A MORTE

TESE. Com a morte decide-se definitivamente o nosso destino por toda a eternidade.

QUALIFICAÇÃO: Doutrina no seu conjunto pelo menos teologicamente certa, e que pode ser considerada como de fé, segundo os documentos aduzidos na prova da Tradição. Mas é de fé, pelo menos porque o ensina a Igreja no seu magistério universal ordinário.

943. Explicação. — Por morte entendemos a separação da alma do corpo.

944. Adversários. — 1. *Lutero*, para quem as almas do purgatório não estão ainda seguras da sua salvação.

2. Schell e Hirscher ensinaram que havia certos pecados mortais que podiam ser perdoados depois da morte.

3. Os que defendem a metempsicose: a alma de quem morre em pecado vai viver no corpo de outro homem, no de um animal, nalguma planta, ou até num corpo anorgânico; nisto mais ou menos tempo e irá passando de uns corpos a outros, vivendo segundo a necessidade que tenha de se purificar.

4. Restitucionistas. Segundo eles as almas dos condenados converter-se-ão um dia e ser-lhes-á restituída a graça e amizade de Deus. Padres da Igreja houve que falaram algumas vezes influenciados por esta ideia, S. Jerónimo, por exemplo.

Provas

945. A) Tradição. — A Igreja definiu o seguinte:

1. os que morrem em graça e nada têm que expiar, vão para o céu por toda a eternidade; se têm que expiar, vão para o purgatório e daí para o céu ⁽¹⁾;

2. os que morrem em pecado mortal vão para o inferno ⁽²⁾ por toda a eternidade ⁽³⁾;

3. os que morrem unicamente com o pecado original vão para o limbo ⁽⁴⁾.

Por conseguinte, no próprio momento da morte, a alma fica destinada para sempre ao céu, ao inferno, ou ao limbo.

Conforme a esta doutrina, a Igreja nunca pede ao céu para que os bem-aventurados não percam a felicidade; nem para que os condenados saiam do inferno, ou as crianças que morreram sem baptismo, do limbo.

⁽¹⁾ Constituição *Benedictus Deus*, de 29 de Janeiro de 1336. D. 530.

⁽²⁾ Concílio de Florença, decreto para os Gregos. D. 693.

⁽³⁾ Concílio de Florença, decreto para os Jacobitas. D. 714.
Concílio 4.º de Latrão, cap. 1. D. 429.

⁽⁴⁾ Concílio de Florença, decreto para os Gregos. D. 693.

Mas já pede pelas almas que estão no purgatório para que possam ir antes para o céu.

946. B) Escritura. — 1. «É necessário que todos nós compareçamos diante do tribunal de Cristo, para que cada um receba segundo o que fez, ou bom ou mau, vivendo no seu corpo» ⁽¹⁾.

2. Na sentença que Jesus Cristo pronunciará no dia de juízo, os homens são premiados com o céu ou castigados com o inferno, segundo praticaram ou não obras de caridade durante a sua vida mortal ⁽²⁾.

3. A parábola do rico avarento e do pobre Lázaro mostra que o castigo ou o prêmio começam imediatamente depois da morte e são irrevogáveis e definitivos ⁽³⁾.

947. Nota. — Na morte, não só fica irrevogavelmente decidido o destino do homem quanto ao essencial, isto é, quanto à salvação ou condenação, mas também quanto ao grau do prêmio ou castigo, porque com a morte acaba o tempo de merecer. É esse o sentido óbvio dos testemunhos da Escritura, anteriormente citados, e assim o ensina o magistério ordinário da Igreja.

Por conseguinte os Santos lá no céu não merecem nada, nem para eles nem para nós. Se eles nos conseguem de Deus graças ou favores, a razão é porque o mereceram com as boas obras feitas ainda em vida;

⁽¹⁾ «Omnes enim nos manifestari oportet ante tribunal Christi, ut referat unusquisque propria corporis, prout gessit, sive bonum, sive malum». II Coríntios, v, 10.

⁽²⁾ «Venite, benedicti Patris mei, possidete paratum vobis regnum a constitutione mundi. Esurivi enim, et dedistis mihi manducare... Discedit a me, maledicti, in ignem aeternum, qui paratus est diabolo et angelis eius. Esurivi enim, et non dedistis mihi manducare...». S. Mateus, xxv, 34 a 46.

⁽³⁾ «Fili, recordare quia recepisti bona in vita tua, et Lazarus similiter mala; nunc autem hic consolatur, tu vero cruciaris. Et his omnibus, inter nos et vos chaos magnum firmatum est, ut hi qui volunt hinc transire ad vos, non possint, neque inde huc transire». S. Lucas, xvi, 25 e 26.

se não levaram méritos para isso, porque morreram na infância, e também alcançam favores é porque Deus lho concede como parte accidental da sua felicidade.

RESUMO. — *Que é a morte? Que opinou Lutero sobre o estado das almas do purgatório, quanto ao seu definitivo destino? Como se prova pela Tradição e Escritura que com a morte se decide irrevogavelmente a sorte do homem? Pode merecer-se aumento de prêmio ou castigo depois da morte?*

ART. 2.º — O JUÍZO UNIVERSAL

TESE. Jesus Cristo virá de novo a julgar os homens.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

948. Explicação. — Jesus Cristo veio a primeira vez ao mundo para remir os homens.

Afirmamos agora que virá segunda vez para os julgar. Vimos no artigo anterior que, pela morte, fica irrevogavelmente decidida a sorte dos homens; por conseguinte, todos são julgados de algum modo no fim da vida. É o chamado *juízo particular*. Vamos provar que, além deste, haverá um *juízo universal* no fim do mundo.

949. Adversários. — *Gnósticos, albigenses e racionalistas.*

Provas

950. A) Tradição. — 1. «Jesus Cristo... subiu aos céus e está sentado à direita de Deus Pai onipotente, donde há-de vir a julgar os vivos e os mortos» ⁽¹⁾.

(1) Credo ou Símbolo Apostólico. D. 2 e 6.

2. «No dia do juízo, comparecerão todos os homens com os seus corpos diante do tribunal de Cristo, para dar conta dos próprios actos» (1).

951. B) **Escritura.** — «Quando vier o Filho do homem e todos os anjos com ele, então sentar-se-á no trono de sua majestade e congregar-se-ão todos os homens diante dele e separará uns dos outros» (2). Segue-se à descrição do juízo, a sentença e a execução.

O mesmo ensina S. Paulo na 2.^a carta aos Coríntios há pouco citada (n.º 946).

Notas Complementares

952. 1.^a **Significado das palavras «está sentado à direita de Deus Pai».** — Estas palavras que recitamos no Credo significam que Jesus Cristo, como Deus que é, goza da mesma glória e majestade que Deus-Pai. Deus, como puro espírito, não tem direita nem esquerda; falamos, portanto, metafóricamente.

953. 2.^a **Significado das palavras «virá a julgar os vivos e os mortos».** — 1. Se o juízo universal for antes de o género humano ter desaparecido da terra, o sentido é claro. Cristo virá a julgar os mortos e os vivos que ainda restarem sobre a terra.

Muitos autores, fundando-se em S. Paulo (3), sustentam esta opinião. Não está ainda definitivamente assente qual a doutrina certa sobre esta questão. Se alguns homens ainda viverem, quando Jesus Cristo os vier julgar, para estes não será a morte o momento decisivo do seu destino eterno; Deus marcar-lhes-á outro, imediatamente anterior ao juízo universal.

(1) Const. *Benedictus Deus*. D. 531.

(2) «Cum autem venerit Filius hominis in maiestate sua, et omnes angeli cum eo tunc sedebit super sedem maiestatis suae. Et congregabuntur ante eum omnes gentes, et separabit eos ab invicem, sicut pastor segregat oves ab hoedibus». S. Mateus, xxv, 31 e 32.

(3) I Tessalonicenses, iv, 14 e segs.; II Coríntios, v, 1 e segs.

2. Se todos os homens hão-de morrer antes desse juízo, as palavras — «Cristo virá a julgar os vivos e os mortos» — equivaleriam simplesmente a «virá julgar todos os homens».

954. 3.^a Dia do juízo universal. — 1. Interrogado Jesus Cristo acerca do dia do juízo universal, respondeu: «*esse dia e essa hora ninguém sabe quando há-de ser, nem os anjos no céu, nem o Filho, mas só o Pai*» (1). É evidente que Jesus Cristo o sabia como Deus, e também como homem, mas como não lhe pertencia comunicá-lo aos homens, respondeu aos Apóstolos como se o ignorasse.

2. Já no primeiro século da Igreja criam alguns cristãos que estava próximo o fim do mundo e vinda de Jesus Cristo, tendo S. Paulo de preveni-los contra tais ideias (2).

Julgou-se mais tarde, que passados mil anos de cristianismo se daria o juízo final, mas o próprio tempo desmentiu tais hipóteses. Pretende-se finalmente deduzir essa data de alguns sinais que Jesus Cristo ou os Apóstolos nos revelaram, a saber: a pregação do Evangelho em todo o mundo, certas calamidades físicas — pestes, fomes, terramotos — e a vinda do Anticristo (3). Uma só coisa podemos afirmar e é que esses sinais, aliás bastante imprecisos, não nos permitem, por agora, fixar a data, nem sequer remotamente aproximada, do fim do mundo.

3. Julgando as coisas serenamente, não temos razão alguma para pensar que esteja próximo; ao

(1) «*De die autem illo vel hora nemo scit, neque angeli in caelo, neque Filius, nisi Pater*». S. Marcos, xiii, 32.

(2) «*Rogamus autem vos fratres... ut non cito moveamini a vestro sensu, neque terreamini, neque per spiritum, neque per sermonem, neque per epistolam tanquam per nos missam, quasi instet dies Domini*». II Tessalonicenses, ii, 1 e 2.

(3) «*Consurget enim gens in gentem, et regnum in regnum; et erunt pestilentiae, et fames et terrae motus per loca... Surgent enim pseudochristi et pseudoprophetae*». S. Mateus, xxiv, 7 a 29.

— «*Et sicut audistis quia antichristus venit, et nunc antichristi multi facti sunt; unde scimus quia novissima hora est*». I S. João, 2 18.

contrário. O mundo está maravilhosamente constituído e não há sinal nenhum de catástrofe próxima. Além disso, antes que Jesus Cristo viesse à terra passaram certamente muitos milhares de anos em que os homens viveram nas trevas do paganismo e da idolatria; não parece pois provável que vá agora o mundo a acabar quando há poucos séculos ainda que a grande parte dos homens conhece o Deus verdadeiro.

É tão provável que o fim do mundo esteja próximo como o é que amanhã todo o Portugal esteja submergido pelas águas do Atlântico.

RESUMO. — *Como se demonstra pela Tradição e Escritura, a segunda vinda de Cristo para julgar os homens? Qual é o significado da expressão: «Cristo está sentado à direita de Deus Pai» e «virá a julgar os vivos e os mortos»? Que respondeu Jesus quando o interrogaram sobre o dia do Juízo final? Porque deu essa resposta? Que se pensou sobre a proximidade do Juízo final? Que sinais deram Jesus Cristo e os Apóstolos, como precursores desse dia? Que se pode concluir deles? Que pensar sobre a proximidade ou distância do fim do mundo?*

ART. 3.º — A RESSURREIÇÃO

TESE. Antes do juízo universal, todos os mortos hão-de ressuscitar.

QUALIFICAÇÃO: De fé.

955. Adversários. — Entre os judeus, negaram a ressurreição os Saduceus ⁽¹⁾. Negaram-na também alguns cristãos da primitiva Igreja ⁽²⁾, e mais tarde muitos hereges.

(1) «Saducæi, qui dicunt non esse resurrectionem». S. Mateus, 22, 23.

(2) «Si autem Christus prædicatur quod resurrexit a mortuis, quomodo quidam dicunt in vobis quoniam resurrectio mortuorum non est?» I Coríntios, xv, 12.

Provas

956. A) Tradição. — 1. «Creio... na ressurreição da carne» ⁽¹⁾, quer dizer, na ressurreição dos homens que morreram.

2. Jesus Cristo há-de vir «a dar a cada um segundo as suas obras, tanto aos réprobos como aos eleitos, todos os quais hão-de ressuscitar em seus próprios corpos» ⁽²⁾.

957. B) Escritura. — 1. «*Todos os que estão nos sepulcros ouvirão a voz do Filho de Deus, e os que praticaram o bem sairão para a ressurreição da vida; os que praticaram o mal ressuscitarão para a condenação*» ⁽³⁾.

2. «*Se não há ressurreição de mortos, nem Cristo ressuscitou*» ⁽⁴⁾. Em todo o capítulo XV refere-se S. Paulo à ressurreição de Jesus Cristo e dos homens.

3. O mesmo S. Paulo serve a Deus com a firme esperança de que «há-de haver ressurreição de justos e pecadores» ⁽⁵⁾.

Notas

958. 1.^a A matéria dos corpos ressuscitados.
— 1. Como a matéria de que se compõe o corpo humano vai mudando durante a vida, não é necessário evidentemente que os corpos ressuscitados tenham toda essa matéria que os formou enquanto viveram. Para uma pessoa ser a mesma de há vinte anos, não é necessário que tenha a mesma matéria de então.

(1) Símbolo dos Apóstolos. D. 3.

(2) Concílio 4.^o de Latrão, cap. 1. D. 429.

(3) «*Omnes qui in monumentis sunt, audient vocem Filii Dei; et procedent qui bona fecerunt, in resurrectionem vitae; qui vero mala egerunt, in resurrectionem iudicii*». S. João, v, 28 e 29.

(4) «*Si autem resurrectio mortuorum non est, neque Christus resurrexit*». I Coríntios, xv, 13.

(5) «*...: Spem habens in Deum, quam et hi ipsi expectant, resurrectionem futuram iustorum et iniquorum*». Actos, xxiv, 15.

2. Por conseguinte também não é preciso que toda a matéria, que neste mundo sofreu e se mortificou unida à alma, tenha de alegrar-se no céu para que a ressurreição seja verdadeira; assim como também não é preciso que uma pessoa tenha agora a matéria que teve há vinte anos para que possa gozar do trabalho de então e ganhar o descanso.

3. Se para haver verdadeira ressurreição se requer que os corpos ressuscitados sejam constituídos pelas mesmas moléculas que, em dado momento da vida, os formava, Deus com o seu infinito poder as reunirá. Ninguém poderá demonstrar que isso é impossível.

959. 4. Se a alguém, afastando-se da verdade, lhe parecesse ser impossível que os corpos ressuscitados sejam formados pela matéria que, em vida, tiveram, mesmo em dado momento, nem por isso deve negar a ressurreição. Em tal caso, seguir-se-ia que para a ressurreição bastava a identidade da alma e, quanto ao corpo, as disposições interiores e exteriores que o caracterizaram em vida.

Parece certo que a matéria do nosso corpo está em contínua mudança, porque assimilamos e desassimilamos cada dia parte importante do seu peso.

As gotas de água que transbordam de um tanque porque a fonte é perene, não são só as que há muito estavam no tanque: haverá de mistura gotas que da fonte caíram há pouco tempo.

Assim deve acontecer com a desassimilação no nosso organismo: vão sendo substituídas moléculas antigas juntamente com outras mais recentemente assimiladas.

960. Propriedades dos corpos ressuscitados. — No céu, os corpos ressuscitados nada terão que sofrer (*impassibilidade*); serão íntegros, perfeitos e ornados de um esplendor proveniente da felicidade da alma (*claridade*); poderão mover-se facilmente duma parte a outra (*agilidade*), e como Jesus quando entrou no

Cenáculo com as portas fechadas, penetrar sem lesão os corpos (*penetrabilidade* ou *subtileza*).

Estas quatro propriedades chamam-se: Dotes dos corpos gloriosos. Os teólogos atribuem-nos ao corpo glorioso por já estar ressuscitado à imagem do corpo de Cristo «*que reformará o corpo da nossa vileza, conforme o seu corpo glorioso*» ⁽¹⁾ segundo declara S. Paulo acerca da ressurreição. «*Semeado na corrupção, levantar-se-á incorruptível* (impassibilidade); *semeado na ignomínia, ressuscitará glorioso* (claridade); *semeado na debilidade, ressuscitará cheio de poder* (agilidade); *semeado corpo animal, ressuscitará corpo espiritual* (subtileza)» ⁽²⁾.

RESUMO. — Quem negava a ressurreição entre os judeus? E mais tarde? Como se prova pela Tradição e Escritura a ressurreição de todos os mortos antes do juízo universal? É necessário que os corpos ressuscitados tenham toda a matéria que os constituiu em vida? Se se pudesse provar a impossibilidade de os corpos ressuscitados terem as mesmas moléculas que alguma vez tiveram em vida, a ressurreição era impossível? Que propriedades terão os corpos dos bem-aventurados depois da ressurreição? Em que se fundam os teólogos para o afirmar?

(1) «*Qui reformabit corpus humilitatis nostrae, configuratum corpori claritatis suae*». Filipenses, III, 21.

(2) «*Seminatur in corruptione, surget in incorruptione. Seminatur in ignobilitate, surget in gloria. Seminatur in infirmitate, surget in virtute. Seminatur corpus animale, surget corpus spiritale*». I Coríntios, xv, 42, 43 e 44.

ART. 4.º — O INFERNO

TESE. Os que morrem em pecado mortal são condenados a sofrer penas eternas.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

961. Adversários. — Os *gnósticos, protestantes, racionalistas* e muitos outros hereges.

Provas

962. A) Tradição. — 1. «Definimos... que as almas dos que morrem em pecado mortal... vão logo para o inferno» ⁽¹⁾.

2. «Os que praticaram boas obras irão para a vida eterna; os que as praticaram más, para o fogo eterno» ⁽²⁾.

3. «Cremos firmemente... que todos os homens, tanto os réprobos como os predestinados, hão-de ressuscitar com os próprios corpos que agora trazem para que recebam, segundo as obras foram boas ou más, os réprobos pena eterna juntamente com o demónio, e os predestinados, glória sempiterna com Jesus Cristo» ⁽³⁾.

963. B) Escritura. — 1. «*Não vos enganeis: nem os fornicários, nem os idólatras..., nem os avarentos..., possuirão o reino de Deus*» ⁽⁴⁾.

⁽¹⁾ Concílio de Florença, decreto para os Gregos. D. 693.

⁽²⁾ Símbolo Atanasiano. D. 40.

⁽³⁾ Concílio 4.º de Latrão. D. 429.

⁽⁴⁾ «*Nolite errare; neque fornicarii, neque idolis servientes, neque adulteri, neque molles, neque masculorum concubitores, neque fures, neque avari, neque ebriosi, neque maledici, neque rapaces, regnum Dei possidebunt*». I Coríntios, vi, 9 e 10.

Apresenta S. Paulo neste lugar uma extensa série de pecados, que excluem do reino dos céus; daqui podemos deduzir que todo o pecado grave implica a perda do céu.

2. S. Mateus (v, 27 e segs.) conservou-nos estas palavras de Jesus: «Já sabeis que está dito: não comerás adultério; eu por mim digo-vos, que quem olha a uma mulher para desejar pecar com ela, já cometeu adultério no seu coração. Se o teu olho direito é para ti ocasião de queda, arranca-o e lança-o para longe de ti, porque é melhor ficares sem um dos teus membros do que ires com todo o teu corpo, parar ao inferno».

Não há pois dúvida alguma: qualquer pecado grave, embora se cometa só com o desejo, faz o homem réu do inferno.

3. Na sentença do juízo universal dirá Jesus Cristo aos réprobos: «*Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno...; e irão estes para o suplicio eterno, e os justos para a vida eterna*» ⁽¹⁾. Estas palavras de Cristo mostram que, do mesmo modo que o céu, também é eterno o inferno.

Notas Complementares

964. 1.^a **Gêneros de tormentos.** — Dois gêneros de tormentos sofrem os condenados no inferno: um, verem-se privados da felicidade do céu, para que estavam destinados; o outro é o fogo, segundo nos mostra a Escritura e a Tradição, tormento material que lhes tortura ao mesmo tempo o corpo e alma.

Segundo os Teólogos esse fogo pode não ser idêntico ao fogo da terra, mas, em qualquer caso, será sempre um *elemento material* que atormenta os

⁽¹⁾ «*Discedit a me maledicti, in ignem aeternum... Et ibunt hi in supplicium aeternum, iusti, autem in vitam aeternam*». S. Mateus, xxv, 41 e 46.

condenados, como o fogo deste mundo atormenta os corpos vivos ⁽¹⁾. Não se trata pois de um tormento meramente interno, como seria o remorso, etc.

2.^a Noção do inferno. — Uma vez provada a tese, podemos definir o inferno como o lugar onde sofrem eternamente os que morrem em pecado mortal.

RESUMO. — *Quem nega a existência do inferno? Como se demonstra pela Tradição e Escritura que sofrerão penas eternas os que morrem em pecado mortal? Que espécies de tormentos sofrem os condenados? Segundo os teólogos, é necessário que o fogo do inferno seja da mesma natureza que o fogo da terra?*

ART. 5.^o — O LIMBO DAS CRIANÇAS

TESE. Os que morrem unicamente com o pecado original são privados para sempre da visão beatífica mas não sofrem nenhuma outra pena.

QUALIFICAÇÃO: *A primeira parte é de fé, ao menos porque assim o ensina a Igreja no seu magistério universal ordinário. A segunda é doutrina moralmente certa.*

965. Explicação. — Por *visão beatífica* entendemos a visão clara e imediata de Deus, da qual gozam os bem-aventurados no céu, como veremos adiante no art. 7.^o.

966. Adversários. — Segundo os *jansenistas* e alguns *Teólogos católicos*, os que morrem só com o pecado original, além de serem privados da vista de Deus, sofriam também alguma outra pena positiva.

(1) Beraza, *De Deo Elevante*, n.^o 1163.

1.^a PARTE — *Carecem da visão beatífica.*

Provas

967. A) **Tradição.** — 1. «Se alguém disser que as criancinhas... nada contraem do pecado original que seja necessário purificar com a ablução da regeneração, para conseguir a vida eterna..., seja anátema» ⁽¹⁾. Logo, para conseguir a vida eterna é necessário estar livre do pecado original.

2. «A pena do pecado original é a privação da visão de Deus» ⁽²⁾.

968. B) **Escritura.** — «Se alguém não renascer da água e do Espírito Santo, não pode entrar no reino de Deus» ⁽³⁾.

Suposta a explicação deste texto feita no n.º 701 e seg., concluímos que os que morrem com o pecado original, não renasceram *da água e do Espírito Santo*, pois o baptismo perdoa todo o pecado.

2.^a PARTE — *Não sofrem nenhuma outra pena.*

Provas

969. A) **Tradição.** — 1. «A pena do pecado original é a carência da visão de Deus; a pena do pecado actual é o tormento de um inferno eterno» ⁽⁴⁾. As crianças, portanto, não têm que sofrer outra pena além

(1) Concílio de Trento, ses. 5, Decreto sobre o pecado original. D. 791.

(2) Carta de Inocêncio III a Imberto, Arcebispo de Arlés. D. 410.

(3) «*Nisi quis renatus fuerit ex aqua et Spiritu Sancto, non potest introire in regnum Dei*». S. João, III, 5.

(4) Inocêncio III. D. 410.

da privação da visão beatífica, de contrário, estariam em condição igual à dos condenados.

2. O Concílio de Florença, no seu decreto para os gregos, ensina que as almas dos que morrem em pecado mortal, ou só com o original, vão para o inferno, onde são castigados com penas *desiguais*. O mesmo está na profissão de fé de Miguel Paleólogo ⁽¹⁾.

Por conseguinte, os que morrem só com o pecado original não têm pena de sentido, como têm os condenados por culpas mortais, mas só pena de dano. Com efeito, se sofressem também pena de sentido, sofreriam a mesma que os que morrem em pecado mortal.

Nem colhe a objecção de que, embora tivessem pena de sentido, podia ser menos intensa do que a que sofrem os condenados, e portanto diversa. A razão é porque, também nos que se condenaram por terem pecado mortalmente, haverá diversidade na pena de sentido, conforme tenham cometido mais ou menos pecados, ou os mesmos mas mais ou menos graves.

970. B) Pelo raciocínio. — Não há motivo algum para afirmar que os que não cometeram nenhuma culpa pessoal sejam castigados com outra pena, além da privação de um prêmio a que estavam destinados por pura benevolência de Deus.

Se sofressem alguma pena de sentido sofreriam algo que é oposto à sua natureza. Ora tal não pode suceder: sendo Deus quem fez o homem e o destinou a ser naturalmente feliz, este conseguirá necessariamente esse fim se não comete culpa pessoal.

971. Consequências. — 1.^a Os que morrem só com o pecado original terão, na outra vida, uma existência feliz, como a teria neste mundo a pessoa a quem tudo corresse conforme aos seus desejos.

A carência da visão de Deus atormenta os condenados, porque foram privados dela por causa dos seus

(1) D. 693 e 694.

pecados pessoais; mas não torna infelizes as crianças, por tal privação ser apenas devida ao pecado que herdaram de Adão.

2.^a Podemos pois definir o *limbo das crianças*: o lugar para onde vão os que morrem só com o pecado original.

972. Observação. — Modernamente, defendem certos autores que ninguém morre só com o pecado original; por isso não é preciso que haja limbo, porque só haverá condenados ou bem-aventurados.

A todos os que morrem antes do uso da razão, Deus iluminaria no fim da vida para que pudessem, querendo-o, fazer um acto sobrenatural de amor de Deus, em que estivesse implícito o baptismo de desejo. Assim os que quisessem podiam salvar-se, e, os que o não quisessem, condenavam-se.

Dificuldade. — No dia de Juízo haverá dois grupos de homens, segundo diz S. Mateus, xxv, 33 e segs.; uns estarão à direita do Juiz e irão para o céu; outros à esquerda e são os que hão-de ir para o inferno. Portanto, não fica ninguém para o limbo.

Solução. — É que no texto não se fala senão dos que fizeram, ou deixaram de fazer, obras de caridade com o próximo, isto é, dos adultos. Prescinde das crianças, que são incapazes de as fazer.

Notas

973. 1.^a Os que morrem só com o pecado original mais algum ou alguns veniais. — Estes não podem ir nem para o céu porque morrem sem a graça santificante, nem para o inferno porque não cometeram nenhum pecado mortal, nem para o purgatório porque para lá só vão os que morrem na graça de Deus, predestinados ao céu. Por outro lado, é necessário que

dêem satisfação correspondente às suas culpas veniais. Em que consiste pois essa satisfação e onde a vão eles dar?

Este problema não foi ainda tratado nos documentos eclesiásticos, e os teólogos dão-lhes soluções diversas.

A mais aceitável parece esta:

Os que morrem nessas condições sofrem uma pena temporal correspondente a suas culpas, para começarem depois a vida naturalmente feliz dos que morrem só com o pecado original. Estão, portanto, no limbo das crianças ⁽¹⁾.

974. 2.^a O limbo dos justos. Significação das palavras do Credo «desceu aos infernos». — Chama-se *limbo dos justos*, ou *seio de Abraão*, o lugar onde estavam as almas dos justos antes da morte de Cristo. Estes nada tinham que expiar, mas só podiam entrar no céu depois da morte redentora de Jesus Cristo. A entrada do céu só ficou aberta com a morte de Cristo, como explicam os Teólogos, fundados em vários textos de S. Paulo ⁽²⁾.

As palavras do Credo — «desceu aos infernos», referem-se ao limbo dos justos, aonde Cristo foi anunciar a sua morte e ressurreição ⁽³⁾, e conceder-lhes a visão beatífica, que então começou para eles ⁽⁴⁾.

(1) Consulte-se *Teologia do Além*, pág. 202.

(2) Hebreus, ix, 8, etc.

(3) I S. Pedro, iii, 18 e segs.

(4) Para esta questão consulte-se Lercher, *Institutiones Theologiae Dogmaticae*, tomo 3, n.º 298.

RESUMO. — *Que pena sofrem os que morrem só com o pecado original? Quem afirmou que sofriam outras penas? Como se prova pela Tradição e Escritura que são privados da visão beatífica? Como se demonstra pela Tradição e pelo raciocínio que além dessa privação, não sofrem outra pena? Como se infere que terão uma existência feliz? Porque é que a carência da visão intuitiva de Deus atormenta os que pecaram gravemente, e não os que morrem só com o pecado original? Que é o limbo dos justos? Que significam as palavras do Credo «desceu aos infernos», aplicadas a Cristo?*

ART. 6.º — O PURGATÓRIO

TESE. Os que morrem em graça mas sem lhes ter sido perdoada toda a pena, em que por seus pecados incorreram, têm de a expiar antes de entrar no céu.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

975. Explicação. — *Purgatório* é o lugar onde as almas dos justos expiam os seus pecados antes de entrar no céu.

976. Adversários. — Negaram a existência do purgatório os *protestantes* antigos; os modernos admitem-no, mas negam a possibilidade de socorrer com boas obras as almas que lá se encontram.

Provas

977. A) Tradição. — 1. «Se alguém disser... que a todo o pecador arrependido é de tal maneira extinguido o reato da pena eterna, que não permanece reato algum de pena temporal, que tenha de expiar ou nesta vida ou na futura no purgatório, antes de se lhe poder patentear a entrada no reino dos céus, seja anátema» ⁽¹⁾.

(1) Concílio de Trento, ses. 6, cân. 30, da justificação. D. 840.

2. Definimos que aqueles que... «morrerem em graça de Deus, antes de terem satisfeito (pelos seus pecados)... com dignos frutos de penitência, as suas almas são purificadas com as penas do purgatório, depois da morte, e para os livrarem dessas penas, são-lhes proveitosos os sufrágios dos fiéis que ainda vivem» ⁽¹⁾.

978. B) *Escritura*. — «Tendo Judas feito uma colecta de dois mil dracmas, enviou-a a Jerusalém para ser empregada num sacrifício expiatório (pelos mortos na batalha). Bela e nobre acção» ⁽²⁾.

Esta passagem mostra que a *Escritura* supõe a existência do purgatório, quer dizer, um estado em que as almas têm ainda alguma coisa a expiar pelos seus pecados, e podem ser socorridas com as boas obras dos fiéis.

Observação. — O texto ordinariamente aduzido pelos autores para provar esta tese: «*É um pensamento santo e salutar orar pelos defuntos para que se vejam livres dos seus pecados*» (II Mac., xii, 46), parece não ter valor comprovativo, visto que essas palavras não existem no original.

979. C) *Pelo raciocínio*. — A perfeição da Justiça divina exige que às culpas veniais corresponda alguma pena. Como esta muitas vezes não se sofre nesta vida, terá de se expiar no purgatório.

980. *Consequência*. — Segundo o Concílio de Florença, anteriormente citado, e segundo a *Escritura*, os fiéis podem com boas obras livrar das penas do

⁽¹⁾ Concílio de Florença, decreto para os Gregos. D. 693.

⁽²⁾ «*Et facta collatione, duodecim millia drachmas argenti misit Ierosolymam offerri pro peccatis mortuorum sacrificium, bene et religiose de resurrectione cogitans*». II Macabeus, xii, 43.

purgatório as almas que lá se encontram ⁽¹⁾. As obras devem ser feitas em graça de Deus, salvo o caso das indulgências ⁽²⁾.

Nota

981. **A comunhão dos santos.** — 1. Um dos dogmas ou verdades que professamos no Credo, é a comunhão ou comunicação dos santos: «Creio no Espírito Santo, na Santa Igreja Católica, na comunhão dos santos». Santos, neste lugar, são todos os que se encontram em graça.

2. Segundo ficou dito no n.º anterior, os justos da terra podem com suas boas obras ajudar as almas do purgatório. No Tratado *Deus Redentor*, n.º 501, provámos que é útil invocar Nossa Senhora e os Santos para conseguir de Deus benefícios. Vimos igualmente ⁽³⁾, que os justos, com as suas boas obras, podem merecer, de algum modo, a conversão dos pecadores, e ajudá-los, bem como aos justos, a conseguir outros favores. Há, por conseguinte, entre os santos do céu (*Igreja triunfante*), almas do purgatório (*Igreja paciente*) e os justos da terra (*Igreja militante*), certa comunhão ou comunicação de bens.

A comunhão dos santos é uma espécie de vínculo, pelo qual os membros da Igreja, em virtude da graça santificante, participam dos bens espirituais uns dos outros, como membros de um mesmo corpo cuja cabeça é Jesus Cristo.

(1) Entre os meios de socorrer as almas do purgatório, conta-se o chamado *Acto Heróico*. Consiste ele no oferecimento espontâneo, feito a Deus em favor das almas do purgatório, de todas as obras satisfatórias durante a vida e de todos os sufrágios após a morte.

Este belo acto de renúncia, grandemente meritório, diante de Deus, está enriquecido com graças espirituais: altar privilegiado, indulgências plenárias, etc.

É de notar que quem o fizer pode dispensar-se a si mesmo quando quiser. — *N. do T.*

(2) Cf. *As Indulgências*. N.º 854.

(3) Cf. *Tratado da Graça*, n.º 617.

RESUMO. — *Como se define o purgatório? Como se demonstra, pela Tradição, Escritura e raciocínio, a existência do purgatório? Como devem ser feitas as boas obras em favor das almas do purgatório? Em que consiste a comunhão dos santos? Como se deduz que entre os santos do céu, as almas do purgatório e os justos da terra, há certa comunhão de bens?*

ART. 7.º — O CÉU

TESE. Os que morrem em graça e nada têm a expiar pelos seus pecados, 1.º, vêem a Deus face a face; 2.º, com esta vista são completamente felizes; 3.º, essa felicidade será eterna.

QUALIFICAÇÃO: *De fé.*

982. Explicação. — *Ver a Deus face a face é vê-lo intuitivamente, não por discurso ou raciocínio, mas directa e claramente. É pois um conhecimento de Deus muito diferente daquele que, nesta vida, obtemos mediante o raciocínio.*

983. Adversários. — 1. Antigamente, Teodoreto e Anastácio Sinaíta.

2. Palamitas: discípulos de Palamas, bispo de Tessalonica, século xiv. Os bem-aventurados não veriam a Deus, segundo eles, mas tão somente uma certa glória de Deus.

3. Rosmini: vêem a Deus, mas não em si mesmo; só enquanto tem relação com eles como Criador, Redentor, Glorificador, etc.

4. Origenistas antigos: as almas antes eram felizes no céu, mas pecaram e por isso foram mandadas a vivificar os corpos (D. 203).

Provas

984. A) **Tradição.** — «Definimos... que as almas de todos os santos..., nas quais nada havia que expiar quando morreram, ou não haverá quando morrerem no futuro; ou se então houve ou houver nelas alguma coisa a expiar, logo que depois da morte o tiverem expiado — estiveram, estão e estarão no céu..., e vêem a essência divina... sem o intermédio de nenhuma criatura que sirva de objecto visto, e com essa visão (da essência divina)... são verdadeiramente felizes, e têm a vida e descanso eterno» (1).

985. B) **Escritura.** — a) **Os Bem-aventurados vêem a Deus.** — Falando da vida futura dos justos no céu, diz S. Paulo: — «*Vemos agora (a Deus e as coisas divinas) como por meio de um espelho* (as criaturas são, de facto, como um espelho onde se reflectem algumas das perfeições de Deus), *e num enigma*, (isto é, de um modo confuso): *mas então vê-lo-emos face a face*. Agora *conheço* (a Deus e as coisas divinas) *em parte* (isto é, imperfeitamente), *mas então* (no céu) *conhecê-lo-ei como sou conhecido* (por Deus)» (2). Logo, os bem-aventurados conhecem a Deus como ele é, vêem a Deus face a face.

986. b) **Essa visão torna completamente felizes os bem-aventurados.** — 1. «*Esta é a vida eterna: que te conheçam a ti, único Deus verdadeiro*» (3). A vida eterna consiste, pois, em conhecer o único Deus verdadeiro, primeiro aqui na terra e depois no céu.

(1) Cons. *Benedictus Deus*, 29 de Janeiro de 1536. D. 530.

(2) «*Videmus nunc per speculum in aenigmate; tunc autem facie ad faciem*». I Coríntios, XIII, 12.

(3) «*Haec est autem vita aeterna, ut cognoscant te, solum Deum verum*». S. João, XVII, 3.

2. «Seremos semelhantes a Ele, porque o veremos como ele é» ⁽¹⁾. No céu, quando Deus se nos manifestar, seremos semelhantes a ele; vendo-o tal como ele é, estaremos como deificados, e vivendo uma vida feliz como a de Deus.

987. c) **Essa felicidade será eterna.** — 1. «Irão os justos para a vida eterna» ⁽²⁾.

2. «Ao que vencer, (diz Cristo) fá-lo-ei coluna no templo do meu Deus, e jamais sairá fora» ⁽³⁾.

3. «Aquilo que ao presente é momentâneo e ligeiro nas nossas tribulações, prepara-nos um prêmio imenso e eterno de glória» ⁽⁴⁾.

Nota

988. **O conhecimento e amor de Deus e a felicidade dos bem-aventurados.** — 1. Deus é perfeitíssimo, no poder e sabedoria, na formosura e santidade, na bondade e misericórdia, em tudo quanto é belo e amável. Por isso, a nossa felicidade na outra vida consiste essencialmente no conhecimento íntimo de Deus, conhecimento que é acompanhado do amor correspondente. Esse conhecimento e amor constitui a principal felicidade dos bem-aventurados.

2. Mas além de Deus, objecto principal do seu conhecimento e amor, os bem-aventurados também conhecem e amam tudo o mais que lhes é conveniente conhecer e amar, ficando assim plenamente satisfeitos.

3. Não só as faculdades espirituais, mas também as corporais, gozarão no céu da felicidade adequada.

(1) «*Similes ei erimus, quoniam videbimus cum sicuti est*». I S. João, III, 2.

(2) «*Iusti autem in vitam aeternam*». S. Mateus, xxv, 46.

(3) «*Qui vicerit, faciam illum columnam in templo Dei mei, et foras non egredietur amplius*». Apocalipse, III, 12.

(4) «*Id quod in praesenti est momentaneum et leve tribulationis nostrae, supra modum in sublimitate aeternum gloriae pondus operatur in nobis*». II Coríntios, IV, 17.

Será tão grande a felicidade dos bem-aventurados, que viverão como fora de si, inebriados de prazer, «Serão embriagados com a abundância (dos bens), da tua casa, e dar-lhes-ás a beber da torrente dos teus gozos» (1).

O céu pode definir-se, portanto, como o lugar onde os que morrem na graça de Deus e nada têm a expiar pelos seus pecados, gozam de toda a felicidade, sem mistura de mal nenhum.

RESUMO. — *Que significa ver a Deus intuitivamente ou face a face? Como se demonstra, pela Tradição e Escritura, que os bem-aventurados gozam dessa visão, e que ela os torna completamente felizes por toda a eternidade? Porque é essa visão causa da felicidade? Os bem-aventurados conhecem outras coisas além de Deus? Às faculdades corporais é dada no céu uma felicidade adequada? Que texto da Escritura se aduziu para mostrar a superabundância do gozo celestial?*

(1) «Inebriabuntur ab ubertate domus tuae et torrente voluptatis tuae potabis eos». Salmo, xxxv, 9.

ÍNDICE SISTEMÁTICO

	Pág.
Nota preliminar da terceira edição portuguesa	5
Prólogo	7
Abreviaturas	8
Bibliografia geral	9
Síntese do Dogma Católico	11

INTRODUÇÃO

Nota Bibliográfica	13
CAPÍTULO I. — Noções Preliminares e Divisões da Teologia e Religião.	15
CAPÍTULO II. — Questões Prévias ao Estudo de Qualquer Religião	17
Art. 1.º — Necessidade hipotética da Religião	17
Art. 2.º — A existência de Deus	18
Nota: Nomes de Deus	21
Art. 3.º — Distinção entre Deus e o mundo	22
CAPÍTULO III. — A Religião Natural	23
Art. 1.º — Dogma moral e culto na Religião natural	23
<i>Parágrafos</i>	
1.º O que o homem deve saber de Deus	23
2.º Os preceitos que o homem deve guardar	24
3.º Culto que o homem deve tributar a Deus	25
Art. 2.º — Necessidade de abraçar uma Religião revelada, se Deus assim o ordena	26
Art. 3.º — Necessidade hipotética da Religião revelada	27

	Pág.
<i>Art. 4.º</i> — Possibilidade da Revelação	30
<i>Art. 5.º</i> — Possibilidade de uma Revelação na qual se contenham verdades misteriosas	32
<i>Art. 6.º</i> — A razão não pode demonstrar que não existam verdades misteriosas para ela incompreensíveis	33
<i>Art. 7.º</i> — Obrigação de inquirir da verdade ou falsidade de uma religião revelada	35
<i>Art. 8.º</i> — Quando é que há obrigação de aceitar uma religião revelada	36
<i>Art. 9.º</i> — Meio de conhecer se uma religião revelada é ou não verdadeira	37
<i>Art. 10.º</i> — Possibilidade dos milagres	40
<i>Art. 11.º</i> — Cognoscibilidade dos milagres	41

PRIMEIRA PARTE

Instituição da única Religião Verdadeira.

Fontes em que se contém a sua doutrina.

Assentimento que devemos prestar às suas verdades.

TRATADO PRIMEIRO

JESUS CRISTO, LEGADO DE DEUS
PARA INSTITUIR UMA RELIGIÃO

Nota Bibliográfica	45
CAPÍTULO ÚNICO. — A Religião Cristã é a Única Verdadeira	47
<i>Art. 1.º</i> — Historicidade dos Evangelhos	48
Notas complementares:	
1. ^a Autores dos Evangelhos	50
2. ^a Tempo em que foram escritos	50

	Pág.
3. ^a Conservação substancial dos Evangelhos, no seu primitivo estado	50
4. ^a Língua em que foram escritos os Evangelhos, e primeiras traduções	52
Art. 2. ^o — Jesus Cristo afirma de si próprio, que é o legado de Deus esperado pelos judeus . .	53
Art. 3. ^o — Jesus afirma que vem falar aos homens da parte de Deus	55
Art. 4. ^o — Jesus afirma que as suas obras são prova da sua legação divina	57
Art. 5. ^o — Jesus prova com milagres a sua missão divina	59
Notas complementares:	
1. ^a As profecias de Jesus, como prova da sua missão divina	61
2. ^a Valor especial do milagre da ressurreição para demonstrar a legação divina de Cristo . . .	61
3. ^a Possibilidade dos milagres	62
Art. 6. ^o — A propagação da doutrina de Jesus como prova da sua origem divina	62
Art. 7. ^o — Necessidade de abraçar a Religião Cristã	64
Conclusão — A Religião Cristã é a única verdadeira .	65

TRATADO SEGUNDO

A VERDADEIRA SOCIEDADE FUNDADA POR JESUS CRISTO

Nota Bibliográfica	67

CAPÍTULO I. — Fundação da Igreja; o seu funcionamento em vida dos Apóstolos	69
Art. 1. ^o — Instituição da Igreja	69
Art. 2. ^o — A autoridade suprema	71
Art. 3. ^o — Autoridade comum a todos os discípulos	74
Art. 4. ^o — Perpetuidade da Igreja	75

	Pág.
CAPÍTULO II. — A Igreja Pós-Apostólica	78
<i>Art. 1.º</i> — Os Bispos são os sucessores dos Apóstolos	79
<i>Art. 2.º</i> — O sucessor de S. Pedro na autoridade suprema	81
<i>Art. 3.º</i> — Só a Igreja Católica é a verdadeira Igreja de Cristo. Notas ou caracteres da verdadeira Igreja	84
Notas complementares:	
1. ^a Governo da Igreja	86
2. ^a Relações entre a Igreja e o Estado	87
<i>Art. 4.º</i> — A Igreja Católica e os milagres dos nossos tempos	89
CAPÍTULO III. — A Prerrogativa da Infalibilidade	91
<i>Art. 1.º</i> — A infalibilidade dos Apóstolos e seus sucessores	91
Consequências:	
1. ^a Por conseguinte os Bispos da Cristandade reunidos em Concílio ou dispersos pelo mundo, sempre sob a direcção do Pontífice como os Apóstolos sob a direcção de Pedro, são infalíveis em propor a doutrina de Cristo	93
2. ^a Por consequência, os Padres da Igreja em conjunto não podem ensinar erro algum	93
3. ^a Por conseguinte, e pela mesma razão se os teólogos católicos são unânimes em propor durante vários séculos uma doutrina, esta será verdadeira	93
4. ^a Portanto, se determinada doutrina se professa em toda a Cristandade, embora não saibamos qual o pensamento dos Bispos, dos Padres ou dos Teólogos, podemos estar certos de que é verdadeira.	
Notas complementares:	
Possibilidade de que errem um ou muitos Bispos, um ou muitos Santos Padres, um ou muitos Teólogos	94

	Pág.
<i>Art. 2.º — Infalibilidade do Romano Pontifice . . .</i>	95
Notas complementares:	
1. ^a Casos em que o Papa não é infalível	96
2. ^a Casos em que o Papa é infalível	97
3. ^a As Congregações Romanas	98
<i>Art. 3.º — Visão retrospectiva: Doutrina da Igreja sobre alguns pontos versados até aqui</i>	100
<i>Parágrafos</i>	
1.º A existência e perfeição de Deus	101
2.º É possível conhecer a existência de Deus só pela razão	101
3.º Possibilidade da revelação e dos milagres . . .	101
4.º Os milagres provam, com certeza, o facto da revelação	102
5.º Necessidade de abraçar a verdadeira religião, que é a cristã, e instituição da Igreja por Jesus Cristo	193
6.º Perpetuidade da Igreja	103
7.º Os bispos são os sucessores dos Apóstolos . .	103
8.º O primado concedido a S. Pedro	104
9.º Perpetuidade do Primado no Bispo de Roma . .	104
10.º Notas ou propriedades distintivas da Igreja . .	105
11.º Infalibilidade do Romano Pontifice e da Igreja .	105
CAPÍTULO IV. — Fontes da doutrina Cristã . . .	106
<i>Art. 1.º — A Tradição</i>	106
<i>Art. 2.º — A Sagrada Escritura</i>	109
Notas complementares:	
1. ^a A Sagrada Escritura não contém erro algum . .	114
2. ^a Normas necessárias para entender a Escritura . .	116

TRATADO TERCEIRO

DA FÉ OU ASSENTIMENTO QUE DEVEMOS PRESTAR ÀS VERDADES DA RELIGIÃO

Nota Bibliográfica	121

CAPÍTULO ÚNICO. — Natureza e Propriedade da Fé	123

	Pág.
<i>Art. 1.º — Natureza da Fé</i>	125
Notas complementares:	
1. ^a Revelação própria e imprópriamente dita . . .	127
2. ^a Fé em sentido próprio e em sentido impróprio . .	128
3. ^a Fontes da revelação	128
4. ^a Símbolos ou Credos	129
5. ^a Revelação explícita e revelação implícita . . .	129
6. ^a Conclusões teológicas, ou revelação virtual . .	130
<i>Art. 2.º — Liberdade do acto de fé</i>	131
<i>Art. 3.º — Necessidade da fé</i>	133
Notas complementares:	
Para obter a salvação requer-se a fé propriamente dita	135
Segundo o testemunho de S. Paulo, referido na tese, em segundo lugar, é absolutamente necessário crer que Deus existe e é remunerador, premeia os bons e castiga os maus	135
Há possibilidade de salvação sem fazer um acto de fé nas verdades reveladas? Tentativas de explicação .	136
Notas complementares ao tratado da fé em geral:	
Para que uma verdade seja de Fé Católica	138
O Juízo ou decisão solene da Igreja compreende: . .	138
Magistério universal e ordinário	139
Proposição e fé divina	139
Herege, apóstata, cismático	139
Censuras: herética, errônea, temerária, próxima da heresia, próxima do erro. Sabor de heresia — escan- dalosa, sediciosa, cismática, falsa	140
Observações:	
1. ^a Alcance das palavras «Definimos» e «Seja aná- tema» nos documentos eclesiásticos	141
2. ^a Alcance da doutrina dos capítulos e dos cânones nos Concílios Tridentino e Vaticano	142

SEGUNDA PARTE

Conteúdo doutrinal da única Religião verdadeira

Noções preliminares:

1. Questões tratadas na primeira parte	147
2. Matéria ou objecto da Teologia	147
3. Principais obras de Deus	147
4. Nome dos diversos tratados da Teologia Dogmática	148
5. Como apareceram os tratados da Teologia Dogmática	148
6. Conexão mútua desses tratados com o de Jesus Cristo Legado de Deus, e o da Igreja	149

TRATADO QUARTO

DEUS UNO

OU UNIDADE DE DEUS

Nota Bibliográfica	151
CAPÍTULO I. — Cognoscibilidade, essência e atributos de Deus	153
Art. 1.º — Cognoscibilidade da existência de Deus só com a luz da razão	153
Art. 2.º — Essência de Deus	155
Art. 3.º — Atributos de Deus	157
CAPÍTULO II. — As operações ou acções divinas	162
Art. 1.º — A sabedoria de Deus	162
Art. 2.º — A vontade de Deus acerca da salvação dos homens	164
Nota: Vontade de Deus acerca da salvação das crianças	166
Art. 3.º — A predestinação	167

TRATADO QUINTO

DEUS TRINO EM PESSOAS
OU TRINDADE DE DEUS

Nota Bibliográfica	171
CAPÍTULO I. — Existência da S.S. Trindade . . .	173
<i>Art. 1.º</i> — Divindade do Pai, Filho e Espírito Santo	173
<i>Art. 2.º</i> — Como se distinguem entre si, o Pai, o Filho e o Espírito Santo	175
<i>Art. 3.º</i> — Identidade numérica de natureza nas três Pessoas Divinas	178
Notas complementares:	
1. ^a A Trindade é um mistério	180
2. ^a O mistério da Trindade é superior, mas não contrário à razão	180
3. ^a Analogias da Trindade	180
CAPÍTULO II. — Processão ou origem das Pessoas Divinas	182
<i>Art. 1.º</i> — Processão da Segunda Pessoa . . .	182
Nota: O filho procede da inteligência do Pai	183
<i>Art. 2.º</i> — Processão do Espírito Santo	185
Nota: O Espírito Santo procede da vontade do Pai e do Filho	187
CAPÍTULO III. — Circum-inessão, relações e missões das Pessoas Divinas	189
<i>Parágrafos</i>	
1.º Circum-inessão	189
2.º Relações	190
3.º As missões das pessoas divinas	190

TRATADO SEXTO

DEUS CRIADOR

Nota Bibliográfica	195

CAPÍTULO I. — A criação em geral	197

Art. 1.º — O facto da criação	197

Notas complementares:

1.ª Conservação do mundo	201
2.ª Concurso de Deus nas obras das criaturas	201

Art. 2.º — Quando foi criado o mundo	203

Art. 3.º — Liberdade de Deus em criar o mundo	204

Notas complementares:

1.ª Deus criou o mundo por um simples acto da sua vontade	205
2.ª Só Deus pode fazer uma coisa do nada, isto é, só Deus pode criar, no sentido restrito	206
3.ª A razão por que Deus criou o mundo foi a bondade ou excelência divina	206
4.ª A acção de criar consiste em Deus manifestar fora de si algumas das perfeições que em si contém	207

Art. 4.º — O fim para que foi criado o mundo	208

Nota: A glória de Deus e a felicidade do homem	209

Art. 5.º — A Providência	210

Notas complementares:

1.ª Especial providência divina com o homem	212
2.ª Sentido da frase: «Tinha de acontecer»	212

Art. 6.º — A criação do mundo e o primeiro capítulo do Génesis	216

	Pág.
CAPÍTULO II. — Os anjos	220
Art. 1.º — Existência dos anjos	220
Art. 2.º — Espiritualidade dos anjos	223
Art. 3.º — Imortalidade dos anjos	226
Notas complementares:	
1.ª Número de anjos	229
2.ª Diversidade e categoria dos anjos	229
3.ª Quando foram criados os anjos	230
Art. 4.º — Prova, prêmio e castigo dos anjos	231
Parágrafos	
1.º A prova	231
2.º Prêmio dos anjos bons	232
3.º Pecado e castigo dos anjos	233
Notas complementares:	
1.ª Os anjos maus não tiveram possibilidade de fazer penitência depois do pecado, para conseguirem a felicidade eterna	234
2.ª O não ter sido concedido aos anjos, depois do pecado, tempo de arrependimento, não repugna à misericórdia de Deus	235
3.ª Qual foi o pecado dos anjos?	236
Art. 5.º — Os anjos custódios	236
Art. 6.º — Os anjos maus e as tentações	238
Art. 7.º — A possessão diabólica	239
Nota: Nomes que se costumam dar aos anjos maus: Diabo, Demônio, Satanás, Lúcifer e Lusbel	241
Art. 8.º — O Espiritismo	242
CAPÍTULO III. — O Homem	245
Art. 1.º — Origem do homem	245

	Pág.
Nota histórica: Transformismo e Poligenismo	248
Art. 2.º — Progenitores da raça humana	251

Notas complementares:

1.ª A unidade da espécie humana	252
2.ª A diversidade de raças	253
3.ª Antiguidade do homem	253

Art. 3.º — A criação da alma humana	255

Art. 4.º — Quando são criadas as almas	258

Nota: Momento exacto da criação da alma	258

Art. 5.º — Espiritualidade da alma	259

Art. 6.º — Imortalidade da alma	261

Art. 7.º — Elementos constitutivos do homem	264

TRATADO SÉTIMO

DEUS ELEVANTE

Nota Bibliográfica	267

CAPÍTULO I — Dons sobrenaturais concedidos a Adão	269

Art. 1.º — A graça santificante	269

Art. 2.º — A imortalidade	272

Art. 3.º — Imunidade da concupiscência	274

Notas complementares:

1.ª Dom da ciência concedido a Adão	276
2.ª Dom da impassibilidade	277
3.ª Eva teve os mesmos privilégios que Adão	277
4.ª Se Adão não pecasse, todos os seus descendentes teriam nascido com a graça santificante e livres da concupiscência e da morte	278

Art. 4.º — Sobrenaturalidade dos dons concedidos a Adão	279

	Pág.
CAPÍTULO II. — A desobediência de Adão e suas concupiscências	285
<i>Art. 1.º — Perda dos dons sobrenaturais por causa do pecado</i>	<i>285</i>
<i>Art. 2.º — A transmissão do pecado de Adão aos seus descendentes</i>	<i>287</i>
<i>Art. 3.º — Essência do pecado original enquanto transmitido aos descendentes de Adão</i>	<i>289</i>
Notas complementares:	
1.ª Em que sentido é voluntário o pecado original, e em que sentido o não é	291
2.ª Diferenças entre o pecado original e actual . . .	292
3.ª Como é odioso o pecado original aos olhos de Deus	293
4.ª Pelo pecado original, o homem ficou em piores condições quanto ao corpo e à alma	293
5.ª Pelo pecado original ficamos no mesmo estado em que nos encontraríamos se Deus tivesse criado o homem e não quisesse conceder-lhe dons sobrenaturais	293
6.ª Jesus Cristo Redentor	294

TRATADO OITAVO

DEUS REDENTOR OU JESUS CRISTO

Nota Bibliográfica	295
CAPÍTULO I. — A pessoa de Jesus Cristo	297
<i>Art. 1.º — A divindade de Jesus Cristo</i>	<i>297</i>
<i>Art. 2.º — Jesus Cristo homem</i>	<i>301</i>
<i>Art. 3.º — Unidade de pessoa em Jesus Cristo . . .</i>	<i>302</i>
Nota: Comparação para explicar a unidade de pessoa em Jesus Cristo	304
<i>Art. 4.º — As vontades de Jesus Cristo</i>	<i>305</i>

	Pág.
Nota: Em Cristo há também dois entendimentos	306
Art. 5.º — A filiação divina de Jesus Cristo . . .	307
Nota: O culto ao Sagrado Coração de Jesus .	309
CAPÍTULO II. — Perfeição da alma e corpo de Jesus	311
Art. 1.º — Ciência, santidade e impecabilidade .	311
<i>Parágrafos</i>	
1.º Ciência de Jesus Cristo	311
2.º Santidade da alma de Cristo	313
3.º Impecabilidade	314
Art. 3.º — Liberdade de Jesus Cristo enquanto homem	316
Notas complementares:	
1.ª Concórdia entre a liberdade e a impecabilidade de Cristo	317
2.ª Algumas propriedades do Corpo de Cristo . . .	318
CAPÍTULO III. — A obra redentora de Cristo . .	319
Art. 1.º — Para que veio Jesus Cristo ao mundo .	319
Notas complementares:	
1.ª Não era necessária a vinda de Jesus Cristo ao mundo para que fôssemos remidos do pecado .	320
2.ª Se Deus queria exigir uma satisfação condigna pelo pecado, é doutrina provável, que era necessária a vinda ao mundo de Jesus Cristo ou de outra pessoa divina	320
3.ª Se não tivesse havido nenhum pecado no mundo, é provável que Jesus Cristo não tivesse existido	321
Art. 2.º — Jesus Cristo satisfaz pelos nossos pecados	322
Notas complementares:	
1.ª A aceitação da satisfação de Jesus Cristo, por parte de Deus Pai	324
2.ª A satisfação de Cristo foi superabundante . . .	325

	Pág.
<i>Art. 3.º</i> — O que Cristo mereceu para os homens	326
Nota: O mérito de Jesus Cristo é «de condigno»	328
CAPÍTULO IV. — Maria, Mãe de Jesus Cristo . .	329
<i>Art. 1.º</i> — Maternidade divina	329
Nota: Maria Mãe dos homens	331
<i>Art. 2.º</i> — A Imaculada Conceição	332
<i>Art. 3.º</i> — A ausência de todo o pecado em Maria	335
<i>Art. 4.º</i> — A virgindade de Maria	337
<i>Art. 5.º</i> — A assunção de Maria	340
Nota: Maria, Rainha da criação	341
<i>Art. 6.º</i> — Culto de Maria e dos Santos	341
Notas complementares:	
1. ^a A mediação universal de Maria	343
2. ^a Maria co-redentora	343
3. ^a A devoção a Maria, penhor de salvação . . .	344

TRATADO NONO

DEUS SANTIFICADDR

I — A Graça

Nota Bibliográfica	447
CAPÍTULO I — Necessidade da graça	449
<i>Art. 1.º</i> — Necessidade da graça para guardar a lei natural	449
<i>Art. 2.º</i> — Necessidade de um auxilio especialissimo para evitar toda a culpa venial	354
<i>Art. 3.º</i> — Necessidade da graça para obrar em ordem à vida eterna	356

	Pág.
CAPÍTULO II. — Aquisição e distribuição da graça .	360
<i>Art. 1.º</i> — Aquisição da graça	360
<i>Art. 2.º</i> — Distribuição da graça	363
Nota: A distribuição da graça às crianças . .	367
CAPÍTULO III. — Natureza e divisões da graça actual	368
<i>Art. 1.º</i> — Natureza da graça actual	368
<i>Art. 2.º</i> — Divisões da graça	370
CAPÍTULO IV. — Graça suficiente e graça eficaz .	373
<i>Art. 1.º</i> — A graça suficiente	373
<i>Art. 2.º</i> — A graça eficaz e a liberdade do homem	375
<i>Art. 3.º</i> — Eficácia da graça antes de ser concedida ao homem	376
Nota: Concórdia entre a eficácia da graça ainda antes de ser concedida ao homem, e a liberdade humana	378
CAPÍTULO V. — Existência e natureza da graça santificante	381
<i>Art. 1.º</i> — Divisão dos homens em justos e pecadores	381
<i>Art. 2.º</i> — Efeitos da justificação	383
Notas complementares:	
1.ª Explicação teológica da participação da natureza divina pela graça	389
2.ª União íntima entre os efeitos da graça	389
<i>Art. 3.º</i> — Natureza da graça santificante . . .	391
CAPÍTULO VI. — Aquisição, conservação e aumento da graça santificante	393
<i>Art. 1.º</i> — Condições que se requerem nos adultos, para obter a graça santificante	393

	Pág.
Nota: Como recebem as crianças a graça santificante	394
Art. 2. ^o — Aumento e perda da graça santificante	395
Art. 3. ^o — A graça da justificação e o pecado venial	397
CAPÍTULO VII. — O mérito das obras, ou o fruto da graça santificante	398
Art. 1. ^o — O que o justo merece com as suas boas obras	398
Nota: O mérito maior ou menor das obras . .	400
Art. 2. ^o — Condições para poder verdadeiramente merecer	402
Notas complementares:	
1. ^a Que podemos merecer com as nossas boas obras?	404
2. ^a As boas obras feitas em pecado mortal	405
3. ^a O mérito e a oração	405
CAPÍTULO VIII. — Graças habituais, virtudes e dons do Espírito Santo	406
Art. 1. ^o — As virtudes em geral	406
<i>Parágrafos</i>	
1. ^o As virtudes teologais	406
2. ^o As virtudes morais	407
Art. 2. ^o — A Fé e Esperança	408
<i>Parágrafos</i>	
1. ^o A Fé	408
2. ^o A Esperança	408
Art. 3. ^o — A caridade	409
Art. 4. ^o — Dons do Espírito Santo	412
Notas complementares:	
1. ^a Os frutos do Espírito Santo	413
2. ^a As bem-aventuranças	413

TRATADO NONO

DEUS SANTIFICADOR

II — Sacramentos

Nota Bibliográfica	415
CAPÍTULO I. — Os Sacramentos em geral	417
<i>Art. 1.º</i> — O número dos sacramentos	417
<i>Art. 2.º</i> — Modo como os sacramentos produzem a graça	420
Nota: Causalidade dos sacramentos	422
<i>Art. 3.º</i> — Autor dos sacramentos	424
<i>Art. 4.º</i> — Validez dos sacramentos independen- temente da fé de quem os efectua ou administra	426
<i>Art. 5.º</i> — Validez dos sacramentos independen- temente de quem os administra esteja ou não na graça de Deus, ou em pecado mortal	429
<i>Art. 6.º</i> — Intenção que o ministro do sacramento deve ter de fazer o rito externo sacramental	431
<i>Art. 7.º</i> — Necessidade de que a intenção do ministro seja de fazer o rito sagrado que a igreja faz e de o fazer como sagrado	432
Notas complementares:	
1. ^a No Antigo Testamento não havia sacramentos como os de que tratamos	434
2. ^a Finalidade dos sacramentos	435
3. ^a Como significam os sacramentos a graça que produzem	435
4. ^a Que espécie de graça nos conferem os sacra- mentos e em que medida ou proporção	436
5. ^a Carácter de alguns sacramentos	436
6. ^a Matéria e forma dos sacramentos	437
7. ^a Ministro dos sacramentos e intenção que deve ter ao ministrá-los	437
8. ^a Sujeito dos sacramentos	438
9. ^a Sacramentais	439

	Pág.
CAPÍTULO II. — O Baptismo	440
<i>Art. 1.º</i> — Existência do sacramento	440
<i>Art. 2.º</i> — Matéria e forma do baptismo	442
<i>Art. 3.º</i> — Efeitos do baptismo	444
<i>Art. 4.º</i> — Necessidade do baptismo para a sal- vação	446
Nota: Reino de Deus e Reino dos Céus	449
<i>Art. 5.º</i> — Dois meios que podem suprir o bap- tismo: O martírio e o acto de caridade ou amor de Deus	450
<i>Parágrafos</i>	
1.º O martírio supletório do baptismo	450
2.º O acto de amor de Deus, supletório do baptismo	452
Notas complementares:	
1. ^a Só o baptismo de água é sacramento	454
2. ^a Revivescência do baptismo e dos outros sacra- mentos — Noções prévias	455
3. ^a Ministro do baptismo	456
4. ^a Diversas formas de baptismo	457
5. ^a Efeitos do baptismo quanto à pena do pecado	457
6. ^a Cerimónias principais do baptismo	457
CAPÍTULO III — A Confirmação	458
<i>Art. 1.º</i> — Existência do sacramento	458
<i>Art. 2.º</i> — Matéria e forma da Confirmação	463
Notas complementares:	
1. ^a Matéria completa da confirmação	464
2. ^a O crisma deve estar benzido pelo bispo	464
3. ^a A unção deve ser feita com a própria mão do confirmante	465
4. ^a Ministro da confirmação	465
5. ^a Sujeito da confirmação	466
6. ^a Cerimónias da confirmação	466

	Pág.
CAPÍTULO IV. — A Eucaristia	467
<i>Art. 1.º</i> — Existência do sacramento	467
<i>Art. 2.º</i> — Matéria e forma da Eucaristia	469
Notas complementares:	
1. ^a O ministro da Eucaristia	470
2. ^a Sujeito da Eucaristia	471
3. ^a Efeitos da Eucaristia	471
4. ^a Cerimónias principais da administração da Eucaristia	472
CAPÍTULO V. — A Presença Real de Jesus Cristo na Eucaristia	473
<i>Art. 1.º</i> — O facto da presença real	473
<i>Art. 2.º</i> — Modo como Cristo fica presente na Eucaristia	475
Nota: Como se deve entender a conversão do pão e do vinho no corpo e sangue de Cristo	477
<i>Art. 3.º</i> — Presença de Jesus Cristo em qualquer parte das espécies do pão e do vinho	478
CAPÍTULO VI. — A Eucaristia como sacrificio	482
<i>Art. 1.º</i> — A existência do sacrificio eucarístico	482
Consequência: Excelência do sacrificio da missa	486
<i>Art. 2.º</i> — Essência do sacrificio da missa	487
Nota: Diferenças entre o sacrificio da missa e o sacrificio da cruz	489
CAPÍTULO VII. — Sacramento da Penitência	490
Noções prévias:	
Noção de Sacramento	490
Significado da palavra «penitência»	490
Divisão da penitência propriamente dita	491

	Pág.
<i>Art. 1.º</i> — Existência na Igreja do poder de perdoar os pecados aos já baptizados	492
<i>Art. 2.º</i> — Natureza do poder de perdoar os pecados	496
Consequências:	
1. ^a Necessidade de jurisdição para poder absolver	497
2. ^a Reservação de alguns pecados	498
3. ^a Necessidade declarar os pecados	498
<i>Art. 3.º</i> — Impossibilidade de obter o perdão dos pecados graves, independentemente do poder dado à Igreja para os perdoar	499
Nota: Remissão dos pecados veniais	502
<i>Art. 5.º</i> — Existência do sacramento da Penitência	503
<i>Art. 5.º</i> — Matéria e forma da Penitência	504
Notas complementares:	
1. ^a Razão porque a contrição, confissão e satisfação não se chamam matéria, mas quase-matéria do sacramento	506
2. ^a A satisfação não é tão necessária como a contrição ou a confissão	507
3. ^a Necessidade do propósito de emenda	507
4. ^a Ministro da penitência	508
5. ^a Sujeito da penitência	508
6. ^a Cerimónias da penitência	508
<i>Art. 6.º</i> — Eficácia da Contrição Perfeita	509
Notas complementares:	
1. ^a Não só a contrição perfeita, mas o simples acto de amor de Deus sobre todas as coisas perdoa os pecados	511
2. ^a Para se obter o perdão é necessário que a contrição perfeita ou imperfeita se estenda a todos os pecados mortais ainda não perdoados	512
3. ^a Para haver verdadeira contrição — perfeita ou imperfeita não é necessário que ela se estenda a todos os pecados veniais	513

	Pág.
4. ^a Contrição dos pecados esquecidos	514
5. ^a Para haver verdadeira contrição, tratando-se de pecados mortais, é necessário estarmos dispostos a não cometer de novo nenhum pecado mortal .	514
Art. 7. ^o — Suficiência da Atrição	515
Nota: Significado das palavras «contrição» e «atrição»	516
Art. 8. ^o — Acusação dos pecados ou Confissão .	517
Notas complementares:	
1. ^a A confissão dos pecados é necessária, não só porque está mandada, mas também porque é condição indispensável exigida por Deus, para se alcançar o perdão dos pecados	519
2. ^a Casos em que não há obrigação de declarar todos os pecados	519
3. ^a Obrigação de declarar na confissão seguinte os pecados omitidos por justo motivo na presente .	520
4. ^a Para se obter o perdão dos pecados é necessária a absolvição do sacerdote	520
5. ^a Confissão frequente dos pecados veniais	521
Art. 9. ^o — Revivescência dos méritos	522
Art. 10. ^o — As Indulgências	526
Notas complementares:	
1. ^a Existência do tesouro das satisfações de Cristo e dos santos	529
2. ^a Divisão das indulgências em plenárias e parciais .	529
3. ^a Significado das expressões «cem dias de indulgência» e semelhantes	529
4. ^a A indulgência do Jubileu	530
5. ^a Condições para ganhar as indulgências	530
6. ^a Aplicação das indulgências aos defuntos	530
CAPÍTULO VIII. — A Extrema-Unção	531
Art. 1. ^o — Existência do Sacramento	531
Art. 2. ^o — Matéria e forma da Extrema-Unção .	534
Art. 3. ^o — Efeitos da Extrema-Unção	537

Notas complementares:

1. ^o	Ministro do sacramento	538
2. ^a	Sujeito do sacramento	538
3. ^a	Repetição da extrema-unção; obrigatoriedade . .	538
4. ^a	Caso em que a extrema-unção pode suprir o acto de contrição ou a confissão	539
5. ^a	Cerimónias da extrema-unção	540

CAPÍTULO IX. — A Ordem 541

Art. 1. ^o — Existência do sacramento	541

Art. 2. ^o — Ordens que são sacramentos e ordens que o não são	542

Art. 3. ^o — Matéria e forma da Ordem	550

Notas complementares:

1. ^a	Ministro do sacramento	555
2. ^a	Sujeito do sacramento	556

CAPÍTULO X. — O Matrimónio 557

Art. 1. ^o — Existência do sacramento	557

Art. 2. ^o — Essência do matrimónio	559

Consequências:

1. ^a	Matéria e forma do sacramento do matrimónio .	561
2. ^a	Ministros dos sacramento	561
3. ^a	Inseparabilidade do sacramento e do contrato matrimonial	561

Notas complementares:

1. ^a	Sujeito do matrimónio	562
2. ^a	Porque permite a Igreja o casamento de dois cristãos, quando um, ou os dois, não praticam a religião	563
3. ^a	Cerimónias do matrimónio, segundo o ritual romano	563
	Art. 3. ^o — Unidade do matrimónio	564

	Pág.
<i>Art. 4.º</i> — Indissolubilidade do matrimónio consumado	566
<i>Art. 5.º</i> — Dissolubilidade do matrimónio não consumado	570
<i>Art. 6.º</i> — Privilégio Paulino	572
<i>Art. 7.º</i> — O estado do matrimónio comparado com o celibato	574
Nota: Celibato eclesiástico	575

TRATADO DÉCIMO

DEUS CONSUMADOR E REMUNERADOR

Nota Bibliográfica	577

CAPÍTULO ÚNICO. — Destino final do Homem	579

<i>Art. 1.º</i> — A morte	579

<i>Art. 2.º</i> — O Juízo Universal	582

Notas complementares:

1.ª Significado das palavras «está sentado à direita de Deus Pai»	583

2.ª Significado das palavras «virá a julgar os vivos e os mortos»	583

3.ª Dia do Juízo Universal	584

<i>Art. 3.º</i> — A Ressurreição	585

Nota: A matéria dos corpos ressuscitados	586

<i>Art. 4.º</i> — O inferno	589

Notas complementares:

1.ª Géneros de tormentos	590

2.ª Noção do inferno	591

<i>Art. 5.º</i> — O limbo das crianças	591

	Pág.
Notas:	
1. ^a Os que morrem só com o pecado original mais algum ou alguns veniais	594
2. ^a O limbo dos justos. Significado das palavras do Credo «desceu aos infernos»	595
Art. 6. ^o — O Purgatório	596
Nota: A comunhão dos santos	598
Art. 7. ^o — O Céu	599
Nota: O conhecimento e amor de Deus e a felicidade dos bem-aventurados	601

ÍNDICE DAS TESES

	Pág.
<i>Tese.</i> Se Deus existe, todo o homem está obrigado a prestar-lhe culto ou veneração conveniente; por outras palavras, está obrigado a praticar a Religião	17
<i>Tese.</i> Deus existe	18
<i>Tese.</i> Deus é distinto do mundo	22
<i>Tese.</i> Todo o homem deve cumprir os preceitos do decálogo	24
<i>Tese.</i> Se Deus quis revelar e impor aos homens uma religião sobrenatural com verdades novas que o homem não conhece só pela razão, com mandamentos novos e determinado culto, o homem está obrigado a abraçá-la .	26
<i>Tese.</i> A revelação seria absolutamente necessária se Deus quisesse que os homens conhecessem, a seu respeito, o que só pela razão natural não se pode conhecer; e sem mistura de erro adquirissem a certeza da sua existência e perfeições, e das normas fundamentais da moral	27
<i>Tese.</i> É possível a revelação divina	30
<i>Tese.</i> Não se pode demonstrar que repugne a revelação dos mistérios	32
<i>Tese.</i> Não se pode demonstrar que repugne a existência dos mistérios	33

- Tese.* Quando uma religião revelada se apresenta como verosimilmente imposta por Deus, há obrigação de inquirir se ela é verdadeira ou não 35
- Tese.* Para que uma pessoa esteja obrigada a aceitar uma religião revelada, é preciso que lhe conste com certeza que é verdadeira . . . 36
- Tese.* A garantia necessária e suficiente para saber se uma religião que se diz revelada é ou não verdadeira são os milagres 37
- Tese.* São possíveis os milagres 40
- Tese.* É possível saber que se deram milagres . . . 41
- Tese.* Os livros chamados Evangelhos, que escreveram S. Mateus, S. Marcos, S. Lucas e S. João, narram os factos tais como se passaram, quer dizer, são livros históricos que narram factos verdadeiros 48
- Tese.* Afirma-se nos Evangelhos: 1.º, que antes de Jesus nascer, já os judeus esperavam um enviado especialíssimo de Deus, a quem chamavam Messias; 2.º, que Jesus disse de si que era esse Messias esperado 53
- Tese.* Jesus afirmou que era enviado de Deus, para falar aos homens 55
- Tese.* Jesus Cristo fez milagres para demonstrar que era embaixador de Deus, isto é, que a doutrina que ele publicava, era a que Deus lhe mandara ensinar 57
- Tese.* Os milagres de Jesus, e sobretudo a sua ressurreição, provam, de facto, que ele, segundo afirmou, era enviado de Deus, para em seu nome falar aos homens 59
- Tese.* A propagação do Cristianismo prova que o seu conteúdo doutrinal é de origem divina . 62

<i>Tese.</i> Jesus Cristo ensinou que todos os homens tinham obrigação de seguir a sua doutrina .	64
<i>Tese.</i> Jesus Cristo, além de ensinar a sua doutrina, instituiu uma sociedade	69
<i>Tese.</i> Jesus Cristo conferiu a S. Pedro a autoridade suprema, na sociedade que Ele fundou . .	71
<i>Tese.</i> Além de S. Pedro também aos outros Apóstolos se concedeu certa autoridade na sociedade fundada por Jesus Cristo	74
<i>Tese.</i> Cristo, ao fundar a Igreja, quis que ela permanecesse até ao fim do mundo, tal como Ele a tinha estabelecido	75
<i>Tese.</i> Os bispos são os sucessores dos Apóstolos . .	79
<i>Tese.</i> O sucessor de S. Pedro na suprema autoridade, foi e é o bispo de Roma	81
<i>Tese.</i> Os milagres que actualmente se verificam na Igreja Católica confirmam e provam que é a verdadeira Igreja de Cristo	89
<i>Tese.</i> Os Apóstolos não se podiam enganar ao propor a doutrina de Jesus Cristo	91
<i>Tese.</i> O Romano Pontifice é infalível quando, exercendo a sua autoridade suprema de doutor e de chefe de todos os cristãos, propõe para toda a Igreja uma doutrina como definitiva .	95
<i>Tese.</i> A Tradição constitui uma das fontes da doutrina revelada por Jesus Cristo e pelos Apóstolos à Igreja	106
<i>Tese.</i> Os livros sagrados escritos sob a inspiração do Espírito Santo, têm a Deus por autor . . .	109
<i>Tese.</i> Todos os livros da Bíblia foram confiados à Igreja, como depósito da doutrina que nela se deve ensinar, juntamente com a de Cristo e dos Apóstolos	112

<i>Tese.</i>	A Fé é o assentimento que damos à palavra de Deus, porque Ele sabe e diz a verdade .	125
<i>Tese.</i>	O acto de fé pratica-se, não necessária, mas livremente	131
<i>Tese.</i>	Os adultos não baptizados não se podem salvar sem praticar algum acto de fé	133
<i>Tese.</i>	Pode-se demonstrar a existência de Deus, com a simples luz da razão	153
<i>Tese.</i>	A essência de Deus consiste em ter em si mesmo a razão de existir	155
<i>Tese.</i>	Há um só Deus, Criador do céu e da terra, onipotente, eterno, imenso, incompreensível, infinito em todas as perfeições, indivisível e infalível	157
<i>Tese.</i>	Deus é onisciente, isto é, sabe tudo	162
<i>Tese.</i>	Deus quer a salvação de todos os homens	164
<i>Tese.</i>	A Escritura e a Tradição falam de três pessoas — Pai, Filho e Espírito Santo — e afirmam que são Deus	173
<i>Tese.</i>	O Pai, o Filho e o Espírito Santo distinguem-se entre si realmente (um não é nenhum dos outros, e são três pessoas)	175
<i>Tese.</i>	O Pai, o Filho e o Espírito Santo têm uma só natureza comum aos três	178
<i>Tese.</i>	O Filho procede do Pai, por geração	182
<i>Tese.</i>	O Espírito Santo, procede do Pai e do Filho como de um só princípio	185
<i>Tese.</i>	Deus criou o mundo do nada	197

<i>Tese.</i> O mundo não é eterno	203
<i>Tese.</i> Deus criou o mundo livremente; por outras palavras: podia não o ter criado	204
<i>Tese.</i> O mundo e quanto nele existe foi criado para dar glória a Deus	208
<i>Tese.</i> Deus governa o mundo com a sua providência	210
<i>Tese.</i> Os anjos existem	220
<i>Tese.</i> Os anjos são imateriais ou incorpóreos . . .	223
<i>Tese.</i> Os anjos são imortais	226
<i>Tese.</i> Os anjos tiveram um período de prova, antes de receberem o prêmio ou castigo definitivo .	231
<i>Tese.</i> Desde que terminou o tempo de prova, os anjos que não pecaram gozam da clara visão de Deus	232
<i>Tese.</i> Uma parte dos anjos pecou e foi condenada a tormentos eternos	233
<i>Tese.</i> Deus confia aos anjos bons a guarda dos homens	236
<i>Tese.</i> Os anjos maus esforçam-se por levar o homem ao pecado	238
<i>Tese.</i> Os anjos maus chegam às vezes a apoderar-se dos homens	239
<i>Tese.</i> O espiritismo baseia-se em mistificação . . .	242
<i>Tese.</i> Deus interveio de modo especial na formação do corpo humano	245
<i>Tese.</i> Todos os homens descendem dum só par, Adão e Eva	251

<i>Tese.</i> A alma humana não é produzida, nem comunicada pelos pais, mas criada do nada por Deus	255
<i>Tese.</i> As almas não existem antes de serem unidas aos corpos	258
<i>Tese.</i> A alma humana é espiritual, quer dizer, incorpórea por natureza e com existência independente da matéria	259
<i>Tese.</i> A alma é imortal	261
<i>Tese.</i> O homem consta só de dois princípios substanciais: corpo e alma racional	264
<i>Tese.</i> Deus concedeu a Adão a graça santificante .	269
<i>Tese.</i> Adão não teria morrido, se não tivesse pecado	272
<i>Tese.</i> Deus concedeu a Adão a graça de não sentir a concupiscência	274
<i>Tese.</i> Os dons concedidos a Adão são sobrenaturais .	279
<i>Tese.</i> Por ter desobedecido a Deus, Adão perdeu para si e seus descendentes a graça santificante, a imortalidade e a imunidade da concupiscência	285
<i>Tese.</i> O pecado de Adão transmite-se a todos os homens	287
<i>Tese.</i> O pecado original transmitido aos descendentes de Adão, consiste na privação da graça santificante ao serem concebidos, que teriam, por vontade de Deus, se Adão não tivesse pecado	289
<i>Tese.</i> Jesus Cristo é Deus	297
<i>Tese.</i> Jesus Cristo era verdadeiro homem	301

<i>Tese.</i> Em Jesus Cristo, Deus e homem verdadeiro, há uma só pessoa	302
<i>Tese.</i> Em Jesus Cristo há duas vontades, a divina e a humana	305
<i>Tese.</i> Jesus Cristo, não só enquanto Deus, mas tam- bém enquanto homem, é por natureza e não por adopção filho de Deus Pai	307
<i>Tese.</i> A alma de Cristo, durante a sua vida mortal, gozava de visão beatífica	311
<i>Tese.</i> A alma de Cristo possuía toda a santidade . .	313
<i>Tese.</i> A alma de Cristo não pecou nem podia pecar .	314
<i>Tese.</i> A alma de Cristo tinha liberdade para eleger entre várias coisas, mesmo entre morrer ou não, pelos homens	316
<i>Tese.</i> Jesus Cristo veio ao mundo para salvar os homens	319
<i>Tese.</i> Jesus Cristo, com a sua paixão e morte satisfaz a Deus pelos pecados de todos os homens .	322
<i>Tese.</i> Jesus Cristo mereceu para os homens todos os dons sobrenaturais que lhe são concedidos .	326
<i>Tese.</i> Maria foi imaculada na sua concepção, quer dizer, não contraiu o pecado original . . .	332
<i>Tese.</i> Maria foi isenta de todo o pecado venial . .	335
<i>Tese.</i> Maria foi virgem antes do parto, no parto e depois do parto	337
<i>Tese.</i> Maria está no céu em corpo e alma	340
<i>Tese.</i> Invocar a Maria e aos Santos e pedir-lhes o seu valimento para alcançar os benefícios do Senhor, é útil e piedoso	341

- Tese.* O homem sem o auxílio da graça, isto é, abandonado às próprias forças naturais, não pode guardar por muito tempo a lei natural . . . 349
- Tese.* Sem o favor especialíssimo de Deus, ninguém pode evitar todos os pecados veniais . . . 354
- Tese.* Sem o auxílio especial de Deus, nada podemos fazer em ordem a conseguir a salvação ou visão beatífica, nem sequer desejá-la, nem começar a crer, da maneira como se requer para a poder alcançar 356
- Tese.* O homem abandonado às suas forças naturais, não pode com as suas obras e orações, nem por outro qualquer meio, conseguir a graça; só Deus lha concede por sua livre vontade . 360
- Tese.* A todos os adultos são dadas graças suficientes para conseguir a salvação 363
- Tese.* Deus concede a todos os justos graça suficiente para não pecarem gravemente 364
- Tese.* Deus dá graça a todos os pecadores cristãos, para que, se quiserem, consigam a graça santificante, isto é, para que saiam do pecado 365
- Tese.* Deus concede aos que não são cristãos graça suficiente para se salvarem 366
- Tese.* A graça de Deus, que nos dispõe para conseguir o perdão dos pecados, ou nos ajuda a evitá-los, consiste num auxílio ao entendimento para conhecer, e num afecto dado à vontade para crer aquilo que é necessário ou conveniente crer e querer, em ordem a conseguir a vida eterna 368
- Tese.* Deus concede aos homens certas graças que não sendo eficazes, são contudo suficientes para fazerem aquilo para que lhes são dadas 373

<i>Tese.</i>	O homem, ainda quando lhe é dada uma graça eficaz pode deixar de fazer aquilo a que o move a graça	375
<i>Tese.</i>	É tal a graça eficaz que dela se pode afirmar, mesmo antes de ser dada aos homens, que obterá infalivelmente o seu efeito	376
<i>Tese.</i>	Segundo a doutrina da Tradição e da Escritura, os homens dividem-se em justos e pecadores	381
<i>Tese.</i>	A justificação não só perdoa os pecados, mas é também santificação, renovação e regeneração das nossas almas. Faz-nos amigos de Deus, seus filhos adoptivos, herdeiros da vida eterna e finalmente participantes da natureza divina	383
<i>Tese.</i>	A graça da justificação é uma coisa real, uma qualidade física infundida na alma, e não um ser moral, um mero favor de Deus, sem nada de entitativo	391
<i>Tese.</i>	Para receber a graça da justificação, os adultos necessitam de ter fé e arrependimento dos pecados	393
<i>Tese.</i>	As boas obras são causa do aumento de graça santificante no justo; o pecado mortal é causa da sua perda total	395
<i>Tese.</i>	A graça da justificação não se perde com o pecado venial	397
<i>Tese.</i>	Os justos, com as suas obras, merecem verdadeiramente diante de Deus o aumento de graça, a vida eterna e o aumento de glória	398
<i>Tese.</i>	Para poder verdadeiramente merecer (mérito de <i>condigno</i>) requer-se: 1.º, que a obra boa que se pratica, esteja ou não mandada, se possa omitir; 2.º, que seja feita em estado de graça	402

<i>Tese.</i> Na Igreja de Jesus Cristo há sete sacramentos . . .	417
<i>Tese.</i> Os sacramentos produzem a graça santificante por si mesmos (<i>ex opere operato</i>), quer dizer, prescindindo dos actos de quem os recebe (<i>ex opere operantis</i>)	420
<i>Tese.</i> Jesus Cristo é o autor dos sacramentos . . .	424
<i>Tese.</i> A validez dos sacramentos não depende de que aquele que os efectue ou administre seja herege, cismático, ou não tenha fé nenhuma . . .	426
<i>Tese.</i> Qualquer sacramento é válido ainda que quem o efectua ou administra esteja em pecado mortal	429
<i>Tese.</i> Para que um sacramento seja válido, o ministro deve ter intenção de fazer o correspondente rito externo	431
<i>Tese.</i> Para que um sacramento seja válidamente administrado, o ministro deve fazer o rito externo como coisa sagrada	432
<i>Tese.</i> O baptismo é um sacramento	440
<i>Tese.</i> No baptismo a matéria que há-de empregar-se é a água, e a forma ou palavras que o ministro há-de pronunciar são: «Eu te baptizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo»	442
<i>Tese.</i> O baptismo produz nas almas a regeneração, quer dizer, uma nova vida — a vida da graça —, e perdoa todos os pecados . . .	444
<i>Tese.</i> O baptismo é necessário para conseguir a vida eterna	446
<i>Tese.</i> O baptismo de água pode suprir-se com o baptismo de sangue isto é, com o martírio . . .	450
<i>Tese.</i> O baptismo de água pode suprir-se com um acto de amor a Deus	452

<i>Tese.</i> A confirmação é um sacramento	458
<i>Tese.</i> A matéria da confirmação é o crisma, isto é, uma mistura de azeite de oliveira e bálsamo, com o qual o confirmante, com a sua mão, unge o confirmando (imposição de mãos). A forma é constituída por determinadas palavras, que significam que por essa unção se dá a graça	463
<i>Tese.</i> A Eucaristia é um sacramento	467
<i>Tese.</i> A matéria deste sacramento é pão de trigo e vinho de uvas: a forma, as palavras com que Jesus consagrou na última ceia: para o pão — «isto é o meu corpo»; para o vinho «isto é o meu sangue» ou «isto é o cálice do meu sangue»	469
<i>Tese.</i> Na Eucaristia está Jesus Cristo realmente presente	473
<i>Tese.</i> Na Eucaristia desaparece toda a substância do pão e do vinho, para se converter no corpo e sangue de Jesus Cristo	475
<i>Tese.</i> Jesus Cristo está todo sob a espécie de pão, e todo sob a espécie de vinho; todo em qualquer parte do pão ou do vinho, quer as espécies estejam divididas em fragmentos; — quer estejam inteiras formando cada qual um só todo	478
<i>Tese.</i> A Eucaristia é um sacrifício	482
<i>Tese.</i> A essência do sacrifício da missa está só na consagração	487
<i>Tese.</i> A Igreja tem o poder de perdoar todos os pecados aos baptizados	492
<i>Tese.</i> O poder de perdoar os pecados é judicial	496

<i>Tese.</i> Os baptizados não podem obter o perdão das culpas graves independentemente do poder dado à Igreja	499
<i>Tese.</i> A penitência é um sacramento	503
<i>Tese.</i> A matéria do sacramento da penitência são os actos do pecador: contrição, confissão e satisfação; a forma, as palavras da absolvição que o ministro da Igreja pronuncia	504
<i>Tese.</i> Quando a contrição é perfeita, perdoam-se os pecados mesmo sem se receber, de facto, o sacramento da penitência	509
<i>Tese.</i> Para alcançar o perdão dos pecados no sacramento da penitência, não é necessária a contrição perfeita; basta a imperfeita ou atrição	515
<i>Tese.</i> Todos os que depois do baptismo cometeram pecados mortais, necessitam de os confessar todos, para se salvarem	517
<i>Tese.</i> Com o perdão dos pecados alcançado pela contrição perfeita, por um acto de amor de Deus, pela confissão, etc., recuperamos todos os merecimentos que tínhamos antes	522
<i>Tese.</i> A Igreja pode conceder indulgência	526
<i>Tese.</i> A extrema-unção é um sacramento	531
<i>Tese.</i> A unção deve ser feita com azeite de oliveira, benzido pelo bispo ou por um sacerdote que para isso tenha faculdade da Santa Sé. As palavras que o ministro do sacramento pronuncia ao ministrá-lo devem constituir, ao menos equivalentemente, uma oração pelo enfermo, em que se indique alguns dos efeitos do sacramento	534
<i>Tese.</i> A extrema-unção produz três efeitos: 1.º perdoa os pecados se os houver; 2.º fortalece o espírito do doente; 3.º restitui-lhe a saúde em certos casos	537

<i>Tese.</i>	Entre os os ritos ou cerimónias que a Igreja emprega ao ordenar os seus ministros, há um que é sacramento	541
<i>Tese.</i>	São sacramentos os ritos com que se ordenam os bispos, presbíteros e diáconos, não o são aqueles com que se ordenam os outros ministros inferiores — subdiáconos, acólitos, exorcistas, leitores e ostiários	542
<i>Tese.</i>	Na colação do episcopado, presbiterado e diaconado, a matéria do sacramento é unicamente a imposição das mãos; a forma, as palavras proferidas pelos ministros da ordem durante a imposição	550
<i>Tese.</i>	O matrimónio entre dois cristãos é um sacramento	557
<i>Tese.</i>	A essência do matrimónio consiste no oferecimento e aceitação que mutuamente fazem os contraentes em ordem à vida matrimonial	559
<i>Tese.</i>	Um homem não pode estar unido em matrimónio válido com várias mulheres ao mesmo tempo, nem uma mulher com vários homens	564
<i>Tese.</i>	O matrimónio contraído por dois cristãos, uma vez consumado, é absolutamente indissolúvel	566
<i>Tese.</i>	O matrimónio contraído por dois cristãos, e ainda não consumado, pode ser dissolvido quer pelo facto da profissão religiosa solene de um dos cônjuges, quer pela autoridade do Sumo Pontífice	570
<i>Tese.</i>	Qualquer matrimónio, embora consumado, contraído por dois infiéis, pode dissolver-se, se um dos cônjuges se converte à fé cristã e o outro não quer viver com ele sem ofensa de Deus	572
<i>Tese.</i>	O estado de celibato é mais excelente que o matrimonial	574

<i>Tese</i>	Com a morte decide-se definitivamente o nosso destino por toda a eternidade	579
<i>Tese.</i>	Jesus Cristo virá de novo a julgar os homens .	582
<i>Tese.</i>	Antes do juízo universal todos os mortos hão-de ressuscitar	585
<i>Tese.</i>	Os que morrem em pecado mortal são condenados a sofrer penas eternas	589
<i>Tese.</i>	Os que morrem unicamente com o pecado original são privados para sempre da visão beatífica mas não sofrem nenhuma outra pena	591
<i>Tese.</i>	Os que morrem em graça mas sem lhes ter sido perdoada toda a pena, em que por seus pecados incorreram, têm de a expiar antes de entrar no céu	596
<i>Tese.</i>	Os que morrem em graça e nada têm a expiar pelos seus pecados, 1.º, vêem a Deus face a face; 2.º, com esta vista são completamente felizes; 3.º, essa felicidade será eterna	599

ÍNDICE IDEOLÓGICO

INDICAM-SE OS NÚMEROS MARGINAIS

A

Absolvição. É a forma do sacramento da penitência, 804 e segs.; nela está a sua força principal, 840; deve dar-se de palavra e em presença do penitente, 840.

Acções boas e más em relação à vida eterna, 843.

Acólito. O que é, 882.

Acto Heróico, em favor das almas do Purgatório, 980 nota 1.

Adão. Formação do corpo de Adão, 341 e segs. Antes de pecar teve a graça santificante, 377 e segs.; a imortalidade, 382 e segs.; a imunidade da concupiscência, 386 e segs.; o dom da ciência, 391 e o da impassibilidade, 392. Desobedecendo a Deus, perdeu para si e seus descendentes os dons sobrenaturais que lhe tinham sido outorgados, 401 e segs.

Adão e Eva. Deles descendem todos os homens, 348 e segs.

Alma humana. É criada por Deus, 336 e segs.; não existe antes de se unir ao corpo respectivo, 358 e segs.; momento em que é criada 361; é espiritual, 362 e segs.; é imortal, 367 e segs.

Amor de Deus, e amor do próximo, 630.

Amor de Deus sobre todas as coisas. Perdoa os pecados, 818; pode suprir o baptismo, 709 e segs.; mas nesse caso não é sacramento, 713; não basta receber o sacramento da penitência, pois é necessária a contrição, ou attrição 819 e segs.

Anjos. Sua existência, 298 e segs.; espiritualidade, 304 e segs.; imortalidade, 309 e segs.; número de Anjos, 312; diversidade de graus, 313; diversos nomes, 313; tempo em que foram criados, 314, prova, prémio e castigo dos Anjos, 315 e segs. Anjos da Guarda, 326 e segs.; anjos maus e tentações, 330; os anjos maus não tiveram meios de fazer penitência, 323, o que não é contra a

r isericórdia de Deus, 324; qual foi o pecado dos Anjos, 325; os Anjos maus chegam a habitar no homem, 332 e segs.; diversos nomes dos anjos maus, 336.

Antiguidade do homem sobre a terra, 354.

Apóstata. Quem é, 186.

Apostolicidade. É distintivo ou nota da verdadeira Igreja de Cristo, 97.

Apóstolos. Recebem uma autoridade comum a todos, 79; eram infalíveis ao propor a doutrina de Cristo, 106 e segs.

Atrição. Significação etimológica, 831; o que é, 814 e 826; basta para receber o sacramento da penitência, 826 e segs. *Vide* Contrição.

B

Bálsamo. O que é, pág. 463, nota 1.

Batismo. É um Sacramento, 685 e segs.; matéria e forma, 689 e segs.; é uma regeneração, 692 e segs.; perdoa os pecados, 695 e segs.; é necessário para salvar-se, 697 e segs.; perdoa todo o pecado e toda a pena por ele devida, 719; pode ser suprido pelo martírio, 704 e segs.; e com o acto de amor de Deus, 709 e segs.; Baptismo de Sangue, 685; baptismo de desejo, 685 e 709;

reviviscência, 714; ministro, 717; diversas formas de baptizar, 718; cerimónias principais, 720.

Bem-aventuranças, 638.

Bispo. A quem se dá este nome, 882; os Bispos, sucessores dos Apóstolos, 84 e segs. e 128; tomados em conjunto, são infalíveis, 109.

Bispo de Roma. É o sucessor de S. Pedro, 87 e segs. *Vide* Romano Pontífice.

Budismo. Não é religião verdadeira, 72.

C

Carácter dos sacramentos, 680.

Caridade para com Deus. Que é, 628; caridade perfeita e imperfeita, 629; devemos amar a Deus com amor de caridade, 631; é o dom mais excelente, 632; necessidade da caridade, 633.

Catolicidade. É distintivo ou nota da verdadeira Igreja de Cristo, 98.

Celibato. O que é, 937; comparado com o estado de matrimónio é mais excelente, 937 e segs.; celibato eclesiástico, 941.

Censuras. Que são, 188; quem tem poder para censurar proposições relativas à doutrina cristã, 187.

Céu. Que é, 988; quem vai para o céu, 982 e segs.

Cismático. Quem é, 186.

Comunhão. Porque se chama assim, 735. *Vide* Eucaristia.

Comunhão dos Santos, 981.

Concílios. Que são, Concílios ecuménicos e particulares, quantos e quais são os ecuménicos, quando se comparam os particulares aos ecuménicos, 109, nota.

Conclusões teológicas, 165.

Concupiscência. Em que consiste, 386; não a teve Adão antes de pecar, 386 e segs.

Confirmação. O que é, 721; é um sacramento, 721 e segs.; matéria e forma, 727 e segs.; matéria completa, 729; ministro, 732; sujeito, 733; cerimónias, 734.

Confissão. O que é, 804; é necessária para a salvação dos que pecaram gravemente depois do baptismo, 832 e segs.; sua necessidade de meio, 837; casos em que não é necessário confessar todos os pecados, 838; obrigação de confessar os pecados omitidos por justa causa, na primeira ocasião em que esta cesse, 839; confissão dos pecados veniais, 840 e 799; a confissão deve fazer-se na presença do confessor, 840. *Vide* Penitência.

Congregações Romanas. O

que são, 120; não são infalíveis, 120; devem-se receber com respeito as suas normas, 120.

Conservação do mundo, 266.

Contrição. Significado etimológico, 831, em que consiste, 804; contrição perfeita e contrição imperfeita, 814; para que seja verdadeira é necessário que se estenda a todos os pecados graves perdoados, 821; não é necessário que se estenda a todos os leves, 822; contrição de pecados esquecidos, 824; para que a contrição ou atrição sejam verdadeiras é necessário, tratando-se de culpas graves, que o penitente esteja disposto a nunca mais pecar, 825; a contrição perfeita perdoa os pecados ainda antes da confissão, 814 e segs.

Cooperação de Deus na acção das criaturas, 267 e segs.

Coração de Jesus. Culto, fruto da sua devoção e comunhão das primeiras sextas-feiras do mês, 441.

Credos. 163.

Criação do mundo e primeiro capítulo do Génesis, 295 e segs. *Vide* Deus Criador.

Crisma. O que é, 727; deve estar benzido, 730.

D

Demónio. 336

Desceu aos infernos. Significado destas palavras do Credo, 974.

Deus. Noção, 1; nomes de Deus, 11; provas da sua existência, 6 e segs.; e 122; pode até provar-se só com a luz da razão natural, 123; Deus distinto do mundo, 12 e segs.; principais obras de Deus, 192; bondade absoluta e relativa, 627; ama os pecadores, 712.

Deus uno. Essência, 201 e segs.; cognoscibilidade da sua existência pela razão, 196 e segs.; atributos de Deus, é uno, criador, etc., 204 e segs.; santo, justo e misericordioso, 207, nota final. Deus conhece tudo, 208 e segs.; quer a salvação das crianças, 216; quer que todos os homens se salvem, 212 e segs.

Deus criador. Criou o mundo, 257 e segs.; conserva-o, 266 e segs.; coopera nas acções das criaturas, 267; criou o mundo livremente, 274 e segs.; o criar pertence só a Deus, 278 e segs.; criou o mundo para sua glória, 282 e segs.; e também para a felicidade do homem, 286; governa o mundo com a sua Providência, 287 e segs.;

providência para com o homem, 291.

Deus elevante. Razão deste nome, 376.

Diabo. 336.

Diaconisas. 895.

Diácono. Que é, 882; o rito com que é ordenado é um sacramento, 891 e segs.

Direita. Significado das palavras do Credo «está sentado à mão direita de Deus Pai», 952.

Dons concedidos a Adão. Eram sobrenaturais, 395 e segs.; foram concedidos também para seus descendentes, 394. *Vide* Adão.

Dons do Espírito Santo. Distinção entre dons e virtudes, 634; quantos são, 635; sua finalidade, 636.

Doutrina católica, certa, teologicamente certa, pág. 153, nota 1.

E

Errónea (proposição), 188.

Escritura. *Vide* Sagrada Escritura e Livros Sagrados.

Esperança. Em que consiste, 626; por que pecado se perde, 626; geralmente é necessária para recuperar a graça, 626.

Espiritismo. Definição, 337; funda-se num engano, 337 e segs.

Espírito Santo. É Deus, 222 e segs.; é distinto do

Pai e do Filho, 227 e segs.; é pessoa, 232; procede do pai e do Filho, 246 e segs.; Dons do Espírito Santo, 634 e segs.; Pecado contra o Espírito Santo, 785. *Vide* Trindade.

Espiritual. Que signific., 304.

Estado. Relações entre a Igreja e o Estado, 103.

Eucaristia. Noção, 735; porque se chama assim, 735; é um Sacramento, 735 e segs.; matéria e forma, 739 e segs.; ministro, 743; sujeito, 744; quem pecou gravemente depois do baptismo não pode receber a Sagrada Eucaristia sem se confessar antes, 744; em caso de muita urgência podia recebê-la só com a contrição perfeita, 744. Efeitos da Eucaristia, 745; cerimónias, 746.

Eucaristia. Presença real. Na Eucaristia Jesus Cristo está realmente presente, 748 e segs.; o pão e o vinho convertem-se no corpo e sangue de Cristo, 752 e segs.; como se deve entender esta conversão, 755; Cristo está todo em toda a hóstia, todo em todo o vinho consagrado, e todo em qualquer parte da hóstia e das espécies do vinho, 756 e segs. A Eucaristia é um sacrifício, 764 e segs. *Vide* Missa.

Eva. Teve os mesmos privilégios que Adão, 393.

Evangelhos. Narram factos verídicos, 49 e segs.; autores, 51; tempo em que foram escritos, 52; conservação substancial, 53; língua em que foram escritos e primeiras traduções, 54.

Exorcista. O que é, 882.

Extrema-unção. É um sacramento, 858 e segs.; matéria e forma, 866 e segs.; seus efeitos, 872 e segs.; ministro, 874; sujeito, 875; recepção repetida, 876; obrigação de a receber, 876; caso em que pode suprir a Confissão, 877; cerimónias, 879.

F

Fé. O que é, 154 e segs.; fé no sentido próprio e menos próprio, 161; a fé deve ser firmíssima, 159; dá-se livremente, 166 e segs.; é necessária para a salvação, 170 e segs.; que verdades indispensáveis deve um adulto crer para se salvar, 175 e segs.; que outras verdades deve crer todo o cristão, 178; por que pecados se perde a fé, 626; que se entende por juízo ou decisão solene em matéria de fé, 183; que se entende por magistério universal e ordinário, 184; quais são as verdades

que se chamam de fé católica ou simplesmente de fé, 182; o que são verdades de fé divina, 185.

Filho natural e adoptivo, 435.

Fontes da Doutrina Cristã: Tradição, 133 e segs.; a Sagrada Escritura, 138 e segs.; e só essas, 145.

Frutos do Espírito Santo, 637.

G

Garantias de salvação, 441 e 508.

Génese. Primeiro Capítulo, 295 e segs.

Geração. Em que consiste, 242.

Glória. O que é, 988; quem a disfruta e que prémios encerra, 982 e segs.

Graça. Significado desta palavra, 509; necessidade da graça para guardar a lei natural, 509 e segs.; para evitar todo o pecado venial, 519 e segs.; para praticar o bem que nos leve ao céu, 525 e segs.; aquisição da graça, 530 e segs.

Distribuição da graça, 534 e segs.; aos justos, 535 e segs.; aos pecadores cristãos, 538 e segs.; aos não cristãos, 540 e segs.; às crianças, 544.

Graça actual. Sua natureza, 545 e segs.; graça operante e cooperante,

550; excitante e coadjuvante, 551; preveniente, concomitante e subsequente, 552; transeunte e habitual, 553; suficiente e eficaz, 554; externa e interna, 555.

Graça suficiente. Sua existência, 556 e segs.; Graça eficaz. Não tira a liberdade, 559 e segs. É eficaz ainda antes de ser concedida ao homem, 562 e segs.; concordância entre a eficácia da graça e a liberdade humana, 565 e segs.

Graça santificante. O que é, 377; sua existência, 568 e segs.; sua natureza, 586 e segs.; perdoa os pecados, 572 e segs.; é santificante, renovadora e regeneradora das nossas almas, 573 e segs.; faz dos homens, amigos de Deus, seus filhos adoptivos e herdeiros da vida eterna, 577 e segs.; templos da Santíssima Trindade, 579; participantes da natureza divina, 580 e segs.; em que consiste esta participação, 583 e segs. União íntima entre os efeitos da graça, 585. Que se requer nos adultos para a alcançar, 590 e segs.; como a recebem as crianças, 593; nos justos aumenta com as boas obras, 594 e segs.; perde-se pelo pecado mortal, 595 e segs.; não se perde nem diminui pelo

venial, 598 e segs.; segundo a graça que possuímos à hora da morte, assim será o nosso prémio na glória, 639.

H

Hereges. Quem são, 186.

Herética (proposição), 188; próxima de heresia, 188.

Hermenêutica. O que é, 148.

Homem. Deus criou por um processo extraordinário os corpos de Adão e Eva, 341 e segs.; progenitores do género humano, 348 e segs.; o homem consta só de dois elementos constitutivos: alma e corpo, 372 e segs.; unidade da espécie humana, 352; diversidade de raças, 353; antiguidade do homem sobre a terra, 354.

I

Igreja Católica. É instituída por Cristo, 73 e segs.; é jerárquica, 91; em que sentido não é democrática, 94; perpetuidade da Igreja, 80 e segs.; e 127. A verdadeira Igreja é visível, 95; tem unidade, 96; apostolicidade, 97; catholicidade, 98; santidade, 99; a Igreja Católica é a única verdadeira, 93 e segs.; não o são nem a protestante nem as orientais separadas de Roma,

92 e 101; como se governa, a Igreja, 102; relações entre a Igreja e o estado, 103.

Imortal. Que significa, 309. Diversas espécies de imortalidade, 309.

Imposição de mãos. Na Confirmação, 731; na Ordem, 899 e segs.

Indulgência. O que é, 848; plenária e parcial, 853; que significa «Cem dias de indulgência», 854; indulgência do jubileu, 855; condições para ganhar as indulgências, 856; sua aplicação aos defuntos, 857.

Infalibilidade. Infalibilidade dos Apóstolos, 106 e segs., e 114; de todos os Bispos, 109, 113 e 115; de todos os Padres da Igreja, 110, 113 e 115; de todos os Teólogos, 111, 113 e 115; de todo o povo cristão, 112; do Papa, 116 e 117; casos em que o Papa não é infalível, 118; casos em que o Papa é infalível, 119.

Inferno. O que é, 964; quem vai para o inferno, 961 e segs.; que penas se sofrem lá, 964.

Inspiração. O que é e suas espécies, 134.

J

Jesus Cristo. Legado de Deus. Afirma que é o

Messias esperado pelos Judeus, 55 e segs.; que vem falar aos homens da parte de Deus, 58; que suas obras provam sua divina legação, 59 e segs. Prova com milagres sua missão divina, 62 e segs.; institui a Igreja, 73 e 74; constitui a S. Pedro chefe supremo da Igreja, 75 e segs.

Jesus Cristo Redentor. É Deus, 418 e segs.; é homem, 422 e segs.; em Cristo há uma só Pessoa, 425 e segs. Pode-se adorar a Jesus Cristo, o Seu Sangue, o Seu Coração, 440; podem-se venerar as suas imagens, 440; culto ao Sagrado Coração de Jesus, 441.

Cristo tem duas vontades, 430 e segs.; e dois entendimentos, 434. É filho natural de Deus, enquanto homem, 435 e segs., e portanto não é filho adoptivo, 439. Possuía em sua vida sobre a terra a visão beatífica, 442 e segs. Ciência de Jesus, 444 e 445; sua santidade, 446 e segs.; impecabilidade, 449 e segs.; liberdade, inclusive para morrer ou não, 452; concordância entre a liberdade e a impecabilidade de Cristo, 453. Sentia em seu corpo os sentimentos comuns a todos os homens. 454: não teve enfer-

midades, 454; nem concupiscências, 454, veio ao mundo para salvar os homens, 455 e segs.; a sua vinda não era absolutamente necessária, 458; se não houvesse pecado no mundo, é provável que Cristo não tivesse existido, 460.

Cristo satisfez por nossos pecados com todas as suas obras, principalmente com a sua Paixão e morte, 461 e segs.; a satisfação foi aceite por seu Eterno Pai, 465; foi voluntária, 465; foi superabundante, 466; dons que Cristo nos entrega de novo, 416; que lhe devem os homens, 471; porque é nosso Redentor e Salvador, 471; o que nos mereceu, 467 e segs.

Jubileu. Indulgência do jubileu, 855.

Judaísmo. Não é religião verdadeira, 72.

Juízo universal. Há-de ter lugar, 948 e segs.; significado das palavras «virá a julgar os vivos e os mortos», 953; tempo ou data do juízo universal, 954.

Jurisdição. É necessária ao confessor para poder absolver, 790.

L

Leitor. A quem se dá este nome, 882.

Limbo dos justos. O que é, 974; a ele desceu Cristo depois da sua morte, 974.

Limbo das crianças. O que é, 971; quem vai para esse limbo, 965 e segs. Nele gozam as crianças duma existência naturalmente feliz, 971.

Livros Sagrados. O que são e sua classificação, 138 e 142. Vários sentidos, 148. *Vide* Sagrada Escritura.

Lúcifer, 336

Luzbel, 336.

M

Magistério universal e ordinário. O que é, 184.

Maometismo. Não é religião verdadeira, 72.

Maria. Mãe de Deus, 473 e segs.; Mãe dos homens, 479; sua Imaculada Conceição, 480 e segs.; foi isenta de todo o pecado, 485 e segs.; não teve concupiscência, 490; foi sempre Virgem, 491 e segs. A Assunção de Maria, 497 e segs. É Rainha da Criação, 500. Culto a Maria e aos Santos, 501 e segs. Mediação universal de Maria, 506. A devoção a Maria, penhor de salvação, 508.

Martírio. O que é, 704; pode suprir o baptismo, 704 e segs.; mas nesse caso o baptismo não é sacramento, 713.

Material. Sua significação, 304.

Matrimónio. Noção, 908; é um sacramento, entre cristãos, 908 e segs.; a sua essência está no contrato matrimonial, 912 e segs.; matéria e forma do Sacramento, 916; ministros, 917; sujeito, 919; cerimónias, 921; inseparabilidade do matrimónio e do sacramento, 917; razão pela qual a Igreja permite o matrimónio dos que não praticam a religião ainda que sejam cistãos, 920. Unidade do matrimónio, 922 e segs.; solubilidade do matrimónio não consumado, 930 e segs.; insolubilidade do já consumado, 926 e segs. O estado matrimonial comparado com o de celibato, 937 e segs. *Vide* Privilégio Paulino.

Mérito. O que é, mérito «de condigno» e mérito «de congruo», 470 e 602; os justos merecem com as suas obras, 602 e segs.; quais as obras mais meritórias, 607. Para merecer «de condigno» requer-se o estado de graça e a prática de obras que se possam omitir, 609 e segs. Que podem merecer os justos para si e para os outros, 617. Que merecem as boas obras feitas em pecado mortal, 618. O merecimento e a ora-

ção, 619. Revivescência dos merecimentos, 843 e segs.

Milagre. Noção e espécies, 39 e 59; sua possibilidade, 43 e segs., 66 e 124. Os Apóstolos e discípulos ensinam que os milagres servem para provar a doutrina que seu Mestre e eles próprios pregavam, 61; provam com certeza a revelação, 39 e 125; provam a missão divina de Jesus, 59 e segs.; os milagres de nossos tempos, operados na Igreja Católica, provam que esta é a verdadeira Igreja de Cristo, 104 e 105. Os milagres de Lourdes provam que a Igreja Católica é a verdadeira, 104 e 105.

Missa. O que é, 765; é um sacrifício, 766 e segs.; essência do sacrifício da missa, 774 e segs.; diferença entre o sacrifício da missa e o da Cruz, 778.

Mistério. O que é, 29. Espécies de mistérios, 29. Não se pode demonstrar que repugne a sua revelação, 29 e segs.; nem a sua existência, 32 e 33.

Morte. O que é, 943; com ela decide-se a sorte final do homem, 943 e segs.; com ela termina o tempo de merecer, ou prémios ou castigos, 947.

Mundo. Não é eterno, 270 e segs.; foi criado livre-

mente por Deus, 274 e segs.; está feito para glória de Deus, 282 e segs.; e para a felicidade do homem, 286. Foi criado do nada, 257 e segs.

N

Necessidade de meio, e de preceito, 698.

Notas ou distintivos da verdadeira Igreja, 91 e 131 e segs.

O

Offícios da Cúria Romana, 120 (nota da pág. 100).

Oração. O que é, 619; Oração e mérito, 619.

Ordem. É um Sacramento, 880 e segs. Ordens que são sacramentos e ordens que o não são, 882 e segs.; matéria e forma da ordem, 899 e segs.; ministro, 906; sujeito, 908; Cerimónias principais, 899. *Vide* Ordenação.

Ordenação. A ordenação do Bispo é um sacramento, 883 e segs.; também o é a do presbítero, 888, e a do diácono, 891 e segs.; as outras não o são, 897 e 898.

Ostiário. A quem se dá este nome, 882.

P

Padres da Igreja. A quem se dá este título, 110, nota; todos em conjunto não

- podem ensinar erro algum na doutrina cristã, 110.
- Papa.** *Vide* Romano Pontífice.
- Pecado original.** O que é, 404; transmite-se aos descendentes de Adão, 404 e segs.; essência do pecado original, 408; em que sentido é voluntário e em que sentido o não é, 411; diferenças entre o pecado original e os pecados pessoais, 412; o pecado original é detestável aos olhos de Deus, 413; por ele ficou o homem em pior condição quanto à alma e quanto ao corpo, 414; e no mesmo estado em que se encontraria se Deus o tivesse criado e o não adornasse com dons sobrenaturais, 415.
- Pecado mortal.** Que é, 519; que efeitos produz, 615 e segs., 961 e segs.
- Pecado venial.** O que é, 519 e 598; como podem alcançar seu perdão os justos e os pecadores, 799. Confissão frequente dos pecados veniais, 841.
- Penitência.** Significado desta palavra, 780; penitência natural e sobrenatural, 781.
- Penitência como sacramento. Noção, 779; porque se chama penitência, 779; é um sacramento, 801 e segs.; matéria e forma, 804 e segs.; razão pela qual a contrição, confissão e satisfação se chamam «quase matéria», 808; ministro, 811; sujeito, 812; cerimônias, 813.
- Pessoa.** O que é, 227 e 425.
- Poder de perdoar os pecados.** A Igreja pode perdô-los todos aos batizados, 782 e segs.; este poder é judicial, 787 e segs.; sem acudir a ele não se perdoam os pecados, 793 e segs.
- Poliandria.** O que é, 922.
- Poligenismo e poligenistas,** 347 e 349.
- Poligenia.** O que é, 922.
- Possessão diabólica,** 332 e segs.
- Predestinação,** 217 e segs.
- Presbítero.** A quem se dá este nome, 882. Sua ordenação é um sacramento, 888.
- Privilégio Paulino.** Porque tem esse nome, 933; em que consiste, 933 e segs.
- Profecia.** Noção, 39. Profecias de Jesus como prova da sua ligação divina, 64; são critério da revelação, 39 e 125.
- Profissão solene.** O que é, 930.
- Propagação do cristianismo.** Prova que a Religião Cristã é de origem divina, 67 e 68.
- Proposição herética,** errônea, temerária, etc., 188.
- Propósito de emenda.** Sua necessidade no sacramento da penitência, 810.
- Providência.** O que é, 287; sentido da frase «tinha de

acontecer», 292; dificuldades contra a providência e sua solução, 293 e 294.

Purgatório. O que é, 975; existe, 975 e segs. Quem desce a ele, 975 e segs.; os fiéis com suas boas obras podem ajudar aos que lá se encontram, 980.

Q

Qualificação das teses. Em que consiste, 182 e segs., e nota 1 da pág. 153.

«**Quase-matéria**» do sacramento da penitência, 808.

R

Raças. Diversidade de raças, 353.

Redenção liberativa e preservativa, 480.

Reino de Deus e Reino dos céus, 703.

Religião. Que estuda, 1; natural e sobrenatural, 3; que compreende sua prática, 3; necessidade hipotética da religião, 4 e 5.

Religião revelada. Necessidade hipotética da sua existência, 22 e segs.; conveniência de sua existência, 24; necessidade hipotética de a abraçar, 20 e 21.

Religião natural. Dogma, moral e culto, 15 e segs.; não basta para salvar-se, 72.

Religião cristã. Necessidade de a abraçar, 69

e 70; é a única verdadeira, 71 e 72.

Religião católica. É a única verdadeira, 101. *Vide* Igreja católica.

Reservação de pecados, 791.

Ressurreição de Jesus.

Força especial deste argumento para provar a legação divina de Jesus, 65.

Ressurreição dos homens.

Terá lugar antes do juízo universal, 955 e segs.; com que matéria ressuscitarão os mortos, 958 e segs. Dotes do corpo glorioso, 960.

Revelação. Noção e espécies, 26; é possível, 26 e segs. e 124; revelação própria e imprópriamente dita, 160; explícita e implícita, 164.

Revivescência dos méritos, 843 e segs.; dos sacramentos, 714 e 715; condições desta última, 716.

Romano Pontífice. É o sucessor de S. Pedro, 87 e segs.; é infalível quando fala «ex cathedra», 116 e 117. Casos práticos em que é infalível e casos em que o não é, 118 e 119.

S

Sacramentais, 684.

Sacramento da natureza. Em que consiste, 676, nota.

Sacramentos. O que são, 640; são sete, 639 e segs.; Conferem graça por si

mesmos (*ex opere operato*), 647 e segs. Causalidade dos sacramentos, 652; foram instituídos por Jesus Cristo, 653 e segs.; fim a que se ordenam, 677; como significam a graça que produzem, 678; que graça nos dão, 679; caráter de alguns sacramentos, 680; matéria e forma, 681; ministro e intenção com que os deve administrar, 682; sujeito, 683; são as fontes da graça, 639; não os havia no Antigo Testamento, 676.

Sacrifício. O que é, 764; diversas espécies, 765; a missa é um sacrifício, 766.

Sagrada Escritura. Tem a Deus por autor, 138 e segs. Escritos que a compõem, 142; classificação dos mesmos, 142; é fonte da doutrina da Igreja, 142; Deus é seu autor, e, portanto, não contém erro algum, 146 e 147; normas para a entender, 148 e segs.; na prova das teses, 153.

Santidade. Em que consiste, 446. É nota ou distintivo da verdadeira Igreja de Cristo, 100 e 101.

São Pedro. Recebe a autoridade suprema na Igreja, 75 e segs.

Satanás, 336.

Satisfação. O que é, 459 e 461; satisfação pessoal e vicária, 461; no Sacramento da penitência, o que

é, 804; não é tão necessária como a confissão e contrição, 809.

Sentidos da Escritura: literal (histórico), típico (espiritual), 148.

Símbolos ou Credos, 163.

Sobrenatural. Que significa, 395 e 396.

Subdiácono. O que é, 882.

T

Temerária(proposição), 188.

Teologia. De que trata, 1 e 191; como se divide, 2; influência do seu estudo na prática da religião, 3; nome dos diversos tratados que a compõem, 193; como nasceram estes tratados, 194; conexão de uns com os outros, 195.

Teològicamente certa (doutrina), pág. 153, nota 1.

Teólogos. Não podem ensinar todos eles algum erro determinado na doutrina cristã, 111.

Tesouro das satisfações de Cristo. O que é, 849. Sua existência, 853.

Tradição. O que é, 133; é fonte da doutrina cristã, 133 e segs. Na prova das teses, 153 e nota 1 da pág. 125.

Transformismo, 347.

Transformistas. Radicais e moderados, 342; como explicam a origem do corpo humano, 342 e segs. Suas

afirmações carecem de sólido fundamento, 346.

Tribunais eclesiásticos da Cúria Romana. Quantos e quais são, 120 (nota da pág. 100).

Trindade. Divindade do Pai, Filho e Espírito Santo, 222 e segs.; são três pessoas distintas, 227 e segs.; identidade de natureza, 233 e segs.; a Trindade é superior à razão, mas não contra ela, 238; analogias da Trindade, 239.

Processão das Divinas Pessoas. O Filho procede por geração, 242 e segs.; procede do entendimento do Pai, 245. O Espírito Santo procede do Pai e do Filho, 246 e segs.; procede da vontade do Pai e do Filho, 250; nomes do Espírito Santo, 250 e 251.

Circum - inessão, 252; relação das pessoas divinas, 253; missões das mesmas, 254 e 255.

U

Unidade. É distintivo ou nota da verdadeira Igreja, 96.

Unidade de Deus. *Vide* Deus Uno (Trat. 4.º).

Unidade de pessoa em Jesus Cristo, 425 e segs.

Unidade da espécie humana, 352.

Unidade do matrimónio, 922 e segs.

V

Verdade de Fé Católica ou simplesmente de Fé, 182; de Fé Divina, 185.

Virtudes cardeais. Porque se chamam assim, e quais são, 624; virtudes morais, 624.

Virtudes teologais. Sua existência, 620; seu objecto, 621; porque se chamam, teologais, 622; como se aumentam, 623.

Visão beatífica. O que é, 442 e 965; torna inteiramente felizes os bem-aventurados, 986.

COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFI-
CINAS DA GRÁFICA DE COIMBRA
BAIRRO DE S. JOSÉ — COIMBRA